

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**O Mundo Funerário Romano No Nordeste Alentejano (Portugal) –
O Contributo Das Intervenções De Abel Viana E António Dias De Deus**

Ana Mónica da Silva Rolo

Volume I

Orientador: Prof. Doutor Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de Arqueologia

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS



**O Mundo Funerário Romano No Nordeste Alentejano (Portugal) –
O Contributo Das Intervenções De Abel Viana E António Dias De Deus**

Ana Mónica da Silva Rolo

Orientador: Prof. Doutor Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor no ramo de História, na especialidade de Arqueologia

Júri:

Presidente: Doutor António Adriano de Ascensão Pires Ventura, Professor Catedrático e Director da Área de História, da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Vogais:

- Doutor André Miguel Serra Pedreira Carneiro, Professor Auxiliar da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora;
- Doutor Rodrigo de Araújo Martins Banha da Silva, Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;
- Doutor Carlos Jorge Gonçalves Soares Fabião, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, orientador;
- Doutor Amílcar Manuel Ribeiro Guerra, Professor Associado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Doutora Catarina Ferrer Dias Viegas Taveira, Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FCT SFRH/ BD/ 77562/ 2011

O MUNDO FUNERÁRIO ROMANO NO NORDESTE ALENTEJANO (PORTUGAL) – O CONTRIBUTO DAS INTERVENÇÕES DE ABEL VIANA E ANTÓNIO DIAS DE DEUS

Resumo: No presente trabalho pretende-se apresentar uma visão geral das designadas «necrópoles céltico-romanas» alto alentejanas, identificadas e exploradas entre as décadas de 40 e 50 do século passado. O nosso particular interesse recai sobre as práticas funerárias adoptadas pelas comunidades que, em época romana, habitaram este território. Durante cerca de duas décadas de pesquisas e recolhas de material arqueológico, funcionários da Colónia Correcional de Vila Fernando identificaram mais de uma centena de arqueossítios, de natureza e cronologias diversas, no território de 11 concelhos do Alto Alentejo e parte setentrional do Alentejo Central. Em 1949, o preceptor-adjunto do estabelecimento correcional, António Dias de Deus (1901-1955), um dos principais impulsionadores destas pesquisas, passou a contar com a colaboração do arqueólogo Abel Viana (1896-1964). Com base na consulta dos trabalhos publicados nos anos 50 e de diversas fontes documentais, foi possível apurar um conjunto de 22 sítios nos quais terão sido identificadas evidências de natureza funerária – desde sepulturas (aparentemente) isoladas, como, por exemplo, na Anta do Carvão (Vila Viçosa) e em Olival da Silveirinha (Elvas), a necrópoles densamente utilizadas (quer no espaço, quer no tempo), como se verificou, por exemplo, na Chaminé (Elvas) e em Padrãozinho (Vila Viçosa). Contabilizaram-se mais de 800 enterramentos e reuniu-se uma amostra de 1078 peças atribuídas a estes espaços funerários, parte delas já estudadas por outros autores durante a segunda metade do séc. XX e inícios da atual centúria. Partindo desta amostra, composta por espólio diversificado (*terra sigillata*, cerâmica de paredes finas, lucernas, cerâmica comum e de construção, vidros, metais e material epigráfico), procurou-se reconstituir o maior número possível de conjuntos de oferendas fúnebres por sepultura e definir as cronologias de cada um dos espaços analisados. Em termos gerais, sobressai o retrato de um conjunto de necrópoles *in agro*, associadas a *villae* ou a outros estabelecimentos rurais, e utilizadas, grosso modo, entre a II Idade do Ferro (finais do séc. IV a.C./ séc. III a.C.) e a Antiguidade Tardia (séc.s VII-VIII d.C.). A par de uma plena assimilação das práticas e ideário romano ou, mais tarde, da adesão ao Cristianismo, ressalta uma estável continuidade nos espaços de enterramento, confirmando a importância da memória dos mesmos como *loci religiosi*.

Palavras-Chave: Arqueologia Funerária, Lusitânia, Alentejo, ritos, cultura material.

Abstract: We intend to present a global vision over the so-called «celtic-roman necropolises» of Alto Alentejo (Portugal), which have been identified and excavated in the 20th century, between the 40s and the 50s. During two decades of search and gathering of archaeological finds, carried out by a group of employees of Colónia Correccional de Vila Fernando (Elvas), more than a hundred archaeological sites, with different chronologies and characteristics, have been spotted in the Alto Alentejo territory and in the northern of Central Alentejo. In 1949, António Dias de Deus (1901-1955), assistant-preceptor in the educational centre and one of the most enthusiastic elements of the Vila Fernando's group, started working with the archaeologist Abel Viana (1896-1964). Since then and until the death of António Dias de Deus, in April of 1955, a most fruitful partnership was engaged. The archaeological surveys have continued and, thanks to Abel Viana's initiative, an important work of publication and divulgation of the main results was started. Based on the study of the works published in the mid-20th century and of the documental sources, we were able to identify 22 archaeological sites with funerary evidences that have been excavated – from (apparently) isolated burials, such as in Anta do Carvão (Vila Viçosa) and Olival da Silveirinha (Elvas), to extensive necropolises, largely used in space and time, as Chaminé (Elvas) or Padrãozinho (Vila Viçosa). More than 800 burials have been identified and explored, and more than one thousand artefacts have been collected in those contexts. Several researchers during the second half of the 20th century and the beginnings of the 21st have studied a large amount of these materials. From this sample, which gathers varied collections (*terra sigillata*, thin walled pottery, oil lamps, common ware pottery and ceramic building material, glass, metals and epigraphy), we have tried to recompose funerary offers *per* grave and, subsequently, to determine the chronologies for each burial. The limitations of the evaluable data only have allowed us to reconstitute around 300 funerary ensembles. Nevertheless, it has been possible to draw a general picture of these necropolises – funerary spaces *in agro*, more or less intensively used, associated to *villae* or small rural establishments, and documenting an occupation of this territory since Iron Age (late 4th/ 3rd BC) to Late Antiquity, an even Early Middle Ages (7th/ 8th AD).

Key-words: Funerary Archaeology, *Lusitania*, Alentejo, rites, material culture.

AGRADECIMENTOS

Findo o projeto de investigação que deu origem ao presente trabalho, são inúmeros os agradecimentos que se impõem fazer e que nos recordam que o trajeto de um investigador, em grande parte solitário, apenas se converte em frutuoso caminho se este puder contar com uma vasta rede de pessoas que, de uma forma ou de outra, o auxiliam.

Em primeiro lugar, cabe-me agradecer ao Professor Doutor Carlos Fabião, meu orientador científico. Agradeço-lhe a confiança com que me incentivou a desenvolver este projeto e o apoio concedido para conseguir levá-lo a bom porto. Devo-lhe, uma vez mais, um agradecimento pela orientação sábia e sensata e, acima de tudo, pelo entusiasmo de quem acredita e vê mais longe quando nós próprios pomos em causa o caminho.

Em segundo lugar, agradeço à Fundação para a Ciência e Tecnologia, pela concessão da Bolsa de Doutoramento (FCT SFRH/ BD/ 77562/ 2011) que tornou possível a concretização deste projeto de investigação.

Não posso também deixar de agradecer ao Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ), centro de investigação que me acolheu, e a todos os docentes e colegas que dele fazem parte.

Devo um agradecimento especial ao Dr. António Martins da Costa Viana, sobrinho de Abel Viana, pela generosidade que revelou desde o primeiro momento. Verdadeiro guardião e representante do legado de Abel Viana, não lhe poderia estar mais grata pela partilha, pelos ensinamentos, e pela forma calorosa como sempre acolheu as minhas solicitações. Por tanto, um enorme bem-haja.

Agradeço à Doutora Adília Alarcão a disponibilidade manifestada quando, logo no início da nossa investigação para o presente projeto de Doutoramento, tive oportunidade de contactá-la. Tendo esta autora estudado parte dos vidros, da *terra sigillata* e das lucernas atribuídos às necrópoles exploradas por António Dias de Deus e Abel Viana, procurei obter informações adicionais sobre o espólio e sobre a experiência de trabalhar com o arqueólogo minhoto. Estou-lhe muito grata pela forma generosa e franca como respondeu às minhas questões e pelas úteis observações tecidas sobre a exploração destas necrópoles e a gestão do espólio recolhido. Gostaria, aliás, de manifestar o meu agradecimento a todos os investigadores que me precederam no estudo das designadas «necrópoles céltico-romanas elvenses» e de dedicar-lhes este trabalho. A sua pesquisa e contributo, para além de imprescindível

ponto de partida para a nossa investigação, serviram-nos de exemplo e ‘farol’, guiando-nos e trazendo luz sobre o retrato que procurámos traçar destes espaços funerários.

Ao Professor Doutor André Carneiro, agradeço a imprescindível ajuda no trabalho de campo realizado e o entusiasmo contagiante na forma de olhar e pensar o território em época romana. Pelo exemplo, pela lucidez e pelo inextinguível apoio, o meu muito obrigada.

Agradeço também ao Professor Doutor José de Encarnação – o meu obrigada pelos ensinamentos, por toda a ajuda e disponibilidade, e pela generosa partilha no estudo da epígrafe de Fontalva.

Ao Professor Doutor Francisco Sande Lemos, agradeço as úteis indicações e a amabilidade de me ter facultado cópias de documentação epistolar trocada por Abel Viana com o Coronel Mário Cardozo.

Devo um agradecimento particular às Direções e equipas das instituições museológicas que me acolheram e que possibilitaram a realização deste trabalho, quer pelas autorizações concedidas para estudar o espólio solicitado, quer pelas facilidades logísticas e apoio facultados no decurso das nossas ‘estadas’, mais ou menos longas, em cada um dos museus.

Assim, não posso deixar de agradecer ao Dr. António Carvalho, Diretor do Museu Nacional de Arqueologia, por toda a ajuda concedida ao longo deste nosso projeto. Agradeço igualmente à Dra. Ana Isabel Santos, à Dra. Lúcia Cristina, à Carmo, à Luísa Guerreiro, e à saudosa Lita.

Em 2013, o então Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, facultou a autorização necessária para o estudo de parte da importante Coleção de Arqueologia daquela Fundação, ao qual nos propúnhamos. Expresso aqui o meu profundo agradecimento pela oportunidade concedida e pela forma generosa como acolheu a ideia deste projeto de investigação. Estou igualmente grata ao atual Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, Dr. Alberto Ramalheira, pela possibilidade de dar continuidade a este trabalho e à colaboração com a Casa de Bragança. À Diretora do Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança, Dra. Maria de Jesus Monge, devo um especial agradecimento por todo o apoio, pelas facilidades concedidas para a realização do meu estudo da Coleção de Arqueologia e, acima de tudo, pela confiança. Agradeço também ao Sr. Engenheiro Marcos Charrua (Fundação da Casa de Bragança) pelo privilégio da visita realizada à Tapada Ducal, na tentativa de ‘redescobrir’ o arqueossítio de Olival da Silveirinha. Agradeço à equipa de funcionários do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, em geral; a todos, pelo acolhimento e profissionalismo, o meu muito obrigada. Em particular, não posso deixar de agradecer ao grupo de guias-vigilantes do Museu de Arqueologia, pelos muitos ‘dias de castelo’ partilhados e por toda a ajuda. O meu obrigada também para o Sr. Manuel Francisco Grilo, antigo funcionário do Museu-Biblioteca da Casa de

Bragança, com quem tive a oportunidade de falar sobre os tempos em que trabalhou lado a lado com Abel Viana.

Agradeço à Dra. Isabel Pinto (Câmara Municipal de Elvas) e à equipa do MACE, em especial, aos Técnicos Manuel Neves e Romão Mimoso, pela atenção, disponibilidade e apoio com que sempre pude contar no decurso do meu estudo de espólio do acervo do antigo Museu Municipal de Elvas. Gostaria igualmente de agradecer à equipa da Biblioteca Municipal de Elvas e Arquivo Municipal de Elvas, e em particular à Dra. Tânia Rico e Dr. Rui Jesuino.

Agradeço ao Dr. Miguel Ramalho, Coordenador do Museu Geológico/ LNG, pela autorização para estudar o espólio atribuído a Fontalva, constante daquela instituição museológica. Agradeço também aos demais Técnicos do Museu Geológico com quem tive oportunidade de contactar, nomeadamente Jorge Sequeira e José António Anacleto, pelas facilidades e por todo o apoio prestado.

Não posso deixar de agradecer ao Dr. José Carlos Oliveira, Diretor do Museu Regional de Beja, ao Dr. Francisco Paixão e à restante equipa daquela instituição museológica. Agradeço igualmente ao professor Simão Matos, pela simpatia com que me recebeu naquela que foi a antiga residência de Abel Viana em Beja.

Manifesto o meu agradecimento à Direção do Deutsche Archaeologische Institut de Madrid, em particular à sua Diretora, Professora Doutora Dirce Marzoli, ao Professor Doutor Thomas Schattner, e à equipa da biblioteca, pelas facilidades concedidas no decurso da nossa pesquisa. Agradeço igualmente à equipa do Museo Nacional de Arte Romano (Mérida), em especial à sua Diretora, Doutora Trinidad Nogales Basarrate, a Elisabeth Frago Pulido e a Nova Barrero Martín. Por toda a afabilidade e pelo precioso apoio concedido nas nossas estadas na biblioteca daquela instituição, o meu muito obrigada.

Cabe-me igualmente agradecer à Direção Geral do Património Cultural (DGPC) e à Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRCA), e em particular aos Técnicos dos respetivos Arquivos, pelas facilidades concedidas na consulta de processos. Agradeço também ao Instituto Camões, pela possibilidade de consulta dos processos da antiga Junta Nacional de Educação.

Aos proprietários dos terrenos visitados no decurso das nossas saídas de campo, devo um agradecimento pelas facilidades de acesso concedidas. Agradeço em particular ao Sr. Engenheiro José Luís Sommer d'Andrade, proprietário da Herdade de Font'Alva, por todas as informações facultadas e pela autorização para estudar uma epígrafe recolhida na sua propriedade.

Às funcionárias da Junta de Freguesia de Vila Fernando (Elvas), aqui fica o meu muito obrigada por todas as informações facultadas e pela visita à 'sala-museu' da Junta.

Devo um agradecimento especial ao Professor Doutor Desiderio Vaquerizo Gil – pelo incentivo e paciência, pelos ensinamentos e, acima de tudo, pelo exemplo e pela generosidade, o meu muito obrigada.

Agradeço igualmente a Jerónimo Sánchez Velasco e a Miguel Ángel Valero, não só pelas preciosas informações e bibliografia facultadas, mas também pelo incentivo e amizade.

À equipa do Centro de Ciência Viva de Estremoz, agradeço pela forma como me acolheram e me fizeram sentir em casa. Ao Noel Moreira, agradeço-lhe os ensinamentos de Geologia, bem como toda a generosa disponibilidade e ajuda.

Ao Noé Conejo Delgado, agradeço-lhe pelas preciosas ‘lições’ de Numismática facultadas ao longo da elaboração deste trabalho, e pelo companheirismo e pela partilha no estudo do tesouro monetário de Juromenha.

Agradeço aos antigos alunos da licenciatura em Arqueologia da Universidade de Évora: Catarina Oliveira, Frederico Vieira, Laura Largueiras, Ruben Barbosa e Rui Pencas, pela ajuda prestada numa das saídas de campo realizadas para identificação e relocalização dos arqueossítios estudados. À Laura agradeço também a informação facultada sobre os inventários do antigo Museu Municipal de Elvas e a ajuda nas consultas realizadas no Arquivo Municipal de Elvas.

Agradeço também à Catarina Alves, Carolina Grilo, Francisco Gomes, Irene Salinero Sánchez, João Almeida, Margarida Ralha, Naima Adnane e Teresa Rita Pereira. Devo um agradecimento especial à Tânia Dinis e à Vanessa Dias, responsáveis pela vectorização dos desenhos das peças. À Vanessa, a quem devo igualmente todo o tratamento das estampas, não tenho como agradecer o tempo, a generosa paciência e boa disposição com que me ajudou ao longo deste trabalho; pela preciosa ajuda, muito obrigada.

A Jesús García Sánchez, agradeço a elaboração dos mapas e todo o incentivo.

Por fim, cabe-me ainda agradecer à ‘mãe’ Alice, pela inestimável inspiração e carinho, à Dra. Maria João, e às amigadas de sempre, alheias ao tempo e à distância, e por isso tão valiosas - à Ana Patrícia, Isabel, Lara, Margarida, Mari, e Rute, o meu sincero e profundo obrigada. Agradeço à minha família, por todo o apoio, e em especial aos mais recentes membros do ‘clã’ – André, Sara e João Miguel. Bem vindos e bem-hajam, que a viagem seja feliz e luminosa.

“Só deploro o tempo e as oportunidades que dia a dia se perdem, e para sempre”

Abel Viana, 22/01/1930

(MNA – Legado JLV, Doc. 23213)

***“Não é a morte que confere ausência. O morto está ainda presente: todo o passado lhe
pertence.”***

Mia Couto

(In *A Confissão da Leoa*, 2012)

À memória do ‘Mestre’ Abel Viana.

À minha Família, eterno ponto de partida e de chegada.

ÍNDICE

Volume I

Agradecimentos	iii
INTRODUÇÃO	11
I. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	16
I.1. Localização Geográfica	16
I.2. Contexto Geomorfológico e Recursos Naturais	18
II. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	27
II.1. Sobre Abel Viana – vida e obra	27
II.2. Sobre a parceria Abel Viana e António Dias de Deus	43
II.2.1. O contexto, os intervenientes, a polémica e o contributo	43
II.2.2. A investigação sobre as «necrópoles céltico-romanas» alto alentejanas – vicissitudes e limitações, fontes e coleções museológicas	84
III. METODOLOGIA	125
III.1. Caracterização geral da amostra em estudo e opções metodológicas	125
III.2. O Catálogo	135
IV. AS NECRÓPOLES	144
IV.1. HERDADE DAS CARNINHAS (Portalegre/ Arronches/ Assunção)	
IV.1.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	144
IV.1.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	146
IV.1.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	147
IV.2. NOSSA SENHORA DO CARMO (Portalegre/ Arronches/ Assunção)	
IV.2.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	148
IV.2.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	149
IV.2.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	149
IV.3. A-DO-RICO (Portalegre/ Campo Maior/ N. Sra. Degolados)	
IV.3.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	150
IV.3.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	152
IV.3.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	153
IV.4. EIRA DO PERAL (Portalegre/ Monforte/ Santo Aleixo)	
IV.4.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	155
IV.4.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	158
IV.4.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	158
IV.5. HERDADE DE FONTALVA (Portalegre/ Elvas/ Santa Eulália)	
IV.5.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	161
IV.5.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	166

IV.5.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	168
IV.6. CHAMINÉ (Portalegre/ Elvas/ Barbacena e Vila Fernando)	
IV.6.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	169
IV.6.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	179
IV.6.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	193
IV.7. SERRONES (Portalegre/ Elvas/ Barbacena e Vila Fernando)	
IV.7.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	198
IV.7.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	201
IV.7.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	210
IV.8. ALCARAPINHA (Portalegre/ Elvas/ Barbacena e Vila Fernando)	
IV.8.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	213
IV.8.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	215
IV.8.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	216
IV.9. HORTA DA SERRA (Portalegre/ Elvas/ S. Brás e S. Lourenço)	
IV.9.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	217
IV.9.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	218
IV.9.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	219
IV.10. TORRE DAS ARCAS (Portalegre/ Elvas/ S. Brás e S. Lourenço)	
IV.10.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	221
IV.10.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	224
IV.10.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	233
IV.11. HORTA DAS PINAS (Portalegre/ Elvas/ S. Vicente e Ventosa)	
IV.11.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	239
IV.11.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	241
IV.11.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	245
IV.12. TERRUGEM (Portalegre/ Elvas/Terrugem e Vila Boim)	
IV.12.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	248
IV.12.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	253
IV.12.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	257
IV.13. HERDADE DA CAMUGEM (Portalegre/ Elvas/Terrugem e Vila Boim)	
IV.13.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	259
IV.13.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	261
IV.13.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	264
IV.14. PADRÃOZINHO (Évora/ Vila Viçosa/ Ciladas)	
IV.14.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	267
IV.14.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	273
IV.14.2.1. Padrãozinho 1	273
IV.14.2.2. Padrãozinho 2	274
IV.14.2.3. Padrãozinho 3	275

IV.14.2.4. Padrãozinho 4	276
IV.14.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	283
IV.15. OLIVAL DA SILVEIRINHA (Portalegre/ Elvas/Terrugem e Vila Boim)	
IV.15.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	291
IV.15.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	292
IV.15.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	293
IV.16. ANTA DO CARVÃO (Évora, Vila Viçosa, Ciladas)	
IV.16.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	295
IV.16.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	296
IV.16.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	297
IV.17. HERDADE DOS QUEIMADOS (Évora, Vila Viçosa, Ciladas)	
IV.17.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	299
IV.17.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	301
IV.17.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	302
IV.18. PADRÃO (Portalegre/ Elvas/ Assunção, Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso)	
IV.18.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	304
IV.18.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	306
IV.18.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	310
IV.19. MONTE DA OVELHEIRA (Portalegre/ Elvas/ Assunção, Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso)	
IV.19.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	314
IV.19.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	316
IV.19.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	317
IV.20. SÃO RAFAEL (Portalegre/ Elvas/ Assunção, Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso)	
IV.20.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	320
IV.20.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	321
IV.20.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	322
IV.21. CARDEIRA [Évora/ Alandroal/ União das freguesias de Alandroal (N. Sra. da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (N. Sra. Loreto)]	
IV.21.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	324
IV.21.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	326
IV.21.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	327
IV.22. JUROMENHA [Évora/ Alandroal/ União das freguesias de Alandroal (N. Sra. da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (N. Sra. Loreto)]	
IV.22.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos	330
IV.22.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias	332
IV.22.3. Espólio Funerário e Limites cronológicos propostos	333
V. O MUNDO FUNERÁRIO ROMANO NO NORDESTE ALENTEJANO – uma leitura de conjunto sobre as necrópoles intervencionadas por Abel Viana e António Dias de Deus	337
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS	377

ÍNDICE ANEXOS

Volume II

ANEXO 1:

- Créditos
- Siglas e Abreviaturas
- Documentação e Fontes
- Bibliografia
- Documentação transcrita
- **Anexo ao Subcapítulo IV.7.:** Descrição das tumulações e conjuntos funerários da necrópole de Serrones (Barbacena e Vila Fernando, Elvas, Portalegre).
- **Anexo ao Subcapítulo IV.10.:** Descrição das tumulações e conjuntos funerários da necrópole de Torre das Arcas (São Brás e S. Lourenço, Elvas, Portalegre).
- **Anexo ao Subcapítulo IV.14.:** Descrição das tumulações e conjuntos funerários do núcleo de enterramentos denominado Padrãozinho 4 (Ciladas, Vila Viçosa, Évora).

Volume III

ANEXO 2:

- Mapas
- Cartografia e Fotos de sítio
- Ilustrações de espólio e fontes documentais
- Representação gráfica de plantas de necrópoles e arquitetura tumular
- Quadros de Necrópoles
- Listagem Geral de Espólio
- Estampas
- Gráficos e Tabelas

Volume IV

ANEXO 3:

- Catálogo

ÍNDICE GERAL DE FIGURAS

- Fig. 1: Exemplo de Tabela de Necrópole, conforme constante de Anexo 2.
- Fig. 2: Localização da área geográfica em análise.
- Fig. 3: Localização dos espaços funerários em análise (autoria do mapa: Jesús García Sánchez).
- Fig. 4: Localização do sítio da Herdade das Carninhas (Assunção, Arronches, Portalegre) na Carta Militar de Portugal n.º 385 – Arronches (1: 25 000).
- Fig. 5: Vista geral do sítio da Herdade das Carninhas (SE-NW).
- Fig. 6: Vista geral do sítio da Herdade das Carninhas (SW-NE).
- Fig. 7: Localização do sítio de Nossa Senhora do Carmo (Assunção, Arronches, Portalegre) na Carta Militar de Portugal n.º 385 – Arronches (1: 25 000).
- Fig. 8: Vista geral do sítio de Nossa Senhora do Carmo – possível área de implantação da necrópole romana, na encosta Sul da antiga igreja (S-N).
- Fig. 9: Vestígios de construção sobre os quais assenta a antiga igreja de Nossa Senhora do Carmo (S-N).
- Fig. 10: Sepultura escavada na rocha identificada no sítio de Nossa Senhora do Carmo (SE-NW).
- Fig. 11: Localização do sítio de A-do-Rico (Nossa Senhora de Degolados, Campo Maior, Portalegre) na Carta Militar Fig.
- 12: Vista geral do sítio de A-do-Rico – possível área de implantação da necrópole romana e, ao longe o atual Monte do Rico (orientação S-N).
de Portugal n.º 386 - Degolados(1: 25 000).
- Fig. 13: Vista geral do sítio de A-do-Rico (NW-SE).
- Fig. 14: Localização do sítio de Eira do Peral (Santo Aleixo, Monforte, Portalegre) na Carta Militar de Portugal n.º 398 – Veiros (1: 25 000).
- Fig. 15: Vista geral do sítio de Eira do Peral (NW-SE).
- Fig. 16: Vista geral do sítio de Eira do Peral (N-S).
- Fig. 17: Localização dos sítios de Fontalva (traço cheio) e Torrão (traço interrompido) (Santa Eulália, Elvas, Portalegre) na Carta Militar de Portugal n.º 399 – Barbacena (1: 25 000).
- Fig. 18: Vista geral da Herdade de Fontalva, com o Castelo Velho de Fontalva ao fundo (SE-NW).
- Fig. 19: Vista geral do sítio de Torrão/ Terrão (SW-NE).
- Fig. 20: Localização dos sítios da Chaminé (traço interrompido) e Carrão (traço cheio) (Barbacena e Vila Fernando, Elvas, Portalegre) na Carta Militar de Portugal n.º 413 – Vila Fernando (1: 25 000).
- Fig. 21: Vista geral do sítio da Chaminé – possível área de implantação do espaço funerário, atualmente ocupada por um olival (N-S).
- Fig. 22: Vista geral do sítio da Chaminé – possível área de implantação do espaço funerário (S-N).

Fig. 23: Vista geral da presumível área de implantação da *villa* do Carrão, com atual monte agrícola da Chaminé ao fundo (W-E).

Fig. 24: Possíveis blocos de construção de estrutura de contenção e condução de água, de época romana, identificada no sítio do Carrão (SE-NW).

Fig. 25: Vista da estrutura absidada identificada no sítio do Carrão (W-E).

Fig. 26: Localização do sítio de Serrones (Barbacena e Vila Fernando, Elvas, Portalegre) na Carta Militar de Portugal n.º 413 – Vila Fernando (1: 25 000).

Fig. 27: Vista geral do sítio de Serrones (S-N).

Fig. 28: Vista geral do sítio de Serrones (N-S).

Fig. 29: Localização do sítio de Alcarapinha (Barbacena e Vila Fernando, Elvas, Portalegre) na Carta Militar de Portugal n.º 413 – Vila Fernando (1: 25 000).

Fig. 30: Vista geral do sítio de Alcarapinha (NE-SW).

Fig. 31: Vista geral do sítio de Alcarapinha (E-W).

Fig. 32: Localização do sítio de Horta da Serra (traço interrompido) e do sítio de Torre das Arcas (traço cheio) (São Brás e São Lourenço, Elvas, Portalegre) na Carta Militar de Portugal n.º 413 – Vila Fernando (1: 25 000).

Fig. 33: Vista geral do sítio de Horta da Serra (S-N).

Fig. 34: Vista geral do sítio de Torre das Arcas – a possível área de implantação do espaço funerário encontra-se atualmente ocupada por uma vinha (N-S).

Fig. 35: Localização do sítio de Horta das Pinas (São Vicente e Ventosa, Elvas, Portalegre) na Carta Militar de Portugal n.º 414 – Elvas (1: 25 000).

Fig. 36: Vista geral do sítio de Horta das Pinas, com a localização do antigo monte agrícola (N-S).

Fig. 37: Vista geral do sítio de Horta das Pinas (SW-NE).

Fig. 38: Localização do sítio da Terrugem (Terrugem e Vila Boim, Elvas, Portalegre) na Carta Militar de Portugal n.º 427 – Terrugem (1: 25 000).

Fig. 39: Vista geral do sítio da Terrugem (NE-SW).

Fig. 40: Vista geral do sítio da Terrugem (NW-SE).

Fig. 41: Localização do sítio de Camugem (traço cheio) (Vila Boim, Elvas) Padrãozinho (traço interrompido) (Ciladas, Vila Viçosa, Évora) e Anta do Carvão (círculo) (Ciladas, Vila Viçosa, Évora) na Carta Militar de Portugal n.º 427 – Terrugem (1: 25 000).

Fig. 42: Vista geral do sítio da Camugem (NE-SW).

Fig. 43: Vista geral do sítio de Padrãozinho (NW-SE).

Fig. 44: Vista geral do sítio de Padrãozinho (SW-NE).

Fig. 45: Anta do Carvão (S-N).

Fig. 46: Localização do sítio de Olival da Silveirinha (Terrugem e Vila Boim, Elvas, Portalegre) na Carta Militar de Portugal n.º 414 – Terrugem (1: 25 000).

Fig. 47: Vista geral do sítio de Olival da Silveirinha (SW-NE).

Fig. 48: Vista geral do sítio de Olival da Silveirinha (E-W).

Fig. 49: Localização do sítio de Herdade dos Queimados (traço interrompido) e do sítio de Padrão (traço cheio) (Ciladas, Vila Viçosa, Évora) na Carta Militar de Portugal n.º 427 – Terrugem (1: 25 000).

Fig. 50: Vista geral do sítio da Herdade dos Queimados (SE-NW).

Fig. 51: Vista geral do sítio do Padrão (W-E).

Fig. 52: Localização do sítio do Monte da Ovelheira (Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso, Elvas, Portalegre) na Carta Militar de Portugal n.º 428 – Ajuda (1: 25 000).

Fig. 53: Vista geral do Monte da Ovelheira (SE-NW).

Fig. 54: Vista parcial de estrutura de *natatio* localizada a NE do antigo monte agrícola da Ovelheira (NW-SE).

Fig. 55: Pormenor de aparelho construtivo romano sobre o qual assenta parcialmente um dos edifícios do antigo monte da Ovelheira (W-E).

Fig. 56: Vista geral de plataforma com mancha de dispersão de material de construção romano no sítio do Monte da Ovelheira (SE-NW).

Fig. 57: Localização do sítio de São Rafael (Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso, Elvas, Portalegre) na Carta Militar de Portugal n.º 428 – Ajuda (1: 25 000).

Fig. 58: Vista geral do sítio de São Rafael.

Fig. 59: Pormenor de sepulturas em São Rafael.

Fig. 60: Localização do sítio da Cardeira (traço interrompido) [União das freguesias de Alandroal (N. Sra. da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (N. Sra. Loreto), Alandroal, Évora] e do sítio de Juromenha (traço cheio) [União das freguesias de Alandroal (N. Sra. da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (N. Sra. Loreto), Alandroal, Évora] na Carta Militar de Portugal n.º 441 – Juromenha (1: 25 000).

Fig. 61: Vista geral do sítio da Cardeira (NW-SE).

Fig. 62: Vista parcial do sítio da antiga escola de Juromenha (SW-NE).

Fig. 63: Espólio de A-do-Rico – ilustrações realizadas na década de 50 e constantes do Caderno *Elvas* (AFCB: [s.a.], [s.d.])a)

Fig. 64: Sarcófago da Eira do Peral (Catál. EPE.li.001) nas instalações do antigo Museu Municipal de Elvas. [Foto gentilmente cedida pelos Serviços da Biblioteca Municipal de Elvas].

Fig. 65: Estado atual do sarcófago da Eira do Peral nas Reservas da Câmara Municipal de Elvas – vista geral.

Fig. 66: Sarcófago da Eira do Peral.

Fig. 67: Tampa do sarcófago da Eira do Peral, atualmente nas Reservas da Câmara Municipal de Elvas (Manutenção Militar).

Fig. 68: Lápide funerária recolhida na Herdade de Font'Alva (FE 145, n.º 592).

Fig. 69: *Vidro da Chaminé* – Catál. CHA.vi.001 (MRB: [s.a.], [s.d.], Pasta 40)

Fig. 70: *Achados em 4-9-949* – documento referente à exploração do sítio da Chaminé (MRB: DEUS, 04/09/1949, Pasta 97)

Fig. 71: Caderno da autoria de Manuel Heleno, intitulado «Nº 1/ 1949/ Cambelas, nº 3/ Antiguidades de Elvas e de Torres Vedras (nº 3)/ (Cambelas)/ Arronches (contas)/ Outubro de 1949» (MNA: APMH/2/18/1).

Fig. 72: Negativo de fotografia de mosaico identificado no sítio do Carrão (MRB: sem indicação de autoria ou data).

Fig. 73: *Necrópole dos Serrones* – anotações de campo, atribuídas a A. Dias de Deus, relativas às sepulturas de Serrones (MRB: DEUS, [s.d.]e, Pasta 97).

Fig. 74: Planta da necrópole de Serrones (MRB: DEUS, [s.d.]b, Pasta 97).

Fig. 75: Peça SER.vi.001_18, conforme ilustração constante do Caderno Elvas (AFCB: [s.a.], [s.d.]a).

Fig. 76: Planta da necrópole de Horta da Serra (MRB: [s.a.], [s.d.]a).

Fig. 77: Espólio de Torre das Arcas – ilustrações realizadas na década de 50 e constantes do Caderno Elvas (AFCB: [s.a.], [s.d.]a).

Fig. 78: Peça TDA.mt.015_17, conforme ilustração constante do Caderno *Elvas* (AFCB: [s.a.], [s.d.]a).

Fig. 79: *Descobertas das “Pinas”* – anotações relativas à descoberta da necrópole e atribuídas a A. Dias de Deus (MRB: DEUS, [s.d.]).

Fig. 80: *Achados em 7-8-949* – anotações relativas às sepulturas da Camugem (MRB: DEUS, 07/08/1949, p. 1).

Fig. 81: *Achados em 7-8-949* – anotações relativas às sepulturas da Camugem (MRB: DEUS, 07/08/1949, p. 2).

Fig. 82: Lápide funerária recolhida por A. Dias de Deus na Herdade da Camugem (Catál. CMG.epi.001 – IRCP 585).

Fig. 83: Lápide funerária recolhida por A. Dias de Deus na Herdade da Camugem (Catál. CMG.epi.002 – IRCP 597).

Fig. 84: Lápide funerária proveniente da Herdade da Camugem (Catál. CMG.epi.003 – IRCP 592).

Fig. 85: Lápide funerária proveniente da Herdade da Camugem (Catál. CMG.epi.004 – IRCP 594).

Fig. 86: Lápide funerária proveniente da Herdade da Camugem (Catál. CMG.epi.005 – FE 25, n.º 116).

Fig. 87: *Descobertas em 31-10-951/ Pedrãozinho* – anotações de campo relativas às sepulturas de Pedrãozinho 4 e atribuídas a A. Dias de Deus, (MRB: DEUS, [s.d.]b, Pasta 97).

Fig. 88: Pormenor de anotações de campo atribuídas a A. Dias de Deus – sepultura 62 de Pedrãozinho 4 (MRB: DEUS, [s.d.]b, Pasta 97, f. 35).

Fig. 89: *Planta do Campo de urnas* identificado em Pedrãozinho (MRB: [s.a.], [s.d.]g, Pasta 39).

Fig. 90: Anotações de Abel Viana relativas à sepultura identificada em Olival da Silveirinha em Novembro de 1961 (AFCB: VIANA, 17/11/1961).

Fig. 91: Referência, por Domingos Lavadinho, aos achados na Cardeira e às pesquisas e ofertas de A. Dias de Deus, no jornal *Linhas de Elvas* (24/02/1951).

Fig. 92: *Explorações efectuadas em 4 de Janeiro de 1950* – anotações de campo relativas à exploração das sepulturas identificadas em Juromenha e atribuídas a A. Dias de Deus, (MRB: DEUS, 04/01/1950, Pasta 97).

Fig. 93: *Paço Ducal de Vila Viçosa. Secção Arqueológica* – caderno de Abel Viana, com anotações diversas sobre a Colecção de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança (AFCB: VIANA, [s.d]).

Fig. 94: Carta endereçada por Abel Viana a A. Dias de Deus, com recomendações sobre as medições das peças (MRB: VIANA, 07/10/1950, p. 1).

Fig. 95: Carta endereçada por A. Dias de Deus a M. Heleno, a propósito da ‘questão’ da Chaminé e das peças cedidas em empréstimo pelo funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando ao então Museu Etnológico (AFCB: DEUS, [s.d.]b, p. 1).

Fig. 96: Carta endereçada por Manuel Heleno a A. Dias de Deus, a propósito da ‘questão’ da Chaminé e Carrão (MRB: HELENO, 03/03/1950, p. 1).

Fig. 97: *Relação de objectos enviados ao Museu de Vila Viçosa* (MRB: [s.a.], [s.d.]b).

Fig. 98: Tumulação do campo de urnas da Chaminé (VIANA & DEUS, 1958, p. 148, Est. I, 3; MRB: Pasta 24).

Fig. 99: Conjunto funerário de tumulação alto imperial identificada no arqueossítio da Chaminé (VIANA & DEUS, 1958, p. 148, Fig. 5. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 100: Planta da necrópole de Serrones, baseada em VIANA & DEUS, 1955c (p. 22) e em fontes documentais (MRB: DEUS, [s.d.]b, Pasta 97. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 101: Tumulações de Serrones, segundo VIANA & DEUS, 1955c (p. 25 – Fig. 14).

Fig. 102: Planta da necrópole de Horta da Serra (MRB: Pasta 97. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 103: Planta da necrópole de Torre das Arcas (VIANA & DEUS, 1955a, p. 245 – Fig. 1. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 104: Tipos de tumulações representados na necrópole de Torre das Arcas (VIANA & DEUS, 1955a, p. 247 – Fig. 2. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 105: Planta da necrópole de Horta das Pinas (VIANA & DEUS, 1955a, p. 245 – Fig. 1. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 106: Tipos de tumulações representados na necrópole de Horta das Pinas (VIANA & DEUS, 1958, p. 12 – Fig. 3, n.ºs 1-a a 5. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 107: Tipos de tumulações representados na necrópole de Horta das Pinas (VIANA & DEUS, 1958, p. 13 – Fig. 4. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 108: Planta da necrópole da Terrugem (VIANA, 1950, Fig. 19. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 109: Sepulturas com ossário da necrópole da Terrugem (VIANA, 1950, Fig. 2, n.ºs 8 e 9. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 110: Tumulações da Camugem (VIANA, 1950, Fig. 20. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 111: Planta do núcleo de enterramentos denominado Padrãozinho 1, com a indicação das sepulturas (a branco) que terão fornecido espólio (VIANA & DEUS, 1955c, p. 1, Fig. 1. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 112: Planta do núcleo de enterramentos denominado Padrãozinho 2 (VIANA & DEUS, 1955c, p. 2, Fig. 2. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 113: Planta do núcleo de enterramentos denominado Padrãozinho 4, com indicação de áreas de *ustrinum* (VIANA & DEUS, 1955c, p. 3, Fig. 3. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 114: Tumulação identificada no sítio de Olival da Silveirinha (AFCB: VIANA, 17/11/1961. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 115: Planta de sepultura, de época romana ou tardo-antiga, identificada na Anta do Carvão (AFCB: [s.a.], [s.d.]a; VIANA & DEUS, 1955b, Fig. 5).

Fig. 116: Tipos de tumulações documentados na necrópole do Padrão (VIANA & DEUS, 1958, p. 12, Fig. 3. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 117: Tumulação documentada na necrópole do Padrão - em caixa, com lajes formando paredes duplas (VIANA & DEUS, 1958, p. 18, Fig. 6. Original adaptado por Vanessa Dias).

Fig. 118: Disposição de oferendas fúnebres nas sepulturas 3, 6, 9 e 17 da necrópole do Padrão (VIANA & DEUS, 1958, p. 16, Fig. 5. Original adaptado por Vanessa Dias).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como temática central o estudo das designadas «necrópoles céltico-romanas elvenses». Entenda-se esta designação como o conjunto de necrópoles identificadas, referenciadas e, num significativo número de casos, escavadas por António Dias de Deus e outros funcionários da antiga Colónia Agrícola Correccional de Vila Fernando (Elvas), durante as décadas de 40 e 50 do séc. XX, no território do atual Nordeste Alentejano, e em particular na região de Elvas. A escolha do tema em causa resulta do desafio lançado pelo nosso orientador, o Professor Doutor Carlos Fabião, na sequência da conclusão do nosso estudo sobre a necrópole romana da Rouca (Alandroal, Évora), elaborado no âmbito da dissertação de Mestrado em Arqueologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no ano de 2010 (ROLO, 2010). Neste sentido, reconheceu-se a necessidade e mais valia de se proceder ao estudo sistemático e compilação de todos os dados relativos aos espaços funerários em questão. A nossa intenção não foi a de substituir-nos aos estudos previamente realizados por outros investigadores sobre o espólio atribuído a estas necrópoles; foi antes congregar toda a informação disponível e complementá-la, na medida do possível, com novos dados que nos permitissem esboçar um retrato geral dos trabalhos arqueológicos levados a cabo em meados da passada centúria, bem como da realidade funerária romana posta a descoberto no decurso desses mesmos trabalhos.

Estabeleceu-se assim como objecto de estudo um conjunto de 22 arqueossítios, associados a evidências arqueológicas de natureza funerária e a cronologias diversas, compreendidas, grosso modo, entre a II Idade do Ferro e a Antiguidade Tardia. Têm em comum, não só o facto de corresponderem a arqueossítios escavados ou meramente identificados, entre os anos 40 e 50, pelos funcionários do estabelecimento correccional de Vila Fernando (contando, a partir de 1949, com a colaboração de Abel Viana), mas também a ‘condição’ de espaços funerários em contexto rural. Apesar da lata cronologia de alguns dos arqueossítios, e ainda que não abdicássemos de uma visão geral de cada um, a nossa atenção focou-se sobretudo na utilização feita dos espaços em época romana. A seleção da amostra de necrópoles sobre as quais centramos a nossa análise baseou-se fundamentalmente nas fontes documentais consultadas e nas informações obtidas a partir dos artigos publicados, nas décadas de 50 e 60 do século XX, pelos intervenientes diretos nos trabalhos de reconhecimento e escavação destas necrópoles – Abel Viana, António Dias de Deus (Preceptor-Adjunto da Colónia Correccional de Vila Fernando), e o pároco local, Henrique da Silva Louro. Eis, portanto, o ponto de partida para o nosso projeto de investigação.

Para além das publicações da autoria dos ‘pesquisadores’, procedeu-se à identificação, levantamento atualizado e estudo de diversas fontes documentais (Acervos Documentais do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, Museu Nacional de Arqueologia, Museu Regional de Beja, e Direção Geral do Património Cultural; Biblioteca Nacional, Arquivo Distrital de Elvas, Arquivo Distrital de Portalegre, e Instituto Camões), procurando estabelecer a devida articulação da informação recolhida com os dados publicados. A este nível, revestiram-se de especial importância o espólio documental de Abel Viana, à guarda do Museu Regional de Beja, composto por variada documentação produzida pelo arqueólogo durante as quase três décadas que viveu naquela cidade; o espólio documental do Arquivo do Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança; e a inestimável ajuda do Dr. António Martins da Costa Viana, sobrinho de Abel Viana, que generosamente nos disponibilizou um vasto conjunto de documentação (fotográfica e epistolar) do Arquivo do Professor Mário Viana, irmão do arqueólogo. Aquilo a que nos propusemos foi, mais do que uma mera revisão da informação conhecida e publicada, proceder a uma abordagem sistemática de todos dados referentes a estas intervenções, que se traduzisse numa visão global e integrada das necrópoles romanas alto alentejanas escavadas pelos funcionários da Colónia Correccional e Abel Viana. Para tal tomaram-se como pedras basulares do nosso estudo, por um lado, a organização e análise crítica das fontes documentais disponíveis e de toda a informação que, de forma dispersa e desarticulada entre si, se encontra publicada sobre as necrópoles e/ou respetivo espólio; e, por outro, o levantamento atualizado dos materiais exumados, privilegiando, sempre que possível, o estudo dos conjuntos sepulcrais e o entendimento de cada espaço funerário como um todo.

Desde logo se tornou evidente que o total de 22 espaços de enterramento documentado pelos autores constituía apenas uma parte de um vasto conjunto de sítios, de cronologias e características bastante diversas, explorados entre 1934 e 1955, ao longo de um dilatado perímetro de acção que, a partir de Vila Fernando, abarcou a zona oriental do distrito de Portalegre (concelhos de Elvas, Campo Maior, Arronches, Monforte, Fronteira, e Avis) e se estendeu até ao norte do distrito de Évora (concelhos de Mora, Estremoz, Borba, Vila Viçosa, e Alandroal). Assim sendo, a amostra de espaços funerários em análise concentra-se em especial no território do actual concelho de Elvas (Alcarapinha, Herdade da Chaminé, Herdade da Camugem, Herdade de Fontalva, Horta das Pinas, Horta da Serra, Monte da Ovelheira, Herdade do Padrão, São Rafael, Serrones, Terrugem e Torre das Arcas), mas distribui-se também pelo território dos actuais concelhos de Monforte (Eira do Peral), Arronches (Nossa Sra. do Carmo e Herdade das Carninhas), Campo Maior (A-do-Rico), Vila Viçosa (Padrãozinho, Olival da Silveirinha, Anta do Carvão e Herdade dos Queimados), e Alandroal (Cardeira e Juromenha). Através

da realização de várias saídas de campo, e partindo dos dados disponíveis, procurou-se proceder à identificação, realocização e georreferenciação dos sítios. Na maior parte dos casos, a ausência de evidências arqueológicas visíveis, quer em virtude da profunda transformação da paisagem pelo incremento da actividade agrícola, quer por deficientes condições de visibilidade aquando das incursões no terreno, permitiu apenas uma identificação aproximada dos locais onde, há mais de cinco décadas, se supõe que tenham sido identificadas as necrópoles.

Tendo em vista a gestão da multiplicidade dos dados que tínhamos em mãos, concebeu-se, num plano teórico, uma abordagem estruturada em três graus de análise fundamentais, assente na premissa fundamental de *“relacionar a dinâmica dos elementos particulares para a compreensão do geral (o sítio)”* (CARNEIRO, 2014, II, p. 324). Definiu-se então, como objectivo primordial a identificação e estudo preliminar da totalidade do espólio artefactual atribuído aos arqueossítios, concedendo especial atenção à reconstituição de conjuntos funerários, com vista à aferição de cronologias para cada contexto em particular. Paralelamente, foi nossa intenção a leitura sincrónica e diacrónica de cada espaço funerário (MORENO ROMERO, 2006, p. 28) e a análise do registo arqueológico funerário na sua multidimensionalidade. Desta forma, procurou-se entrever nos registos conhecidos e disponíveis, para além dos depósitos funerários em si mesmos, variáveis como a implantação topográfica dos enterramentos, a respetiva orientação e organização espacial, a arquitetura e morfologia das sepulturas, e os ritos e crenças associados às práticas funerárias e cristalizados no registo arqueológico. Passando a uma segunda escala de análise, concebeu-se o estudo de cada necrópole entendida como realidade agregadora, isto é, como um espaço criado e pensado em função de um propósito bem definido, moldado pela matriz cultural vigente e pelo respetivo enquadramento temporal. A este nível privilegiou-se a definição de cronologias de utilização para os espaços funerários e a apreciação da representatividade dos dados no quadro de referência do mundo funerário romano conhecido para o atual território alto alentejano. Por fim, em terceiro lugar, e numa escala de âmbito mais alargado, pretendeu-se abordar a relação entre espaços da morte e espaços de vida, numa tentativa de compreender a dinâmica de povoamento e a realidade socioeconómica e cultural das populações que habitaram a região em análise e deram uso a estes diversos espaços funerários. Para tal procurámos inferir eventuais fluxos de importação da cultura material (e imaterial), identificar padrões de fabrico, distribuição e consumo da cerâmica de produção local/regional, reconhecer diferentes graus de aculturação, e compreender em que medida a relativa proximidade geográfica espelharia ou não uma proximidade cultural.

Cabe-nos, todavia, assinalar que a intenção de explorar todo o potencial informativo das ditas «necrópoles céltico-romanas», conforme a estratégia e objectivos teoricamente definidos numa fase inicial do nosso estudo, se revelou uma tarefa condicionada e sucessivamente reajustada às limitações que encerravam os dados com que fomos trabalhando. A exequibilidade da nossa intenção encontra-se posta em causa, *a priori*, pelos condicionalismos inerentes às vicissitudes do trabalho de escavação e registo sobre os arqueossítios em questão, bem como às condições do posterior tratamento e acondicionamento dos materiais exumados. De facto, para além de alguma negligência verificada na organização, tratamento e acondicionamento do espólio (peças danificadas, peças com intervenções de restauro comprometedoras, peças não localizadas ou que se perderam), da dispersão deste por diferentes instituições museológicas (Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança, antigo Museu Municipal de Elvas, Museu Geológico/ LNEG, e Museu Nacional de Arqueologia), das lacunas de informação registadas ao nível da descrição e inventário das peças, e dos lapsos nas ilustrações e legendas dos textos publicados, a principal limitação que, a montante, comprometeu, de forma irremediável, o estudo destes espaços funerários reside no próprio processo de escavação. Para além da ausência de metodologia e critérios científicos, as recolhas e trabalhos efectuados não terão sido, na maioria dos casos, objecto de qualquer tipo de registo. Só a partir de finais da década de 40, com o início da colaboração de Abel Viana, parece ter-se instituído tal prática, por sugestão do arqueólogo. Contudo, a adopção deste ‘novo hábito’ revelou-se incipiente e lacunar, se atendermos, não só às exigências atuais da ciência arqueológica, mas também às características dos próprios sítios intervencionados. Exemplo elucidativo disso mesmo é o facto de mais de metade da amostra de materiais estudados e apresentados no presente trabalho corresponder a espólio sem contexto de sepultura conhecido.

Deste modo, houve a necessidade de repensar e readaptar a estratégia definida num momento inicial do nosso projecto de investigação, tendo este acabado por converter-se no produto da conjugação possível entre as questões formuladas aprioristicamente e as respostas viáveis a partir da evidência arqueológica e dados conhecidos; da consciência (e necessária gestão) das dificuldades que, amiúde, se revelaram incontornáveis na abordagem da temática de estudo; e, em paralelo, da necessidade de conhecer o contexto conjuntural que conduziu às pesquisas e recolhas iniciadas por António Dias de Deus e António Luís Agostinho no segundo quartel do séc. XX. No decurso da nossa investigação, tomámos consciência da necessidade de esclarecer, tanto quanto as fontes e os dados disponíveis nos permitissem, a história dos trabalhos realizados nas necrópoles em estudo. Com o intuito de trazer alguma luz sobre um momento muito particular da Arqueologia portuguesa, e em especial, sobre um

fenómeno de, dir-se-ia, ‘Arqueologia regional’, entendeu-se que o propósito de conhecer e caracterizar a realidade arqueológica destes espaços funerários passaria, em primeiro lugar, por identificar e caracterizar os agentes das ‘pesquisas’, o contexto em que atuaram, a motivação que os moveu e o seu *modus operandi*. Nesta nossa incursão pela historiografia da Arqueologia nacional, e designadamente no retrato que se procurou traçar da parceria entre Abel Viana e António Dias de Deus, cabe-nos reconhecer que não fomos capazes de manter a desejada “*asepsia científica*” (FABIÃO, 1999, pp. 104-105), tendo-se procurado, acima de tudo, fazer um discurso equilibrado e justo, sem comprometer a objectividade mas com a empatia necessária para (re)conhecer o outro e o seu contexto.

Em última instância, os objectivos do presente trabalho visam ir ao encontro de um repto lançado pelo próprio Abel Viana na sua obra *Algumas noções elementares de Arqueologia prática* (1962a), publicada depois de várias décadas dedicadas à atividade arqueológica, e dois anos antes do seu falecimento. Aí pode ler-se: “*tarefa verdadeiramente benemérita será a atualização das conclusões contidas na literatura arqueológica do nosso país, assim como a rectificação de muitos lapsos que, se aos mais sabedores não causa embaraço de monta, lança os principiantes e os inexperientes em séria confusão*” (VIANA, 1962a, p. 199). Sem pretensões ‘beneméritas’ e assumindo a condição de ‘principiante’ no estudo da polifacetada obra de Abel Viana, reconhece-se que, não raras vezes, nos vimos enleados na ausência de respostas ou nas (não menos frustrantes) contradições entre os dados disponíveis, bem como nas dificuldades de identificação, localização e gestão de um vasto espólio. À margem de tais condicionalismos, pretendeu-se proceder à recuperação e atualização do conjunto da informação relativa às designadas «necrópoles céltico-romanas elvenses», reunindo-a num *corpus* que, se espera, possa constituir um contributo para o estudo do mundo funerário romano no atual território Norte Alentejano e o ponto de partida para nova e mais aturada investigação sobre esta temática.

I.

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

I.1. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Os 22 arqueossítios que nos propomos analisar encontram-se distribuídos, de Norte para Sul, pelo território dos atuais concelhos de Arronches, Monforte, Campo Maior e Elvas, no distrito de Portalegre; e dos atuais concelhos de Vila Viçosa e Alandroal, no distrito de Évora. É na área do distrito de Portalegre que se concentra a maioria (17) destes espaços funerários: Herdade das Carninhas (Assunção, Arronches; CMP 385), Nossa Senhora do Carmo (Assunção, Arronches; CMP 385), A-do-Rico (Nossa Senhora da Graça dos Degolados, Campo Maior; CMP 386), Eira do Peral (Santo Aleixo, Monforte; CMP 398), Herdade de Fontalva (Santa Eulália, Elvas; CMP 399), Chaminé (Barbacena e Vila Fernando, Elvas; CMP 413), Serrones (Barbacena e Vila Fernando, Elvas; CMP 413), Alcarapinha (Barbacena e Vila Fernando, Elvas; CMP 413), Horta da Serra (São Brás e São Lourenço, Elvas; CMP 413), Torre das Arcas (São Brás e São Lourenço, Elvas; CMP 413), Horta das Pinas (São Vicente e Ventosa, Elvas; CMP 414), Terrugem (Terrugem e Vila Boim, Elvas; CMP 427), Herdade da Camugem (Terrugem e Vila Boim, Elvas; CMP 427), Olival da Silveirinha (Terrugem e Vila Boim, Elvas; CMP 427), Herdade do Padrão (Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, Elvas; CMP 427), Monte da Ovelheira (Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, Elvas; CMP 428), e São Rafael (Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, Elvas; CMP 428). Na área do atual distrito de Évora, contamos com os arqueossítios da Herdade de Padrãozinho (Ciladas, Vila Viçosa; CMP 427), anta do Carvão (Ciladas, Vila Viçosa; CMP 427), Herdade dos Queimados (Ciladas, Vila Viçosa; CMP 427), Cardeira (União das freguesias de Alandroal, São Brás dos Matos e Juromenha, Alandroal; CMP 441), e Juromenha (União das freguesias de Alandroal, São Brás dos Matos e Juromenha, Alandroal; CMP 441).¹

Da análise da distribuição geográfica da nossa amostra de sítios ressalta, desde logo, a função polarizadora que Vila Fernando desempenhou como base logística para a atividade arqueológica desenvolvida por A. Dias de Deus e A. Luís Agostinho. A distribuição dos espaços funerários de cronologia romana e/ou tardo-antiga identificados é ilustrativa disso mesmo, sendo possível delimitar para estas ‘pesquisas’ um raio de acção de aproximadamente 20 km, equivalente a uma área não

¹ A localização e descrição da implantação topográfica de cada um dos arqueossítios listados é apresentada, em detalhe, ao longo do Capítulo IV. do presente trabalho.

superior a 1400 km².² Neste perímetro, destaca-se, por ocupar a posição mais setentrional, a necrópole da Herdade das Carninhas, a cerca de 2 km para sul da vila de Arronches. Por sua vez, o arqueossítio da Eira do Peral, a aproximadamente 10 km a sul da vila de Monforte, assinala o limite oeste do território explorado, e o Monte da Ovelheira o limite leste, a cerca de 3, 6 km para SE da cidade de Elvas. O espaço funerário de época romana identificado mais a sul corresponde à estação arqueológica explorada no sítio da escola primária de Juromenha, prolongando-se assim a área de atuação dos ‘pesquisadores’ até à zona setentrional do concelho do Alandroal.

Deste modo, se, por um lado, a amostra de sítios em estudo abrange parte do designado «Nordeste Alentejano», conforme definido por Frade & Caetano – *“Por Nordeste Alentejano entenda-se a área do Alto Alentejo que, correspondendo maioritariamente ao distrito de Portalegre, é limitada pelo Rio Tejo, a Norte; pelos Rios Sever, Xévorá e pelas Serra de São Mamede, a Leste; pela Serra de Ossa, a Sul; e, a oeste, pela linha de elevações que vai do Gavião a Ponte de Sor e que, continuadas pelo Vale do Rio Sor, parecem separar geograficamente esta zona das planícies ribatejanas”* (1993, p. 847); por outro, ao estender-se ao território dos atuais concelhos de Vila Viçosa e Alandroal, integra também parte da denominada região do «Alentejo Central», correspondente ao território do distrito de Évora (CALADO, BARRADAS & MATALOTO, 1999, p. 18; ROCHA, 2009/2010, pp. 46 e 49). Neste sentido, e no que respeita ao enquadramento sub-regional da área definida pelo conjunto das 22 necrópoles, considera-se fundamental ter em linha de conta dois aspectos: em primeiro lugar, o facto da mancha de arqueossítios em análise não ultrapassar a Serra de Ossa, definida como limite-sul da região do Nordeste Alentejano, de acordo com a proposta dos autores citados (FRADE & CAETANO, 1993, p. 847); e, em segundo lugar, o *“princípio da solidariedade das regiões contíguas”* (RIBEIRO, 1987, p. 73), já evocado noutra ocasião (ROLO, 2010, I, p. 25). Em relação ao primeiro, encara-se a Serra de Ossa como *“um limite natural, homogéneo e definidor: (...), que bloqueia as fronteiras administrativas de Borba, Vila Viçosa e Estremoz e as separa do sul do distrito onde estão colocadas”*, e que *“funciona assim como a fronteira natural, definindo o que é o Alto Alentejo e a separação face ao território de Évora e à peneplanície do Alentejo Central”* (CARNEIRO, 2014, I, p. 22). Em relação ao segundo aspecto, abstraindo-nos da rigidez e artificialidade dos conceitos geográficos e das designações de âmbito administrativo, e atendendo ao *“ar de família”* (RIBEIRO, 1987, p. 73) da nossa amostra no que

² Os valores apresentados servem apenas de referência para o quadro das «necrópoles céltico-romanas» exploradas. Tanto quanto nos foi possível apurar, o raio de ação dos ‘pesquisadores’ de Vila Fernando extrapolou a área em análise, estendendo-se pelo atual território de 10 concelhos, seis dos quais no distrito de Portalegre e os restantes no distrito de Évora. A propósito ver Subcapítulo II.2.1.

respeita à natureza das evidências arqueológicas em análise e às práticas e concepções socioculturais subjacentes (FRADE & CAETANO, 1993), parece-nos fazer sentido o enquadramento da área em estudo no denominado «Nordeste Alentejano». Em rigor, assume-se que o território em causa integra o termo sul do Nordeste Alentejano, ou, se preferirmos, do designado Alto Alentejo (*“constituído pelo distrito de Portalegre e norte de Évora”* – RIBEIRO, 1929, p. 6), concebido como o termo de Elvas e região limítrofe, não ultrapassando, para Norte, a metade inferior do território do atual concelho de Arronches, e, para Sul, a metade superior da área do atual concelho do Alandroal.³ Cientes do *“absurdo que constitui a actual investigação arqueológica continuar a pautar-se por critérios circunscritos às fronteiras nacionais (se não mesmo aos contornos concelhios, por razões de ordem pragmática), quando na Antiguidade os territórios de referência tinham outras dimensões, limites e fronteiras”* (FABIÃO, 1998, I, p. 32), assumimos que, ‘por razões de ordem pragmática’, se optou por centrar o nosso estudo no território abrangido pelos 22 arqueossítios, ou melhor, na cartografia das necrópoles identificadas e dadas a conhecer no decurso das ‘pesquisas’ de A. Dias de Deus e Abel Viana. Assim, no presente caso, à *“artificialidade anacrónica das delimitações municipais”* (CARNEIRO, 2014, I, p. 21) acrescenta-se a da área definida pelo conjunto de arqueossítios em análise (ALMEIDA, 2000, pp. 57 e 59). Trata-se de uma parcela circunscrita do território alto alentejano, definida por critérios de ordem funcional, isto é, de um quadro conjuntural em que se conciliaram, por um lado, o interesse e disponibilidade de recursos por parte de funcionários da Colónia de Vila Fernando para levar a cabo ‘pesquisas arqueológicas’, e, por outro, a ocorrência de numerosos achados no decurso da *“tractorização da agricultura”* (CARNEIRO, 2014, II, p. 174), impulsionada na região a partir de meados do segundo quartel do séc. XX. A notória concentração dos espaços funerários explorados no atual perímetro concelhio de Elvas e a identificação de um horizonte cultural genericamente comum terão justificado a denominação de «necrópoles céltico-romanas elvenses», atribuída pelos próprios ‘pesquisadores’ (VIANA & DEUS, 1950a).

I.2. CONTEXTO GEOMORFOLÓGICO E RECURSOS NATURAIS

³ Ao longo do presente trabalho adopta-se o uso da designação «Nordeste Alentejano», apesar de estarmos conscientes de que esta não se afigura consensual. Não obstante, tendo em conta o âmbito geográfico da nossa amostra, e atendendo a que a designação em causa se trata de um termo amplamente utilizado nos estudos de Geologia e de que se conta também, pelo menos no âmbito das Ciências Naturais, com o termo «Noroeste Alentejano», considerou-se pertinente a sua aplicabilidade. Por sua vez, o conceito de Alto Alentejo, igualmente utilizado, pareceu-nos preferível ao de Norte Alentejano, como *“expressão neutra que elimina o facto de “Norte Alentejo” se encontrar vinculado ao distrito de Portalegre”* (CARNEIRO, 2014, I, p. 22).

Assumindo a ideia de que *“the place and the people are conceptually fused. The society derives meaning from place, the place is defined in terms of social relationships, and the individuals in the society are not alienated from the land”* (SACK, 1980, p. 177, *apud* VALERA, 2000, p. 115), procede-se a uma breve caracterização dos recursos naturais e geomorfologia do território em análise.

A área geográfica a que se reporta a nossa amostra de estudo integra o designado Maciço Ibérico e, em particular, a zona paleogeográfica e tectónica de Ossa-Morena. Ocupa a região do interflúvio que separa o rio Tejo do rio Guadiana, e caracteriza-se por uma paisagem diversificada, *“onde formas suavemente abauladas são dominadas por colinas e serras circunscritas, geralmente alinhadas de NW para SE”* (RIBEIRO, LAUTENSACH & DAVEAU, 1995, pp. 217-218). Em moldes gerais, trata-se de uma orografia de ondulado suave, intercalado por plataformas de ampla visibilidade, onde ressalta uma paisagem de povoamento disperso, dominada pelo montado de azinho e sobro, por extensas áreas de olival e vinha, e por manchas de policultivo e de vegetação arbustiva. Esta última, hoje em dia progressivamente mais reduzida em função da *“domesticação” do montado*, terá funcionado, durante a Antiguidade e Tardo-Antiguidade, como importante reserva cinegética (ALMEIDA, 2000, pp. 61-62). A associação entre o montado e as culturas de regadio garante a esta região um elevado grau de biodiversidade (vegetal e animal) (BRITO, 2000, p. 38) e uma paisagem distintiva no seio do território alentejano. Em termos geológicos e petrográficos, trata-se de uma região complexa e heterogénea, composta na sua maior parte por formações precâmblicas e câmblicas, marcadas pela presença de rochas eruptivas, designadamente graníticas e hipercálcicas (GONÇALVES, 1970b, p. 7; GONÇALVES, 1971, p. 7). Apesar da diversidade geológica, sobressai a representatividade da série granítica (na faixa de contacto com a zona Centro-Ibérica, a nordeste da área em estudo, e nas manchas de granitos intrusivos que moldam a paisagem para sudeste) e das rochas carbonatadas, em particular os mármore calcíticos que, pela sua elevada qualidade, constituem um dos principais recursos naturais e de exploração económica da região alto alentejana. Entre as formações geológicas mais relevantes do termo sul do nordeste alentejano, destacamos a série Câmbrica de Elvas, bem documentada entre o território desta cidade e Alter do Chão (GONÇALVES, 1970b, p. 21). Integra o chamado sinclinal de Zafra-Llerena e é formada, ao nível da base, por depósitos terciários (particularmente representados nas áreas a leste de Elvas e do Monte do Carvão, e para noroeste, entre Vaíamonte e Alter do Chão), aos quais se sucedem a série carbonatada (presença de manchas de calcários cristalinos em São Braz e a norte de Elvas, bem como na zona a oeste de Vila Boim e a nordeste de Vila Fernando, onde, para além dos calcários cristalinos, se regista a ocorrência de quartzitos micáceos), os «xistos de Vila Boim» e os «xistos da Terrugem» (GONÇALVES, 1970b, pp.

8-9, 18-19). A norte de Elvas concentra-se o denominado Precâmbrico de Elvas, composto, grosso modo, por xistos negros luzentes, intercalados com grauvaques, quartzitos e calcários cristalinos, e igualmente representado em manchas pontuais na área mais a sul (na transição para o território concelhio de Vila Viçosa, em locais como Torre do Cabedal, Cavaleiros ou Falcato) (GONÇALVES, 1970b, p. 21; GONÇALVES, 1971, p. 18). Numa perspectiva genérica, pode dizer-se que, a nível litológico, a área geográfica em análise é dominada pelo designado afloramento silúrico do Alentejo (xistos e grauvaques), interrompido pela presença de afloramentos e maciços graníticos⁴, maciços de rochas básicas e ultra-básicas (os maciços de Campo Maior e Alter do Chão, e as jazidas registadas, por exemplo, em locais como Horta das Pinas e Monte dos Pequenininos, a norte de Elvas), e maciços de rochas hipercalcalinas e alcalinas (representadas, entre outros, pelos alinhamentos de Carrascais e Revelhos, no território de Arronches, Cabeço de Vide – São Romão, e Estremoz) (GONÇALVES, 1971, pp. 39-49).

Os principais acidentes geográficos que marcam a paisagem correspondem, a norte, à Serra de São Mamede, com uma altitude superior a 1000 m, e, a sul, à Serra de Ossa, com uma altitude máxima de 649 m, ambas orientadas segundo o rumo hercínico (RIBEIRO & LAUTENSACH, 1987, I, pp. 159-160). De um modo geral, trata-se de um relevo suave e ondulado (com altitudes médias inferiores a 400 metros), pouco acidentado, com excepção para as áreas de calcários câmbrios, de que constitui exemplo a zona de Vila Boim, ou os relevos da mancha granítica de Santa Eulália e Segóvia (Elvas), e do cabeço de Vaia Monte (Monforte) (GONÇALVES, 1970b, p. 7; 1971, p. 13). O limite norte da área em estudo, correspondente ao território do concelho de Arronches, marca a transição da orografia acidentada da Serra de São Mamede para uma paisagem de peneplanície, caracterizada por um relevo ameno, com cotas tendencialmente não superiores a 300 metros (exceptuando-se, no território concelhio, as Serras do Almo, Louções e Cabaça), e associada a uma paisagem de montado de sobre e/ou azinho (CARNEIRO, 2014, II, p. 28) e a solos predominantemente de classes C e D. A formação precâmbrica de Arronches, delimitada a NE e a SW pelo Câmbrio de Elvas e de Assumar, respetivamente, é composta, na generalidade, por xistos e micaxistos (GONÇALVES, 1971, p. 15). À medida que se avança para sul, e uma vez que a referida formação geológica é interrompida (a NW e a SE) por maciços de granito hercínico, o relevo torna-se mais ondulado (GONÇALVES, 1971, p. 16). Entre os sítios de Carninhas e Nossa Senhora de Carmo, por exemplo, regista-se uma mancha de

⁴ Como, por exemplo, a sudeste de Elvas, no Monte da Ovelheira e Monte da Calada; em Santa Eulália e Monforte; ou, extrapolando o território definido pela amostra de arqueossítios em estudo, em Fronteira, Portalegre e Aldeia da Mata – Nisa – Castelo de Vide.

terreno mais acidentado, que se suaviza à medida que se avança para Sul, em direção à Ribeira de Algalé e Albufeira do Caia. Assim, para sudoeste, e entrando no território do concelho de Monforte, verifica-se, grosso modo, a continuidade da paisagem, dominada pela peneplanície e pelo montado. Apesar de pontuado por algumas elevações, como o Cabeço de Vaiamonte (a norte) ou a Serra de Aires (a sul), o relevo apresenta-se suave, configurando inclusive vastas áreas aplanadas (CARNEIRO, 2014, II, p. 326). Trata-se de um território que se caracteriza pela abundância de recursos hídricos e por vastas áreas de terrenos com cobertura vegetal esparsa ou residual, intercaladas por manchas de terrenos agro-pastoris. Os solos, de natureza granítica, são predominantemente de classes C e D, mas é de assinalar a presença de manchas de solos de classe A e B, aluviossolos de elevado potencial agrícola, que se concentram numa estreita faixa que se prolonga, para norte, ao longo da ribeira de Almuro e do ribeiro da Samarra, e, para oeste e noroeste, pela zona da Quinta de Santo António em Veiros (Estremoz) e pelo concelho de Fronteira (Pinheiro, Monte do Braga, Vale de Cabelo) (Carta da Capacidade de Uso dos Solos, Folhas 32-D e 37-A, 1:50 000). No território de Monforte sobressaem as manchas de solos mediterrâneos pardos, de classes A e B, localizados na zona de Torre de Palma, e os aluviossolos que se distribuem ao longo da Ribeira Grande (CARNEIRO, 2014, II, p. 326; Carta da Capacidade de Uso dos Solos, Folha 37-A, 1:50 000). Para sul, o concelho de Elvas, moldado pelos cursos dos rios Caia e Guadiana, marca a transição para a bacia hidrográfica deste último.⁵ Aqui, *“como em quasi todo o Alemtejo as herdades da região elvense abrangem vastas planicies [sic] e encostas de terrenos cortados pelo rio Caya e seus afluentes [sic], como Algalé, Torrão, Cayolla e Varche”* (PICÃO, 1903, p. 8). A orografia mantém contornos suaves, pontualmente marcada por elevações, como a Serra de Segóvia ou Atalaia dos Sapateiros, com cotas de 314 e 469 metros respetivamente (CARNEIRO, 2014, II, p. 172). A abundância de aquíferos e de linhas de água, de perfil pouco encaixado, modela, em traços gerais, uma paisagem aberta, de planície aluvionar, associada a solos de boa capacidade de uso – os *“barros de Elvas”*, considerados *“um autêntico “crescente fértil” entre Campo Maior, Elvas e Badajoz (...) desde a antiguidade uma das áreas agrícolas por excelência da região”* (ALMEIDA, 2000, p. 60). Especialmente concentradas na área do vale da Ribeira de Varche, Barbacena e São Vicente, estas manchas de solos férteis (classe A) favorecem a prática do policultivo, conforme atesta a proliferação de hortas e pomares (CARNEIRO, 2014, II, pp. 171-172; PICÃO, 1903, p. 8; Carta da Capacidade de

⁵ *“Pello agradável e fresco sitio de Alcarapinha, (...), correm alguns graziosos ribejros [sic]; os da bando do Sul decem ao de Guadiana, e os do Norte ao Tejo”* (VARELA, 1915, p. 13).

Uso dos Solos, Folha 37-A, 1:50 000).⁶ Esta paisagem, de relevo ameno e associada a recursos pedológicos favoráveis a um elevado rendimento agrícola, prolonga-se para nordeste, para o território vizinho do concelho de Campo Maior, onde uma mancha de solos A se distribui pela área a norte/noroeste e sul da capital do concelho, em grande parte associada aos recursos hídricos disponíveis, como, por exemplo, a Ribeira do Vale (CARNEIRO, 2014, II, p. 83; Carta da Capacidade de Uso dos Solos, Folha 33-C, 1:50 000). Por sua vez, na faixa exterior do território concelhio elvense prevalecem solos de classes C a E e a paisagem de montado domina, a par de algumas manchas reservadas ao plantio de cereais (na sua maioria destinados à alimentação animal) e/ou ao coberto de forragem, e de áreas de olivicultura intensiva (como por exemplo, na zona da Chaminé). Facilmente se compreende, pois, por que razão a área da atual freguesia de Barbacena e Vila Fernando corresponde à zona mais ativamente intervencionada pelos funcionários da Colónia Penal. Trata-se de um território com elevado potencial arqueológico, não só no que respeita a evidências de época romana e tardo-romana, mas também de monumentos megalíticos e de ocupação pré e proto-histórica. Tal densidade de vestígios de diferentes épocas explicar-se-á, em boa parte, pelas favoráveis condições da envolvente natural. Esta configura uma paisagem de relevo suave e ondulado, com cotas tendencialmente acima dos 300 metros de altitude e que, à medida que se avança para NE/E, se tendem a fixar acima dos 400 metros. De um modo geral, é um território pontuado por manchas de solos agricultados, que contrastam com amplas extensões de terreno não arborizadas ou com esparso coberto vegetal, e caracterizado pela abundância de recursos hídricos. Ainda que, de um modo geral, todo este território seja marcado pela presença de pequenos ribeiros e linhas de água subsidiárias, a principal linha de água corresponde à Ribeira da Colónia, que corre a norte da povoação de Vila Fernando. A sul, já nas proximidades da povoação de Vila Boim, destacam-se a Ribeira de Mures e o ribeiro dos Mosqueiros, e, na freguesia de Varche e S. Lourenço, a Ribeira de Varche e o Ribeiro do Garro.

Avançando para sul e sudoeste, cruzamos a fronteira setentrional do distrito de Évora, e entramos no limite sul da área explorada pelos funcionários da Colónia Correcional de Vila Fernando. Do ponto de vista geológico, corresponde, grosso modo, à área de transição entre o sector Alter do Chão – Elvas e

⁶ Na obra *Theatro das Antiguidades d'Elvas*, enaltece-se assim a amenidade e fertilidade da paisagem elvense: “*neste territorio se vêm fertilissimos campos, grandes defezas, agradáveis rib.^{ras}, cantid.^e de fontes (...). Lavrasse nelle m.^{to} trigo, sevada, senteio, e varied.^e de legumes, pastao fecundíssimos rebanhos de gado mayor e menor; (...). O temperamento dos ares he o melhor de Alentejo, o que se infere por haver nesta terra m.^{tos} homens velhos, e produzir azeite, laranjas, limões, limas, sidras, marmellos, romaãs, pessegos, damascos, peras das melhores castas, melhores as vergamotas, boas amexas, figos dos mais selectos e em gr.^{de} abundancia, e sobretudo as melhores uvas q. produz Espanha, regalada ortalissa em tal abundancia, q. em todo o tempo provê os lugares vezinhos*” (VARELA, 1915, p. 10).

o sector Estremoz – Barrancos da zona paleogeográfica de Ossa-Morena (AZEVEDO *et al.*, 2012). Para sul, em direcção a Juromenha, na área norte do concelho do Alandroal e tendo como limite natural o antigo *Anas*, o relevo mantém o ondulado suave, com cotas não superiores a 200 metros, e a paisagem de montado coexiste com terrenos destinados à produção cerealífera e pastagens. O local ocupado pela atual povoação de Juromenha e a faixa que se estende ao longo da ribeira de Mures distinguem-se pela presença de solos férteis (de classes A e B), de elevado potencial agrícola, à semelhança do que se verifica com as manchas de aluviossolos nas margens das ribeiras de Lucefece, Alcaide ou Pardais. Outras manchas de solos agricultáveis, distribuídas, por exemplo, pelas zonas de Terena e Rosário, estão relacionadas com os depósitos detriticos paleogénicos que preenchem a designada «falha da Messejana» (ROLO, 2010, I, p. 16). Assinale-se, contudo, que o território concelhio se caracteriza pelo predomínio de solos pobres (classe E), sem aptidão agrícola. A partir da margem direita da ribeira da Asseca, no sentido oeste-sudoeste, o relevo tende a apresentar-se mais acidentado (com cotas que, ainda assim, não ultrapassam os 400 metros), associado a um subsolo xistoso e uma paisagem árida, de vales encaixados, com montado e vegetação arbustiva (*ibidem*). Esta mudança na paisagem é comum ao território do concelho de Vila Viçosa, sendo clara a distinção entre a faixa de relevo acidentado definida pelo curso das ribeiras da Asseca e de Borba, e o relevo mais suave a leste da povoação de Ciladas (S. Romão) e na área ocidental do concelho calipolense. A primeira encontra-se associada a solos de fraca aptidão agrícola (classes D e E; litossolos e solos mediterrâneos pardos, de xistos e grauvaques), e o segundo a solos mais leves e fáceis de trabalhar, de que constituem bom exemplo os aluviossolos modernos (de composição calcária ou de barros castanhos-avermelhados), de classes A e B, favoráveis à prática da horticultura (CARNEIRO, 2014, II, p. 424; Carta da Capacidade de Uso dos Solos, Folha 37-A, 1:50 000). Neste quadro geográfico, e no termo sul da área em análise, assume primordial importância, quer pela incontornável relevância estratégica e económica, quer pela condição de elemento estruturador da orografia e da paisagem, o Maciço Calcário de Estremoz. Vulgarmente conhecido como anticlinal de Estremoz, estende-se, a norte e paralelo à Serra de Ossa, no sentido NW-SE, desde a localidade do Cano (concelho de Sousel, distrito de Portalegre) até ao Alandroal (distrito de Évora), atravessando os concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa (GONÇALVES, 1974, p. 30; LOPES, 2003, p. 126). À passagem desta macroestrutura geológica estão associados solos com capacidade de uso elevada (classe C), correspondentes, de um modo geral, a solos mediterrâneos vermelhos/ amarelos ou mediterrâneos pardos, resultantes da conjugação entre as reservas de rochas carbonatadas e a abundância de recursos aquíferos, e que se estendem ao longo dos cerca de 40 km de comprimento

que perfazem a extensão máxima do anticlinal (CALADO, 1993, p. 9). A qualidade excepcional dos ‘mármore de Estremoz – Vila Viçosa’ facilmente explica a exploração em larga escala desenvolvida em época romana (ALARCÃO, 1988b, 3, p. 144; ÁLVAREZ PÉREZ *et al.*, 2009, p. 63) e o facto de, volvidos cerca de dois milénios, o anticlinal corresponder à “*área com maior intensidade de exploração a céu aberto no contexto geomineiro do País*”, com mais de duas centenas de pedreiras em atividade registadas nos inícios do séc. XXI e mais de 500 locais de extração conhecidos (LOPES, 2003, pp. 48-49, 60).

Do ponto de vista climático, a região em estudo apresenta um clima de feição mediterrânica, com influências continentais, acentuadas quer pelas barreiras naturais que constituem, a norte, a Serra de São Mamede, e, a sul, a Serra de Ossa, quer pela proximidade com a bacia do Guadiana (CALADO, 2001, p. 18; ROLO, 2010, I, p. 16). Caracteriza-se por elevadas amplitudes térmicas anuais (FRANCO, 1991, p. 15), que se traduzem em invernos curtos e moderados e uma estação estival longa, muito quente e seca. Os índices de precipitação, pouco expressivos, concentram-se no Outono e Inverno (ALMEIDA, 2000, p. 60), enquanto “*de verão a água [sic] escasseia em quasi toda a parte, encontrando-se apenas de longe em longe nos pégos das ribeiras maiores, n’um ou n’outro poço e nas nascentes que regam as hortas*” (PICÃO, 1903, p. 9). Enquadrada entre as bacias hidrográficas do Tejo e Guadiana (a norte e a sul, respetivamente), a área em análise conta com inúmeras nascentes e cursos de água subsidiários destes dois rios, elementos estruturantes na modelação da paisagem física e na fixação do povoamento. Não obstante a irregularidade do caudal dos cursos de água, fortemente condicionado nos meses de estio pelas elevadas temperaturas, destacamos desta densa rede hidrográfica, a norte e noroeste, a ribeira de Algalé e a ribeira de Almuro; a leste, o rio Caia e a ribeira de Abrilongo; e, a sul e sudoeste, o rio Guadiana, e as ribeiras de Varche, Mures e Asseca. Para além da significativa presença de poços e fontes⁷, a identificação de vestígios de estruturas de aprovisionamento de água atribuídas a época romana (como, por exemplo, as barragens do Carrão e de Moralves, e o aqueduto e tanque do Correio-Mor, na área do atual concelho de Elvas; ou as barragens do Muro e de Olivã, em Campo Maior – QUINTELA, CARDOSO & MASCARENHAS, 1986; 1999; GORGES & RICO, 1999; GORGES & RODRÍGUEZ MARTÍN, 1999) documenta o aproveitamento, em época antiga, dos recursos hídricos disponíveis. De realçar, uma vez mais, a importância estratégica e económica do anticlinal de Estremoz (cuja natureza calcária, como vimos,

⁷ “Contãose no termo de Elvas 350 pomares, e hortas, que se regão com fontes e possos; (...), a nenhuma das herdades falta agoa nativa, para uzo dos lavradores, que nelas habitão, que são muitos, com muita abundancia de gados” (VARELA, 1915, p. 13).

propicia o armazenamento de recursos hídricos) num contexto de “*solos, de um modo geral, de pequena espessura e fraca capacidade de armazenamento de água*” (BRITO, 2000, p. 16).

No que concerne à riqueza mineralógica da área geográfica em estudo, importa assinalar que, para além do mármore, esta conta com a exploração de outras rochas ornamentais, como os granitos calco-alcalinos da formação do Maciço Ígneo de Monforte – Santa Eulália, conhecidos como ‘granitos de Santa Eulália’ e muito apreciados pela sua invulgar tonalidade rosa, e os cristais de malaquite, cuja extração se encontra atestada na mina de Miguel Vacas, em Pardais (Vila Viçosa) (CARNEIRO, 2014, II, p. 424). De registar também a referência à exploração de pedra de cantaria, pelo menos desde a segunda metade do séc. XIX, nos sítios da “*herdade da Torre das Arcas, proximidades da estrada nova, e das Setes Fontes*” (PIRES, 1931, p. 62). Em termos de recursos mineiros, sobressai a abundância de jazidas de cobre, ferro e manganês, concentradas no território dos concelhos de Alandroal, Vila Viçosa, Borba e Elvas (Carta das Ocorrências Minerais de Portugal, 1:500 000). Regista-se a ocorrência de mineralizações de zinco e chumbo em território elvense e nos concelhos de Monforte, Arronches e Campo Maior; bem como de mineralizações de estanho e tungsténio na zona norte do concelho de Elvas. A este nível, refiram-se, por exemplo, os vestígios de exploração de minério (cobre e ferro) documentados no concelho de Arronches (minas da Tinoca e Monte da Cabeça) (CARNEIRO, 2014, II, p. 48); as jazidas (pouco significativas) de ferro nos lugares da Quinta de Santo António e Herdade das Armadas, ou a exploração de cobre no sítio de Barrinho, em território elvense (GONÇALVES, 1970b, pp. 45-47)⁸; a exploração de cobre, ferro, e manganês no território do concelho do Alandroal (mina do Bugalho e mina dos Mocissos, por exemplo) (CALADO, 1993, p. 162); ou ainda as informações relativas à exploração de cobre, chumbo e zinco no concelho de Vila Viçosa, designadamente na já mencionada mina de Miguel Vacas, Serra das Correias e Coroados (CARNEIRO, 2014, II, p. 424).

Naturalmente que há que reconhecer que a paisagem atual, aqui retratada em contornos gerais, será, em larga medida, diferente da paisagem da Antiguidade, desde logo em virtude das profundas alterações registadas na região ao longo do último século. Entre estas, referimo-nos em especial ao fenómeno de antropização dos campos, especialmente a partir do segundo quartel do séc. XX, com as campanhas do trigo e a mecanização da lavoura, e, a partir de finais da década de 90 da mesma centúria, à construção da barragem do Caia e do empreendimento hidroelétrico do Alqueva, com a

⁸ A. Thomaz Pires faz igualmente referência à existência de mineração de prata “*nas margens do ribeiro de Varche*”, mais propriamente na Herdade das Armadas, e na Herdade do Reguengo (1931, p. 61 e notas 194 e 195).

decorrente introdução do regadio intensivo. Na ausência de uma desejável reconstituição do paleoambiente regional, a breve análise da área em estudo pretende colocar em evidência a respetiva diversidade geomorfológica e a importância deste atributo enquanto gerador de uma assinalável variedade de recursos económicos e agrícolas (CARNEIRO, 2014, II, p. 69). Revemo-nos, acima de tudo, nas palavras de Orlando Ribeiro, para quem “*negar as influências naturais nas formas de actividade dos homens é negar o próprio fundamento da Geografia humana; procurar explicar tudo por imposições da Natureza é desconhecer os largos recursos que as civilizações - (...) - proporcionam ao homem na luta contra o ambiente*” (1991, p. 29). Assim, acautelando o ardiloso anacronismo da “*transposição simples, (...), dos constrangimentos físicos e ambientais da actualidade para períodos mais recuados*” (FABIÃO, 1998, I, p. 25) e reconhecendo as limitações impostas pela inexorável mutabilidade da paisagem e dos modos de apropriação desta pelos grupos humanos, parece-nos evidente que uma significativa parte do território em estudo, pelas condições orográficas e abundância de recursos disponíveis (solos agricultáveis, linhas de água, recursos minerais e cinegéticos), constituiu (de acordo com o retrato traçado pelas evidências arqueológicas conhecidas) um foco de atração e fixação de populações ao longo de diferentes épocas, e, em particular, reuniu “*condições propícias para o desenvolvimento de uma paisagem romana*” (CARNEIRO, 2014, II, p. 84).

II.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

II.1. Sobre Abel Viana – vida e obra

“A obra e o homem formam em Abel Viana um todo”

(OLIVEIRA, 1963, In *Notícias de Viana*, p. 5)

“Abel Viana foi um daqueles homens que semeou, à sua volta, arqueologia às mãos cheias, fazendo de quantos dele se aproximavam, se não um arqueólogo, pelo menos um amigo ou respeitador desta ciência” (PAÇO, 1963-1964, p. 18)

Nos últimos anos tem-se assistido a um renovado olhar sobre a figura e obra de Abel Viana. É, em nosso entender, mais do que merecido, considerando as décadas em que, de certo modo, parece ter sido votado a algum esquecimento e à condição de personalidade mal amada do panorama arqueológico nacional. Naturalmente que há exceções. Referimo-nos não só às homenagens prestadas pouco tempo após o seu falecimento, mas também a outras iniciativas que têm homenageado a vida e obra de Abel Viana.⁹ Da nossa parte, e já no decurso do presente projeto de investigação, tivemos oportunidade de dedicar a nossa comunicação no *I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses* a Abel Viana e ao trabalho realizado por este (em colaboração com António Dias de Deus) na região alto alentejana (ROLO, 2013), bem como de colaborar na concepção

⁹ No que se refere a homenagens prestadas pouco tempo após o falecimento de Abel Viana, destacamos: as evocações por parte de colaboradores e amigos, como Octávio da Veiga Ferreira (1964, pp. 172-176) e José Rosa Araújo (1968, pp. 115-122); a edição do volume 20-21 (1963-1964) do *Arquivo de Beja*, dedicado à memória do arqueólogo; e ainda a homenagem prestada, em 1965, pelo Rotary Club de Viana do Castelo, com a colocação de uma lápide comemorativa na casa onde nasceu (CARVALHO, 1996, p. 39; VIANA, 1996b, p. 9). De entre outras iniciativas mais recentes, assinalem-se: as publicações da autoria de António Martins da Costa Viana, um dos sobrinhos de Abel Viana (filho do seu irmão, Mário Gonçalves Martins Viana) e grande responsável pela salvaguarda da memória e legado de seu tio (VIANA, 1996a, 1996b, 1998); a obra *Pré-história da área de Sines*, da autoria de Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (1981), dedicada à memória de Abel Viana; a homenagem prestada, em 1989, pela Câmara Municipal de Ourique (VIANA, 1996b, p. 9); as iniciativas das autarquias de Beja e de Viana do Castelo que, em 1996, por ocasião do primeiro centenário do nascimento do arqueólogo, foram responsáveis, respetivamente, pela organização da Exposição Comemorativa do Nascimento de Abel Viana e apresentação pública da medalha alusiva à data no Museu Regional de Beja, e pela atribuição póstuma do título de Cidadão de Mérito vianense (VIANA, 1996b, p. 8); a publicação da correspondência endereçada a Octávio da Veiga Ferreira, entre os anos de 1947 e 1964 (CARDOSO, 2000-2001); a edição, pela Câmara Municipal de Beja, de dois volumes comemorativos do *Arquivo de Beja* (2007-2008), com a compilação dos artigos da autoria do arqueólogo; ou ainda a exposição *Abel Viana e outros fragmentos da Arqueologia Vianense*, organizada pelo Museu Regional de Viana do Castelo no ano de 2008.

e organização da exposição temporária *Abel Viana – Paixão pela Arqueologia* (Castelo de Vila Viçosa, Março a Dezembro de 2014), por iniciativa do Museu-Biblioteca da Fundação da Casa de Bragança (Vila Viçosa), e de dar o nosso contributo na Jornada homónima, realizada naquela instituição museológica a 9 de Setembro de 2014 (ROLO, 2016).

Na verdade, desde o início do nosso estudo tornou-se evidente a necessidade de conhecer mais a fundo a vida e obra de Abel Viana. Considerou-se fundamental conhecer o percurso pessoal e profissional do arqueólogo para, a partir daí, tornar inteligível o seu modo de pensar, as suas motivações e metodologia de trabalho, e assim procurar ir um pouco mais longe na contextualização e entendimento da colaboração de Abel Viana com António Dias de Deus nas intervenções em território alto alentejano. A mesma intenção recairia, aliás, sobre a figura de António Dias de Deus. Todavia (e como teremos oportunidade de explanar ao longo do presente capítulo), neste caso as dificuldades revelaram-se acrescidas e só pontualmente nos foi possível vislumbrar o trajeto, as motivações e o modo de pensar do funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando. Assim, no que se refere a Abel Viana, e atendendo ao extenso volume de informação recentemente publicado sobre a vida e obra do arqueólogo (CARDOSO, 1993-1994; CARDOSO, 2001-2002; CARDOSO, 2014; CARDOSO, 2015; CARDOSO & COITO, 2015; CARDOSO, 2016; ROLO, 2016), o presente subcapítulo não pretende ser uma descrição biográfica exhaustiva, mas antes uma síntese de alguns dados do percurso pessoal e profissional de Abel Viana, considerados essenciais para a compreensão da dimensão e importância do respetivo legado.

Abel Gonçalves Martins Viana nasceu a 16 de Fevereiro de 1896, no n.º 40-44 do Largo João Tomás da Costa, freguesia de Santa Maria Maior, em Viana do Castelo (VIANA, 1996b, p. 2). Filho de Augusto Gonçalves Viana, professor primário, também Abel Viana concluiu o curso do Magistério Primário na Escola Normal Primária de Viana do Castelo, a 19 de Junho de 1917, com a classificação de 17 valores (ARAÚJO, 1989, p. 61; VIANA, 1996b, p. 3).¹⁰ Iniciou a sua carreira docente no ano de 1917 e, até 1933, exerceu o cargo de professor do ensino primário em diversas localidades do Alto Minho (VIANA, 1951b, p. 3; VIANA, 1996b, p. 3). O despertar do interesse pela Etnografia e Arqueologia remonta a esta fase inicial da sua vida profissional – “(...), *mais tarde, exercendo o magistério primário em várias aldeias minhotas, sentiu-se, por efeito das circunstâncias do meio,*

¹⁰ Abel Viana era o filho mais velho dos cinco filhos de Augusto Gonçalves Viana, natural de São Salvador da Baía (Brasil) e de Laudelina Martins de Sousa, natural da freguesia da Areosa, Viana do Castelo. Com 14 anos de idade, e na sequência de um insucesso escolar, Abel Viana interrompeu os estudos liceais e viajou até ao Rio de Janeiro (Brasil), onde residiu com familiares paternos e trabalhou como empregado comercial (ARAÚJO, 1989, p. 61; VIANA, 1996b, pp. 2-3; VIANA, 1998, p. 9). Aí permaneceu entre Fevereiro de 1910 e Junho de 1913, regressando, aos 17 anos de idade, à sua cidade natal para retomar os estudos (ARAÚJO, 1989, p. 61; VIANA, 1996b, p. 3).

compelido para a investigação arqueológica e etnográfica, (...) (VIANA *apud* VIANA, 1998, pp. 12-13). De espírito vivo e interessado por tudo o que o rodeava, a sua faceta de etnógrafo traduziu-se, por exemplo, na recolha de danças e cantares de tradição popular, trajes regionais, e na organização dos primeiros ranchos folclóricos permanentes destinados a demonstrações públicas, incluindo a direcção de exposições nas Festas de Nossa Senhora da Agonia, em Viana do Castelo (VIANA, 1998, pp. 13, 16, 18-19). O primeiro artigo publicado (em 1918, na revista *Lusa*) corresponde a um apontamento etnográfico, dedicado a uma recolha de ‘Cantigas dos Reis’ em Santa Marinha de Anais (Ponte de Lima), o primeiro local onde leccionou (VIANA, 1951b, p. 5; VIANA, 1998, p. 14).¹¹ Nos anos seguintes, Abel Viana iniciou-se nas pesquisas arqueológicas e na publicação de notícias e estudos relacionados com o tema, de que constituem os primeiros exemplos os textos *O povo minhoto e as suas ideias sobre pré-história* (VIANA, 1926b) ou *A exploração metódica dos nossos castros* (VIANA, 1926a), ambos publicados no periódico *Gente Minhota*; a notícia intitulada *O Asturiense em Portugal – Estações no litoral ao N. de Viana do Castelo* (VIANA, 1928), em *Notícias de Viana*; e finalmente, em 1929, a publicação do artigo *A estação asturiense de Areosa: Viana do Castelo* na revista *Portucale* (VIANA, 1929a). Em relação ao interesse despertado por aquela que viria a ser a sua actividade de eleição, Abel Viana referiu: “*Simples curioso da Etnografia e da Arqueologia, sem a frequência de cursos, oficiais ou particulares, destas sciências e das que lhes são subsidiárias, desamparado de mestres e somente entregue a deficientes e desordenadas leituras de autodidacta, foi assim que, no ano de 1920, em Areosa, iniciei as minhas pesquisas arqueológicas. (...)*” (VIANA, 1930, p. 6); “*Os nove anos decorridos entre 1922 e 1931, em que residi nas freguesias de Seixas e Lanhelas, na margem do rio Minho, (...), foram decisivos na deliberação por mim tomada, quanto a dedicar-me particularmente aos estudos arqueológicos. O meu contacto com o reduzidíssimo e pouco comunicativo número de arqueólogos portugueses era escasso. Entregue a um puro autodidactismo, só as minhas relativamente frequentes relações epistolares e a troca de artigos impressos com Hugo Obermaier, o Conde de la Vega del Sella, Juan Cabré, Jesus Carballo e, sobretudo, com investigadores galegos, (...), prestaram o indirecto apoio científico às febris jornadas que então eu realizava por montes e vales do Alto Minho, onde os testemunhos arqueológicos de todas as épocas, absoluta ou practicamente inéditas, surgiam para onde quer que meus alvoroçados passos se dirigissem*” (VIANA, 1960a, p. 209; VIANA *apud* VIANA, 1998, pp. 23-24). Note-se que a formação autodidacta de Abel Viana em áreas como a Arqueologia (assim como a Etnografia) será frequentemente referida pelo próprio, aspecto que, ultrapassado pela seriedade e empenho colocado

¹¹ Acerca do primeiro estudo de cariz etnográfico elaborado por Abel Viana, mas não publicado, veja-se ARAÚJO, 1989.

nos estudos que desenvolveu e nas inúmeras colaborações com outros investigadores, em nada impediu a sua afirmação como arqueólogo. Em 1930 publicou *Estações paleolíticas do Alto Minho* (VIANA, 1930), dedicando-a àqueles que apelidou de “os três grandes orientadores da arqueologia nacional” – J. Leite de Vasconcelos, Félix Alves Pereira e Joaquim Fontes, pelos esclarecimentos facultados e “animador incitamento” (VIANA, 1930, pp. 5-6). De Janeiro de 1930 a Março de 1933, foi Bolseiro da Junta de Educação Nacional, condição que lhe permitiu intensificar as suas pesquisas, e, entre 1932 e 1933, assumiu o cargo de Diretor do Museu Regional de Viana do Castelo (VIANA, 1930, p. 6; VIANA, 1951b, pp. 3 e 5; VIANA, 1996b, pp. 4 e 7). De espírito incansavelmente curioso e dotado de uma extraordinária capacidade de trabalho, desde cedo Abel Viana se desdobrou por inúmeras tarefas e interesses, conciliando a atividade de professor, não só com o estudo da Arqueologia e a Etnografia, mas também com o estudo de temáticas tão diversas como a Historiografia e a História da Arte, a Filologia, as Ciências Naturais, ou a Entomologia. Recordem-se, a título de exemplo, os diversos artigos sobre documentação do Arquivo e Misericórdias de Beja em *O Arquivo de Beja*, os estudos sobre os vocabulários minhoto e algarvio (VIANA, 1932; VIANA, 1954b), ou as notícias e artigos versando sobre história natural, apicultura, ou até mesmo sobre uma praga de *caradrina exigua* que assolou os milheirais do Alto Minho nos inícios do séc. XX (VIANA, 1951b, pp. 5-16; VIANA, 1998, pp. 28-29). A propósito das múltiplas atividades a que se dedicava, Abel Viana desabafava assim em carta enviada a José Leite de Vasconcelos em Novembro de 1931: “*Não imaginará V. Exa. as condições em que trabalho. Sobrecarregam-me preocupações, falta de recursos materiais e diversidade de funções obrigatórias ou semi-obrigatórias, não falando já da multiplicidade de assuntos que simultaneamente [sic] me dispersam e fatigam a atenção.*|| *Estou agora a escrever-lhe, após seis horas de aula, com 70 alunos, outras seis de trabalho no quintal e quatro de leitura e escrita, duas das quais consagradas à Arqueologia. É pois com a cabeça a escaldar, e as mãos ásperas da sementeira das favas e das ervilhas, que neste instante estou cumprindo o dever de responder ao postal de V. Exa.. Não admirará pois que, em vez de sentença acertada, me saia fava em grosso inchar germinativo. (...)*” (MNA: Legado JLV, Correspondência de Abel Viana – 3551, Doc. 23219 – Carta remetida de Montedor – Carreço, com data de 04/11/1931).

Em 1933, Abel Viana foi nomeado Inspetor e Diretor do Distrito Escolar de Faro, cargos que desempenhou até 1938 e que implicaram a deslocação de Abel Viana e respetiva família para terras algarvias (VIANA, 1996b, p. 3). Sobre a sua passagem pelo Algarve e o afastamento da terra natal, Abel Viana viria a declarar, em 1942 e já em Beja: “(...), *surpreendeu-me a nomeação para o Algarve, onde me esperavam quatro anos de invalidez mental, quanto a actividades e estudos predilectos.*

Liberto, finalmente, do cargo que eu próprio me obrigara desempenhar, em absoluta absorção de energias físicas e intelectuais, volvi, é certo, à paz antiga de velhos convívios do espírito, mas continuei longe da terra e da gente, dessa terra onde talvez não deva voltar” (VIANA, 1942, *apud* VIANA, 1998, p. 36). De facto, Abel Viana não voltaria a residir em Viana do Castelo, mas manteve ao longo de toda a sua vida uma ligação inquebrantável à terra que o viu nascer e onde permanecia a família mais chegada, pais e irmãos. Exemplos desse vínculo são a numerosa correspondência trocada com a família, e em particular com o irmão Mário Viana, apenas dois anos mais novo e companheiro de Abel no Curso do Magistério Primário (Acervo Doc. AMCV; VIANA, 1996a, p. 5); as visitas anuais a Viana do Castelo (quase sempre reservadas para o Verão, em especial para o mês de Agosto, altura das Festas de Nossa Senhora da Agonia que tanto apreciava); e ainda as pesquisas arqueológicas que continuou a desenvolver naquela região, mesmo após ter-se fixado no sul do país. Para além dos estudos sobre a cartografia arqueológica e a indústria lítica da faixa litoral minhota (VIANA, 1928; 1929a; 1930; 1956c), refiram-se os estudos sobre a mamoa da Cova da Moura (VIANA, 1931-1932; 1955a), a arte rupestre de Lanhelas e Carreço (VIANA, 1929b; 1960a), as sepulturas luso-romanas de Seixas (Caminha) (VIANA, 1930), e ainda o estudo sobre a necrópole (tardo-)romana de Beiral (Ponte de Lima) (VIANA, 1960b) e as intervenções na citânia de Santa Luzia (Viana do Castelo) e cidade de Âncora (Caminha) (VIANA, 1954a; 1955b; 1960-1961a; 1963a).

A passagem de Abel Viana pelo Algarve ficou marcada pela atribuição do grau de oficial da Instrução Pública a 8 de Março de 1934, no decurso de uma visita oficial do então Presidente da República, Marechal Carmona, ao Algarve (VIANA, 1951b, p. 5; *Correio do Sul*, 11/03/1934; *Diário de Notícias*, 11/03/1934); mas também pelo trágico falecimento da primeira esposa, Carolina Freitas, em Março de 1937; e por um Processo Disciplinar (aparentemente) movido pelo pessoal da Secretaria da Direção do Distrito Escolar de Faro (MNA: APMH 5/1/805/18). Em carta dirigida a José Leite de Vasconcelos, na sequência do falecimento da esposa, Abel Viana apelava assim ao fundador do atual Museu Nacional de Arqueologia: *“Escrevo infinitamente amargurado pelo falecimento imprevisto de minha esposa, desgraça que ante-ontem me atingiu. Fiquei com três filhos, o mais velho dos quais com nove anos. É-me impossível permanecer em Faro. (...) Como o lugar de director do Distrito Escolar de Viana está vago, venho rogar ao meu bondoso Amigo que recomende ao meu Exmo. Ministro me transfira imediatamente para Viana. Aqui não posso ficar. (...) O meu Exmo. Amigo, que tantas vezes me tem dispensado indispensáveis favores, me valerá nesta aflitiva circunstância. Suponho que o meu Exmo. Ministro o atenderá.]] Que me transfira imediatamente para Viana do Castelo. Não tenho já forças físicas nem morais para continuar em Faro. (...)”* (MNA: Legado JLV, Correspondência de Abel Viana –

3551, Doc. 23221 – carta remetida de Faro, com data de 15/03/1937). Esta transferência para Viana do Castelo nunca chegou a concretizar-se. Ainda na sequência da fase negativa a nível pessoal e profissional que atravessava, Abel Viana declarou em correspondência endereçada ao fundador do Museu Etnológico: *“Fui afastado do serviço em Junho do ano passado, por motivos que não provoquei e em consequência de atritos e más-vontades (...). Este facto, porém, e porque eu não sei estar quieto e improdutivo, permitiu-me retomar (?) os apontamentos que trouxe do Alto Minho (...). Também pude, em virtude de (?) desagradável circunstância, reatar relações com o “mundo arqueológico”, muito honrosas e consoladoras, mas de que os serviços oficiais inexoravelmente me haviam afastado.”* (MNA: Legado JLV, Correspondência de Abel Viana – 3551, Doc. 23222 – carta remetida de Faro, com data de ?/04/1938); *“como me obrigaram a deixar de pensar em escolas e em ensino, voltei-me de novo para a arqueologia e para a etnografia, de onde, por sinal, eu nunca me devia ter afastado”* (MNA: Legado JLV, Correspondência de Abel Viana – 3551, Doc. 23227 – Carta remetida de Beja, com data de 14/10/1939). De facto, a fase algarvia da vida de Abel Viana caracterizou-se por um abrandamento da sua atividade arqueológica, motivado pelas exigências do cargo que desempenhava.¹² Ainda assim, datam desta fase as intervenções arqueológicas realizadas, entre 1933 e 1939, no Largo da Sé de Faro (VIANA, 1939-1940; VIANA, 1949; VIANA, 1952b), que lhe valem atualmente o epíteto de *“pioneiro da arqueologia urbana em Portugal”* (CARDOSO, 2015, p. 162; CARDOSO, 2016, p. 33), bem como os trabalhos na designada necrópole (romana e tardo-romana) do Bairro Lethes, identificada e parcialmente escavada por Estácio da Veiga em 1878 (TEICHNER *et al.*, 2006, pp. 161-163, 169; VIANA, 1939-1940; VIANA, 1951a). Remonta igualmente a esta fase algarvia o contacto com Mário Lyster Franco e José Formosinho, investigadores da história e arqueologia locais, à época exercendo, respetivamente, os cargos de Presidente da Câmara de Faro e de Director do Museu Regional de Lagos (CARDOSO, 2016, p. 29), e com quem Abel Viana veio a colaborar em diversos estudos e trabalhos arqueológicos na região algarvia, mesmo depois de finda a sua passagem por Faro. Neste âmbito enumeram-se, por exemplo, os estudos publicados sobre o acervo do Museu Regional de Lagos (FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1950; VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1953a; VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1953b); o estudo do conjunto de sepulturas de Ferradeira (Faro) (FRANCO & VIANA, 1948; CARDOSO, 2015, p. 163); e os importantes trabalhos realizados sobre as necrópoles megalíticas de Caldas de Monchique (VIANA & FORMOSINHO, 1942;

¹² O exercício da atividade de docente e as qualidades de pedagogo de Abel Viana valeram-lhe o reconhecimento póstumo da *“renovação vitalizadora dos seus entusiasmos e incentivos propulsores duma era revolucionária de «Escola Nova», de «Escola Activa»*” (In *Comércio de Portimão*, 27/02/1964, p. 1), bem como a anunciada criação de dois prémios escolares com o nome de Abel Viana pela Câmara Municipal de Viana do Castelo (In *O Comércio do Porto*, 18/02/1969).

VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1949; VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1950a; VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1950b; FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953-1954; VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1954), incluindo o estudo da necrópole argárica e das evidências de época romana e tardo-romana de Alcária (VIANA, FORMOSINHO & FERREIRA, 1948a). Para além destes trabalhos, são também de assinalar os estudos elaborados sobre o Paleolítico do Sotavento algarvio (VIANA, 1942; 1945a; 1945b; 1947), um presumível cemitério de escravos identificado em Loulé (VIANA, 1948), ou a necrópole romana de Pedras d'El Rei (Tavira) (VIANA, 1952a).

Em 1938 Abel Viana foi nomeado Diretor do Distrito Escolar de Setúbal (VIANA, 1996, p. 3), cargo que, todavia, não chegou a exercer, tendo-se mantido em Faro, impossibilitado de desempenhar funções enquanto aguardava a resolução do processo disciplinar em curso. Acerca deste assunto pode ler-se em correspondência enviada ao irmão, Mário Viana: “*Setúbal, 2 de Agosto de 1938. (...) Estou em Setúbal, com a M.^a da Luz (Maria da Luz Sousa Cunha Viana, segunda esposa de Abel Viana), há quatro dias. Fui transferido para aqui, porém, como me conservo na situação anterior, só tomei posse e entrei em exercício por um dia, e regresso a Faro, onde julgo que me deixarão permanecer até ao fim desta aborrecida questão.*” (AMCV: VIANA, 02/08/1938, p. 1); “*(...) Estive em Setúbal desde 28 de Julho até 5 do corrente. (...) Como te disse, fui transferido para Setúbal, mas continuo na situação anterior, isto é, afastado do serviço. Por isso voltei para Faro. (...) o processo ainda não está concluído. Vê-se [?] que não sabem o que hão-de fazer-me! Pois se eu nada fiz que mereça castigo! Aguardo confiadamente. (...) O tal Brito Neto, que tanto me atacou está suspenso, e com um terrível processo às costas. (...) Estou bem vingado.*” (AMCV: VIANA, 07/08/1938, pp. 1-2).

Em 1939, Abel Viana foi nomeado Adjunto do Diretor Escolar de Beja, fixando-se definitivamente com a sua família (os três filhos do primeiro casamento, Maria Augusta, Alberto e Fernando, e a segunda esposa, Maria da Luz Sousa Cunha) naquela capital de distrito, e dando assim início à ‘*etapa alentejana*’ da sua vida (CARDOSO, 2016, p. 39). Relativamente a esta nova fase, pode ler-se em carta endereçada a José Leite de Vasconcellos: “*(...) obrigado a trabalhar de manhã até à noite exclusivamente em funções atinentes à sustentação do lar. (...) Mudaram-me de novo para a escola primária, [?] 650 escudos por mês! Todavia, à custa de imenso trabalho, consegui estabilizar a minha vida. Fui encarregado de organizar o catálogo do Museu de Beja trabalho que, além de me facultar algum provento, dá-me imensa satisfação.*” (MNA: Legado JLV, Correspondência de Abel Viana – 3551, Doc. 23225 – Carta remetida de Beja, com data de 04/02/1939). A partir de Janeiro de 1945 Abel Viana tornou-se bolseiro do Instituto para a Alta Cultura (VIANA, 1951b, p. 5; VIANA, 1996b, p. 7), cessando as funções de docente e passando a dedicar-se em exclusivo à atividade arqueológica, facto

que em muito terá contribuído para que a segunda metade da década de 40 e a década seguinte se convertessem na fase mais profícua do trabalho de Abel Viana enquanto arqueólogo.¹³ Converter-se-ia num “grande conhecedor e divulgador da arqueologia da região de Beja”, através do “registo sistemático de todas as informações que ao património em geral, e à arqueologia em particular, se referissem” (LOPES, 2000, p. 21). Na mesma época assumiria as funções de Secretário Geral do Centro de Estudos do Baixo Alentejo (VIANA, 1951b, p. 3). Paralelamente, e ao longo de mais de dez anos, Abel Viana exerceu as funções de Catalogador do Museu Regional de Beja (VIANA, 1951b, p. 3; VIANA, 1996b, p. 4). Acerca desta colaboração afirmou: “Desde 1939 a 1950, exerci ali (no supracitado museu) funções de catalogador e, por encargo meramente particular, dirigi aquela instituição, embora sem poder actuar com a amplitude e determinação de um verdadeiro director. Porém, a partir de 1947, ou seja, pouco depois da última arrumação dada ao Museu sob a minha exclusiva orientação, foram-me retirando gradualmente a já pouca interferência que eu tinha nos assuntos relativos ao Museu, até que, em 1950, sem mais comunicação nem aviso, a minha acção cessou definitivamente (...).|| Apenas de longe em longe me vão tolerando qualquer serviço de pequena importância, absolutamente alheio ao papel orientador ou directivo. Aproveito o ensejo para este esclarecimento, uma vez que se generalizou, (...), a ideia de que sou, ou em qualquer altura fui, director do Museu Regional de Beja, (...)” (VIANA, 1955, *apud* VIANA, 1998, pp. 45-46). Consciente da importância do trabalho que realizara no Museu Regional de Beja, Abel Viana desenvolveu esforços no sentido de que lhe fosse prestado o devido reconhecimento oficial através da sua nomeação para Director daquela instituição museológica. Em carta endereçada ao irmão, com data de 10 de Outubro de 1950, Abel Viana dava conta da sua intenção: “O Presidente da Junta de Província deve estar de regresso a Beja em 15 do corrente. Logo que ele chegue vou travar uma das mais renhidas batalhas da minha vida: a minha nomeação para director do Museu de Beja. (...) Trata-se de uma questão muito importante para mim. Tenho trabalhado ali imenso. O Museu é em grande parte obra minha, no estado em que presentemente se encontra. É justo que me atendam. Vamos a ver se sou bem sucedido. (...)” (AMCV: VIANA, 10/10/1954, p. 2). A colaboração atenta de Abel Viana com o Museu Regional de Beja

¹³ Em correspondência enviada ao irmão Mário, Abel Viana realçava assim a importância do seu estatuto de bolseiro como condição indispensável para o prosseguimento das suas pesquisas: “(...) Recebi um ofício do Instituto para a Alta Cultura, no qual me comunicam que me equiparam a bolseiro do Estado, no País, a fim de empregar todo o meu tempo nos trabalhos científicos” (AMCV: VIANA, 12/01/1945); “(...) Novidades a meu respeito nenhuma. Só esta coisa de estar sempre cheio de trabalho, e sempre com o cuidado de manter a posição de bolseiro. Se me mandam outra vez para a escola, terei de me reformar imediatamente.” (AMCV: VIANA, 21/07/1949, p. 2). Esta dedicação de Abel Viana a tempo inteiro à atividade arqueológica, a partir de 1945, na qualidade de bolseiro do Estado, leva J. L. Cardoso a atribuir-lhe o “estatuto de primeiro arqueólogo profissional português, depois de Estácio da Veiga” (2015, p. 163).

na tentativa de salvaguarda do património local parece ter-se prolongado, enquanto lhe foi possível, até, pelo menos, finais da década de 50 do séc. XX, através da recolha de espólio histórico-arqueológico em risco e subsequente depósito na referida instituição – *“Da nossa parte, continuamos a fazer o que podemos: são mais umas simples migalhas do património artístico de Beja cuja destruição evitamos ou afastamos por mais ou menos tempo”* (VIANA, 1958, *apud* VIANA, 1998, p. 54). Todavia, a almejada nomeação para Diretor não chegou a concretizar-se – *“(…) Os da Junta da Província ficaram de me nomear Director efectivo do Museu ainda este mês. (...) Vamos ver se cumprem o prometido”* (AMCV: VIANA, 07/01/1957, p. 2). Não haveriam de cumprir e, em 1959, o arqueólogo referia-se assim à questão: *“Esta tarde estive no Museu com os Srs. da Junta de Província, a escolher coisas para um álbum que pensam fazer. Andam agora dispostos a nomearem-me director do Museu, com um ordenado apreciável, mas não estou muito disposto a aturá-los, (...). E já não tenho fôlego para chatices, por muito que rendam. Vamos a ver o que daqui sairá. Uma coisa é certa: não deixo Vila Viçosa, nem a S.^a da Cola, nem o “Arquivo de Beja”, nem a minha vida costuma”* (AMCV: VIANA, 13/12/1959, p. 1).¹⁴

O excerto acima transcrito reveste-se de particular significado, uma vez que Abel Viana faz alusão a três das principais atividades que o ocuparam na etapa alentejana da sua vida – por ordem cronológica, a publicação do *Arquivo de Beja*, a criação e organização da Secção Arqueológica da Casa de Bragança, e os trabalhos arqueológicos no Castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique). Em relação à primeira, importa esclarecer que, para além do papel vigilante e ativo que sempre manteve no registo e salvaguarda das ocorrências arqueológicas no contexto urbano de Beja (CARDOSO, 2015, p. 165), Abel Viana foi redator e dinamizador do *Arquivo de Beja* desde 1944 (VIANA, 1996b, p. 4) e até à sua morte, em 1964. Os trabalhos da sua autoria aí publicados impressionam, não só pela quantidade, mas também pela variedade de temáticas abordadas, as quais, centradas em questões relacionadas com o património local e regional, refletem bem a preocupação subjacente em divulgar o património histórico-arqueológico como meio de salvaguarda do mesmo (CARDOSO, 2016, p. 44). Exemplo expressivo desta colaboração regular são as *Notas históricas, arqueológicas e etnográficas*

¹⁴ Nos inícios da década de 60 do séc. XX, a remodelação do Museu Regional de Beja, sob a direção de António Belard da Fonseca, responsável daquela instituição entre 1964 e 1982, reforçou a necessidade de se encontrar um outro espaço destinado a albergar a vasta coleção arqueológica até então aí depositada. Na altura Abel Viana, a pedido da Junta Distrital, terá ficado encarregue da instalação do espólio arqueológico no novo espaço escolhido para o efeito (tarefa a que, supomos, não terá chegado a dedicar-se), e sugerido anos antes pelo próprio arqueólogo - a extinta igreja de Santo Amaro, correspondente ao atual núcleo visigótico do Museu Regional de Beja (*Diário do Alentejo*, 02/08/1963; CARDOSO, 2001-2002, Doc. 75, pp. 566-567, Doc. 76, p. 569).

do *Baixo Alentejo* ou as várias *Notas e Nótulas*, publicadas em diversos números da referida publicação e que configuram relevantes testemunhos da arqueologia, história e etnografia regionais. Em relação à segunda atividade enunciada, esta encontra-se indissociavelmente ligada à colaboração de Abel Viana com António Dias de Deus. Este funcionário da Colónia Penal de Vila Fernando (Elvas) dedicava-se, desde inícios da década de 30 do século XX, a pesquisas arqueológicas na zona de Elvas e concelhos limítrofes, tendo passado, a partir de meados de 1949, a poder contar com o auxílio do arqueólogo na orientação científica das pesquisas e no estudo dos materiais (ROLO, 2013; 2016; 2017).¹⁵ A abundância do espólio exumado e a consciência da sua representatividade levaram Abel Viana a solicitar o apoio da Fundação da Casa de Bragança. Esta instituição acederia à concessão de apoio financeiro às pesquisas em curso, bem como à criação de uma Secção Arqueológica, com instalação definitiva no castelo de Vila Viçosa, que se viria a converter no atual Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança (ROLO, 2016).¹⁶ A colaboração de Abel Viana com A. Dias de Deus manteve-se até 1955, altura em que, com o falecimento do segundo, cessaram os trabalhos de campo na região alto alentejana, passando então Abel Viana a dedicar-se, através de visitas regulares a Vila Viçosa, à organização e inventário da dita Secção Arqueológica da Casa de Bragança. Esta parceria saldou-se em importantes contributos para o estudo do megalitismo, Idade do Ferro e época romana (e tardo-romana) na região elvens, através dos vários trabalhos publicados por Abel Viana ou em co-autoria com A. Dias de Deus (ROLO, 2013; 2016). A relevância dos arqueossítios identificados e dos materiais recolhidos facilmente se depreende das palavras de Abel Viana em carta a O. Veiga Ferreira, datada de 13 de Agosto de 1949: *“Saiba que fui encontrar em Vila Fernando e na Terrugem um manancial formidável. Enorme e variadíssimo: Bronze, Ferro, época romana e época visigótica. No Bronze não temos nada que se compare às nossas coisas das Caldas, mas quanto ao Ferro, o caso é importantíssimo. É das melhores coisas da Península. Trata-se de um riquíssimo campo de urnas, admirável pela quantidade e qualidade do espólio. O visigótico é também do melhor, sobretudo no respeitante a objectos de ferro e bronze. O nosso espólio da Alcaria à beira daquilo não passa de uma pobre migalha.”* (CARDOSO, 2001-2002, Doc. 22, p. 462). Terá sido a reconhecida importância de

¹⁵ Ressalve-se que no presente subcapítulo não nos alongaremos na nossa exposição sobre a atividade desenvolvida por Abel Viana na região alto alentejana, uma vez que esta constitui a temática central do subcapítulo seguinte (II.2.).

¹⁶ O vasto conjunto de espólio recolhido no decurso das pesquisas arqueológicas realizadas por Abel Viana encontra-se distribuído por diversas instituições museológicas. Para além do atual Museu Nacional de Arqueologia e do Museu Municipal de Viana do Castelo, aos quais entregou grande parte das suas primeiras recolhas de indústria lítica do litoral minhoto, e do Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança, há que referir também o atual Museu Geológico/LNEG, o Museu Municipal de Faro, o Museu Regional de Lagos, o Museu Regional de Beja, e o Museu Municipal Mineiro de Aljustrel.

estações arqueológicas como a necrópole da Idade do Ferro da Herdade da Chaminé (Vila Fernando, Elvas) que, em finais de 1949, esteve na origem das tensões com o então diretor do Museu Etnológico, Manuel Heleno. Este último, alegando o incumprimento das boas práticas arqueológicas nos trabalhos levados a cabo pelo funcionário da Colónia Penal, haveria de chamar à tutela da instituição museológica que dirigia a responsabilidade pelas escavações dos arqueossítios da Chaminé e Carrão, e assim impedir a continuidade das mesmas por A. Dias de Deus e Abel Viana. Na sequência desta desavença com o fundador do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, Abel Viana e A. Dias de Deus passaram a desenvolver as suas pesquisas sob a égide do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, contando assim com a proteção e apoio de A. Mendes Corrêa.¹⁷

Em 1958, com a atribuição de um subsídio pela Fundação Calouste Gulbenkian e como colaborador do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Abel Viana assumiu a direção dos trabalhos arqueológicos no castro de Nossa Senhora da Cola (Ourique) (CARDOSO, 2015, p. 166, Fig. 11; VIANA, 1996b, pp. 7-8), iniciando assim a ‘missão’ arqueológica central dos seus últimos anos de vida. Habitado a trabalhar em condições longe das ideais, com poucos recursos financeiros (CARDOSO, 2001-2002, Doc. 44, p. 505 e nota 213, Doc. 73, p. 558 e nota 360; VIANA, 1996a, p. 15) e múltiplos afazeres, apenas suplantadas por uma inabalável persistência e uma invulgar capacidade de trabalho¹⁸, o arqueólogo minhoto reconhecia: *“Só no resvalar para a velhice começamos a ter alguns auxílios mais efectivos, em nossa actividade de observador e anotador arqueológico. Apenas um (refere-se a Calouste Gulbenkian e ao apoio concedido pela Fundação homónima), todavia, nos facultou os meios materiais para a realização de uma das mais ambicionadas tarefas de toda a nossa juventude e maturidade da vida”* (VIANA, 1961, p. 4). Assim, não obstante as dificuldades logísticas e as duras condições que caracterizavam os trabalhos no sítio da Cola (CARDOSO, 2001-2002, p. 559,

¹⁷ Acerca da polémica que opôs Abel Viana e António Dias de Deus a Manuel Heleno e do apoio concedido aos primeiros pelo Professor Mendes Corrêa, veja-se o Subcapítulo II.2.1..

A visão realista e desencantada do contexto da Arqueologia portuguesa (designadamente de uma certa esterilidade da produção científica nacional e da difícil relação com os seus pares) por um lado, e o sentido reconhecimento àqueles que o apoiavam, por outro, são bem evidentes na correspondência trocada com O. Veiga Ferreira (CARDOSO, 2001-2002, Doc. 20, p. 459; Doc. 31, pp. 480-481).

¹⁸ Acerca do volume de trabalho com que se debatia Abel Viana, registem-se as seguintes observações do próprio em correspondência enviada a O. da Veiga Ferreira: *“(...) estou muito cansado. Tem sido trabalhar à doida!”* (CARDOSO, 2008a, p. 432, 6.49); *“Continuo de boa saúde, e a trabalhar sempre. Tenho imensas coisas para deitar ao mundo! Assim mas publiquem! É tudo coisas de alto interesse.”* (CARDOSO, 2008a, p. 477, 6.148); *“(...) Eu com imenso que fazer, sem tempo que chegue!!! Por mais que trabalhe, não consigo pôr as coisas em dia.”* (CARDOSO, 2008a, p. 519, 6.256). O tom, ora mais entusiasta, ora menos efusivo (quase sempre relacionado com momentos de saúde mais fragilizada), é, de um modo geral, revelador de uma vontade tenaz de produção de conhecimento.

nota 363), Abel Viana dedicava-lhes anualmente entre três a quatro meses – sensivelmente entre finais de Junho e inícios de Outubro, por norma com uma interrupção a meados de Agosto para uma ida à terra natal (AMCV: vários; ARAÚJO, 1968, p. 119; VIANA, 1961, p. 7; CARDOSO, 2001-2002, Doc. 68, p. 552, nota 339, Doc. 75, p. 567, Doc. 77 Anexo, p. 576).¹⁹ O restante tempo era reservado para a produção dos seus estudos e artigos, bem como para as várias colaborações que mantinha com outros investigadores, prática que cultivou ao longo de toda a sua carreira. À etapa alentejana da vida de Abel Viana haveriam de ficar associadas variadíssimas pesquisas desenvolvidas sobretudo na região do Baixo Alentejo e Algarve, muitas delas em colaboração com investigadores como Afonso do Paço, Fernando Nunes Ribeiro, Georges Zbyszewski, Luís Castro, Mariano Feio, Octávio da Veiga Ferreira²⁰, ou Ruy Freire de Andrade, entre outros. Para além do trabalho publicado por Abel Viana sobre o arqueossítio do castro da Senhora da Cola (VIANA, 1961), vejam-se, por exemplo, o estudo sobre as indústrias líticas do Vale do Guadiana (VIANA, 1943; 1945c; 1945d; 1947; VIANA & ZBYSZEWSKI, 1952); a identificação e estudo de sepulturas calcolíticas tipo *tholos* no Baixo Alentejo (CARDOSO, 2000-2001, pp. 418 e 420; VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1961); ou ainda o estudo dos vestígios de mineração romana e da necrópole identificados em Aljustrel (ANDRADE, FERREIRA & VIANA, 1957; VIANA, 1956a; VIANA, FERREIRA & ANDRADE, 1954). Para além destes trabalhos, não podemos deixar de fazer também alusão às pesquisas desenvolvidas sobre o megalitismo no

¹⁹ A propósito das estadas no sítio da Cola, Abel Viana escreveu: "(...) *Estou aqui (no Castro da Cola) desde 31 de Agosto, e devo retirar para Beja em 18 do corrente.|| Isto é um deserto, muito belo, muito evocativo, muito excelente para cura de ares e repouso, sítio para poetas, como disse Mário Beirão, que há dias me visitou aqui, pedacinho do céu, no escrito de D. António Cardoso Cunha, Bispo Auxiliar de Beja, que também, vencendo as asperezas do caminho, veio passar comigo um dia de acampamento. Sim senhora, é isto tudo, mas se não fosse eu ter imenso trabalho – que o estou fabricando a todas as horas – apanhava aqui uma crise de melancolia de que nunca mais me curava!|| Só vivendo um pouco assim se pode ter uma mínima ideia de quanto sofreu essa gente que foi por esse mundo fora, a dilatar a Fé e o Império! Eles, coitados, os Cabrais, Gamas e Albuquerque, nem sequer tinham o atum de conserva e as sopas Knorr...|| Mas estou satisfeitíssimo. As minhas explorações continuam a dar bons resultados.*" (AHIC: Proc. 3107 – 3107/19, Doc. 14 – carta endereçada a Rosa Castanho e datada de 10/10/1961, pp. 1-2).

²⁰ Deve-se a O. Veiga Ferreira, com o qual Abel Viana manteve uma relação de vinte anos de amizade e frutuosa colaboração, um dos mais impressionantes retratos da figura do 'mestre': "Abel Viana era um homem simples, sincero e um trabalhador de incomparável energia. Trabalhava, como tantas vezes observei, no campo horas seguidas e, pelo seu exemplo, fazia trabalhar os que se abeiravam dele. Era um enciclopédico. Nada escapava à sua pertinaz e sagaz observação. (...) Tinha um feitio um pouco impulsivo, mas o coração de ouro. (...) Até nos últimos anos da sua vida, na estação da Senhora da Cola, a sua obra de arqueologia andou sempre ligada à obra de benemerência para aquela pobre gente do lugar" (FERREIRA, 1964, p. 2).

Acerca do início desta parceria, e revelador da rede de colaborações cultivada pelo arqueólogo vianense, O. Veiga Ferreira escreveu: "Em 1944 travei conhecimento com Abel Viana. Estava então como Engenheiro nos trabalhos de captação de água mineral do vale as Caldas e nas horas vagas ia estudando a geologia e a arqueologia dos arredores das Caldas. Encontrei várias necrópoles intactas onde já trabalhava com o saudoso Doutor José Formosinho, (...). Por intermédio do Professor G. Zbyszewski comecei a trabalhar também com Abel Viana. Formou-se então a trindade Viana-Formosinho-Veiga Ferreira" (FERREIRA, 1989, p. 2).

Baixo Alentejo (VIANA, 1953b; VIANA, 1957b; VIANA, ANDRADE & FERREIRA, 1960) e na Bacia do Vouga (CASTRO, FERREIRA & VIANA, 1957), bem como à escavação da necrópole da Idade do Bronze (I) do Sudoeste da Atalaia (Ourique), para a qual Abel Viana pôde contar, nos anos de 1962 e 1963²¹, com a colaboração de Hermanfrid Schubart e o apoio do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid (CARDOSO, 2001-2002, Doc. 74, p. 563; Doc. 75, p. 567; Doc. 77 e Anexo, p. 572, nota 410, e p. 574; SCHUBART, 1965; VIANA, 1959a), e a qual apelidaria como “a mais penosa exploração arqueológica em toda a minha vida” (CARDOSO, 2001-2002, Doc. 77 Anexo, p. 574).²²

Membro de inúmeras agremiações científicas e culturais nacionais e estrangeiras, Abel Viana participou em diversos congressos internacionais, que lhe permitiram não só a divulgação dos resultados das suas pesquisas, mas também a sua afirmação como arqueólogo de reconhecidos méritos, aquém e além fronteiras (VIANA, 1951b, p. 4; CARDOSO, 2015, p. 163). Reflexo deste reconhecimento são as suas palavras em carta dirigida ao irmão Mário Viana, a 5 de Novembro de 1948: “*Realmente, noto que tanto em Portugal como fora do país têm [sic] por mim, em todos os meios cultos, um apreço que eu próprio nem sei por que o mereça. Salvo se o meu trabalho tem sido realmente coisa que preste, porque por outra coisa não pode ser*” (AMCV: VIANA, 05/11/1948).²³ Abel Viana foi Delegado do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia em Faro de 1933 a 1939, e em Beja, a partir deste último ano (VIANA, 1951b, pp. 3-4). Foi igualmente Delegado da 2ª Sub-Secção da 6ª Secção da Junta Nacional de Educação (Antiquidades, Escavações e Numismática)

²¹ Ao contrário das primeiras campanhas, realizadas em 1959 e 1960 e nas quais Abel Viana trabalhou sozinho (CARDOSO, 2001-2002, Doc. 77 Anexo, p. 574).

²² “Durante o mês de Junho estudei a Atalaia, com o Dr. Schubart. (...) Agora estou a trabalhar no castro (da Cola). Devo retirar-me no fim deste mês (dia 31), e interromper durante o mês de Agosto. Tem sido um sacrifício enorme estar aqui!” (In CARDOSO, 2008a, p. 539, 6.309 - bilhete-postal endereçado a O. Veiga Ferreira, com data de 13 de Julho de 1962).

²³ A propósito dos congressos em que participou, dos condicionalismos financeiros com que se debatia, e do reconhecimento e apreço que lhe votavam os seus pares e colaboradores próximos, vejam-se os seguintes excertos da documentação epistolar da autoria de Abel Viana: “A (?) respeito do próximo congresso, em Madrid, já enviei a minha inscrição há mais de um mês. Nessa ocasião apontei os nomes do Meu Amigo e do Sr. P. Henrique, como prováveis participantes. (...) Eu tenciono ir lá, mas claro que não tenho a certeza. Dependerá do estado de saúde, do estado do tempo e... do estado das finanças.” (AFCB: VIANA, 19/11/1953, p. 2); “Para evitar despesas, havia resolvido não ir este ano a Espanha, apesar do congresso internacional (IV Congreso Internacional de Ciencias Prehistóricas y Protohistóricas, realizado em Madrid, de 21 a 27 de Abril de 1954) que lá se realiza ser muito importante. Inscrevi-me e mandei um trabalho, mas tinha resolvido não ir lá. Alguns dos meus amigos mandaram-me dizer que já faziam preces para que eu estivesse de saúde e os pudesse acompanhar. Um deles, o Dias de Deus, lembrou-me que pedisse à Fundação da Casa de Bragança um subsídio, e ela atendeu, dando-me 3.000 pesetas. (...) Vão comigo o Padre Henrique, o Dias de Deus, o Dr. Bairão Oleiro, o Eng.º Veiga Ferreira e um lavrador, homem ainda novo e amigo de viajar, de Elvas, pessoa que se está a interessar pela arqueologia. Claro que lavrador, cá para estes sítios, não significa labroste, mas sim proprietário rico. (...)” (AMCV: VIANA, 13/04/1954, pp. 1-2). Desconhece-se a identidade do último indivíduo referido por Abel Viana; questionamo-nos se poderia tratar-se de Ruy d’ Andrade, filho de Alfredo d’Andrade e à data proprietário da Herdade de Fontalva.

a partir de 1942, e Delegado da 1ª Sub-Secção da 6ª Secção da Junta Nacional de Educação (Artes Plásticas, Museus e Monumentos) desde 1949 (VIANA, 1996b, p. 4).

Em 1962 publicou *Algumas noções elementares de Arqueologia Prática*, em jeito de manual e testemunho do seu modo de pensar e fazer Arqueologia.²⁴ A vocação pedagógica constituiu, a par de um estilo cuidado, pragmático e acutilante, um dos traços mais marcantes da vasta obra bibliográfica de Abel Viana que, se contabilizarmos os numerosos artigos, de temáticas variadas, publicados em jornais e outras publicações periódicas nacionais e estrangeiras, ultrapassa os quatrocentos títulos (VIANA, 1996b, pp. 10-46). Já no texto publicado sobre as *Estações paleolíticas do Alto Minho*, em 1930, Abel Viana revelava a vocação didática do seu trabalho e o “*intento de despertar, sobretudo nos novos, o gosto pelo estudo, a ambição dos triunfos, das nobres compensações morais por êle proporcionadas*” e de “*contribuir para o aliciamento de novos investigadores*” (VIANA, 1930, pp. 48-49). É notória a importância de que se revestia a atividade de publicista para Abel Viana e o cuidado que colocava nos seus ‘contributos’, quando, a propósito da publicação do estudo definitivo sobre a Cova da Moura (Carreço, Viana do Castelo), afirmava: “(...) *A notícia definitiva é para Arqueólogos; os artigos do “Notícias” (referência ao jornal Notícias de Viana) são para toda a gente, e em especial para os que não são arqueólogos mas poderão – e oxalá que o sejam – vir a lê-lo. Por isso nos artigos do “Notícias” perco tempo em (?) “introduções” descabidas em publicações destinadas a outro meio.*” (MNA: Legado JLV, Correspondência de Abel Viana – 3551, Doc. 23219 – Carta dirigida por A. Viana a J. Leite de Vasconcelos, datada de 04/ 11/1931). A este propósito importará destacar a publicação, em 1936, do texto *Necessidade de uma lei reguladora da exploração arqueológica e acauteladora do património arqueológico nacional*, no qual o arqueólogo vianense não só tece, de forma aberta e crítica, o retrato da Arqueologia em Portugal à época, como também enumera um conjunto de medidas que, na sua opinião, poderiam contribuir para a ‘boa ordenação’ da prática arqueológica a nível nacional e, em última instância, para o cumprimento de uma das suas aspirações: “*o desaparecimento do espírito de exclusivismo – a arqueologia não é ciência de mistérios e só para enigmáticos super-homens (em tradução vulgar, muito indesejável mas expressiva e pitoresca – de “maduros”!) –, e com*

²⁴ Em bilhete-postal enviado ao irmão Mário, a 28 de Fevereiro de 1962, Abel Viana referia-se assim à sua então mais recente obra: “*Ante-ontem fiz a maior despesa de toda a minha vida! Paguei à tipografia 25.000\$00 dos 2.500 exemplares do meu livro – “Algumas noções elementares de Arqueologia Prática”. (...) O livro é bonito, bem apresentado, fornece copiosa quantidade de informação e dá catanada de três em pipa!*” (AMCV: VIANA, 27/02/1962). Em carta endereçada a O. Veiga Ferreira, com data de 23 de Março de 1963, descrevia *Algumas Noções de Arqueologia Prática* como “*um livro de pancadaria disfarçada em lições de arqueologia e no meio de muita informação arqueológica*” (CARDOSO, 2000-2001, Doc. 76, p. 570), assumindo assim orgulhosamente a independência de espírito e a ‘atitude anti-doutoral’ que o caracterizaram (CARDOSO, 2000-2001, Doc. 75, p. 566).

êsse [sic] desaparecimento surgirá êste [sic] facto raríssimo na arqueologia portuguesa – a publicação de trabalhos em colaboração, firmados por dois ou mais investigadores, ou entregue cada capítulo a cada um daqueles cuja especialização – arqueologia, geologia, paleontologia, epigrafia, numismática, etc. – lhe possa dar foros de autoridade e direito do uso de uma firma com inequívoca correnteza científica“ (VIANA, 1936, p. 245).

Abel Viana viveu os seus últimos 25 anos em Beja, onde faleceu inesperadamente, aos 68 anos de idade, na madrugada de 17 de Fevereiro de 1964, e onde se encontra sepultado (VIANA, 1996b, p. 10). Não chegaria assim a publicar a ambicionada nova obra sobre o castro da Senhora da Cola ou o segundo volume de *Algumas Noções de Arqueologia Prática*, como era sua intenção (ARAÚJO, 1968, p. 122; CARDOSO, 2001-2002, Doc. 81, p. 580). Os dois últimos artigos publicados versam, não sobre o Alentejo ou o Algarve, regiões às quais dedicou grande parte da vida e labor, mas sobre a sua terra natal, Viana do Castelo (VIANA, 1962b; VIANA, 1963b). Na derradeira correspondência²⁵, nomeadamente na última carta enviada para o irmão Mário, com data de 3 de Fevereiro de 1964, e a propósito da visita realizada pelas autoridades oficiais ao sítio do Castro da Cola a 19 de Janeiro de 1964, demonstrava entusiasmo no futuro: *“Está tudo com a impressão de que nova era se vai abrir para aquela gente, e tudo está com os olhos postos em mim, pois foram as minhas arqueologias e o que tenho escrito nos jornais a favor daquela região que consegui chamar para aquilo a atenção de muitíssima gente, a começar pela do Governo.”* (AMCV: VIANA, 03/02/1964, p. 2). Em carta endereçada a O. Veiga Ferreira, poucos dias antes do seu falecimento, o mesmo entusiasmo com o projeto de Nossa Senhora da Cola e com a mudança que se adivinhava para aquela região e as suas gentes coexiste com o cansaço que lhe lemos nesta espécie de ‘passagem de testemunho’ à geração seguinte – *“(…) aparece-me gente nova, de fora e de longe. Estou velho demais, infelizmente, e a Senhora da Cola já não consente que eu gaste mais tempo com outras coisas. Mesmo por carta, vou dando algumas informações e indicações. Hei-de lhe mandar uma relação destas pessoas, pois talvez você possa acudir a algumas com o seu esclarecimento e o seu conselho”* (CARDOSO, 2001-2002, Doc. 81, p. 586).²⁶ Partiria o homem mas, conforme a convicção do próprio, as suas palavras não

²⁵ A última carta da autoria de Abel Viana data de 14 de Fevereiro de 1964 e foi endereçada a Eugénio Pinheiro, comerciante vianense, a quem o arqueólogo encomendava mantimentos destinados à nova campanha de escavações que planeava realizar, certamente naquele mesmo ano, no castro de Nossa Senhora da Cola (*Serão - Página de Arqueologia Artística e Etnografia*, n.º 160, 31 de Agosto de 1972, pp. 1-2).

²⁶ É de realçar a generosa disponibilidade e a salutar abertura de espírito com que Abel Viana procurava atender às solicitações de quem o contactava e com que encarava a ideia de que outros investigadores lhe pudessem suceder no aprofundamento dos seus estudos e pesquisas. Ilustrativo disso mesmo é o excerto constante da última carta enviada a O. Veiga Ferreira, no qual se refere à cedência dos vidros da Secção Arqueológica da Casa de Bragança para restauro no laboratório de Conímbriga e estudo por J. Alarcão e A. Alarcão: *“(…), eles farão novo estudo de todo esse importante*

foram tempo perdido (CARDOSO, 2001-2002, Doc. 76, p. 569). Ficou um vastíssimo, sólido e plurifacetado legado do pedagogo, do arqueólogo, do etnógrafo, mas também do filólogo, historiógrafo, naturalista, jornalista, e até polemista (VIANA, 1998, p. 58). E, acima de tudo, ficou o Exemplo – o exemplo de uma vida e obra feitas de conhecimento, tenacidade e humanismo, ao qual, ontem como hoje, é impossível ficar-se indiferente.

material, melhorando imenso, evidentemente, o estudo que eu fiz. Como sabe, nestas coisas, não faço questão. Desde que os outros façam melhor, e me não macem por eu não ter podido fazer melhor, até fico contente” (CARDOSO, 2000-2001, Doc. 81, pp. 579-580, e nota 435).

II.2. A parceria entre Abel Viana e António Dias de Deus e a investigação sobre as «necrópoles céltico-romanas» alto-alentejanas

II.2.1. O contexto e os intervenientes, a polémica e o contributo

Pode afirmar-se que a ligação de Abel Viana à investigação arqueológica em território alto-alentejano decorre de um contexto particular, temporalmente circunscrito mas muito profícuo para a investigação científica, que corresponde à sua colaboração num conjunto de intervenções e recolhas de espólio arqueológico realizadas naquela região, e em especial na área do atual concelho de Elvas, entre os anos de 1949 e 1955.

Em 1948, Abel Viana, à data bolseiro do Instituto para a Alta Cultura e exercendo o cargo de Catalogador do Museu Regional de Beja (VIANA, 1996b, p. 4), foi informado pelo então Diretor da Biblioteca e Museu Municipal de Elvas, António Domingos Lavadinho, sobre as intervenções e recolhas de espólio arqueológico que vinham sendo levadas a cabo por António Dias de Deus (1901-1955), Preceptor-Adjunto da Colónia Penal de Vila Fernando²⁷ (VIANA, 1955a, p. 1), desde meados da década de 30 do século XX (VIANA, 1950, pp. 289-290): *“Em Outubro do ano passado (ano de 1948), achando-me em Elvas, por motivo de uma viagem de estudo que então fiz a Mérida e Badajoz, o Sr. Domingos Lavadinho, Director da Biblioteca e Museu Arqueológico Municipal de Elvas, falou-me de umas explorações que desde bastantes anos vinham sendo realizadas em freguesias daquele concelho, mormente pelo Sr. António Dias de Deus, Sub-Director da Colónia Correccional de Vila Fernando./ Disse-me o Sr. Lavadinho que os achados de ruínas e dos mais diversos monumentos eram ali frequentes, sobretudo em Vila Fernando e na Terrugem, e que pena era vê-los destruídos por efeito dos trabalhos agrícolas, valendo em muitos casos a intervenção oportuna do Sr. Dias de Deus. (...)/ Demorei uns dias em estudo no Museu de Elvas, mas os meus trabalhos não me permitiram então ir a Vila Fernando e à Terrugem. Pedi, todavia, a Lavadinho me pusesse em comunicação com Dias de Deus, pelo que, entre mim e este se estabeleceram relações epistolares.”* (AFGB: VIANA,

²⁷Instituída em 1880 sob a designação de Escola Agrícola de Vila Fernando, só abriu portas a 6 Outubro de 1895, destinando-se a “corrigir e educar indivíduos menores que podiam constituir um perigo para a sociedade (vadios, mendigos, desvalidos e desobedientes)” (HENRIQUES, 2014, p. 152). Em 1898 passou a denominar-se Colónia Agrícola Correccional, tendo funcionado, sob a alçada do Ministério da Justiça, até 2007, ano do encerramento da instituição (idem, pp. 155-156). À época, e na sequência das determinações da Organização Tutelar de Menores de 1962, era designada como Instituto de Reeducação (LOPES, 2011, p. 44).

A herdade de Vila Fernando, onde se instalou o estabelecimento correccional, tinha uma área de 777ha e era, desde o séc. XVI, propriedade da Casa de Bragança. Findo o contrato de arrendamento celebrado, em 1881, entre a Fundação e o Ministério do Reino, a propriedade foi adquirida pelo Estado em 1934 (LOPES, 2011, p. 49). Atualmente as instalações da antiga Colónia encontram-se devolutas e em acentuado estado de degradação.

10/12/1949, p. 1).²⁸ Dava-se assim o primeiro passo que veio a conduzir à parceria entre o arqueólogo minhoto e António Dias de Deus. Tal colaboração iniciou-se em Julho de 1949 (MNA: APMH/5/1/324/5_2/19; VIANA, 1950, p. 290; VIANA & DEUS, 1951, p. 89; VIANA & DEUS, 1952, p. 185; VIANA & DEUS, 1955b, p. 11), altura em que Abel Viana teve oportunidade de regressar a Elvas e de então conhecer pessoalmente o funcionário da Colónia Penal, e prolongou-se até 24 de Abril de 1955, data do falecimento deste último. Acerca desta segunda visita a Elvas, o arqueólogo escreveu: *“A projectada visita foi-se dilatando, umas vezes em face do mau estado do tempo ou da impropriedade da época (encharcamento, dureza excessiva [sic] do terreno, existência de pastos e searas, etc.), outras vezes porque os meu trabalhos, ou os afazeres oficiais do Sr. Dias de Deus, impediram o nosso encontro. Em 28 de Julho deste ano, finalmente, consegui ir a Vila Fernando, permanecendo ali e em Elvas até 6 de Agosto.”* (AFGB: VIANA, 10/12/1949, p. 2).²⁹ Na verdade, o crescente volume de espólio resultante das recolhas e intervenções arqueológicas levadas a cabo na região elvense e a relevância das ‘descobertas’ de A. Dias de Deus parece ter ditado a necessidade de encontrar quem colaborasse com o funcionário da Colónia Penal na gestão e estudo desse mesmo espólio – *“os materiais acumulados em Vila Fernando tornaram-se, de súbito, ainda mais importantes e numerosos, com a descoberta do campo de urnas da Herdade da Chaminé. Urgia levar a cabo o seu estudo. Desde 1948 Dias de Deus procurava um colaborador que comparticipasse no exame e classificação de tantos e tão diversos objectos. Domingos Lavadinho, Director da Biblioteca e Museu Municipal de Elvas, pôs-me em contacto com o proficiente pesquisador de Vila Fernando, iniciando-se a minha cooperação em Julho de 1949”* [MRB: VIANA (?), 10/04/1952, pp. 1-2].

Na correspondência enviada à família, remonta a Março de 1948 a primeira alusão à realização de trabalhos no Alto Alentejo: *“(…) este ano deverei fazer umas voltas pelo Alto Alentejo, (...)”* (AMCV: VIANA, 25/03/1948, p. 1), e em carta datada de 5 de Novembro desse mesmo ano Abel Viana informava o irmão da já anteriormente mencionada ‘viagem de estudo’ que terá sido a sua primeira visita a Elvas, Badajoz e Mérida, e a possibilidade de contactar, pela primeira vez, com o espólio

²⁸ Consta do relatório de atividades desenvolvidas, na qualidade de bolseiro do Instituto para a Alta Cultura, durante o ano de 1948, referência a esta visita a Elvas, com a indicação: *“Quanto à minha estadia em Elvas, Mérida e Badajoz, permitiram-me estas visitas o exame directo de peças de museu e de ruínas [sic] arqueológicas que eu já conhecia pela bibliografia, assim como de outras ainda não publicadas”* (AHIC: Proc. 3069 – 3069/6, Doc. 72/3, p. 4).

²⁹ Em VIANA & DEUS, 1950 (p. 67) é feita referência a pesquisas realizadas entre Março de 1949 e Julho do ano seguinte. Naturalmente que, tendo em conta as fontes documentais disponíveis e a informação sucessivamente reiterada nas publicações dos dois autores citados quanto ao início da colaboração efetiva com A. Dias de Deus em Julho de 1949, não podemos deixar de estranhar tal referência e colocar duas possibilidades: a hipótese de se tratar de um lapso nas datas apresentadas, ou a de Abel Viana pretender, na publicação em causa, chamar a si a co-responsabilidade pelos trabalhos realizados antes de Julho de 1949, uma vez que a divulgação dos respetivos resultados preliminares se ficou a dever à sua iniciativa. Esta segunda hipótese afigura-se-nos pouco crível.

resultante das pesquisas arqueológicas feitas na região elvense: *“Regressei a Beja no dia um do corrente, após uma digressão de nove dias pelo Alto-Alentejo e província de Badajoz. (...) Apesar de chegar a Elvas já de noite, estive no Museu e na Biblioteca (que é a mais valiosa e sumptuosa das da província, com excepção das de Braga, Porto e Coimbra, e Évora), desde as 21 horas até à uma e meia da noite. (...) Como o tempo no dia seguinte melhorasse, fiquei em Elvas, e ainda no dia seguinte. (...) Tanto no Museu de Mérida, como no de Badajoz, como no de Elvas, trabalhei muito, trazendo de lá muitos apontamentos e desenhos. (...) Saí de Elvas ao 3º dia. [sic] depois do almoço. Tive quatro horas para completar o meu conhecimento de Estremoz, outra cidade praça forte, cheia de história e monumentos. O Alto Alentejo é imensamente mais bonito e artístico que o Baixo.”* (AMCV: VIANA, 05/11/1948, pp. 1-2).³⁰

Importa salientar que os aludidos trabalhos de recolha de materiais arqueológicos na região elvense são bastante anteriores à colaboração de Abel Viana, remontando ao ano de 1934, altura em que Dias de Deus se associou a outro funcionário da Colónia Penal de Vila Fernando, António Luís Agostinho, na exploração de vestígios megalíticos: *“No ano de 1934, começou António Luís Agostinho, ajudante de ecónomo no mesmo instituto oficial (Colónia Penal de Vila Fernando) a explorar os dólmens da região, associando-se-lhe desde logo António Dias de Deus. (...) Em 1940, passaram a interessar-se, também, pelos vestígios das épocas romana e visigótica, igualmente abundantes na zona elvense.”* (VIANA, 1955a, p. 1). Tal actividade, num momento inicial fundamentalmente motivada pelo *“gosto pela arqueologia e, sobretudo, pela época enigmática da pré-histórica”* (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 1) (e também por isso não a salvo de alguma polémica à época), veio a valer aos intervenientes, que ocupavam *“os dias feriados e os domingos, (...) calcurriando [sic] montes e vales em busca de cacos*

³⁰ A partir de meados de 1948, e até Janeiro de 1964, tornam-se frequentes, na correspondência enviada para a família, as referências de Abel Viana às suas deslocações à região alto-alentejana (em particular a Elvas e a Vila Viçosa), quase sempre de vários dias. Por exemplo, em carta datada de 4 de Agosto de 1950 e remetida de Beja, o arqueólogo informava o irmão de uma nova ida a Elvas e Vila Fernando: *“Na semana passada fui a Elvas e Vila Fernando, onde estive quatro dias. A distância é grande. Sai-se daqui às oito da manhã e chega-se a Elvas às 7 da tarde, com demora de três horas em Évora (que se passam agradavelmente) e de meia hora em Estremoz. Por lá vai-se por Arraiolos, e para cá pelo Redondo. É tudo através de ricas regiões agrícolas, tanto no Baixo como no Alto Alentejo.”* (AMCV: VIANA, 04/08/1950, pp. 1-2). Em Outubro desse mesmo ano, Abel Viana deslocou-se novamente até ao Alto Alentejo, conforme se pode ler em bilhete-postal enviado ao irmão: *“Amanhã de manhã sigo para Vila Viçosa, Vila Fernando e Elvas. Devo lá estar quatro ou cinco dias”* (AMCV: VIANA, 02/10/1950). Em correspondência datada do ano de 1952, registam-se várias referências: *“(…), estou preparando as coisas para ir até Vila Viçosa no próximo dia 16. Estarei em Vila Viçosa e Vila Fernando, dando larga volta na região ao redor de Elvas. Se o tempo se puser de sol, como espero, vai ser um belo trabalho, pois os campos estão lindíssimos.”* (AMCV: VIANA, 12/04/1952); *“Já fui a Vila Viçosa duas vezes (...). (...) Desta segunda vez que fui a Vila Viçosa, dei com o Dias de Deus uma larga volta de automóvel, pelas vilas de Alandroal e Terena. Terras lindas, curiosíssimas. Castelos admiráveis.”* (AMCV: VIANA, 02/06/1952, pp. 1-2); *“Tenho ultimamente ido várias vezes a Elvas e Vila Viçosa, cá nos meus estudos.”* (AMCV: VIANA, 28/06/1952).

e pedras”, o epíteto de ‘os doidos das pedras’ pela população local (ibidem). Segundo A. P. Luís Paúl, filho de A. Luís Agostinho, terá sido este funcionário da antiga Colónia Correcional o principal impulsionador das pesquisas arqueológicas levadas a cabo em Vila Fernando e área envolvente, nas décadas de 30 e 40 do séc. XX, sendo a presença e colaboração de A. Dias de Deus nas ditas “*andanças arqueológicas semanais*” do primeiro meramente ocasional (AFCB: PAÚL, 19/01/2011, p. 1). Na documentação acima transcrita e num documento elaborado por Abel Viana e remetido para A. Mendes Corrêa a 9 de Agosto de 1955 (MRB: VIANA, 09/08/1955, p. 1), parece confirmar-se a ideia de que a iniciativa destas pesquisas se terá ficado a dever a A. Luís Agostinho, e não ao preceptor-adjunto da Colónia Correcional. Em 1940 ter-se-ão iniciado as pesquisas e recolhas de materiais de época romana (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 568); numa primeira fase, ainda em conjunto com A. Luís Agostinho, e, a partir de 1942, contando também com a colaboração (pontual) do Pe. Henrique da Silva Louro, pároco da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Vila Fernando e assistente religioso da Colónia Correcional de Vila Fernando (MRB: VIANA, 10/04/1952, p. 1; MRB: VIANA, 10/08/1955; VIANA, 1955a, p. 1). Após o falecimento de António Luís Agostinho, em Outubro de 1944, e até ao início da parceria com Abel Viana, Dias de Deus terá prosseguido as pesquisas a título individual, continuando apenas a contar com a colaboração esporádica do pároco local³¹ (AFCB: PAÚL, 19/01/2011, p. 1; VIANA, 1955a, p. 1; MRB: VIANA, 10/04/1952, p. 1). Relativamente a estes companheiros de incursões arqueológicas, A. Dias de Deus referiu: “*O Agostinho por ser o mais metódico e ainda por ser o mais engenhoso na reparação e apresentação dos objectos, ficou sendo o depositário e encarregado do pseudo-museu. O Padre Louro, mais conhecedor das coisas antigas, tinha a missão de classificar esses objectos.*” (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 1). Numa fase inicial destas ‘pesquisas’, o espólio recolhido seria distribuído por A. Dias de Deus e A. Luís Agostinho. Desconhece-se se esta partilha do espólio terá sido (ou não) igualmente extensiva ao pároco local. Em finais da década de 40 do séc. XX, Abel Viana traçava o seguinte ponto da situação quanto ao acervo de peças reunido: “*A maior parte do material está em Vila Fernando, em poder de António Dias de Deus. Outra parte foi para o Museu de Elvas. Outra parte suponho achar-se em Coimbra, pois até ao falecimento do companheiro de Dias de Deus os achados eram divididos entre os dois, candidamente, como os despojos de uma batalha.*” (AFCB: VIANA, 14/09/1949, pp. 2-3). Referindo-se ao período que se

³¹ Em documento da autoria de Abel Viana, afirma-se: “*Em 1942 falecia António Luís Agostinho. António Dias de Deus prosseguiu, algumas vezes acompanhado pelo pároco da freguesia de Vila Fernando, Rev.º Henrique da Silva Louro*” (MRB: VIANA, 10/04/1952, pp. 1-2). Parece verificar-se um lapso na atribuição da morte de A. Luís Agostinho ao ano de 1942 em vez de 1944.

seguir ao falecimento de A. Luís Agostinho acrescentava: “*Com a morte do Agostinho e o desaparecimento da nossa valiosa colecção terminou a primeira fase dos meus trabalhos. Embora desgostoso e desapontado com os antecedentes, resolvi, sózinho [sic], prosseguir na tarefa que há anos empreendera. O concelho de Elvas é rico em vestígios quer romanos quer da pré-história e na freguesia de Vila Fernando, topam-se a cada passo com esses vestígios. Como a maioria das antas já tinham sido exploradas, sobretudo aquelas cujos esteios ainda erguidos denunciavam a sua existência, passei a pesquisar os vestígios romanos, conquanto não pusesse inteiramente de parte o neolítico e paleolítico*” (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 4).

Impõe-se ressaltar que dispomos de muito pouca informação acerca de A. Luís Agostinho (? - 1944). Esta resume-se a documentação constante do Arquivo da Fundação da Casa de Bragança, aos textos de sua autoria publicados no jornal da Colónia Penal – *Ecos da Colónia* (vejam-se, por exemplo, os números de Agosto e Outubro de 1931), e às referências a doações de espólio ao antigo Museu Municipal de Elvas, quer na imprensa local (*Correio Elvense*, 03/03/1945), quer no inventário daquela instituição museológica³². Podemos, todavia, esclarecer que a ‘*valiosa colecção*’ mencionada por A. Dias de Deus não desapareceu; na verdade, tratava-se do conjunto de espólio à guarda de A. Luís Agostinho, composto por material lítico recolhido na exploração de monumentos megalíticos e que, aquando do seu falecimento, foi levado para Coimbra³³, para onde a família aparentemente se viu forçada a regressar. Tal espólio terá sido estudado por Georg e Vera Leisner em Abril de 1944, na sequência de uma suposta visita realizada por Manuel Heleno aos arqueossítios intervencionados (a convite do próprio A. Luís Agostinho), e posteriormente adquirido por intermédio de A. Dias de Deus para a Secção de Arqueologia da Casa de Bragança (AFCB: PAÚL, 19/01/2011, pp. 1-2; AFCB: DEUS, [s.d.], p. 4; MRB: VIANA, 10/04/1952, pp. 2-3; CARDOSO, 2001-2002, p. 482).

Em função dos dados conhecidos, parece-nos seguro afirmar que, pelo menos durante a fase de colaboração com Abel Viana, A. Dias de Deus terá contado com o auxílio de alunos da Colónia Correccional de Vila Fernando e/ou de elementos da população local nas intervenções arqueológicas a que se dedicou. Exemplo dessa prática é o caso de José Lopes, a quem Tarcísio Maciel teve oportunidade de conhecer na sua passagem por Elvas nos anos 80 do séc. XX (MACIEL, 2015, p. 195). O carteiro de Vila Fernando (à data já reformado) teria participado em trabalhos arqueológicos

³² O Registo de Entradas de espólio no antigo Museu Municipal de Elvas inclui a indicação de um conjunto de peças, genericamente atribuídas a Vila Fernando, que terão sido doadas por A. Luís Agostinho a 20 de Julho de 1944 (CME/ BME: Registo de Entradas no Museu Municipal de Elvas - Secção de Arqueologia Romana e Luso-Romana).

³³ “*Por encargo da Fundação (da Casa de Bragança), Dias de Deus foi a Coimbra adquirir aos herdeiros de António Luís Agostinho os objectos da Idade do Bronze provenientes das explorações anteriores a 1942, cuja conveniência em serem agrupados aos que haviam ficado em Vila Fernando era evidente*” (MRB: VIANA, 10/04/1952, p. 2).

levados a cabo por António Dias de Deus e Abel Viana na região elvensa, designadamente nas escavações das necrópoles de Serrones e Chaminé (MACIEL, 2015, pp. 195, 197-198): “(...) contratado pelo Sr. Dias de Deus, pago pela Fundação da Casa de Bragança, trabalhava, (...), por objectivos: eram-lhe assinaladas determinadas áreas a escavar e no final do dia teria que apresentar os resultados de um certo número de sepulturas exploradas. O pagamento dependia desse mesmo resultado. De forma que trabalhou, com chuva ou sol, até mesmo doente, porque tinha filhos para alimentar e não havia outro trabalho, nas necrópoles da Chaminé, nesta e noutras, apresentando os resultados que não eram mais que os objectos encontrados em perfeitas condições: vasos e urnas de cerâmica, lacrimatórios de vidro, lucernas, que o Sr. Dias de Deus conferia e guardava, sabedor do espólio que este tipo de sepulturas, sobretudo as de incineração, continha. Os restos osteológicos das de inumação, sabe-se, não eram valorizados. De vez em quando, aparecia Abel Viana. Tomava notas, fotografava o espólio, desenhava” (MACIEL, 2015, p. 198).

É certo que as recolhas e intervenções levadas a cabo pelos funcionários da Colónia Correcional e pelo pároco de Vila Fernando decorreram num contexto de mecanização dos trabalhos agrícolas e de crescente ‘antropização’ da paisagem rural da região alto alentejana, e consequente vulgarização de notícias de achados arqueológicos – “Graças à compreensão de grande parte de proprietários e trabalhadores rurais, é que tem sido possível salvar muitos objectos que ficariam totalmente perdidos sob as lavras dos tractores ou das lavouras e cavas desses trabalhadores. Com frequência avisam-nos de qualquer aparecimento estranho e a nossa presença não se faz esperar. Assim aconteceu em Jerumenha que ao ser rasgada a estrada para aquela localidade, nos preveniram dos achados do Padrão e Monte Branco e ao serem abertos os alicerces para a construção de uma escola, nos preveniram igualmente do aparecimento de sepulturas./ Outro tanto se deu com os achados da Torre das Arcas, Pedrãozinho, Serrones, Chaminé e Horta da Serra, em que nos preveniram o aparecimento de sepulturas, algumas das quais já tinham sido totalmente violadas e destruída [sic] por aqueles mesmo trabalhadores, na ânsia da recolha de qualquer tesouro.” (MRB: VIANA, 21/01/1955, p. 75/ II); “Disse-me o Sr. Lavadinho que os achados de ruínas e dos mais diversos monumentos eram ali frequentes, sobretudo em Vila Fernando e na Terrugem, e que pena era vê-los destruídos por efeito dos trabalhos agrícolas, valendo em muitos casos a intervenção oportuna do Sr. Dias de Deus./ Segundo Lavadinho, as estações arqueológicas do Carrão, em Vila Fernando, e a da Terrugem, eram importantíssimas e, embora Dias de Deus fosse acudindo ao que podia, e apesar das suas boas relações com os donos dos terrenos e das simpatias com que conta entre os proprietários e trabalhadores do campo, isto não evitava a progressiva destruição das ruínas e monumentos, quer em

consequência das charruadas e da abertura de covas numa plantação de árvores, quer por causa do aproveitamento de certos materiais, e ainda pela curiosidade dos pastores, cavadores, mondadeiras e outra gente do campo.” (AFCB: VIANA, 10/12/1949, p. 1); “Dias de Deus não procura escavar aqui e além, onde quer que suponha haver, ou tenha certeza de existirem antiguidades arqueológicas. Está atento às informações que recebe sobre o que o curso das lavouras vai descobrindo e ameaça destruir, assim como acode ao que saiba estar em maior risco de breve desaparecimento./ E não é só a lavra para as sementeiras o motivo destas intervenções, mas também o arranque de arvoredos, as surribas, a abertura de caboucos, o rasgo de caminhos novos ou o alargamento dos antigos” (VIANA, 1955b, p. 7). Naturalmente que não se poderão considerar despiçientos para a dinâmica de pesquisas e achados arqueológicos ocorridos na região elvense na primeira metade do séc. XX factores como: a implementação da «Campanha do Trigo» (1929), acompanhada pelo já referido processo de progressiva mecanização da actividade agrícola e por uma intensificação do aproveitamento dos recursos pedológicos, ou o plano de melhoramentos rurais implementado em meados da década de 30 do século passado (nomeadamente a abertura e reparação de estradas e de outros equipamentos públicos, como escolas, fontes e lavadouros públicos)³⁴, e a construção de novos «montes» (VIANA & DEUS, 1955b, p. 10). Contudo, e conforme se depreende a partir da documentação consultada, o início e boa parte destas explorações parecem ter resultado, não tanto da ocorrência de emergências de salvaguarda de património arqueológico, motivadas por trabalhos agrícolas ou obras de criação e melhoramento de infraestruturas, mas acima de tudo por “*simples curiosidade e passatempo*” (MRB: VIANA, 10/08/1955, p. 1) e pelo interesse na recolha de artefactos – “(...), fomos reunindo bastantes objectos que, para nós, constituíam [sic] um valioso tesouro” (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 1). Exemplo paradigmático desta motivação é a intervenção de A. Dias de Deus nos sítios das Herdades da Chaminé e do Carrão, acerca da qual o próprio afirmou: “Sabia de há muito, antes até de me dedicar ao estudo de antiguidades, que na herdade do Carrão, da freguesia de Vila Fernando, apareciam muitos fragmentos de telhas e tijolos. Tinha conhecimento também [sic] de que naquele local o Padre Louro havia descoberto há anos, um mosaico romano. Resolvi então, devidamente autorizado pelo proprietário, iniciar ali umas escavações em Janeiro de 1948.” (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 7). Assim sendo, facilmente se compreende como estas intervenções, em grande parte levadas a cabo à revelia das entidade oficiais, constituem, de um modo geral, um ‘*enigma*’ (FABIÃO, 1988, I, p. 369) no panorama da actividade arqueológica dos segundo e terceiro quartéis do séc. XX. Ciente da

³⁴ A propósito dos melhoramentos rurais promovidos na região de Elvas, na década de 30 do século passado, pelo então Ministério das Obras Públicas e Comunicações, sugere-se a consulta de: *Ecoss da Colónia*, Dezembro de 1931, p. 2; idem, Outubro-Dezembro de 1932, p. 5; idem, Setembro-Outubro de 1933, p. 2; idem, 31 de Janeiro de 1934, p. 2.

importância de zelar pela legalidade oficial das explorações e recolhas realizadas, Abel Viana alertava assim A. Dias de Deus: *“Diz o que tem feito. NÃO O QUE ANDA A FAZER, NEM O QUE ESTÁ PARA FAZER./ A sua posição, bem como a minha – e eu é que tenho estado a sustentar a posição oficial e legal dos dois – não é de realizar um programa de escavações previamente [sic] organizado. Nada disso. O Amigo limita-se a ir aos sítios de onde o avisam que apareceram coisas, e reco-lhe-as [sic], ou recupera-as, antes que as charruas, ou os cabouqueiros as destruam./ Tenha sempre presente que não podemos fazer escavações previamente concebidas sem estarmos para isso autorizados pela Junta de Educação Nacional, nem se esqueça de que ambos somos funcionários públicos, situação incómoda para brincar com infracções da Lei.../ (...) O seu relatório (relatório destinado a apresentar ao Conselho Administrativo da Casa de Bragança) tem de ser, forçosamente, muito sucinto, (...). (...) Nada de pormenores, quanto a descrição minuciosa de estações, nem de materiais.”* (MRB: VIANA, 21/01/1955, p. 2). De facto, o arqueólogo, consciente da relevância do espólio exumado durante mais de uma década de ‘pesquisas’ realizadas em moldes dificilmente enquadráveis pela regulamentação da actividade arqueológica vigente, revelou, desde o início da sua colaboração com A. Dias de Deus, a preocupação em reforçar, perante as autoridades responsáveis e a opinião pública, a ideia da casualidade dos achados e do decorrente contexto de emergência dos trabalhos e recolhas efectuados.³⁵ A intenção era clara – a legitimação desses mesmos trabalhos e o reconhecimento da mais-valia de tais intervenções em benefício da salvaguarda do património: *“Nunca se fizeram escavações previamente estabelecidas mas, com exclusão de alguns vagos restos de dólmens, e de uns quantos dólmens já por outro explorados uma e mais vezes, António Dias de Deus, constantemente informado dos achados ocorrentes no concelho de Elvas e limítrofes, interveio quase sempre a tempo de salvar copiosos materiais, e de permitir observações em necrópoles, alicerces de edifícios e outras coisas que, sem suas diligências, obras públicas e particulares, e, sobretudo, os trabalhos agrícolas, teriam aniquilado totalmente.”* (MRB: VIANA, 09/08/1955, p. 2). Paralelamente, face à representatividade (não apenas em termos quantitativos, mas, e em especial, em termos qualitativos) do espólio recolhido nas intervenções iniciadas em 1934 por A. Dias de Deus e A. Luís Agostinho, Abel Viana tomou a iniciativa de propor, logo em 1949, ao então Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, António Luís Gomes, a concessão de apoio

³⁵ Em relatório enviado por Abel Viana para A. Mendes Correia, na qualidade de colaborador do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, referente às pesquisas realizadas em conjunto com A. Dias de Deus no ano de 1953, podia ler-se: *“Tal como nos anos anteriores, não levamos a efeito escavações sistemáticas em qualquer das estações arqueológicas por nós conhecidas, visto que para efectuá-las, seria necessário dispôr de um subsídio suficientemente elevado, o que não nos acontece./ (...) Limitamo-nos, portanto, a acudir aos pontos de onde nos chegaram notícias de terem surgido achados arqueológicos.”* (AFCB: VIANA, 31/12/1954, p. 3).

(logístico e financeiro) às intervenções em curso e à salvaguarda do espólio exumado. Nesta proposta, datada de 14 de Setembro de 1949, o arqueólogo sugeria a criação de uma Secção de Arqueologia e respetivo núcleo museológico no Paço Ducal de Vila Viçosa, através da incorporação do espólio que vinha sendo recolhido na região elvensa (e que ainda não se dispersara por outras instituições museológicas) no acervo daquela instituição (AFCB: VIANA, 14/09/1949). Abel Viana sugeria ainda a concessão de apoio por parte da Fundação da Casa de Bragança aos trabalhos e recolhas realizadas. A ideia da pertinência deste apoio era reforçada, na óptica do arqueólogo, pela relevância do espólio em questão (cuja conservação se encontraria em risco em virtude de dificuldades logísticas de armazenamento e depósito), pela tradição e méritos reconhecidos da obra cultural levada a cabo pela Fundação da Casa de Bragança, e ainda pelo facto de parte do território explorado, designadamente Vila Fernando, ter integrado as propriedades da Casa de Bragança: “(...) As estações são notabilíssimas. Os espólios recolhidos são cientificamente [sic] valiosos, ou melhor, preciosos. (...) O Museu de Elvas está sobre-lotado [sic]. (...) Levar todos os achados de Vila Fernando para lá é coisa impossível, pois não há ali espaço para os manter em exposição. (...) Como a Fundação mantém uma tão notável obra cultural, e sucedendo que Vila Fernando era uma das antigas propriedades da Casa de Bragança, quererá a Fundação organizar em qualquer das dependências do Paço de Vila Viçosa um pequeno museu arqueológico formado por objectos provenientes das propriedades da Casa, quer antigas quer em sua posse actual?” (AFCB: VIANA, 14/09/1949, pp. 2-3). A proposta do arqueólogo foi bem acolhida pela Fundação da Casa de Bragança que assim aceitou tornar-se na instituição depositária da maioria do espólio das recolhas efectuadas no território alto alentejano e assumir os custos inerentes a tais intervenções, subvencionando as despesas feitas por A. Dias de Deus. Em Relatório destinado ao Presidente do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, datado de 1953, Abel Viana fazia questão de realçar o apoio concedido pela Fundação da Casa de Bragança: “Os transportes em automóvel, num total de centenas de quilómetros, foram fornecidos pela Fundação da Casa de Bragança, assim como: ela custeou as despesas de salários, gratificações, transporte de material e trabalho de fotografia, (...), pelo que os materiais que se conseguiu salvar da destruição foram entregues ao museu Arqueológico de Vila Viçosa./ Estamos certos de que, entretanto, outras jazidas arqueológicas se [des]truíram sem nosso conhecimento, apesar das nossas diligências para, a tempo, obter informações./ A parte nenhuma poderíamos ter acudido, se não fora o empenho posto [pe]lo Snr. Dr. António Luís Gomes na eficiência da nossa tarefa.” (AFCB: VIANA, 06/01/1954, p. 5). Até à concessão de meios por parte da Fundação da Casa de Bragança, A. Dias de Deus parece ter podido contar apenas com o seu próprio pecúlio, “fracos proveitos” nas palavras do próprio (AFCB:

DEUS, [s.d.]b, p. 1), e com algum apoio ocasional da Câmara Municipal de Elvas: “(...) *trabalhos de arqueologia a que me tenho dedicado, sem qualquer auxílio monetário a não ser aquele que me concedeu o ano passado*³⁶ *a Câmara Municipal de Elvas, que me pagou 900\$00 de despesas com transportes quando procedia aos trabalhos e pesquisas na herdade de Santo António da Terrugem, (...)*”(AFCEB: DEUS, [s.d.]c, p. 13). Tendo consciência da importância do enquadramento institucional que o apoio (logístico e financeiro) da Fundação da Casa de Bragança representava para a continuidade dos trabalhos na região alto alentejana, Abel Viana, em carta endereçada ao então Presidente do Conselho Administrativo da referida Fundação, exaltava assim os resultados das ‘pesquisas’ desenvolvidas pelo funcionário da Colónia Penal de Vila Fernando em proveito da constituição da Secção Arqueológica: “*O Dias de Deus continua a descobrir imensas coisas. Aquilo é mina inesgotável, e o “mineiro” está-lhe à altura! Tudo de elevado valor, tanto do ponto de vista científico como do museológico. (...) Convém que por enquanto o Dias de Deus continue a trabalhar sem se fazer alarde da sua actividade. Desde que a secção arqueológica do Paço Ducal tenha as primeiras colecções instaladas, já se poderá tornar bem pública a sua benemérita acção*” (AFCEB: VIANA, 06/03/1951, p. 1). De acordo com a documentação consultada, deverá constar do Acervo Documental do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança o designado *Processo 5/19 - Actividade Cultural e Artística. Museus – Sua criação e Instalação*.³⁷ O mencionado processo é presumivelmente composto por “*correspondência com os Snr.s Abel Viana e António Dias de Deus sobre a colaboração dada em trabalhos de direcção e exploração arqueológicos [sic] relativos a este Museu*” (Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança), com datas compreendidas entre Março de 1950 e Dezembro de 1956. Entre a aludida correspondência, incluir-se-ia documentação variada sobre a aquisição de espólio e a organização da Secção Arqueológica da Fundação da Casa de Bragança; os registos das gratificações concedidas a A. Dias de Deus durante o ano de 1955, no valor de 500 escudos mensais, e a Abel Viana durante o ano seguinte, no mesmo valor; ou ainda o telegrama de condolências enviado pelo Conselho de Administração da Fundação da Casa de Bragança a Abel Viana por ocasião do falecimento do funcionário da Colónia Penal.

Não obstante o enaltecimento da “*paciente e acertada actividade exploratória*” (VIANA, 1955c, p. 7) de A. Dias de Deus, Abel Viana reconhecia que “*as estações mereciam ampla exploração, o que só*

³⁶ O documento citado não apresenta data. Atendendo às informações constantes do mesmo, nomeadamente a indicação dos arqueossítios já explorados à data da elaboração do documento, sugere-se que este remonte a finais de 1949 ou a 1950.

³⁷ Registe-se que não nos foi possível consultar o mencionado Processo por não ter sido localizado pelos Serviços da instituição museológica em questão. Tomámos conhecimento da existência do mesmo através de consulta de listagem (documento policopiado) da documentação que compõe o dito Processo (AFCEB).

poderia ser feito mediante suficiente assistência material e técnica“ (AFCB: VIANA, 10/12/1949, p. 1). Nesse sentido parece ter procurado avaliar o método de trabalho de A. Dias de Deus e certificar-se das suas aptidões para a actividade arqueológica. Revelou especial preocupação em fornecer ao preceptor de Vila Fernando os conhecimentos teórico-práticos básicos que lhe permitissem apurar a metodologia de trabalho de campo e de identificação e tratamento de materiais, com vista ao respetivo reconhecimento e aceitação, por parte da comunidade científica da época, como pessoa habilitada à prática da Arqueologia: “(...) vou tratando de lhe conseguir categoria suficiente para que as instâncias oficiais, onde pesam os arqueólogos-empatas, não surjam com novos embargos, sob fundamento de sua pretensa incompetência.³⁸ Estou sempre vigilante, enviando-lhe livros e instruções, a fim de ele se ir inteirando cada vez mais da bibliografia arqueológica, dos processos de classificação, etc.. Breve estarão publicados os dois primeiros trabalhos em que aparecemos de colaboração (VIANA & DEUS, 1950a; VIANA & DEUS, 1950b). Uma vez publicados, tratarei de o fazer admitir em uma ou duas colectividades científicas. Atingido este meu intento, o prestantíssimo Dias de Deus ficará suficientemente habilitado a prosseguir sozinho, logo que entenda desnecessária a minha cooperação” (AFCB: VIANA, 06/03/1951, pp. 1-2). As inúmeras recomendações e ensinamentos facultados pelo arqueólogo minhoto ao funcionário da Colónia Correcional desde o momento inicial desta parceria são ilustrativas da sua preocupação e cuidado: “(...) Solicitei-lhe mexesse o menos possível nas estações; que interviesse apenas quando houvesse de acudir a qualquer coisa em risco iminente de se perder, até que eu pudesse ir a Vila Fernando observar directamente o que se passava e poder, com segurança, formar um juízo [sic] e decidir do procedimento a adoptar./ (...) Intei-me de todas as explorações efectuadas pelo Sr. Dias de Deus, interrogando-o longa e minuciosamente; examinei todo o material arqueológico por ele obtido, inclusive o que ele já ofereceu ao Museu de Elvas; indiquei e ensinei quanto sei acerca do tratamento e conservação dos objectos, sobretudo no respeitante à cerâmica e a peças metálicas./ O mesmo fiz no Museu de Elvas, onde exemplifiquei o preparado de óleo de linhaça fervente e, na presença do Director e do contínuo, fiz a sua aplicação nas peças de ferro ali existentes, da estação céltica da Chaminé e da estação visigótica da Terrugem./ Visitando a estação da Idade do Ferro, fez-se uma escavação, a fim de me inteirar do processo [...] pelo Sr. Dias de Deus, (...)./ Não tive que intervir porque, conforme vi, Dias de Deus sabe, por simples intuição, realizar uma exploração delicada -- sendo certo e facilmente demonstrável que, [...], ou por escassez de tempo, ou por não terem à mão certos elementos de trabalho, se vêem impossibilitados de operar

³⁸ Alusão indireta a Manuel Heleno, na sequência da polémica que opôs o então diretor do Museu Etnológico a Abel Viana e A. Dias de Deus, conforme teremos oportunidade de desenvolver ao longo do presente subcapítulo e do subcapítulo IV.6.

com todo o rigor científico./ (...) recomendei ao Sr. Dias de Deus aproveitasse todos os fragmentos de cada urna, fosse qual fosse o seu estado de esmigalhamento, e que embrulhasse em papel cada fragmento, não misturando os bocados de umas com os de outras./ Notei a falta de documentação fotográfica, pelo que lha recomendei, o mesmo fazendo quanto ao registo, por escrito e em desenho, de todos os pormenores elucidativos das condições de jazida. O Sr. Dias de Deus assim o tem feito desde então até agora, achando-se em meu poder esses desenhos, apontamentos e fotografias.^{39/ (...) Regressado a Beja, enviei a Dias de Deus vários livros de arqueologia, para que ele se vá familiarizando com a bibliografia arqueológica, e para natural aperfeiçoamento da técnica exploratória - em que ele, todavia, tem habilidade natural e desenvolvida pela prática de cerca de vinte anos de frequentes e variadas escavações./ Durante a minha estadia em Vila Fernando, estudei, fotografei e desenhei a grande quantidade de material arqueológico exumado por Dias de Deus, a fim de, com a colaboração de seu descobridor, o publicar./ Como esse material é numeroso e a publicação de um trabalho extenso é dispendiosa, resolvemos reparti-lo por épocas ou por estações, conforme os casos, tornando, assim o estudo mais facilmente publicável./ (...) Tencionava eu, após a publicação destes primeiros estudos, apresenta-los à consideração das instâncias oficiais, para efeitos de julgarem sobre a conveniência em subsidiar, na medida do possível, o Sr. António Dias de Deus – no caso de, apresentadas tais provas, o julgarem digno de aproveitamento e auxílio./ Quanto à minha assistência, ela continua a ser prestada ao Sr. Dias de Deus, aguardando eu, apenas, as ocasiões em que possa deslocar-me a Vila Fernando e em que a minha intervenção seja necessária.” (AFCB: VIANA,}

³⁹ Na verdade, as anotações de campo, da autoria de A. Dias de Deus, referentes aos trabalhos de escavação da necrópole de Serrones (MRB: DEUS, [s.d.]e) deixam antever um registo fotográfico bastante lacunar, à luz das preconizadas boas práticas de investigação arqueológica. De acordo com as aludidas anotações, presume-se que apenas seis das 105 sepulturas exploradas terão sido fotografadas – somente as sepulturas 6, 8, 9, 24, 63, 71 e 72 apresentam a indicação “foi fotografada” e, nalguns casos, “foi fotografada por A. Viana”. Se, por um lado, se confirma assim a presença (ocasional) do arqueólogo no campo; por outro, fica-se com a ideia de que, não obstante a orientação de Abel Viana, o registo fotográfico das intervenções levadas a cabo por A. Dias de Deus estava longe de ser exaustivo. Do mesmo modo, entre os registos de campo referentes aos trabalhos realizados em Padrãozinho, apenas as sepulturas 54, 66, 103 e 105 apresentam a indicação “(foi) fotografada” (MRB: DEUS, [s.d.]b; MRB: DEUS, [s.d.]f). De notar, porém, que numa anotação manuscrita constante de uma das plantas de Padrãozinho (MRB: DEUS, [s.d.]g), e que supomos poder atribuir-se a Abel Viana, indica-se: “Nas fotografias as sepulturas vão até 127/ Aqui só há até 114”. Perante dados aparentemente contraditórios, questionamo-nos se, por um lado, poderemos assumir que as anotações constantes dos registos de A. Dias de Deus se referem exclusivamente às fotografias tiradas pelo preceptor-adjunto; e, por outro, se poderemos inferir da última anotação que, pelo menos no caso de Padrãozinho, terá sido feito o registo fotográfico de cada um dos enterramentos escavados, eventualmente a cargo de Abel Viana numa das suas deslocações ao campo. Seja como for, parece-nos evidente que a interpretação e estudo dos arqueossítios e dos dados obtidos encontrava-se comprometida, logo a montante; especialmente se tivermos em linha de conta que a responsabilidade de tais estudos recaía fundamentalmente sobre Abel Viana, que acompanhava à distância, na maior do tempo, o curso destas pesquisas. Desconhece-se o paradeiro atual do acervo fotográfico resultante destas pesquisas alto alentejanas. A hipótese deste integrar o arquivo pessoal de Abel Viana, à guarda do Museu Regional de Beja, parece-nos a mais verosímil.

10/12/1949, pp. 1-4). Ficou a dever-se a Abel Viana a admissão de A. Dias de Deus na Associação dos Arqueólogos Portugueses e a sua participação em congressos vários, como por exemplo nos II e III Congresso Arqueológico Nacional realizados, respetivamente, em Madrid em 1951⁴⁰ e na Galiza em 1953, ou no IV Congrès International des Sciences Préhistoriques, que teve lugar na capital espanhola no ano de 1954 (AFCB: DEUS, 29/01/1955, pp. 2-3; MRB: VIANA, 10/04/1952, p. 2; MRB: VIANA, 10/08/1955, p. 1).

Saliente-se que desta curta, embora prolífica, parceria entre Abel Viana e A. Dias de Deus resultou a produção de mais de uma dezena de artigos em publicações nacionais e estrangeiras, documentando o fenómeno megalítico e as evidências da Idade do Ferro e época romana a tardo-romana no atual território elvense e concelhos limítrofes (DEUS, LOURO & VIANA, 1955; DEUS & VIANA, 1953; VIANA, 1950; VIANA, 1955c; VIANA, 1955d; VIANA, 1960-1961b; VIANA & DEUS, 1950a; VIANA & DEUS, 1950b; VIANA & DEUS, 1951; VIANA & DEUS, 1952; VIANA & DEUS, 1955a; VIANA & DEUS, 1955b; VIANA & DEUS, 1955c; VIANA & DEUS, 1957; VIANA & DEUS, 1958). A tal produção bibliográfica não terão sido certamente alheios quer a intenção de Abel Viana em assegurar, tanto quanto possível, a legalidade oficial e a cientificidade das explorações e recolhas realizadas, quer a preocupação, que aliás sempre demonstrou, em publicar e divulgar os resultados das suas pesquisas.⁴¹ Ilustrativo do reconhecimento da importância das pesquisas levada a cabo no território alto alentejano e da necessidade de salvaguardar a continuidade das mesmas é o seguinte excerto de correspondência enviada por Abel Viana a O. Veiga Ferreira: *“Fui a Vila Fernando e a Elvas, conforme lhe disse. Apanhei calor em barda, mas valeu a pena ir lá! Desta vez a riqueza da cerâmica e outros objectos é ainda muito maior! Não há dúvida de que é no género a melhor coisa que até agora se descobriu entre nós. Fotografei e descrevi cerca de 200 objectos, escolhidos. A maior novidade, porém, é o achado de uma falcata - exemplar bastante mais perfeito que o de Alcácer. É uma peça esplêndida. A fim de evitar usurpação de invejosos idiotas, vou já mandar comunicação particular do achado para Madrid e Barcelona, acompanhados das respectivas fotografias. (...) Deste modo*

⁴⁰ Acerca da viagem realizada a Espanha em 1951, na companhia de A. Dias de Deus, por ocasião do II Congresso Arqueológico Nacional, Abel Viana informou assim o irmão, Mário Viana: *“(...) Fui na companhia do António Dias de Deus, de Vila Fernando, para quem obtive subsídio da Casa de Bragança, a fim de ele poder tomar parte neste congresso e aprender algumas coisas nas visitas de estudo que fizemos às estações arqueológicas espanholas”* (AMCV: VIANA, 18/04/1951).

⁴¹ A este propósito recorde-se o elogio da lavra de Afonso do Paço constante da secção «Homens de Viana» do periódico *Notícias de Viana*, dedicada ao ilustre vianense, e seu conterrâneo, Abel Viana: *“As terras do país, a que dedicou a sua actividade científica, nunca saberão agradecer-lhe os sacrifícios a que obriga uma escavação e o seu competente estudo, porque Abel Viana procede a escavações mas publica os seus resultados, dá a conhecer ao mundo científico quanto exumou da terra, o que nem sempre acontece com outros.”* (PAÇO, 1963, In *Notícias de Viana*, 29/08/1963, p. 5).

acautelarei as coisas, para inutilizar possíveis espertezas dos lados de Belém⁴², ou de qualquer outro.” (CARDOSO, 2008a, p. 436, 6.55, 27/07/1950). Da consulta das diversas fontes disponíveis parece resultar evidente que a colaboração do arqueólogo com A. Dias de Deus se terá traduzido, não tanto numa presença permanente e participação activa nos trabalhos de campo (facto que se explica, por um lado, porque grande parte dos sítios haviam sido explorados antes do início desta parceria, e, por outro, em função das dificuldades logísticas e escassez de tempo com que se debatia Abel Viana, desdobrando-se pelos vários estudos a que se dedicava em simultâneo), mas sobretudo na orientação de todo o ‘trabalho de gabinete’ (descrição, medição, inventariação, fotografia e restauro de espólio) e na produção dos vários estudos e comunicações publicados, paralelamente às visitas esporádicas a Elvas e/ou a Vila Viçosa – *“Amanhã sigo para Vila Viçosa, Vila Fernando e Elvas, onde me espera uma verdadeira montanha de arqueologia.”* (CARDOSO, 2008a, p. 451, 6.88, 15/04/1952); *“Regressei de Vila Fernando, onde tive imenso que fazer. Andei 3 dias em escavações, por diversos sítios. Estive também em Elvas, Jerumenha e Vila Viçosa. Tirei 180 fotografias, fotografando mais de 400 objectos. Cerâmica em barda, assim como vidros muito bonitos. Novas formas de sigillata e de barbotina de Aco. Foram 8 dias de muito trabalho”* (idem, p. 452, 6.89, 01/05/1952); *“Com ele (A. Dias de Deus) percorri todas as estações arqueológicas (...), e com ele participei nas escavações da grande maioria delas, exemplificando, praticamente [sic], certos pormenores técnicos, assim como o acompanhei em viagens de estudo a Espanha, (...). Com ele fiz a classificação de todo o material e o inventariei, salvo pequena parte, respeitante às colheitas por ele realizadas nos derradeiros meses [sic] de sua vida”* (MNA: APMH/5/1/324/5_2/19-3/19). O dito ‘trabalho de gabinete’ parece, na verdade, ter sido tarefa partilhada por Abel Viana e A. Dias de Deus. Levado a cabo em Vila Fernando, Vila Viçosa e Beja, invariavelmente de acordo com as diretrizes metodológicas do arqueólogo, seria gerido em função da disponibilidade e conveniência dos dois intervenientes, do curso das pesquisas e do volume de espólio que ia sendo recolhido. Contando com a colaboração do preceptor da Colónia Penal até 1955, Abel Viana, residindo em Beja, assegurou o planeamento e criação da Secção Arqueológica da Fundação da Casa de Bragança, articulando, através de várias visitas a Vila Viçosa, as questões de organização funcional do espaço, concepção museológica e exposição dos materiais, com todo o trabalho de gabinete associado ao estudo, inventário e conservação do espólio disponível. A respeito do ‘trabalho de gabinete’ vejam-se, por exemplo, algumas referências: *“(…), o trabalho de classificação e fotografia se torna mais fácil e menos dispendioso em Vila Fernando, podendo assim o Sr. Dias de Deus fornecer-me aqui para Beja, sem sair daquela localidade, as informações complementares que*

⁴² Referência a Manuel Heleno, à data diretor do então Museu Etnológico Português.

de vez em quando lhe solicito” (AFCB: VIANA, 12/03/1953, p. 8); “*Os perfis servem. Claro que há, talvez, pouca fidelidade quanto ao arredondamento interno no fundo das vasilhas. É questão do meu Amigo observar bem a coisa. Não precisa de fazer o desenho a tinta da China. Eu faço isso aqui, é trabalho fácil e rápido. É muito melhor o meu Amigo (A. Dias de Deus) ir-se adextrando [sic] nesses desenhos do que estarmos na dependência que outros no-lo façam. Como se não trata de desenho artístico, o que se quer é muito rigor nos contornos. Quanto aos perfis, claro está que é essencial ter em conta a variação na espessura das paredes da vasilha, desde o bocal até ao fundo.*” (AFCB: VIANA, 19/11/1953, p. 1); “*Comprei em Lisboa os dois tubos de Duco, os quais envio pelo correio de hoje, (...). Essa co[la] é a que mais resultado dá, sobretudo em cerâmica, mas também para pedras, vidros, madeira e metais. Não esqueça ter o tubo sempre bem fechado. Lendo as instruções que vão na caixazita, uma experiência, o meu Amigo ficará logo a saber empregá-la.*” (AFCB: VIANA, 29/12/1949, p. 1); “*Aí vão as indicações para as medições. Vá o meu Amigo fazendo isso devagar, sem urgência, com todo o rigor e cuidado. (...) Também ficaram (presumivelmente em Vila Fernando) as notas que o meu Amigo tinha escrito. Como não estavam completas, enviar-mas-á [sic] quando as tiver concluído.*” (MRB: VIANA, 07/10/1950, p. 1); “*Em carta que o Sr. António Dias de Deus me enviou em 24 de Fevereiro passado, avisava-me de que, na minha próxima ida a Vila Fernando, me preparasse para mais umas cem fotografias, o que pressupõe haver mais umas centenas de objectos resultantes das explorações realizadas desde Maio de 1952 para cá (Março de 1953)*” (AFCB: VIANA, 06/03/1951, p. 1). Parece-nos que Abel Viana terá feito questão de instruir A. Dias de Deus no sentido de proceder ao registo o mais exaustivo possível das intervenções que este último ia realizando. Testemunho disso mesmo são as anotações de campo, presumivelmente da autoria do funcionário da Colónia Penal e não do arqueólogo, constantes do Acervo Documental do Museu Regional de Beja e referentes às necrópoles de Serrones e Padrãozinho (4), nas quais se verifica o cuidado em listar o espólio encontrado em cada enterramento, bem como em ilustrar as sepulturas e a posição desse mesmo espólio no respetivo contexto funerário (MRB: DEUS, [s.d.]a; DEUS, [s.d.]b; DEUS, [s.d.]c). Porém, a descrição demasiado sumária dos materiais (quase sempre limitada a indicações tão genéricas como, por exemplo – “*Continha: 1 tacho; 1 urna e 1 púcaro*” (MRB: DEUS, [s.d.]b, p. 2), inviabilizando a posterior identificação e reconstituição dos conjuntos funerários, revela a atenção privilegiada atribuída à estrutura sepulcral por si só e à recolha da maior quantidade de espólio possível, nas melhores condições de conservação possíveis, descurando-se a associação dos materiais “*intra-sepultura*” (CARNEIRO, 2005, p. 308) e uma eventual caracterização cultural, ritual, e cronológica dos espaços funerários. Ainda assim, a colaboração com Abel Viana parece ter ditado

uma evolução na metodologia seguida pelo funcionário da Colónia Penal: “*As explorações do Sr. Dias de Deus foram crescendo em meticulosidade de observação, permitindo os seus mais recentes trabalhos, sobretudo a partir do início das escavações das necrópoles de Pedrãozinho [sic] e Serrones, dar aos materiais exumados uma arrumação concorde com as boas normas científicas*” (AFCB: VIANA, 06/03/1951, p. 9). De registar que, se nalguns casos, as informações constantes das anotações de campo atribuídas a A. Dias de Deus são contraditas ou omitidas pelos dados publicados⁴³, noutros casos, porém, complementam-se, sem que nos seja possível entrever a justificação para a existência de informações ‘paralelas’ sobre o mesmo contexto arqueológico, que não seja a de resultarem de anotações da lavra de Abel Viana, elaboradas no decurso das suas visitas ao campo para averiguar sobre o estado das ‘pesquisas’ de A. Dias de Deus.⁴⁴

No que se refere aos desenhos do espólio exumado, a tarefa parece ter recaído não só sobre Abel Viana e A. Dias de Deus, mas também sobre outros colaboradores que, com maior ou menor preparação, auxiliariam no registo gráfico das peças. Exemplo deste registo é o caderno intitulado «Elvas», constante do Acervo Documental do MBCB, e composto por um conjunto de cerca de 165 desenhos manuais de espólio diverso e plantas de monumentos megalíticos explorados pelos ‘pesquisadores’ de Vila Fernando e Abel Viana no atual território elvense e concelhos limítrofes. O conjunto de ilustrações disponíveis corresponde, grosso modo, a material gráfico posteriormente integrado nos estudos publicados pelo arqueólogo e pelo preceptor-adjunto da Colónia Penal. Ao longo do referido caderno é possível identificar desenhos com datas compreendidas entre 1950 e 1954, parte dos quais da autoria de Atilio e Neves (referidos em VIANA, 1960-1961, p. 42). Apesar de muitos destes desenhos não se encontrarem assinados, parecem igualmente poder atribuir-se a Abel Viana e a O. Veiga Ferreira.⁴⁵ Em relação a Atilio, Neves⁴⁶ e a outro autor cuja assinatura (presente num único desenho) não nos foi possível identificar, desconhece-se quem seriam e em que contexto colaborariam com A. Dias de Deus e Abel Viana. Questionamo-nos se algum destes colaboradores seria funcionário ou interno da Colónia Penal de Vila Fernando - “(...) *Seguem 34 desenhos de*

⁴³ Veja-se, por exemplo, o caso da sepultura 52 da necrópole de Serrones (MRB: DEUS, [s.d.]e, f. 53, p. 1; VIANA & DEUS, 1955c, p. 15).

⁴⁴ Esta complementaridade verifica-se, por exemplo, nos casos das sepulturas 21, 33 e 51 da necrópole de Serrones (MRB: DEUS, [s.d.]e, f. 50 - p. 2, f. 49 - p. 2, f. 51 - p. 2; VIANA & DEUS, 1955c, pp. 11, 12 e 15).

⁴⁵ A propósito da colaboração de O. Veiga Ferreira no desenho de plantas de monumentos dolménicos e espólio recolhido na região elvense, veja-se, por exemplo, a documentação epistolar que lhe foi endereçada por Abel Viana (CARDOSO, 2008a, p. 452, 6.90, p. 453, 6.91, p. 456, 6.98, p. 457, 6.100, p. 465, 6.119, p. 468, 6.125, p. 534, 6.287).

⁴⁶ A hipótese de poder corresponder a Leandro Quintas Neves, autor minhoto com quem Abel Viana partilhou a autoria do estudo sobre o castro de São Caetano, localizado no atual concelho de Monção, distrito de Viana do Castelo (VIANA & NEVES, 1959), é uma das possibilidades a considerar.

objectos, no geral cerâmica, de coisas ultimamente achadas nas escavações de Elvas. O desenhador que arranjamos em Vila Fernando desenha muito bem mas não sabe dar o sombreado. (...) (CARDOSO, 2008a, p. 452, 6.90, 19/05/1952). A confirmar-se esta hipótese, e à semelhança do que se verificava no ‘recrutamento’ de mão de obra para o trabalho de campo, também entre a comunidade da Colónia Correcional de Vila Fernando haveria quem auxiliasse na tarefa do registo gráfico dos materiais recolhidos.

Com base nos dados conhecidos, facilmente se infere que Abel Viana chamou a si o tratamento e o estudo da informação facultada por A. Dias de Deus, e que viria a ser posteriormente publicada, na sua maior parte, em co-autoria com o preceptor-adjunto: *“Já estão quase prontos os dois estudos sobre os Serrones e o Padrãozinho. Pouco mais falta que dactilografar a prosa. Mas deu bastante trabalho pôr os materiais em ordem e ligar todos os apontamentos. (...)/ (...) Mande-me para cá os apontamentos que puder, à medida que os vá tendo prontos. Ainda tem aí mais alguma coisa relativa à Torre das Arcas? Mande tudo o que ainda tiver”* (AFCEB: VIANA, 19/11/1953, pp. 1 e 4). Acerca do antigo funcionário da Colónia Correcional, Abel Viana afirmava – *“o mérito de António Dias de Deus é enorme. A ele se deve sempre o passo salvador. Sobre ele tem recaído quase totalmente a tarefa das escavações, visto que, da nossa parte, só há a registar uma ou outra intervenção directa nos trabalhos de campo, para confirmação de certas observações, à margem do estudo em comum dos materiais exumados”* (VIANA, 1955b, p. 24). Elogiava-lhe ainda a *“rara intuição (...), capaz de localizar uns restos de anta onde o comum nada mais notaria que uma pedra vulgar, as suas qualidades de trato, e a consideração de que ele desfruta no Alto Alentejo, mercê da qual não há achado fortuito que lhe não seja pressurosamente participado”* (MRB: VIANA, 10/04/1952, pp. 3-4). Relativamente ao reconhecimento das ‘aptidões arqueológicas’ de A. Dias de Deus, veja-se o excerto de uma carta enviada ao funcionário da Colónia Penal, na qual, a propósito do achado e trabalhos realizados no monumento megalítico de Odivelas (Ferreira do Alentejo, Beja), a cargo de Abel Viana, O. Veiga Ferreira e G. Zbyszewski, o arqueólogo declarava: *“P.S.: O meu amigo é quem devia ter achado o monumento de Odivelas! Aquilo na sua mão teria dado imensamente mais; cientificamente, já se vê, pois quanto ao material pode dizer-se que aproveitaram tudo, se bem que, escusadamente, tivessem partido a terça parte dos ídolos-placas”* (MRB: VIANA, 31/05/1952, p. 1). O arqueólogo ia assim ao encontro da convicção manifestada, anos antes, acerca das vantagens *“em atender-se ao proveitoso concurso dos “amadores”, e não se cerrar portas a tantos deles que, dotados de naturais aptidões e de iminente intuição, podem constituir autênticos valores adentro da arqueologia nacional”* (VIANA, 1938, p. 242). Parece-nos inquestionável, acima de tudo, que Abel Viana tinha plena consciência da

importância e potencial dos resultados das pesquisas levadas a cabo por A. Dias de Deus na região alto-alentejana, conforme se depreende das suas palavras em carta endereçada ao irmão, o Professor Mário Viana, a 4 de Agosto de 1950: *“Além de quatro trabalhos, todos mais ou menos adiantados, que desejo ter prontos até Outubro, um dos quais é para Espanha, quero fazer um outro para o próximo Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências⁴⁷, que este ano se realiza em Outubro, em Lisboa. Tratarei das coisas de Elvas. Eu tinha lá estado antes de ir ao Congresso do Sudeste Espanhol (o de Alcoy), e causou grande sensação o que lá apresentei. Além do estudo apresentado nesse congresso⁴⁸, fiz outro, sobre o mesmo assunto, o qual será publicado em Madrid⁴⁹. Nesta minha ida agora a Vila Fernando e Elvas, fui encontrar muito mais material, e que material! O Dias de Deus é um explorador formidável. Em boa hora o Domingos Lavadinho, director do Museu de Elvas, me convenceu a trabalhar com o Dias de Deus. O trabalho de Monchique foi dos mais importantes da arqueologia portuguesa nestes últimos trinta anos, mas o de Elvas talvez o ultrapasse. Imagina que vou lá encontrar objectos de que até agora em Portugal se conhecia apenas um exemplar, e vasilhas inteiras de cerâmica que até hoje estava entre nós representada por um ou dois simples cacos, tendo nós agora dezenas de vasilhas inteiras. Passei um dia inteiro, desde as 8 da manhã às 8 da tarde, só a tirar fotografias. Tirei perto de duzentas, (...). (...) Creio que este será o meu mais importante trabalho de arqueologia, até hoje”* (AMCV: VIANA, 04/08/1950, p. 3). Ainda a propósito das potencialidades das pesquisas na região elvense, mas desta feita em correspondência enviada a O. Veiga Ferreira, o arqueólogo afirmava: *“De Elvas também recebi notícias surpreendentes. Mais quatro dólmens, com mobiliário abundante. Tenho de dar lá uma saltada, quanto antes. No entanto, o Dias de Deus já mandou soberbos relatos, com desenhos e outros subsídios, os quais já estou a pôr em ordem”* (CARDOSO, 2008a, p. 440, 6.66, 12/01/1951); *“(…) sigo para Vila Fernando, onde há material para encher combóios [sic]!”* (idem, p. 449, 6.85, 07/03/1952).

A 24 de Abril de 1955 António Dias de Deus faleceu em Vila Fernando. Acerca deste professor primário, nascido em Lisboa a 22 de Outubro de 1901, pouco mais nos foi possível conhecer para além do exercício do cargo de preceptor na Colónia Correcional de Vila Fernando (onde terá iniciado funções por volta de 1927) e, simultaneamente, ao longo de vários anos, do cargo de diretor-censor da publicação daquela instituição, *Ecos da Colónia*, publicada entre 1929 e 1947 (HENRIQUES & VILHENA, 2013, p. 250). Em 1930, por ocasião do 35º aniversário da Colónia Correcional, foi agraciado com o Prémio «D. Sebastião de Vasconcelos» por ser considerado o funcionário “que

⁴⁷ VIANA & DEUS, 1950a.

⁴⁸ VIANA & DEUS, 1951.

⁴⁹ VIANA & DEUS, 1950b (?)

melhor se tem dedicado à regeneração dos colonos” (*Ecos da Colónia*, ano II, n.º 21, Outubro de 1930, p. 3). Paralelamente às pesquisas efectuadas no Arquivo Municipal de Elvas e Arquivo Distrital de Portalegre⁵⁰, somente nos foi possível conhecer um pouco melhor este colaborador de Abel Viana através de documentação constante dos Acervos Documentais do Museu Regional de Beja e do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, a partir de alguma (escassa) correspondência e de anotações de campo enviadas para o arqueólogo. Também nas visitas realizadas a Vila Fernando, se procurou recolher alguma informação e eventuais memórias sobre o antigo funcionário da Colónia Penal. Somente nos foi possível confirmar, junto da população local, que a família de A. Dias de Deus era oriunda daquela localidade, onde chegaram a exercer cargos autárquicos, mas que a família nuclear – esposa e filhos – residiria (e aí se terá mantido após o falecimento de Dias de Deus) em Lisboa. De acordo com informações recolhidas em Vila Fernando e Elvas, conservam-se familiares em Elvas. As tentativas para chegar ao contacto com alguns destes familiares revelaram-se goradas.

De particular importância para conhecer a figura de A. Dias de Deus revestiu-se a consulta da cópia de um documento intitulado *Descobertas Arqueológicas feitas no concelho de Elvas* (s.d., s.l.), da autoria do próprio funcionário público, no qual relata, na primeira pessoa e ao longo de 14 páginas dactilografadas, a sua actividade exploratória e os achados registados no atual território elvense – “*Há pouco mais de quinze anos nasceu em mim o gosto pela arqueologia e, sobretudo, pela época enigmática da pré-história. (...)*” (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 1). Tanto quanto pudemos apurar, o original integrará o acervo do Núcleo de Documentação e Informação do Município de Évora, em particular o conjunto documental de Dr. Mário Tavares Chicó (1905-1966). Todavia, este encontra-se supostamente incluído num conjunto de documentos não catalogados e, por isso mesmo, não constantes da base de dados do referido Núcleo, pelo que, à data da nossa solicitação, o documento em questão foi dado como não localizado.⁵¹ Dada a escassez de informação referente ao percurso biográfico e profissional de A. Dias de Deus, considera-se relevante que o texto *Descobertas Arqueológicas feitas no concelho de Elvas* integre a doação documental de Mário Chicó, uma vez que se trata de um dos nomes mencionados pelo funcionário da Colónia Penal no referido documento, incluindo-o no conjunto de individualidades com cujo apoio pôde contar ao longo das suas ‘pesquisas’ arqueológicas – “*Não tenho saber nem categoria para alardear cometimentos que podem ter*

⁵⁰ Do acervo deste último consta o inventário obrigatório elaborado por ocasião do óbito de A. Dias de Deus (PT/ADPTG/JUD/TCELV/082/42686), documento que considerámos não ter relevância para o tratamento da temática em estudo no presente trabalho.

⁵¹ Agradece-se a informação relativa à origem deste documento ao Professor Doutor André Carneiro. A cópia a que tivemos acesso integra um conjunto de documentação que pertenceu a Jeannette Nolen, atualmente constante do Arquivo da Fundação da Casa de Bragança. Acerca deste conjunto de documentação, ver subcapítulo II.2.2.

merecimento mas que eu, modesto e curioso investigador, mal posso avaliar, contudo os últimos anos foram tão fartos de descobertas arqueológicas que o meu mutismo acerca desses achados, representaria um crime. Passei a conviver mais de perto com o Director do Museu de Elvas, Senhor Domingos Lavadinho, um bom Amigo que sempre me encorajou nos trabalhos e os tornou em grande apreço. E em boa parte, se não fosse ele já há muito teria posto de parte a madurisse das pedras e dos cacos. Convem [sic] no entanto acentuar que outros devotados amigos como o ilustre Professor e arqueólogo Senhor Dr. Mário Chicó, o Senhor João Gordo (João António Gordo, 1881-1965) inteligente escritor e regionalista e por último o distinto Director do Museu de Beja, Senhor Abel Viana, têm contribuído [sic] para a minha formação e me alentam nas horas incertas” (AFCB: DEUS, [s.d.], c, p. 4).⁵² Para além do reputado académico e historiador de arte, com quem presumimos que A. Dias de Deus possa ter contactado na década de 40 do séc. XX (altura em que Mário Chicó desempenhou o cargo de Diretor do Museu de Évora)⁵³, e do autor castelovidense de *Terra Alta* (GORDO, 1935) e de *No Alto Alentejo – Crónicas e Narrativas* (GORDO, 1954), é a Domingos da Conceição Lavadinho (1893-1953) que, em virtude do reconhecimento da “*falta de amparo a António Dias de Deus*” (AFCB: VIANA, 10/12/1949, p. 1), se ficou a dever a meritória iniciativa de colocar o funcionário da Colónia Correcional em contacto com Abel Viana e contribuir assim, de forma determinante, para a posterior divulgação dos achados resultantes de cerca de duas décadas de actividade arqueológica na região alto-alentejana. Atendendo às notícias sobre os achados arqueológicos na região de Elvas publicadas nos periódicos *Correio Elvense* (jornal fundado por Domingos Lavadinho) e *Linhas de Elvas*, tornou-se evidente que António Dias de Deus contactaria e colaboraria de forma assídua com o Diretor do antigo Museu Arqueológico e Etnológico de Elvas, nomeadamente através de várias doações de espólio a esta última instituição. Entre as ofertas feitas por parte de A. Dias de Deus, vejam-se, entre outras, a colecção de pontas de seta provenientes de Alcarapinha (*Correio Elvense*, n.ºs 782 e 783, ano 1946; n.ºs 961 e 975, ano 1949) e o conjunto de cerâmicas diversas recolhidas nos arqueossítios da Idade do Ferro e época romana (*Linhas de Elvas*, n.º 58, ano 1951). Neste âmbito, mencione-se também a

⁵² Em carta endereçada por Domingos Lavadinho a A. Dias de Deus, com data de 10 de Outubro de 1949, alude-se à possibilidade de um encontro entre Abel Viana, Mário Chicó e o preceptor da Colónia Correcional, em Vila Fernando: “(...) Escreveu-me o Sr. Abel Viana dizendo-me que tem que partir para o Algarve no dia 18, mas que antes desejava ir a Vila Fernando, com a condição de aí se encontrar com o Dr. Chicó. Veja se pode ser. (...)” (MRB: LAVADINHO, 10/04/1949, p. 1). Não dispomos de dados que esclareçam sobre a concretização ou não do referido encontro.

Também em carta (s.d.) enviada por A. Dias de Deus a Manuel Heleno, é feita referência a Mário Chicó (AFCB: DEUS, [s.d.], b, p. 7).

⁵³ Coloca-se também a hipótese de A. Dias de Deus ter conhecido Mário Chicó no decurso de uma das visitas de estudo realizadas anualmente, entre os meses de Julho e Agosto, a Évora-Elvas-Vila Viçosa no âmbito do Curso de Férias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, e que contavam com o historiador de arte entre o corpo docente que acompanhava os alunos (GAMA, 1964, p. 11).

coleção de material lítico que, já em 1944, A. Luís Agostinho Domingos doara à referida instituição museológica (*Correio Elvense*, n.º 742, ano 1945). Domingos Lavadinho veio ainda a dedicar uma das suas habituais colunas com que colaborava no jornal *Linhas de Elvas*, intitulada *Elementos de Arqueologia*, ao Preceptor-Adjunto da Colónia Penal (*Linhas de Elvas*, 19/07/1952), chegando mesmo a referir-se a A. Dias de Deus e a Abel Viana como “os dois maiores cabouqueiros que até à data têm desventrado os campos de Elvas em busca das mais curiosas e valiosas riquezas do passado” (*Linhas de Elvas*, 29/03/1952). Na tentativa de identificar eventual correspondência trocada com Dias de Deus, procedeu-se à consulta da única documentação conhecida/localizada atribuída a Domingos Lavadinho, correspondente à Esp. N41 da Coleção de Reservados da Biblioteca Nacional. Lamentavelmente, tal consulta revelou-se infrutífera, não constando do acervo documental consultado qualquer epístola do funcionário da Colónia Penal ou informação relevante sobre as pesquisas arqueológicas na região elvense.

Em excertos de correspondência enviada por Abel Viana à família, após o falecimento de A. Dias de Deus, também nos foi possível uma aproximação à vida e personalidade do funcionário da Colónia Correccional, através das palavras do arqueólogo: “(...) Acabo de ter um enorme desgosto. No Domingo passado, às sete da tarde, faleceu o António Dias de Deus. Assumira na ante-véspera a direcção interina da Colónia Correccional, como de costume. O director havia passado à inactividade. Levou o aparelho de rádio para o salão do Conselho e aí, rodeado por grande número de internados, ouvia o relato da bola. De repente, quando embrulhava um cigarro, caiu e só disse: Deixem-me! Acudiram imediatamente dois médico [sic] que nada mais fizeram que observar a brutalidade do derrame cerebral. Ele não era furioso da bola, simpatizava [sic] com o Belenenses e, ao que parece, foi resultado da comoção por aquele clube ter perdido o campeonato. Tinha 53 anos. A esposa estava em Lisboa com os dois filhos, um na Faculdade de Medicina e outro no 5º ano do liceu de Camões. São dois alunos distintíssimos. Ele tencionava reformar-se este ano e ir para Lisboa, vindo uns quantos dias por mês a Vila Viçosa e às zonas do Alto Alentejo que estudávamos arqueologicamente. Com o seu desaparecimento perco um amigo insubstituível, e um exemplar companheiro de trabalho. Pouco poderei já fazer para aqueles sítios, se bem que ainda tenha de ir até lá, e tenha de instalar, agora sozinho e com muito mais trabalho, o museu arqueológico em Vila Viçosa. Aguardo as ordens da Fundação. A primeira coisa que fiz foi solicitar, ou antes, chamar a atenção do Conselho da Fundação da Casa de Bragança para a justa concessão de bolsas de estudo aos dois rapazes, visto ficarem agora com os 1.400 esudos [sic] do ordenado da mãe (professora com 15 anos de serviço), e pagando em Lisboa 950\$00 de renda de casa, por mês. O ordenado do pai era de 3.000\$00. Foi um grande

desastre e, para mim, vai-me provocar nova fase da vida. Este profundo desgosto há-de custar a passar-me; não se desvanecerá tão cedo. Era uma joia [sic] de homem, um justo, um carácter raro, a bondade em pessoa! Nunca este homem tinha uma queixa, uma demonstração de aborrecimento. Se não gostava de uma pessoa, o mais que fazia era afastar-se e não falar dela. Pouco depois do ataque, telefonaram-me a prevenir do que se passara, de modo que às 8 da manhã de Segunda, meti-me no comboio e pouco depois das duas da tarde chegava a Vila Viçosa, onde me aguardava o automóvel da Fundação, que imediatamente me levou a Vila Fernando. O funeral foi às 7 da tarde. Ume [sic] enorme multidão. Tenho de dedicar à memória deste meu amigo quase toda a minha actividade, nestes meses mais chegados./// Se a Fundação quiser que eu assuma o encargo do Museu, talvez tenha de ir para lá, pois que daqui de Beja a Vila Viçosa são quatro horas e meia de comboio, com mais duas horas de espera em Évora, e até Elvas são mais de 50 quilómetros além de Vila Viçosa. Fica-me bastante longe, tudo aquilo. (...)” (AMCV: VIANA, 30/04/1955, pp. 1-2). Numa outra carta, datada de 8 de Maio de 1955, Abel Viana descrevia assim, ao irmão Mário, o estado de espírito em que se encontrava, em parte devido ao desaparecimento do funcionário da Colónia Penal de Vila Fernando: “(...) Tenho tanto que fazer que nem sei para onde me virar. E o pior é que estou em maré de frouxidão de espírito. (...) O falecimento do Dias de Deus veio agravar este estado.” (AMCV: VIANA, 08/05/1955, p. 1).

Posteriormente ao desaparecimento de A. Dias de Deus, não se conhecem dados que documentem eventuais intervenções arqueológicas de Abel Viana na região alto-alentejana.⁵⁴ A este respeito, recordem-se as palavras confidenciais a O. Veiga Ferreira, em bilhete-postal datado de 30 de Abril de 1955, nas quais, a propósito da morte do funcionário da Colónia Correccional, o arqueólogo minhoto lamentava, não só a perda do amigo, mas também o fim de “*um grande programa que se desmoronou*” (CARDOSO, 2008a, p. 482, 6.160). Sem o parceiro impulsionador das ‘pesquisas’ na região elvensê, Abel Viana deu seguimento ao trabalho de inventário e catalogação do espólio recolhido (tarefa que, em função das fontes conhecidas, não terá chegado a concluir), e à organização da Secção Arqueológica da Fundação da Casa de Bragança, incluindo a incorporação de novas aquisições (AFCB: VIANA, 05/05/1961, pp. 1-2). Parece constituir uma excepção à ausência de trabalho de campo, o achado de uma sepultura romana, de incineração, identificada no sítio de Olival da Silveirinha, localizado na área da Tapada Real da Casa de Bragança. Pelas anotações da autoria de

⁵⁴ Presume-se que o Grupo de Arqueologia de Vila Fernando (G.A.V.F.), criado em 1983 e praticamente extinto em finais do séc. XX, tenha dado continuidade a estas ‘pesquisas’ à escala local, ainda que necessariamente noutros moldes e contexto de atuação. Entre as actividades desenvolvidas, conta-se a realização de trabalhos de escavação e a criação de uma “sala-museu” na Junta de Freguesia, com espólio diverso, maioritariamente cerâmico e sem indicação de proveniência.

Abel Viana que constam do caderno intitulado *Paço Ducal de Vila Viçosa* (AFCB) depreende-se que a dita sepultura tenha sido escavada pelo arqueólogo a 17 de Novembro de 1961, com a recolha do respetivo espólio – um bronze médio de Cláudio e um ímbrice (“*telha curva*”), destinados à Secção Arqueológica da Fundação da Casa de Bragança (Cfr. Subcapítulo IV.15). Em 1956 o arqueólogo afirmava dispor ainda de “*bastantes elementos inéditos para mais alguns estudos cuja publicação aguarda oportuno auxílio material*” (MNA: APMH/5/1/324/17/19). Entre estes elementos supomos que se incluiria informação referente a ‘pesquisas’ levadas a cabo pelo funcionário da Colónia Penal na região de Castelo de Vide, a título individual, e acerca das quais pouco ou nada se sabe, uma vez que Abel Viana não chegou a concretizar a (declarada) intenção de publicá-la – “*A sós, fez algumas pesquisas na região de Castelo de Vide, deixando alguns apontamentos, embora poucos, que na devida altura serão publicados*” (VIANA & DEUS, 1957, p. 100).⁵⁵

Conforme temos procurado demonstrar ao longo do presente subcapítulo, a informação referente às ‘pesquisas’ de A. Dias de Deus (e A. Luís Agostinho) é bastante lacunar. Conhecem-se os dados trabalhados e publicados em conjunto com Abel Viana e que, em certa medida, visaram compor uma versão oficial das explorações levadas a cabo, devidamente ajustada ao enquadramento legal e institucional vigente. Assim sendo, e à luz das fontes disponíveis, não nos é possível elencar, com precisão, o conjunto de todos os sítios identificados e explorados ao longo de quase duas décadas, nem traçar o eixo cronológico dos diversos trabalhos realizados. Estamos convictos de que estas ‘pesquisas’ se terão estendido a muitos outros locais para além dos oficialmente divulgados, tendo a respetiva informação permanecido confinada às anotações dos próprios ‘pesquisadores’ ou, quiçá, somente à sua “*viva memória*” (VIANA, 1950, p. 290). Neste sentido, reforça-se a convicção de que, na verdade, no que se refere a estas ‘pesquisas’, é a Abel Viana que se ficou a dever “*o passo salvador*”, para usar palavras do próprio (VIANA, 1955b, p. 24) anteriormente citadas. Não a montante, uma vez que, até finais da década de 40, Viana terá sido totalmente alheio às incursões arqueológicas impulsionadas pelos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando, mas sim a jusante, através dos esforços desenvolvidos no sentido de assegurar o devido enquadramento institucional para os

⁵⁵ A realização de “*pesquisas e reconhecimentos*” em Castelo de Vide, designadamente nos monumentos dolménicos, confirma-se através da consulta da Pasta 97 do Acervo Documental do Museu Regional de Beja e de indicação (citada ao longo do presente capítulo) constante de Relatório endereçado ao Presidente do Conselho Administrativo da Casa de Bragança, em Janeiro de 1955 (AFCB: DEUS, 29/01/1955, p. 2; MRB: VIANA, 21/10/1955, p. 75/ II). No mesmo documento citado pode ler-se: “*Ultimamente adquiri um anel de ouro, que suponho ser romano ou visigótico, encontrado nos arredores de Castelo de Vide*” (MRB: VIANA, 21/10/1955, p. 68/ III). No decurso do nosso trabalho não nos foi possível identificar a peça mencionada. De acordo com a suposta listagem geral do Acervo Documental de Abel Viana à guarda do Museu Regional de Beja, a pasta n.º 109 conteria, para além de dados sobre achados arqueológicos na região elvense, um manuscrito intitulado «Necrópole do Castelo de Vide».

trabalhos realizados, a salvaguarda dos materiais recolhidos, e o estudo e divulgação dos arqueossítios explorados. Sem a intervenção do arqueólogo, estamos em crer que os trabalhos e recolhas empreendidos por A. Dias de Deus, A. Luís Agostinho e o Pe. Henrique da Silva Louro, teriam redundado, em larga medida, no desconhecimento geral, apenas contrariado por um ou outro opúsculo publicado pelo pároco, e pelos registos de entradas de espólio no antigo Museu Municipal de Elvas.

A 14 de Agosto de 1964, tendo já falecido Abel Viana, coube ao Padre Henrique da Silva Louro a realização da escavação de uma sepultura na Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Vila Viçosa).⁵⁶ Não se conhecem outros dados sobre a referida intervenção para além do espólio que integra a Colecção de Arqueologia do MBCB, por oferta do escavador, e que se compõe de material cerâmico diverso, espólio metálico e estatuária sacra de cronologias moderna a contemporânea (MBCB Arq n.ºs Inv. 3271 - 3284). Mais do que a intervenção realizada e o espólio exumado, parece-nos especialmente significativo verificar que, trinta anos volvidos desde o início das incursões arqueológicas da iniciativa dos dois funcionários da Colónia Correccional, A. Luís Agostinho e A. Dias de Deus, se encerrava assim, pelas mãos do autor da *Monografia Histórica de Vila Fernando* (LOURO, 1966), este marcante e incontornável capítulo da história da Arqueologia no atual território alto-alentejano.

– A POLÉMICA –

Quanto ao impacto das ‘pesquisas’ arqueológicas desenvolvidas na região alto-alentejana entre 1934 e 1955, importa referir que as opiniões, à época, estiveram longe de serem consensuais, por vicissitudes e motivações diversas das partes envolvidas. Por um lado, assistiu-se às tentativas de descredibilização e bloqueio por parte de Manuel Heleno (1894-1970), à época figura central na gestão dos destinos da investigação arqueológica nacional enquanto Diretor do então denominado Museu Etnológico do Doutor Leite de Vasconcellos e Professor Catedrático de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Por outro lado, e em oposição a um certo isolamento científico e postura conflituosa cultivados pelo sucessor de J. Leite de Vasconcellos (CARDOSO, 1999, p. 139; FABIÃO, 1999, p. 125; ROCHA, 2005, p. 53), destacou-se o apoio concedido por A. Augusto Mendes Corrêa (1888 – 1960), fundador da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia e Presidente do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, a cujo aval supervisor Abel Viana logrou submeter as

⁵⁶ À data, o antigo Diretor Espiritual do Seminário Menor de Vila Viçosa e Assistente Religioso do Instituto de Vila Fernando, exercia o cargo de Visitador das Igrejas e Arquivos Paroquiais da Arquidiocese de Évora (LOURO, 1995², p. 5).

explorações arqueológicas levadas a cabo em colaboração com A. Dias de Deus (VIANA, 1955a, p. 1).⁵⁷ Pode dizer-se que a tomada de posição de Manuel Heleno em relação aos trabalhos na região elvense ditou o início de uma nova (e derradeira) etapa das ‘pesquisas’ de A. Dias de Deus e despoletou uma contenda irresolúvel com Abel Viana, que só pode ser entendida à luz do jogo de forças que marcou indelevelmente o panorama da Arqueologia nacional durante a primeira metade do séc. XX (FABIÃO, 1999, p. 120).

A partir de finais de Outubro de 1949, na sequência de uma visita realizada (entre 27 e 31 de Outubro de 1949) por Manuel Heleno a Vila Fernando, e em particular aos sítios da Chaminé, Carrão e Terrugem, Abel Viana e A. Dias de Deus viram-se obrigados a suspender a realização de quaisquer trabalhos nos referidos arqueossítios, passando a exploração destes a estar sob a responsabilidade da equipa do então Museu Etnológico (AFCB: VIANA, 10/12/1949, pp. 4-5; MNA: APMH/6/1/1/9/11 – *Diário de Notícias*, 30/10/1949; CARDOSO, 1999, p. 153; FABIÃO, 1998, I, p. 317; VIANA & DEUS, 1951, pp. 89 e 91).⁵⁸ A decisão oficial de suspensão dos trabalhos, passava alegadamente, e no entender do sucessor de José Leite de Vasconcelos, pela necessidade de pôr termo a largos anos de intervenções levadas a cabo “*com interesse e com cuidado, mas sem os conhecimentos técnicos requeridos*” (HELENO, 1951, p. 83). Todavia, e não obstante a declarada necessidade de “*imprimir orientação científica às investigações a realizar nas estações descritas (Chaminé, Terrugem, e Carrão) e evitar a destruição do que ficou e perda dos espólios*” (HELENO, 1951, p. 94), as estações arqueológicas em questão não voltariam a ser intervencionadas, ficando assim o seu estudo irremediavelmente comprometido (CARDOSO, 1999, p. 153; FABIÃO, 1998, I, p. 371). A consciência da delicada situação que representavam, em termos legais e no que se referia à regulamentação da actividade arqueológica, os trabalhos e recolhas iniciados por A. Luís Agostinho e A. Dias de Deus, levava Abel Viana a advertir assim o preceptor da Colónia Correccional de Vila Fernando: “*Não se esqueça de dizer, (...), que às suas investigações estou eu ligado, como seu colaborador (sublinhado do autor), e que a responsabilidade legal é assumida pelo Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (sublinhado do autor), da direcção do Prof-Doutor Mendes Corrêa. Olhe que isto é importante, afim de evitar proibições embargos e outros aborrecimentos. (...)/ O facto do Dr. Mendes Correia nos ter posto a coberto do Centro de Est. de Etnologia Peninsular é o que tem evitado perseguições mais completas*

⁵⁷ Assunto igualmente abordado no subcapítulo IV.6., dedicado ao arqueossítio da Chaminé.

⁵⁸ Recorde-se que, sensivelmente na mesma época, decorreram na região alto alentejana trabalhos de escavação a cargo de operacionais do então Museu Etnológico e sob a direcção de Manuel Heleno. Referimo-nos, naturalmente, à exploração de arqueossítios como Torre de Palma e Cabeça de Vaiamonte (Monforte) (CARNEIRO, 2005, pp. 287-290).

por parte do Grego⁵⁹. É preciso, portanto, que os relatórios, quer do meu Amigo quer meus, condigam com tal circunstância. Ainda há pouco mandei ao Dr. M. Correia, para ser presente na Junta, um pequeno relatório meu, a dizer o que o meu Amigo fez em A. do rico e em Jerumenha. Coisa de meia dúzia de linhas -- apenas para que, se houver qualquer denúncia de jornais, na Junta saibam já que o meu Amigo anda por lá, devidamente escudado pelo Centro.” (MRB: VIANA, 21/01/1955, p. 2). De facto, em finais de 1949, e contando com o apoio de G. Zbysweski e O. Veiga Ferreira (CARDOSO, 1999, p. 154; CARDOSO, 2001-2002, p. 468, Doc. 25), Abel Viana deu a conhecer a Mendes Corrêa os contornos da ‘querela’ travada com Manuel Heleno, procurando garantir o apoio do académico e fundador do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto. Na perspectiva de Abel Viana, a intenção do diretor do museu de Belém passava não só por assegurar a apropriação do espólio dos arqueossítios em causa “para o mistério das suas gavetas e caixotes”, mas também por colocar termo à actividade arqueológica desenvolvida pelo próprio arqueólogo minhoto (CARDOSO, 1999, p. 152 – carta de Abel Viana a Mendes Corrêa, com data de 13/12/1949). Convicto desta dupla intenção, Abel Viana, na qualidade de bolseiro do Instituto para a Alta Cultura, chegou mesmo a afirmar em exposição apresentada, em Dezembro de 1949, ao Presidente daquela instituição: “(...) julgo que a oportunidade em impedir as escavações na necrópole céltica da Chaminé, estação por que o Sr. Doutor Manuel Heleno se mostrou particularmente interessado, seria na ocasião em que os grandes jornais começaram a noticiar os achados dessa necrópole, e não tempos depois quando os mesmos jornais noticiaram que eu ali intervinha com a minha observação e a minha orientação.” (AFCB: VIANA, 10/12/1949, p. 5). Na sequência do Parecer apresentado por Manuel Heleno, a 17 de Dezembro de 1949, na sessão da 2ª Sub-secção da 6ª Secção da Junta Nacional de Educação, e na iminência de eventuais sanções daí decorrentes, Abel Viana fez questão de esclarecer e defender a posição dos chamados “três de Elvas”⁶⁰ (CARDOSO, 2001-2002, p. 471, Doc. 27), perante Mendes Corrêa, também ele membro daquele organismo oficial: “Em Elvas, não há destruições que me possam ser atribuídas. E no fim de contas o Dias de Deus foi o revelador e o salvador daquilo tudo” (CARDOSO, 1999, p. 152); “– Nada tenho que ver com as explorações do Sr. Dias de Deus, desde 1934 – data em que ele as iniciou – até Junho de 1949, data em que fui a Vila Fernando./ – Logo que tomei conhecimento exacto do que se passava em Vila Fernando, pedi ao Sr. Dias de Deus não fizesse mais escavações, e se limitasse a salvar o que aparecesse durante os trabalhos agrícolas./ – Quanto ao procedimento do Sr. Dias de Deus e meu, relativamente aos interesses da Arqueologia

⁵⁹ Termo utilizado por Abel Viana, em documentação epistolar, para se referir a Manuel Heleno.

⁶⁰ A. Dias de Deus, Domingos Lavadinho e o próprio arqueólogo.

*nacional e seu património, ficará tudo minuciosamente explicado e documentado nos estudos e relatos que ambos estamos preparando e vamos publicar./ Quanto ao meu procedimento e do Sr. Domingos Lavadinho, em relação aos nossos deveres para com a Junta, envio ao meu Ex.mo Amigo dois exemplares do jornal de Elvas (supõe-se que Abel Viana estivesse a referir-se às notícias sobre os achados do Carrão e Terrugem publicadas no periódico *Linhas de Elvas*, n.º 971 – 27/08/1949, notícias, aliás, igualmente citadas em carta enviada a O. Veiga Ferreira – CARDOSO, 2001-2002, p. 471, Doc. 27), “nos quais parece suficientemente provado que o Sr. Lavadinho comunicou oportunamente à Junta, e isto depois de eu o esclarecer a respeito da verdadeira importância das estações de Vila Fernando e da Terrugem, de modo que este Sr. não deixou de cumprir a sua obrigação” (CARDOSO, 2001-2002, p. 469, Doc. 26). Aquele a quem Abel Viana apelidou de “cortina de ferro da arqueologia portuguesa” (CARDOSO, 2001-2002, p. 473, Doc. 29) viria a classificar de insidiosa a ideia de ser parte interessada e responsável pela entrega da supervisão e estudo dos arqueossítios em questão à instituição que chefiava, e justificava a sua intervenção como resultado do zelo das autoridades competentes, designadamente a Direcção dos Monumentos Nacionais e a 2ª Sub-Secção da 6ª Secção da J.N.E. (HELENO, 1951, p. 83, nota 1, e p. 94, nota 7). Em carta enviada a A. Dias de Deus, com data de 12 de Dezembro de 1949, M. Heleno recusava quaisquer responsabilidades na referida decisão e aproveitava ainda para questionar o funcionário da Colónia sobre os arqueossítios elvenses que visitara em Outubro desse mesmo ano: “Em primeiro lugar desejo agradecer, muito penhorado (?), a noticia [sic] que mandou sobre os dolmens [sic] da região de Vila Fernando e bem assim assim informa-lo [sic] que não tive conhecimento nem do envio, nem do conteúdo [sic] do ofício que recebeu da J. N. E. [...] Estava doente quando a mesma reuniu e por isso não pude assistir, nem entregar o relatório./ No fim desta semana ha [sic] uma sessão. Espero que lhe selja] levantada a proibição a que V. Ex.ª se refere e que poderá trabalhar nas condições em que os outros o fazem, quer dizer com a colaboração da Junta, representada por um dos seus vogais (...)./ E agora agradecia mais estas informações, que rogo o favor de mas enviar na volta do correio:*

1. Salvaram-se alguns ossos nas explorações das antas? Em caso afirmativo onde estão?
2. Despejou a urna que arrancamos [sic]? Se o fez que encontrou dentro?⁶¹
3. Aonde encontrou o caco pintado que me emprestou? Dentro ou fora das urnas?
4. Haverá alguns restos de povoação pré-romana ou castro não longe do campo de urnas?” (AFCB: HELENO, 12/12/1949, pp. 1-2).

⁶¹ Acerca dos pontos 2. e 3. enumerados por M. Heleno no excerto acima transcrito veja-se o subcapítulo IV.6. do presente trabalho.

No decurso deste processo Abel Viana desenvolvia todos os esforços ao seu alcance no sentido de salvaguardar, tanto quanto possível, a situação dos visados e de minimizar as repercussões da intervenção de Manuel Heleno, advertindo assim o funcionário da Colónia Correccional: “(...) Rogo-lhe se não esqueça de tudo quanto lhe tenho pedido e recomendado. Isto vai pelo melhor dos caminhos. Parece que Deus, mais uma vez, está escrevendo por linhas tortas. O Sr. Heleno não levará a melhor. O meu Amigo há-de ficar bem vingado de lhe chamarem “professor primário vândalo e ignorante” -- o tal Sr. Heleno e mais outro cavalheiro⁶² de envergadura oficial e sem qualquer categoria científica, em arqueologia [...] Quiseram roubar-nos mas hão-de ficar roubados.!(...) O cavalheiro -- Deus dos Gregos --, quando aí esteve (referência à visita de Manuel Heleno a Vila Fernando em Outubro de 1949), espionou tudo e procurou indagar de tudo. Disse, na Junta Nacional de Educação, que o melhor favor que podiam fazer a sua Esposa e ao resto da sua família seria proibir-lhe meter-se em arqueologia. (...) Siga o meu bom Amigo, à risca, todas as minhas recomendações. OLHE QUE NÃO ESTAMOS SÓS - - - - TEMOS DO NOSSO LADO A IMENSA MAIORIA DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA, TUDO QUE É DA MELHOR QUALIDADE. Nada há a recear, pois, mas é preciso, pelo menos durante estes [me]ses mais próximos, operar em segredo, com toda a prudência, a fim de não dificultar [ou ?] comprometer o êxito desta batalha que no momento travamos. (...) Desconfie mesmo dos de Vila Fernando. [sublinhado do autor] O Grego [sublinhado do autor] hipnotizou-os a todos. (...) o tratante soube vigarizá-los, no seu prestígio de prof. universitário, etc., etc.. Estou certo de que o Lavadinho nunca chegará a receber a tal injustíssima e ridícula admoestação. Ele era capaz de se incomodar com isso. Quanto a mim, rir-me-ia, e não deixaria de lhe apregoar merecidamente o ridículo.” (AFBCB: VIANA, 29/12/1949, pp. 1-2). Por sua vez, A. Dias de Deus, em carta enviada ao então diretor do Museu Etnológico, defendia-se assim da alegada acusação de “destruidor” e “vândalo”: “A seu tempo direi como o vândalo salvou o campo de urnas da Chaminé, a “vila” do Carrão, a povoação da Terrugem, as sepulturas e recheio de Juromenha, etc e os 14 dolmens [sic] da freguesia de Vila Fernando. O meu procedimento é bem diverso daquele que usavam os exploradores doutros tempos. Enquanto eu, agora, ergo os esteios caídos e dou a forma primitiva aos dolmens [sic] que encontro, verifico com mágoa que quase todos os que foram explorados pelos antigos exploradores/ arqueólogos se encontram num tal estado de ruína que chegamos a ter a impressão de que para os escavarem tinham que lançar por terra os esteios, mal percebendo o que era. Conheço-os destruídos, aqui na região de Elvas, em Castelo de Vide, em Monforte, Crato, Arronches, Mora, etc. O vândalo já sugeria a ideia de se reconstituírem [sic] os dolmens [sic] do concelho de Elvas, se fizesse a sua

⁶² Supomos tratar-se de uma referência a Fernando Bandeira Ferreira (1921-2002).

*discriminação [sic] e identificação. Mais ainda; lembrou que se resguardassem com vedações em ferro e que junto de cada um se colocasse um marco em granito ou em mármore, com o Nº, data da abertura, espólio, etc. O mesmo vândalo tem pedido aos guardas das herdades, aos donos, aos criados e à Guarda Republicana que vigiem e não deixem violar os locais em que existem antiguidades. Não se compreende também que o mesmo destruidor recolha pedras, telhas, moedas, pedaços de louças e vidros e que guarde religiosamente todas essas velharias para depois, sem qualquer pagamento (sublinhado do autor), as depositar nos museus. Seria natural que ele escondesse os frutos das suas destruições, mas não, mostra-os, oferece-os a quem possa estudá-los, explica a sua proveniência e descreve como foi feito o achado. Nada faz em segredo.” (AFCB: DEUS, [s.d.]b, pp. 5-7). Já em Março de 1950, sendo do conhecimento geral o ofício da J.N.E. no qual se determinava a suspensão dos trabalhos por A. Dias de Deus e se admoestava Domingos Lavadinho, na qualidade de delegado concelhio da 2ª Sub-secção da 6ª Secção da mencionada Junta, pelo apoio concedido às intervenções e recolhas levadas a cabo pelo funcionário da Colónia Penal de Vila Fernando (AFCB: VIANA, 10/12/1949, p. 4; VIANA, 1956, p. 8), Manuel Heleno justificava-se desta forma ao funcionário da Colónia Correcional: “(...) *Lamento que V. Exa. se deixe arrastar por intrigas mal intencionadas. (...) É certo que a Junta resolveu entregar a direcção dos trabalhos ao Museu etnológico. Mas, dada a importância excepcional do campo de urnas e as despesas a que obrigam as escavações do Carrão, compreende-se que o Estado queira compartilhar das responsabilidades científicas e materiais dessas investigações./ Deste modo V. Exa. trabalharia como colaborador do Museu Etnológico em condições muito mais favoráveis do que tem feito. Assim a conjugação dos nossos esforços resultaria de mais utilidade para a cultura./ Também [sic] o reparo feito pela Junta ao Dr. (?) Lavadinho foi da minha iniciativa. É preciso não esquecer que a minha ida aí foi motivada por notícias muito desagradáveis chegadas à Junta e que eu procurei, como o presidente comentou, “diminuir a gravidade do assunto”./ (...) Não fiz nenhum estudo sobre a Chaminé e o Carrão. Limitei-me a apresentar um relatório [sic] e a ler, a pedido, passos do mesmo no Instituto de Arqueologia./ Terei breve (?) de o fazer agora por encargo oficial.” (MRB: HELENO, 03/03/1950, pp. 1-2). De assinalar que, para além da *Notícia preliminar* publicada sobre a Arqueologia de Elvas (HELENO, 1951), não se conhecem outros estudos da autoria do sucessor de J. Leite Vasconcelos sobre o tema ou quaisquer dados que confirmem a realização de trabalhos arqueológicos nos arqueossítios em causa, sob a eventual orientação de M. Heleno, em data posterior à interdição imposta a A. Dias de Deus e Abel Viana.**

Naturalmente que a leitura que fazemos desta ‘polémica’ implica ter em linha de conta as razões de cada uma das partes envolvidas e os respetivos pontos de vista extremados. Em primeiro lugar, facilmente se reconhece legitimidade às observações do então Diretor do Museu Etnológico no que se refere às limitações do método, registo e interpretação que marcaram as pesquisas iniciadas por A. Dias de Deus e A. Luís Agostinho. Em segundo lugar, resulta igualmente evidente o particular interesse de Manuel Heleno na realidade arqueológica do campo de urnas da Chaminé e a decorrente necessidade de chamar a si a responsabilidade legal sobre a exploração do arqueossítio. Mais do que os mosaicos da presumível *villa* do Carrão, a Manuel Heleno terá interessado em especial o estudo do campo de urnas da Chaminé como meio não só de enriquecer o acervo da instituição museológica que dirigia, mas, sobretudo, de validar o postulado celtizante que defendia para a etnogénese das populações do território atualmente português (MNA: APMH/6/1/5/1/2 – *Diário de Notícias*, 24/01/1950; APMH/6/1/6/2/1 – *Diário da Manhã*, 24/01/1950; CARNEIRO, 2014, II, p. 184, nota 424, e p. 324, nota 807; HELENO, 1951, p. 90).⁶³ Esta ideia parece ganhar força se considerarmos que M. Heleno estaria a par da existência da *villa* romana do Carrão desde 1939, altura em que terá percorrido a região elvense na companhia do Pe. Henrique da Silva Louro⁶⁴, tendo alegadamente ponderado proceder à exploração do arqueossítio em 1945 (HELENO, 1951, p. 92). Para além disso, e conforme tivemos já oportunidade de referir, por volta dos inícios da década de 40 do século passado, por convite de A. Luís Agostinho, o então diretor do Museu Etnológico terá visitado a região, desta feita com o intuito de tomar conhecimento das explorações realizadas em monumentos dolménicos (AFCB: PAÚL, 19/01/2011, pp. 1-2). Custa-nos, pois, a crer que, tendo M. Heleno contactado com dois dos principais impulsionadores das ‘pesquisas’ levadas a cabo na região elvense desde os inícios dos anos 30, este

⁶³ A propósito, veja-se ainda uma carta enviada por Maluquer de Motes a Manuel Heleno, em Maio de 1950, solicitando informações sobre o campo de urnas da Chaminé – “*Como sabe Vd (Usted) ya tiene para mí el mayor interés todo cuanto se refiere a las culturas de los campos de urnas y a todas las cuestiones con ellos relacionadas por lo que mucho le agradecería me diera Vd. alguna información mas completa sobre la referida necrópolis y sus relaciones con la de Alpiarça. Por ejemplo. Son a torno las urnas de Elvas?. Que elementos de bronce aparecen en ellas.*” (MNA: APMH/5/1/440/2, pp. 1-2).

⁶⁴ Nas notas elaboradas por M. Heleno no decurso da visita aos sítios da Terrugem, Chaminé e Carrão, pode ler-se: “*Carrão. Situação./ Encontrou-se ha [sic] anos um mosaico. Era já conhecido em 39, primeira vez que o vi*” (MNA: APMH/2/18/1, p. 3), confirmando-se assim que o então Diretor do Museu Etnológico já conhecia os arqueossítios desde finais da década de 30.

Manuel Heleno terá também efetuado visitas ao antigo Museu Municipal de Elvas (GAMA, 1970, p. 40). Não dispomos, todavia, de dados que nos permitam fazer reportar alguma dessas visitas a Outubro de 1949. Ainda assim, assinala-se a existência, entre o Acervo Pessoal de Manuel Heleno (MNA), de um caderno intitulado «Museu de Elvas (de Tomaz Pires)», composto por algumas (parcas) anotações sobre o espólio pré-histórico em exposição à data e desenhos de placas de xisto (MNA: APMH/2/1/22/1), bem como de um conjunto de fotografias de materiais daquele antigo museu municipal, incluindo de peças que corresponderiam a recolhas e doações de A. Dias de Deus (MNA: APMH/2/11/29).

não estivesse a par da amplitude dos trabalhos e/ou das condições em que os mesmos eram feitos. Parece-nos por isso difícil conceber que só a partir de 1949 o Professor Catedrático de Arqueologia tenha questionado tais condições e considerado imperativa a necessidade de intervir de modo a assegurar uma “*orientação científica*” (HELENO, 1951, p. 94) das ditas ‘pesquisas’. Ilustrativo do interesse de que se revestia a necrópole da Idade do Ferro da Chaminé para M. Heleno é o excerto da carta endereçada por Abel Viana ao funcionário do Instituto de Vila Fernando, a 29 de Dezembro de 1949, onde pode ler-se: “*O Heleno esteve em Elvas com [o] Gordon Childe. Foi aí? Seria o meu Amigo tão cego que [o tornasse] (?) a receber. Olhe que o Homem (?) disse ao Childe que foi ele quem descobriu o cemitério de urnas da Chaminé. É espantoso mas é verdade. Mas houve quem lhe desmentisse (?) na cara.*” (AFCB: VIANA, 29/12/1949, p. 2). Em terceiro lugar, e considerando as rivalidades que opuseram as duas mais relevantes personalidades do panorama da Arqueologia Portuguesa da primeira metade do séc. XX, compreende-se que Abel Viana, uma vez incompatibilizado com Manuel Heleno, se tenha visto na necessidade de recorrer ao apoio de Augusto Mendes Corrêa e à protecção institucional do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (FABIÃO, 2011, pp. 171 e 177). Nas palavras de Viana, o meio arqueológico nacional afigurava-se terreno adverso, pouco dado a “*protectores e criadores de actividades*” (com excepção para Mendes Corrêa, G. Zbyszewsky e o Instituto de Alta Cultura) e dominado por “*helenos mais ou menos disfarçados*” (CARDOSO, 2001-2002, Doc. n.º 31, p. 481). Assim, ainda antes do final do ano de 1949, tornava-se oficial a proibição de trabalhos arqueológicos por A. Dias de Deus e Abel Viana nos arqueossítios da Chaminé, Carrão e Terrugem. Paralelamente, a citada dupla dava continuidade a outras pesquisas na região elvense, sob a égide do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, e mediante a obrigação de manter Mendes Corrêa informado das mesmas (CARDOSO, 1999, p. 154). Em carta (já citada) endereçada ao Presidente do Instituto para a Alta Cultura, Abel Viana dava conta das suas intenções: “*(...), se é certo que tenho muitos outros trabalhos em curso, e que não disponho dos meios materiais que as escavações no Carrão e na Terrugem requerem, desejava me fosse permitido continuar o estudo do que eventualmente os trabalhos de lavoura forem revelando; assim como desde já peço licença para publicar, com António Dias de Deus, o que já estudei, independentemente do destino que o Sr. Doutor Heleno entenda dar às notas e fotografias que obtive em Vila Fernando.*” (AFCB: VIANA, 10/12/1949, p. 4).

Em 1954, na sequência de novas tentativas por parte de Manuel Heleno para impedir as ‘pesquisas’ levadas a cabo por A. Dias de Deus e Abel Viana, o arqueólogo minhoto advertia assim o funcionário da Colónia Correccional: “*Junto lhe mando, (...), uma cópia do relatório que mandei para o Dr. Mendes*

Correia./ O meu Amigo tome bem nota do que nele se diz. Não é um relato completo de tudo, nem isso seria preciso. O que é necessário é que o meu Amigo faça de conta que as coisas se passaram durante o ano findo tal e qual como vai neste relatório./ Tive de o mandar em virtude do que o Engº Veiga Ferreira me mandou dizer nesses períodos que a seguir transcrevo da carta que me mandou:

- - O Heleno volta a tentar a proibição da actividade do Dias de Deus e sua. Para que a derrota desse imbecilóide seja total, no que diz respeito às ambições desmedidas que ele alimenta sobre o meu amigo e o Dias de Deus, é necessário que se assentem, daqui para o futuro, numas precauções:

1º - - O Professor Mendes Correia considerou-o como trabalhando no Centro de Estudos da sua Presidência.

2º - - É necessário que o Professor Abel Viana mande uma carta contando o que tem feito como escavações, procurando justificar o motivo das mesmas.

3º - - De futuro deverá comunicar, sempre que apareça alguma coisa, ao Professor Mendes Correia, de modo a estar sempre ao corrente do que se vai fazendo ou aparecendo.

4º - - Uma vez feita a comunicação, o Prof. M. Corrêa tomará, perante a Junta, a respectiva responsabilidade; porém, só a poderá fazer estando bem documentado, para resistir aos ataques do imbecil. (...)

Foi em razão disto que, em vez de mandar uma simples carta, resolvi mandar um relatório./ O meu Amigo está a ver o fim em vista./ Sempre que for aparecendo mais alguma [sic] vá-me dando aviso, a fim de eu ir comunicando. Assim, até as notícias que escaparem para os jornais já não nos poderão acarretar tantos perigos./ Como verá, nas entrelinhas deste relatório eu vou arrumando no homenzinho, assim como que não quer a coisa.../ (...) Por amor de Deus não meta mais gente no grupo. Olhe que muita gente junta não se salva. Nem mesmo em Lisboa nos tolerariam tal coisa./ (...) Que acompanhem o meu Amigo quando andar em escavações, vá lá, mas passem também por autores é que não está certo. E até mesmo nas escavações evite o mais possível outra companhia além do Sr. P.º Henrique. Não se deixe iludir pela sua boa-fé. Companhias, só as que derem real proveito intelectual ou moral” (AFCB: VIANA, 06/01/1954, pp. 1-2). Ainda a propósito deste ‘conflito’ de opiniões e interesses é de referir o elucidativo excerto constante de uma carta de Abel Viana ao irmão Mário, datada de 4 de Agosto de 1950: “Creio que te contei que o Dr. Heleno quis torpedear-me na Junta Nacional da Educação, e usurpar-me o mérito de ter sido eu o identificador das descobertas do Dias de Deus. O Dr. Mendes Correia andou de tal maneira que, segundo parece, o homem não poderá mais contender comigo. O mais curioso é que nem o Heleno nem a Junta tiveram comigo o menor contacto, quer oficial quer particularmente. Claro, era trabalho de sapa, de mentiras, já certos de que

se saíam bem da tramoia [sic]. Mas a publicação daquele meu artigo nos “Trabalhos de Antropologia e Etnografia”⁶⁵ (...) deixou o Heleno arrasado, e pessimamente mal colocado, pois veio demonstrar publicamente que a prioridade científica era minha -- isto depois da conferência [sic] que ele fez em Lisboa, fazendo-se passar por descobridor... Um fiasco. Dizem-me que o homem até adoeceu. Parece incrível. Um homem que sempre me tratou bem, e que eu estimava fazer esta triste figura, só pela ambição de se apoderar do que a outrem [sic] pertence. O Dias de Deus esteve há pouco em Lisboa. O Heleno soube que ele estava no Etnológico e, como estava preso em exames na Faculdade de Letras, telefonou ao Dias de Deus a pedir-lhe que fosse almoçar com ele. O Dias de Deus recusou firmemente. Os de Elvas não lhe perdoam. (...) No Museu de Elvas, tudo quanto se descobriu agora está escondido, até que eu o publique -- o que farei, sem demora. O Heleno ficou de lá ir, mas dará com as ventas no sedeiro, pois nada lhe será mostrado, salvo o que já se publicou. (...)” (AMCV: VIANA, 04/08/1950, p. 4).

A este respeito impõe-se registar as cordiais relações epistolares mantidas entre Abel Viana e Manuel Heleno ao longo de cerca de vinte anos (MNA: APMH 5/1/805). Da correspondência enviada pelo arqueólogo minhoto ao sucessor de J. Leite de Vasconcelos, não constam quaisquer referências às estações arqueológicas de Elvas e a António Dias de Deus, facto explicável pelo período cronológico a que se reporta a correspondência em causa (de 1929 a 1949). O teor das cartas e bilhetes-postais da autoria de Abel Viana versa sobre questões relacionadas com as descobertas arqueológicas realizadas, com a actividade museográfica desenvolvida, incluindo ofertas de espólio (em especial material lítico do litoral minhoto) à instituição museológica que Manuel Heleno dirigia, e até mesmo com aspectos da vida profissional do investigador vianense.⁶⁶ O último bilhete-postal enviado por Viana a Manuel Heleno data de 7 de Outubro de 1949 (MNA: APMH 5/1/805/91), pouco tempo antes da visita deste às estações arqueológicas elvenses. Nele o arqueólogo minhoto apelava à intervenção do diretor do então Museu Etnológico para ‘salvar’ do risco de destruição uma lápide islâmica proveniente de Serpa. A mesma peça viria a ser mencionada em carta endereçada por Abel Viana a Augusto Mendes Corrêa, a 13 de Dezembro de 1949, num desabafo sobre as dificuldades e dissabores motivados pelas relações cordiais que até então se tinha esforçado por manter com Manuel Heleno (CARDOSO, 1999, p. 152). Daí em diante, e apesar das divergências com Heleno, Abel Viana terá mantido o envio de separatas dos artigos da sua (co-)autoria para o Instituto Português de Arqueologia, História e Etnologia, fundado e presidido pelo primeiro (CARDOSO, 2001-2002, pp. 475-

⁶⁵ VIANA, 1950.

⁶⁶ Veja-se, por exemplo, o documento, datado de Julho de 1937, intitulado «Das acusações que me faz o pessoal da Secretaria da Direcção do Distrito Escolar de Faro» – MNA, APMH 5/1/805/18.

476 e 488, nota 165). Neste contexto não deixa de ser curioso (e sintomático da influência e poder conferidos a Manuel Heleno pelos cargos que desempenhava) encontrar entre o Acervo Pessoal de Manuel Heleno (MNA/ APMH) uma cópia de um relatório, da autoria de Abel Viana e com data de 4 de Abril de 1956, sobre as actividades desenvolvidas pelo arqueólogo e A. Dias de Deus ao serviço da Fundação da Casa de Bragança. Aparentemente trata-se de uma cópia remetida para o Diretor do museu de Belém pelo então Presidente do Conselho Administrativo da Fundação, e antigo Diretor Geral da Fazenda Pública, A. Luís Gomes (MNA: APMH/5/1/324/5_1/19 a 19/19).⁶⁷

– O CONTRIBUTO –

É inegável que as ‘pesquisas’ arqueológicas iniciadas por A. Luís Agostinho, A. Dias de Deus e o Pe. Henrique da Silva Louro constituem um representativo exemplo do amadorismo que, entre finais do século XIX e inícios da centúria seguinte, se disseminou como prática corrente e que, como tal, se saldou, inevitável e simultaneamente, em “*preciosos serviços*” e “*desserviços irreparáveis*” para o património arqueológico nacional (VIANA, 1936, p. 241). Não obstante a polémica e a contestável motivação e metodologia que terão marcado os trabalhos e recolhas levados a cabo pelos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando, a posterior colaboração de Abel Viana, e em particular o empenho por este colocado na publicação e divulgação dos resultados destas intervenções, acabou por determinar que esta ‘actividade exploratória’ se tenha saldado, acima de tudo, num inestimável contributo para o conhecimento da realidade arqueológica do atual território alto alentejano, e em particular da região elvense (CARNEIRO, 2014, I, p. 69; II, p. 211). As profundas transformações operadas na paisagem rural alentejana desde meados da década de 30 do séc. XX até à atualidade reforçam a importância das informações publicadas por Abel Viana e A. Dias de Deus enquanto instrumento “*para a interpretação de sítios arqueológicos hoje desaparecidos ou que dificilmente são notórios na paisagem profundamente antropizada do actual concelho de Elvas, constituindo uma base documental extremamente fiável porque alicerçada num profundo conhecimento do terreno*” (ALMEIDA, 2000, pp. 23 e 25). De facto, não podemos esquecer a condição de agentes locais de que beneficiavam A. Dias de Deus e os seus companheiros. Próximos das comunidades autóctones e familiarizados com a paisagem, tinham oportunidade de estar a par dos achados arqueológicos

⁶⁷ Do Acervo Pessoal de Manuel Heleno (MNA/ APMH) constam 6 espécies de documentação epistolar endereçada por A. Luís Gomes (1898-1981) a M. Heleno, com datas compreendidas entre 14/08/1946 e Maio de 1956 (APMH_1/Sh/CO/Cx5/324).

ocorridos na região e de proceder a explorações por livre iniciativa, somando espólio e um importante conjunto de informações inéditas sobre a realidade arqueológica regional.

Assim, ao longo de cerca de duas décadas de recolhas efectuadas no Alto Alentejo (recorde-se que a colaboração de Abel Viana só terá correspondido aos últimos seis anos desta actividade), o conjunto de arqueossítios explorado abarcou sensivelmente o território de cerca de 10 concelhos, correspondentes aos atuais municípios de Évora, Alandroal, Vila Viçosa, e Estremoz, no distrito de Évora; e Elvas, Campo Maior, Avis, Fronteira, Monforte, Arronches, no distrito de Portalegre.⁶⁸ Com base nos dados conhecidos, estima-se que na área em questão tenham sido identificados, ou efectivamente explorados (de forma mais ou menos sistemática), cerca de uma centena de sítios arqueológicos, com características e cronologias diversas, e, amiúde, documentando distintas fases de ocupação. A natureza diversa dos arqueossítios identificados e explorados é evidente nos testemunhos dos próprios ‘pesquisadores’: *“No ano de 1934, começaram dois funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando, António Luís Agostinho e António Dias de Deus, a fazer meticulosas pesquisas em dólmens e restos de dólmens, os quais, apesar de mais ou menos revolidos em datas anteriores, produziram belos espólios. A partir de 1940, iniciaram a colheita de materiais de época romana.”* (MRB: VIANA, 10/04/1952, p. 1); *“O início das investigações (...) data do ano de 1940 e as mesmas incidem sobre estações de diversos tipos: restos de edifícios e de hidráulica agrícola, necrópoles de incineração com simples enterramentos de urnas cinerárias, e necrópoles de sepulturas propriamente ditas, umas de incineração, outras de inumação”* (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 568). No que concerne a vestígios pré e proto-históricos, concluiu-se, a partir dos dados disponíveis, a identificação de cerca de 69 arqueossítios, na sua maioria localizados na área do concelho de Elvas, e entre os quais se incluem, por exemplo, as antas de Genemigo, Alcarapinha, Barrocal, Torre das Arcas, e os sítios de Vinagreira e Atalaião (MRB: VIANA, 10/04/1952, p. 3; VIANA & DEUS, 1952; VIANA & DEUS, 1955b; VIANA & DEUS, 1957). Para além destes, e assumindo particular relevância para o âmbito no nosso estudo, ficou registada a identificação (e, nalguns casos, exploração) de *“necrópoles célticas (campos de urnas gradualmente romanizados”, e “destroços de vilas rústicas e cemitérios, tanto da época romana como da visigótica”* (VIANA & DEUS, 1955b, p. 10). Com base nas fontes conhecidas e nas informações publicadas pelos intervenientes, apurou-se um total de 22 necrópoles ou locais onde terão sido identificadas evidências de natureza funerária, com cronologias

⁶⁸ Revemos aqui a informação publicada em ROLO, 2016 (pp. 88-89) – no decurso da nossa investigação, e uma vez apurada a localização dos arqueossítios de Herdade dos Queimados e Defesa (de Cima), concluiu-se a ausência de dados sobre eventuais trabalhos ou recolhas no território do concelho de Borba, por parte dos funcionários da Colónia de Vila Fernando e Abel Viana. Acerca desta questão, ver nota ⁴³ e Capítulo IV.

compreendidas, grosso modo, entre os séculos IV a.C. e os séculos VI/VII d.C.. Note-se que a amostra contabilizada inclui, não só os sítios que terão sido intervencionados pelos ‘pesquisadores’ da Colónia Penal de Vila Fernando e Abel Viana, mas também um conjunto significativo de sítios identificados na região alto alentejana e meramente referenciados pelos autores nas suas publicações, sem que haja indicação de que aí tenham chegado a realizar quaisquer recolhas ou escavações. Conforme anteriormente mencionado (subcapítulo I.1.), os arqueossítios com testemunhos de natureza funerária, e que compõem a nossa amostra de estudo, distribuem-se pelo território dos atuais concelhos do Alandroal (Monte da Cardeira, Juromenha), Vila Viçosa [Padrãozinho, Herdade do(s) Queimado(s)⁶⁹, enterramento romano da anta do Carvão], Campo Maior (A-do-Rico), Arronches (Herdade das Carninhas ou Porto das Escarninhas, e Nossa Senhora do Carmo), Monforte (Eira do Peral), e em especial Elvas (Alcarapinha, Chaminé, Herdade da Camugem, Horta das Pinas, Horta da Serra, Monte da Ovelheira⁷⁰, Padrão, São Rafael, Serrones, Terrugem, Torre das Arcas). A este conjunto devem ainda acrescentar-se os arqueossítios da Herdade de Fontalva (Santa Eulália, Elvas) e Olival da Silveirinha (Terrugem e Vila Boim, Elvas). Ambos os casos correspondem a locais onde se identificaram, pelo menos, uma sepultura de cronologia romana e em cuja exploração ou estudo parece ter estado diretamente implicado Abel Viana, mas não A. Dias de Deus. No primeiro caso, a identificação do sítio romano de Fontalva e a recolha de espólio terá assumido contornos distintos das restantes necrópoles alto alentejanas em análise, uma vez que parece ter ficado a dever-se, pelo menos em parte, a recolhas levadas a cabo pelo então proprietário da referida Herdade – Ruy d’Andrade, e não a explorações arqueológicas pela dupla Abel Viana e A. Dias de Deus (SEPÚLVEDA & CARVALHO, 1998, p. 245). No segundo caso, a identificação de uma sepultura romana no sítio de Olival da Silveirinha terá correspondido a uma aparente descoberta fortuita ocorrida em 1961, e a respetiva exploração terá ficado somente a cargo de Abel Viana. No que respeita a estes espaços funerários de cronologia romana e/ou tardo-antiga, importa registar que o conjunto de 22 sítios enumerados corresponde a um total aproximado de 821 sepulturas. Deste valor global estima-se que tenham sido escavados cerca de 750 enterramentos⁷¹, isto é, cerca de 92% dos casos, excluindo-se

⁶⁹ De acordo com ALARCÃO (1988b, p. 157, n.º 6/241), o arqueossítio em questão integra o território do atual concelho de Borba (freguesia de S. Bartolomeu), localização que assumimos em ROLO, 2016 (p. 89). Contudo, com base na nossa visita ao local e confrontação com a CMP n.º 427, opta-se agora por atribuir o sítio de Herdade dos Queimados ao território do atual concelho de Vila Viçosa, corroborando a indicação em PIRES, 1901 (p. 13, n.º 39).

⁷⁰ Por lapso, e segundo informação constante da ficha de sítio no Portal do Arqueólogo (DGPC), o sítio encontra-se atribuído ao concelho de Mora em ROLO, 2013 (p. 58).

⁷¹ Esta estimativa deve ser encarada somente como valor de referência. Em virtude das lacunas e incongruências da informação disponível, não é possível apurar o valor exato das sepulturas escavadas por A. Dias de Deus e os seus companheiros de Vila Fernando.

desta percentagem as sepulturas já identificadas, vandalizadas ou destruídas à data da intervenção dos ‘pesquisadores’. Da análise dos dados conhecidos, ressalta a preferência dos ‘pesquisadores’ de Vila Fernando pela escavação de necrópoles, relegando para segundo plano outro tipo de evidências arqueológicas, sempre que se verificava a identificação de enterramentos. A opção parece-nos clara: priorizar os vestígios que, à partida, ofereciam garantias do achado de maior quantidade de espólio, em melhor ou pior estado de conservação, mas acarretando invariavelmente um menor dispêndio de meios e tempo na escavação e, por conseguinte, um maior rendimento das jornadas de trabalho.

Os dados publicados sobre necrópoles como Chaminé, Padrãozinho, Serrones ou Torre das Arcas⁷² constituem um documento imprescindível para o conhecimento do mundo funerário ao longo de cerca de dez séculos (séc. III a. C. – séc. VII d.C.) no atual território alto-alentejano, e em particular na região de Elvas. Independentemente das limitações e lacunas que possamos imputar à metodologia e registo seguidos (conforme abordado no subcapítulo II.2.2.), ‘salvou-se’, em grande parte dos casos, a existência destas necrópoles (e demais estações identificadas/ intervencionadas pelos autores) do desconhecimento total e tornou-se possível, por um lado, a “*constituição de um corpus de materiais arqueológicos*” (ALMEIDA, 2000, p. 26) e de arqueossítios fundamental para o conhecimento da época romana (e não só) no atual Alto Alentejo; e, por outro lado, o esboço de um retrato (ainda que parcelar) das práticas funerárias (ritos, tipo de tumulações e espólio associado) comuns na área geográfica em questão em época romana e tardo-antiga (FRADE & CAETANO, 1993). Neste sentido há que reconhecer que é graças à parceria entre A. Dias de Deus e Abel Viana que “*sobre Elvas, temos um conhecimento do mundo funerário como não sucede para nenhum outro território do Alto Alentejo, ou mesmo para o sudoeste peninsular em geral*” (CARNEIRO, 2014, II, p. 212).

Acrescendo a esta extensa listagem de arqueossítios, contam-se ainda cerca de 14 sítios (sem incluir os monumentos megalíticos nos quais se observou uma reutilização do espaço em época romana, ou eventuais vestígios de ocupação romana nas suas proximidades), onde os autores terão identificado (e, nalguns casos, eventualmente explorado) outros vestígios de ocupação romana e/ou tardo-antiga. Referimo-nos, por exemplo, ao achado de eventuais estruturas habitacionais, cerâmica de construção, cerâmica utilitária, epígrafes, ou marcos miliários, e a arqueossítios como: Santo António da Terrugem (Terrugem e Vila Boim, Elvas), Farisoa (Terrugem e Vila Boim, Elvas), Valbom (Terrugem e Vila Boim, Elvas), Amimoas de Cima (Caia, São Pedro e Alcáçova, Elvas), Carrão (Barbacena e Vila Fernando, Elvas), Herdade de Alentisca do Caia (Santa Eulália, Elvas), Herdade da Alivã (ou Olivã) (N. Sra.

⁷² Os três últimos exemplos correspondem aos espaços funerários mais detalhadamente descritos pelos autores, facto que parece estar relacionado com a prática de um registo mais minucioso na sequência da orientação facultada por Abel Viana.

Expectação, Campo Maior), Monte dos Castros (ou Crastos) (N. Sra. Expectação, Campo Maior), Castelo Velho de Prazeres (Monforte, Monforte), Torre do Curvo (ou Torre do Bagulho) (Santo Aleixo, Monforte), Prazeres/ Aldeia de Freixos/ Freixo (Monforte, Monforte), Samarra (Monforte, Monforte), São Pedro de Argalé (ou Algalé) (Monforte, Monforte), e Cerejeira de Baixo (São Saturnino, Fronteira) (AFCB: DEUS, [s.d.]; ALARCÃO, 1988; DEUS, LOURO & VIANA, 1955; VIANA, 1950; VIANA, 1955c; VIANA, 1960-1961; VIANA & DEUS, 1957). Deste modo, às informações relativas aos espaços funerários, acresce um conjunto de informações sobre o mundo dos vivos e o povoamento em época romana e tardo-antiga no território alto alentejano. Os casos da designada *villa* do Carrão (Vila Fernando, Elvas) ou da área residencial identificada em Santo António da Terrugem (Terrugem, Elvas) constituem um exemplo paradigmático disso mesmo, uma vez que os dados conhecidos apontam no sentido de uma contemporaneidade e complementaridade entre os espaços de vida e os espaços de morte identificados (Chaminé e Terrugem, respetivamente), deixando assim antever as potencialidades de uma leitura transversal dos arqueossítios, que muito beneficiaria com a realização de novos trabalhos de prospecção sistemática e de eventual escavação.

Da análise do histórico destas ‘pesquisas’ sobressaem dois aspectos fundamentais. Em primeiro lugar, destaca-se a avultada quantidade de arqueossítios (bem como de espólio, conforme veremos adiante) identificados e trazidos à luz. Em segundo lugar, sobressai a já referida ‘centralidade’ de Vila Fernando como ponto de partida para as ‘pesquisas’ de iniciativa dos funcionários da Colónia Correccional, tornando-se evidente que a área geográfica abrangida nestas incursões arqueológicas descreve um perímetro de acção em torno daquela povoação elvens. Nas palavras dos próprios ‘pesquisadores’, a *“área mais ou menos meticulosamente por nós vistoriada, (...) representará cerca de um terço do concelho de Elvas”* (VIANA & DEUS, 1955, p. 11). Este dado é facilmente explicável pela proximidade geográfica em relação ao ponto de partida destas explorações e pela maior facilidade de acesso e de deslocação de meios daí decorrente. O facto destas ‘pesquisas’ se terem concentrado, com especial incidência, no atual território elvens contribuiu decerto (pelo menos, em parte) para que o número de arqueossítios identificados na área daquele concelho fosse bastante elevado, em comparação com o número de sítios identificados no território dos restantes concelhos abrangidos pela actividade exploratória dos funcionários de Vila Fernando e Abel Viana. Paralelamente, deve também assumir-se a possibilidade de os dados publicados pelos autores em questão não traduzirem, na íntegra, o número de arqueossítios explorados e o volume de informação e/ou espólio reunido entre os anos de 1934 e 1955. Na verdade, parte da documentação consultada parece reforçar esta ideia, ao verificar-se a menção a intervenções ou recolhas em locais não referenciados na bibliografia publicada por Abel

Viana e A. Dias de Deus e que, certamente, constariam apenas dos apontamentos do preceptor-adjunto, não tendo chegado a ser divulgados. Assim sendo, reconhece-se que os dados contabilizados no presente estudo, a partir das publicações disponíveis, são passíveis de ficarem aquém da totalidade de arqueossítios que, na realidade, foi explorada. A este respeito, veja-se, por exemplo, a informação constante de um relatório de actividades destinado ao Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, datado de Janeiro de 1955 e da autoria de Abel Viana e/ou A. Dias de Deus⁷³: *“Foram escavadas no Conselho [sic] de Elvas e limítrofes, mais de 50 dolmens [sic], (...). (...) Procedemos a escavações nas Herdades da Chaminé, Carrão e Terrugem, com resultados satisfatórios. Seguiram-se as escavações das Herdades do Padrão, das Pinas, Pedrãozinho (4 necrópoles) [,] Serrones, Torre das Arcas e Horta da Serra. Outras escavações não menos importantes se fizeram na Atalaia, A do Rico, Trinta Alferes, Ovelheira, S. Romão, Serra do Bispo e Torre do Curvo. Foram igualmente feitas pesquisas e reconhecimentos em Terrena [sic], S. Vicente e Nossa Senhora da Ajuda (...) e Alandroal, Campo Maior, Cabeço de Vide, Monforte, Veiros, Barbacena e S. Bento. Foram recolhidas centenas de peças que só depois de devidamente expostas se poderá fazer um juízo seguro e exacto do valor de todo o recheio.”* (AFCB: DEUS, 29/01/1955, pp. 1-2; MRB: VIANA, 21/01/1955, pp. 1-2). No que concerne, em particular, aos espaços funerários de cronologia romana e/ou tardo-antiga explorados, há que considerar que A. Dias de Deus, nas pesquisas levadas a cabo individualmente ou ainda em conjunto com A. Luís Agostinho e o Pe. Henrique da Silva Louro, terá explorado outras necrópoles para além das mencionadas nos estudos publicados em parceria com Abel Viana. Em documentação presumivelmente atribuída ao funcionário da Colónia Penal, pode ler-se: *“Nesta área (Vila Fernando) se achou o campo de urnas da Chaminé e cemitério posterior (?); cemitério do Carrão; quatro sepulturas na herdade da Defesa; uma sepultura na herdade da [Pe]gacha; uma na do Celeiro; uma na das Casas Velhas e três na herdade de Alcarapinha”* (AFCB: DEUS, [s.d.]b, p. 2). Os trabalhos publicados sobre as designadas ‘necrópoles céltico-romanas elvenses’ por Abel Viana e A. Dias de Deus são omissos relativamente aos espaços funerários da Herdade da Pegacha (Barbacena e Vila Fernando, Elvas), Herdade do Celeiro (Barbacena e Vila Fernando, Elvas), Herdade da Defesa (Barbacena e Vila Fernando, Elvas), e Herdade das Casas Velhas (Terrugem e Vila Boim, Elvas). Somos levados a pensar que os

⁷³ Consultámos duas cópias (dactilografadas) do referido Relatório, uma constante do Acervo Documental do Museu Regional de Beja e outra constante do Arquivo do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança. Apesar de nenhuma das versões apresentar indicação de autoria, a versão constante do Arquivo da Fundação da Casa de Bragança, e remetida interinamente ao então Conservador do museu, Dr. João Figueiredo (1886-1969), apresenta o nome de A. Dias de Deus como correspondendo ao autor do documento (AFCB: DEUS, 29/01/1955, p. 4).

arqueossítios em questão permanecem inéditos, uma vez que não constam da base de dados da DGPC – Portal do Arqueólogo ou da incontornável obra *Roman Portugal* (ALARCÃO, 1988), nem dos principais e mais recentes trabalhos de referência sobre o povoamento romano no atual território alto alentejano, e em especial na região de Elvas, designadamente ALMEIDA, 2000, e CARNEIRO, 2014.⁷⁴ Assim, para além do conjunto de 22 arqueossítios de natureza funerária que compõem a nossa amostra de estudo, deverá ainda contabilizar-se a identificação (e eventual exploração) de, no mínimo, mais quatro sítios, correspondentes, no total, ao achado de dez sepulturas. Note-se que a opção de não incluir estes quatro arqueossítios na amostra de estudo do presente trabalho prendeu-se com três razões fundamentais: a escassez de informação sobre as pesquisas e evidências arqueológicas ali identificadas, a ausência de espólio conhecido atribuído aos arqueossítios, e os parcos resultados das prospecções efectuadas na tentativa de (re)identificação e (re)localização dos sítios em causa.

Da intensa actividade exploratória desenvolvida entre meados das décadas de 30 e 50 do século passado resultou igualmente a recolha de abundante e variado espólio. Em 1956 Abel Viana contabilizava um total de cerca de 1570 peças resultantes de todas as intervenções arqueológicas realizadas na região alto alentejana, ressaltando existirem, à data, “*por abrir, vários caixotes remetidos de Vila Fernando após falecimento de Dias de Deus*” (MNA: APMH/5/1/324/5_4/19, p. 3). O total contabilizado pelo arqueólogo incluía, para além do espólio recolhido nos arqueossítios de cronologia pré e proto-histórica, cerca de 936 peças atribuídas exclusivamente às estações romanas e tardo-antigas exploradas, “*representadas por necrópoles e restos de vilas, e de simples habitações, nos concelhos de Arronches, Elvas, Monforte, Campo-Maior, Estremos [sic] e Vila Viçosa*” (ibidem). O documento citado não é suficientemente esclarecedor quanto ao âmbito do espólio contabilizado por Abel Viana, ou seja, subsiste a dúvida se o arqueólogo, ao enunciar um total aproximado de 1570 peças, estaria a reportar-se ao conjunto global de espólio resultante das explorações levadas a cabo por A. Dias de Deus até àquela data ou se, pelo contrário, estaria a referir-se unicamente ao espólio destinado à Secção Arqueológica da Fundação da Casa de Bragança (ibidem; ROLO, 2016, p. 90). Seja como for, o valor preliminar apresentado por Abel Viana em meados da década de 50 fica aquém

⁷⁴ É de assinalar a referência à necrópole das Casas Velhas, constante de MACIEL, 2015 (p. 197). O autor não faz alusão aos restantes três arqueossítios enunciados, mas refere-se a outras evidências de natureza funerária identificadas naquela região, nomeadamente à necrópole de Monte do Pico (Barbacena e Vila Fernando, Elvas), e ao achado de duas sepulturas antropomórficas escavadas na rocha em Monte dos Serronicos (Barbacena e Vila Fernando, Elvas) e Monte do Valentim (Barbacena e Vila Fernando, Elvas) (MACIEL, 2015, pp. 196-198). Uma vez que estes arqueossítios não são mencionados nas publicações da autoria de Abel Viana e A. Dias de Deus, questionamo-nos se terão (ou não) sido identificados no decurso das pesquisas levadas a cabo pelos funcionários da Colónia de Vila Fernando e o pároco local, conforme sugere o relato de T. Maciel (2015). Uma vez mais, os arqueossítios em questão não constam da Base de Dados da DGPC – Portal do Arqueólogo.

do valor que nos foi possível apurar, quer em termos gerais, quer no que respeita ao espólio exclusivamente proveniente de arqueossítios romanos e/ou tardo-antigos. Assim, e de acordo com dados consultados, o total de espólio datável de época romana e/ou tardo-antiga recolhido durante cerca de vinte anos de explorações no atual território alto alentejano ultrapassará os dois milhares de peças (aproximadamente 2643 itens contabilizados), entre as quais uma significativa percentagem sem proveniência conhecida e/ou não localizada nas atuais instituições museológicas de depósito.

Este abundante conjunto de materiais terá sido repartido, logo à época, e segundo critérios nem sempre destrincháveis aos nossos olhos, por diferentes instituições museológicas.⁷⁵ A quase totalidade do espólio resultante destas ‘pesquisas’ integra atualmente o acervo do Museu de Arqueologia do Castelo de Vila Viçosa (Fundação da Casa de Bragança), encontrando-se o restante material disperso pelos acervos do antigo Museu Municipal de Elvas António Thomaz Pires (Câmara Municipal de Elvas – Reservas de Arqueologia), Museu Nacional de Arqueologia, e Museu Geológico (LNEG/LGM): “*Dos materiais assim obtidos, estão alguns depositados no Museu Etnológico e outros, em maior quantidade, foram entregues ao Museu de Elvas. A grande maioria, porém, pertence à Secção Arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa, instituída pela Fundação da Casa de Bragança, (...)*” (VIANA, 1955a, p. 2). A representatividade deste vasto espólio suscitou, ao longo de toda a segunda metade do séc. XX e já em inícios desta centúria, o interesse de vários investigadores que se dedicaram ao estudo destes materiais, designadamente ao estudo do espólio atribuído às denominadas «necrópoles céltico-romanas elvenses». São disso exemplo os trabalhos publicados sobre *terra sigillata* (ALARCÃO, A., 1960-1961; DELGADO, 1968; MAYET, 1984), lucernas (ALARCÃO & PONTE, 1976), vidros (ALARCÃO, J., 1968; 1975b; 1978; ALARCÃO & ALARCÃO, 1967), cerâmica de paredes finas (MAYET, 1975; SEPÚLVEDA & CARVALHO, 1998), cerâmica comum (NOLEN, 1985; 1995-1997), metais (PONTE, 1986; AREZES, 2010; AREZES, 2014), ou epigrafia (ENCARNAÇÃO, 1984b). Da Coleção de Arqueologia do Museu Geológico (LNEG/LGM) consta o espólio atribuído ao arqueossítio da Herdade de Fontalva (Elvas), parcialmente estudado e publicado por Afonso do Paço, Octávio da Veiga Ferreira e Abel Viana (PAÇO & FERREIRA, 1951; PAÇO, FERREIRA & VIANA, 1957).

⁷⁵ Acerca das diferentes instituições museológicas que servem de depósito ao espólio recolhido nas intervenções levadas a cabo, entre 1934 e 1955, na atual região alto alentejana, cfr. subcapítulo II.2.2.

II.2.2. A investigação sobre as «necrópoles céltico-romanas» alto-alentejanas – vicissitudes e limitações, fontes e coleções museológicas

Não obstante o contributo e mérito reconhecido às intervenções de Abel Viana e A. Dias de Deus, a ausência da publicação de monografias finais sobre os arqueossítios explorados, volvido mais de meio século sobre os trabalhos de escavação e recolha de materiais, facilmente se explica pelas “*confusões e perdas de informação irreparáveis*” e pela impossibilidade de “*substituir a evidência que a alteração de um «depósito» selado – como é um conjunto funerário – destruiu*” (ALARCÃO, A., 1988, pp. 205 e 207). De facto, a intenção de explorar todo o potencial informativo das designadas «necrópoles céltico-romanas» alto alentejanas revela-se uma tarefa condicionada, por um lado, pelas limitações inerentes às vicissitudes dos trabalhos de escavação, registo, e posterior tratamento e acondicionamento dos materiais; e, por outro, pelas lacunas de informação verificadas ao nível da descrição e inventário das peças, e pelos lapsos nas ilustrações e legendas dos textos publicados à época, que se traduzem em dificuldades acrescidas na tentativa de reconstituição dos conjuntos funerários. Facilmente se compreende a ocorrência de tais lacunas e lapsos se tivermos em linha de conta a não presença e colaboração ativa de Abel Viana em todos os trabalhos de campo realizados, assim como o próprio ritmo de trabalho revelado por esta ‘equipa’ – “*(...) consegui, ainda na tarde desse mesmo dia, (...), iniciar em Vila Fernando, com António Dias de Deus, o estudo e inventariação dos materiais (...). Ficaram registados e fotografados mais de 400 objectos. Este trabalho continuou nos dias 22, 24, manhã de 25 e primeiras horas da manhã de 26. Em 23, ocupamo-nos [sic], durante a manhã, em escavações na Herdade dos Serrones, e durante a tarde, na necrópole da Herdade do Padrãozinho. Na tarde de 25 fui examinar a necrópole do Padrão, e visitei a vila de Juromenha, onde colhemos notícias de novas estações arqueológicas*” (MRB: VIANA, 30/04/1952, p. 1). A escavação destas necrópoles parece ter sido cuidadosa mas não convenientemente documentada⁷⁶, situação que deverá sido particularmente gravosa até ao início da colaboração de Abel Viana – “*Dias de Deus não tinha apontamentos das suas numerosas investigações, mas a sua viva memória permitiu que eu redigisse as seguintes notas*” (VIANA, 1950, p. 290). Analisando a documentação conhecida, e em particular os relatos sobre as *Descobertas arqueológicas feitas no concelho de Elvas* atribuídos a A. Dias de Deus (AFCB: DEUS, [s.d.]), parece verificar-se que só após o início da colaboração com o arqueólogo

⁷⁶ Informação gentilmente facultada pela Doutora Adília Alarcão. As indicações da Doutora Adília Alarcão foram preciosas para a compreensão das vicissitudes que marcaram a recolha, tratamento e estudo do espólio atribuído a estes espaços funerários.

minhoto, e certamente sob a influência e orientação deste, terá o funcionário da Colónia Correcional passado a dedicar parte do seu tempo a compilar as suas ‘memórias’ sobre as pesquisas e recolhas efectuadas ao longo de mais de quinze anos de atividade exploratória (AFCB: DEUS, [s.d.]a). De um modo geral, estas ‘memórias’ correspondem a descrições sumárias, nas quais A. Dias de Deus se esforçou por elencar o conjunto de sítios identificados/ explorados e as circunstâncias da descoberta dos mesmos, sem revelar, no entanto, preocupação com dados de natureza estratigráfica, a reconstituição de contextos ou a desejável articulação com o espólio recolhido. Para além disso, o facto dos relatos a que tivemos oportunidade de aceder se encontrarem incompletos condiciona irremediavelmente o nosso conhecimento sobre estas explorações e os arqueossítios identificados. O interesse fundamental dos autores parece ter recaído sobre a morfologia das sepulturas (conforme evidenciam os trabalhos publicados) e, apesar de parecer haver a noção da importância dos conjuntos funerários, as descrições do espólio tendem a ser bastante concisas e superficiais (ALARCÃO & ALARCÃO, 1967, p. 1; SEPÚLVEDA & CARVALHO, 1998, p. 241). A propósito da importância reconhecida à reconstituição dos conjuntos funerários, vejamos os seguintes excertos: *“Teníamos intención de reproducir, al lado de cada dibujo o esquema de sepultura, el ajuar que proporcionó. Pero esta publicación se haría más costosa.”* (VIANA & DEUS, 1955c, p. 7); (a propósito da organização da Secção Arqueológica da Fundação da Casa de Bragança) *“Assim, os objectos deverão ficar agrupados, não por exemplares da mesma espécie, mas sim por conjuntos representativos do espólio funerário de cada sepultura ou tumulação, visto só deste modo se poderem tirar conclusões sérias e expressivas acerca da evolução das culturas sociais e sua ordenação cronológica”* (AFCB: VIANA, 12/03/1953, p. 9). As limitações do registo de campo (na verdade, a ausência deste em grande parte dos casos ou, pelo menos, até meados de 1949) explicam as dificuldades na posterior identificação do espólio associado a cada uma das sepulturas exploradas, dificuldades estas reconhecidas por Abel Viana como irremissíveis, logo no decurso do trabalho de inventariação e estudo preliminar dos materiais levado a cabo nas décadas de 50 e 60 do séc. XX.⁷⁷ O registo constituiu, assim, uma das principais limitações apontadas às intervenções dos ‘pesquisadores’ de Vila Fernando, que viria inclusive a justificar a suspensão dos trabalhos na necrópole da Chaminé e na *villa* do Carrão.⁷⁸ Em nosso entender, a observação de Manuel Heleno a propósito da necrópole da Chaminé – *“Sem uma exploração científica do que ficou desta necrópole, estudo minucioso dos seus ritos e relação do material com os depósitos que o continham, nenhuma interpretação segura se pode fazer da mesma”*

⁷⁷ Informação gentilmente facultada pela Doutora Adília Alarcão.

⁷⁸ Assunto abordado nos subcapítulos II.2.1 e IV.6.1.

(HELENO, 1951, p. 89) – pode considerar-se aplicável a todos os demais arqueossítios que compõem a nossa amostra de estudo.

Outra das dificuldades sentidas na abordagem da temática em análise decorre do tratamento dado ao vasto espólio recolhido no decurso destas intervenções. Não nos parece que a gestão de tão significativa quantidade de materiais, de diversas categorias e com distintas proveniências, aliada a um registo de campo deficiente ou mesmo ausente, tenha sido tarefa fácil para A. Dias de Deus e Abel Viana – “(...) *limitações diversas, entre as quais sobressaíam a falta de condições materiais e apoio académico, conduziram a alguma dispersão do espólio das necrópoles que Abel Viana e António D. de Deus escavaram nas décadas de 40 e 50, na região de Elvas. As mesmas razões explicam que o tratamento dado aos objectos (incluindo a publicação) não tenha sido tão cuidado como o trabalho de escavação*” (ALARCÃO, A., 1988, p. 203). À distribuição pouco criteriosa do espólio por diferentes instituições museológicas, isto é, motivada acima de tudo pela premência em encontrar um local de depósito, oficial e definitivo, para os materiais (que não as instalações da Colónia Correccional de Vila Fernando), e aparentemente sem ter em linha de conta outro critério que não fosse o da distribuição equitativa de peças de ‘relevância’ ou valor idênticos aos olhos dos ‘pesquisadores’, deve também acrescentar-se alguma negligência verificada na organização, tratamento e acondicionamento do espólio (peças danificadas, peças com intervenções de restauro comprometedoras, peças que se perderam ou atualmente não localizáveis, peças sem informação de proveniência), e incontornáveis lacunas de informação registadas ao nível da descrição e inventário dos materiais. Um dos desafios que se colocou ao presente estudo está relacionado com os inúmeros lapsos nas ilustrações e legendas dos textos publicados por A. Dias de Deus e/ou Abel Viana.⁷⁹ Frequentemente se verifica que uma mesma peça, em diferentes publicações e até na mesma publicação, é atribuída a diferentes necrópoles ou sepulturas, o que, à falta de outros dados disponíveis, pode comprometer irremediavelmente a identificação da respetiva proveniência e contexto de achado, e a eventual reconstituição do conjunto funerário. Veja-se, por exemplo, a peça de vidro ilustrada em VIANA, 1955c, n.º 26; VIANA & DEUS, 1958, Est. XIV, n.º 184; e em VIANA, 1960-1961b, Est. V, n.º 82 – nas duas primeiras publicações citadas, a peça é atribuída à sepultura 18 da necrópole de Horta das Pinas, e na terceira e última é atribuída à necrópole de A-do-Rico. Registe-se igualmente o caso do anel de prata com sinete ilustrado em VIANA, 1955c, p. 7, Fig. 1; e em DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 159 – no primeiro caso, a peça é atribuída à necrópole de Horta das Pinas, e no segundo é descrita como sendo

⁷⁹ Acerca destes lapsos, “*por causa da rapidez exigida na feitura das coisas*”, e de algumas “*«erratas»*” atribuídas a Adília Alarcão, consulte-se VIANA, 1962a (p. 199).

proveniente da sepultura 9 da necrópole do Padrão. No que se refere a exemplos de atribuição da mesma peça a contextos de sepultura distintos, na mesma publicação, vejam-se a peça ilustrada com o número 72 em VIANA & DEUS, 1955c (p. 14 – Fig. 9), atribuída às sepulturas 17 e 105 da necrópole de Padrãozinho 4 (idem, pp. 8 e 20); ou a peça ilustrada com o n.º 67 na publicação citada (idem, p. 34 – Fig. 19), atribuída às sepulturas 6 e 7 da necrópole de Serrones (idem, p. 24). Noutros casos ainda, a peça ilustrada e identificada com determinado número não corresponde à peça descrita com esse mesmo número ao longo do texto da publicação, suscitando dúvidas quanto à composição do conjunto funerário em causa e quanto à real proveniência da peça retratada – atente-se, por exemplo, entre o espólio atribuído à necrópole de Serrones, à peça identificada com o número 14 (VIANA & DEUS, 1955c, pp. 27 e 29 – Fig. 16). A propósito, veja-se também o caso da peça inventariada com o número MME Arq 2986 (NOLEN, 1985, n.º 210, p. 194, Est. XXVII)⁸⁰, pretensamente atribuída às recolhas efectuadas nas necrópoles alto alentejanas, e para a qual a correspondência mais aproximada identificada nas publicações da autoria de VIANA e/ou VIANA & DEUS seria, na nossa opinião, a peça ilustrada como o n.º 25 em VIANA, 1955b (fig. 8), atribuída à sepultura 17 de Padrãozinho 4. Todavia, o número em questão é descrito pelo autor como "*taza de terra sigillata muito fragmentada*" (VIANA, 1955b, p. 8), não coincidindo nem com a peça observada nem com a peça retratada com o n.º 25 nas estampas da obra citada. Coloca-se, pois, a hipótese de se tratar de um lapso na descrição apresentada e/ou na indicação do número da peça, permanecendo em aberto a respetiva proveniência.

Parece-nos que parte das incongruências detectadas nas publicações de Abel Viana e A. Dias de Deus, se explicam, quer pelos condicionalismos inerentes à metodologia do trabalho de campo e às perdas de informação daí decorrentes, quer pelas vicissitudes que terão marcado o processo de inventário e organização da informação e espólio reunidos. Em relação a este processo recorde-se a circunstância de se tratar de um trabalho feito por Abel Viana sobre materiais e dados recolhidos, na sua grande maioria, por A. Dias de Deus, sem contar com a presença do arqueólogo no campo, bem como o facto de ser uma tarefa à qual o arqueólogo se dedicava de forma descontinuada, aquando das suas visitas a Vila Viçosa. O envio das remessas de espólio para Vila Viçosa, destinadas à Secção Arqueológica da Fundação da Casa de Bragança, estaria a cargo do funcionário da Colónia de Vila Fernando, cuja logística, desde logo em virtude da proximidade geográfica, estaria naturalmente facilitada. O envio dos materiais seria acompanhado, regra geral, por uma "*Relação de objectos*

⁸⁰ Não tendo sido possível apurar a origem da peça ou confirmar uma eventual atribuição às necrópoles alto alentejanas, optou-se por não incluí-la na nossa amostra de estudo.

enviados ao Museu de Vila Viçosa”, na qual se listava o espólio entregue (com ou sem indicação da proveniência e, no caso das necrópoles, eventualmente agrupado por arqueossítios mas sem indicação do respetivo contexto de sepultura) e se indicava a quantidade de itens correspondente (AFCB: [s.a.], ?/05/1950; MRB: [s.a.], [s.d.]d; DEUS, [s.d.]d). No que se refere aos materiais provenientes das necrópoles alto alentejanas, podia ainda verificar-se a indicação de um outro número associado a cada uma das peças e identificativo das mesmas (AFCB: [s.a.], ?/05/1950).⁸¹ À luz dos dados conhecidos, não nos foi possível inferir qual o critério subjacente à atribuição de tal numeração, a não ser tão somente uma eventual tentativa de ‘ordenação’ do espólio à medida que este ia sendo recolhido. Assim sendo, supõe-se que tal número pudesse ser atribuído e grafado nas peças numa fase inicial de organização dos materiais, eventualmente a cargo de A. Dias de Deus, no decurso ou após a conclusão dos trabalhos de campo. A este propósito, tome-se como exemplo a publicação dedicada aos *Campos de Urnas do concelho de Elvas* (VIANA & DEUS, 1958), na qual, para a descrição dos materiais e apresentação da respetiva listagem (*idem*, pp. 45-61), os autores optaram um sistema de identificação composto por dois números: um primeiro número referido como “*número de ordem*”, respeitando a enumeração sequencial das peças; e um segundo número, grafado entre parêntesis, que deveria corresponder, simultaneamente, ao número “*posto na peça, à medida que estas se foram inventariando*” e ao número apresentado nas estampas (VIANA & DEUS, 1958, p. 45). Contudo, no decorrer do nosso estudo e da tentativa de estabelecer o maior número possível de correspondências entre o espólio disponível e as fotografias publicadas por Abel Viana e A. Dias de Deus, constatou-se que, nas estampas da publicação citada, e ao contrário da informação dada pelos autores, as peças são identificadas pelo designado «número de ordem», e não pelo número supostamente atribuído aquando da respetiva inventariação. Veja-se, por exemplo, a peça apresentada como 44 (60) na listagem de espólio (VIANA & DEUS, 1958, p. 47), e identificada na Estampa X-3 da publicação com o número 44. Incongruências à parte, é de registar que, numa das fotografias constantes da dita publicação, a peça ilustrada com o número 56 (*idem*, Est. X-1), e correspondente à peça apresentada como 56 (37) (*idem*, p. 48), permite confirmar a marcação das

⁸¹ Note-se que das listagens de remessas de espólio enviado para Vila Viçosa conhecidas, apenas uma apresenta esta indicação. Na verdade, de um modo geral, das referidas listas consta apenas a designação genérica dos materiais e a quantidade de exemplares entregue, sem qualquer indicação de proveniência ou informação adicional sobre as peças (MRB: DEUS, [s.d.]d).

De ressaltar que, do conjunto documental consultado, conhecem-se unicamente quatro destas listagens (uma das quais em versão triplicada) – a mais antiga corresponde a um conjunto de materiais entregue por A. Dias de Deus em Maio de 1950, e a mais recente data de Janeiro de 1954 (AFCB: [s.a.], [s.d.]b; [s.a.], ?/05/1950; MRB: [s.a.], [s.d.]c; [s.a.], [s.d.]d; DEUS, [s.d.]d; [s.a.], 25/01/1954).

peças com um número distinto do número de ordem com que as mesmas surgem identificadas nas estampas – na foto em questão é visível o número “37” inscrito na superfície externa da peça. Reforça-se assim, uma vez mais, a ideia de que o espólio recolhido deverá ter sido numerado e marcado, de forma mais ou menos sistemática, numa fase anterior ao inventário propriamente dito, quiçá ainda no campo aquando da respetiva exumação. Entre outros, citem-se os exemplos das peças Catál. SER.tsh.012 (MBCB Arq n.º 2048) e HPI.tsh.006 (MBCB Arq n.º 2352), que apresentam os números “75” e “76”, respetivamente, mas sem que estes permitam estabelecer eventuais correspondências com o contexto de achado, número de sepultura, ou com números de identificação em publicações, levando-nos a pensar tratar-se de numeração atribuída numa fase inicial de contagem e organização do espólio recolhido. Não obstante, em inúmeros casos, como por exemplo os das peças Catál. HPI.tsh.014 (MBCB Arq n.º 2606), HPI.tsh.021 (MBCB Arq n.º 2095), e HPI.tsh.022 (MBCB Arq n.º 2523), a identificação do espólio que compõe a nossa amostra de estudo nas ilustrações dos opúsculos de VIANA e/ou VIANA & DEUS só se revelou possível em virtude dos números anotados nas peças. Esta situação verificou-se, com particular incidência, no caso dos materiais atribuídos à necrópole de Horta das Pinas e em relação à publicação de VIANA & DEUS, 1958. Note-se ainda que esta numeração originalmente marcada nas peças nada tem que ver com os números de inventário posteriormente definidos por Abel Viana na listagem referente à Coleção da Secção Arqueológica da Casa de Bragança (AFCB: VIANA, [s.d.]). Parte do espólio atribuído às «*necrópoles céltico-romanas*» alto alentejanas constante da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança conserva ainda estas marcações e, nalguns casos, apresenta um outro tipo de anotação – a indicação “S” seguida de um numeral que, supõe-se, devesse corresponder ao número da sepultura de origem da peça, ainda que esta correspondência nem sempre se afigure linear. Neste sentido tome-se como exemplo a peça Catál. SER.tsh.031_8 (MBCB Arq n.º 2010), com a anotação “S8” inscrita na parede externa e correspondente a espólio atribuído à sepultura 8 da necrópole de Serrones (VIANA & DEUS, 1955d, pp. 24 e 35 – Fig. 20, n.º 134). Por oposição, atente-se ao caso da peça Catál. SER.cc.040 (MBCB Arq n.º 2179) – com indicação “Serrones/ S/ 14” mas sem correspondências identificadas que possibilitem a respetiva atribuição ao contexto da sepultura 14 da necrópole em questão; ou da peça Catál. HPI.pf.014 (MBCB Arq n.º 2181), com anotações diversas – “XII Padrão” e “38”, sem que nenhuma delas tenha possibilitado uma eventual correspondência com o respetivo contexto de achado. Presume-se que também este tipo de anotações tenham sido feitas aquando da exumação das peças, por A. Dias de Deus e/ou Abel Viana, com vista à identificação do contexto de origem destas. Contudo, a quantidade de materiais em que pudemos atestar a presença destas ‘anotações’

revelou-se minoritária. Tal constatação leva-nos a considerar a hipótese de se tratar de espólio que pudesse ter tido outro tipo de informação associada (como, por exemplo, eventuais ‘etiquetas’ com a indicação da proveniência e número atribuído), e a possibilidade de, em virtude de vicissitudes do posterior tratamento dado às peças, sobretudo após o falecimento do arqueólogo e ao longo de toda a segunda metade do séc. XX, simplesmente não se ter conservado até aos nossos dias nenhum tipo de anotação feita pelos seus colectores. No caso do espólio das necrópoles alto alentejanas constante da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (espólio que, recorde-se, continuou a ser inventariado e estudado por Abel Viana, após o falecimento de A. Dias de Deus, e até meados da década de 60), coloca-se a hipótese de os antigos números terem sido apagados das peças (intencionalmente ou não), no decurso de trabalhos de limpeza, tratamento e acondicionamento das mesmas, sobretudo durante o último quartel do séc. XX [como parece verificar-se, por exemplo, com a peça Catál. HPI.cc.027 (MBCB Arq n.º 2431), que apresenta o número “42” quase imperceptível na parede externa do bojo]. Apesar das referências de Jeannette Nolen (Inventário da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança) à existência de anotações/ marcações em diverso espólio cerâmico da referida Coleção, não nos foi possível, na maioria das situações, corroborar tal informação no decurso do nosso estudo desse mesmo espólio. Para além disso, registou-se que, se nalguns casos (como, por exemplo, as peças Catál. CHA.cc.051, PDZ4.cc.112_38, SER.pf.014_51, PDZ.cc.008 – MBCB Arq n.ºs 1312, 2173, 2413, e 2490, respetivamente), as peças conservam pequenos papéis, da autoria de A. Dias de Deus ou Abel Viana, com anotações referentes à respetiva proveniência; na sua grande parte, e atendendo às indicações constantes do Inventário da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, elaborado por J. Nolen, já não nos foi possível confirmar as indicações da autora e a existência de tais notas associadas ao espólio (veja-se, por exemplo, a peça Catál. HSE.cc.19 – MBCB Arq n.º 1354). Algumas das peças estudadas, em especial do acervo do museu calipolense, apresentam ainda outras anotações (grafadas nas próprias peças), cujo significado se desconhece. Correspondem a numerais romanos grafados a tinta da china na superfície externa das peças ou a anotações compostas por “J – (numeral árabe)”, inscritas, a grafite, também na parede externa das peças. Desconhece-se não só como interpretar tais anotações, mas também a respetiva autoria e a data a que remontam (vejam-se, por exemplo, a peça Catál. PAD.pf.004 – MBCB Arq n.º 2454, com as anotações “XXIII” e “J-7”, ou a peça Catál. PAD.lu.002 – MBCB Arq n.º 2291, com a anotação “J-15”). De assinalar ainda a identificação de materiais com etiquetas antigas idênticas em duas das coleções estudadas – a do antigo Museu Municipal de Elvas e a da Fundação da Casa de Bragança, parecendo sugerir a possibilidade de tais etiquetas terem sido

colocadas pelo(s) funcionários(s) da Colónia Correccional de Vila Fernando e/ou Abel Viana, num momento prévio à distribuição dos materiais pelas diferentes instituições museológicas de depósito (vejam-se, por exemplo, as peças Catál. TDA.cc.070 – MME Arq n.º 5731, e PDZ.cc.012 – MME Arq n.º 5732, respetivamente; ou as peças Catál. PAD.cc.029 – MBCB Arq n.ºs 1955, e Catál. HSE.cc.18 – MBCB Arq n.º 2649).⁸²

A intenção de proceder à reconstituição dos conjuntos funerários e de obter desta forma uma leitura tão completa quanto possível dos diferentes espaços funerários explorados foi comum a alguns dos autores que nos precederam no estudo do espólio atribuído às «necrópoles céltico-romanas» alto alentejanas: *“Pensámos voltar a publicar o espólio daquelas necrópoles, sepultura por sepultura. O Museu de Vila Viçosa não tem todavia nenhuma nota manuscrita de A. Viana ou A. Dias de Deus sobre as escavações, e as indicações dos autores nos artigos que publicaram são tão sumárias que se torna difícil, se não mesmo impossível, identificar o que foi descoberto em cada sepultura”* (ALARCÃO & ALARCÃO, 1967, p. 1). Um dos objectivos norteadores do projeto de investigação a que nos propusemos consistiu precisamente na identificação do contexto de achado do maior número de peças possível, com vista à reconstituição dos conjuntos funerários de cada um dos espaços funerários explorados por A. Dias de Deus e Abel Viana. Para tal, e tendo por base o cruzamento de todas as informações publicadas em estudos anteriores e os dados constantes dos inventários das diversas instituições museológicas que acolheram este espólio, procedeu-se, à semelhança de outros autores, à tentativa de identificação de correspondências entre as peças disponíveis e as ilustrações dos trabalhos publicados por Abel Viana, e pelo arqueólogo em colaboração com A. Dias de Deus e o Pe. Henrique da Silva Louro. Esta intenção, todavia, redundou na evidência de estarmos perante uma tarefa irremediavelmente inacabada, condicionada desde logo, a montante, pelas circunstâncias em que decorreram as intervenções arqueológicas e pela irreparável perda de informação daí resultante; e, a jusante, pela forma que assumiu a publicação dos dados. Um dos condicionalismos com que nos debatemos no tratamento do tema prende-se com o evidente desequilíbrio do volume de informação conhecido sobre os diferentes arqueossítios e intervenções – desde a breve referência a achados ocasionais em arqueossítios não intervencionados (como, por exemplo, Nossa Senhora do Carmo ou Herdade das Carninhas, no atual concelho de Arronches) até descrições mais completas e listagens

⁸² Neste âmbito recorde-se que a incorporação de espólio proveniente das necrópoles alto alentejanas nos actuais Museu Nacional de Arqueologia e Museu Geológico/ LNEG assumiu contornos distintos das outras duas instituições museológicas citadas, tendo correspondido, no primeiro caso, a um ‘empréstimo’ de espólio feito por A. Dias de Deus a Manuel Heleno e, no segundo caso, a doações feitas por Ruy de Andrade de espólio recolhido na propriedade da família, a Herdade de Fontalva.

exaustivas do espólio recolhido em arqueossítios como Padrãozinho (Ciladas, Vila Viçosa) ou Serrones (Barbacena e Vila Fernando, Elvas).⁸³ Considerando os artigos que resultaram da parceria entre A. Dias de Deus e Abel Viana, é notório que, no caso dos arqueossítios intervencionados até meados de 1949 e, portanto, numa fase anterior à colaboração ativa do arqueólogo, o volume de informação é significativamente inferior, e por isso os textos produzidos, num claro propósito de compilação e divulgação oficial dos dados, são mais vagos e generalistas. Tomando em linha de conta a ordem cronológica das intervenções realizadas nos espaços funerários do Norte Alentejo, assim como o volume de informação publicado sobre os distintos arqueossítios (acautelando toda a informação que possa ter ficado inédita e por divulgar), parece poder inferir-se um crescente cuidado na recolha dos dados e no registo da atividade exploratória desenvolvida, refletindo assim (não obstante as limitações das opções metodológicas assumidas) um dos reconhecidos méritos da orientação facultada por Abel Viana.⁸⁴ Veja-se, por exemplo, que no caso das necrópoles da Herdade do Padrão (presumivelmente explorada em finais de 1949) (VIANA & DEUS, 1950b; VIANA & DEUS, 1958) e de Horta das Pinas (intervencionada, supõe-se, em meados de 1950) (VIANA & DEUS, 1950b; VIANA & DEUS, 1958), os autores revelam já algum cuidado na descrição da arquitetura tumular documentada e na descrição genérica do espólio associado aos enterramentos, ainda que esteja ausente qualquer preocupação com a identificação desse mesmo espólio. Por sua vez, as publicações sobre as necrópoles de Padrãozinho e Serrones (VIANA & DEUS, 1955b), e Torre das Arcas (VIANA & DEUS, 1955b), cuja descoberta e/ou exploração ocorreu, grosso modo, entre os anos de 1951 e 1953, revelam-se estudos mais exaustivos. Incluem, para além da caracterização da morfologia dos enterramentos, a descrição dos conjuntos funerários e a identificação do respetivo espólio nas

⁸³ Acerca do aludido desequilíbrio em termos de volume de informação disponível, não podemos deixar de nos rever nas palavras de Conceição Lopes a propósito dos dados compilados por Abel Viana sobre a arqueologia da região de Beja (ressalvando, obviamente, as devidas diferenças quanto ao contexto e condicionalismos inerentes às pesquisas levadas a cabo pelo arqueólogo no Alto Alentejo): *“a gradação irregular do conteúdo informativo das localizações e descrições de Abel Viana, relativas às recolhas avulsas e a escavações, resulta, nalguns casos, no fornecimento de inequívocas descrições quanto ao tipo de sítio mas, noutros casos, as referências demasiado vagas impedem alcançar a noção da grandeza patrimonial dos sítios e complexificam a identificação dos mesmos”* (LOPES, 2000, p. 22).

⁸⁴ Não nos é possível, com base nos dados conhecidos, avaliar em que medida o início da colaboração de Abel Viana com A. Dias de Deus se poderá ter refletido num eventual abrandamento do ritmo das intervenções e recolhas realizadas, fruto da adopção de uma metodologia e registo mais rigorosos. Para além da curta duração desta parceria, comparativamente ao extenso período de pesquisas conduzidas pelos funcionários da Colónia Correcional de Vila Fernando e o Pe. Henrique Louro, o facto desta ter ficado, logo na sua fase inicial, marcada pela contenda com Manuel Heleno e, consequentemente, mais exposta ao controlo das autoridades responsáveis, leva-nos a pensar que a aparente redução do número de arqueossítios intervencionados pode ter estado relacionada com uma eventual alteração do *modus operandi* dos intervenientes (em grande parte fomentada pelo aconselhamento de Abel Viana), passando a verificar-se, se não um efetivo refreio, pelo menos uma maior discricção nas atividades arqueológicas desenvolvidas.

estampas, viabilizando assim reconstituição (pelo menos parcial) dos conjuntos funerários. Acerca destes trabalhos, Abel Viana dava assim a entender ao funcionário da Colónia Correcional a importância fundamental da qualidade do registo para a solidez do estudo dos arqueossítios explorados: “(...) *Ambos os trabalhos (sobre as necrópoles de Padrãozinho e Serrones) serão bons, mas eu desejaria que tivessem menos falhas. Há deficiência de descrição, quanto às últimas sepulturas do Padrãozinho. Refiro-me ao cemitério nº [...] que no trabalho fica com o nº 4. O dos Serrones ficou mais completo, mas ainda assim há pormenores insuficientemente aclarados. Enfim, ambos os trabalhos estão em boas condições, embora eu desejasse que saíssem impecáveis. Mais completo deverá ficar o da Torre das Arcas. Este sim. Havemos de apresenta-lo [sic] de maneira que possa ser apontado como modelo.*” (AFCB: VIANA, 19/11/1953, p. 1); “ (...) - - *Estou a redigir o trabalho sobre a Torre das Arcas. Não tem mais nada a acrescentar ao que se fez ali?/(...) O trabalho dos Serrones e do Padrãozinho ficou bom, mas devia e podia ter ficado melhor, pois foi pena que na planta dessas necrópoles estivessem figuradas menos sepulturas do que aquelas que se descrevem. (...) / [...] tudo o que tiver vá mandando./ (...) , não deixe atrasar as coisas, pois mais tarde pode fazer confusão, e dá sempre mais trabalho reconstituir os factos.*” (AFCB: VIANA, 06/01/1954, p. 2).

De um modo geral, e apesar da preocupação manifestada pelo arqueólogo, as publicações que resultaram das intervenções em análise caracterizam-se pela escassez de descrições dos materiais exumados e pelas lacunas ao nível da respetiva associação ao contexto de achado, aliadas a uma apresentação gráfica nem sempre favorável à identificação das peças. As ilustrações dos trabalhos publicados compõem-se, na sua maioria, por fotografias de reduzidas dimensões (não raras vezes de muito fraca qualidade na sua versão impressa) que dificultam uma identificação segura das peças (salvo os casos de peças cujas particularidades formais distintivas possibilitam a respetiva individualização em relação às demais). Apesar disso, ressalva-se que Abel Viana demonstrava algum cuidado com a apresentação e ilustração do espólio nos trabalhos publicados – “*Algumas peças vão apresentadas em mais de uma fotografia, umas vezes porque são mostradas sob aspecto diferente, outras vezes porque, estando acompanhadas de outras, servem para estabelecer escala.*” (VIANA, 1960-1961, pp. 23-24). Exemplo disso mesmo são as peças identificadas com os n.ºs 126 (155) e 180 (162-A) em VIANA & DEUS, 1958 (respetivamente, p. 53, Est. XVII, e p. 56, Est. XIV), ilustradas em diferentes fotos, com diferentes vistas. Assim, se casos há em que peças, consideradas à partida facilmente reconhecíveis entre as estampas publicadas, em virtude do seu particularismo formal, não se encontram de todo ilustradas nos artigos de VIANA e/ou VIANA & DEUS (por exemplo, a peça MME Arq n.º 2912, sem proveniência conhecida – NOLEN, 1985, n.º 495, p. 221, Est. XLVI); noutros

casos, verifica-se que a mesma peça surge retratada mais do que uma vez na mesma publicação, amiúde pouco ou nada acrescentando à informação passível de ser extraída a partir de uma única ilustração da mesma (veja-se, por exemplo, uma das peças identificadas com o número 153 e ilustrada por três vezes em VIANA & DEUS, 1958, Est.s XVIII e XIX⁸⁵). Veja-se igualmente o exemplo da peça MME Arq n.º 3000, de proveniência desconhecida (NOLEN, 1985, n.º 86, p. 181, Est. XIII): a observação da peça levou-nos a refutar a correspondência proposta por J. Nolen (idem, p. 181) com a peça identificada com o n.º 112 em VIANA & DEUS, 1955d (Fig, 20, p. 32), e consequentemente a respetiva atribuição à sepultura 92 de Serrones, não nos tendo sido possível identificar qualquer outra correspondência entre as estampas das publicações de VIANA e/ou VIANA & DEUS. Atendendo às características formais da peça, bem como ao excelente estado de conservação, estranha-se esta aparente ausência entre o espólio retratado pelos autores, e questiona-se se a peça em questão corresponderá, de facto, a material resultante das intervenções levadas a cabo nas ditas ‘necrópoles céltico-romanas’.

Para além da fraca qualidade e das dimensões comprometedoras das estampas, amiúde se verificam confusões na identificação das peças ilustradas nas publicações da autoria de A. Dias de Deus e Abel Viana. Atente-se aos seguintes exemplos observados na publicação VIANA & DEUS, 1958: a ocorrência de duas peças distintas identificadas com o mesmo número – 153 – na Estampa XIX; a peça erroneamente identificada com o número 150, ao invés do número 105, na Estampa XXI da publicação citada; ou ainda, a peça apresentada com o número 224 na Estampa XXV da mesma publicação, sem que a descrição da peça identificada com tal número coincida com a peça ilustrada (idem, p. 60, Est. XXV). Nos trabalhos dedicados à descrição mais exaustiva de algumas das necrópoles intervencionadas (designadamente VIANA & DEUS, 1955b; e VIANA & DEUS, 1955c), é comum verificar-se que o texto é omissivo em relação a peças ilustradas nas estampas (por exemplo, o n.º 216 do espólio atribuído à necrópole de Padrãozinho 4 – VIANA & DEUS, 1955c, p. 21, Fig. 12; ou os n.ºs 71 e 80 do espólio atribuído à necrópole de Serrones – idem, p. 34, Fig. 19), dificultando assim a identificação da respetiva proveniência, ou que a mesma peça é ilustrada em diferentes fotografias sem que a informação quanto ao respetivo contexto de achado seja coincidente. O caso da peça Catál. PDZ4.mt.015_19 (MBCB Arq n.º 3058) é representativo desta última situação – a mesma peça é identificada com os números 218 (VIANA & DEUS, 1955c, Fig. 12) e 163 (idem, Fig. 11), sendo o primeiro referido ao longo do texto como designando espólio da sepultura 19 da necrópole de Padrãozinho (4) (idem, pp. 8-10), e estando o segundo omissivo do texto do artigo, levando-nos assim a

⁸⁵ Peça não identificada/ localizada no decurso do nosso estudo.

questionar em que medida se confirma ou não o contexto de achado atribuído à peça. À margem destes condicionalismos e lapsos, e não obstante os inúmeros casos em que as contradições entre a informação disponível ou, simplesmente, o vazio de informação com que nos deparámos, não nos permitiu a identificação das peças em estudo e a consequente confirmação da respetiva proveniência, foi possível, no decurso do presente trabalho, confirmar e/ou acrescentar novas correspondências às já conhecidas (vejam-se, por exemplo, os casos das peças Catál. HPI.cc.021 – CME Arq n.º 5706; HPI.tsh.012 – CME Arq n.º 2911; TRG.cc.005 – CME Arq n.º 2765). Noutros casos, como os das peças SER.tsh.012 (MBCB Arq n.º 2048), HPI.tsh.006 (MBCB Arq n.º 2352), e PAD.cc.027 (CME Arq n.º 2969), vimo-nos obrigados a não confirmar, ou mesmo a refutar, algumas das correspondências propostas por outros autores, por não encontrar fundamento que sustentassem as mesmas. Na verdade, nem sempre nos foi possível apurar a origem das indicações que chegaram até nós. Tome-se como exemplo o caso da peça Catál. HPI.cc.043 (CME Arq n.º 2987). Trata-se de uma peça para a qual não nos foi possível identificar uma correspondência segura nas ilustrações das publicações de VIANA e/ou VIANA & DEUS, propondo-se como correspondência possível a peça ilustrada como o n.º 231 em VIANA & DEUS, 1958 (Est. XXIV-2), atribuída à Herdade do Padrão, fruto das recolhas realizadas entre Outubro de 1949 e Abril de 1950 e doada ao antigo Museu Municipal de Elvas. Apesar das evidentes semelhanças formais com a peça retratada na publicação citada, os valores apresentados pelos autores para a respetiva altura e diâmetro não coincidem com os valores apurados para a peça estudada, pelo que se considerou inviável assumir a aparente correspondência. Na obra dedicada ao estudo da cerâmica comum romana das necrópoles alto alentejanas (NOLAN, 1985, n.º 150, p. 188) também não é feita qualquer referência a uma eventual correspondência da peça com as ilustrações de VIANA e/ou VIANA & DEUS; porém, na Ficha de Inventário correspondente (Acervo Documental CME/ BME), atribui-se à autora em causa a confirmação da presumível proveniência da peça – necrópole de Horta das Pinas. Ao longo do nosso estudo, optou-se por assumir esta proveniência, ainda que não possamos deixar de nos questionar sobre quais as fontes (bibliográficas e/ou documentais) que esclarecem e confirmam a atribuição da peça em questão ao arqueossítio de Horta das Pinas.

Para além dos condicionalismos impostos por um registo de campo deficitário e pelas lacunas da informação conhecida sobre os materiais, há que ter em atenção que o espólio identificado e disponível nas coleções museológicas estudadas não corresponde à totalidade do espólio fornecido pelos espaços funerários de época romana e tardo-antiga explorados. Este desfasamento decorre, em primeiro lugar, das dificuldades na identificação da proveniência de uma significativa percentagem dos

materiais genericamente atribuídos às recolhas realizadas pelos funcionários da Colónia Penal e Abel Viana; e, em segundo lugar, do facto de o espólio recolhido não corresponder à totalidade do espólio identificado em campo pelos ‘pesquisadores’, uma vez que se terá optado por não recolher os materiais que se encontrassem muito fragmentados e não fossem passíveis (pelo menos, na perspectiva dos ‘pesquisadores’) de reconstituição. Exemplo desta opção metodológica é a referência ao “*ajuar aprovechado*” da sepultura 38 da necrópole de Torre das Arcas (VIANA & DEUS, 1955b, p. 252), ou a indicação do precário estado de conservação dos materiais de Padrãozinho 4 (VIANA & DEUS, 1955c, p. 7). Nas palavras dos próprios ‘pesquisadores’, “*devemos salientar que, nas escavações das necrópoles, temos conseguido aproveitar em bom estado mais de 95% das vasilhas de barro e mais de 60% das de vidro, só se perdendo o que se achou quase esmigalhado ou a desfazer-se*” (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 578, nota 5). Esta disparidade entre materiais identificados e/ou recolhidos e materiais atualmente disponíveis nas coleções estudadas resulta também, e em terceiro lugar, das vicissitudes que marcaram o tratamento e manuseamento do espólio, desde o momento da respetiva recolha até aos nossos dias. Estamos em crer que algumas das peças provenientes das necrópoles alto alentejanas, cujo paradeiro atual se desconhece, poderão integrar coleções privadas⁸⁶ ou ter-se perdido – devido às condições do respetivo acondicionamento e manuseamento (nem sempre com o cuidado devido, sobretudo numa fase mais recuada do tratamento destes materiais⁸⁷), a uma eventual degradação do estado de conservação, ou a condicionalismos vários relacionados com a própria dinâmica de funcionamento das instituições museológicas onde ficaram depositados (por exemplo, diferentes arrumações do espólio em diferentes momentos e segundo critérios distintos, favorecendo a perda de eventual informação antiga associada aos materiais, designadamente a identificação da proveniência). Parece-nos que poderá ser o caso de espólio como a peça de *terra sigillata* atribuída à necrópole de Horta das Pinas ou a lucerna atribuída à necrópole da Herdade do Padrão, ambas ilustradas em VIANA & DEUS, 1958 (p. 16, Fig. 5-a, e p. 38, Fig. 22, respetivamente) mas não identificadas ou localizadas nas coleções em estudo. Coloca-se também a hipótese de algum do espólio recolhido se poder ter ‘extraviado’, como parece ter-se verificado com o conjunto de numismas recolhidos nas intervenções realizadas, a partir da década de 40, em arqueossítios de época romana e tardo-romana. Neste sentido, não podemos deixar de

⁸⁶ Relembramos que, numa primeira fase das ‘pesquisas’, os materiais exumados foram distribuídos por A. Dias de Deus e A. Luís Agostinho, com vista à constituição das respetivas coleções pessoais, conforme tivemos oportunidade de aludir no subcapítulo II.2.1. A eventual manutenção de alguns destes materiais em posse de familiares e/ou eventuais ofertas a terceiros, possivelmente ainda em vida dos funcionários da Colónia Correccional, poderiam facilmente explicar a presença de espólio das necrópoles alto alentejanas em coleções privadas.

⁸⁷ Informação gentilmente cedida pela Doutora Adília Alarcão.

estranhar o facto de, no decurso do nosso estudo, não ter sido possível localizar ou identificar quaisquer moedas atribuídas às recolhas realizadas por A. Dias de Deus e Abel Viana e, em particular, nenhum dos cerca de 17 numismas que, de acordo com os dados conhecidos, terão sido recolhidos nas «necrópoles céltico-romanas» alto alentejanas. Da nossa amostra de estudo constam apenas dois numismas (Catál. TRG.nm.001 – CME Arq n.º 5942 e TRG.nm.002 – CME Arq n.º 5950)⁸⁸, que comporiam um conjunto de três moedas perfuradas encontrado numa das sondagens efectuada no arqueossítio da Terrugem e, presumivelmente, sem associação a um contexto funerário (VIANA, 1950, p. 301; DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 572). Assumimos que esta escassez de espólio numismático disponível se possa explicar (pelo menos em parte) pelas dificuldades na identificação dos materiais no seio das coleções museológicas, em virtude do estado de conservação comprometedor de muitas destas peças⁸⁹ e da ausência ou perda de eventual informação associada, ao longo das mais de cinco décadas que decorrem da data da respetiva recolha. Porém, a documentação consultada parece sugerir que nem sempre as moedas recolhidas terão tido como destino prioritário os acervos de instituições museológicas. Na verdade, assim o sugere uma carta, com data de 28 de Maio de 1949, endereçada pela casa bancária Almeida, Basto & Piombino & C.^a a A. Dias de Deus, e na qual se dá resposta a uma solicitação do próprio funcionário da Colónia Correcional – *“Respondendo à s/ carta de 10 do corrente em que nos envia o decalque dum trinte visigodo pelo qual damos Esc. 400\$00. No caso de lhe convir queira enviar-nos a moeda registada que na volta do correio lhe remeteremos o respectivo vale”* (MRB: A/L, 28/05/1949).⁹⁰ Por sua vez, a documentação epistolar trocada entre Abel Viana e A. Dias de Deus revela os pedidos reiterados do arqueólogo para que lhe fossem enviadas, pelo preceptor-adjunto da Colónia Penal, as moedas que iam sendo encontradas nas intervenções em curso, com vista a proceder-se à respetiva identificação e datação: *“Muito cuidado com qualquer moeda que apareça em sepulturas. Mand-mas [sic] logo para cá, que é só o tempo de eu as fotografar e imediatamente lhas devolvo”* (AFGB: VIANA, 06/01/1954, p. 2); *“Uma das maiores falhas dos Serrones e do Padrãozinho é não serem classificadas as moedas ali*

⁸⁸ Sem classificação possível devido ao precário estado de conservação.

⁸⁹ Relativamente aos numismas encontrados em alguns dos espaços funerário explorados, os intervenientes afirmaram: *“(…) estão em tão péssimo estado de conservação que, sòmente [sic] pelos módulos se pode calcular serem das mais antigas do Império e, nalgumas, talvez autónomas”* (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 578).

⁹⁰ A aquisição de espólio arqueológico pela casa bancária Almeida, Basto & Piombino & C.^a, fundada no último quartel do séc. XIX, com sede na Rua do Ouro (Lisboa), e incorporada na década de 70 do séc. XX pelo Banco do Alentejo (<http://papeisdevalor.org>), parece ter sido prática comum. Registe-se que a instituição bancária em questão foi (co-) responsável pela publicação de obras de numismática, nomeadamente *Guia Duma Notável Coleção de Moedas Portuguesas* (1948) e *Moedas Portuguesas da Coleção do Duque de Galliera* (1949), e que, entre as décadas de 30 e 50, Manuel Heleno, à data diretor do então Museu Etnológico, terá adquirido por compra diverso espólio arqueológico àquela instituição (<http://www.matriznet.dgpc.pt>).

achadas. Diz o meu Amigo, por exemplo, que na sepultura n.º tantos se encontrou uma moeda em muito bom estado (“muito perfeita”).⁹¹ Ora, nas moedas que mandou para cá, não há nenhuma assim; todas se encontram em mau estado, tão deterioradas que não se podem classificar com precisão. Apenas se verifica serem do Alto Império. É certo que para definir a idade dessas necrópoles temos a sigillata (sublinhado do autor) e as lucernas, mas uma vez que apareceram moedas, e estas estão em estado de classificação, é evidente que não podemos desprezar um dado cronológico tão importante. Se na Torre das Arcas apareceram moedas em bom estado, é preciso desde já classificá-las” (AFCB: VIANA, 19/11/1953, p. 1). Note-se ainda que, no caso da sepultura 60 da necrópole de Padrãozinho 4, os registos de campo referem o achado de um numisma entre o espólio funerário (MRB: DEUS, [s.d.]a, p. 2), mas essa informação é omitida na publicação dedicada à necrópole em questão (VIANA & DEUS, 1955c, p. 16).⁹² Questionamo-nos se tal omissão correspondeu apenas a um lapso dos autores ou se poderá ter resultado do facto de Abel Viana nunca ter tido a oportunidade de proceder à observação da moeda.

Paralelamente, a não recolha de material osteológico, quer nos monumentos dolménicos, quer nas ditas «necrópoles céltico-romanas», seria prática assumida nas intervenções da iniciativa dos dois funcionários da Colónia Penal e do pároco local. A colaboração de Abel Viana não parece ter invertido este procedimento, pelo que o espólio de natureza osteológica e a possibilidade de um eventual estudo bioantropológico dos arqueossítios explorados ficaram comprometidos de forma irremediável. As únicas referências à recolha de material osteológico nos espaços funerários de época romana e tardo-antiga escavados resumem-se à indicação da recolha de “*alguns dentes muito bem conservados*” numa das sepulturas da Herdade da Camugem (VIANA, 1950, p. 313) e de dois crânios nas primeiras três sepulturas identificadas em Torre das Arcas (VIANA & DEUS, 1955b, p. 244).⁹³ Em nosso entender, esta limitação prende-se, não tanto com as concepções metodológicas da atividade arqueológica conforme entendida à época (até porque são inúmeros os exemplos, em Portugal e no estrangeiro, de intervenções em necrópoles, coetâneas ou até anteriores às intervenções nas designadas «necrópoles céltico-romanas elvenses», nas quais se valoriza o registo e a recolha do material antropológico, a par das restantes evidências arqueológicas), mas, acima de tudo, com as contingências da atividade desenvolvida pelos agentes amadores locais, movidos por uma visão

⁹¹ Presumimos tratar-se de uma alusão às anotações e/ou registos de campo elaborados por A. Dias de Deus e facultados a Abel Viana com vista à redação dos textos para publicação. Da documentação a que nos foi possível ter acesso não constam anotações com a descrição das sepulturas da necrópole de Torre das Arcas e do respetivo espólio.

⁹² Ver subcapítulo IV.14., referente à necrópole de Padrãozinho.

⁹³ Material não localizado no decurso do nosso projeto de investigação.

centrada no artefacto por si mesmo, concepção que, nos nossos dias e à luz dos pressupostos atuais, se afigura como amplamente deficitária e comprometedora da leitura que possamos fazer destes espaços funerários. Referindo-se às intervenções de A. Luís Agostinho e A. Dias de Deus nos dólmens de Elvas, Manuel Heleno lamentava: *“Por falta de um Diário de Escavações, de fotografias, plantas e cortes, torna-se difícil fazer o estudo individualizado destes monumentos, alguns já destruídos. Direi, no entanto, que o seu espólio antropológico, de que nada resta, era digno de melhor destino. (...) Embora possam ter-se dados erros de observação, é, no entanto, digna de registo, por excepcional, a riqueza antropológica dos espólios dos referidos monumentos, infelizmente perdida”* (HELENO, 1951, pp. 84-85). Dada a escassez de material osteológico atribuído às explorações da ‘equipa’ de Vila Fernando e Abel Viana nas coleções museológicas estudadas⁹⁴, cabe-nos assumir que, de facto, a prática censurada por M. Heleno no excerto acima transcrito seria extensiva à explorações dos arqueossítios de cronologia romana e posterior (MACIEL, 2015, p. 198).

Outra das inevitáveis dificuldades no tratamento desta temática prende-se com o desconhecimento da real extensão destas necrópoles. Segundo os próprios ‘pesquisadores’, *“nenhuma das necrópoles (...) foi explorada em toda a sua área primitiva. (...) em todos esses cemitérios há terreno por escavar, não sendo de surpreender que novas sepulturas venham revelar materiais até agora não encontrados”* (VIANA, 1955c, p. 24). Abel Viana, na sua proposta para a criação da Secção Arqueológica da Casa de Bragança, afirmou a propósito dos arqueossítios intervencionados: *“(...) as estações, na sua maioria, acham-se simplesmente “arranhadas” muito superficialmente”* (AFCB: VIANA, 14/09/1949, p. 3). Para além disso, algumas delas (como, por exemplo, Horta das Pinas, Padrãozinho, ou Torre das Arcas) já se encontrariam parcialmente destruídas à data das intervenções de Abel Viana e A. Dias de Deus, desconhecendo-se o número e a representatividade das sepulturas arrasadas (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 576; VIANA, 1955c, p. 24). Visto não se ter procedido à escavação integral de nenhum destes arqueossítios, e considerando a hipótese de haver mais sepulturas por identificar e explorar (VIANA, 1955c, p. 24), permanece o desconhecimento da real extensão dos espaços funerários identificados e questiona-se em que medida as sepulturas escavadas e estudadas poderão

⁹⁴ Somente na Coleção 0393 do Museu Nacional de Arqueologia e na Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança se identificou algum (escasso) material antropológico presumivelmente atribuído às ‘pesquisas’ de A. Dias de Deus, A. Luís Agostinho, Pe. Henrique da Silva Louro e Abel Viana. Com exceção de um conjunto de fragmentos de ossos e dente constante da Col. MNA 0393 – Catál. CHA.eco.001, e de duas amostras de sedimento e fragmentos de ossos incinerados associadas às respetivas urnas cerâmicas [uma atribuída à necrópole de Padrãozinho – Catál. PDZ.eco.001, e a outra à necrópole da Chaminé – Catál. CHA.cc.031 (MBCB Arq n.º 1305)], o restante espólio osteológico identificado corresponde a uma reduzida amostra de fragmentos de ossos e dentes não inventariados e sem proveniência atribuída, que integram a Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança.

ser mais ou menos representativas da realidade arqueológica das designadas «necrópoles céltico-romanas» alto alentejanas.

No que respeita às fontes documentais disponíveis para o estudo destes espaços de enterramento destacamos o Arquivo Histórico do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança e o Acervo Documental do Museu Regional de Beja. No primeiro caso importa esclarecer que, após o falecimento de Abel Viana, a documentação do arqueólogo relacionada com a criação de um museu arqueológico em Vila Viçosa foi doada pela viúva (M.^a da Luz S. Cunha Viana), a pedido do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, para integrar o acervo da Biblioteca e Arquivo daquela instituição (AFCB: ANTÃO, 02/12/1967). Do referido acervo documental ressaltamos, pela pertinência para o estudo da temática do presente trabalho, as seguintes fontes: um dossier com documentação variada relativa à Secção Arqueológica da Fundação da Casa de Bragança⁹⁵ (inclui, entre outros, cópias de correspondência de Abel Viana e A. Dias de Deus para os então responsáveis do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança e do Conselho Administrativo da Fundação, e listas de remessas de espólio entregues por A. Dias de Deus em Vila Viçosa e destinadas à referida Secção Arqueológica); um caderno intitulado *Paço Ducal, Secção Arqueológica*, composto por Abel Viana e do qual fazem parte, por exemplo, desenhos e fotos de espólio variado, anotações sobre achados diversos (incluindo os sítios de Olival da Silveirinha, Portel, ou Atalaião); uma listagem de números de inventário correspondente ao inventário original elaborado pelo arqueólogo para as peças da Secção Arqueológica da Fundação; um caderno intitulado *Elvas*, contendo exclusivamente ilustrações (plantas de monumentos dolménicos e desenhos de espólio), de autoria diversa; e as Fichas de Inventário de algumas das peças da Secção Arqueológica da Fundação da Casa de Bragança, concebidas e preenchidas por Abel Viana. Para além desta documentação, revelaram-se igualmente fundamentais para o estudo das necrópoles alto alentejanas e respetivo espólio, um dossier contendo o *Inventário informatizado do Museu de Arqueologia do Castelo de Vila Viçosa* (conforme elaborado por Jeannette Nolen, em meados dos anos 80-90 do século passado) e um importante conjunto de documentação, de origem desconhecida, dedicado às explorações levadas a cabo por A. Dias de Deus e ao tratamento do espólio da Colecção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, que se incluía no material de trabalho deixado por J. Nolen nas instalações que ocupava no Castelo de Vila

⁹⁵ AFCB: Dossier com a indicação *Roteiros*, e dividido por diferentes separadores: «Museu/ Esquema de Montagem», «MARqueologia/ Núcleos», «MARqueologia/ Vários», «Correspondência», «Bibliografia», «Jeannette Nolen/ Peças Publicadas».

Viçosa⁹⁶. Entre este último conjunto de documentação contam-se, por exemplo, correspondência trocada entre Abel Viana e A. Dias de Deus, e entre o funcionário da Colónia Penal e Manuel Heleno; a cópia de um relatório oficial, originalmente destinado ao Presidente do Instituto para a Alta Cultura e com data de Dezembro de 1949, remetida por Abel Viana para A. Dias de Deus (AFCB: VIANA, 10/12/1949); e o documento intitulado *Descobertas Arqueológicas feitas no concelho de Elvas*, da autoria de A. Dias de Deus (AFCB: DEUS, [s.d.]).⁹⁷

No caso do Museu Regional de Beja, instituição à guarda da qual terá ficado a maioria do espólio documental que pertenceu ao arqueólogo vianense, foi-nos facultado o acesso a um promissor conjunto de documentação com informação relativa às intervenções arqueológicas na atual região alto alentejana. A documentação consultada correspondeu a seis pastas devidamente numeradas (pastas 24, 33, 39, 40, 89, 97) do espólio documental de Abel Viana, assim como a um conjunto de envelopes com fotografias diversas (apenas num dos casos referente às pesquisas alto alentejanas) e uma pasta, sem indicação de número, contendo um documento mais recente intitulado *Índice de Títulos e Assuntos do Espólio de Abel Viana* (s.d., autoria desconhecida). O conjunto das seis pastas era composto, para além de documentação gráfica variada (desenhos, fotografias, e estampas originais dos trabalhos publicados), por notas de campo⁹⁸ com descrições de sepulturas (e indicação do respetivo espólio) de algumas das necrópoles romanas exploradas, listagens de fotos, listagens de remessas de material arqueológico enviado para Vila Viçosa, e folhas avulsas com descrição de achados ocasionais. A pasta identificada com o número 97 tem como título *Papéis de António Dias de Deus* e é constituída por documentação relativa às inúmeras intervenções realizadas no atual Alto Alentejo (incluindo correspondência diversa). Em nosso entender, e com base na análise paleográfica da documentação, faz todo o sentido tratar-se (na sua globalidade ou, pelo menos, em grande parte) de informação facultada pelo preceptor da Colónia de Vila Fernando a Abel Viana ao longo dos seis anos de parceria. Na maioria dos casos pudemos comprovar que os artigos publicados correspondem, grosso modo, à transcrição das anotações de campo consultadas, ainda que numa versão

⁹⁶ Trata-se de um conjunto de documentação policopiada que atualmente integra o Arquivo da Fundação da Casa de Bragança e que, à data da nossa consulta, se encontrava depositado no Castelo de Vila Viçosa – Reservas de Arqueologia (piso térreo), vitrina 7. Desconhece-se a origem da documentação em questão, dispondo-se apenas da indicação de que a documentação original (senão na sua totalidade, pelo menos em parte) deverá integrar um conjunto de documentos não catalogados pertencente ao Núcleo de Documentação e Informação do Município de Évora, e não localizado em tempo útil da elaboração do presente trabalho (conforme mencionado no subcapítulo II.2.1., nota ⁵¹).

⁹⁷ No subcapítulo II.2.1. aludiu-se a alguma da documentação acima citada.

⁹⁸ Da autoria de A. Dias de Deus, ainda que as semelhanças com a caligrafia de Abel Viana nos tenham feito, num primeiro momento, atribuir a elaboração de tais notas ao arqueólogo. Naturalmente que não podemos deixar de equacionar a eventual existência de notas de campo elaboradas por Abel Viana, aquando das suas deslocações a Elvas para acompanhar e monitorizar as intervenções levadas a cabo pelo funcionário da Colónia Correccional.

pontualmente corrigida e melhorada (ou eventualmente traduzida para castelhano). Atendendo à informação constante do *Índice de Títulos e Assuntos do Espólio de Abel Viana* já referido, terão ficado por consultar cerca de 13 outras pastas contendo dados sobre as ‘pesquisas’ de Abel Viana e A. Dias de Deus na região elvense e concelhos limítrofes, às quais lamentavelmente não nos foi possível ter acesso.⁹⁹ Tal facto explica que parte dos registos consultados se encontrem incompletos, como, por exemplo, as anotações que descrevem as sepulturas da necrópole de Padrãozinho (4), constantes da Pasta 97 e que se iniciam, de forma mais ou menos sequencial, a partir da sepultura 31 (MRB: DEUS, [s.d.].a; DEUS, [s.d.].b).¹⁰⁰ O núcleo de enterramentos designado como Padrãozinho 4 e a necrópole de Serrones correspondem aos únicos arqueossítios da amostra de necrópoles estudada para os quais pudemos identificar e consultar as supostas anotações de campo, atribuídas a A. Dias de Deus, e constantes do acervo documental da instituição museológica bejense (ver Anexo 1). Estamos convictos de que a existência de anotações de campo referentes às necrópoles de Padrãozinho e Serrones resultam do facto de corresponderem às estações exploradas sob a orientação de Abel Viana, em finais dos anos 40. Pela mesma lógica, os trabalhos realizados na necrópole de Torre das Arcas também deveriam ter dado origem a registos por parte de A. Dias de Deus, apesar de desconhecermos o respetivo paradeiro. Através da análise dos diversos dados disponíveis, confirma-se a ideia de que não terá havido o cuidado da elaboração de qualquer tipo de registo para as pesquisas levadas a cabo na fase anterior à colaboração com Abel Viana. Julgamos, pois, que toda a informação publicada sobre os sítios explorados se terá baseado na memória e nas notas do funcionário da Colónia Penal, decerto redigidas a pedido do arqueólogo, a fim deste último poder

⁹⁹ A listagem apresentada no documento citado permite confirmar a extensão do espólio documental deixado por Abel Viana. Trata-se de um acervo bastante vasto, composto por um total de 183 pastas enumeradas, e que inclui documentação tão variada como versões manuscritas ou dactilografadas dos artigos publicados, diários de escavações e cadernos de despesas das campanhas no castro de Nossa Senhora da Cola, correspondência diversa (por exemplo, correspondência trocada com várias figuras da Arqueologia nacional, mas também correspondência trocada por Abel Viana com a segunda esposa), desenhos, fotografias e provas, e registos dos vários trabalhos a que se dedicou.

Ressalve-se que, contrariando a informação constante do *Índice de Títulos e Assuntos do Espólio de Abel Viana*, fomos ‘informados’ da não existência de qualquer outra documentação potencialmente relevante sobre a ‘etapa alto alentejana’ da atividade de Abel Viana, para além das pastas (previamente selecionadas por terceiros) às quais nos foi facultado o acesso. As nossas tentativas no sentido de obter informações sobre a autoria da listagem do espólio documental de Abel Viana e a eventual confirmação da existência das pastas referidas no documento em questão revelaram-se infrutíferas. Assim, face à informação compilada no citado *Índice*, não podemos deixar de nos questionar: considerando que a informação constante de tal listagem é fidedigna e corresponde, de facto, ao espólio documental de Abel Viana que terá ficado à guarda do Museu Regional de Beja após o seu falecimento, por que razão o referido material não se encontra atualmente na dita instituição museológica (qual o atual paradeiro ou destino dado à documentação enumerada na listagem e qual a justificação para a dispersão desse mesmo espólio), ou, assumindo-se que tal espólio continua depositado no museu em causa (como seria de esperar), por que razão não é facultado o acesso a essa documentação.

¹⁰⁰ Da documentação relativa à necrópole de Padrãozinho 4 constam também breves referências às sepulturas 12, 14 e 22 (MRB: DEUS, [s.d.].a).

documentar (e assim justificar perante as autoridades competentes) os trabalhos realizados. Para além disso, a alusão ao registo fotográfico de alguns dos contextos funerários explorados a cargo de Abel Viana (vejam-se, por exemplo, as indicações associadas às sepultura 71 e 72 de Serrones¹⁰¹), coloca em evidência, por um lado, a colaboração atenta prestada pelo arqueólogo a Dias de Deus, procurando assegurar um registo tão representativo quanto possível dos trabalhos e das realidades arqueológicas identificadas, e, por outro, o reconhecimento das lacunas e limitações inerentes às ‘pesquisas’ levadas a cabo pelo preceptor-adjunto, a que era necessário tentar pôr cobro. Lamentavelmente desconhece-se o paradeiro deste espólio fotográfico, e as únicas fotos que nos foi possível localizar correspondem àquelas que compunham as versões finais da composição das estampas de alguns dos trabalhos publicados por esta dupla.¹⁰² Foi possível ainda consultar um conjunto de documentação manuscrita (sem data ou indicação de autoria) correspondente a listagens de fotos tiradas ao espólio proveniente das necrópoles alto alentejanas, incluindo para cada foto (devidamente numerada) a indicação das peças, respetivas dimensões e, na maioria dos casos, proveniência (MRB: DEUS, [s.d.]c). Conforme tivemos oportunidade de constatar pela descrição dos conjuntos de peças retratadas em cada uma das fotos, estas últimas correspondiam, grosso modo, às fotos utilizadas nas estampas das publicações da autoria de Abel Viana e A. Dias de Deus. Supõe-se assim que os registos possam ter sido elaborados, provavelmente por A. Dias de Deus, no decorrer das ‘sessões fotográficas’ de espólio levadas a cabo por ocasião das visitas de Abel Viana a Vila Fernando ou Vila Viçosa. Porém, as dificuldades na identificação de parte das fotos listadas condicionou o nosso aproveitamento deste recurso documental.

Do Acervo Documental do Museu Nacional de Arqueologia, e em particular do Acervo Pessoal de Manuel Heleno, consta igualmente alguma documentação relativa à atividade exploratória de A. Dias de Deus e Abel Viana. Refiram-se, por exemplo, recortes de imprensa sobre alguns dos achados e arqueossítios explorados (MNA: APMH/6/1/1/9/11, APMH/6/1/1/9/21, APMH/6/1/5/1/2, APMH/6/1/6/2/1), revelando a atenção dedicada pelo então Diretor do Museu Etnológico às descobertas arqueológicas que iam sendo feitas pelo preceptor da Colónia Correccional e pelo arqueólogo; a cópia de um relatório oficial, da autoria de Abel Viana, originalmente destinado ao Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança (MNA: APMH/5/1/324/5); e ainda,

¹⁰¹ MRB: DEUS, [s.d.]e, f. 52, p. 1.

¹⁰² Presume-se que o espólio fotográfico em questão integre o Arquivo Pessoal de Abel Viana, à guarda do Museu Regional de Beja.

Note-se que o facto de, na documentação consultada, se fazer menção à realização de fotografias por Abel Viana reforça a convicção de que as anotações de campo conhecidas são da autoria de A. Dias de Deus.

revestindo-se de especial interesse, um dos cadernos de Manuel Heleno identificado como «Nº 1/ 1949/ Cambelas, nº 3/ Antiguidades de Elvas e de Torres Vedras (nº 3)/ (Cambelas)/ Arronches (contas)/ Outubro de 1949», no qual o sucessor de J. Leite de Vasconcelos relata as suas impressões da visita realizada às estações da Terrugem, Chaminé e Carrão em finais de Outubro do ano de 1949 (MNA: APMH/2/18/1).¹⁰³

No que respeita às fontes documentais consultadas importa salientar que, de um modo geral, e apesar das esperanças inicialmente depositadas na documentação disponível, fomos forçados a reconhecer as inúmeras limitações dos dados compilados. Apesar de valorizada, *a priori*, pelo potencial contributo para a tarefa de reconstituição dos conjuntos funerários e construção de uma visão multidimensional e o mais exaustiva possível do registo arqueológico das necrópoles em estudo, rapidamente tomámos consciência de que a documentação a que pudemos ter acesso se apresenta, acima de tudo, como um instrumento privilegiado para o conhecimento de um período particular da Arqueologia portuguesa do séc. XX, do contexto em que atuaram os intervenientes, das suas motivações e das vicissitudes que marcaram as pesquisas realizadas. Em virtude do desconhecimento de parte da documentação original, torna-se difícil avaliar em que medida o facto de apenas dispormos de anotações de campo referentes às necrópoles de Padrãozinho, Serrones, Horta das Pinas e aos enterramentos identificados na Herdade da Camugem deverá ser entendido como mero resultado dos constrangimentos à consulta do acervo documental de Abel Viana em depósito no Museu Regional de Beja (referimo-nos, em particular, à impossibilidade de consulta da totalidade das pastas com documentação potencialmente relevante sobre as explorações alto alentejanas); ou como natural efeito da ausência de registos sobre os demais trabalhos de campo e recolhas realizadas pelo(s) funcionário(s) da Colónia Correcional. De facto, os dados conhecidos reforçam a ideia de que só a partir de meados do ano de 1949, A. Dias de Deus, devidamente aconselhado por Abel Viana, terá passado a elaborar registos das intervenções realizadas, ainda que, como vimos, de forma algo incipiente e lacunar.

O tratamento e distribuição do espólio proveniente dos espaços funerários romanos e tardo-antigos explorados na atual região alto alentejana pelos funcionários da Colónia Penal de Vila Fernando e Abel Viana constituiu, conforme já mencionado, uma preocupação para os intervenientes, mas também uma das particularidades do histórico destas intervenções que certamente terá contribuído para irreparáveis perdas de informação: “*Publicados os nossos primeiros trabalhos (1)* [nota do autor] e

¹⁰³ Assunto desenvolvido nos subcapítulos II.2.1. e IV.6.

Note-se que parte da documentação supracitada encontra-se já referida ao longo do subcapítulo II.2.1.

estabelecidos os planos de futuras investigações -- embora estas se originem sempre nos restos mui destroçados e pouco aparentes, como no caso dos dólmens, ou nos achados ocasionais, resultantes das operações agrícolas --, encarou-se o problema do destino a dar ao material arqueológico./ Dias de Deus entregou ao Museu de Elvas algumas boas colecções representativas dos campos de urnas e das estações romano-visigóticas, assim como cedeu em depósito, ao Museu Etnológico, as [sic] exemplares que lhe haviam pedido por empréstimo./ O Museu de Elvas, porém, apesar dos hábeis expedientes empregados pelo seu dedicado Director, não dispõe de espaço suficiente para uma aceitável exposição de maior quantidade de objectos. Por outro lado pretendia-se que, sobre evitar uma prejudicial dispersão, essas coisas ficassem seguramente integradas no património da Nação, em condições de boa instalação e conservação, e de fácil exame por parte de quaisquer estudiosos que deles se queiram ocupar./ Com a pronta aquiescência de António Dias de Deus, sugeri à Fundação da Casa de Bragança o estabelecimento de uma secção de arqueologia, em Vila Viçosa, atendendo a razões que expus, entre elas a dos materiais serem [sic], na maior parte, exumados em terrenos que pertenceram aos domínios do Ducado” (MRB: VIANA, 10/04/1952, p. 2). Passamos, em seguida, a apresentar cada uma das instituições museológicas com espólio atribuído às necrópoles alto alentejanas em análise, e a traçar um retrato genérico das particularidades das respetivas coleções e dos materiais selecionados para comporem a amostra de estudo do presente projeto de investigação.

Antigo Museu Municipal de Elvas (Elvas)

O antigo Museu Arqueológico e Etnológico António Tomás Pires, assim designado a partir de 1913 pela indissociável ligação ao trabalho desenvolvido pelo erudito elvense António Tomás Pires (GAMA, 1969, p. 5), foi a primeira instituição a receber espólio resultante das pesquisas iniciadas na década de 30 do século XX por A. Luís Agostinho e A. Dias de Deus.¹⁰⁴ O antigo museu encontra-se desativado desde Dezembro de 2004, tendo as respetivas coleções, incluindo a de Arqueologia, permanecido à guarda da Câmara Municipal de Elvas, atualmente em depósito nas Reservas daquela autarquia. O atual inventário da Coleção de Arqueologia encontra-se organizado por categorias de materiais, sendo cada Ficha de Inventário correspondente à listagem do conteúdo de cada contentor de armazenamento. Para além do inventário mais atual, foi-nos facultado o acesso às antigas fichas de inventário e aos antigos registos de entrada de peças no museu extinto. Procedeu-se à consulta do

¹⁰⁴ Igualmente conhecido como Museu Arqueológico e Etnográfico, ou simplesmente Museu Municipal de Elvas (VASCONCELOS, 1896, p. 2), foi fundado em 1880 por iniciativa do então Presidente da Câmara Municipal de Elvas, Eusébio Nunes da Silva, encontrando-se adscrito à Biblioteca Municipal, com a qual partilhava as mesmas instalações (GAMA, 1969, pp. 5 e 7; PIRES, 1901, p. 209).

catálogo mais antigo daquela instituição (relativo aos anos de 1880 a Junho de 1907), parcialmente publicado em *O Arqueólogo Português* (PIRES, 1901) e posteriormente acrescentado em registos manuscritos; bem como à consulta da informação constante do Livro de Entradas, relativo aos anos de 1938 a 1962, e do Registo de Entradas mais recente, referente ao período compreendido entre 1963 e 2002, em ambos os casos sem indicação do número de inventário do espólio arrolado.¹⁰⁵

Terá sido A. Luís Agostinho Júnior o responsável pelas primeiras doações de espólio recolhido nas suas 'andanças arqueológicas semanais' ao antigo Museu Municipal de Elvas, em Julho de 1944, poucos meses antes do seu falecimento (CME/ BME: Registo de Entradas no Museu Municipal de Elvas - Secção de Arqueologia Romana e Luso-Romana).¹⁰⁶ Tratou-se de um conjunto de espólio diverso (cerâmica, metal e vidro), genericamente atribuído a Vila Fernando (Elvas) e à época romana.¹⁰⁷ Aparentemente, as doações de espólio por parte de A. Dias de Deus só se terão iniciado em Maio de 1947, com a oferta de um colar de contas de xisto proveniente da Herdade de Alcarapinha (Vila Fernando, Elvas) (CME/ BME: Registo de Entradas no Museu Municipal de Elvas - Secção de Arqueologia Pré e Proto-Histórica).¹⁰⁸ Neste âmbito, seria interessante perceber quais os critérios que regiam a divisão do espólio entre A. Luís Agostinho, A. Dias de Deus, e eventualmente o Pe. Henrique da Silva Louro¹⁰⁹, aquando da realização de 'pesquisas' arqueológicas conjuntas. Estas doações, sobretudo na sua fase mais inicial, parecem ter correspondido a uma pequena parte do grosso das recolhas realizadas. Há, pois, que não esquecer o "*pseudo-museu*" composto pela coleção de material pré-histórico reunido entre 1932 e 1944, e da qual A. Luís Agostinho seria o "*depositário e encarregado*" (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 1), ou a "*coleção de António Dias de Deus*" (VIANA, 1950, p. 295). Na verdade, quer fosse por limitações logísticas da antiga instituição museológica elvense ou questões relacionadas com o transporte e acondicionamento dos materiais em Vila Viçosa, quer fosse por outra ordem de motivações, ter-se-á conservado espólio em Vila Fernando até ao falecimento de

¹⁰⁵ Agradecemos à Dra. Isabel Pinto (Subunidade Orgânica de Museus e Património - CME) e à Dra. Tânia Rico (Biblioteca Municipal - CME) as facilidades concedidas na consulta desta documentação. Agradecemos também à Laura Largueiras pelas informações facultadas sobre os registos de Inventário e Entradas de espólio do antigo Museu Municipal de Elvas.

¹⁰⁶ Assunto também abordado no subcapítulo II.2.1.

¹⁰⁷ Devido a esta doação o nome de A. Luís Agostinho figurou entre a lista dos ofertantes do antigo Museu Municipal de Elvas no ano de 1944, publicada no *Correio Elvense* de 3 de Março de 1945 (n.º 472).

¹⁰⁸ No Inventário da Secção de Arqueologia Romana do antigo Museu Municipal de Elvas, dá-se conta da oferta de um dado proveniente da Herdade das Casas Velhas, a 19 de Maio de 1947, por parte de "*João Dias de Deus (funcionário da Colónia Agrícola de Vila Fernando)*". Atendendo às informações que sugerem a intervenção de A. Dias de Deus no arqueossítio da Herdade das Casas Velhas (MACIEL, 2015, p. 197), presume-se a ocorrência de um lapso na indicação do nome do ofertante e considera-se verosímil tratar-se de uma doação feita pelo preceptor-adjunto da Colónia Correccional.

¹⁰⁹ O espólio oferecido pelo Pe. Henrique da Silva Louro ao antigo Museu Municipal de Elvas é exclusivamente composto por itens de arte sacra, doados em Abril de 1943 (CME/ BME: Registo de Entradas no Museu Municipal de Elvas, Secção Arte Sacra).

A. Dias de Deus. Entre Setembro e Outubro de 1948 sucedeu-se um volumoso conjunto de ofertas de espólio proveniente das explorações realizadas pelo preceptor da Colónia Penal no arqueossítio da Terrugem (Elvas). Estas doações incluíram, num primeiro momento, material recolhido (moedas, metais, cerâmica utilitária) na exploração da necrópole da Terrugem (Elvas) e, a partir de meados de Outubro de 1947, espólio exumado “*nas ruínas próximo das sepulturas luso-romanas da Terrugem*” (cerâmica de construção, metais, cerâmica utilitária, elementos arquitectónicos) (CME/ BME: Registo de Entradas no Museu Municipal de Elvas, Secção de Arqueologia Romana e Luso-Romana). No decurso de 1948, A. Dias de Deus terá dado continuidade às ofertas de peças ao antigo Museu Municipal de Elvas, desta feita com uma coleção de pontas de seta proveniente da Herdade de Alcarapinha e outros materiais (metais diversos, e uma mó) recolhidos na exploração das “*sepulturas luso-romanas da Herdade de Santo António (Terrugem, Elvas)*” (CME/ BME: Registo de Entradas no Museu Municipal de Elvas - Secção de Arqueologia Pré e Proto-Histórica e Secção de Arqueologia Romana e Luso-Romana). Domingos Lavadinho, à data Diretor da Biblioteca e Museu Municipal de Elvas, destacava assim o contributo do funcionário da Colónia Penal para o enriquecimento da coleção de Arqueologia da instituição que dirigia – “*(...) o produto das suas valiosas explorações arqueológicas, constituídos [sic] por uma preciosa colecção de pequenas pontas de flexa [sic], pré-históricas, sendo 16 em sílex e 3 em cristal, e muitos objectos da época luso-romana, atingindo o período visigótico*” (*O Correio Elvense*, 18/06/1949, n.º 961). De igual modo ilustrativa do volume de espólio doado por A. Dias de Deus ao antigo Museu Municipal de Elvas é a listagem apresentada na publicação dedicada aos *Campos de Urnas do Concelho de Elvas* (VIANA & DEUS, 1958, pp. 60-61), designadamente de espólio atribuído à necrópole de Horta das Pinas (São Vicente e Ventosa, Elvas) e entregue àquela instituição antes de Outubro de 1949 (*ibidem*). Em Agosto de 1948 dava entrada no referido museu um marco miliário proveniente da Herdade da Torre do Curvo (Santo Aleixo, Monforte), doado por A. José Carvalho Bagulho mas descoberto por Mário Saa e A. Dias de Deus (CME/ BME: Registo de Entradas no Museu Municipal de Elvas, Secção de Arqueologia Pré e Proto-Histórica e Secção de Arqueologia Romana e Luso-Romana; *Correio Elvense*, 18/06/1949; IRCP, n.º 664, p. 723).¹¹⁰ Entre Março e

¹¹⁰ Esta indicação da descoberta do marco miliário por Mário Saa (1893-1971) e A. Dias de Deus sugere, não só que ambos se conheciam e estariam a par da atividade arqueológica que cada um desenvolvia, mas também que poderão ter chegado a fazer saídas de campo em conjunto. Parece fazer todo o sentido que o autor de *As Grandes Vias da Lusitânia*, contemporâneo do funcionário da Colónia de Vila Fernando e de Abel Viana, estivesse a par das intervenções arqueológicas levadas a cabo na região de Elvas e concelhos limítrofes e que, tendo os três em comum o estudo do mesmo território em época romana, pudesse ter havido uma eventual colaboração ou partilha de informações. Estranha-se por isso a ausência de referências ao escritor e erudito na informação conhecida sobre as ‘pesquisas’ de A. Dias de Deus e Abel Viana.

Dezembro de 1949, A. Dias de Deus doou ao antigo Museu Municipal de Elvas espólio resultante das intervenções efectuadas nas Herdades do Carrão (metais) e Chaminé (metais e cerâmica utilitária), sitas na freguesia de Vila Fernando (Elvas), e um sarcófago proveniente da Herdade do Peral (Santo Aleixo, Monforte) (CME/ BME: Registo de Entradas no Museu Municipal de Elvas, Secção de Arqueologia Pré e Proto-Histórica e Secção de Arqueologia Romana e Luso-Romana). Datam de 1950 as últimas ofertas do preceptor-adjunto à instituição museológica de Elvas, com a doação de materiais exumados nas escavações nas Herdades do Padrão (Assunção, Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso, Elvas) e Horta das Pinas (S. Vicente e Ventosa, Elvas) (CME/ BME: Registo de Entradas no Museu Municipal de Elvas, Secção de Arqueologia Romana e Luso-Romana). A partir desta altura, e atendendo às dificuldades com que se debatia o antigo Museu Municipal de Elvas na gestão de avultado espólio no pouco espaço disponível, os materiais resultantes da atividade exploratória de A. Dias de Deus, já contando com a colaboração de Abel Viana, passariam a ser canalizados para as instalações do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, com vista à constituição da Secção Arqueológica da Fundação da Casa de Bragança.

Através dos registos de inventário do antigo Museu Municipal de Elvas foi possível identificar cerca de 107 peças genericamente atribuídas às estações romanas e tardo-antigas exploradas pelos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando.¹¹¹ Este valor inclui materiais atribuídos às designadas «necrópoles céltico-romanas elvenses», mas também espólio com contexto de achado desconhecido, como é o caso dos materiais genericamente atribuídos aos arqueossítios da Terrugem, Monte da Ovelheira e Carrão. A significativa quantidade de peças arqueológicas, datáveis de época romana e/ou tardo-antiga, sem indicação de proveniência entre o acervo do antigo Museu Municipal de Elvas indicia, pelas características dos materiais em questão, que o volume de espólio entregue àquela instituição por A. Dias de Deus e/ou A. Luís Agostinho terá sido bastante superior ao valor contabilizado e acima apresentado, ou seja, é nossa percepção que o número de peças enumeradas nos registos de Inventário consultados fica bastante aquém do espólio doado nas décadas de 40-50 do séc. XX, e atualmente em depósito nas Reservas de Arqueologia da Câmara Municipal de Elvas. Convirá notar que, atendendo à informação constante dos registos citados, a incorporação de espólio atribuído às necrópoles precede as intervenções dos funcionários da Colónia de Vila Fernando, recuando até finais do séc. XIX – inícios do séc. XX, com o registo de entrada naquela instituição museológica de peças provenientes de arqueossítios como Torre das Arcas (S. Brás e S. Lourenço,

¹¹¹ O valor apresentado não inclui o espólio de cronologia pré e proto-histórica doado ao antigo museu pelos funcionários da Colónia Penal, por se tratar de uma realidade paralela à nossa amostra de estudo.

Elvas), Herdade da Camugem (Terrugem e Vila Boim, Elvas), ou Herdade de Fontalva (Santa Eulália, Elvas). De igual modo, outra pequena parte do espólio, designadamente materiais oriundos do Monte da Ovelheira, é resultado de prospecções realizadas em data desconhecida mas que, supomos, possam fazer-se remontar à segunda metade/ finais do séc. XX. Apesar da diminuta representatividade, em termos numéricos, do espólio que antecedeu e sucedeu às doações de A. Luís Agostinho e A. Dias de Deus, são de assinalar as dificuldades verificadas na identificação e/ou localização desses mesmos materiais entre a amostra de peças atribuídas às necrópoles alto alentejanas que integram a Coleção de Arqueologia do antigo Museu Municipal de Elvas¹¹². A este propósito vejam-se, por exemplo, o caso do cordão de ouro encontrado numa sepultura na Herdade dos Queimados (Ciladas, Vila Viçosa), comprado pela Câmara Municipal de Elvas em 1905, sem número de inventário, e cujo paradeiro atual desconhecemos; ou a ânfora recolhida nas escavações realizadas no primeiro quartel do séc. XX na Herdade da Ovelheira, não localizada entre o acervo do antigo museu municipal. Apesar disso, assumiu-se a opção de integrar o referido espólio na nossa amostra de estudo, tendo em vista uma caracterização e leitura, o mais completa possível, da realidade arqueológica dos espaços funerários em análise.

A amostra de estudo selecionada do acervo do antigo Museu Municipal de Elvas corresponde a um conjunto global de 171 peças. Deste conjunto somente cerca de 8% (14 itens) têm contexto de sepultura conhecido¹¹³, sendo que a restante amostra é constituída por espólio funerário sem contexto de sepultura (cerca de 67%, ou seja, 116 itens) e espólio de contexto desconhecido ou recolhas de superfície (cerca de 24%, isto é, 41 itens). Em termos de representatividade numérica, o espólio cerâmico, de subcategorias diversas, corresponde à percentagem maioritária (71% – 122 itens) do conjunto de materiais selecionados, seguido do espólio metálico, que compõe cerca de 20% (35 itens) da amostra. As demais categorias de materiais representadas (epigrafia, vidro, numismática, material lítico, e outros), com um número máximo de itens que, por categoria, não ultrapassa os cinco, correspondem a percentagens residuais compreendidas entre 3% e 1,2%. De assinalar, pela mais-valia que representou para a realização do nosso estudo das peças, o bom estado de conservação do material cerâmico, atualmente acondicionado e distribuído por 23 contentores (contentores n.ºs 30 a 53) das Reservas da Câmara Municipal de Elvas. Grande parte das peças que compõem a nossa amostra de estudo apresentam anotações manuscritas associadas, que, supomos, remontam à

¹¹² Com exceção para o produto das recolhas de superfície efectuadas no Monte da Ovelheira e epígrafes provenientes da Herdade da Camugem.

¹¹³ Optou-se por incluir neste conjunto de itens com contexto de sepultura conhecido as cinco epígrafes provenientes da Herdade da Camugem (Catál.CMG.epi.001, Catál.CMG.epi.002, Catál.CMG.epi.003, Catál.CMG.epi.004, e Catál.CMG.epi.005).

segunda metade do séc. XX, e nas quais, regra geral, se indica para além da proveniência e número de inventário atribuído, a eventual correspondência com publicações onde já se encontra estudada e/ou ilustrada (como por exemplo, as diversas publicações da autoria de VIANA & DEUS, ou o estudo publicado sobre a cerâmica comum das necrópoles alto alentejanas – NOLEN, 1985).

Entre o conjunto de espólio cerâmico, destaca-se a cerâmica comum, representando cerca de 50% (83 itens)¹¹⁴ da amostra. Note-se que, das 85 peças do acervo do antigo Museu Municipal de Elvas publicadas por J. Nolen (1985), apenas 49 integram a nossa amostra de estudo; sete das peças estudadas pela investigadora citada não foram identificadas/ localizadas na coleção em causa e as restantes 29, de proveniência desconhecida, não foram incluídas no conjunto de espólio selecionado para análise.¹¹⁵ Assim sendo, para além de 49 peças devidamente estudadas e publicadas em meados da década de 80 do séc. XX (NOLEN, 1985), a amostra de cerâmica comum reunida conta com mais 34 peças inéditas (total ao qual se soma ainda um conjunto de 16 cossoiros inéditos). Por sua vez, a *terra sigillata* perfaz cerca de 13% (21 itens) do conjunto de cerâmica estudada. Das três peças já publicadas, apenas nos foi possível identificar, ainda que com algumas reservas, duas delas (ALARCÃO, 1960-1961, p. 185, n.º 4; DELGADO, 1968, pp. 24-25, Est. III-15) – Catál. HPI.tsh.029 e MOV.tscl.002, respetivamente), tendo ficado por localizar um prato de *terra sigillata* africana da forma Lamboglia 40 (DELGADO, 1968, pp. 18-19, Est. III-3). Entre os oito exemplares de cerâmica de paredes finas estudados, que compõem 5% da amostra, incluem-se seis peças publicadas por SEPÚLVEDA & CARVALHO (1998, pp. 258 – 262, n.ºs 1, 2, 3, 4, 6 e 7) e uma peça erroneamente associada por J. Nolen ao conjunto de cerâmica comum das necrópoles alto alentejanas (NOLEN, 1985, p. 187, n.º 138). De registar, contudo, que não nos foi possível localizar na coleção museológica em questão a peça identificada com o número de inventário MME Arq n.º 2883, atribuída à Herdade de Fontalva (Santa Eulália, Elvas) e constante da publicação de SEPÚLVEDA & CARVALHO (1998, p. 261, Est. I, n.º 5). O restante espólio cerâmico (uma lucerna e nove itens de cerâmica de construção romana) corresponde a aproximadamente 4% da amostra, parcialmente ilustrado em publicações da autoria de VIANA e/ou VIANA & DEUS. No que diz respeito aos metais, e apesar de se tratar de espólio inédito, a maioria das peças também se encontra representada e ilustrada nas publicações da autoria de VIANA e/ou VIANA & DEUS, facilitando assim a identificação da respetiva proveniência. Em

¹¹⁴ O valor acima mencionado é composto por 67 peças de cerâmica comum e 16 cossoiros.

¹¹⁵ O critério adoptado por J. Nolen (1985) na seleção das peças para estudo entre o espólio do antigo Museu Municipal de Elvas afigura-se difícil de descortinar. Questionamo-nos por que razão, peças sem indicação de proveniência ou informação associada (pelo menos conhecida/ identificada), como por exemplo a peça MBCB Arq n.º 5726, foram incluídas no estudo elaborado pela autora sobre a cerâmica comum das necrópoles elvenses, enquanto outras, nas mesmas condições e por isso igualmente passíveis de integrarem tal amostra, não foram estudadas.

relação aos vidros, optámos por limitar a amostra estudada a apenas três peças (1,8% da amostra), com proveniência devidamente conhecida (Horta das Pinas) e constantes da publicação dedicada por Jorge de Alarcão ao estudo dos vidros romanos de museus do Alentejo e Algarve (ALARCÃO, J., 1968, n.ºs 47, 48 e 49, pp. 28-29, Est.s VII, V, e IV, respetivamente). Não nos foi possível localizar o unguentário identificado na mencionada publicação com o número 50, igualmente atribuído à necrópole de Horta das Pinas (ALARCÃO, 1968, n.º 50, p. 29, Est. XI). Quanto ao restante espólio vítreo publicado da coleção de Arqueologia do antigo Museu Municipal de Elvas, optou-se pela sua não inclusão na nossa amostra de estudo, em virtude de corresponderem a peças sem proveniência conhecida (exceptuando a peça identificada com o n.º 46, atribuída a Cerrado dos Figueiros, São Brás de Varche, Elvas – ALARCÃO, 1998, p. 27, Est. IV, n.º 46), para as quais não foi possível identificar eventuais correspondências nas publicações de VIANA e/ou VIANA & DEUS ou dispor de eventuais dados que sugerissem a respetiva atribuição aos espaços funerários em estudo. Por fim, do demais espólio que compõe o conjunto de materiais estudados, destacam-se o conjunto de cinco placas funerárias epigrafadas provenientes da Herdade da Camugem [IRCP n.ºs 585, 592, 594 e 597; ENCARNAÇÃO, 1988, FE 25 (116)], o sarcófago atribuído à necrópole da Herdade do Peral (Santo Aleixo, Monforte) (peça sem número de inventário atribuído – Catál. EPE.li.001) e o fragmento de mármore trabalhado (possível fragmento de elemento arquitectónico ou de ara) recolhido no arqueossítio do Monte da Ovelheira (Ajuda, S. Salvador e Santo Ildefonso, Elvas) (Catál. MOV.li.001 - MME Arq n.º 5857).

Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (Vila Viçosa)

Segundo Abel Viana, *“a ideia de ligar às demais criações culturais da Fundação (da Casa de Bragança) a instituição de um museu arqueológico estaria longe de ser deslocada, dada a função cultural do próprio museu, mas outra circunstância, e muito particular, a justifica e autoriza: o gosto da Arqueologia, claramente manifestado por diversos membros da Sereníssima Casa de Bragança, (...)”* (MRB: VIANA, 10/04/1952, p. 4). A ideia original da criação da Secção de Arqueologia e museu passava pela acomodação do dito núcleo no piso térreo do Paço Ducal, solução que chegou a ser posta em prática numa fase inicial, ainda que, logo a partir de 1952, se tenha colocado a possibilidade da utilização das instalações do Castelo de Vila Viçosa para o mesmo efeito (AFCEB: VIANA, 29/01/1952, pp. 1-2). Em 1959 o Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança decidiu oficialmente a mudança e reinstalação da Secção Arqueológica no Castelo de Vila Viçosa, tendo esta ocorrido nos inícios da década de 60 do século XX (AFCEB: VIANA, 30/11/1959, p. 1; NOLEN, 2004, p.

6). Todo o planeamento da criação da Secção de Arqueologia e respetivo núcleo museológico contou com o empenho fundamental de Abel Viana, conforme atestam, por exemplo, as plantas concebidas pelo arqueólogo para o designado *Projecto da divisão das dependências do Castelo de Vila Viçosa pelo Museu da Restauração e Museu de Arqueologia e Etnografia* (AFCB: VIANA, 30/11/1959, p. 4). Outro exemplo desta ativa colaboração é a numerosa correspondência trocada por Abel Viana com o então Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, António Luís Gomes, e com João de Figueiredo, à época Conservador do Paço Ducal de Vila Viçosa,¹¹⁶ e da qual se destacam as várias listas de remessas de espólio enviado de Vila Fernando para depósito e exposição em Vila Viçosa (AFCB: [s.a.], [s.d.]b; [s.a.], ?/05/1950; MRB: [s.a.], [s.d.]c; [s.a.], [s.d.]d; [s.a.], 25/01/1954). Refiram-se ainda os esboços das vitrinas idealizadas pelo arqueólogo para albergarem o vasto espólio recém-incorporado no acervo daquela instituição (MRB: VIANA, [s.d.]c), ou o conjunto de Fichas de Inventário da Secção Arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa, concebidas e preenchidas pelo próprio Abel Viana (AFCB).

Em 1953, contabilizados cerca de 1520 artefactos destinados ao Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança, Abel Viana propunha: *“É necessário, também, contar com espaço e local próprio para colocação de exemplares de certo peso ou certas dimensões, tais como lápides, arcos tumulares, reconstituição de sepulturas, pavimentos romanos de mosaico, etc./ Os materiais arqueológicos até agora reunidos deverão ser distribuídos por secções, conforme as épocas a que pertencem. (...) O mesmo critério deve, em minha opinião, seguir-se a respeito dos materiais pertencentes à Idade do Bronze, que também muito melhor ficarão se os expusermos agrupados conforme o monumento ou estação de que são provenientes.”* (AFCB: VIANA, 12/03/1953, pp. 9-10).

No que respeita às referidas Fichas de Inventário, o arqueólogo, nos inícios da década de 50, dava assim conta à Fundação da Casa de Bragança: *“Neste momento acha-se em organização o respectivo inventário (da Secção Arqueológica), assim como estou elaborando um pequeno catálogo das peças mais importantes”* (MRB: VIANA, 10/04/1952, p. 3). Ainda relativamente ao trabalho de inventariação do espólio e elaboração das fichas, declarava: *“(…) O trabalho de catalogação definitiva, em fichas próprias, impressas expressamente para o efeito, vai adiantado, não podendo, todavia, ser convenientemente concluído sem primeiro se arranjar lugar adequado e seguro, onde fiquem colocados, devidamente repartidos, os objectos destinados à Secção Arqueológica. (...) O inventário não é simples relação de objectos, mas sim uma colecção de verbetes onde cada objecto se arquiva minuciosamente descrito e fotografado em um ou mais aspectos, com a respectiva classificação,*

¹¹⁶ Acerca da criação e história do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, veja-se MONGE, 2017.

bibliografia e estudo particular, de modo a constituir não só unidade de inventariação e elemento de identificação seguro e completo mas também informação tanto quanto possível desenvolvida a respeito do objecto inventariado. (...) As fichas serão completadas após a revisão geral de todo o material existente, logo que todo ele se encontre definitivamente ordenado e instalado” (MNA: APMH/5/1/324/5_5/19-6/19; APMH/5/1/324/5_14/19-15/19). Registe-se, porém que, para além de abarcarem apenas uma percentagem bastante diminuta da totalidade do espólio arqueológico da Secção Arqueológica, estas fichas se encontram, na sua maioria, muito incompletas, não raras vezes resumindo-se a informação nelas contida à fotografia da peça e eventual assinatura de Abel Viana. Fica-se, pois, com a clara sensação de que se tratava de um trabalho descontínuo, ao qual o arqueólogo procuraria dar seguimento sempre que se deslocava a Vila Viçosa, ou quando lhe era possível no contexto da sua aturada atividade científica. Em paralelo, Abel Viana dedicava-se ao estudo do espólio e à publicação dos dados recolhidos, tarefa para a qual contaria, a montante e até Abril de 1955, com o trabalho desenvolvido por A. Dias de Deus, quer nas suas incursões no terreno, quer na descrição preliminar e desenho dos materiais em Vila Fernando, com vista ao seu posterior encaixotamento e envio para Vila Viçosa (AFCEB: VIANA, 19/11/1953; MRB: VIANA, 07/10/1950).¹¹⁷

Ainda no que concerne ao histórico dos materiais da coleção museológica em análise refira-se o trabalho de restauro de peças, executado segundo as orientações de Abel Viana – “*As peças fragmentadas, apesar da modéstia dos meios materiais de que dispomos, têm sido reconstituídas sob a nossa direcção*” (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 578, nota 5). Algum do espólio cerâmico que integra as atuais Reservas do Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança conserva os ditos restauros, os quais se revelam, amiúde, um factor comprometedor da análise e caracterização morfo-tipológica das peças, sendo apenas concebíveis à luz da época em que foram realizados (vejam-se, por exemplo, as peças Catál. CHA.cc.018 - MCB Arq n.º 1304, PDZ.cc.006 – MCB Arq n.º 2114, e HSE.cc.005 – MCB Arq n.º 2508). Competia a Manuel Francisco Grilo, funcionário adscrito à Secção Arqueológica por sugestão do arqueólogo, não só fazer os restauros¹¹⁸, de acordo com as indicações de Abel Viana, mas também “*tratar das vitrines e todos os mais serviços dessa Secção, inclusive o preenchimentos de fichas*” (AFCEB: VIANA, 20/06/1959).¹¹⁹ A qualidade

¹¹⁷ A propósito recorde-se o exposto no subcapítulo II.2.1.

¹¹⁸ Ver VIANA, 1962, pp. 56, 77 e 175, Fig. 204.

¹¹⁹ Tivemos oportunidade de falar com o Sr. Manuel Francisco Grilo em 2013. Aos 74 anos, e com a maior parte da sua vida passada ao serviço do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, era nossa intenção procurar conhecer um pouco melhor a figura e o método de trabalho de Abel Viana através de quem trabalhou diretamente com o arqueólogo. Lamentavelmente foram muito parcas as informações que pudemos obter do antigo funcionário da Fundação acerca de Abel Viana, das peças que constituem a Coleção de Arqueologia, e, em particular, acerca do espólio proveniente das

comprometedora do trabalho de restauro realizado entre os anos 50 e 60 do séc. XX terá levado J. Nolen, durante a sua colaboração com o Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, a reverter e a proceder à substituição de diversos restauros, ainda que nalguns casos essa intenção (expressa pela investigadora no Inventário Geral da coleção) tenha ficado por cumprir (como se verifica, por exemplo, no caso das peças Catál. HPI.cc.035 – MBCB Arq n.º 1339, HPI.cc.065 – MBCB Arq n.º 2184, ou CHA.cc.054 – MBCB Arq n.º 2648).

Presume-se que Abel Viana tenha mantido a sua colaboração com a Fundação da Casa de Bragança até à data do seu falecimento, em Fevereiro de 1964. Todavia, data de 1961 o último registo documental conhecido que testemunha esta colaboração e o empenho que manteve na organização da Secção Arqueológica, sem descurar a possibilidade de novas incorporações, em paralelo com o tratamento do acervo constituído: *“Rogo a V.ª Excelência se digne mandar fazer mais estantes, pois há ainda muito material a expor e todo ele merece consideração por sua valia científica. Além disso, penso em obter, a título gracioso, numerosas peças procedentes das estações arqueológicas que no Baixo Alentejo estou efectuando sob vistas de entidades oficiais.”* (AFCB: VIANA, 10/12/1961, p. 2). Note-se que, para além do abundante conjunto de materiais resultantes das intervenções realizadas na região alto alentejana, Abel Viana procurou ir enriquecendo a Secção Arqueológica da Fundação da Casa de Bragança com a entrega de espólio das suas próprias pesquisas e recolhas, quer na zona do Alto Minho natal, quer no Baixo Alentejo, e de que constituem exemplo o material lítico da Areosa (Viana do Castelo) e do Vale do Guadiana, e as lucernas de Peroguarda (Ferreira do Alentejo), constantes do acervo do Museu de Arqueologia de Vila Viçosa. Tudo leva a crer que, com o falecimento de Abel Viana, a significativa parte do trabalho de organização e catalogação da Coleção de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança que ficara por concluir assim tenha permanecido até sensivelmente meados dos anos 80 do século XX. A partir desta época, a colaboração de

necrópoles «céltico-romanas» elvenses. De acordo com informação do próprio, terá começado a trabalhar no museu com a idade de 17 anos, ou seja, em 1956, facto que explicará o desconhecimento da figura de António Dias de Deus. Tanto quanto nos foi possível apurar, o trabalho de restauro das peças (com gesso) não obedeceria a uma ordem ou critério particulares, que não fosse o precário estado de conservação das mesmas. A cada visita de Abel Viana (visitas esporádicas e de curta duração) os trabalhos de restauro mais recentes eram examinados. De acordo com Manuel Francisco Grilo, na altura do restauro, as peças nada conteriam no seu interior, a não ser, em muitos casos, papéis com anotações indicando a respetiva proveniência; papéis estes que seriam conservados pelo então responsável pelo restauro das peças. Para além desta atividade, colaborou no inventário das peças (conforme atesta a caligrafia identificada nas Fichas de Inventário e na listagem de números de inventário elaborada, na sua maior parte, por Abel Viana). Quanto à organização das vitrinas da primitiva exposição, e a um eventual critério de organização, acondicionamento e tratamento dos materiais, ter-se-á respeitado a concepção e as orientações do arqueólogo, tendo, uma vez mais, saído reforçada a ideia de que, no caso particular das «necrópoles céltico-romanas», não terá havido preocupação com a reconstituição e reagrupamento dos conjuntos funerários.

Jeannette U. S. Nolen com a Fundação da Casa de Bragança marcaria o início de uma nova fase da Secção Arqueológica da dita instituição, com a renovação do núcleo museológico e discurso expositivo, a elaboração do Inventário Geral da Coleção de Arqueologia disponível, e o estudo sistemático e exaustivo do conjunto de cerâmica comum romana proveniente das necrópoles alto alentejanas (NOLEN, 1985; 1995-1997).

Conforme tivemos oportunidade de referir no subcapítulo anterior, em meados dos anos 50 do séc. XX, Abel Viana contabilizou um total aproximado de 1570 peças recolhidas no decurso das ‘pesquisas’ em território alto-alentejano, valor que, estamos em crer, se poderia reportar, em exclusivo, ao conjunto de espólio entregue à Fundação da Casa de Bragança. Atualmente, a Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, distribuída pela exposição permanente instalada no castelo de Vila Viçosa e em depósito nas Reservas de Arqueologia daquela instituição museológica, integra um acervo de mais de 3947 peças inventariadas (incluindo espólio etnográfico diverso). Para o presente trabalho de investigação utilizou-se como base de referência o inventário informatizado, elaborado, entre as décadas de 80 e 90 do séc. XX, por Jeannette Nolen. O referido inventário terá seguido a ordem sequencial numérica originalmente definida por Abel Viana, aquando do seu trabalho de inventariação das peças da Secção Arqueológica. Ao longo do processo de estudo do espólio, houve a preocupação de complementar, sempre que possível, a consulta do Inventário Geral com a da listagem de números de inventário elaborada pelo arqueólogo (AFCEB: VIANA, [s.d.]).¹²⁰ No decorrer da nossa investigação, e com base no Inventário Geral da Coleção de Arqueologia, contabilizaram-se cerca de 1728 peças genericamente datáveis de época romana e/ou tardo-antiga, a maioria das quais (cerca de 1108 peças) se encontra atribuída às necrópoles alto alentejanas exploradas. Do valor geral indicado, aproximadamente 600 peças permanecem, pelo menos até à data, sem proveniência identificada. Contudo, as características dos materiais e o

¹²⁰ A listagem de números de inventário de peças da Secção Arqueológica da Fundação da Casa de Bragança atribuída a Abel Viana termina no número 2355. Encontra-se bastante incompleta, visto que, em grande parte dos casos, apenas se enuncia o número de inventário sem se apresentar qualquer indicação ou descrição da peça a que corresponde.

Note-se ainda que, no último quartel do séc. XX, (de acordo com anotações associadas a espólio da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança e notas diversas constantes do conjunto de documentação que se encontra na antiga área de trabalho de J. Nolen no Castelo de Vila Viçosa), ter-se-á procedido a uma ‘renumeração’ (parcial) do espólio atribuído às necrópoles alto alentejanas, através da criação de novos números de inventário: “A.L.” + numeral. Na elaboração do Inventário Geral da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca, J. Nolen não parece ter tomado em consideração esta nova numeração, recuperando os números do inventário original, iniciado por Abel Viana. Do mesmo modo, considerámos que a duplicação da informação no referido inventário ‘paralelo’, ao invés de favorecer o esclarecimento das questões relacionadas com o espólio em causa, contribuiria para dificultar a gestão de um volume de informação, por si só, já difícil e susceptível de gerar inúmeras dúvidas e confusão. Por este motivo, optou-se por não tomar em linha de conta o inventário em questão.

histórico da coleção em análise leva-nos a considerar verosímil que grande parte deste espólio (senão mesmo a totalidade) remonte às recolhas efectuadas entre meados das décadas de 30 e 50 do século XX. O referido Inventário Geral permite identificar, para além destes materiais, cerca de 634 artefactos de cronologia pré e proto-histórica, perfazendo assim um total estimado de 2362 peças, que, presume-se, sejam produto da atividade exploratória dos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando, em colaboração com o Pe. Henrique da Silva Louro e, mais tarde, Abel Viana.¹²¹

Por sua vez, o conjunto de espólio da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança que integra a nossa amostra de estudo é composto por 791 peças. Tal significa que, da totalidade do espólio contabilizado atribuído às necrópoles alto alentejanas à guarda daquela instituição museológica, ficaram por localizar e identificar cerca de 317 peças. Conforme já tivemos oportunidade de referir ao longo do presente subcapítulo, são várias as circunstâncias que podem explicar este desfasamento entre o espólio referenciado no inventário e o espólio identificado no decurso do estudo da coleção. Apesar de tais condicionalismos, é evidente a relevância do conjunto de espólio identificado, correspondente à parcela maioritária – aproximadamente 73% – da totalidade da nossa amostra de estudo. Ressalve-se que do conjunto de materiais estudados não faz parte o espólio (18 itens) atribuído ao arqueossítio de Terena (Terena/ São Pedro, Alandroal), igualmente constante da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança e parcialmente publicado por J. Nolen (1985; 1995-1997). Apesar das referências conhecidas a “*pesquisas e reconhecimentos*” em Terena (AFCB: DEUS, 29/01/1955, pp. 1-2; MRB: VIANA, 21/01/1955, pp. 1-2), a ausência de informações sobre o contexto e condições de achado das peças, bem como o facto destas apresentarem a indicação de terem sido adquiridas, por compra (NOLEN, 1985, pp. 13-14), entre os anos de 1967 e 1968, levou-nos a assumir a opção da sua não inclusão na nossa amostra de estudo. Entre as 791 peças estudadas do acervo do Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança contabilizam-se cerca de 51% (ou seja, 405 itens) sem contexto de sepultura atribuído. Assim sendo, da amostra seleccionada somente 49% do espólio (isto é, 386 itens) apresentam informação relativa à respetiva proveniência e contexto de sepultura.

O conjunto em causa distingue-se pela variedade do espólio representado. Em primeiro lugar, destaca-se o material cerâmico, que compõe cerca de 77% (613 itens) do conjunto de materiais seleccionados e cuja representatividade, quantitativa e qualitativa, Abel Viana enaltecera – “*Tão elevado número (de espólio cerâmico) constitui já, quer pela quantidade quer pela variedade, um núcleo suficientemente importante para permitir estudos especiais, tanto no aspecto das relações comerciais a que se*

¹²¹ Os valores acima indicados correspondem a uma revisão atualizada dos valores apresentados em ROLO, 2016 (p. 91).

deveram as cerâmicas importadas como no da evolução da cerâmica indígena, ou de fabrico local, e até da influência que muitas das suas formas tiveram na cerâmica popular de tempos posteriores, até à dos nossos dias” (VIANA, 1955, p. 23). Entre o espólio cerâmico, a cerâmica comum assume uma expressiva percentagem de cerca de 70%, ou seja, 430 itens (valor no qual incluímos cerâmica manual, um peso de tear e 19 cossoiros). Das 458 peças pertencentes à Coleção de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança estudadas por J. Nolen (1985; 1995-1997), constam da nossa amostra 374, estando assim ausentes as 10 peças atribuídas a Terena publicadas pela autora e cerca de 74 peças não identificadas/ localizadas na Coleção ou sem proveniência conhecida. Apresentam-se também 46 peças de cerâmica comum inéditas.

As cerâmicas finas encontram-se representadas pelos exemplares de *terra sigillata* (97 itens, ou seja, 15% do conjunto), de cerâmica de paredes finas (43 itens, isto é, 7%), e de lucernas (26 itens, compondo 4% do conjunto). Integram esta seleção os exemplares de *terra sigillata* da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança estudados e publicados por Adília Alarcão (1960-1961), cinco dos exemplares estudados por F. Mayet (1983) e três dos exemplares estudados por Manuela Delgado (1968), parte da cerâmica de paredes finas publicada por F. Mayet (1975), e ainda as lucernas das necrópoles alto alentejanas estudadas e publicadas por Adília Alarcão e Salette da Ponte (1976). De entre os exemplares de *terra sigillata* estudados por F. Mayet (1983), ficaram por incluir na nossa amostra dois, um deles por corresponder a espólio atribuído a Terena (MAYET, 1983, p. 31, Pl. LXXXIV, n.º 314) e o outro por não ter sido possível localizá-lo na Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (idem, p. 31, Pl. LXXXIV, n.º 316). No que se refere à *terra sigillata* africana publicada por M. Delgado, ficou por identificar e localizar um fragmento de prato da forma Hayes 40 (DELGADO, 1968, pp. 58-59, Est. III-3). Em relação à cerâmica de paredes finas, ficaram excluídos da amostra selecionada três dos 27 exemplares estudados por F. Mayet (1975, n.ºs 340, 529 e 554), em virtude da não identificação/ localização das peças na coleção em análise. Os restantes cerca de 3% do espólio cerâmico selecionado correspondem a cerâmica de construção, categoria que conta com 17 itens. O espólio metálico constitui a segunda categoria de materiais mais representada, perfazendo aproximadamente 16% (129 itens) do conjunto, e os vidros totalizam cerca de 6%, com 44 itens estudados. No que respeita aos metais, todas as peças da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança publicadas por S. da Ponte (1986), com exceção da peça identificada com o número 24.2 (PONTE, 1986, p. 110), foram identificados e integram esta amostra. No que se refere ao material vítreo já estudado e publicado por Jorge e Adília Alarcão, somente ficou por identificar/ localizar na coleção em estudo a peça identificada com o

número 18 (ALARCÃO & ALARCÃO, 1967, p. 11). Ainda assim, a nossa opção por espólio com proveniência conhecida levou-nos a seleccionar 43 das restantes 64 peças estudadas pelos autores citados. Por fim, uma percentagem residual (0,6%) desta amostra é composta por material orgânico e lítico (três itens e um item, respetivamente), e ainda por uma única peça em osso.

No que respeita à Coleção de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança, e em particular ao conjunto de materiais atribuídos às denominadas «necrópoles céltico-romanas», impõe-se ainda tecer algumas considerações relativas às vicissitudes do tratamento da informação e espólio, indispensáveis para a compreensão dos condicionalismos na identificação e gestão destes materiais. Não obstante todo o trabalho de reorganização e atualização levado a cabo J. Nolen, ao longo de mais de duas décadas de colaboração com o Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, quer através dos seus estudos sobre a cerâmica comum das necrópoles alto alentejanas (NOLEN, 1985; 1995-1997), quer através da elaboração do Inventário Geral¹²² da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança e da renovação do Museu de Arqueologia, subsistem inúmeras lacunas e questões acerca deste espólio, nalguns casos aparentemente insolúveis. Em primeiro lugar, tudo parece indicar que uma significativa parcela das peças que integram a coleção em análise só terá sido inventariada posteriormente ao desaparecimento de A. Dias de Deus e Abel Viana, facto que, decerto, terá contribuído para agravar as lacunas de informação associadas a estes materiais. Constan da listagem de números de inventário elaborada pelo arqueólogo minhoto e do Inventário Geral desta coleção, inúmeras alusões a “caixas”/“caixotes”. Do Inventário Geral consta igualmente a referência a “lotes” (a partir do conjunto de referências identificadas contabilizou-se um total de 9 lotes). Em virtude dos dados conhecidos, parece-nos evidente que se tratam de alusões às remessas de espólio enviado por A. Dias de Deus de Vila Fernando para Vila Viçosa, devidamente acondicionado em caixotes, os quais, supomos, seriam numerados sequencialmente de acordo com a ordem do respetivo envio. Presume-se, portanto, que vários destes caixotes só tenham sido abertos após a morte de Abel Viana. A título ilustrativo registem-se os exemplos das peças Catál. SER.cc.018_52 (MBCB Arq n.º 1365) ou HPI.cc.023 (MBCB Arq n.º 2437) associadas, respetivamente, aos lotes 1 e 9 das remessas enviadas; ou das peças Catál. PDZ1.cc.002 (MBCB Arq n.º 1482) ou PDZ.cc.007 (MBCB Arq n.º 2346), correspondentes a espólio acondicionado nos caixotes 8 e 5, respetivamente.

¹²² Desconhece-se ao certo o período de elaboração do inventário em questão. A versão impressa conservada pelo Museu-Biblioteca da Casa de Bragança remonta a 1998, mas presume-se que J. Nolen tenha iniciado a atualização do inventário ainda antes da publicação do estudo dedicado à cerâmica comum (NOLEN, 1985), e que esta tarefa se tenha prolongado até ao final da sua colaboração com aquela instituição museológica.

Em segundo lugar, e ainda no âmbito do tratamento e gestão do espólio da coleção em análise, verificou-se nem sempre ser linear a articulação entre a informação constante da listagem de números de inventário e o Inventário Geral. Nestes casos, debatemo-nos, não com vazios de informação, mas com informações contraditórias, dificultando a nossa identificação da proveniência e/ou contexto de achado das peças. Veja-se, por exemplo, o caso da peça Catál. PDZ4.cc.032_16 (MBCB Arq n.º 2041), atribuída à necrópole de Padrãozinho (4) no Inventário Geral da coleção, mas que, de acordo com indicação constante da listagem de números de inventário, deveria corresponder a espólio da necrópole de Serrones. Nestas situações procurou-se privilegiar a informação que se nos afigurou mais fidedigna, em função dos restantes dados disponíveis sobre a(s) peça(s). Ainda no que se refere à identificação da proveniência do espólio, chamamos a atenção para o facto das etiquetas elaboradas por J. Nolen para identificar as peças¹²³ corresponderem a reaproveitamentos das etiquetas idealizadas e preenchidas (senão na totalidade, pelo menos na sua maioria) por Abel Viana para identificação do espólio da Secção Arqueológica. Apesar da aparente insignificância deste facto, ao longo do nosso estudo dos materiais, e atendendo à gravosa escassez de informações com que nos debatemos, fomos nos apercebendo da relevância de que poderiam revestir-se os dados (ainda que parcos) contidos nas etiquetas elaboradas nas décadas de 50-60 do século XX. Como exemplo, veja-se o caso da peça Catál. TDA.lu.011_34 (MBCB Arq n.º 1973), cuja etiqueta associada corresponde ao reaproveitamento de parte de uma das etiquetas antigas, desta feita relativa a espólio atribuído a Vila Fernando – do texto da antiga etiqueta apenas é possível ler-se “*de Vila Fern[...]/ [...] Abel Viana*”. Esta indicação confirma a existência, entre a coleção de materiais entregue por A. Dias de Deus e Abel Viana à Fundação da Casa de Bragança, de espólio recolhido em Vila Fernando mas, pelo carácter tão parcelar da informação conservada, leva-nos a questionar se a referência a Vila Fernando designaria espólio recolhido naquela localidade (o que, a confirmar-se, suscitaria outras questões, designadamente qual o contexto do achado e a data de tais recolhas) ou num qualquer outro arqueossítio localizado no território da freguesia homónima, como por exemplo Serrones, Chaminé ou Alcarapinha. Outro exemplo é a etiqueta feita por J. Nolen para a peça inventariada com o número MBCB Arq 2495 (Catál. PDZ4.cc.089_41), na qual, de acordo com a leitura da legenda original conservada no verso, se indicaria “*Tapada da H[...] (?)*” e ainda “*Explorações de A[...]*”. De acordo com os dados conhecidos sobre as intervenções arqueológicas dos funcionários da Colónia Penal de Vila Fernando e Abel Viana, não nos é possível identificar a proveniência a que se reportaria a etiqueta

¹²³ As peças constantes da Coleção de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança apresentam, na maioria dos casos, uma etiqueta manuscrita, da autoria de J. Nolen, na qual se indica a proveniência, o número de inventário atribuído à peça e, eventualmente, o contexto de sepultura a que esta se reporta.

original. Coloca-se a hipótese desta poder referir-se a recolhas efectuadas no território da Tapada Real de Vila Viçosa, dado que a confirmar-se, e excluindo a documentada exploração no sítio de Olival da Silveirinha, representaria um elemento adicional ao histórico conhecido das ‘pesquisas’ de A. Dias de Deus e/ou Abel Viana. Por último, e ainda entre as dificuldades no tratamento deste espólio, refira-se o conjunto de abreviaturas utilizadas por J. Nolen ao longo do Inventário Geral da coleção. Parte destas abreviaturas encontra-se devidamente esclarecida num documento presumivelmente elaborado pela investigadora (AFCB: NOLEN, 18/08/1998), mas para uma significativa quantidade delas resta-nos apenas sugerir eventuais interpretações ou assumir o desconhecimento do respetivo significado (tal é o caso, por exemplo, das abreviaturas “EV”, “NM”, “NP”, “NR” ou “PJ”).

Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa)

Do acervo do Museu Nacional de Arqueologia constam duas coleções de espólio atribuído às denominadas «necrópoles céltico-romanas elvenses» – a Coleção 3075, referente a materiais da necrópole de Torre das Arcas (São Brás e São Lourenço, Elvas), e a Coleção 0393, correspondente a espólio da necrópole da Herdade da Chaminé (Barbacena e Vila Fernando, Elvas). O conjunto das duas coleções mencionadas perfaz um total de 40 peças, correspondendo assim à amostra minoritária da globalidade das coleções museológicas estudadas. No caso destas coleções, nenhum dos materiais apresenta indicação do respetivo contexto de sepultura.

A Coleção MNA 3075, atribuída ao arqueossítio de Torre das Arcas, é composta por um reduzido conjunto de materiais diversos – material lítico (Catál. TDA.li.001), cerâmica comum (cinco fragmentos de recipientes de cerâmica comum, dois deles característicos – Catál. TDA.cc.071, TDA.cc.072, TDA.cc.081, TDA.cc.083, e TDA.cc.084), e cinco pequenos fragmentos de escória (Catál. TDA.mt.016). Trata-se de material sem indicação de número de inventário ou informação adicional associada para além da indicação da proveniência. Desconhecem-se, por isso, as condições de recolha e de incorporação deste espólio no acervo do Museu Nacional de Arqueologia. Tendo em conta os itens que compõem esta coleção, bem como o conjunto de espólio atribuído ao espaço funerário em causa (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 575), colocam-se algumas reservas quanto às eventuais circunstâncias de recolha destes materiais e quanto à sua atribuição a um contexto funerário – coloca-se a hipótese de pelo menos parte deste espólio poder corresponder a recolhas de superfície, desconhecendo-se a data e os autores das mesmas, e, neste sentido, questiona-se se haverá (ou não) alguma relação com os trabalhos de A. Dias de Deus e Abel Viana.

A Coleção MNA 0393 designa um conjunto de materiais atribuídos ao arqueossítio da Herdade da Chaminé e que, à semelhança da coleção anterior, não apresentam número de inventário atribuído ou indicação do respetivo contexto de sepultura. Trata-se de um conjunto de 33 itens, genericamente agrupáveis nas categorias de material cerâmico (cerâmica comum, cerâmica manual, *terra sigillata* e lucerna), metais e material osteológico, e representativos da diversidade cronológica e cultural revelada pelos enterramentos identificados no(s) espaço(s) funerário(s) da Chaminé. A Ficha de Inventário de Estações Arqueológicas (Departamento de Inventário de Coleções do Museu Nacional de Arqueologia), elaborada na década de 70 do séc. XX, apresenta uma descrição sumária das peças (nem sempre viabilizando uma identificação inequívoca das mesmas) e a indicação “*oferta e depósito de António Dias de Deus*”, dado que nos remete para a conjuntura em que terá ocorrido a incorporação deste espólio no acervo da instituição museológica. Na verdade, pode dizer-se que a Coleção MNA 0393 constitui um precioso testemunho do modo como a história das intervenções na Chaminé se cruzou com a história do atual Museu Nacional de Arqueologia, e em especial com a figura do seu diretor à época – Manuel Heleno.¹²⁴ Assim, e atendendo aos dados conhecidos, somos levados a depreender que a vinda deste espólio para Lisboa e a posterior integração no acervo do museu terá ocorrido na sequência da visita de Manuel Heleno à Herdade da Chaminé, em Outubro de 1949. Nessa ocasião, A. Dias de Deus terá feito a oferta e empréstimo de peças ao então diretor do Museu Etnológico, sendo que as peças emprestadas para estudo nunca terão chegado a ser devolvidas (VIANA, 1956, pp. 7-9). Para além do espólio da Herdade da Chaminé trazido para a capital por Manuel Heleno, a coleção em causa terá ainda incorporado outros materiais (designadamente urnas cerâmicas) enviados, *a posteriori*, pelo funcionário da Colónia Correcional de Vila Fernando. Desconhece-se a quantidade de peças cedidas em empréstimo por A. Dias de Deus, mas sabe-se que, na visita efectuada pelo Professor Catedrático da Faculdade de Letras à necrópole da Chaminé, este terá tido oportunidade de testemunhar a escavação de uma urna cinerária, a qual, segundo informação constante do Parecer apresentado à Junta Nacional de Educação, terá sido recolhida na sua presença e transportada para o então Museu Etnológico, onde se procedeu à respetiva abertura (HELENO, 1951, p. 86). A representação gráfica da urna em questão e respetivo conteúdo constam da publicação citada (*idem*, p. 87), de acordo com o desenho original da autoria de Francisco Valença (MNA: Álbum de Desenhos de Francisco Valença – Arqueologia – 4º Vol. A). Neste âmbito é de registar que uma significativa parte do espólio que compõe a Coleção MNA 0393 (ilustrada em HELENO, 1951) foi retratada pelos desenhadores do museu à época, Francisco Valença e Roque

¹²⁴ Assunto desenvolvido nos subcapítulos II.2.1. e IV.6.1.

Gameiro (MNA: Álbum de Desenhos de Francisco Valença – Arqueologia – 5º e 6º Vol.s; Álbum de Desenhos de Roque Gameiro – Arqueologia e Etnologia). Remontará à aludida visita o conjunto de anotações que Manuel Heleno redigiu num dos seus cadernos (já referido ao longo do presente subcapítulo), intitulado «Nº 1/ 1949/ Cambelas, nº 3/ Antiguidades de Elvas e de Torres Vedras (nº 3)/ (Cambelas)/ Arronches (contas)/ Outubro de 1949» (MNA: APMH/2/18/1), e que se revelou um contributo fundamental para o entendimento da realidade arqueológica da Chaminé.

Considerando as duas coleções do Museu Nacional de Arqueologia acima mencionadas como um todo, ressalta a expressividade percentual do espólio cerâmico, correspondente a 55% (22 itens) do conjunto. O espólio metálico, por sua vez, perfaz cerca de 33% (13 itens) dos materiais estudados, encontrando-se os restantes 12% (5 itens) distribuídos pelas demais categorias de materiais representadas – vidro (um item), material lítico (dois itens), ecofactos (um item) e fauna malacológica (um item). Deste conjunto de peças, 14 correspondem a espólio estudado e publicado por Salete da Ponte (1986, n.ºs 28.7, 28.9, 28.10, 28.11), Jeannette Nolen (1985, n.ºs 359, 360, 517, 518, 532 e 533) e Carlos Fabião (1998, III, Fig.s 29, n.ºs 517, 518, Fig. 30, n.ºs, 532, 533, Fig. 31, n.º 360, Fig. 32, n.ºs 1, 2, 3, 5, 6). O conjunto de fíbulas que compõe a coleção MNA 0393 foi objecto de estudo de um trabalho académico realizado, na década de 70 do séc. XX, por Manuela Martins, dedicado às fíbulas do Museu Nacional de Arqueologia (MARTINS, 1973, texto policopiado).¹²⁵

Museu Geológico/ LNEG (Lisboa)

Do acervo do Museu Geológico interessa-nos em particular a Coleção 76, atribuída à Herdade de Fontalva (Elvas) e genericamente classificada de cronologia romana. Compõem a referida coleção um conjunto de materiais (75 itens no total) distribuídos pela vitrina 19 e pelo armário 37V.75B. A listagem de inventário da Coleção 76 apresenta-se bastante incompleta, isto é, de um total de 75 peças contabilizadas somente 18 têm número de inventário atribuído, e destas apenas uma consta da referida listagem (n.º 76.01/ Catál. FNT.mt.007). Segundo a informação constante da Ficha de Coleção, a Coleção 76 é descrita como espólio proveniente de “sepulturas de incineração do séc. IV D.C. [sic] donde ressalta a variada colecção cerâmica de uso comum, ferramentas de ferro, pesos de tear, cerâmica sigilata [sic] e, em especial, a lucerna bylichnis”, parte da qual esteve temporariamente cedida ao Museu Nacional de Arqueologia por ocasião da exposição *Portugal romano: a exploração dos recursos naturais*, em 1997. A coleção em questão é maioritariamente composta por espólio

¹²⁵ Agradecemos à equipa do Departamento de Inventário de Coleções do Museu Nacional de Arqueologia, e em especial à Luísa Guerreiro, por nos ter facultado o acesso ao trabalho citado (policopiado).

metálico (51%, ou seja, 39 itens, incluindo uma significativa quantidade de pregos), para além de cerâmica diversa (cerâmica comum, *terra sigillata*, cerâmica de paredes finas e uma lucerna), correspondente a 42% (32 itens) do conjunto de materiais. Contabiliza-se ainda material lítico (3 itens), incluindo um aparente elemento de construção em mármore (Catál. FNT.li.001), e vítreo (1 item), perfazendo os restantes 7% deste espólio atribuído a Fontalva. Deste conjunto cerca de 20% (15 itens¹²⁶) correspondem a espólio estudado (de forma mais ou menos sumária) e publicado por autores diversos, ao longo da segunda metade do séc. XX e inícios da atual centúria (ALARCÃO, A., 1975; ALMEIDA, 1962; AREZES, 2010; FERREIRA, 1951; FERREIRA, 1966; PAÇO & FERREIRA, 1951; PAÇO, FERREIRA & VIANA, 1957).

De assinalar que do acervo do Museu Geológico constam também duas outras coleções atribuídas ao sítio da Herdade de Fontalva – a Coleção 204 (armário 19, prateleira 1) e a Coleção 235 (armário 59V.59B), a primeira composta por material lítico (38 peças inventariadas), datável do Paleolítico, e a segunda por um conjunto de espólio diverso (301 peças inventariadas), atribuído a época neolítica. Um factor comum às três coleções enumeradas parece ser o facto de corresponderem a recolhas e/ou ofertas de Ruy d'Andrade¹²⁷, então proprietário da Herdade de Fontalva, ao Museu dos Serviços Geológicos (ALMEIDA, 2000, p. 22; SEPÚLVEDA & CARVALHO, 1998, p. 245) – “*em Fontalva, os seus proprietários recolhem cuidadosamente tudo o que represente interesse arqueológico, ofertando [sic] depois ao Museu dos Serviços Geológicos*” (PAÇO, VIANA, FERREIRA, 1957, p. 112). Reconhece-se, pois, que no caso particular de Fontalva, a recolha e depósito do respetivo espólio assumiu contornos distintos das restantes necrópoles alto alentejanas que compõem a nossa amostra de estudo, não sendo possível traçar, de forma precisa, a conjuntura que explica uma eventual ligação dos achados de Fontalva às ‘pesquisas’ de Abel Viana e A. Dias de Deus.¹²⁸ Desconhece-se o contexto de achado dos materiais de cronologia romana e tardo-antiga atribuídos ao arqueossítio de Fontalva e entregues aos Serviços Geológicos, bem como as condições em que terá ocorrido a respetiva descoberta e recolha, e quais os responsáveis. Assim sendo, a nossa opção em incluir Fontalva no conjunto de necrópoles em análise assenta fundamentalmente no facto de Abel

¹²⁶ Valor que não inclui os “*oito pregos de cabeça redonda*” e os “*oito fragmentos, ou pregos inteiros*” referidos por PAÇO, FERREIRA & VIANA (1957, p. 131), em virtude da impossibilidade de identificar quais as peças correspondentes na amostra estudada.

¹²⁷ Ruy d'Andrade era filho de Alfredo de Andrade (1839-1915), referência internacional da Pintura e Arquitetura oitocentistas e mentor do projeto de construção de Font'Alva, à imagem das antigas *villae* romanas (ANDRADE, 1948). Ruy d'Andrade, reputado agrónomo e hipólogo, fundador da Coudelaria d' Andrade, sucedeu ao pai na administração da vasta propriedade e fez questão de reconhecer e valorizar o património arqueológico existente nos terrenos da herdade (ALMEIDA, 2000, pp. 21-22).

¹²⁸ Assunto desenvolvido no subcapítulo IV.5.

Viana se ter dedicado ao estudo do espólio proveniente daquele arqueossítio (PAÇO, FERREIRA & VIANA, 1957), a par da relevância do conjunto de materiais disponíveis para o conhecimento da realidade funerária e tardo-antiga no atual território alto alentejano.

III.

METODOLOGIA

III.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA AMOSTRA EM ESTUDO E OPÇÕES METODOLÓGICAS

A amostra de estudo do presente trabalho de investigação desdobra-se em duas vertentes indissociáveis entre si – os arqueossítios em análise e o respectivo espólio. Ao longo do presente Capítulo passaremos a explanar as vicissitudes e critérios que ditaram a seleção da nossa amostra, bem como os pressupostos metodológicos adoptados para proceder ao seu estudo.

– AS NECRÓPOLES –

Para o apuramento do conjunto de 22 arqueossítios com evidências de natureza funerária de época romana e/ou tardo-antiga que constituem objecto do nosso estudo procedeu-se à compilação de todos os dados conhecidos sobre as denominadas «necrópoles céltico-romanas» alto alentejanas, abrangendo não apenas a informação publicada sobre os sítios, desde meados da década de 40 do séc. XX até à atualidade, mas também toda a informação de natureza documental a que pudemos ter acesso. Neste âmbito recorde-se que, para além das publicações da autoria de Abel Viana e/ou Abel Viana e A. Dias de Deus, contámos com os trabalhos de M.^a José Almeida (1999-2000; 2000) e André Carneiro (2014) como obras de referência sobre o ocupação do atual território elvense em época romana.

Conforme já tivemos oportunidade de expor anteriormente¹²⁹, as fontes documentais disponíveis colocam em evidência a existência de outros sítios (para além dos 22 apurados) com evidências funerárias e que, tendo sido identificados e/ou explorados por A. Dias de Deus ao longo das suas 'pesquisas', não constam das publicações que resultaram da parceria entre o funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando e Abel Viana. Referimo-nos, por exemplo, aos arqueossítios da Pegacha, Celeiro, Casas Velhas e Defesa¹³⁰, todos eles sítios na freguesia de Barbacena e Vila Fernando (Elvas),

¹²⁹ Subcapítulo II.2.1.

¹³⁰ Relativamente ao sítio da Defesa (de Cima), é necessário esclarecer a aparente existência de dois arqueossítios homónimos – o sítio da Defesa de Cima, localizado na freguesia de Rio de Moinhos (Borba; CMP 440), na margem direita da Ribeira de Lucefece, a Este da povoação de Bencatel; e o sítio do Monte da Defesa de Cima, sito na freguesia de Vila Fernando (Elvas; CMP 413), na margem direita da Ribeira da Colónia. O primeiro é referido por J. Alarcão (1971, p. 39, n.º 46; 1988, II, 3, p. 158, n.º 6/264) como local de achado de vidros romanos, constituindo estes parte integrante da coleção particular de João de Figueiredo (Conservador do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança em meados dos anos 40-60 do séc. XX), em cuja propriedade teriam sido encontrados. O espólio em questão deverá manter-se atualmente em posse de colecionadores privados, uma vez que não foi identificado/ localizado material vítreo atribuído ao sítio da Defesa de Cima na Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança. Em Carneiro (2014, II, p. 77, n.º 04.14.), o sítio em

assim como às evidências documentadas em Monte do Pico, Monte do Valentim e Monte dos Serronicos (Barbacena e Vila Fernando, Elvas) (MACIEL, 2015, pp. 196 e 198). Note-se que, em todos estes casos, nos referimos a locais bastante próximos da Colónia de Vila Fernando (o mais distante de Vila Fernando corresponde ao Monte do Valentim, localizado sensivelmente a 6 km para Norte do estabelecimento correcional) e, por esse motivo, de fácil acesso para A. Dias de Deus e parceiros de ‘pesquisas’. Atente-se também ao facto de não se conhecerem indicações relativas à cronologia das evidências funerárias identificadas, ainda que os indícios sugiram uma eventual atribuição a época romana. No caso do Monte das Casas Velhas, a alusão a “*uma fonte, considerada romana e pedras de granito de aparelho romano*” (MACIEL, 2015, p. 197) e à descoberta, em 1730, de “*um cadáver antigo (...), junto da estrada real que vai para Lisboa*”¹³¹ (LOURO, 1995², p. 34) parecem sugerir essa cronologia. Apesar de não incluirmos os arqueossítios citados na nossa amostra de estudo, entendeu-se por bem enumerá-los, por se considerar tratar-se de informação pertinente, quer para avaliar o raio de ação e o impacto da atividade exploratória desenvolvida pelos funcionários da Colónia Penal (e Abel Viana), quer para ilustrar as potencialidades da área geográfica em análise no que respeita ao âmbito da arqueologia funerária romana. Excluiu-se igualmente da nossa amostra de estudo o arqueossítio de Terena [freguesia de Terena (São Pedro), Alandroal]. Recorde-se que esta opção se prendeu, por um lado, com o nosso desconhecimento sobre as “*pesquisas e reconhecimentos*” levados a cabo naquela localidade (AFCB: DEUS, 29/01/1955, pp. 1-2; MRB: VIANA, 21/01/1955, pp. 1-2) e, por outro, com o facto de o reduzido conjunto de peças disponível apresentar a indicação

questão é genericamente designado como “*pequeno sítio*”, com base nas indicações constantes do PDM do concelho de Borba. Na publicação dedicada por Abel Viana ao estudo de espólio vítreo, o autor inclui duas peças atribuídas ao sítio de Defesa de Cima, no concelho de Borba (VIANA, 1960-1961, p. 33, n.ºs 98 e 106, Est.s V e VI), um dos quais posteriormente publicado por Jorge Alarcão (1971, p. 39, n.º 46). Apesar do estudo deste espólio por parte de Abel Viana, parece-nos que o achado de tais peças deverá ter ocorrido de forma casual, não se devendo a eventuais ‘pesquisas’ levadas a cabo por A. Dias de Deus e pelo arqueólogo na propriedade do então Conservador do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança. Na verdade, e considerando os dados disponíveis, o arqueossítio explorado pelo funcionário da Colónia Correcional parece localizar-se em território elvense. A já citada referência genérica à identificação/ exploração de “*quatro sepulturas na herdade da Defesa*” (AFCB: DEUS (?), [s.d.], p. 2) não fornece dados seguros quanto à localização do arqueossítio, pelo que se colocam duas hipóteses: a hipótese deste achado ter ocorrido no sítio da Defesa, nas proximidades do Monte da Defesa do Meio, ou a possibilidade destes enterramentos terem sido localizados na propriedade do Monte da Defesa de Cima, a Este da Defesa do Meio. Há que ter em conta a referência a espólio encontrado por Thomás João Pires na exploração de uma “*anta meio destruída no Poço Novo, Herdade da Defesa de Cima*” (CME/ BME: Registo de Entradas de Peças no Museu Municipal de Elvas – Arqueologia Pré-histórica). Este dado leva-nos a considerar verosímil que o achado das quatro sepulturas possa ter ocorrido na sequência de ‘pesquisas’ levadas a cabo pelo(s) funcionário(s) da Colónia Correcional na herdade da Defesa de Cima, eventualmente em busca dos vestígios megalíticos ali anteriormente explorados por Thomás João Pires. Não nos tendo sido possível confirmar esta hipótese, mantém-se em aberto a localização do mencionado conjunto de sepulturas, mas propõe-se a respectiva integração no território da freguesia de Vila Fernando (Elvas).

¹³¹ Acerca do hipotético traçado da via romana nas imediações do sítio de Casas Velhas, ver CARNEIRO, 2014, I, p.170.

“aquisição por compra”¹³² (NOLEN, 1985, pp. 13-14). Ainda que, atendendo às características dos materiais, facilmente se conceba a hipótese de se tratar de espólio recolhido em contexto funerário (idem, p. 14), desconhece-se o contexto de achado das peças e sequer se podem (ou não) estar efetivamente relacionadas com as pesquisas de A. Dias de Deus e Abel Viana.

Com vista a facilitar a gestão do avultado volume de dados disponíveis (ainda que nem sempre compagináveis entre si) e a assegurar um tratamento sistemático e uma apresentação tão clara quanto possível dos mesmos, procedeu-se à criação de uma base de dados para a amostra de necrópoles em estudo. Esta tarefa consistiu na criação de um conjunto de ficheiros, em formato digital, para cada um dos arqueossítios, contendo toda a informação disponível sobre estes (publicações, fontes documentais, registos gráficos e/ou fotográficos) e em permanente atualização à medida que íamos avançando na nossa investigação e na recolha de novos dados. Procurámos ter em linha de conta as experiências e propostas de VAQUERIZO GIL (2002, II, p. 143-200), SORIANO CASTRO (2006), e ARIAS SÁNCHEZ & BALSAMEDA MUNCHARAZ (2015), ressaltando as devidas diferenças impostas pela natureza da informação disponível sobre as ditas «necrópoles céltico-romanas elvenses» e assumindo que os dados reunidos ficavam longe de nos facultarem um retrato completo da multidimensionalidade do registo arqueológico funerário. Tal base de dados individualizada constituiu o ponto de partida para a organização e elaboração do Capítulo IV. Assim sendo, impõe-se esclarecer, em primeiro lugar, que, para a apresentação do conjunto dos espaços funerários em estudo, se entendeu por bem adoptar o modelo apresentado por Jorge de Alarcão na publicação *Roman Portugal* (1988b), e posteriormente seguido por André Carneiro (2014, II). Para cada um dos arqueossítios indica-se o respectivo topónimo e localização topográfica (freguesia/ concelho/ distrito), a Carta Militar de Portugal correspondente (escala 1:25 000) e as respectivas coordenadas de georreferenciação (Código do Sistema de Referência: WGS84 Gauss-Kruger). Indicam-se ainda o Código Nacional de Sítio (DGPC) e o acrónimo. Este último corresponde a uma sigla formada por 3 caracteres maiúsculos, atribuída a cada necrópole e utilizada como referência ao longo deste trabalho, designadamente na numeração dos materiais que integram o nosso Catálogo (Anexo 3, Volume III). Passamos, pois, a indicar os acrónimos criados para cada um dos arqueossítios em análise, seguindo a ordem acima indicada:

CRN – Herdade das Carninhas (Portalegre/ Arronches/ Assunção)

NSC – Nossa Senhora do Carmo (Portalegre/ Arronches/ Assunção)

ADR – A-do-Rico (Portalegre/ Campo Maior/ Nossa Senhora da Graça dos Degolados)

¹³² Conforme referido no subcapítulo II.2.2., a compra destas peças remonta à década de 60 do séc. XX.

EPE – Eira do Peral (Portalegre/ Monforte/ Santo Aleixo)

FNT – Herdade de Fontalva (Portalegre/ Elvas/ Santa Eulália)

CHA – Chaminé (Portalegre/ Elvas/ Barbacena e Vila Fernando)

SER – Serrones (Portalegre/ Elvas/ Barbacena e Vila Fernando)

ALC – Alcarapinha (Portalegre/ Elvas/ Barbacena e Vila Fernando)

HSE – Horta da Serra (Portalegre/ Elvas/ São Brás e São Lourenço)

TDA – Torre das Arcas (Portalegre/ Elvas/ São Brás e São Lourenço)

HPI – Horta das Pinas (Portalegre/ Elvas/ São Vicente e Ventosa)

TRG – Terrugem (Portalegre/ Elvas/ Terrugem e Vila Boim)

CMG – Herdade da Camugem (Portalegre/ Elvas/ Terrugem e Vila Boim)

PDZ – Padrãozinho (Évora/ Vila Viçosa/ Ciladas)

Neste caso verifica-se o desdobramento do acrónimo em **PDZ1** e **PDZ4**, alusivos, respectivamente, à “*necrópolis número 1*” e “*necrópolis número 2*” de Padrãozinho, conforme descritas em VIANA & DEUS, 1955c (pp. 1-2 e 3-7).

OSL – Olival da Silveirinha (Portalegre/ Elvas/ Terrugem e Vila Boim)

CRV – Anta do Carvão (Évora/ Vila Viçosa/ Ciladas)

HDQ – Herdade dos Queimados (Évora/ Vila Viçosa/ Ciladas)

PAD – Padrão (Portalegre/ Elvas/ Assunção, Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso)

MOV – Monte da Ovelheira (Portalegre/ Elvas/ Assunção, Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso)

SRF – São Rafael (Portalegre/ Elvas/ Assunção, Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso)

CRD – Cardeira [Évora/ Alandroal/ União das freguesias de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)]

JUR – Juromenha [Évora/ Alandroal/ União das freguesias de Alandroal (Nossa Senhora da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (Nossa Senhora do Loreto)]

Em segundo lugar, procurou-se que a análise de cada uma das necrópoles obedecesse a quatro pontos fundamentais, complementares entre si:

- o sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos;
- a caracterização do espaço e práticas funerárias;
- o espólio funerário;
- e, por fim, os limites cronológicos propostos.

Desta forma, e no que respeita ao primeiro ponto enunciado, foi nossa intenção contextualizar, tanto quanto os dados disponíveis o permitiram, as condições da descoberta dos arqueossítios e/ou dos trabalhos e recolhas realizados. Procurou-se igualmente descrever a implantação topográfica dos antigos espaços funerários e o seu estado atual de preservação, com base nas saídas de campo efectuadas para realocização dos arqueossítios. Relativamente a este aspecto, são de assinalar as dificuldades sentidas na identificação e localização das evidências arqueológicas funerárias dadas a conhecer por Abel Viana e A. Dias de Deus; dificuldades explicáveis quer pelas limitações da informação disponível, quer pelas profundas alterações na paisagem registadas ao longo das mais de cinco décadas que nos separam das intervenções dos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando. Consequentemente, e com exceção do arqueossítio de São Rafael (cuja realocização não suscitou quaisquer dúvidas em virtude das evidências conservadas no terreno), a localização apresentada para as necrópoles em estudo corresponde, não ao seu posicionamento exato, mas aos locais onde se assinala o topónimo referenciado pelos ‘pesquisadores’ (LOPES, 2000, p. 24), ou, sempre que possível, a pontos na paisagem aparentemente enquadráveis no perfil descrito pelos autores e que, se supõe, possam corresponder aos locais de implantação dos arqueossítios. No que concerne à caracterização dos espaços funerários, pretendeu-se fornecer (uma vez mais, tanto quanto nos foi possível) uma ‘leitura’ da organização interna e composição desses mesmos espaços, identificando aspectos como: a extensão da área escavada (e/ou daquela que se estima tenha ficado por escavar); o número de enterramentos identificados/ explorados; o(s) rito(s) funerário(s) praticado(s); a orientação, morfologia e dimensões das tumulações; o espólio exumado, a respectiva posição no contexto sepulcral e a função desempenhada por este (função ritual, mágico-simbólica e profiláctica, ou simplesmente utilitária, como por exemplo, a identificação de restos do suporte funerário).¹³³ Todavia, no caso do nosso objecto de estudo, a escassez de registos conhecidos sobre as recolhas e trabalhos de campo realizados, e as decorrentes limitações dos dados que chegaram até nós, somente possibilitaram, no melhor dos casos, observações relativas à arquitetura tumular, rito(s) praticado(s), e/ou às oferendas fúnebres. As necrópoles de Padrãozinho, Serrones e Torre das Arcas constituem casos excepcionais no que respeita ao volume da informação disponível, em virtude, conforme já aludimos, de um maior cuidado no registo dos trabalhos arqueológicos e na posterior publicação dos resultados (DEUS, LOURO & VIANA, 1955; VIANA, 1955c; VIANA & DEUS, 1955a), e da existência de anotações de campo elaboradas por A. Dias de Deus (MRB: [s.a.], [s.d.]; [s.a.],

¹³³ ARIAS SÁNCHEZ & BALSAMEDA MUNCHARAZ, 2015; FERNÁNDEZ SUTILLO, 2016.

[s.d.]b; DEUS, [s.d.]a; DEUS, [s.d.]b; DEUS, [s.d.]e; DEUS, [s.d.]f; DEUS, [s.d.]h).¹³⁴ Ainda assim, de um modo geral, vimos comprometida, de forma irremediável, a resposta a questões relacionadas, por exemplo, com a proporção de número de enterramentos por área escavada; o espaço entre sepulturas; a eventual identificação de áreas diferenciadas de enterramentos no espaço funerário e a representatividade dessas áreas; a reconstituição de práticas rituais e simbólicas associadas ao *funus*; ou a análise do material osteológico. De igual modo, verificou-se, reiteradas vezes, a dificuldade ou impossibilidade de reconstituição dos conjuntos funerários, recaindo então a nossa análise sobre um conjunto de materiais genericamente atribuídos a uma necrópole, sem indicação de contexto sepulcral. Em paralelo, procurou-se compreender a interação entre os diferentes espaços funerários e o ‘mundo dos vivos’, através da tentativa de identificação de eventuais sítios de *habitat* ou outros núcleos populacionais que pudessem ter estado associados à constituição e utilização das necrópoles, bem como de eventuais reaproveitamentos e reconversões de antigas estruturas (de natureza utilitária diversa) em espaços de natureza funerária. Na abordagem ao espólio funerário atribuído às «necrópoles céltico-romanas» alto alentejanas, optou-se por uma apresentação concisa, baseada no trabalho prévio de reagrupamento dos diversos materiais e na inventariação preliminar dos mesmos. Para além da informação relativa à totalidade de peças identificadas/ localizadas para cada espaço funerário e atuais locais de depósito, e da análise quantitativa e qualitativa de cada (sub)amostra, privilegiou-se a reconstituição dos conjuntos funerários, sempre que a informação disponível assim o permitiu. Nestes casos – A-do-Rico, Fontalva, Serrones, Torre das Arcas, Padrãozinho, Padrão e Cardeira, a nossa atenção centrou-se, por um lado, na identificação de eventuais padrões de associação de oferendas fúnebres entre os conjuntos documentados e, por outro, no apuramento dos limites cronológicos de cada enterramento. Para a maioria dos espaços funerários, porém, e conforme já acima referido, a inviabilidade da identificação dos contextos sepulcrais e da reconstituição dos conjuntos funerários condicionou o nosso estudo, não nos permitindo ir além da definição de um enquadramento cronológico genérico para cada uma das necrópoles.

¹³⁴ Ver Anexo 1.

Topónimo (Freguesia, Concelho, Distrito) – Acrónimo				Código Nacional de Sítio (CNS)		Carta Militar de Portugal (CMP)	
Rito Funerário: Número de Sepulturas: Arquitetura Tumular: Espólio Identificado (n.º total de peças):							
				Orientação: Locais de Depósito:			
Fontes e Referências Bibliográficas: Cronologia Geral Proposta:							
N.º Catálogo	Depósito N.º Inv.	Sepultura	Descrição	Quantidade	Cronologia	Estampa(s)	Ref.(s) Bibliográfica(s)
Espólio Não Identificado/ Localizado:			Descrição	Quantidade	Cronologia	Referências Bibliográficas	

FIG. 1: EXEMPLO DE TABELA DE NECRÓPOLE, CONFORME CONSTANTE DE ANEXO 2.

Como complemento do Capítulo IV., e para efeitos de uma leitura mais abrangente e facilmente inteligível, quer da realidade arqueológica dos arqueossítios em análise, quer do espólio associado e cronologias propostas, foi criada uma tabela referente a cada necrópole (Anexo 2). Nestas tabelas incluímos as informações essenciais para a caracterização do arqueossítio e a listagem do conjunto de materiais atribuídos ao mesmo. Tendo em conta que a maioria da nossa amostra não tem contexto de sepultura conhecido, entendeu-se apresentar as listagens dos materiais devidamente agrupados por categoria e, sempre que possível, por núcleos de enterramentos no seio da respectiva necrópole (vejam-se, por exemplo, os casos da Chaminé ou de Padrãozinho). Na impossibilidade desta associação do espólio a determinado contexto de achado, as peças são apresentadas sob a designação geral de «espólio sem contexto de sepultura conhecido e/ou de proveniência incerta». Ressalte-se que, à exceção dos conjuntos funerários de A-do Rico, Fontalva, Padrão e Cardeira, elencados como tal nas tabelas referentes a cada uma destas necrópoles, os conjuntos funerários identificados para Serrones, Torre das Arcas e Padrãozinho são apresentados no Anexo 1, no denominado Anexo aos Subcapítulos IV.7., IV.10. e IV.14.. Atendendo ao volume de informação disponível sobre estes espaços funerários, considerou-se pertinente associar a reconstituição dos conjuntos de oferendas à caracterização dos respectivos contextos sepulcrais, reservando-se para as tabelas uma listagem sequencial do espólio, agrupado em função dos critérios já mencionados – categoria e eventual núcleo de enterramentos.

– OS MATERIAIS –

No decurso do nosso projeto de investigação apurou-se um total de 1078 itens, com proveniência atribuída, com maior ou menor segurança, às denominadas «necrópoles céltico-romanas elvenses». Para além da peça Catál. FNT.epi.001 (Coleção Particular), trata-se de um conjunto de materiais distribuído por diferentes instituições museológicas, conforme tivemos oportunidade de explicar no Subcapítulo II.2.2.. A percentagem maioritária do espólio que compõe a nossa amostra de estudo integra o acervo do Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança (791 itens). Da Coleção de Arqueologia do antigo Museu Municipal de Elvas contamos com 171 peças, do Museu Geológico/ LNEG com 75 itens, e do Museu Nacional de Arqueologia com um conjunto de 40 peças. Atendendo às vicissitudes que marcaram as estas ‘pesquisas’ alto alentejanas, não nos deve surpreender que os materiais que constituem a nossa amostra não correspondam à totalidade do espólio recolhido pelos ‘pesquisadores’ e, ao mesmo tempo, estejam longe de corresponder a todo o espólio identificado no decurso do processo de escavação dos arqueossítios. A fim de assegurar uma maior coerência na gestão e tratamento dos materiais, optou-se por não incluir na nossa amostra as peças para as quais não tenha sido possível identificar a respectiva origem e/ou eventuais correspondências nas publicações da autoria de Abel Viana e/ou Abel Viana e A. Dias de Deus. Obedecendo a tal critério, partimos de um inventário inicial de cerca de 1175 peças (com e sem proveniência conhecida, publicadas e inéditas) para o apuramento e seleção do referido total de 1078 itens atribuídos às necrópoles alto alentejanas. Do conjunto apurado, cerca de 61% (654 itens) corresponde a material identificado como proveniente de determinado espaço funerário mas sem indicação do respectivo contexto de sepultura. Na realidade, da nossa amostra de estudo apenas 381 peças (35% do total) se reportam, com relativa segurança, a um contexto sepulcral. Paralelamente, há ainda que contabilizar:

- 28 itens de contexto desconhecido, isto é, atribuíveis aos arqueossítios em análise mas sem informação que confirme o respectivo achado em contexto funerário (vejam-se, por exemplo, algum do espólio atribuído à Terrugem e as três peças provenientes do Carrão, presumivelmente associadas a um contexto habitacional, e não funerário);
- e 15 itens resultantes de recolhas de superfície que, ao contrário dos restantes materiais, nada têm que ver com as explorações dos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando e Abel Viana, mas sim com trabalhos de prospeção realizados entre o último quartel do séc. XX e os inícios da centúria seguinte (referimo-nos em particular ao espólio do Monte da Ovelheira e a dois itens recolhidos em Torre das Arcas).

Os critérios que justificam a inclusão destes materiais no conjunto em análise prendem-se, por um lado, com a necessidade de complementar a escassa informação disponível sobre os sítios, e, por outro, (como no caso das peças de *terra sigillata* clara do Carrão), com a relevância do espólio em causa para uma tentativa de leitura diacrónica da relação entre os espaços funerários e os espaços de vida que lhes possam ter estado associados.

Da totalidade do espólio que nos propomos apresentar, cerca de 51% (558 itens) corresponde a cerâmica comum, conforme a definição proposta por PINTO (2003, pp. 50-60). Se nos reportarmos somente ao conjunto de material cerâmico, esta percentagem ascende aos 71%. Considerando a globalidade da amostra de cerâmica (incluindo cerâmicas finas e de construção), esta abarca um percentual maioritário – 73% – do total dos materiais selecionados. Deste espólio sobressai igualmente o conjunto de *terra sigillata*, com 123 itens, compondo assim 11% da amostra geral e 16% da parcela de material cerâmico. As paredes finas e as lucernas encontram-se também representadas, correspondendo, respectivamente, a 6,5% (53 itens) e 3,6% (29 itens) do material cerâmico, e a 4,8% e 3,6% do total da amostra. Por sua vez, a cerâmica de construção, representada por 26 itens, perfaz cerca de 3,3% desta categoria artefactual e 2,4% da amostra geral. Destes 26 itens sete encontram-se atribuídos ao arqueossítio da Terrugem, desconhecendo-se o respectivo contexto de achado (funerário ou outro), e 19 correspondem a material presumivelmente utilizado na construção de estruturas tumulares, sem que tenha sido possível apurar a necrópole e sepultura de origem. De notar que a cerâmica manual (28 itens) integra o conjunto da cerâmica comum, encontrando-se representada por cerâmica utilitária da Idade do Ferro ou de tradição indígena, 12 cossoiros, e seis pesos de tear. Os metais correspondem à segunda categoria de espólio mais representada, totalizando 20% (216 itens) da nossa amostra. Por sua vez, os vidros correspondem a apenas 4,5% (49 itens) do total. As restantes (sub)categorias de materiais perfazem percentagens residuais da amostra geral: material lítico – 0,9% (10 itens), material epigráfico – 0,5% (6 itens), ecofactos e outros – 0,5% (6 itens), e numismas – 0,2% (2 itens). Registe-se que a propósito do espólio numismático resultante dos trabalhos de exploração destas necrópoles permanecem bastantes interrogações. Em DEUS, LOURO & VIANA (1955, pp. 570, 577-578, nota 3), os autores dão conta do achado de moedas nos sítios de Padrãozinho (cinco numismas), Carrão (cerca de 30 numismas), Terrugem (um número indeterminado de médios bronzes de Valentiniano), Vila Fernando (um denário), e Juromenha (um bronze de Maxêncio). Não obstante estas informações, não nos foi possível identificar/ localizar quaisquer destes numismas.

A propósito da identificação do espólio, é de realçar que a preocupação em cruzar o máximo de informação, procedente das variadas fontes disponíveis, foi transversal a todo o trabalho de investigação realizado. No caso particular do estudo dos materiais, procurou-se articular os diferentes registos de inventário e informações adicionais, com o fito de assegurar uma identificação tão inequívoca quanto possível dos materiais e respectivo contexto de achado. Conforme tivemos oportunidade de esclarecer ao longo do Subcapítulo II.2.2., a intenção de identificar a proveniência e contexto de achado do espólio, com vista à reconstituição dos conjuntos funerários, passou pela tentativa de reconhecimento de eventuais correspondências entre as peças observadas no decurso do nosso estudo e as peças ilustradas por VIANA e/ou VIANA & DEUS. Esta tarefa revelou-se difícil, morosa, e, em grande parte dos casos, infrutífera. Tal dificuldade ficou a dever-se, por um lado, ao vazio de informação sobre os conjuntos de espólio associados às sepulturas exploradas pelos autores¹³⁵ e, por outro lado, ao grafismo das próprias publicações, designadamente as reduzidas dimensões e fraca resolução das fotos publicadas¹³⁶, bem como o ‘amontoado’ de imagens apresentadas por estampa, favorecendo os lapsos e confusões na legendagem e na identificação das peças. Apesar destes condicionalismos, e com a intenção de identificar o maior número de correspondências possível, recorreu-se à consulta e cruzamento das seguintes fontes: em primeiro lugar, e a par das publicações de Abel Viana e A. Dias de Deus, a preciosa informação publicada pelos autores que nos antecederam no estudo deste espólio (ALARCÃO, A., 1961; ALARCÃO, J., 1968; ALARCÃO, J., 1975; ALARCÃO & ALARCÃO, 1967; ALARCÃO & PONTE, 1976; ALMEIDA, 1962; AREZES, 2010; AREZES, 2011; AREZES, 2014; DELGADO, 1968; ENCARNAÇÃO, 1984; FABIÃO, 1998; FERREIRA, 1966; MAYET, 1975; MAYET, 1983; NOLEN, 1985; NOLEN, 1995-1997; PAÇO & FERREIRA, 1951; PAÇO, FERREIRA & VIANA, 1957; PONTE, 1986; PONTE, 2004; SEPÚLVEDA & CARVALHO, 1998); em segundo lugar, os registos de inventário e outro material documental diverso, facultados pelas instituições museológicas que integram nas suas coleções materiais das ditas «necrópoles céltico-romanas elvenses»¹³⁷; e, por último, mas não menos relevante, toda a

¹³⁵ Referimo-nos a descrições sumárias do espólio, raras vezes apresentado e estudado individualmente, privilegiando-se as apreciações de conjunto sobre cada uma das categorias de materiais arqueológicos exumados e/ou as enumerações sucintas por contexto de sepultura (recorde-se a publicação sobre Padrãozinho e Torre das Arcas – VIANA & DEUS, 1955c), sem possibilitar uma inequívoca identificação das peças e associação ao respectivo contexto de sepultura.

¹³⁶ Situação particularmente gravosa no caso de espólio com características formais semelhantes e, portanto, pouco distintivas entre si, como se verifica, por exemplo, com alguns dos principais conjuntos de formas de cerâmica comum representados (potes/ urnas, tigelas, pratos).

¹³⁷ A este respeito valorize-se o trabalho desenvolvido por J. Nolen na elaboração do inventário da Coleção de Arqueologia da Casa de Bragança – o esforço colocado por esta investigadora na identificação de correspondências para as peças nas

documentação atribuída a Abel Viana e a A. Dias de Deus a que nos foi possível ter acesso (AMCV; AFCB; MNA; MRB). Tendo por base os dados fornecidos pelas fontes enumeradas, procedeu-se à comparação entre cada uma das peças observadas e as fotos e ilustrações dos diversos artigos publicados por VIANA e/ou VIANA & DEUS, bem como à confrontação com as listagens de espólio (com indicação de dimensões) publicadas pelos autores citados (VIANA & DEUS, 1958; VIANA, 1855b). Sempre que nos deparámos com contradições entre as diversas fontes disponíveis, assumimos a opção de privilegiar a informação que se nos afigurou mais fidedigna para cada caso. Em geral, considerou-se que as fontes documentais (e, em especial, as anotações de A. Dias de Deus), anteriores às publicações e, presume-se, temporalmente mais próximas dos trabalhos de campo, pudessem corresponder aos registos mais idóneos e fiáveis.

Importa ainda assinalar que das cerca de 850 peças atribuídas às necrópoles romanas alto alentejanas e publicadas ao longo da segunda metade do séc. XX e inícios do séc. XXI, constam da nossa amostra 677, correspondendo as demais – 401 itens, ou seja, 37% da amostra – a material inédito. Neste sentido, gostaríamos de reforçar a ideia de que o nosso intuito não foi o de refazer o que já se encontrava feito por aqueles que nos precederam ou substituir os estudos anteriores, mas sim complementar os estudos já existentes. O trabalho de investigação desenvolvido teve como propósito fornecer uma visão de conjunto de toda a informação disponível sobre a temática escolhida. No que concerne à cultura material, e apesar da significativa quantidade de peças que já se encontram publicadas, considerou-se fundamental para o cumprimento do nosso objectivo a identificação da totalidade dos materiais provenientes dos espaços funerários em análise, bem como a catalogação e estudo preliminar desses mesmos materiais, procurando privilegiar acima de tudo o critério da proveniência (ou eventual contexto de sepultura), e não o da categoria artefactual, conforme foi prática comum nos estudos anteriores. Numa futura e almejada etapa do nosso projeto de investigação, é o nosso intuito dar continuidade à análise preliminar que agora se apresenta, através da elaboração de novos estudos de carácter monográfico, dedicados a cada um dos diferentes espaços funerários e espólio associado.

III.2. O CATÁLOGO

A gestão do espólio atribuído aos arqueossítios em análise implicou a elaboração de um Catálogo que permitisse, de forma sistemática e segundo critérios previamente estabelecidos, a aplicação de uma

publicações de Abel Viana e/ou Abel Viana e A. Dias de Deus constituiu para nós um precioso auxílio, ainda que nem sempre tenhamos estado de acordo com as suas propostas.

dupla abordagem no tratamento dos materiais – uma abordagem quantitativa, através da inventariação, organização do espólio, e respectivo tratamento estatístico; e uma abordagem qualitativa, assente na caracterização morfo-tipológica das peças, atribuição ou afinação de cronologias, e, se possível, reconstituição dos conjuntos de sepultura. Convém esclarecer que se entendeu adoptar para o tratamento deste acervo os princípios e metodologia definidos para o estudo dos materiais da necrópole romana da Rouca (ROLO, 2010, I, pp. 44-50; II, p. 228), por um critério de eficiência e coerência metodológica na análise de temáticas idênticas. Assim sendo, as linhas mestras da estratégia aplicada na análise do espólio das necrópoles romanas alto alentejanas e os critérios-base de concepção e organização do respectivo Catálogo encontram-se já expressos no trabalho citado (ibidem). Não obstante, considera-se indispensável tecer algumas considerações sobre o processo de inventariação/ catalogação das peças em estudo e as vicissitudes que ditaram algumas das opções assumidas em termos de formato e conteúdo da base de dados apresentada no Anexo 3.

Foram elaboradas 1078 Fichas de Catálogo, cada qual referente a uma peça/ fragmento ou conjunto de fragmentos pertencentes à mesma peça, tendo em conta as normas constantes de RAPOSO, MARTINS & CORREIA, 2000, e CRUZ & CORREIA, 2007. A ficha descritiva-padrão foi concebida de modo a viabilizar a inventariação e descrição de materiais de categorias diversas. Somente para as epígrafes se considerou conveniente a criação de um modelo de Ficha de Catálogo diferenciado, mais adequado à natureza da informação tratada. A cada uma das peças inventariadas foi atribuído um **número de Catálogo**, composto por: acrónimo do arqueossítio + sigla identificativa da (sub)categoria do item + número correspondente na listagem sequencial elaborada (por exemplo, FNT.mt.017). Sempre que dispomos de indicação do contexto de sepultura da peça, acrescentou-se ‘_número de sepultura’, de modo a tornar facilmente identificáveis todos os materiais que se reportem ao mesmo conjunto funerário (por exemplo, PDZ4.cc.038_20).¹³⁸ Convirá esclarecer que, para além dos acrónimos correspondentes aos diferentes espaços funerários em análise, anteriormente listados neste Capítulo, foi criado o acrónimo ‘**Nec**’ para os materiais atribuídos de forma genérica às necrópoles romanas alto alentejanas mas sem informação relativa à necrópole de origem (por exemplo, Nec.cc.001). Para o arqueossítio de Padrãozinho, a existência de diferentes núcleos de enterramentos com espólio identificado e constante da nossa amostra implicou o desdobramento do acrónimo PDZ em **PDZ1** e **PDZ4**, sendo que para os núcleos de Padrãozinho 2 e 3 não contamos com materiais atribuídos. A numeração e organização do espólio atribuído a Padrãozinho obedeceu por isso à

¹³⁸ Entenda-se por ‘conjunto funerário’ “*todos aquellos elementos que, depositados junto al cadáver, al interior o al exterior de la tumba (...) poseen función profiláctica y simbólica, y por lo tanto forman parte de la misma*” (MORENO ROMERO, 2006, p. 246).

respectiva diferenciação por núcleo de origem e (sub)categoria artefactual. No caso da Chaminé, e tendo em vista a diferenciação dos diferentes grupos de tumulações e materiais associados, optou-se por atribuir a cada núcleo um numeral romano – campo de urnas (I), enterramentos alto-imperiais (II), e núcleos de inumações (III/ IV). Esta organização, aplicada unicamente na tabela relativa ao arqueossítio (Anexo 2, Volume II), teve em conta os distintos enquadramentos cronológicos dos vários núcleos. Para outros espaços funerários, como por exemplo Torre das Arcas ou Cardeira, estas opções não se revelaram aplicáveis, devido às fragilidades da informação disponível e à ausência (ou não identificação) de espólio atribuído aos diferentes núcleos funerários documentados. Por sua vez, o espólio proveniente do arqueossítio do Carrão, é identificado pelo próprio topónimo, conforme ilustra o exemplo **Carrão.tscl.001**. No que se refere às siglas ou prefixos identificativos da (sub)categoria das peças catalogadas, seguimos, uma vez mais, o modelo adoptado por J. Nolen no estudo da cerâmica e vidros de Torre de Ares (NOLEN, 1994; ROLO, 2010, I, p. 44), tendo-se convencionado o seguinte conjunto de correspondências:

no âmbito da Cerâmica Utilitária (categoria)

tss – *terra sigillata* sudgálica (subcategoria)

tsh – *terra sigillata* hispânica (subcategoria)

tscl – *terra sigillata* clara (subcategoria)

pf – cerâmica de paredes finas (subcategoria)

lu – lucernas (subcategoria)

cc – cerâmica comum (subcategoria)

cco – cerâmica de construção (categoria)

vi – vidros (categoria)

mt – metais (categoria)

nm – numismática (categoria)

eco – ecofactos/ material orgânico (categoria)

li – material lítico (categoria)

epi – epigrafia (categoria/ subcategoria epigrafia latina).

De notar a distinção feita entre ecofactos e artefactos elaborados em matéria-prima de origem orgânica, distinção esta que justifica que um cossoiro de concha seja identificado como CHA.cnc.001, tendo-se criado o acrónimo ‘**cnc**’ para efeito, e que a concha que integraria o contexto da sepultura 35 de Torre das Arcas seja incluída na primeira categoria (Catál. TDA.eco.001_35).

Tendo em conta o desequilíbrio entre os diferentes espaços funerários no que se refere à informação disponível e viabilidade de reconstituição dos respectivos conjuntos de oferendas fúnebres, entendeu-se privilegiar os critérios de proveniência e (sub)categoria artefactual na organização do Catálogo, de forma a assegurar a uniformidade necessária à gestão dos diversos dados em análise. Deste modo, na atribuição do número de Catálogo privilegiou-se o agrupamento dos materiais por (sub)categoria artefactual no seio da amostra a que pertencem (neste caso específico designa-se por ‘amostra’ o conjunto de espólio atribuído a determinado arqueossítio). Ao contrário da sequência adoptada na distribuição das Fichas Descritivas do Catálogo da Rouca (ROLO, 2010, I, p. 49), a organização dos registos do presente Catálogo, originalmente elaborado em formato FileMaker, respeita a ordem alfabética. Assim, e tomando como exemplo o conjunto de espólio de Fontalva, a cerâmica comum é apresentada em primeiro lugar, seguida do material lítico, lucerna(s), metais, cerâmica de paredes finas, *terra sigillata*, e, por último, os vidros. Há ainda que considerar outros critérios tidos em conta na organização e numeração do espólio: em primeiro lugar, note-se que houve o cuidado de que, sempre que possível, peças pertencentes à mesma categoria morfo-tipológica fossem numeradas de forma sequencial; em segundo lugar, deu-se primazia às peças completas e que não oferecessem dúvidas quanto à respectiva classificação tipológico-formal, seguindo-se a estas as peças incompletas ou fragmentadas, mas com forma devidamente identificada e passível de reconstituição, os fragmentos diagnósticos, e, por último, os fragmentos inclassificáveis (ROLO, 2010, I, p. 50); em terceiro lugar, e no que respeita à cerâmica e vidros, manteve-se a opção metodológica de antepor a apresentação das formas fechadas à apresentação das formas abertas (*ibidem*). Na categoria dos metais, convencionou-se que a atribuição de numeração obedeceria à seguinte sequência de subcategorias morfológicas: objetos de adorno e vestuário, materiais alusivos a ofícios e construção, armamento e, por último, objetos de tipologias e funções diversas classificados como ‘vária’.

À semelhança do que se verificou no tratamento do espólio da Rouca, e tendo em conta os condicionalismos que, por norma, se encontram associados ao estudo de coleções antigas em instituições museológicas¹³⁹, houve o intuito de reunir o máximo de informação sobre os materiais e o estado em que os encontrámos, de modo a facilitar a respectiva localização e identificação na eventualidade de futuros novos estudos sobre os mesmos. Logo, para além do número de Catálogo

¹³⁹ Neste contexto deve entender-se por ‘coleções antigas’ espólio arqueológico recolhido e incorporado em determinada coleção arqueológica há mais de cinco décadas, como é o caso das recolhas de A. Dias de Deus e Abel Viana, ou ainda em data mais recuada, de que é exemplo o conjunto da Rouca (ROLO, 2010). A longo prazo, as condições de acondicionamento e gestão dos materiais por parte das instituições de depósito, incluindo a elaboração de inventários diversos (segundo critérios mais ou menos uniformes), podem converter-se em mais valias para o estudo das coleções ou, pelo contrário, em verdadeiros obstáculos aos investigadores.

atribuído a cada peça, consta da respectiva ficha descritiva a indicação do número de inventário na coleção museológica de origem e da localização da peça na instituição de depósito – Exposição/ Reservas, Contentor/ Volume de armazenamento. No caso dos materiais já estudados por outros investigadores, são enumeradas as publicações e/ou fontes documentais nas quais é feita menção às peças. Quando se trate de espólio inédito ou apenas constante das publicações de VIANA e/ou VIANA & DEUS¹⁴⁰, é feita referência à documentação e a todos os trabalhos destes autores dos quais conste a peça em análise. Sublinhe-se que por cada peça que integra o nosso Catálogo foram revistas todas as publicações atribuídas aos ‘pesquisadores’ dos espaços funerários em estudo, com o objectivo de identificar eventuais correspondências com as peças ilustradas e, concomitantemente, clarificar a proveniência e contexto de achado dos materiais observados. Ainda neste âmbito, refira-se que a versão inicial da nossa Ficha de Catálogo incluía um conjunto de campos reservados a informação adicional obtida através da consulta de fontes documentais e inventários. Para além de eventuais observações relativas aos inventários gerais das Coleções de Arqueologia analisadas, incluíam-se os dados apurados a partir de documentação do Arquivo da Fundação da Casa de Bragança (AFCB), nomeadamente a referência à existência (ou não) do número de inventário da peça em estudo na listagem elaborada por Abel Viana (AFCB: VIANA, [s.d.]), da correspondente Ficha de Inventário da Secção Arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa¹⁴¹ e de eventual desenho constante do caderno intitulado *Elvas* (AFCB: [s.a.], [s.d.])¹⁴². Por questões de ordem funcional, optou-se por omitir este conjunto de campos na versão final da Ficha de Catálogo.

Na análise do espólio procurou-se fazer uso, independentemente da (sub)categoria artefactual, de *“uma linguagem simples e uniforme que permitisse um discurso claro e inteligível, aliado a um conhecimento preciso das características de cada peça”* (ROLO, 2010, I, p. 47). Na descrição da morfologia e estado de conservação dos materiais conciliámos os princípios definidos por ALARCÃO,

¹⁴⁰ Nos casos de espólio das necrópoles romanas alto alentejanas ilustrado nos artigos publicados por Abel Viana, em nome individual ou em parceria com A. Dias de Deus, entendemos tratá-lo como espólio inédito, uma vez que, à exceção da publicação dedicada aos vidros (VIANA, 1960-1961b), em nenhum dos restantes trabalhos é apresentado o estudo individualizado das peças.

¹⁴¹ Conforme já tivemos oportunidade de mencionar anteriormente (subcapítulo II.2.2.), as cerca de três centenas de Fichas de Inventário elaboradas por Abel Viana para a Secção Arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa (incluindo não só espólio das necrópoles romanas alto alentejanas, mas também de arqueossítios pré e proto-históricos, e algumas das lucernas de Peroguarda) são, com algumas exceções, bastante lacunares. Para além disso, as dimensões das fotografias, quase sempre muito diminutas, dificultam a identificação das peças.

¹⁴² A propósito registe-se que frequentemente se identificaram desenhos de peças nos trabalhos publicados por VIANA e/ou VIANA & DEUS, sem que se tenha verificado a existência dessas mesmas ilustrações no referido caderno (por exemplo, a peça MBCB Arq n.º 1303 – Catál. CHA.cc.051). Assume-se assim que o conjunto de desenhos disponível não coincide com a totalidade de desenhos realizados nos anos 50 do séc. XX para serem utilizados nas publicações em questão.

1974a, pp. 35-37); BALFET, FAURET-BERTHELOT & MANZON (1983); CRUZ & CORREIA (2007, pp. 58-66); DIAS (1995); MARTINS & RAMOS (1992); RAPOSO, MARTINS & CORREIA, 2000 (pp. 35-36, 52); e, no caso do vidro, por NOLEN (1988; 1994). No que se refere, em particular, ao conjunto de material cerâmico, foram também tidas em conta as indicações de AUROUX *et al.* (2016). Para a caracterização formal e tipológica do espólio, munimo-nos, a par dos trabalhos publicados sobre as peças atribuídas às necrópoles romanas alto alentejanas, de outras obras de referência, encaradas como fundamentais para a análise preliminar a que nos propusemos. Para além das obras de referência já enunciadas em ROLO (2010, I, pp. 41-43), destacamos outras que assumiram igual estatuto no decorrer da elaboração do nosso Catálogo. Entre estas, para as cerâmicas finas, salientamos os trabalhos de LUZÓN (1967); DENEAUVE (1969); MAYET (1970; 1973; 1975; 1984); HAYES (1972); DELGADO, MAYET & ALARCÃO (1975); ALARCÃO *et al.* (1976); MEZQUÍRIZ DE CATALAN (1985); VÁZQUEZ DE LA CUEVA (1985); RODRÍGUEZ MARTÍN (1994-1995; 1996a; 1996b; 2002; 2005); MORILLO CERDÁN (1999); ROCA ROUMENS & FERNÁNDEZ GARCÍA (1999; 2005); POLAK (2000); BONIFAY (2004); VIEGAS (2003; 2006; 2011); BERNAL CASASOLA & RIBERA i LACOMBA (2008); BUSTAMANTE (2009; 2013; 2013-2014); MORAIS (2010); e FERNÁNDEZ OCHOA, MORILLO, & ZARZALEJOS PRIETO (2015). Para a cerâmica comum, adoptaram-se os incontornáveis estudos da autoria de J. Nolen (1985; 1995/ 1997), em paralelo com outros, designadamente sobre a cerâmica comum de Conímbriga (ALARCÃO, 1974a), São Cucufate (PINTO, 2003), e *Augusta Emerita* (SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992; BUSTAMANTE, 2011; 2012), e ainda FABIÃO *et al.* (2017). De notar que, no caso das peças inéditas, se assumiu a opção de proceder, sempre que possível, ao respectivo enquadramento formal na proposta tipológica definida por NOLEN (1985). Considerou-se que, encontrando-se a maioria da amostra de cerâmica comum já estudada e devidamente classificada pela autora citada, não faria sentido a criação de uma nova classificação morfo-tipológica, que redundasse numa multiplicação desnecessária de tipos equivalentes entre si. O mesmo princípio metodológico foi aplicado na identificação das pastas e definição de grupos/ origens de fabrico, socorrendo-nos, sempre que necessário, dos estudos sobre as necrópoles de Santo André (VIEGAS, NOLEN & DIAS, 1981) e Rouca (ROLO, 2010). Visando uma perspectiva abrangente da cerâmica comum romana de fabrico local/ regional¹⁴³, procurámos os principais paralelos para a nossa amostra, entre outros, no material cerâmico de *Ammaia* (DIAS, 2014; 2015a e 2015b), Santo André (VIEGAS, NOLEN & DIAS, 1981), Herdade do Reguengo (CAEIRO, 1974-1977; 1978a; 1979;

¹⁴³ Ao longo do presente trabalho, a utilização do conceito de cerâmica de 'tradição local e regional' deve ser entendida de acordo com as aceções definidas para o mesmo por C. FABIÃO (1998, II, p. 16) e J. ALARCÃO (1974a, pp. 29-30).

CALDEIRA, 2004), e Rouca (ROLO, 2010). Para a cerâmica comum atribuída a contextos funerários mais tardios, demos particular atenção aos materiais de Silveirona (CUNHA, 2004), Pombais (FERNANDES, 1985), Azinhaga da Boa Morte (CAEIRO, 1984), e necrópoles alto-medievais da Serra de São Mamede (PRATA, 2012). Para a cerâmica da Idade do Ferro ou de tradição indígena (incluindo cerâmica manual), privilegiámos as publicações de BEIRÃO *et al.* (1985); PEREIRA SIESO (1988; 1989); VAQUERIZO GIL (1988-1989); RODRÍGUEZ DÍAZ (1991a; 1991b); VAQUERIZO GIL, QUESADA SANZ & MURILLO REDONDO (1992); HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ (1994); ALARCÃO, J. (1996a); HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ & GALÁN DOMINGO (1996); FABIÃO (1998), ALMAGRO-GORBEA (2006; 2008); LANGLEY, MATALOTO & BOAVENTURA (2008); ANTUNES (2009); SÁNCHEZ CLIMENT (2016); e SANTOS (2017). Por sua vez, na caracterização da nossa amostra de cossoiros adoptou-se a classificação tipológica proposta por PEREIRA (2013b), tendo também em conta, entre outros, os estudos de CASTRO CUREL (1980) e SILVA & OLIVEIRA (1999).

No que respeita aos vidros assumimos como principal obra de referência o estudo tipológico de C. Isings (1957), complementado pela consulta dos trabalhos de J. Alarcão (1968; 1970a; 1970b; 1971a; 1971b; 1975b; 1976b; 1978; 1979), J. Price (1981; 1987), e P. Caldera de Castro (1983), bem como de outros mais recentes, como por exemplo, SALINAS PLEGUEZUELO (2003); CRUZ (2009b; 2015); ALONZO CEREZA (2010); e GOMES (2013). Em relação aos metais, contámos com os estudos publicados por ALARCÃO *et al.*, 1979; PONTE (1973; 1983; 1985; 1987; 1989; 2004); ELORZA (1988); ALARCÃO, A. (1997); RUÍZ DELGADO (1989); MARINÉ ISIDRO (2001); SABIO GONZÁLEZ (2012); e BARRERO MARTÍN (2013). Para o armamento, revelou-se imprescindível a consulta da vasta bibliografia da autoria de F. QUESADA SANZ (1986-1987; 1991; 1997; 2005; 2010), da qual citamos apenas alguns exemplos, e para a torêutica tardo-antiga, consideraram-se indispensáveis os trabalhos da autoria de G. RIPOLL LÓPEZ (1986a; 1986b; 1993-1994; 1998) e, a nível nacional, de A. AREZES (2010; 2014). A caracterização do material epigráfico incluído na nossa amostra baseou-se fundamentalmente nos estudos de J. d' Encarnação, em particular no incontornável *corpus* das *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (ENCARNAÇÃO, 1984b) e na informação publicada no *Ficheiro Epigráfico* (ENCARNAÇÃO, 1988; ENCARNAÇÃO & ROLO, 2017). Em paralelo, refiram-se ainda outros trabalhos de referência do mesmo autor, sobre a sociedade e hábitos epigráficos no atual território alto alentejano em época romana (ENCARNAÇÃO, 1977a; 1987; 1991; ENCARNAÇÃO *et al.*, 2008). Para o escasso material lítico que foi objecto do nosso estudo, recorreremos, em especial, a SOTOMAYOR MURO (1973) e MACIEL (1998).

Com vista a uma maior uniformização dos dados, mantivemos, para a descrição das colorações da cerâmica e de algum do material lítico da nossa amostra, as designações constantes do código cromático em uso – *Munsell Soil-Color Charts* (2010). Tal princípio foi aplicado mesmo quando se tratou de cerâmica comum previamente estudada e publicada por J. Nolen (1985; 1995-1997), para a qual a autora citada utilizou designações distintas ou referências alfa-numéricas desatualizadas em relação à edição do *Munsell* utilizada no presente estudo. Assim, por exemplo, uma peça como MME Arq n.º 2978 (Catál. PAD.cc.015), com uma coloração correspondente, na nossa opinião, à referência *Munsell* 2.5YR, 5/6, é descrita por J. Nolen como “*laranja acastanhada*” (1985, p. 194, n.º 181), mas apresentada na nossa Ficha de Catálogo como sendo vermelha. Para o vidro, e para evitar avaliações imprecisas, utilizámos o código de cores da *Caran d’Ache*. As medidas das peças, apresentadas sempre em cm, correspondem às dimensões máximas apuradas ou, no caso de peças incompletas, às dimensões estimadas, conforme devidamente assinalado na Ficha de Catálogo. Convencionou-se indicar a altura, diâmetro da base, (diâmetro máximo), diâmetro de abertura, e, para os vidros e metais, a espessura média. Uma vez que se procedeu à observação e medição de todas as peças, as dimensões apontadas são, salvo indicação contrária, da nossa inteira responsabilidade. De um modo geral, no que respeita aos materiais já publicados, verificou-se a concordância com as dimensões apresentadas pelos diversos autores; no entanto, a ocorrência de eventuais discrepâncias encontra-se assinalada no campo reservado às «Observações» das Fichas de Catálogo. Nalguns casos, de que constituem exemplo as peças MBCB Arq n.ºs 2461 (Catál. HPI.cc.048) e 2650 (Catál. HPI.cc.050), publicadas por J. Nolen (1985, p. 99, n.ºs 358 e 355, respectivamente), registou-se a necessidade de acrescentar informações complementares, não mencionadas pela autora, mas que se nos afiguravam pertinentes para uma descrição mais rigorosa e completa das peças. Deste modo, quando necessário, acrescentou-se à informação veiculada em estudos anteriores novos dados decorrentes da nossa observação dos materiais. No que se refere à subcategoria da cerâmica comum – conforme vimos, a mais expressiva em termos numéricos no conjunto global da nossa amostra – tais alterações/acrescentos justificaram-se sobretudo ao nível da descrição das peças (coloração da pasta, tratamento das superfícies, dimensões, presença de grafitos).

Todas as Fichas de Catálogo incluem a foto da peça à qual se referem (ROLO, I, p. 48; II, p. 228) e a indicação da estampa correspondente, apresentada no Anexo 2. Das fotografias das peças, bem como da respectiva ilustração gráfica, consta a indicação da escala. Foram realizados 406 desenhos de peças, relativos a espólio inédito, peças publicadas mas não ilustradas, e ainda a peças publicadas e ilustradas mas cujo registo gráfico se verificou ser impreciso ou lacunar. Nalguns casos, o precário

estado de conservação do espólio (designadamente metais) não possibilitou a respectiva representação gráfica; noutros, como peças de tipologia idêntica, considerou-se redundante a elaboração do desenho, limitando-nos ao registo fotográfico dos materiais. Nos restantes casos, optou-se por fazer uso das ilustrações já publicadas ou constantes de documentação consultada, salvaguardando os devidos direitos de autor e indicando 'adaptado' sempre que se tenha procedido a alterações dos desenhos originais¹⁴⁴. De notar que, de um modo geral, a apresentação dos desenhos das peças nas estampas obedece à ordem pela qual estas são apresentadas na tabela geral de espólio (Anexo 2) e no Catálogo (Anexo 3).¹⁴⁵ Esta opção prende-se com as disparidades em termos de volume de informação disponível para os diversos arqueossítios em análise, e com a decorrente necessidade de adoptar um critério que permitisse um tratamento o mais equitativo e coerente possível dos dados.

¹⁴⁴ Esta indicação aplica-se não só às ilustrações de peças, mas também a outro tipo de ilustrações constantes das publicações de VIANA e/ou VIANA & DEUS. Veja-se, por exemplo, a adaptação feita da planta da necrópole de Padrãozinho 4, publicada em VIANA & DEUS, 1955c (p. 3), ou das principais sepulturas de Torre das Arcas, a partir de VIANA & DEUS, 1955a (Fig. 2).

Sublinhe-se que a autoria/ origem dos desenhos das peças é devidamente indicada nas Fichas de Catálogo, a seguir à foto da peça inventariada.

¹⁴⁵ As cerâmicas finas e vidros são ilustrados à escala 1:2, a cerâmica comum à escala 1:3, e os cossoiros e espólio metálico, por norma, à escala real.

IV. AS NECRÓPOLES

IV.1. HERDADE DAS CARNINHAS (OU PORTO DAS ESCARNINHAS) (Assunção, Arronches, Portalegre. CNS 5748. CMP 385. N 39° 6' 0.6"/ W 7° 15' 93.3")

IV.1.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

Relativamente ao sítio da Herdade das Carninhas, conforme designado em DEUS, LOURO & VIANA (1955, p. 574), importa esclarecer, em primeiro lugar, que não é clara a localização do espaço funerário e dos vestígios de estruturas de cronologia romana referenciados pelos autores supracitados. Para além do arqueossítio de Herdade das Carninhas¹⁴⁶, contamos também com o arqueossítio do Porto das Escarninhas (CARNEIRO, 2014, II, p. 39, 02.31), sem que nos seja possível fazer reportar, com relativa segurança, os achados em questão a um dos dois locais.¹⁴⁷ Por este motivo, tomou-se a opção metodológica de utilizar, ao longo do presente trabalho, as duas designações utilizadas por J. Alarcão em *Roman Portugal* - Herdade das Carninhas/ Porto das Escarninhas (1988b, p. 152, 6/154), sempre que nos queiramos referir à necrópole mencionada por Abel Viana e 'pesquisadores' de Vila Fernando (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 574).

À semelhança de outros achados, não dispomos de informação que indicie a realização de trabalhos de escavação por parte de António Dias de Deus, ou por parte do funcionário da Colónia Penal contando já com a colaboração do arqueólogo minhoto, no sítio das Carninhas/ Escarninhas. Na verdade, os dados disponíveis permitem apenas supor a identificação de uma necrópole, genericamente atribuída ao período romano, em meados da década de 40 do século passado.¹⁴⁸ Na

¹⁴⁶ Topónimo que presumimos equivaler a Monte de Carninhas, conforme a designação constante da Carta Militar de Portugal 385 (1: 25 000), ou a Escarninhos, de acordo com a designação apresentada na Carta de Capacidade de Uso dos Solos (Folha 33-C, 1: 50 000).

¹⁴⁷ Segundo a informação disponibilizada no Portal do Arqueólogo da DGPC, não se encontra referenciado qualquer sítio arqueológico identificado como «Herdade das Carninhas», conforme designado por DIAS, LOURO & VIANA (1955, p. 574) e constante de ALARCÃO, 1988b (p. 152, 6/154). Do referido Portal apenas consta a referência ao topónimo «Porto das Escarninhas» (CNS 5748), descrito como «sepultura» e com referência a estruturas de cronologia romana. Atendendo aos dados conhecidos afigura-se verosímil a correspondência com o arqueossítio mencionado por DIAS, LOURO & VIANA (1955, p. 574), pelo que se assume, ao longo do presente trabalho, o respetivo CNS.

¹⁴⁸ À semelhança do que se verifica para o arqueossítio de Nossa Senhora do Carmo (Assunção, Arronches) (cfr. subcapítulo IV.2.), as indicações referentes à existência de uma necrópole no sítio do Monte de Escarninhos (que, presume-se, corresponda ao espaço funerário atribuído à Herdade das Carninhas; esta, por sua vez, designada na Carta Militar de Portugal 385 como "Monte de Carninhas") levaram ao respetivo enquadramento oficial como Património Arqueológico não classificado, de interesse municipal (DR, Série I, Parte B de 07/10/1995, Regulamento do Plano Director Municipal de Arronches, Título II, Capítulo X, artigo 39º, ponto 4).

única referência ao sítio feita por A. Dias de Deus e Abel Viana dá-se conta da destruição (pelo menos parcial) do referido espaço funerário – “*ali se encontraram alicerces de edificios romanos e uma necrópole, também romana, na qual há dez anos destruíram algumas sepulturas*” (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 574). Colocamos, pois, a hipótese da dita necrópole ter sido descoberta e vandalizada no decurso de eventuais trabalhos agrícolas por volta de 1945, tendo a informação acerca dos achados chegado ao conhecimento do Preceptor-Adjunto, sem que este tenha tomado a iniciativa de fazer explorações no local. A ausência de espólio conhecido atribuído ao espaço funerário em questão, bem como a inexistência de outras referências pelos ‘pesquisadores’, reforça a convicção de que não terão procedido a quaisquer trabalhos de escavação ou recolhas naquele local.

O sítio das Carninhas/ Escarninhas insere-se numa paisagem de relevo suave, ocupando uma área aplanada e de boa visibilidade, com solos graníticos de classe E, na margem direita do rio Caia.¹⁴⁹ Na visita efetuada ao local não nos foi possível identificar vestígios que sugerissem a localização de uma área de necrópole. Não obstante, confirmou-se a existência de abundante material de superfície (designadamente cerâmica de construção romana, cerâmica comum, e blocos de granito aparelhados), indiciando uma ocupação em época romana, de acordo com o proposto por CARNEIRO (2014, I, pp. 130-131; II, p. 39, 02.31). As manchas de materiais observadas nesta zona da margem direita do rio Caia distribuem-se, grosso modo, pelo terreno a oeste do caminho agrícola que serve de acesso ao sítio do Porto das Escarninhas e a norte da cerca de divisão de propriedade e da linha de água, concentrando-se em especial em dois pontos – junto ao mencionado caminho, próximo da cerca, e no sentido S-SE, nas imediações de um moroiço e de um presumível poço entulhado (CARNEIRO, 2014, II, p. 39, 02.31). Uma vez que a referência da autoria de DEUS, LOURO & VIANA (1955, p. 574) se revela lacunar no que diz respeito à localização dos vestígios arqueológicos identificados na designada Herdade das Carninhas, impõe-se reconhecer que, à luz do conhecimento atual e na ausência de dados de prospeção e/ou escavação que possam confirmar a área de implantação da necrópole, esta questão mantém-se em aberto. Atendendo à sumária descrição publicada (ibidem), totalmente omissa quanto à localização e eventual relação entre os “*alicerces de edificios romanos*” e a área da necrópole, não podemos deixar de questionar se o sítio descrito, e em particular o espaço funerário, corresponde ao arqueossítio de Porto das Escarninhas, ou ao arqueossítio do Monte das Escarninhas/ Herdade das Escarninhas, conforme proposto por André Carneiro (2014, II, p. 40, 02.34). Neste

¹⁴⁹ De assinalar que esta mancha de solos de classe E se encontra circunscrita ao sítio de Carninhas/ Escarninhas e a uma pequena faixa que se prolonga até Santo Isidro e ao longo de um curto troço do rio Caia. Para norte, predominam solos de classe C e D, e, para sul, nas imediações do Monte do Alicerce e ao longo do curso do rio Caia verificam-se, respetivamente, solos mediterrâneos pardos, de classes B e C, e coluviossolos de classe A.

sentido, poderão as estruturas descritas pelos ‘pesquisadores’ corresponder (total ou parcialmente) às estruturas identificadas como parte de uma provável *villa* (CARNEIRO, 2014, II, p. 40, 02.34; LOPES, 2015, p. 84), ou a estruturas que, em meados das décadas de 40-50 do século XX, pudessem ser ainda visíveis na zona de Porto das Escarninhas e interpretáveis como eventuais evidências de “*uma mansio ou um ponto de apoio na passagem do curso de água*” (CARNEIRO, 2017 - FE 150, n.º 606). Não devemos ainda deixar de equacionar uma hipótese conciliadora, isto é, a possibilidade de os achados genericamente atribuídos a Herdade das Carninhas (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 574) poderem corresponder aos vestígios identificados em ambos os arqueossítios – na Herdade e no Porto das Escarninhas. Sem outros dados adicionais que nos esclareçam sobre o local de implantação da necrópole, somos levados a pensar que o facto de, em Porto das Escarninhas, estarmos próximo do presumível ponto de travessia do Caia pela via XIV (*Memórias Paroquiais*, vol. 6, n.º 60, pp. 412-413; AZEVEDO, 1896, p. 264; CARNEIRO, 2014, I, pp. 130-131; II, p. 39, 02.31; CARNEIRO, 2017 - FE 150, n.º 606; SAA, 1967, p. 39)¹⁵⁰, nos coloca perante o tipo de implantação preferencial para espaços de enterramento de época romana, isto é, na proximidade de eixos viários. Parece-nos fazer todo o sentido que o traçado da via ao longo do vale do Monte de Carninhas/ Escarninhas possa ter funcionado como elemento estruturante da ocupação do espaço (CARNEIRO, 2014, I, pp. 186-187), dos vivos e dos mortos. A este respeito impõe-se ter em conta a indicação, relativa ao sítio de Porto das Escarninhas, de que “*segundo informações prestadas pelo atual proprietário há notícia de ter sido encontrada, em finais do século passado ou inícios deste, uma necrópole de sepulturas feitas de tijolo cobertas por lajes de granito. O espólio eventualmente encontrado ter-se-á entretanto perdido.*” (LOPES, 2015, pp. 83-84). Apesar da indiscutível relevância desta informação, ponderamos em que medida esta é passível de ser interpretada como a confirmação da localização do espaço funerário referenciado na notícia de DEUS, LOURO & VIANA (1955, p. 574), e se os achados em causa poderão corresponder a outros enterramentos da mesma necrópole, para além dos identificados em meados da década de 40 do séc. XX.

IV.1.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

A escassez de dados conhecidos sobre o arqueossítio impossibilita quaisquer considerações sobre as características do espaço funerário. Ao desconhecimento sobre o número de sepulturas destruídas em

¹⁵⁰ “O Alicerse [sic] transpõe o Caia a 3 km a juzante [sic] de Arronches, à distância de 13 km do Assumar. Fá-lo no local da destruída [sic] ponte de São Bartolomeu, que é agora o Porto das Escarninhas, porto atapetado com os geométricos blocos de granito que pertencem à desmantelada ponte. (...) Circundam o destruido [sic] edificio manchas de tegula e imbrex” (SAA, 1967, p. 39). Note-se que o autor é omissos quanto a eventuais vestígios de uma necrópole romana.

meados dos anos 40 do século XX (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 574), acresce a não detecção no terreno de evidências da realidade arqueológica funerária, inviabilizando assim eventuais inferências sobre aspectos como a extensão da área da necrópole, o rito praticado, a orientação e organização das sepulturas. A ter em conta a informação constante de LOPES (2015, pp. 83-84), e considerando que as sepulturas mencionadas possam corresponder à necrópole referenciada por DEUS, LOURO & VIANA (1955, p. 574), ou pelo menos a parte desta, apenas estaremos em condições de atribuir ao espaço funerário em estudo a presumível identificação de sepulturas construídas em tijolo e com cobertura de lajes de granito.

IV.1.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

Conforme anteriormente mencionado, não dispomos de informações relativas a recolhas de espólio na necrópole identificada no sítio da Herdade das Carninhas/ Porto das Escarninhas, nem tampouco se verificou a identificação/ localização de materiais atribuídos ao referido arqueossítio nas coleções museológicas estudadas.

Assim sendo, e em função dos dados disponíveis, limitamo-nos a assumir, de forma genérica, a atribuição dos enterramentos identificados em Herdade das Carninhas/ Porto das Escarninhas a época romana, e a conceber uma eventual relação de contemporaneidade entre o espaço funerário e as estruturas de época romana referidas por DEUS, LOURO & VIANA (1955, p. 574). Coloca-se, portanto, a hipótese da necrópole identificada poder ter servido as populações que ocuparam, quer a hipotética *mansio* ou estabelecimento de apoio à travessia do rio existente em Porto de Escarninhas, quer a provável *villa* do Monte das Escarninhas (CARNEIRO, 2014, II, p. 39, 02.31; p. 40, 02.34).

IV.2. NOSSA SENHORA DO CARMO (Assunção, Arronches, Portalegre. CNS 5746. CMP 385. N 39° 04' 37.66"/ W 7°18' 01.53")

IV.2.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

A capela de Nossa Senhora do Carmo encontra-se implantada numa elevação do terreno, a uma cota de aproximadamente 292 metros de altitude, com vasto domínio visual sobre a paisagem envolvente. É circundada a sul e a oeste por um caminho vicinal de acesso às propriedades e ao antigo monte (atualmente desabitado), e a norte e a leste pela designada Ribeira dos Duques e pelo troço da linha férrea. Insere-se numa paisagem de perfil ondulante, marcada por litossolos de natureza granítica (classe D) e pela presença de numerosas linhas de água subsidiárias da ribeira já mencionada. O edifício religioso encontra-se em muito mau estado de conservação, visivelmente abandonado à mercê de detectoristas e 'caçadores de tesouros'. No limite da fachada sul/este da capela são visíveis silhares de granito aparelhados utilizados na construção do edifício (coloca-se a hipótese de se tratar de uma eventual reutilização de material de construção romano) e no solo identificam-se aparentes vestígios de uma construção anterior sobre a qual parece assentar a estrutura da igreja.

De acordo com DEUS, LOURO & VIANA (1955, p. 574), conservar-se-ia por explorar, à data da publicação citada, uma necrópole romana localizada a sul da capela de Nossa Senhora do Carmo (freguesia da Assunção, concelho de Arronches¹⁵¹). Em função dos dados conhecidos, assume-se que se trata de mais um espaço funerário romano apenas referenciado pelos autores e onde nunca terão procedido a trabalhos ou recolhas. Nas proximidades, seria visível um troço de via romana e um marco miliário com inscrição praticamente ilegível (ibidem). Em visita ao local não nos foi possível identificar quaisquer dos referidos vestígios, pelo que a localização georreferenciada acima indicada deverá ser entendida somente como ponto de referência. A sul da elevação onde se encontra implantada a igreja, apenas nos foi possível observar uma sepultura escavada na rocha e alguns fragmentos dispersos de

¹⁵¹ Com base na consulta da Carta Militar de Portugal 385 (1: 25 000) e na visita efectuada ao local, o enquadramento administrativo do sítio de Nossa Senhora do Carmo na freguesia da Assunção, concelho de Arronches, afigura-se-nos seguro (ALARCÃO, 1988b, p. 152, n.º 6/152; DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 574). Registe-se, todavia, que no Portal do Arqueólogo (DGPC), o arqueossítio em questão (CNS 5746) encontra-se atribuído ao concelho de Elvas (freguesia de Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso).

As indicações relativas à existência de uma necrópole no sítio de Nossa Senhora do Carmo levaram ao respetivo enquadramento oficial como Património Arqueológico não classificado, de interesse municipal (DR, Série I, Parte B de 07/10/1995, Regulamento do Plano Director Municipal de Arronches, Título II, Capítulo X, artigo 39º, ponto 4).

material cerâmico de construção romano (ímbrices).¹⁵² Implantada no início do declive de uma pequena elevação voltada para Oeste, nas proximidades de uma linha de água, a sepultura (comprimento – 180 cm, largura – 54 cm, profundidade – 28 cm) encontra-se escavada no substrato de granito, definindo uma planta sensivelmente rectangular, com um ligeiro encaixe para a cabeça, e com uma orientação SE-NW. Julgamos pouco crível que a referência específica a “*uma necrópole romana*” (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 574) possa ter sido motivada pela identificação da sepultura escavada na rocha, pelo que se considera que a informação dos autores citados deverá reportar-se a outro espaço funerário, cuja localização se desconhece.

Relativamente à indicação da proximidade da via (popularmente designada como ‘estrada do alicerce’), condição favorável à implantação de uma necrópole, a orografia ondulante e acidentada do território em questão suscita-nos algumas dúvidas quanto à viabilidade do traçado da via de ligação a *Augusta Emerita* passar nas imediações do atual sítio de Nossa Senhora do Carmo. Ainda assim, e não obstante as limitações da parca informação disponível, a cerâmica de construção identificada parece atestar o povoamento daquele local em época romana.

IV.2.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

Em função do acima exposto, reafirma-se a total ausência de dados sobre o espaço funerário de época romana referenciado por DEUS, LOURO & VIANA (1955, p. 574) e as práticas rituais associadas.

IV.2.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

Nas diferentes coleções de espólio arqueológico a que pudemos ter acesso não se identificou a existência de materiais atribuídos ao arqueossítio de Nossa Senhora do Carmo. Esta evidência parece reforçar a ideia de que não se terão registado naquele local escavações ou recolhas de materiais, pelo menos da parte de António Dias de Deus e Abel Viana. Logicamente, dada a não identificação do arqueossítio e de eventual espólio, não nos é possível tecer quaisquer inferências de ordem cronológica, para além de uma hipotética atribuição genérica a época romana. Por sua vez, a sepultura escavada na rocha remete-nos para uma cronologia altimedieval.

¹⁵² Agradecemos ao Professor Doutor André Carneiro todas as informações facultadas em relação ao sítio de Nossa Senhora do Carmo, e em particular os dados referentes à sepultura escavada na rocha. Tratam-se de dados até à data inéditos, mas que se encontram compilados desde os trabalhos de prospeção realizados naquela área geográfica no âmbito do projeto de Doutoramento do arqueólogo (CARNEIRO, 2014).

IV.3. A-DO-RICO (Nossa Senhora da Graça dos Degolados, Campo Maior, Portalegre. CNS 5749. CMP 386. N 39° 05' 21.7" / W 7°09' 83.4")

IV.3.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

Dada a ausência de evidências arqueológicas identificáveis no terreno, presume-se que o arqueossítio de A-do-Rico explorado por A. Dias de Deus e Abel Viana se localizasse na propriedade do Monte do Rico, conforme designação constante da Carta Militar de Portugal (n.º 386, 1: 25 000). Assim sendo, o sítio de A-do-Rico localiza-se numa zona de fronteira entre as áreas dos concelhos de Campo Maior e Arronches. A já mencionada ausência de vestígios de superfície que nos permitam uma localização inequívoca da área de implantação da necrópole romana e das sepulturas escavadas pela dupla Abel Viana e A. Dias de Deus dificulta o enquadramento administrativo deste sítio arqueológico. No entanto, com base na visita efectuada ao local e na informação publicada na década de 50 do séc. XX (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 574; VIANA, 1955d, p. 7; VIANA & DEUS, 1955b, p. 265), propõe-se que a referida necrópole integrasse o território do atual concelho de Campo Maior, na freguesia de Degolados. A este respeito registe-se que, tal como refere CARNEIRO (2014, II, p. 86, 05.04), ainda que se assuma a localização da necrópole no atual território da freguesia de Degolados, a habitação do monte agrícola de A-do-Rico localiza-se no atual território da freguesia de Assunção, no concelho de Arronches. É neste sentido que se devem considerar as duas localizações propostas por J. Alarcão para o arqueossítio em estudo (1988b, p. 152, 6/156). Em nosso entender, este desfazamento explicar-se-á pelo facto (já anteriormente enunciado) de estarmos perante uma zona de transição entre circunscrições administrativas e, portanto, passível de se prestar a alguma confusão quanto ao enquadramento do sítio arqueológico em questão; ou, por um eventual reajustamento dos limites e áreas destas mesmas circunscrições, operado entre a segunda metade do séc. XX e a atualidade.¹⁵³

Trata-se de uma paisagem de relevo suave, com cotas que rondam os 270 metros de altitude, um coberto vegetal esparso e abundância de recursos hídricos. Os solos mediterrâneos pardos, de capacidade de uso limitada (classes C e D), prolongam-se até norte/noroeste de Degolados. Para além da Albufeira do Caia que delimita a sul este território do concelho de Arronches, o sítio de A-do-Rico encontra-se enquadrado por três linhas de água – a norte, o Ribeiro de Caga-no-Ninho, que vem a desaguar na barragem de Abrilongo, e, a oeste e a leste, duas linhas de água mais pequenas,

¹⁵³A atribuição do arqueossítio em questão ao território elvense, e mais propriamente à freguesia de Assunção (atualmente união de freguesias da Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso), conforme indicado na Base de Dados da DGPC – *Endovelico*, não nos parece fundamentada.

subsidiárias da primeira, o Ribeiro das Taipas e o Ribeiro do Rico, respetivamente. Atendendo à toponímia local (em especial ao hidrónimo) e à descrição feita pelos ‘pesquisadores’, considera-se verosímil que o espaço funerário de cronologia romana identificado em meados dos anos 40 do séc. XX se localizasse no terreno sensivelmente a nascente do atual Monte, numa zona aplanada e moldada pela passagem de pequenos ramais do Ribeiro do Rico, à data da nossa saída de campo, sem caudal. Na visita efetuada ao local identificaram-se no terreno duas lajes de xisto, cuja configuração nos leva a colocar a hipótese de poderem ter sido utilizadas como tampas de sepultura, e dois fragmentos de tijolo, para além de um aglomerado de pedras aleatoriamente dispostas sob a forma de morouço, resultante da despedrega dos campos circundantes. Apesar de, conforme já mencionado, não nos ter sido possível a identificação segura do local dos enterramentos, e designadamente das sepulturas escavadas por Abel Viana e A. Dias de Deus, as características do sítio – encosta de declive muito suave, delimitada a N/NW e a E por duas linhas de água; bem como os achados de superfície, levam-nos a considerar verosímil que pudesse ser este o local de implantação do espaço funerário de época romana. De acordo com os autores supra-citados, a necrópole de A-do-Rico terá sido largamente destruída por enxurradas logo a partir dos anos 40 – *“Esta necrópolis ha sido muy devastada por aguas torrenciales. Hace cerca de diez años, el pequeño arroyo que pasaba al lado se desbordó y abrió nuevo cauce a través de ella, poniendo al descubierto, según informe de los pastores, unas doscientas vasijas de barro, que los chiquillos, en su juegos, se dieron prisa a destruir”* (VIANA & DEUS, 1955b, p. 265). Constatando que, em caso de subida do nível das águas, o ribeiro continuava a inundar e degradar o terreno, os autores terão procedido à abertura de uma sondagem, da qual resultou o aparecimento de duas sepulturas de incineração, as únicas exploradas (idem, p. 265).

A-do-Rico parece, pois, tratar-se de um exemplo paradigmático daquilo que foi a realidade de parte dos sítios arqueológicos identificados e/ou explorados por Abel Viana e A. Dias de Deus e que servem de amostra ao presente estudo – sítios identificados em contexto de emergência, muitas vezes já parcialmente destruídos e saqueados aquando da identificação e intervenção pelos autores, e quase sempre (se não mesmo sempre) apenas parcialmente escavados, resultando desta intervenção um conhecimento parcelar da realidade arqueológica a que dariam forma. De qualquer modo, se atendermos à indicação do achado de cerca de *“200 vasilhas de barro”* (DEUS, LOURO & VIANA, p. 574), e tivermos em conta, quer a provável diacronia de utilização daquele espaço funerário, quer os hábitos funerários comumente associados ao período alto-imperial (referimo-nos, em particular, à presença de espólio funerário acompanhando o enterramento), somos levados a reiterar a hipótese, já

defendida por ALARCÃO (1988b, p. 152, 6/156) e CARNEIRO (2014, II, p. 86), de que o arqueossítio em questão possa ter correspondido a uma necrópole de dimensões consideráveis.

Dada o nosso desconhecimento da data de intervenção em A-do-Rico, há que ponderar a hipótese de poder tratar-se de uma das estações intervencionadas antes do início da colaboração do arqueólogo com o funcionário da Colónia Correcional, isto é, antes de meados de 1949, contando eventualmente com a colaboração do Padre Henrique da Silva Louro. A aparente ausência de registos sobre o arqueossítio nas fontes documentais disponíveis (com exceção para os dois desenhos de peças provenientes de A-do-Rico, datados de 1953 e constantes do caderno de desenhos intitulado «*Elvas*» – AFCB) parece reforçar esta ideia. Porém, a referência à necrópole de A-do-Rico num dos opúsculos publicados em 1955 por VIANA & DEUS (1955b, p. 265, Fig. 8), no qual se inclui a indicação dos conjuntos funerários das duas sepulturas escavadas, leva-nos igualmente a considerar a possibilidade de se ter tratado de uma intervenção conjunta dos dois autores ou, pelo menos, de uma intervenção levada a cabo por A. Dias de Deus mas já segundo as orientações do arqueólogo vianense. Em função do exposto, a data e os agentes desta intervenção permanecem uma questão em aberto.

IV.3.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

No caso da necrópole de A-do-Rico não nos é possível proceder à caracterização do espaço funerário e reconstituição das práticas funerárias, em virtude da escassa informação conhecida sobre o arqueossítio. À vulnerabilidade natural do sítio (exposto ao leito de cheia de um curso de água) e à parcial destruição das evidências arqueológicas em fase ainda anterior à intervenção de A. Dias de Deus e Abel Viana, acresce o facto de os mencionados autores apenas terem procedido à escavação de duas sepulturas, condicionando assim, de forma irremediável, o estudo desta necrópole. Para além disso, a ausência de evidências arqueológicas atualmente visíveis no terreno impossibilitam quaisquer inferências da nossa parte. Sem dados relativos à extensão e eventual organização da área funerária, ou ao número total de enterramentos e respetiva morfologia (estrutura tumular, orientação, posição do espólio e distribuição no espaço funerário), somente nos é possível considerar a identificação das duas pequenas sepulturas de incineração exploradas (VIANA & DEUS, 1955b, p. 265). A prática do rito da incineração, a confirmar-se comum a toda a necrópole, afigurar-se-ia consentânea com o âmbito cronológico proposto ao longo do presente subcapítulo.

IV.3.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

Da nossa amostra de estudo constam somente três peças atribuídas ao arqueossítio de A-do-Rico. Trata-se de espólio cerâmico e vítreo que comporia o conjunto funerário da sepultura 1 explorada por A. Dias de Deus e Abel Viana (VIANA & DEUS, 1955b, p. 265) e que se encontra já devidamente estudado e publicado por Jeannette Nolen (1985) e por Adília e Jorge Alarcão (1967). No conjunto de espólio observado não nos foi possível identificar e localizar quaisquer outros materiais atribuídos a A-do-Rico, apesar das fontes documentais mencionarem um “*púcaro de barro amarelado com traços*”, aparentemente também proveniente daquela necrópole (MRB: DEUS, [s.d.]c, f. 17, p. 1)¹⁵⁴. Em nosso entender, tal situação prende-se, à semelhança do que se verifica para várias das outras ‘necrópoles céltico-romanas elvenses’, com as graves lacunas de informação quanto à origem das peças recolhidas pelo funcionário da Colónia Penal de Vila Fernando e seus parceiros de ‘pesquisas’, e com os poucos dados publicados sobre o sítio e respetivo espólio.

Assim, em função dos dados disponíveis, apenas nos é possível reconstituir parcialmente o conjunto funerário da designada sepultura 1 de A-do-Rico. Com exceção de um púcaro de cerâmica comum biansado, encontram-se identificadas as restantes três peças que comporiam o conjunto em causa, conforme descrito em VIANA & DEUS, 1955b (p. 265): “*Sepultura 1. – Ajuar: cántaro de barro fino, que tiene incisa en la panza la leyenda: “FRONDICOMVS” (121); urna de barro grosero (118), urna de barro más fino (120), lacrimatorio de vidrio (119). Todas estas piezas, muy fragmentadas*”. De assinalar que as peças (Catál. ADR.cc.001_1, ADR.cc.002_1 e ADR.vi.001_1) se encontram devidamente restauradas e em bom estado de conservação. O facto de o espólio se apresentar muito fragmentado à data da intervenção arqueológica poderá estar relacionado, não tanto com o momento da deposição das peças em contexto funerário (e eventual inutilização intencional das mesmas), mas sim com fenómenos pós-deposicionais potenciados pela implantação topográfica da necrópole.

Não nos foi possível identificar o espólio atribuído à segunda sepultura escavada. A informação constante de VIANA & DEUS (1955b, p. 265) afigura-se demasiado vaga: “*Sepultura 2. – Apenas dió pequeños fragmentos de cerâmica, algunos clavos y bastantes cardas de hierro*”, e a ausência de ilustração ou representação gráfica dos materiais referenciados torna ainda mais escassa a possibilidade de uma identificação entre o espólio genericamente atribuído às recolhas dos funcionários da Colónia Correccional e Abel Viana. Deste modo, e em relação ao segundo conjunto

¹⁵⁴ No documento citado, descrevem-se sumariamente três peças atribuídas à designada “*Spt.1 [de] Degolados*”, sendo que as duas peças para além da acima mencionada correspondem às peças identificadas ao longo do presente trabalho como ADR.cc.2 e ADR.vi.1. Por sua vez, a peça designada como ADR.cc.1 é igualmente referida no documento em causa, mas sem indicação de proveniência (MRB: DEUS, [s.d.]c p. 19, f. 2).

funerário de A-do-Rico, não podemos deixar de colocar duas questões. Em primeiro lugar, questionamo-nos se o espólio descrito terá sido efetivamente recolhido (recorde-se que em situações de estado de conservação muito precário das peças não se procedia à exumação das mesmas, deixando portanto de ser passível de identificação e localização a totalidade do espólio identificado em contexto de escavação, e posteriormente mencionado nas publicações dos autores citados). Em segundo lugar, a ter-se verificado a recolha do conjunto de materiais em questão, questionamo-nos se a referência genérica a “*fragmentos de cerâmica*” poderá (ou não) ser entendida como designando exclusivamente cerâmica comum, à semelhança do que se verifica na amostra cerâmica do conjunto funerário da sepultura 1. Em relação ao espólio metálico (pregos e cardas), e com base dos dados conhecidos, não nos é possível apurar o número mínimo de indivíduos identificados, condicionando assim eventuais leituras interpretativas da presença destes materiais no contexto funerário em estudo. Em função do exposto, os limites cronológicos propostos para o espaço funerário de A-do-Rico baseiam-se exclusivamente no espólio da sepultura 1. Tais limites devem, por isso, ser considerados com as devidas reservas, uma vez que o âmbito cronológico definido para o contexto particular daquele enterramento pode não ser representativo da diacronia de utilização do espaço funerário no seu todo. Para a definição das balizas cronológicas da sepultura 1 de A-do-Rico assume fundamental importância o unguentário de vidro correspondente à forma Isings 82 B2 (ISINGS, 1957, p. 99), única peça datante do conjunto funerário. De um modo geral, reitera-se o âmbito cronológico proposto por NOLEN (1985, p. 155; 1995-1997, p. 352). Atendendo à cronologia lata atribuída à forma da peça vítrea, sugere-se para o enterramento em análise um *terminus post quem* de meados/ finais do séc. I d.C. e um *terminus ante quem* extensível a inícios/ meados do séc. III d.C.. De assinalar que, a confirmar-se a cronologia de fabrico e utilização proposta para os púcaros de tipo Nolen 1-b (NOLEN, 1995-1997, p. 370) poderíamos, conforme ressalva a autora citada (*ibidem*, p. 352), ser levados a recuar o *t.a.q.* para finais do séc. II d.C.. Ressalte-se, uma vez mais, que os limites cronológicos propostos para a sepultura 1 de A-do-Rico são, à falta de dados adicionais, os limites genericamente assumidos para a necrópole.

IV.4. EIRA DO PERAL (Santo Aleixo, Monforte, Portalegre. CNS 11940.¹⁵⁵ CMP 398. N 38° 57' 38.2"/ W 7°26' 06.8")

IV.4.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

A Herdade do Peral localiza-se a cerca de 7 km, para nascente, da povoação de Veiros, e a aproximadamente 11 km, para sul, da vila de Monforte. Insere-se numa paisagem de relevo ondulado (ligeiramente mais acidentado à medida que se avança para este-nordeste), pontuada por pequenas elevações e encostas de suave declive, e atravessada pela Ribeira de Almuro e pela confluência desta com a Ribeira Velha. Para além da abundância de recursos hídricos, trata-se de uma área onde predominam solos mediterrâneos e solos litólicos (não húmicos) de natureza granítica, de diferente potencial agrícola (classes B, C, D e E). Os solos com maior capacidade de uso concentram-se numa mancha que se estende, no sentido NW-SE, sensivelmente entre o Monte do Peral e o Poço do Mesquita, ladeando (pelo lado oeste) o Monte do Outeiro, e numa estreita faixa ao longo da margem direita da Ribeira Velha. O antigo Monte do Peral, actualmente em ruínas, situa-se a menos de 500 metros de distância da área onde se supõe a localização da antiga eira, e onde terão sido identificados vestígios de edifícios romanos e um sarcófago (CARNEIRO, 2014, II, p. 352, 13.38; DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 576). O sítio da Eira do Peral encontra-se implantado a uma cota de aproximadamente 292 metros de altitude, numa plataforma delimitada a oeste e a sul pela passagem da Ribeira de Almuro e da Ribeira Velha. Ocupa o topo aplanado de uma pequena elevação, de solos mediterrâneos pardos de fraco potencial agrícola (classes D e E), enquadrada por linhas de água subsidiárias das ribeiras já mencionadas.¹⁵⁶

Da informação publicada por Abel Viana e A. Dias de Deus constam, para além da descrição dos trabalhos realizados nos três dólmenes da Herdade do Peral (VIANA & DEUS, 1955c, pp. 11-12, Fig. 1, n.ºs 8-10, Fig. 2, n.º 5, Fig. 5, n.º 2), duas referências a evidências arqueológicas de natureza funerária que nos interessam em especial. Referimo-nos, em primeiro lugar, à identificação de um conjunto de sepulturas de incineração ocorrida na sequência da exploração da anta 3 do Peral - *“Em Agosto de 1952 tornamos a visitá-la (anta 3 do Peral) e fizemos nela uma ligeira escavação. (...)// Ao sondarmos*

¹⁵⁵ Eira do Peral/ Peral 4 (DGPC, Portal do Arqueólogo).

¹⁵⁶ Segundo a definição de J. da Silva Picão, entende-se por ‘eira’ *“(...) o terrado em que se debulha e limpa toda a casta de cereaes e legumes. Fica geralmente a curta distancia do monte, n’uma das colinas proximas mais varridas do vento oeste, ou seja «bem lavada de travessia», (...)”* (PICÃO, 1903, p. 28). De acordo com o autor citado, as eiras poderiam medir entre 100 metros quadrados a cinco mil metros, como a da Herdade do Falcato (Elvas), por exemplo (ibidem).

o terreno, a dois metros do lado sul do dólmen, deparou-se-nos uma série de **sepulturas de inceneração** [sic], formadas com lajes, pertencentes a época muito posterior à do megálito, mas provavelmente pré-romanas.” (VIANA & DEUS, 1957, p. 93). A ausência de mais informações sobre este conjunto de enterramentos leva-nos a crer que este espaço funerário não terá chegado a ser intervencionado pelos autores citados. Na consulta da base de dados da DGPC também não foi possível apurar qualquer referência ao mencionado conjunto de sepulturas de incineração identificado na Herdade do Peral. Em segundo lugar, referimo-nos ao “túmulo romano, de mármore, com tampa também de mármore” doado por A. Dias de Deus ao antigo Museu Municipal de Elvas, a 14 de Novembro de 1949 (Inv. CME/MME)¹⁵⁷, mencionado por DEUS, LOURO & VIANA (1955, p. 576, Est. III, n.ºs 14 e 15). As condições da descoberta deste sarcófago parecem ser descritas numa curta notícia do periódico regional *Brados do Alentejo*, de 18 de Setembro de 1949, na qual se dá conta da descoberta na Herdade do Peral, então propriedade da “Casa Agrícola dos srs. Corte & Irmão”, de “um túmulo de mármore branco, contendo uma ossada humana que, pelo avançado estado de deterioração, deve datar de mais de 100 anos” (apud CARNEIRO, 2014, II, p. 352). Desconhecem-se, porém, as circunstâncias que associam A. Dias de Deus a este achado, uma vez que a referida notícia é omissa quanto à intervenção do funcionário da Colónia Penal de Vila Fernando. Coloca-se a hipótese de, à semelhança do que terá ocorrido noutras ocasiões, A. Dias de Deus ter sido avisado deste achado na sequência da descoberta feita pelos trabalhadores rurais. Em carta da autoria de Domingos Lavadinho para o preceptor da Colónia, o então diretor da Biblioteca e Museu Municipal de Elvas declarava: “A descoberta do tumulo [sic] romano é notavel [sic]. Vou escrever ao sr. Côrtes, que não conheço, pedindo-lhe a oferta a este Museu. Conto também com a sua influencia [sic]” (MRB: LAVADINHO, 10/04/1949, p. 1). Tendo em conta a data da notícia publicada no periódico *Brados do Alentejo*, a data de entrada do sarcófago no antigo Museu Municipal de Elvas, bem como a data da carta supra-citada e a referência ao proprietário da dita herdade à época, parece-nos seguro afirmar que o túmulo romano mencionado por Domingos Lavadinho corresponderia ao sarcófago descoberto no sítio da Eira do Peral.

Na visita efetuada ao território da herdade não nos foi possível localizar vestígios da necrópole de incineração identificada nas proximidades da anta, ou do local, no espaço da dita eira, onde terá sido recolhido o sarcófago romano. No terreno somente nos foi possível confirmar a existência de material de construção romano, nomeadamente fragmentos de cerâmica de construção e silhares de granito,

¹⁵⁷ No registo de entrada do sarcófago de Eira do Peral no antigo Museu Municipal de Elvas, o arqueossítio em questão é atribuído à freguesia de Orada, concelho de Borba, e não ao concelho de Monforte, freguesia de Santo Aleixo, conforme acima indicado.

bem como algumas lajes de xisto, integradas num moroiço resultante da despedrega dos campos.¹⁵⁸ Aliás, é com base na identificação de diverso material cerâmico e material de construção de cronologia romana, incluindo material reaproveitado nas edificações mais recentes (CARNEIRO, 2014, II, p. 352), que o sítio da Eira do Peral se encontra classificado como *habitat*, e não como necrópole (DGPC, Portal do Arqueólogo, CNS 11940). De acordo com os dados constantes da base de dados da DGPC¹⁵⁹ e de CARNEIRO (2014, II, p. 352), informações orais confirmam, não só o achado do sarcófago que viria a ser posteriormente entregue ao antigo Museu Municipal de Elvas, mas também a descoberta de outras sepulturas com ossadas e com tampas de mármore. Confirmam igualmente a identificação no local de diversos elementos arquitectónicos (silhares de granito) e, em particular, de um compartimento de planta rectangular, com colunas em cada um dos cantos, correspondente, grosso modo, ao espaço utilizado como 'eira' para as máquinas agrícolas. Assumindo que a referência ao achado de sepulturas com ossadas corresponde à efetiva identificação de um conjunto de inumações para além do sarcófago, eventualmente também descobertas em meados da primeira metade do séc. XX, não podemos deixar de nos questionar se A. Dias de Deus estaria a par dessa situação e, em caso afirmativo, o porquê da aparente ausência de 'pesquisas' no sítio e da referência tão sucinta às descobertas na Herdade do Peral, constante de DEUS, LOURO & VIANA (1955, p. 576). No que respeita ao compartimento rectangular identificado no sítio da antiga eira presume-se que corresponda à espécie de pavimento argamassado e aos elementos de elementos arquitectónicos trabalhados (granito e mármore) identificados em torno da localização do sarcófago (*Brados do Alentejo*, apud CARNEIRO, 2014, II, p. 352), e que parecem configurar, mais do que um espaço de *habitat*, um eventual espaço de natureza funerária e/ou religiosa. O enquadramento paisagístico, e em particular o facto de estarem reunidas condições favoráveis à implantação de um espaço funerário, assume especial relevância para uma possível interpretação do arqueossítio. Neste sentido registe-se, para além da orografia suave do terreno, marcada pela presença de linhas de água, a proximidade de um eixo viário em época romana, conforme parece atestar a identificação de um troço de calçada (possivelmente coincidente com um eixo secundário da via XIV) na linha de água que contorna o sopé do Monte do Peral (CARNEIRO, 2014, II, p. 352). Propõe-se ainda uma eventual relação do espaço funerário de inumação identificado na Eira do Peral com o arqueossítio do Poço do Mesquita,

¹⁵⁸ A presença de lajes de xisto num território cujo substrato rochoso é de natureza granítica pressupõe a deslocação intencional deste material para aquele local, servindo um propósito pré-definido. Questionamo-nos sobre a funcionalidade destas lajes e se, eventualmente, poderão ter estado originalmente associadas a um contexto funerário.

¹⁵⁹ Processo DGPC 95/1 (223): PNTA/98 – As Comunidades Pré-históricas dos 4º e 3º milénios na Região de Monforte; PNTA/2004 – Levantamento Arqueológico do concelho de Monforte.

classificado como *villa* e localizado a cerca de quinhentos metros a sul da Eira do Peral (CARNEIRO, 2014, II, p. 351-352). Os materiais de superfície, e designadamente a presença de *terra sigillata* tardia, parecem indiciar uma hipotética coexistência dos dois espaços – necrópole e área habitacional, e sugerir a possibilidade de, pelo menos, durante parte da Antiguidade Tardia, o sítio da designada Eira do Peral poder ter servido de espaço funerário para a população residente na *villa* e em eventuais outros pequenos pontos de povoamento nas imediações.

IV.4.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

Quanto ao conjunto de enterramentos identificado a sul da anta 3 do Peral, os dados conhecidos são demasiado poucos para uma caracterização das práticas funerárias associadas. Ainda assim, e considerando as indicações de VIANA & DEUS (1957, p. 93) referentes ao rito praticado – incineração, e à estrutura tumular – caixas tumulares formadas por lajes, afigura-se verosímil uma aproximação a outras necrópoles alto alentejanas, designadamente Chaminé, Horta das Pinas ou Padrão, associadas a uma cronologia da II Idade do Ferro ou Alto Império.

No que se refere ao sarcófago e aos restantes enterramentos de inumação aparentemente identificados no mesmo local, considera-se verosímil tratar-se de um só núcleo de enterramentos, quiçá organizado e agrupado em função da presença do sarcófago num espaço considerado, simultaneamente, funerário e cultural. Os pressupostos religiosos e simbólicos subjacentes à opção pela preservação do corpo por oposição à prática da incineração remetem-nos para um quadro cultural que tende a vulgarizar-se a partir do séc. III d.C., com a paulatina assimilação do ideário cristão. Sem dados sobre a orientação dos enterramentos, a distribuição e morfologia das sepulturas, e o eventual espólio associado a estas inumações, e em particular ao sarcófago, não é possível tecer considerações de ordem simbólica ou ritual. Para além disso, recorde-se que a escassez ou total ausência de espólio em contextos funerários tardios não é de surpreender; pelo contrário, parece revelar-se uma tendência nas evidências funerárias de época romana e tardo-romana documentadas no atual território alto alentejano (FRADE & CAETANO, 1990, p. 867).

IV.4.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

O único espólio atribuído ao arqueossítio de Herdade do Peral/ Eira do Peral identificado nas coleções estudadas corresponde ao sarcófago doado por A. Dias de Deus ao antigo Museu Municipal de Elvas e que, por esse motivo, integra atualmente as Reservas de Arqueologia da Câmara Municipal de Elvas (Catálogo EPE.li.001). Do Inventário da referida instituição museológica não constam a indicação do

número de inventário ou das dimensões da peça, pelo que uma identificação segura da mesma não se revela linear. Ainda assim, considerando as fotos constantes de DEUS, LOURO & VIANA (1955, Est. III, n.ºs 14 e 15), e assumindo que o sarcófago ilustrado, à época jacente no pátio do antigo Museu Municipal de Elvas, corresponde, de facto, ao sarcófago recolhido na Eira do Peral e doado por A. Dias de Deus ao dito museu, confirma-se a correspondência com um dos dois túmulos de mármore que pudemos observar nas Reservas de Arqueologia da autarquia elvensa.¹⁶⁰ Ao contrário do que ilustram as fotos da década de 50 do século passado, nas quais o sarcófago se encontra aparentemente inteiro e quase completo, o estado de conservação da peça é, na atualidade, bastante precário. O túmulo correspondente ao retratado na publicação citada¹⁶¹ encontra-se bastante fragmentado e incompleto. Não obstante o mau estado de conservação da peça, apuraram-se as seguintes dimensões: comprimento máximo – c. 200 cm, largura – 59 cm, altura média exterior – 58,5 cm, altura média interior – 48 cm, espessura média – 6 cm. A morfologia simples do sarcófago, enquadrável na forma 3 definida por CAGNAT & CHAPOT (1916, I, p. 332, Fig. 176) – caixa rectangular escavada num único bloco, sem decoração, com os topos internos arredondados, e pequenas cavidades semicirculares ao longo do topo das paredes laterais para encaixes metálicos de sustentação da tampa (neste caso, sensivelmente prismática e lisa), encontra paralelos num outro túmulo que integra as Reservas de Arqueologia da Câmara Municipal de Elvas¹⁶², na necrópole de Silveirón (CUNHA, 2008, pp. 105 e 232, sarcófago 1), e, em termos de morfologia geral, nos exemplares inacabados recolhidos em

¹⁶⁰ O mesmo sarcófago encontra-se ilustrado em fotos do antigo Museu Municipal de Elvas, gentilmente facultadas pelos Serviços da Biblioteca Municipal de Elvas e, em particular, por Laura Lagueiras, a quem agradecemos.

O facto de o sarcófago ilustrado nas fotos de DEUS, LOURO & VIANA (1955, Est. III, n.ºs 14 e 15) e nas fotos do antigo Museu Municipal de Elvas se encontrar ladeado, no primeiro caso, por uma coluna e, no segundo caso, por duas colunas, levou-nos a colocar em dúvida a atribuição da peça ao sítio da Eira do Peral e a considerar a possibilidade de se tratar de um outro túmulo de mármore branco, encontrado na Herdade do Botafogo (freguesia de São Pedro, concelho de Elvas) e oferecido ao antigo Museu Municipal pelo seu ‘achador’, Joaquim Dias Barroso, conjuntamente com duas colunas sobre as quais presumivelmente assentaria o sarcófago (195 cm comprimento x 63 cm largura x 0,40 altura) (PIRES, 1901, p. 6; Inv. CME/MME). As dimensões não são, porém, coincidentes com as do túmulo que observámos.

¹⁶¹ A correspondência proposta baseia-se na fratura identificada no canto inferior direito do sarcófago, conforme ilustrado em DEUS, LOURO & VIANA (1955, Est. III, foto n.º 14).

¹⁶² Das Reservas de Arqueologia da Câmara Municipal de Elvas consta um outro sarcófago, fragmentado e incompleto, tipologicamente idêntico ao túmulo que se supõe ser proveniente de Eira do Peral (mármore branco; comprimento máximo – 200 m, largura – 53 cm, altura – externa – 50 cm, altura interna – 48 cm, espessura média – 5 cm). Aparentemente corresponde ao sarcófago ilustrado por GAMA (1974, Fig. 10), e igualmente retratado (em segundo plano) numa das já referidas fotos do antigo Museu Municipal de Elvas. Desconhece-se o número de inventário e a proveniência, pelo que a peça em questão não integra a nossa amostra de estudo. Pelas dimensões, assume-se que este segundo túmulo também não pode corresponder ao sarcófago encontrado na Herdade do Botafogo e doado ao antigo Museu Municipal de Elvas, conforme anteriormente mencionado. Não obstante esta ausência de informação sobre a peça, e atendendo às semelhanças (ao nível da qualidade do mármore e da morfologia da peça) com o sarcófago atribuído à Eira do Peral, não podemos deixar de colocar a hipótese de se tratarem de produtos de uma mesma oficina de canteiro, de âmbito local/regional.

Pardais (Vila Viçosa) (MACIEL, 1998, p. 239). A boa qualidade do mármore, de tipo Estremoz – Vila Viçosa, de assinalável grau de pureza e quase sem vergadas¹⁶³, parece refletir uma escolha cuidada da matéria-prima. Tal escolha explicaria o aparente recurso a mão-de-obra especializada que trabalhasse o mármore do anticlinal de Estremoz, ao invés de se optar pelos recursos geológicos locais e mais próximos, de qualidade inferior. Questionamo-nos sobre o aparente paradoxo entre as presumíveis evidências de um estatuto socioeconómico confortável, de modo a possibilitar a aquisição de um sarcófago e o cuidado colocado na escolha do respetivo material, e a simplicidade formal do mesmo, sem qualquer decoração (pelo menos que seja atualmente visível a olho nu; não será despidendo colocar a hipótese de poder ter recebido pintura), epígrafe ou elementos distintivos. Interrogamo-nos também se a simplicidade do sarcófago, e de eventuais outros que lhe pudessem estar associados, não contrastaria com a estrutura e decoração do edifício que o(s) albergava. Neste caso, a opção por uma caixa tumular de tais características, mais do que testemunho de preceitos culturais e religiosos ou, simplesmente, de uma opção mais económica para o encomendante, poderia traduzir uma escolha planeada em função de um contexto mais amplo e complexo que integraria o sarcófago. Este, à semelhança dos monumentos funerários de tradição etrusca, poderia ser encarado como apenas mais um elemento fundamental à compreensão do espaço envolvente, sem rivalizar ou suplantar este último, mas complementando-o.

Na ausência de outros dados adicionais, designadamente sobre os ritos e espólio associados aos núcleos de enterramentos identificados no sítio da Herdade do Peral/ Eira do Peral resta-nos, por um lado, corroborar a ideia, proposta por Abel Viana e A. Dias de Deus, de uma possível cronologia pré-romana, eventualmente da II Idade do Ferro, para o conjunto de incinerações; e, por outro, propor para o sarcófago e demais inumações identificadas um *terminus post quem* do séc. III d.C.. Neste último caso, e atendendo a outras ocorrências de sarcófagos documentadas no actual território alto alentejano (Pombais, Silveirona, São Pedro dos Pastores, Torre de Palma), considera-se provável que o núcleo de inumações identificado seja mais tardio, eventualmente enquadrável entre os séc.s IV – VI d.C..

¹⁶³ Devemos ao Doutor Noel Moreira um agradecimento pela ajuda facultada no estudo desta peça, designadamente através da observação macroscópica e caracterização da matéria-prima.

IV.5. HERDADE DE FONTALVA (Santa Eulália, Elvas, Portalegre. CNS 4151. CMP 399. N 38° 59' 03.06"/ W 7°18' 00.30")

IV.5.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

A Herdade de Font'Alva situa-se a norte da povoação de Barbacena e a sudoeste da de Santa Eulália, e ocupa atualmente uma área de cerca de 2000 hectares.¹⁶⁴ Grosso modo, encontra-se delimitada, a sul, pelo troço da Estrada Nacional 243/ 243-1 (no sentido Monforte – Barbacena e Barbacena – Santa Eulália) e pelos limites da povoação de Barbacena; a oeste-noroeste, pelo curso da Ribeira da Coutada; a este-nordeste, pelo troço da Ribeira da Murteira, inflectindo para norte sensivelmente a partir do ponto definido pela localização das antas do Torrão; e, a norte, abarcando uma faixa de aproximadamente 10 km acima do troço da ligação da Estrada Nacional 243 entre Monforte e Santa Eulália. Enquadra-se numa paisagem de relevo ondulado (cotas tendencialmente acima dos 300 metros de altitude), com abundância de recursos hídricos e uma cobertura vegetal esparsa, pontuada por áreas agricultadas. O Monte de Font'Alva encontra-se implantado a 345 metros de altitude, correspondendo o ponto mais elevado na propriedade a uma cota de 354 metros. O conjunto central de edificado da herdade ocupa uma área de solos mediterrâneos vermelhos calcários, de classes C e D, rodeada por solos de natureza idêntica mas de elevada capacidade de uso agrícola (classe A), e por litossolos, de moderada a reduzida rentabilidade (classes C e D). Por sua vez, a área do designado Monte Velho de Fontalva¹⁶⁵ ocupa uma mancha de litossolos de classes B e C. De um modo geral, a metade norte da propriedade, caracteriza-se pela coexistência de litossolos e solos mediterrâneos pardos, de classes C e D. Para sul, em direção à povoação de Barbacena, verifica-se uma assinalável variedade pedológica, com a presença de solos de classes A, B, C, D e E,

¹⁶⁴ A propósito de Font'Alva, Vitorino d'Almada dá-nos conta de que “em 1570 era esta defeza de Fernão [...] de Menezes. Partia com Barbacena e com o Torrão. Era terra lavradia de 60 moios de pão, com seu matto, cuja oitava parte seria d'asinho e o mais de sobro”, e acrescenta ainda acerca da herdade - “compõe-se de terras de sementeira, pastagens, montado d'azinho, alguns chaparros de sobro, casas d'habitação, granja, nascente d'agoa”, tendo a norte o sítio de Pereiras de Cima, a sul, Torrão e Barbacena, a este o Baldio do Conde e a oeste o monte de D. Miguel [ALMADA, *Diccionario* – F (Fil-Fon), Arquivo Histórico de Elvas, n.º 11402].

Em finais do séc. XIX – inícios do séc. XX, a Herdade de Font'Alva, à data propriedade de Alfredo d'Andrade, corresponderia a uma propriedade com mais de 7000 hectares. Nessa altura, porém, a propriedade original da família já se encontraria reduzida. À época de António José d'Andrade (ver referência em PICÃO, 1903, p. 13), antecessor de Alfredo d'Andrade, a herdade teria maiores dimensões, abarcando, por exemplo a Herdade do Zambujal ou Quinta das Longas. (Agradecemos ao Eng. José Luís Sommer d'Andrade, atual proprietário da herdade, as informações gentilmente facultadas sobre a história de Font'Alva.)

¹⁶⁵ CNS 28355.

encontrando-se as duas primeiras representadas em manchas de solos mediterrâneos e calcários pardos e vermelhos, distribuídas em torno do núcleo populacional. Para nordeste de Barbacena, cruzando a estrada nacional, a propriedade de Font'Alva prolonga-se ao longo de parte do curso da ribeira da Murteira (margens direita e esquerda) pelos terrenos designados de Terrão, na margem direita da ribeira do Torrão, onde se concentram significativas manchas de solos de classes A e B, contrastando assim com os litossolos de categoria C que dominam para norte. A herdade conta com numerosas e pequenas linhas de água subsidiárias do Ribeiro do Carvalho, Ribeira da Coutada e Ribeiro de Barbacena, a oeste e sul da herdade, e a Ribeira da Murteira, que, conforme já referido, corresponde sensivelmente ao limite da propriedade para oeste.

A referência mais recuada que conhecemos a espólio arqueológico atribuído à Herdade de Font'Alva foi identificada no Inventário do antigo Museu Municipal de Elvas, e reporta-se a material diverso (lítico e cerâmico) recolhido nos inícios do séc. XX, mais precisamente “*em novembro de 1903*”, em monumentos dolménicos localizados naquela propriedade. O espólio terá sido então adquirido pela Câmara Municipal de Elvas, por compra, a Thomaz João Pires, o “*Pires de Barbacena*” (PAÇO, FERREIRA & VIANA, 1957, p. 133), para incorporar a colecção de Arqueologia do antigo museu (CME/ BME: Catálogo do *Museu Archeologico de Elvas*, I., entradas n.ºs 376 a 435). O mesmo procedimento se terá registado, em 1906, em relação a espólio proveniente de recolhas de superfície e da exploração de uma “*sepultura de 'lages brutas'*” no sítio do alto do Pombal na dita herdade [CME/ CME: Catálogo do *Museu Archeologico de Elvas*, I., entrada n.º 586, II.a) Objectos Romanos, entradas n.ºs 693-697; CME/ BME: Registo de Entradas de Objectos no Museu Municipal de Elvas, Arqueologia Romana]. Em 1938, e ilustrando o manifesto gosto de Ruy d'Andrade pela Arqueologia, foram realizadas escavações em Fontalva, por convite do proprietário, na sequência do interesse revelado por H. Neumann Savory em conhecer monumentos dolménicos e assistir a trabalhos de escavação em alguns deles (ALMEIDA, 2000, p. 22; PAÇO, FERREIRA, & VIANA, 1957, pp. 111-112). Tais trabalhos arqueológicos terão contado com a presença do então bolseiro da Universidade de Oxford, de Afonso do Paço, do Pe. Eugénio Jalhay e do próprio Ruy d'Andrade, e consistiram na escavação de três antas situadas no terreno da propriedade¹⁶⁶ e na visita a outros monumentos dolménicos sítos dentro e fora dos limites desta¹⁶⁷ (PAÇO, FERREIRA, & VIANA, 1957, pp. 111-117). Em relação a estes trabalhos arqueológicos chamamos a atenção para dois aspectos: em primeiro lugar, a circunstância da publicação dedicada às “*antiguidades de Fontalva*” (PAÇO, FERREIRA & VIANA, 1957), na qual se dá

¹⁶⁶ Anta da Torna do Poço da Pereira, anta do Alto de Miraflores e anta do Olival do Monte Velho.

¹⁶⁷ Respetivamente, as antas da Cabeça Gorda, do Porto de Cima da D. Miguel, e da D. Miguel, e as antas do Torrão e da Coutada de Barbacena.

conta, de forma abrangente, dos trabalhos de escavação e das diversas recolhas de espólio arqueológico efectuadas no local, ser datada de 1957, ou seja, cerca de 19 anos depois da intervenção arqueológica ali realizada¹⁶⁸; e, em segundo lugar, o facto de, entre os autores da dita publicação, apenas um – Afonso do Paço, ter estado presente nos referidos trabalhos¹⁶⁹. Consta do Acervo Documental do Museu Regional de Beja (Pasta 40), um conjunto de documentação (s.d., manuscrita) relativa às antas de Fontalva. De um modo geral, a documentação em causa, cuja autoria supomos ser atribuível a Abel Viana e, eventualmente, a Afonso do Paço, parece corresponder a uma versão preliminar do texto do artigo publicado em 1957 (PAÇO, FERREIRA & VIANA), com escassos dados adicionais, e apenas uma única referência, bastante sucinta, aos materiais de época romana e tardo-antiga, sem incluir a descrição dos mesmos.¹⁷⁰ Por sua vez, dados constantes de documentação epistolar trocada por Abel Viana com O. Veiga Ferreira confirmam que A. Dias de Deus terá mantido contacto com o então proprietário da herdade, Ruy d'Andrade (CARDOSO, 2008, p. 481, 6.169, p. 483, 6.163). Pouco tempo antes de falecer, o funcionário da Colónia de Vila Fernando terá obtido autorização do proprietário para, em conjunto com Abel Viana, proceder a trabalhos de escavação em Font'Alva e estudar espólio entretanto reunido, presume-se, por Ruy d'Andrade (ibidem). A propósito registe-se que, do Acervo Documental do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, e mais propriamente do já mencionado Processo 5/19, faria parte uma carta da autoria de A. Dias de Deus, com data de 8 de Abril de 1955 e endereçada ao então Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, tendo como assunto “*pagamentos/ achados em herdades do Prof. Dr. Rui de Andrade*” (AFCB: AFCB Proc. 5/19, p. 1). Uma vez que não se localizou o referido processo, e tendo apenas sido possível consultar a listagem do respetivo conteúdo, desconhece-se a que ‘achados’ se referia tal missiva. Questionamo-nos se corresponderiam a achados ocorridos na Herdade de Fontalva ou noutras propriedades de Ruy d'Andrade, qual o contexto e cronologia a que se reportariam, e, por último, quais as circunstâncias que ligavam o funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando a tais descobertas.¹⁷¹ Assim, por um lado, interrogamo-nos sobre os aludidos

¹⁶⁸ Recorde-se, porém, que os primeiros estudos sobre estas ‘antiguidades’ datam de 1951, com os trabalhos da lavra de Afonso do Paço e Octávio da Veiga Ferreira sobre uma fivela visigótica (PAÇO & FERREIRA, 1951) e uma lucerna (FERREIRA, 1951).

¹⁶⁹ Note-se, aliás, que Abel Viana e O. Veiga Ferreira só se terão conhecido em 1944, segundo CARDOSO, 2002 (p. 418).

¹⁷⁰ “*Em diversos pontos apareceram vestígios da ocupação romana e da visigótica. / As peças visigóticas foram publicadas por dois dos signatários (referência a PAÇO & FERREIRA, 1951) e os objectos da época romana vão descritos a seguir aos da Idade do Bronze, exceptuando a lucerna de tipo muito raro (referência à peça Catál. FNT.lu.001), (...), também já publicada pelo [sic] dois signatários, e no mesmo local.*” (MRB: VIANA, [s.d.]a, p. 4).

¹⁷¹ Parece-nos relevante que a data da carta endereçada pelo Preceptor-Adjunto a A. Luís Gomes coincida com a da carta enviada a Abel Viana, com a intenção de “*combinar trabalhos em Fontalva*” (CARDOSO, 2008, p. 481, 6.159).

'pagamentos' e se fará sentido colocarmos a hipótese de se tratarem de pagamentos reclamados pelo preceptor-adjunto junto da Fundação da Casa de Bragança, na sequência de eventuais recolhas feitas por Dias de Deus na propriedade de Ruy d'Andrade, com o devido conhecimento e consentimento deste, e destinadas à Secção Arqueológica da Fundação. A confirmar-se esta hipótese, cabe-nos esclarecer que não consta do Inventário Geral da Coleção de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança qualquer referência a tais materiais. Não obstante, e considerando que Ruy d'Andrade desempenhou, entre Outubro de 1952 e Dezembro de 1967, o cargo de Presidente da Junta da Casa de Bragança (BORREGO, 1989, p. 147), não nos parece descabida a possibilidade deste poder ter procedido a doações de espólio para o então ainda embrionário Museu de Arqueologia da Fundação, à semelhança do que fizera com o Museu dos Serviços Geológicos. Por outro lado, e atendendo aos dados disponíveis, afigura-se-nos igualmente plausível que nem Abel Viana nem A. Dias de Deus tenham chegado a efetuar quaisquer intervenções ou recolhas em Fontalva, tendo-se limitado o primeiro a assegurar o estudo dos materiais ali exumados (PAÇO, FERREIRA & VIANA, 1957) - *"A Fundação da Casa de Bragança solicitou ao Dr. Rui de Andrade autorização para eu ir a Fontalva estudar as coisas que lá estão, e que ele autorizara ao Dias de Deus, para lá ir comigo. Claro que indo eu lá, é para trabalhar de colaboração comigo e com o Paço, embora eu vá para lá sozinho."* (CARDOSO, 2008, p. 483, 6.163).¹⁷² Seja como for, os abundantes achados de superfície, conforme atestam, quer as recolhas levadas a cabo por Thomaz João Pires na primeira década do séc. XX, quer, mais tarde, as recolhas efectuadas por Ruy d' Andrade, tornam evidente a riqueza arqueológica do sítio de Fontalva, onde se parece documentar *"uma extensíssima sucessão de épocas arqueológicas, desde o paleolítico antigo até o testemunho do domínio visigótico, embora com muitas soluções de continuidade"* (PAÇO, FERREIRA & VIANA, 1957, p. 131). De facto, para além dos trabalhos arqueológicos, são conhecidas recolhas variadas (sobretudo de espólio pré-histórico) levadas a cabo em diversas antas localizadas no terreno da herdade (idem, pp. 117-119), bem como no decurso de trabalhos agrícolas (idem, pp. 121-127), da abertura de um poço e de caboucos para a construção de dependências da residência concebida por Alfredo d'Andrade (idem, pp. 119-121), ou ainda na ribeira¹⁷³ que atravessa a propriedade (idem, p. 131).

¹⁷² A respeito das vicissitudes da colaboração entre Abel Viana, O. Veiga Ferreira e Afonso do Paço na elaboração do artigo publicado em 1957 sobre Fontalva, consulte-se CARDOSO, 2001/2002 (p. 520, Doc. n.º 52, p. 527, Doc. n.º 57, p. 529, Doc. n.º 59, pp. 544-545, Doc. n.º 66, pp. 539-540, Doc. n.º 64, p. 543, Doc. n.º 65, pp. 545-547, Doc. n.º 66).

¹⁷³ A identificação da ribeira a que os autores supra-citados se referem não é linear, visto a propriedade de Font'Alva ser irrigada por numerosas linhas de água, designadamente pequenas linhas de água subsidiárias da denominada ribeira da Coutada, que corre ao longo do limite oeste da herdade, e do ribeiro do Carvalho, que atravessa no sentido N/NW-SE a metade norte da propriedade. Conta-se igualmente a ribeira da Murteira, que corre no extremo SE/E da herdade,

Na visita realizada a Font'Alva, tínhamos consciência, de antemão, das dificuldades em identificar os possíveis locais onde terão sido detectadas, em inícios e meados da primeira metade do séc. XX, as sepulturas romanas documentadas. À semelhança de trabalhos de prospecção levados a cabo em 1999¹⁷⁴, também a nossa visita à referida herdade se revelou inconclusiva, sem que tenha sido possível a identificação de evidências arqueológicas no terreno. Relativamente às recolhas de espólio romano, as informações acerca das condições e contexto de achado são parcas e pouco esclarecedoras (PAÇO, FERREIRA & VIANA, 1957, pp. 112, 129-131). Impõe-se esclarecer que a nossa amostra de estudo integra um conjunto de 77 itens atribuídos a Fontalva. O grosso destes materiais (75 peças, ou seja, 97% do total) pertence à Coleção 76 do Museu Geológico/ LNEG, correspondendo as restantes duas peças a espólio adquirido pelo antigo Museu Municipal de Elvas em 1906. Desconhece-se em que medida os materiais em depósito no Museu Geológico resultaram de eventuais trabalhos de escavação ou se correspondem apenas ao produto das recolhas realizadas pelo proprietário (incluindo de materiais alheios ao contexto funerário propriamente dito), que viriam a ser posteriormente estudados e publicados por Afonso do Paço, Octávio da Veiga Ferreira e Abel Viana (FERREIRA, 1966; PAÇO & FERREIRA, 1951; PAÇO, FERREIRA & VIANA, 1957). Para além da referência explícita ao contexto de “*uma sepultura romana de Fontalva*” associada a algumas das peças que compõem a atual Col. 76 do Museu Geológico [PAÇO, FERREIRA & VIANA, p. 130, Est. IX; PAÇO & FERREIRA, 1951, p. 416, (2)], não dispomos de quaisquer outras informações sobre o conjunto funerário, a morfologia do(s) enterramento(s), ou a respetiva localização no terreno da herdade, comprometendo assim uma leitura integrada e diacrónica do conjunto de materiais de cronologia romana e tardo-antiga disponíveis. Por exemplo, a referência genérica à ocorrência de achados aquando da abertura de um poço revelou-se pouco elucidativa, em virtude da existência de vários poços na propriedade. Naturalmente que poderemos sempre alegar que, havendo uma oportunidade futura da realização de trabalhos de prospecção nos terrenos da herdade, e estando reunidas boas condições de visibilidade, permanece em aberto a possibilidade de identificar o local mencionado pelos autores citados. No que respeita à sepultura explorada por Thomaz João Pires em 1906, dispomos apenas da referência a um conjunto de cinco peças cerâmicas (incluindo *terra sigillata*) atribuídas a um enterramento de lajes. Apesar da indicação “*no alto do Pomba*” [CME/ BME: Catálogo do *Museu Archeologico de Elvas*, II.a) Objectos Romanos, entradas n.ºs 693-697], não nos foi possível identificar a presumível localização desta sepultura.

sensivelmente paralela ao sítio do Terrão/Torrão e à linha de água homónima, e coloca-se a hipótese desta poder corresponder à ribeira mencionada por Paço, Ferreira & Viana (1957, p. 131).

¹⁷⁴ PNTA/98 - Processos DGPC 98/1(737) e 99/1(283).

Segundo indicações do atual proprietário, os achados de época romana (sobretudo material cerâmico, designadamente “*fundos de ânfora*”) parecem concentrar-se nos terrenos da herdade que se estendem, no sentido sul-norte, pela zona do Torrão e ao longo da Ribeira da Murteira. Trata-se de uma vasta área de terreno aplanado, hoje em dia agricultado, compreendida, grosso modo, entre uma das linhas de água subsidiárias do Ribeiro de Barbacena e o Monte do Torrão, a sul e a leste, e o conjunto megalítico do Torrão, a norte. Para além da provável área de necrópole, conforme indiciam o achado da sepultura noticiado por PAÇO & FERREIRA [1951, pp. 416, (2)] e um fragmento de epígrafe funerária (ENCARNAÇÃO & ROLO, 2017), a existência de espólio de cronologia romana a tardo-antiga atribuído à Herdade de Fontalva sem indicação de ter pertencido ao enterramento explorado, assim como o achado de material de construção de época romana no sítio do Monte Velho (ALMEIDA, 2000, p. 36, 69-70; CARNEIRO, 2014, II, p. 176, 08.02.) levam-nos a corroborar a ideia da existência de um espaço de *habitat* [Processo DGPC 98/1(737)].¹⁷⁵

IV.5.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

Cabe-nos assumir o quase total desconhecimento sobre as características morfológicas dos enterramentos de época romana identificados em Fontalva, e respetivas práticas rituais associadas. Há que considerar a documentada existência de um enterramento de construção e/ou cobertura de lajes, com espólio de cronologia romana mas sem indicação do respetivo rito funerário [CME/ BME: Catálogo do *Museu Archeologico de Elvas*, I., entrada n.º 586, II.a) Objectos Romanos, entradas n.ºs 693-697; CME/ BME: Registo de Entradas de Objectos no Museu Municipal de Elvas, Arqueologia Romana]. Das cinco peças que comporiam o conjunto funerário da sepultura descoberta a 8 de Janeiro de 1906 [CME/ BME: Catálogo do *Museu Archeologico de Elvas*, II.a) Objectos Romanos, entradas n.ºs 693-697], somente duas (Catál. FNT.tss.001_1 e FNT.cc.022_1) integram a nossa amostra de estudo, em virtude da não identificação/localização das restantes na Coleção de Arqueologia do antigo Museu Municipal de Elvas.¹⁷⁶ No que se refere ao espólio atribuído a uma sepultura romana por PAÇO & FERREIRA [1951, p. 416, nota (2), p. 425; PAÇO, FERREIRA & VIANA,

¹⁷⁵ De acordo com ALMEIDA (2000, p. 145), os sítios de Fontalva e Monte Velho correspondem, tal como os arqueossítios de Atalaia dos Sapateiros, Ventosa e São Rafael, a um tipo de estabelecimento rural particular no contexto do povoamento romano no atual território elvens – implantados em zonas de fraca aptidão agrícola, ocupam uma posição topográfica dominante sobre “*zonas baixas onde abundam os recursos hídricos e se encontram terrenos mais férteis*” (ibidem).

¹⁷⁶ Segundo a descrição constante dos registos consultados, o conjunto funerário em causa seria composto por duas peças de *terra sigillata*, duas de cerâmica comum e uma “*taça de barro branco, finissimo [sic], com ornamentação*”, que supomos poder tratar-se de cerâmica de paredes finas (CME/ BME: Catálogo do *Museu Archeologico de Elvas*, II.a) Objectos Romanos, entradas n.ºs 693-697).

1957, p. 130, Est. IX], parece-nos verosímil que nem todos os materiais romanos e tardo-antigos que compõem a Col. 76 do Museu Geológico sejam provenientes do mesmo contexto de achado, e, portanto, reportáveis a um único conjunto funerário. Não dispondo de informações sobre as condições e contexto de achado destas peças, coloca-se a possibilidade de algumas delas poderem ser provenientes de contexto(s) não funerário(s), designadamente de uma área habitacional ou estrutura de laboração (por exemplo, o fragmento de mó – Catál. FNT.li.003), explicando assim a diversidade do espólio. Paralelamente, pondera-se a hipótese de algumas das peças poderem ser atribuídas a outro(s) enterramento(s), assumindo-se portanto que a única sepultura romana referenciada seria parte integrante de uma área de necrópole, eventualmente mais vasta no espaço e no tempo, facto que poderia explicar a presença de espólio alti-medieval. Neste caso, julgamos que a ausência de menção, por parte dos autores supra-citados, a outros enterramentos apenas se justificaria se acaso esses materiais fossem produto de outras recolhas avulsas, não realizadas pelos próprios e acerca das quais estes não dispusessem de informação. De igual modo, desconhecem-se os dados que sustentam a informação constante da Ficha de Estação Arqueológica (Col. 76 – Herdade de Fontalva/Romano) do Museu Geológico/LNEG – ***“Sepulturas de incineração do Séc. IV donde ressalta a variada colecção cerâmica de uso comum, ferramentas de ferro, pesos de tear, cerâmica sigilata [sic] e, em especial, a lucerna bylichnis”***), pelo que esta deve ser considerada com as devidas reservas. Ainda assim, e a propósito dos ritos funerários documentados em Fontalva, note-se que a peça FNT.li.001 parece encontrar os seus paralelos mais aproximados nas designadas «estelas-casa» ou oikomorfas documentadas no Norte Peninsular (ABÁSOLO ÁLVAREZ, ALBERTOS FIRMAT & ELROZA GUINEA, 1975; FERNÁNDEZ CORRAL, 2015, FE 132, n.º 554), ainda que sem ostentar a típica iconografia de simbologia astral (MARCO SIMÓN, 1979, p. 208). Trata-se, conforme assinalou FERREIRA (1966, p. 361), de um elemento pouco comum na área geográfica em estudo. Tradicionalmente associado a sepulturas de incineração e a um enquadramento cronológico lato (séc.s I – IV d.C.), apenas nos permite supor a prática deste rito funerário em Fontalva, sem que seja possível inferir as cronologias e as evidências materiais correspondentes.

Assim, em virtude das limitações dos dados conhecidos e dos resultados inconclusivos da visita realizada ao local, não nos é possível avaliar se os distintos contextos funerários documentados corresponderiam a uma só necrópole ou se, pelo contrário, estaríamos perante diferentes núcleos de sepulturas distribuídos pelo território da atual herdade e associados a tumulações de características e cronologias diversas.

IV.5.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

Atendendo ao conjunto de espólio atribuído ao arqueossítio de Fontalva que integra a nossa amostra de estudo, distinguem-se três grandes momentos de ocupação do espaço ao longo do período romano e Alta Idade Média, sem que nos seja possível confirmar uma eventual continuidade entre si. Em primeiro lugar, se tomarmos em linha de conta a epígrafe (ENCARNAÇÃO & ROLO, 2017) e o espólio atribuído à sepultura de lajes identificada em 1906 (CME/ BME: Catálogo do *Museu Archeologico de Elvas*, I., entrada n.º 586, II.a) *Objectos Romanos*, entradas n.ºs 693-697), coloca-se a hipótese destes elementos terem estado relacionados com uma fase alto-imperial de uso funerário daquele espaço (meados do séc. I – meados séc. II d.C.). A esta fase parece ser subjacente um substrato cultural latino e um *'modus vivendi'* à romana – veja-se, para além epígrafe de *Atilia Maxuma* (Catál. FNT.epi.001), a presença de *terra sigillata* sudgálica (Catál. FNT.tss.001_1). Em segundo lugar, há que considerar o conjunto funerário (seis itens) associado à sepultura documentada por PAÇO, FERREIRA & VIANA (1957), e em particular a lucerna (FERREIRA, 1951) – Catál. FNT.lu.001_2, e a indicação do achado de “*moedas do Baixo Império*” (PAÇO & FERREIRA, 1951, p. 425), que nos levam a propor um âmbito cronológico dos séc.s III-IV d.C. para o enterramento em questão.¹⁷⁷ A confirmar-se a atribuição das restantes cinco peças analisadas ao mesmo contexto de achado, não podemos deixar de assinalar que a presença de um exemplar de cerâmica de paredes finas da forma Mayet XLIII (Catál. pf.001_2) e de um possível exemplar da forma de *terra sigillata* hispânica 20 ou 21 (FNT.tsh.001_2) nos remetem para um *t.a.q.* não posterior aos inícios/ meados do séc. II d.C., dissonante por isso do enquadramento cronológico genericamente sugerido para o enterramento em causa, mas consentâneo com a já aludida fase alto-imperial de uso funerário do arqueossítio. Em função do exposto questionamo-nos se poderão tratar-se de materiais reportáveis a enterramentos mais antigos, sem que tenham sido identificados como tal durante a respetiva recolha, e, assim sendo, coloca-se a hipótese de haver uma eventual coexistência de sepulturas de cronologias distintas no mesmo espaço.¹⁷⁸ Para além destes dois momentos, a fivela visigótica atribuída a Fontalva (PAÇO & FERREIRA, 1951) – Catál. FNT.mt.001, sem contexto conhecido, indicia a ocupação do território da actual herdade em pleno séc. VII e eventualmente inícios do séc. VIII d.C. (AREZES, 2011, p. 163; RIPOLL, 1998, pp. 61-66, Fig. 4-A).

¹⁷⁷ A. Arezes (2014, I, p. 424, nota 566) atribui à sepultura uma cronologia não posterior ao séc. III d.C..

¹⁷⁸ Também não podemos deixar de considerar a possibilidade de as duas peças acima referidas poderem corresponder ao espólio em falta do conjunto funerário da sepultura descoberta nos inícios do séc. XX.

IV.6. CHAMINÉ (Barbacena e Vila Fernando, Elvas, Portalegre. CNS 1472. CMP 413. N 38° 54'46.37" W 7° 16'28.13")

IV.6.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

O sítio da Chaminé, a nascente da povoação de Vila Fernando e da Colónia Correccional, encontra-se implantado a uma cota de sensivelmente 413 metros de altitude, enquadrado a oeste, sudeste e leste por três elevações que se destacam na paisagem e que correspondem, respetivamente, a Serra Branca, Armadas e à elevação sita entre o Monte dos Pequeninos e o Monte da Serra do Bispo.¹⁷⁹ Presume-se que o espaço funerário identificado em finais da década de 40 do século XX por A. Dias de Deus se localizasse numa área atualmente reservada à olivicultura intensiva, delimitada, a norte, por linhas de água subsidiárias do Ribeiro da Chaminé e, a sul, pelo Ribeiro do Carrão. Ocupa uma mancha de solos mediterrâneos de categoria B que se estende, grosso modo, entre Vila Boim e S. Braz. A abundância de aquíferos é atestada pela presença de represas, bem como de vários poços entre o Monte da Chaminé e o Monte do Carrão. Na visita realizada ao local não nos foi possível identificar, com base em eventuais achados de superfície, a área de implantação da(s) necrópole(s) escavada(s) no sítio da Herdade da Chaminé (DEUS, LOURO & VIANA, p. 569). Contudo, em função dos dados conhecidos, parece-nos verosímil que a área de enterramentos explorada correspondesse a uma extensão aplanada do terreno que ladeia, a leste, o caminho que dá acesso ao monte, e que hoje em dia se encontra ocupada pelo extenso olival já mencionado. Esta ideia é reforçada pela impressão registada por Tarcísio Maciel a propósito da sua deslocação ao local, em meados da década de 80 do séc. XX, guiado por José Lopes – “No monte da Chaminé vi o local da necrópole escavada por Abel Viana e A. Dias de Deus. Fica logo atrás da habitação, a nordeste. O terreno foi ocupado por um olival, não ficou qualquer vestígio à superfície” (MACIEL, 2015, p. 197). De registar que no decurso dos trabalhos de prospeção realizados em 1999, no âmbito do Projeto de Estudo da Ocupação Romana no Concelho de Elvas [Processo DGPC 98/1(737); ALMEIDA, 2000, p. 106-107], também não se terão identificado quaisquer evidências arqueológicas do espaço funerário da Chaminé. Todavia, a informação veiculada por J. Nolen (1985, p. 13) de que o arqueossítio se

¹⁷⁹ Acerca da Herdade da Chaminé pode ler-se nas fichas manuscritas do *Diccionario* de Vitorino d'Almada: “Ficou às Dominicanas por dote de D. M.^a da Silva viúva de Luiz de Mesquita (?) Pimentel, em 18 jan[eiro] 1590. Parte com herd[ade] dos Pequeninos e Casas Velhas, Carrão, (?), Abarca Mundos. O monte fica a meia legua [sic] da villa” [Arq. Municipal de Elvas, *Diccionario* – C (Cea-Cha), n.º 11402].

encontraria na atualidade, total ou parcialmente, inundado pela barragem da Ribeira de Almuro não encontra confirmação no terreno (FABIÃO, 1998, I, p. 370).

Trata-se de um arqueossítio complexo, desde logo pelos inúmeros vestígios de ocupação documentados – “a) restos de um dólmen; b) necrópole da Idade do Ferro; c) necrópole romano-visigótica; d) restos de edifícios, um poço e diversos pavimentos de casas, um deles de mosaico (*opus vermiculatum*), tudo provavelmente [sic] da época romana” (VIANA, 1955, p. 25). Para além da complexidade inerente às diversas evidências arqueológicas identificadas, a leitura e interpretação que atualmente se possa fazer deste sítio (excluindo a possibilidade de realização de novas intervenções arqueológicas no local) encontra-se bastante condicionada pela aparente dificuldade que os próprios ‘escavadores’, em finais da década de 40 do séc. XX, terão tido em interpretar os vestígios com que se depararam. Este facto reflete-se no teor algo confuso e pouco esclarecedor das diversas informações publicadas, designadamente no que se refere à sobreposição de tumulações e às diferentes áreas de enterramentos. Decerto que a tais dificuldades não terão sido alheias, por um lado, as limitações inerentes a um exercício ‘menos preparado’ da atividade arqueológica e, por outro, a intervenção do então diretor do Museu Etnológico, Manuel Heleno, que ditaria o fim precoce das escavações no local.¹⁸⁰

Importa realçar que a história do arqueossítio da Chaminé parece estar indissociavelmente relacionada com a história do arqueossítio da Herdade do Carrão¹⁸¹, não só pela aparente contemporaneidade (pelo menos parcial) do espaço funerário e do espaço de *habitat* (CARNEIRO, 2014, I, p. 121; 2015, pp. 129-130), mas também pelas vicissitudes que marcaram a escavação dos dois sítios. Terão sido escavados sensivelmente durante o mesmo período e, à semelhança do que se verifica para a necrópole da Chaminé, também os dados conhecidos sobre a presumível *villa* do Carrão se revelam escassos, uma vez que o arqueossítio terá sido explorado durante um curto espaço de tempo e de forma não contínua ou sistemática. Os dois arqueossítios situam-se a curta distância entre si (150 a 200 metros), separados pelo ribeiro do Carrão e pelo caminho de acesso aos actuais edifícios do monte da Chaminé. O sítio do Carrão ocupa numa vasta extensão de terreno aplanado, a uma cota não superior aos 400 m de altitude, a SW do monte da Chaminé e da presumível área de necrópole identificada naquela propriedade. Enquadrado, a norte, pelo Ribeiro do Carrão, e a sul, por uma linha de água subsidiária da ribeira da Colónia, encontra-se implantado na zona de transição dos solos mediterrâneos de classe B documentados na Chaminé para solos mediterrâneos pardos e litossolos

¹⁸⁰ Situação já abordada no subcapítulo II.2.1., e à qual voltaremos ao longo do presente subcapítulo.

¹⁸¹ CNS 4600. CMP 413. N 28° 54.68' O 007° 16.676'.

de categoria C. Identificado por volta de 1942 (VIANA, 1950, pp. 295-296), o arqueossítio terá sido escavado por António Dias de Deus entre Janeiro de 1948 e Outubro de 1949 (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 7). Apesar da informação disponível não ser suficientemente esclarecedora, as primeiras sondagens no local parecem ter sido feitas pelo padre Henrique da Silva Louro, por volta de 1942 (VIANA, 1950, pp. 295-296), e a estas ter-se-ão seguido outras em 1946, já da iniciativa de António Dias de Deus (VIANA, 1950, p. 304; 1955d, p. 550), ainda que a notícia de achados no local já fosse conhecida desde, pelo menos, finais da década de 30 (MNA: APMH/2/18/1, p. 3). Supomos que seja a estes trabalhos que Abel Viana se referia quando faz recuar até 1942 as notícias de achados diversos na Herdade do Carrão e alude à realização de sondagens e pesquisas no local pelo pároco de Vila Fernando e António Dias de Deus, ainda antes do ano de 1948 (VIANA, 1950, pp. 295-296, 304). Na documentação a que pudemos ter acesso, A. Dias de Deus não menciona a realização de trabalhos anteriores a 1948 nos sítios da Chaminé ou Carrão, mas relativamente às pesquisas levados a cabo nos inícios desse mesmo ano refere: *“Descobri vários pavimentos com mosaicos policromados, certamente de muito valor. Os pavimentos estão apenas parcialmente destapados para evitar os estragos causados pelos ignorantes e selvagens. Numa das edificações, tenho já localizados sete compartimentos todos eles revestidos de mosaico. Duas das salas são em semi-circulo [sic] e uma delas, a unica [sic] totalmente destapada tem ao centro um escudo com a figura de uma amazona.*¹⁸² *A parte descoberta é somente uma parcela de todo o edifício [sic]. Ali encontrei também [sic] muitas telhas romanas, tijolos de vários formatos e tamanhos, fragmentos de louça, vidros, ferros para várias aplicações etc. etc..”* (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 7).¹⁸³ Dos dados conhecidos presume-se a abertura de, pelo menos, quatro sondagens em pontos diferentes do terreno, incluindo a escavação da estrutura com os pavimentos musivos acima mencionados (idem, pp. 7-8; VIANA, 1950, pp. 304-306). De facto, no decurso das pesquisas realizadas, terão sido identificados diversos vestígios de construções de cronologia romana: silhares de granito, três represas (uma das quais inutilizada), e um conjunto de *aedificia*, que incluía uma área habitacional com vários compartimentos retangulares (aparentemente,

¹⁸² Referência ao mosaico com provável representação de *Epona*.

¹⁸³ Consta do Registo de Entradas de Peças no antigo Museu Municipal de Elvas (CME/ BME) a referência à incorporação no acervo daquela instituição museológica de cerca de 41 peças provenientes da Chaminé e oferecidas por A. Dias de Deus, entre 20 de Junho de 1949 e 30 de Dezembro desse mesmo ano. Trata-se de material parcialmente identificado/ localizado e incluído na nossa amostra de estudo.

No referido museu também terá dado entrada espólio do Carrão, doado pelo funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando entre Março/ Abril de 1948 e 20 de Junho de 1949, e não localizado no âmbito do nosso estudo. Neste caso, destacamos a referência a três *“(medalhas de cobre), em bom estado. Serão visigóticas?”*, presumivelmente encontradas *“junto a uma urna cinerária”* [CME/ BME: Registo de Entradas de Objectos ou Peças no Museu Municipal de Elvas, b) Numismática (Sub-seccção Medalhística)].

dois deles absidados) e vários pavimentos em *opus tessellatum*, atualmente não identificáveis no terreno (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 568; VIANA, 1950, pp. 304-305). Identificaram-se outros três pavimentos musivos, aparentemente associados a um edifício termal localizado a cerca de 40-50 metros de distância do campo de urnas, próximo de um poço que, na óptica dos autores, poderia também remontar a época romana (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 569; REIS, 2004, pp. 131-132).¹⁸⁴ Em meados da década de 80 do séc. XX, T. Maciel pôde ainda observar: “*De novo em direcção ao Carrão e à Chaminé, (...). No primeiro monte, passando a cerca do lado esquerdo do caminho e caminhando por terrenos lavrados, José Lopes indicou-me (...) os locais onde trinta anos antes se viam alicerces de construções romanas e que foram desaparecendo por força dos trabalhos agrícolas. (...) Vimos, (...), um ou outro muro de construção romana, e também uma estrutura de possível tanque ou represa. (...) Mais para oeste, (...), o local onde se situavam as termas ou balneários, romanos. Apenas vi pedras, amontoadas pela lavoura. Mas os tijolos, as telhas e outros materiais construtivos surgem, dispersos mesmo pelo lado oposto do caminho, para leste do monte*” (MACIEL, 2015, p. 197). Na atualidade, e conforme tivemos oportunidade de registar na nossa visita ao local, somente permanecem reconhecíveis no terreno: parte de uma estrutura de condução de água (dois troços do paredão de uma represa)¹⁸⁵, silhares de construção avulsos, parte de uma estrutura absidada de funcionalidade desconhecida, e uma extensa mancha de material cerâmico (cerâmica de construção e cerâmica utilitária) disperso à superfície, corroborando-se assim os resultados das prospecções ali realizadas em finais da década de 90 do século passado.¹⁸⁶ As evidências acima descritas parecem configurar “*uma villa áulica de peristilo, intervencionada na sua pars urbana e em parte do edifício terma*” (CARNEIRO, 2014, II, p. 184). De acordo com o autor citado, o conjunto dos seis mosaicos corresponderia possivelmente à *pars urbana* da *villa*, a qual deveria ocupar a área onde ainda é visível a estrutura absidada, enquanto os restantes três mosaicos identificados, associados ao edifício termal, situar-se-iam entre a residência e a necrópole, junto da linha de água (ibidem), provavelmente nas proximidades da área onde se conserva um poço. Os trabalhos de escavação deste arqueossítio terão decorrido até finais de Outubro de 1949, data a partir da qual, e conforme referido anteriormente, a responsabilidade legal pelos sítios do Carrão, Chaminé e Terrugem transitou para o então Museu Etnológico e António Dias de Deus e Abel Viana se viram forçados a cessar os

¹⁸⁴ Apesar da referência de A. Dias de Deus à identificação de sete pavimentos com mosaicos (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 7), Manuel Heleno, nas anotações elaboradas aquando da sua deslocação ao local, descreve seis mosaicos associados ao sítio do Carrão e outros três identificados no sítio da Chaminé, junto ao poço (MNA: APMH/2/18/1, pp. 15-18).

¹⁸⁵ QUINTELA, CARDOSO & MASCARENHAS, 1986, p. 70.

¹⁸⁶ Processo DGPC 98/1(737) – Projecto de Estudo da Ocupação Romana no Concelho de Elvas; ALMEIDA, 2000, pp. 104-107.

trabalhos arqueológicos naquelas estações (VIANA & DEUS, 1950b: 236; VIANA & DEUS, 1951: p. 91; CARDOSO, 1999: 153). Tendo em conta os dados conhecidos, nenhuma das referidas estações voltou a ser alvo de trabalhos arqueológicos desde Outubro de 1949 até aos nossos dias.

Contrariamente à ‘versão oficial’, segundo a qual as primeiras sepulturas identificadas na Chaminé teriam sido descobertas por A. Dias de Deus na Primavera de 1949, quando se procedia a uma plantação de oliveiras (HELENO, 1951, p. 85; VIANA, 1950, p. 308; VIANA & DEUS, 1950a, p. 67; VIANA & DEUS, 1950b, pp. 230-231; VIANA & DEUS, 1951, p. 89; VIANA & DEUS, 1958, p. 2), a escavação dos primeiros enterramentos parece remontar a Outubro de 1948, na sequência das intervenções iniciadas pelo preceptor-adjunto no sítio da Herdade do Carrão, em Janeiro desse mesmo ano (AFCB: DEUS, [s.d.]c, pp. 7-8). De acordo com o próprio, a iniciativa de “*iniciar ali (na Herdade do Carrão) umas escavações*” (idem, p. 7) teria sido motivada, não por uma eventual ‘emergência’ decorrente de trabalhos agrícolas, mas tão somente por ser do seu conhecimento a existência de vestígios de construções romanas no sítio em questão – “*Sabia há muito, antes de me dedicar ao estudo de antiguidades, que na herdade do Carrão, da freguesia de Vila Fernando, apareciam muitos fragmentos de telhas e tijolos. Tinha conhecimento também de que naquele local o Padre Louro havia descoberto há anos, um mosaico romano*” (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 7). Relativamente à descoberta das primeiras sepulturas no local, o funcionário da Colónia Correcional descreveu: “*Em Outubro de 1948, vendo uma pedra aprumada numa pequena ondulação de terreno fronteiro á [sic] encosta do Carrão, na Tapada da Chaminé, escavei à sua volta e verifiquei tratar-se duma sepultura. Fiquei radiante com o achado pois que naquela área, apesar de existirem tantos vestígios de casas, nunca tinha aparecido qualquer sepultura. Cavando e sondando em vária [sic] direcções, encontrei umas trinta. (...) A exploração do cemitério está em pouco mais de meio. Nas suas imediações há restos de casas. Escavando um desses restos, encontrei um pavimento em mosaico romano muito deteriorado e em que o motivo decorativo são pares de bolotas com folhagem*” (idem, pp. 8-9). Conjugando as informações disponíveis, conclui-se que as primeiras sepulturas identificadas e exploradas na Herdade da Chaminé correspondem a um conjunto de aproximadamente 25 sepulturas de inumação, com orientação norte-sul e, na sua maioria, de planta trapezoidal, localizadas nas proximidades de estruturas habitacionais e de um poço (HELENO, 1951, pp. 93-94; DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 569; VIANA, 1950, pp. 306-307). A discrepância de valores, quanto ao total de sepulturas exploradas (25 ou 30), que se verifica entre o documento acima transcrito e a informação publicada (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 569; VIANA, 1950, p. 306) não nos parece problemática. Atendendo à comparação das diferentes fontes, afigura-se provável que os dados

publicados sejam o resultado da interpretação e revisão que Abel Viana faria dos registos e/ou da informação transmitida por A. Dias de Deus. Manuel Heleno, por seu turno, faz referência a um total de 26 sepulturas, exploradas nas imediações de uma construção, “*possivelmente de termas*”, com três compartimentos com pavimentos de mosaicos (incluindo a referida composição com a representação de bolotas, conforme descrita pelo funcionário da Colónia Correccional), e de um poço, localizado “*entre os montes do Carrão e da Chaminé, 400 metros ao poente desta*” (HELENO, 1951, pp. 93-94).

Em Abril de 1949 registou-se a descoberta de um segundo conjunto de sepulturas, conforme nos dá conta o preceptor: “*Em Abril de 1949, andando uns trabalhadores a abrir covas para plantar oliveiras na herdade da Chaminé, contígua à do Carrão, depararam com duas sepulturas: uma feita de lajes e outra de tégula. Esta ultima [sic] sepultura tinha várias vasilhas em barro vermelho e branco e ainda outras de vidro. Foi-me comunicado o achado e por amável autorização do proprietário da herdade, Senhor Engenheiro João Caldeira, procedi a pesquisas e ali encontrei umas cinquenta sepulturas. O cemitério está situado num pequeno planalto e as sepulturas, dispostas simétricamente [sic], tem [sic] a orientação nascente x poente. Há grande diversidade de sepulturas, abundando as de forma trapezoidal*” (AFCB: DEUS, [s.d.],c, pp. 10-11). Este segundo núcleo de enterramentos corresponde à genericamente designada necrópole n.º 2 da Chaminé – um conjunto de meia centena de sepulturas de inumação, algumas das quais à profundidade de quase um metro (VIANA, 1950, p. 308), de planta retangular e trapezoidal, com tipologias construtivas diversas (AFCB: DEUS, [s.d.],c, p. 11; VIANA, 1950, p. 308 e legenda da Est. X, n.º 62).¹⁸⁷ Foi no decurso da escavação deste segundo conjunto de sepulturas de inumação, em meados da Primavera de 1949, que ocorreu a descoberta do denominado «campo de urnas» da Chaminé: “*Tendo reparado que na abertura das sepulturas encontrava muitos restos de vasilhas, comecei [sic] a pesquisar o espaço compreendido entre as sepulturas e com espanto fui encontrando uma grande porção de urnas em barro, mais de cento e oitenta, com tamanhos que variam entre dez e cinquenta centímetros [sic] e cheias de ossos carbonizados [sic].*” (idem, p. 12; VIANA, 1950, p. 309; VIANA & DEUS, 1950b, pp. 230-231). Os trabalhos de escavação prolongaram-se até finais de Outubro de 1949¹⁸⁸, tendo António Dias de Deus podido contar com a

¹⁸⁷ Na tabela do espólio atribuído à Chaminé (Anexo 2), e conforme mencionado no subcapítulo III.2., a identificação dos diferentes núcleos de enterramentos documentados teve em conta as cronologias propostas para cada um, ordenando-os do mais antigo para o mais tardio, e não o critério e denominação utilizados pelos ‘pesquisadores’ e definidos em função da ordem sequencial das ‘descobertas’. Deste modo, a ‘necrópole n.º 2 da Chaminé’ integra o conjunto por nós genericamente denominado como núcleos de inumações (III/ IV).

¹⁸⁸ Colocamos a hipótese de uma anotação manuscrita (presumivelmente da autoria de A. Dias de Deus) constante do Acervo Documental do Museu Regional de Beja (MRB: DEUS, 04/09/1949) poder reportar-se à escavação do campo de urnas da Chaminé. Na referida anotação descreve-se o achado de uma urna, “*de barro negro, grosseiro. que se desfez*”, ocorrido a 4 de Outubro de 1949, e apresenta-se um desenho esquemático da peça. Apesar de não ser feita qualquer

colaboração de Abel Viana a partir de Julho desse mesmo ano (AFCB: VIANA, 10/12/1949, pp. 1-2; VIANA, 1950, p. 290)¹⁸⁹. Neste caso, e à semelhança do que se deverá ter verificado nas restantes intervenções levadas a cabo pelo funcionário da Colónia Correcional a partir de meados de 1949, supomos que a colaboração do arqueólogo vianense se tenha traduzido, não tanto numa colaboração efetiva nos trabalhos de campo¹⁹⁰, mas sim numa orientação mais ‘científica’ dos trabalhos e no tratamento e estudo do espólio recolhido (AFCB: VIANA, 10/12/1949, p. 2). Abel Viana terá efectuado, pelo menos, uma visita ao local da Chaminé e Carrão, durante a qual procedeu ao registo fotográfico dos achados e se procurou certificar da metodologia de trabalho seguida por A. Dias de Deus e da aptidão deste para a atividade arqueológica (ibidem).¹⁹¹ Acerca desta parceria no contexto da exploração do sítio da Chaminé, A. Dias de Deus declarou: “*O distinto arqueologo [sic] Senhor Abel Viana fotografou e desenhou muitas urnas e quási todos os objectos encontrados quer no cemitério quer no campo de urnas.*” (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 12).

Ainda no que respeita às vicissitudes que marcaram estas ‘pesquisas’ arqueológicas, recorde-se que, na sequência de uma visita de Manuel Heleno a Vila Fernando, e de acordo com um Parecer apresentado à Junta Nacional de Educação a 17 de Dezembro desse mesmo ano, o então Diretor do Museu Etnológico e Professor Catedrático de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa garantiu a interrupção (e interdição à continuação) dos trabalhos desenvolvidos por A. Dias de Deus e Abel Viana nos sítios da Chaminé, Carrão e Terrugem (Barbacena e Vila Fernando, Elvas), passando estes a estarem sob a alçada direta da equipa da instituição museológica dirigida pelo primeiro (CARDOSO, 1999, p. 153; FABIÃO, 1998, I, p. 371; VIANA & DEUS, 1951, p. 91). Não obstante a declarada intenção de Manuel Heleno em dar continuidade aos trabalhos arqueológicos nos arqueossítios citados (HELENO, 1956, p. 231), não há dados conhecidos que comprovem a sua concretização, pelo que se considera que estes nunca terão chegado a realizar-se (CARNEIRO, 2014, I, p. 138, nota 427; FABIÃO, 1998, I, p. 371) e se presume que grande parte das evidências arqueológicas tenham ficado irremediavelmente perdidas pelas sucessivas décadas de aproveitamento agrícola dos solos. Em relação às estações arqueológicas de Terrugem e Carrão, pode ler-se num relatório enviado por Abel Viana ao então Presidente do Centro de Estudos de

referência ao local do achado, considera-se verosímil que se trate do campo de urnas da Chaminé, quer pela morfologia da peça retratada, quer pela data da ocorrência. Note-se que não se identificou a peça em questão na amostra disponível.

¹⁸⁹ Ver subcapítulo II.2.1.

¹⁹⁰ Até porque, conforme já tivemos oportunidade de afirmar, estamos em crer que o grosso das intervenções de A. Dias de Deus seja anterior à data do início desta colaboração, assim como a maior parte dos trabalhos de escavação na Chaminé e Carrão.

¹⁹¹ Ver subcapítulo II.2.1.

Etnologia Peninsular, Augusto Mendes Correia, e datado de 1954: *“Na estação romana do Carrão, assim como na romano-visigótica da Terrugem, não tornamos a fazer pesquisas; sabemos, apenas, e com muito pesar, que as lavours continuam a destruí-las. Supomos, até, que os mosaicos mais superficiais do Carrão, já não existem.”* (AFCB: VIANA, 06/01/1954, p. 3). Por ocasião da referida visita de Manuel Heleno aos sítios da Chaminé e Carrão, A. Dias de Deus terá não só facultado todas as informações e esclarecimentos solicitados, como também procedido à oferta e empréstimo de espólio (AFCB: VIANA, 10/12/1949, p. 4; VIANA & DEUS, 1951, p. 91). A incorporação no acervo do atual Museu Nacional de Arqueologia dos materiais que compõem a Col. MNA 0393, atribuída ao arqueossítio da Chaminé, deverá ter ocorrido nessa ocasião, sendo que, de acordo com os dados conhecidos, as peças emprestadas para estudo pelo preceptor-adjunto, nunca terão chegado a ser devolvidas. Assim, e apesar da impressão favorável causada pelo então Diretor do Museu Etnológico a A. Dias de Deus – *“Fiquei deveras encantado com o Dr. Heleno. É muito amável, delicado, e sabedor”* (VIANA, 1956, p. 8), rapidamente o funcionário da Colónia Correcional veio a tomar consciência das repercussões da referida visita e das intenções de Manuel Heleno. Tal revela-se particularmente notório através da leitura da correspondência trocada entre os intervenientes, em especial a partir de Dezembro de 1949 (VIANA, 1956, pp. 8-9). Em carta endereçada por A. Dias de Deus a Abel Viana, a 31 de Dezembro de 1949, pode ler-se: *“(…) Estou cada vez mais aborrecido com o procedimento do Sr. Dr. Heleno. Não merecia, da parte dele, tanta desconsideração. Tratei-o com cortezia [sic]; recebi-o com todas as atenções (...); prestei-lhe todos os esclarecimentos; fiz-lhe algumas ofertas valiosas (de objectos), enfim, desfiz-me em amabilidades para, afinal, ter tão má recompensa! (...)/ Vou escrever ao Dr. Heleno rogando-lhe o obséquio de me devolver aqueles cacos que me pediu emprestados – os melhores.”* (VIANA, 1956, pp. 8-9). Em Março de 1950, Manuel Heleno escrevia a A. Dias de Deus: *“Como V. Exa. me disse que eu poderia reter em Lisboa o material que me emprestou o tempo que precisasse (...) descuidei-me com o estudo do mesmo e por isso também com o seu questionário. (...) Os objectos estão em exposição na sala principal do Museu Etnológico, em mostrador próprio, e tem [sic] sido mto apreciados. Para o fim do mês devo ir aí ou mandar e, se V. Exa. não vir inconveniente, seguirão então.”* (MRB: HELENO, 03/03/1950, p. 2; VIANA, 1956, p. 7). Em cópia de carta endereçada por Dias de Deus a Heleno¹⁹², o primeiro demonstrava assim toda a sua indignação: *“Estou deveras admirado com o silêncio de V. Ex.^a e, por esse facto, receio que V. Ex.^a não tenha sido recebedor de duas urnas que lhe enviei por dois portadores. Um destes portadores levava também uma carta para*

¹⁹² Cópia incompleta e sem indicação de data, mas que se calcula deva ter antecedido a resposta anteriormente transcrita, datada de Março de 1950.

V. Ex.^a na qual formulava o obséquio dumas informações. Vai decorrido mais de um mês da última remessa e estou certo que V. Ex.^a não acusou essas recepções por motivo dos muitos afazeres. Pelos jornais tive conhecimento que V. Ex.^a apresentou um trabalho acerca do campo de urnas da Chaminé e da “vila” [sic] romana do Carrão, trabalhos que, como era de esperar, foram muito apreciados. Já que me não foi dado assistir ao duto trabalho de V. Ex.^a aguardarei a sua publicação para me inteirar do valor que V. Ex.^a atribui àqueles achados./ Conforme já informei V. Ex.^a gostava de fazer um pequenino trabalho, produto das minhas observações e prática, sobre alguns achados. (...) Na carta que escrevi a V. Ex.^a solicitava o especial obséquio dumas informações para me orientar e que serviriam para esse trabalho. Não insisto neste pedir porque não quero roubar a V. Ex.^a o seu precioso tempo em proveito duma nulidade (?) – um modesto e insignificante aprendiz de arqueologia, que de bom só tem o espírito de observação, a intuição daquilo que faz; a perfeita noção do dever e cultor de todas as regras da boa educação. (...) Insurjo-me contra todos aqueles que tentam diminuir-me na minha modéstia, que me classificam de destruidor, de vândalo e que me movem uma campanha vergonhosa de descrédito. Felizmente tenho bons amigos que me põem ao corrente dessas torpezas. Ao fim de quinze anos de aturados esforços, de tantas energias gastas e de tanto dinheiro que só do meu bolso saiu, é, realmente, a melhor recompensa que poderiam dar-me! Como não hei-de eu revoltar-me e expor o pesar que sinto por tamanha ingratidão, por tão injustificado apodo! Sei mesmo que se projectava proibir-me qualquer espécie de investigação. A que ponto chega a cegueira e má fé daqueles que para se elevarem pretendem tropeçar sobre outros, lançando-os por terra, caluniando-os. (...) Afinal com toda esta série de lamentos e queixumes desviei-me do assumpto principal desta carta, embora achasse indispensável esta explicação ou, melhor ainda, este desabafo. Retomando o começo da carta, venho rogar a V. Ex.^a a fineza de me informar se recebeu as duas urnas (uma de argola e outra, a que foi desenterrada na presença de V. Ex.^a¹⁹³). Conquanto à carta e às perguntas que nela formulava, agradecia uma resposta./ Como V. Ex.^a certamente já completou o trabalho que diz respeito à Chaminé e ao Carrão, muito grato lhe ficava se pudesse devolver-me, podendo ser, com urgência, os cacos das urnas pintadas as vasilhas de terra sigilata [sic] e a moeda¹⁹⁴ do amontoado de pedras (sublinhado do autor) e que V. Ex.^a ficou de identificar. Os restantes objectos pode enviá-los quando entender. Peço urgência no envio dos referidos objectos por me fazerem falta para um

¹⁹³ A propósito da urna exumada na Chaminé na presença de Manuel Heleno, veja-se HELENO, 1951 (p. 86).

¹⁹⁴ Tanto quanto nos foi possível apurar, não consta do Inventário Geral do MNA nenhuma referência a espólio numismático atribuído ao arqueossítio da Chaminé, ou a qualquer outra das necrópoles alto alentejanas intervencionadas por A. Dias de Deus e Abel Viana. Note-se, aliás, que não nos foi possível identificar/ localizar qualquer numisma atribuído à Chaminé.

trabalho sobre cerâmica. (...) *Do Carrão e da Chaminé, nada sei, pois nunca mais lá voltei, isto é, desde quando V. Ex.^a cá esteve. (...)*” (AFCB: DEUS, [s.d.]b, pp. 1-8). Abel Viana desempenhou um papel fundamental na defesa de A. Dias de Deus e no enquadramento legal da atividade exploratória desenvolvida por este, conforme se depreende pelo conteúdo de uma missiva datada de 9 de Dezembro de 1949, da autoria do arqueólogo: “(...) *Eu não queria questões com o Dr. Heleno. Mas ele ataca-nos. Temos obrigação de nos defender. Se me dá licença, tomo a sua defesa. Não se incomode. Não se intimide. Nada receie. Como vê, não estamos sós. Além dos signatários das cartas*¹⁹⁵, *estarão do nosso lado muitas outras pessoas, e entre elas o Dr. Mendes Correia e o Padre Jalhay, os quais, além de prestigiosos homens de ciência, são, tanto como o Heleno vogais da Junta Nacional da Educação. Quando o outro lá aparecer, [...], a dizer que o meu Amigo é um “professor primário ignorante”, ocasionador de perdas irreparáveis à ciência nacional, e que eu sou outro “primário”, mais culpado ainda que o meu Amigo, por lhe consentir as... horríveis malfeitorias, lá encontrará pela proa quem lhe detenha os desembestados ímpetos. (...) Mas este procedimento para comigo, jogando comigo às escondidas, fazendo de conta que não sabia da minha posição nesses assuntos arqueológicos de Elvas (a ambição de apanhar as coisas da necrópole de urnas) -- e muito principalmente a forma como se apresentou ao meu bom Amigo, metendo-se-lhe no coração, com modinhos de santo, EXPLORÁ-LO indignamente na sua boa educação e na sua boa fé, e depois acusá-lo de mestre escola (!) ignorante e destruidor -- tal procedimento não é de professor catedrático, não é de homem de ciência, não é de simples homem sério, é de garoto (sublinhado do autor). Deixe correr, meu Amigo. Entretanto, continuemos em paz o nosso trabalho*” (AFCB: VIANA, 09/12/1949, pp. 1-2). Em carta dirigida ao Presidente do Instituto para a Alta Cultura, a 10 de Dezembro de 1949, Abel Viana esclarecia: “(...) *em fins de Outubro passado se apresentou em Vila Fernando o Sr. Doutor Manuel Heleno. Ali demorou três dias./ Cativado da amabilidade com que o ilustre Professor o tratou, e acreditando que o mesmo respeitaria a prioridade do estudo que comigo está fazendo, o Sr. Dias de Deus prestou-lhe todos os esclarecimentos, em especial relativamente ao cemitério de urnas, permitiu-*

¹⁹⁵ Juntamente com a carta aqui parcialmente transcrita, e para assegurar que A. Dias de Deus ficava a par de toda a situação, Abel Viana enviava ao funcionário da Colónia de Vila Fernando outras duas cartas que haviam sido remetidas para o arqueólogo a propósito desta questão, uma por O. Veiga Ferreira e outra por Georges Zbyszewski: “*Peço ao meu Amigo o favor de ler tudo isto, por esta ordem: primeiro, a carta de V. Ferreira, depois a do Dr. Zbyszewski e, finalmente, a minha exposição. Quanto às duas cartas, é favor devolver-mas, e de modo que se não percam. Pode aproveitar uma ocasião em que me mande mais desenhos e mais informações acerca das suas pesquisas. Quanto à cópia da exposição, pode ficar com ela, pois tirei várias. Convém até que fique com ela, pois servirá de norma para o meu Amigo se manter bem firme na sua posição. O meu Amigo não é um “ignorante” qualquer; sabe muito bem o que faz e como faz. (...) Faça-me o favor de ler atentamente essa minha exposição e de se colocar perfeitamente dentro dela. Lidas as cartas e a exposição, o meu Amigo compreenderá perfeitamente a marcha das coisas*” (AFCB: VIANA, 09/12/1949, p. 1).

lhe que fotografasse quanto quis, emprestou-lhe algumas peças e, iludido em sua boa fé, porquanto supunha que o ilustre e atencioso Professor não só respeitaria o nosso trabalho mas também, dada a sua alta categoria científica e oficial, nos estimularia com o ambicionado auxílio, chegou ao extremo de lhe oferecer um ex-voto de bronze¹⁹⁶, que julgo ibérico, dias antes aparecido nos terrenos da Colónia Correccional, pelo qual o Sr. Doutor Heleno lhe manifestou entusiástico interesse./ Decorridos dias, porém, era-nos lançado o impedimento de prosseguir nas pesquisas, ao passo que o Sr. Domingos Lavadinho, Delegado da Junta da Educação Nacional em Elvas, era advertido por ter consentido nas escavações e por não ter comunicado o facto à Junta./ Desta maneira fico impedido de continuar as investigações a que estava procedendo ali./ Resta-me informar V.^a Excelência de que, por minha parte, não informei a Junta Nacional da Educação, pelos motivos seguintes./ Eu não sou Delegado da 2.^a Subsecção da 6.^a Secção da Junta Nacional da Educação no concelho de Elvas, mas sim da 1.^a e da 2.^a Subsecções, no concelho de Beja, e como tal tenho prestado à Junta os serviços que me têm sido recomendados.” (AFCB: VIANA, Abel, 10/12/1949, pp. 4-5). Ainda acerca deste assunto, em carta de 12 de Dezembro de 1949, o arqueólogo admoestava assim A. Dias de Deus: “(...) Tome o meu bom Amigo conta, porém. Como lhe disse, NÃO DÊ NADA A NINGUÉM, NÃO CONTE NADA A NINGUÉM. O Heleno acusou-o, até, de dar tudo quanto lhe pedissem, dos objectos achados. Isso é grave. Legalmente, não é permitido dispersar desse modo os espólios arqueológicos. Nisso pretendia o Dr. Heleno fundamentar uma determinação oficial que permitisse apreender tudo quanto o meu Amigo tem achado. Muita cautela, pois. O meu Amigo não pre[c]isa de continuar essas dádivas. Ficam-lhe realmente mal. (...)” (AFCB: VIANA, 29/12/1949, pp. 1-2). Em Maio de 1950 as peças solicitadas por A. Dias de Deus ainda não tinham sido devolvidas e este, em carta enviada a Abel Viana, desabafava: “(...) Não dei resposta àquela carta do Dr. Heleno nem me devolveram o que ali tem. Tenho vergonha de lhe pedir que me restitua os objectos, tanto mais que, segundo diz, os tem expostos. Que me sirva de lição.” (VIANA, 1956, p. 9).

IV.6.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

Relativamente à extensão de área funerária escavada na Herdade da Chaminé até finais de Outubro de 1949, deverá considerar-se que “a parte explorada do campo de urnas e do cemitério não ocupam uma área superior a mil e seiscentos metros quadrados.” (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 12). Não se conhece nenhuma planta da área intervencionada ou dos diferentes núcleos identificados mas,

¹⁹⁶ Desconhece-se qualquer outra referência a esta peça, quer nas publicações da autoria de Abel Viana e/ou Abel Viana e A. Dias de Deus, quer na documentação consultada e nos inventários das Coleções de Arqueologia estudadas.

considerando os dados disponíveis, calcula-se que apenas tenha sido posta a descoberto uma pequena parte da totalidade dos enterramentos – “(...) *por la súbita interrupción de las exploraciones en la necrópolis de Chaminé y lugares circunvecinos no llegamos a determinar su extensión ni de modo aproximado. Sabemos que es muy grande*” (VIANA & DEUS, 1950b, pp. 233-234).

No que concerne ao denominado **campo de urnas** da Chaminé somente se terá explorado uma reduzida parcela (VIANA & DEUS, 1955a, p. 67; VIANA & DEUS, 1951, pp. 89 e 91), assumindo-se que este núcleo funerário se prolongaria “*pelo menos, em duas direcções, até um limite não verificado*” (AFCEB: DEUS, [s.d.]c, p. 12; VIANA, 1950, p. 311). O núcleo de enterramentos datáveis da Idade do Ferro ocuparia uma mancha de solos negros, de orografia sensivelmente plana, que se terá mantido, até à data da descoberta das primeiras sepulturas, sem ser cultivada ou apenas superficialmente arada (HELENO, 1951, p. 85; VIANA & DEUS, 1951, p. 90). Nas palavras de Manuel Heleno, a área funerária em questão estaria implantada “*a 70 m ao norte do monte do Carrão (...) num montículo esbatido de terra negra numa mancha de terra negra levemente ondulada que poderá ter 40 m x 30 m*” (MNA: APMH/2/18/1, p. 13). Os enterramentos encontravam-se a uma profundidade média de cerca de 50 cm, e o solo, bastante duro e compacto, terá dificultado os trabalhos de escavação e recolha dos materiais (VIANA & DEUS, 1951, p. 90; VIANA & DEUS, 1958, p. 2). Em carta enviada por Abel Viana ao Presidente do Instituto para a Alta Cultura, em Dezembro de 1949, o arqueólogo descrevia: “A [fotografia] nº 1 mostra a extracção de uma urna cinerária. Muito próximo dela, havia outra, como se vê na segunda fotografia. Tratando-se de um terreno cascalhento e fortemente comprimido, esta outra urna não podia ter escapado ao ferro da picareta de que de ordinário se servem escavadores ignorantes ou falhos de escrúpulos.|| As mesmas fotografias provam que as urnas, por efeito da compressão do terreno -- e a camada deste, sobre as urnas, além de pedregosa, é delgada, havendo por cima muito trânsito de pessoas, gados e viaturas agrícolas -- já in situ (sublinhado do autor) se encontravam quase sempre mais ou menos fragmentadas.|| Para o esmigalhamento de exemplares cerâmicos contribuem, também, a própria natureza geológica do terreno, a qualidade do barro e o grau de cozedura, ou de simples secagem, factos aliás bem conhecidos de qualquer arqueólogo suficientemente prático em escavações deste género” (AFCEB: VIANA, 10/12/1949, pp. 2-3). De acordo com Manuel Heleno, as sepulturas mais superficiais encontravam-se a cerca de 30 cm, e as mais profundas a 50 cm, sem que se confirme a ideia defendida por A. Dias de Deus de que as sepulturas que se apresentavam a maior profundidade tendiam a apresentar urnas de feição mais grosseira (ao nível das pastas e tipologia formal) do que as daquelas sepulturas que se identificavam mais à superfície (HELENO, 1951, p. 86). Do designado campo de urnas da Chaminé terão sido exploradas

cerca de 180 urnas cinerárias, identificadas nos intervalos do conjunto de sepulturas trapezoidais descobertas na Primavera de 1949 (VIANA, 1950, p. 308; VIANA & DEUS, 1950b, p. 230). Importa esclarecer, em primeiro lugar, que não é seguro o número de urnas cinerárias que terão sido identificadas e escavadas na Herdade da Chaminé. Na documentação é feita referência a “*mais de cento e oitenta*” (AFGB: DEUS, [s.d.], p. 12), e na informação publicada, ora se alude ao achado de 150 urnas (VIANA, 1950, p. 309), ora se mencionam “*mais de duzentas urnas*” (HELENO, 1951, p. 86). No presente trabalho optou-se por assumir que terá sido explorado um número mínimo de 150 urnas, ressaltando-se a utilização abrangente e, dir-se-ia, pouco criteriosa do termo ‘urna’ pelos ‘pesquisadores’ (FABIÃO, 1998, I, p. 373). Em segundo lugar, note-se que não é possível apurar ao certo o número de sepulturas a que corresponderiam as ditas urnas escavadas, pelo que reiteramos a ideia de que terão correspondido a “*algumas dezenas*” (FABIÃO, 1998, I, p. 373).¹⁹⁷ A sobreposição das sepulturas trapezoidais em relação aos enterramentos em urna dificultou em grande medida a leitura daquele que se presume corresponder ao núcleo funerário de cronologia mais antiga documentado na Chaminé. Ainda assim, a descrição deste conjunto de enterramentos, atribuída a A. Dias de Deus, parece-nos ilustrativa: “*Umas (referindo-se às urnas cinerárias) são de barro grosseiro, negro e com ornamentos em cercadura em relevo; outras em barro fino muito elegantes e perfeitas e ainda uma com as paredes pintadas. Estas ora se achavam isoladas ora em grupos de duas e três, postas a par ou sobrepostas. Todas tinham a cobri-las um prato também [sic] em barro, alguns deles com um, dois ou três orifícios [sic] no bordo. As urnas cuja boca era muito larga tinha [sic] o prato na parte interna. Ainda outras urnas assentavam sobre um prato mais pequeno e em barro grosseiro. A maioria delas estava metida numa caixa formada por lajes ou por uma pequena parede [de] pedras, outras assentavam na roxa [sic] natural sobre qualquer cavidade.*” (AFGB: DEUS, [s.d.], p. 12). De um modo geral, diríamos que a maioria das sepulturas parece testemunhar a prática da incineração com deposição secundária, sendo bastante difícil, se não mesmo impossível, atestar a prática de eventuais incinerações *in busta* entre os enterramentos pré-romanos, com base na lacunar informação de que dispomos. Parecem poder distinguir-se dois tipos de enterramentos em urna na Chaminé: o tipo predominante, correspondente à deposição das urnas numa espécie de caixa, formada por lajes ou paredes de pedras de pequenas a médias dimensões, rodeada e coberta por amontoados de pedras,

¹⁹⁷ No que se refere ao campo de urnas da Chaminé, e não obstante a reconhecida imprecisão dos dados conhecidos, optou-se por assumir a indicação de 150 urnas para ilustrar a representatividade numérica do núcleo de enterramentos. Trata-se, contudo, de uma mera opção de ordem prática, com vista a agilizar o tratamento da informação disponível e a servir de mera referência, dado o efetivo desconhecimento do número de enterramentos a que corresponderia o conjunto de urnas exumadas.

aparentemente sem uma disposição específica; e um segundo tipo, menos elaborado, que corresponderia à colocação das urnas e restos incinerados em covacho simples ou aproveitando as cavidades naturais do subsolo, sem qualquer estrutura de caixa a servir-lhes de proteção, apenas cobertas e/ou delimitadas por montículos de pedras, aparentemente pouco visíveis à superfície do terreno (VIANA, 1950, p. 309; VIANA & DEUS, 1950b, p. 230; VIANA & DEUS, 1951, p. 90; VIANA & DEUS, 1955a, p. 67; VIANA & DEUS, 1958, p. 4). Manuel Heleno aponta a existência de urnas “*envolvidas em simples terra, com uma pedra simples em cima*” (1951, p. 86), morfologia eventualmente enquadrável no segundo tipo descrito e comum, por exemplo, ao espaço funerário de Horta das Pinas (VIANA & DEUS, 1950b, Fig. 15, n.º 58). Nalguns casos, ter-se-á verificado a sobreposição de urnas, ao invés de estas se encontrarem colocadas lado a lado no terreno. Esta evidência não terá sido interpretada pelos ‘pesquisadores’ como provável indicador de níveis cronologicamente distintos (VIANA, 1950, p. 310; VIANA & DEUS, 1950b, p. 231; VIANA & DEUS, 1951, p. 90), ou seja, da possibilidade da existência de diferentes fases de deposição no campo de urnas (FABIÃO, 1998, I, p. 372), mas antes como o resultado de um intensivo aproveitamento do espaço funerário.¹⁹⁸ As urnas poderiam apresentar-se agrupadas em conjuntos de duas a quatro, ou simplesmente isoladas, envolvidas por sedimento, cinzas e material antracológico (VIANA, 1950, p. 309; VIANA & DEUS, 1950b, p. 230; VIANA & DEUS, 1951, p. 90; VIANA & DEUS, 1958, p. 2). Por norma, encontrar-se-iam tapadas com um prato fundo ou tigela em calote esférica, ou com uma pequena laje sensivelmente plana, cobrindo a abertura do recipiente cerâmico (HELENO, 1951, p. 25; VIANA & DEUS, 1950b, p. 232; VIANA & DEUS, 1951, p. 90; VIANA & DEUS, 1955a, p. 68). As urnas cobertas com lajes tendiam a encontrar-se assentes em pratos e a apresentar um prato de menores dimensões depositado no seu interior, cobrindo as cinzas e o que demais pudessem conter (VIANA, 1950, p. 310; VIANA & DEUS, 1951, p. 90).¹⁹⁹ De acordo com as observações dos ‘pesquisadores’, o conjunto de urnas exumadas permitiu distinguir 16 a 18 tipologias formais diferentes (VIANA, 1950, p. 310; VIANA & DEUS, 1955a, p. 68), sendo que “*casi siempre de dimensiones relativamente grandes, aunque lejos de alcanzar el tamaño de las que se encuentran en las necrópolis ibéricas levantinas, y un poco menores que las de los campos de urnas catalanes*” (VIANA & DEUS, 1950b, p. 233). Contradizendo a própria ideia de uma pretensa “*uniformidade estratigráfica*” (FABIÃO, 1998, I, p. 372;

¹⁹⁸ As informações relativas à configuração e implantação dos enterramentos constituem um de entre os vários exemplos das dificuldades reveladas pelos ‘escavadores’ na interpretação das evidências arqueológicas com que se depararam na Chaminé.

¹⁹⁹ Em VIANA & DEUS, 1950 (p. 309) os autores mencionam unicamente três casos em que se terá verificado a deposição da urna sobre um prato. Pelo contrário, em VIANA & DEUS, 1951 (p. 90) tal prática é descrita como comum - “(*...*) *plato se encuentra frecuentemente debajo de las urnas con éstas normalmente posadas sobre él*”.

VIANA & DEUS, 1950a, p. 69) do núcleo funerário em análise (VIANA & DEUS, 1950a, p. 69; VIANA & DEUS, 1950b, p. 231), os autores salientaram a diferenciação entre a cerâmica de fabrico manual, de fabrico e textura grosseiros e com decoração incisa (à qual tendiam a estar associados fragmentos de cerâmica a torno, decorada com pintura de motivos circulares), e a cerâmica a torno, de textura mais fina e compacta, e geralmente lisa. De acordo com Abel Viana e A. Dias de Deus, os diferentes tipos de cerâmica não coincidiriam no contexto arqueológico, sugerindo-se assim a existência de diferentes momentos cronológicos na utilização do campo de urnas (VIANA & DEUS, 1950b, p. 233). A designada “urna n.º 6” do campo de urnas da Chaminé (Catál. CHA.cc.037), recolhida a 28 de Setembro de 1949, documenta o precário estado de conservação da generalidade do espólio identificado neste núcleo de enterramentos, em parte devido à pressão do solo, mas também em virtude do próprio processo de tratamento dos materiais em contexto funerário – *“la cerámica de esta necrópolis se encuentra casi toda muy fragmentada, (...) / Todos los objetos, tanto cerámicos como metálicos, contenidos en las urnas o en las cenizas colocadas alrededor acusan la acción intensa del fuego. Algunas urnas fueron también depositadas en plena hoguera fúnebre, por lo que posteriormente quedaron reducidas a pequenísimos fragmentos, que se desmenuzan, sin permitir el ajuste de las piezas al intentar la reconstrucción”* (VIANA & DEUS, 1950b, p. 233). Uma significativa parte das peças apresentar-se-iam fragmentadas e queimadas, indiciando a prática da incineração do cadáver acompanhado do respetivo espólio funerário (total ou parcial) (VAQUERIZO GIL, 2002, II, p. 159). Por sua vez, o facto de alguns dos objectos metálicos se apresentarem dobrados ou partidos confirma a prática do ‘rito destrutivo’, comum até inícios do séc. III a.C. e progressivamente abandonado a partir desse período (JÍMENEZ DÍEZ, 2006, pp. 88-89). Paralelamente, parece documentar-se um certo cuidado na deposição do espólio e do material antracológico e osteológico resultante do processo de cremação. Estes, por norma, encontrar-se-iam misturados, colocados no interior ou exterior das urnas cinerárias e, neste último caso, frequentemente depositados nas cavidades naturais do afloramento rochoso (VIANA & DEUS, 1950b, pp. 233 e 244; VIANA & DEUS, 1951, p. 90; VIANA & DEUS, 1958, p. 2).²⁰⁰ No caso do espólio metálico, ter-se-á verificado que, não só era sujeito ao ‘rito destrutivo’ já mencionado (JÍMENEZ DÍEZ, 2006, p. 88), como tendia a surgir depositado junto das urnas, no seu exterior (veja-se, por exemplo, o caso da espada de antenas Catál. CHA.mt.047) (VIANA, 1950, p.

²⁰⁰ “Foram vários os objetos que se encontraram junto às [sic] urnas e dentro delas: uma espada duas lanças uma espora, esporões, fibulas [sic], citulas [sic], ganchos, pinças para o cabelo, argolas el [sic] ferro, brincos, contas em osso, duas placas em cobre com aplicações em prata, fragmentos de cobre e ferro e umas duas dúzias de objetos em barro em forma de cone com um orifício [sic] ao centro. Alguns destes objetos tem [sic] desenhos gravados, muito curiosos” (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 12).

309). A presença de armas em alguns dos enterramentos do campo de urnas da Chaminé, para além de aparente elemento de prestígio e indicador de distinção social (CERDEÑO, 2005, pp. 19-20), foi encarada por Abel Viana e A. Dias de Deus como indicador de diferenciação de género (VIANA, 1950, p. 309; VIANA & DEUS, 1950b, p. 233; VIANA & DEUS, 1951, p. 99). De acordo com os autores citados, teria sido possível identificar um padrão na composição dos conjuntos funerários, distinguindo-se as sepulturas onde se recolheram, grosso modo, cossoiros e fíbulas, das sepulturas cujo espólio era fundamentalmente constituído por itens de armamento ou *instrumenta equorum*, e, por conseguinte, associando-se as primeiras a enterramentos de indivíduos do sexo feminino por oposição às segundas, associadas a indivíduos do sexo masculino (ibidem). À luz dos dados disponíveis sobre o arqueossítio, irremediavelmente condicionados pela impossibilidade de reconstituição dos conjuntos funerários e de realização de estudos bioantropológicos, e tendo em conta o reduzido número de armas exumadas (FABIÃO, 1998, I, p. 384), a interpretação proposta pelos ‘pesquisadores’ afigura-se inconsistente.²⁰¹ Para além disso, é de assinalar o “*padrão de pobreza material*” (FABIÃO, 1998, I, p. 392) que, de um modo geral, ressalta das evidências funerárias de época pré-romana documentadas na Chaminé.

Numa das extremidades do campo de urnas foram identificados três locais onde se terá verificado a concentração de terra negra e cinzas, tendo sido interpretados como possíveis *ustrina* (VIANA, 1950, p. 311). Próximo de um destes locais – descrito como uma espécie de pavimento de pequenas pedras, com uma área não superior a 3 m² (VIANA & DEUS, 1950a, p. 69; VIANA & DEUS, 1958, p. 5) – foi identificado um **enterramento** de incineração, aparentemente *in bustum* e **de cronologia alto imperial**. Em relação à descoberta desta sepultura e *ustrina*, os autores referem: “*Realizada una calicata en otro punto que, por simple apariencia topográfica, nos hizo sospechar que terminasen allí los túmulos, nos vimos en la presencia de una extensa capa de tierra negra, sobre la cual había una pequena superficie cubierta por una especie de pavimento hecho de pequenas piedras que nos llevó a creer se tratase de un ustrinum (...). En estas pesquisas surgió también un túmulo cuyo material reviste gran importancia para el cálculo del limite superior, que podemos atribuir a la época de esta necrópolis*” (VIANA & DEUS, 1950b, pp. 234-235). Note-se que as descrições da presumível área de *ustrinum* se revelam algo contraditórias – ora é descrita como um empedrado com uma camada de

²⁰¹ A este propósito recorde-se a pertinência das palavras de Manuel Heleno, já anteriormente evocadas no presente trabalho, acerca do campo de urnas da Chaminé: “*sem uma exploração científica do que ficou desta necrópole, estudo minucioso dos seus ritos e relação do material com os depósitos que o continham, nenhuma interpretação segura se pode fazer da mesma*” (HELENO, 1956, p. 89).

terra e cinzas cobrindo-o e distribuída em redor deste (VIANA & DEUS, 1950a, p. 69; VIANA & DEUS, 1958, p. 5), ora é referida como um pavimento de pequenas pedras que cobria uma extensa camada de terra negra e cinzas (VIANA, 1950, p. 311; VIANA & DEUS, 1950b, pp. 234-235; VIANA & DEUS, 1951, p. 91). Para além disso, registe-se que somente em uma das publicações é feita referência a três ‘pontos’ de terra negra e cinzas (e não apenas a um), localizados próximos uns dos outros numa das extremidades da área escavada do campo de urnas (VIANA, 1950, p. 311). Paradoxalmente, esta mesma publicação corresponde à única em que se dá conta, de forma explícita, da identificação de um enterramento por baixo da camada de pedras identificada como *ustrinum*, e cujo espólio funerário seria composto por 14 peças cerâmicas (incluindo duas lucernas e, pelo menos, uma taça de cerâmica de paredes finas), não se aludindo, todavia, à dita sepultura de cronologia alto-imperial (VIANA, 1950, p. 311, Est. IX, n.º 54). Na documentação atribuída a António Dias de Deus, o preceptor-adjunto descreve – “*Em dois locais dentro da área do cemitério e por baixo de uma grande camada de pedras, havia várias vasilhas em barro fino, como boiões, tijelas [sic], pratos, candeias etc..*” (AFCB: DEUS, s.d., p. 12). Morfológicamente idêntico às demais tumulações em urna – depositado num covacho, delimitado e coberto por pedras (VIANA & DEUS, 1950a, p. 69), este enterramento revelou um conjunto de espólio que desde logo terá levado os seus ‘escavadores’ a atribuir-lhe uma cronologia de utilização distinta do restante espaço funerário explorado (VIANA & DEUS, 1951, p. 100; VIANA & DEUS, 1955a, p. 69). Nesta sepultura ter-se-á recolhido um conjunto de oito (HELENO, 1951, p. 89; VIANA & DEUS, 1950b, p. 235; VIANA & DEUS, 1951, p. 91), e não sete (conforme VIANA & DEUS, 1950a, p. 69; VIANA & DEUS, 1950b, p. 240, Fig. 9-a; VIANA & DEUS, 1958, pp. 5 e 16, Fig. 5-d), recipientes cerâmicos (incluindo *terra sigillata* e cerâmica de paredes finas), para além de uma pequena jarra de vidro²⁰² (Catál. CHA.vi.001), datável de meados do séc. I d.C. (MRB: [s.a.], [s.d.]e; ALARCÃO & ALARCÃO, 1967, pp. 22, 41, n.º 43), e uma moeda da mesma centúria (HELENO, 1951, p. 89; VIANA & DEUS, 1950a, p. 69; VIANA & DEUS, 1950b, p. 235; VIANA & DEUS, 1951, p. 91). Manuel Heleno também se referiu a esta tumulação, descrevendo-a como amontoado de “*pedras soltas misturadas com telhas curvas romanas*” (MNA: APMH/2/18/1, p. 12; HELENO, 1951, p. 85). Apesar de associar estes amontoados de pedras à prática da “*incineração in loco*” (MNA: APMH/2/18/1, p. 7), o responsável pelo Museu Etnológico dava conta: “*por debaixo duma tegula [sic] um craneo [sic]*” (MNA: APMH/2/18/1, p. 12). Questionamo-nos, pois, se os materiais de cronologia romana atribuídos ao arqueossítio da Chaminé provirão de um único enterramento ou de vários. A resposta a esta questão

²⁰² Consta do Arquivo Documental do Museu Regional de Beja uma pequena anotação referente a esta peça, indicando, para além das dimensões e de um desenho esquemático da mesma: “*Vidro da Chaminé (no amontoado de pedras, com cinzas, cerâmica pintada, uma moeda, carvões (?), sigillata, etc (l))*” (MRB: [s.a.], [s.d.]e).

não é linear, uma vez que, se por um lado, Abel Viana e A. Dias de Deus parecem referir-se quase sempre a uma única sepultura com as características atrás enunciadas (VIANA & DEUS, 1950a, p. 69; VIANA & DEUS, 1951, p. 91); por outro lado, os mesmos autores falam de “*numerosas sepulturas de las época romana (y visigótica)*” (VIANA & DEUS, 1950b, p. 230) e mencionam o achado de mais cerâmica de paredes finas e *terra sigillata* para além daquela que comporia o conjunto funerário da dita tumulação alto imperial (VIANA & DEUS, 1950b, p. 236). Em nosso entender, afigura-se verosímil a presença de várias tumulações de época romana (e designadamente de cronologia alto-imperial), que ocupariam a mesma área do designado campo de urnas. Parece apontar para esta possibilidade o espólio atribuído à Chaminé e ilustrado nas publicações da autoria de Abel Viana e A. Dias de Deus – vejam-se, por exemplo, a lucerna de tipo Dressel-Lamboglia 27 (Catál. CHA.lu.001) constante de VIANA & DEUS, 1950b²⁰³, ou os exemplares de cerâmica de paredes finas retratados em VIANA & DEUS, 1958 (as peças CHA.pf.001 e CHA.pf.005, entre outras)²⁰⁴ – bem como os restantes materiais de cronologia romana, atribuídos ao arqueossítio, que integram os acervos do Museu de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança (por exemplo, as peças CHA.pf.002 e CHA.pf.003) e do Museu Nacional de Arqueologia (Catál. CHA.lu.002). Ainda a propósito desta questão, chamamos a atenção para algumas das observações dos ‘pesquisadores’:

- “*La época en que debió construirse el citado ustrinum fué, sin duda, muy tardía, ya que por bajo de las pequenas piedras que formaban el suelo yacía otra capa de cenizas que contenían fragmentos de sigillata y las piezas de barbotina (...)*” (VIANA & DEUS, 1950b, p. 236) – parece sugerir-se que o *ustrinum* se sobreporia a um (ou mais) enterramento(s) de cronologia romana, o que a confirmar-se reforçaria a ideia de uma utilização intensiva do espaço funerário;

- “*junto de duas outras (urnas cinerárias), foram achados os dois boiões de barro claro, um inteiro e o outro muito fragmentado, mas completo, que vão representados na Est. VI, n.º 45 e Fig. 2, n.º 2*” (VIANA, 1950, p. 311) – a nossa atenção recai sobre a peça ilustrada na Estampa VI (idem, n.º 45), correspondente a uma taça de paredes finas da forma Mayet XLIII (presumivelmente encontrada em associação com uma urna de perfil em S – idem, Fig. 2, n.º 2), e que nos parece assim remeter para a confirmação da existência de mais do que um enterramento de cronologia alto-imperial, no mesmo espaço de tumulações em urna da Idade do Ferro.

Em função do exposto, coloca-se a hipótese deste núcleo de enterramentos da Chaminé poder ter correspondido a um espaço funerário utilizado durante o período alto-imperial. Não se conhecem

²⁰³ VIANA & DEUS, 1950b, p. 240, Fig. 9-b.

²⁰⁴ VIANA & DEUS, 1958, p. 32, Fig. 17 e p. 31, Fig. 16, respetivamente.

evidências arqueológicas que atestem uma utilização funerária ininterrupta da área ocupada pelo campo de urnas entre os inícios do séc. II a.C. (FABIÃO, 1998, I, p. 383) e o séc. I d.C., não sendo possível afirmar a existência de um nexo de continuidade entre os enterramentos da Idade do Ferro e os enterramentos de época romana, tal como propõem FRADE & CAETANO (1993, p. 850). Ainda assim, e assumindo um hiato entre os diferentes momentos de uso funerário do espaço, parece-nos significativo o facto de os enterramentos alto-imperiais apresentarem a mesma tipologia genérica das tumulações de época pré-romana – em covachos simples, delimitadas e cobertas por pedras de pequenas dimensões – não só pela aparente continuidade e ‘estabilidade’ das práticas funerárias documentadas, mas também pelas dificuldades que certamente daí advieram à interpretação da área escavada. Tal explicaria a ideia assumida pelos ‘pesquisadores’ de que *“no puede observarse que los enterramientos obedecieran a alguna disposición especial, así como nada indujo a creer en la existência de niveles representativos de diferentes épocas”* (VIANA & DEUS, 1950b, p. 231). Abel Viana e A. Dias de Deus apenas terão explorado uma pequena área do vasto campo de urnas da Chaminé (VIANA & DEUS, 1951, pp. 89 e 91), pelo que se considera provável que uma significativa percentagem dos enterramentos de cronologia romana possa ter ficado por identificar e escavar, truncando de forma irremediável a nossa leitura desta fase de (re)necropolização do arqueossítio.

Ainda na mesma área do campo de urnas identificou-se igualmente um conjunto de **sepulturas de inumação**²⁰⁵, a uma cota máxima de 1 m de profundidade e assim descritas pelos seus ‘pesquisadores’ – *“intercaladas nestes enterramentos de vasos e restos de incineração, havia umas quantas sepulturas formadas por pequenas lascas de pedra dispostas à maneira de cistas muito baixas e muito estreitas, semelhantes a pequenos canais com cerca de 2 m de comprimento por 1 palmo de largura e palmo e meio de fundo”* (VIANA & DEUS, 1950a, p. 68). Contabilizaram-se aproximadamente 50 enterramentos, com orientação este-oeste e disposição simétrica.²⁰⁶ A planta das sepulturas seria retangular ou, na sua maioria, trapezoidal, tendo-se verificado nalguns casos que uma das extremidades era bastante mais estreita em relação à outra (AFCEB: DEUS, s.d., p. 11; VIANA, 1950, p. 308), configuração aparentemente similar a alguns dos enterramentos escavados na necrópole de Serrones.²⁰⁷ Apresentariam diferentes tipologias construtivas: com paredes e cobertura formadas por pedras; em caixa, com paredes constituídas por lajes colocadas a prumo e cobertura (e

²⁰⁵ Em duas das sepulturas deste núcleo não se terão observado evidências de material osteológico ou antracológico (VIANA, 1950, p. 308).

²⁰⁶ Este núcleo de inumações foi designado por Abel Viana como *“o cemitério n.º 2 da Chaminé”* (1950, Fig. 2, n.º 10).

²⁰⁷ Vejam-se, por exemplo, as sepulturas 44, 69, 77 e 79 de Serrones (Anexo 1: Anexo aos Subcapítulos IV.7.2 e IV.7.3).

eventualmente fundo) também formada por lajes; ou construídas com tégulas e cobertas por tégulas ou tijolos (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 11; HELENO, 1951, p. 89). Manuel Heleno descreveu ainda duas sepulturas “*em forma de barri*” (MNA: APMH/2/18/1, p. 11), pelo que se coloca a hipótese de eventuais paralelos com a planta das sepulturas 31 e 76 de Torre das Arcas.²⁰⁸ Continham um ou mais esqueletos e apresentavam ossários depositados na zona dos pés, junto à parede lateral da sepultura (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 11; VIANA, 1950, p. 308), ou numa cavidade anexa criada para o efeito (DEUS, [s.d.], p. 11; MNA: APMH/2/18/1, p. 11). Com exceção dos dois enterramentos que não terão fornecido material osteológico, todos os restantes conteriam mais do que um crânio, tendo-se observado um número máximo de oito crânios por sepultura (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 11). Neste âmbito impõe-se registar uma observação da autoria de Manuel Heleno, segundo a qual, no núcleo funerário em causa, as sepulturas “*tinham esqueletos de lado, por vezes mais do que um*” (MNA: APMH/2/18/1, p. 11), sugerindo a deposição dos corpos em decúbito lateral. Não nos parece clara uma associação a eventuais enterramentos islâmicos, conforme parecem sugerir a posição do inumado, a morfologia das sepulturas, e a ausência de espólio. Em relação a esta questão, note-se, em primeiro lugar, que a orientação dos enterramentos não é coincidente com o postulado muçulmano, de forma a assegurar um correto alinhamento com a *quibla* (LIBERATO, 2012). Em segundo lugar, em nenhuma das anotações atribuídas a A. Dias de Deus ou das publicações da lavra de Abel Viana e/ou Abel Viana e A. Dias de Deus é feita menção a esta particularidade, pelo que se estranha que um dado fora do comum aos olhos do preceptor-adjunto, e potencialmente tão relevante aos olhos de Abel Viana, não fosse mencionado. Em terceiro lugar, as demais evidências arqueológicas conhecidas associadas a este conjunto de enterramentos, nomeadamente as oferendas fúnebres, não parecem apontar para cronologias posteriores ao séc. VI/VII d.C.. A confirmar-se a deposição em decúbito lateral conforme descrita por Manuel Heleno, interrogamo-nos se esta não poderia ser o mero resultado da inumação de mais de um indivíduo, em simultâneo ou num curto intervalo de tempo, no mesmo espaço tumular, justificando assim um reajustamento da ‘arrumação’ desse mesmo espaço. Na verdade, o espólio associado a estes enterramentos afigurou-se escasso, sendo composto, na sua maioria, por objetos de adorno – “*Dentro duma sepultura encontrei alem [sic] de dois brincos em cobre, um colar de contas redondas e outras em forma de pinhão. Estas contas eram de várias dimensões, todas de cor amarelo torrado. (...) outra tinha um brinco em cobre e nove contas em vidro de várias cores e com formas diferentes; noutra existiam uma vasilha em barro grosseiro, colocada ao lado direito, a [sic] altura do pescoço; noutras encontraram-se brincos, fibulas*

²⁰⁸ Cfr. subcapítulo IV.10.

[sic], *alfinetes recurvados, dois anéis [sic] e fragmentos [sic] de louça*” (AFCB: DEUS, [s.d.].c, p. 11). Com base no espólio genericamente descrito, nas características conhecidas da arquitectura tumular e no rito praticado propomos para este conjunto de enterramentos uma cronologia tardo-antiga. Apesar da não identificação/ localização do único recipiente cerâmico (de fabrico grosseiro) exumado neste núcleo funerário (AFCB: DEUS, [s.d.].c, p. 11; HELENO, 1951, p. 89; VIANA, 1950, p. 308), coloca-se a hipótese de que pudesse tratar-se de uma jarrinha, oferenda fúnebre que se vulgarizou entre as comunidades paleocristãs (SÁNCHEZ RAMOS, 2007, p. 200).²⁰⁹ Contrariando esta generalizada escassez de espólio, sobressaem as duas primeiras tumulações a serem descobertas deste segundo núcleo de enterramentos, conforme a descrição atribuída a A. Dias de Deus e anteriormente transcrita (AFCB: DEUS, [s.d.].c, pp. 10-11). As duas tumulações – uma sepultura construída com lajes de pedra, curta e de planta retangular, e outra construída com *tegulae* – terão fornecido variado material cerâmico e vítreo (AFCB: DEUS, [s.d.].c, pp. 10-11; VIANA, 1950, pp. 308-309). A primeira, aparentemente associada ao rito da incineração (atendendo à informação sobre a presença de cinzas e carvões – VIANA, 1950, p. 308), apresentaria um depósito funerário composto por 14 peças (id. ibidem), das quais apenas se terão recolhido intactas cinco, porque “*as restantes, com o aperto da terra e das pedras e ainda por serem de barro muito fino, desfaziam-se*” (DEUS, [s.d.].c, p. 11; VIANA, 1950, pp. 308-309). Não podemos deixar de nos questionar se a sepultura em causa corresponderia à mesma sepultura à qual os ‘pesquisadores’ atribuíram um espólio composto por 14 peças (VIANA, 1950, p. 311, Est. IX, n.º 54), ou se, pelo contrário, estamos a falar de dois enterramentos distintos. Com base na conjugação dos dados conhecidos, coloca-se a hipótese da primeira destas sepulturas poder corresponder ao enterramento assim descrito por Abel Viana: “*Em uma das extremidades deste cemitério, havia uma camada de terra negra, cinzas e ossos, tudo coberto por uma camada de pedras postas indistintamente. Por baixo destas pedras foram achadas cinco tigelinhas, duas candeias, três vasilhas de forma semelhante à dos actuais «barris» alentejanos, e dois pequenos boiões* (supomos

²⁰⁹ A propósito deste conjunto de sepulturas pode ler-se em VIANA & DEUS, 1950a (p. 68): “*muitas continham cinzas e fragmentos de ossos calcinados, em outras nada existia, e só numa se encontrou uma vasilha de barro*”. Em VIANA & DEUS, 1958 (p. 4) descreve-se: “*pelo meio destas tumulações (campo de urnas) apareceram outras, do feitio de cistas compridas, muitíssimo baixas e estreitas, (...), as quais continham cinzas e ossos calcinados. Sempre mais estreitas em um dos topos que no outro, como trapézios extremamente alongados, ou mesmo tendo um dos topos em bico, a sua largura média regulava por um decímetro. Algumas nada mais continham que simples terra com cinza, ou estavam ocas. Apenas uma delas continha um vaso de barro*”. A configuração das sepulturas descritas e a menção ao achado de uma única peça cerâmica sugere uma inequívoca correspondência com o conjunto de 50 inumações exploradas na mesma área do campo de urnas da Chaminé. Porém, a referência a cinzas e a material osteológico incinerado não se coaduna com o rito associado a tal conjunto de enterramentos. Parece-nos tratar-se de mais uma das “*hesitações e confusões*” (FABIÃO, 1998, I, p. 373) dos ‘pesquisadores’ na interpretação do arqueossítio, e coloca-se a hipótese da presença de tais evidências poder corresponder a uma ‘contaminação’ dos níveis mais recentes pelos mais antigos, decorrente da reocupação do mesmo espaço do campo de urnas para enterramentos durante a Antiguidade Tardia e, em paralelo, de eventuais fenómenos pós-deposicionais que tenham contribuído para a adulteração dos contextos funerários originais.

tratar-se de uma alusão a cerâmica de paredes finas), *um de superfície encrespada, à maneira de carapinha, e outro com ornato de arquinhos sobrepostos e imbricados, e ainda um pequenino vaso de barro escuro, com a superfície pontilhada por meio de pequeninas incisões (...). Da mesma camada de terra negra procede um pequeno vaso de barro negro, com duas asas*” (VIANA, 1950, p. 311). Porém, se a referência ao achado de um conjunto de 14 peças nos leva a considerar a viabilidade da hipótese apresentada, as informações disponíveis relativas à estrutura tumular (em caixa, ou formada por pedras dispostas de forma aleatória) e à implantação da sepultura (entre o núcleo de sepulturas de inumação, ou associada a uma possível área de *ustrinum* na área do campo de urnas) levam-nos a abordá-la com as necessárias reservas. As informações conhecidas não são suficientemente esclarecedoras quanto ao rito e espólio associados a estas sepulturas, bem como quanto à posição que ocupavam em relação ao conjunto das cerca de 50 inumações exploradas. Não obstante as lacunas de informação com que nos debatemos e a impossibilidade de identificação das peças que comporiam os conjuntos funerários dos enterramentos em causa, afigura-se-nos evidente estarmos perante tumulações com características diferenciadas das demais. Por conseguinte, presume-se que correspondessem a um momento distinto do da constituição do restante núcleo de enterramentos, quiçá cronologicamente mais próximo do enterramento alto imperial anteriormente referido do que do conjunto das inumações.

No arqueossítio da Chaminé foi ainda identificado um outro núcleo de **sepulturas de inumação** (entre 25 a 30²¹⁰), correspondente aos primeiros enterramentos descobertos e escavados por A. Dias de Deus naquele local, em Outubro de 1948 (AFGB: DEUS, [s.d.], pp. 8-9; VIANA, 1950, p. 306). As informações relativas a estas tumulações são bastante escassas. De acordo com os ‘pesquisadores’, estimava-se que o conjunto de enterramentos explorados pudesse corresponder a sensivelmente metade da área total da necrópole (VIANA, 1950, p. 306). Este núcleo de sepulturas situar-se-ia a cerca de 50 metros da área escavada do campo de urnas, próximo de um poço e de outros vestígios de construções de época romana identificados na Herdade da Chaminé (AFGB: DEUS, [s.d.], p. 9; HELENO, 1951, pp. 93-94; DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 569).²¹¹ As tumulações apresentavam

²¹⁰ O número total de sepulturas exploradas não se afigura consensual – A. Dias de Deus menciona “*umas trinta*” (AFGB: DEUS, [s.d.], p. 9); Manuel Heleno refere a exploração de 26 (MNA: APMH/2/18/1, p. 6); e nas publicações dedicadas às «necrópoles céltico-romano elvenses» indicam-se 25 (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 568; VIANA, 1950, p. 307). Dada a divergência entre os valores apresentados, assume-se a exploração de um número mínimo de 25 sepulturas.

²¹¹ “*A exploração do cemitério está um pouco mais de meio. Nas suas imediações há restos de casas. Escavando um desses restos encontrei um pavimento em mosaico romano muito deteriorado e que o motivo decorativo são pares de*

uma orientação norte-sul²¹², planta retangular ou trapezoidal, e uma construção, mais ou menos elaborada, com estrutura em caixa e cobertura construídas com lajes, de granito ou xisto (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 568; VIANA, 1950, p. 306). O fundo das sepulturas poderia ser igualmente revestido a lajes ou apenas formado por pedras de pequenas dimensões e barro (HELENO, 1951, p. 94).²¹³ Este núcleo foi descrito como “*duas necrópoles, em parte sobrepostas uma à outra*” (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 569). De facto, os autores citados dão conta de duas sobreposições de enterramentos, sendo que as sepulturas do estrato inferior se distinguem por apresentarem planta retangular (e não trapezoidal, como aquelas que se lhes sobrepunham), uma construção mais cuidada (com lajes) e de maiores dimensões (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 569; VIANA, 1950, p. 306). No que respeita à orientação dos enterramentos, supomos que as duas tumulações identificadas à cota inferior também se apresentassem orientadas no sentido norte-sul, à semelhança das outras sepulturas. A generalidade dos restantes 23 enterramentos continha um esqueleto (ou vários), em decúbito dorsal (HELENO, 1951, p. 94), e escasso espólio associado – “*Em duas outras encontrei vasilhas de barro grosseiro; noutras duas moedas romanas (datáveis do Baixo Império) e ainda noutras dois pedaços de ganchos de osso*” (AFCB: DEUS, [s.d.].c, p. 9)²¹⁴, indiciando, à semelhança do núcleo de inumações anteriormente descrito, uma cronologia tardia. Tendo em conta a já mencionada proximidade deste conjunto de tumulações em relação aos vestígios de estruturas de época romana identificados por A. Dias de Deus (AFCB: DEUS, [s.d.].c, p. 9), vestígios estes aparentemente relacionados com a *villa* do Carrão (HELENO, 1951, p. 93), coloca-se a hipótese de um eventual reaproveitamento da área habitacional, em fase posterior ao seu abandono, para local de enterramentos. Esta possibilidade de uma eventual e parcial reconversão das estruturas habitacionais em espaço funerário permanece, todavia, em aberto, uma vez que não se terá procedido à escavação integral do núcleo de sepulturas de modo a permitir avaliar a sua verdadeira extensão e distribuição.

bolotas com folhagem. É possível que outros pavimentos que não estão tão superficiais, estejam em melhor estado de conservação” (AFCB: DEUS, [s.d.].c, p. 9).

²¹² Os dados conhecidos, designadamente a indicação de Manuel Heleno – “*cabeça ao N[orte]*” (MNA: APMH/2/18/1, p. 6), permitem-nos confirmar a orientação indicada para o conjunto de sepulturas em análise.

²¹³ Abel Viana dá conta do achado de escória de ferro em algumas das tumulações sem fundo revestido a lajes (VIANA, 1950, p. 306). Desconhece-se o que poderia justificar tal aparente associação.

²¹⁴ Os dados referentes ao espólio recolhido neste núcleo de enterramentos não são coincidentes. Manuel Heleno faz alusão apenas a três recipientes cerâmicos e três moedas (MNA: APMH/2/18/1, p. 7; HELENO, 1951, p. 94), contrariando assim a indicação do achado de duas moedas, conforme consta do excerto das anotações de A. Dias de Deus acima transcrito (AFCB: DEUS, [s.d.].c, p. 9) e de DEUS, LOURO & VIANA, 1955 (p. 569). A referência a alfinetes de osso (AFCB: DEUS, [s.d.].c, p. 9) é reiterada por Abel Viana (1950, p. 307) e em DEUS, LOURO & VIANA, 1955 (p. 569). Nesta última publicação atribui-se ainda ao núcleo funerário em causa o achado de contas de colar, incluindo de âmbar (*ibidem*). Coloca-se a hipótese desta indicação poder tratar-se de um lapso, tendo em conta a descrição do espólio associado ao conjunto de 50 inumações, já transcrita no presente subcapítulo.

Desta breve análise das diversas evidências arqueológicas atribuídas à Chaminé ressalta a complexidade estratigráfica do sítio, “*onde em sucessão temos, pelo menos, quatro grandes fases de tumulações, desde os finais da Idade do Ferro até momentos visigóticos*” (CARNEIRO, 2014, I, p. 253). Pode dizer-se que o arqueossítio mantém uma evidente unidade enquanto espaço funerário reiteradamente utilizado ao longo de diferentes épocas, por diferentes comunidades. A afirmação (relativa aos campos de urnas da Chaminé e Horta das Pinas) de que “*la disposición de las tumbas, densa y dispersa, tan juntas que no hay punto donde se cave que no aparezcan sin el menor indicio de orden u orientación*” (VIANA & DEUS, 1951, p. 102) traduz bem a ideia de “*estratigrafia horizontal*” (CARNEIRO, 2015, p. 132), patente na ‘construção’ do espaço funerário da Chaminé, através de um sucessivo aproveitamento dos espaços vazios para enterramentos mais tardios (VAQUERIZO GIL, 2002, II, p. 151, nota 18). Porém, a ocorrência de sobreposições configura, por seu turno, uma “*estratigrafia vertical*” (CARNEIRO, 2015, p. 132), igualmente documentada na ‘vivência’ e uso deste arqueossítio. As diversas fases de enterramentos atestadas parecem ilustrar, mais do que uma utilização contínua da necrópole, um conjunto de “*re-ocupações*” (FABIÃO, 1998, I, p. 384). Considerando a significativa extensão da área de enterramentos identificada e a longa diacronia de utilização do espaço, coloca-se a hipótese do sítio da Chaminé ter servido de necrópole quer aos residentes da presumível *villa* identificada na Herdade do Carrão, quer a outros núcleos populacionais (povoados ou estabelecimentos rurais, de maiores ou menores dimensões) localizados no território envolvente (ALMEIDA, 2000, p. 104; FABIÃO, 1998, I, p. 385) e que, em diferentes momentos, terão coincidido na escolha daquele local para sepultar os membros das suas comunidades. Admite-se, aliás, que a utilização do espaço funerário da Chaminé possa ter ultrapassado, em muito, a diacronia de uso da área residencial de época romana identificada na Herdade do Carrão (CARNEIRO, 2015, p. 130; CARNEIRO, 2014, II, p. 162). Neste sentido, sublinhe-se que, entre o escasso espólio disponível atribuído ao Carrão, contam-se dois exemplares de *terra sigillata* clara C e D, das formas Hayes 50 (Catál. Carrão.tscl.001) e 61B (Catál. Carrão.tscl.002), respetivamente, que nos remetem para um horizonte cronológico dos séc.s IV-V d.C. (SERRANO RAMOS, 2005, pp. 239, 247). A iconografia conhecida dos pavimentos musivos identificados e o presumível achado de moedas datáveis do imperialato de Constantino (HELENO, 1951, p. 94) parecem igualmente reforçar uma cronologia do séc. IV d.C.. O único elemento dissonante parece corresponder a uma fivela (Catál. Carrão.mt.001), com paralelos em Conímbriga (AREZES, 2014, II, p. 35, Estampa XIII, figuras 65-66), enquadrável no nível III definido por Ripoll López (1998, pp. 50-51, figura 2) e datável do séc. VI d.C.. Sem

informações de natureza estratigráfica ou relativas ao contexto de achado das peças, parece-nos viável propor que a última fase de ocupação da possível *villa* possa datar efectivamente do séc. IV d.C. (ainda que o *t.p.q.* da construção desta possa ser bastante anterior, recuando eventualmente até ao período Alto Imperial – ALMEIDA, 2000, pp. 104-105 e 107), e que, no decurso do séc. VI d.C., possa ter havido uma reocupação do espaço residencial, à semelhança do que se verificou para o espaço funerário. Conforme afirma Ripoll López, “*es lógico pensar que todo asentamiento genera un «habitat funerario», pero también puede darse el caso de que un antiguo cementerio pueda ser el generador de un hábitat*” (RIPOLL LÓPEZ, 1989, p. 390). Os dados disponíveis não permitem, pelas suas limitações, comprovar a hipótese formulada, mas, em nosso entender, sugerem uma estabilidade do espaço funerário e a atribuição de um papel polarizador ao arqueossítio da Chaminé enquanto necrópole e, nessa condição, *locus religiosus* (VAQUERIZO GIL, 2011, p. 95) para diferentes comunidades.

IV.6.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

A nossa amostra de estudo inclui um conjunto de 206 peças genericamente atribuídas ao espaço funerário da Chaminé. A percentagem maioritária deste espólio integra a Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (133 itens), pertencendo os restantes materiais à Coleção de Arqueologia do antigo Museu Municipal de Elvas (40 itens) e ao acervo do Museu Nacional de Arqueologia (33 itens). Atendendo às características e dimensões deste arqueossítio facilmente se assume que os trabalhos de escavação terão fornecido muito maior quantidade de espólio, eventualmente não localizado ou identificado como proveniente da Chaminé entre as coleções estudadas. De facto, de acordo com os dados publicados, das pesquisas levadas a cabo por António Dias de Deus terá resultado o achado de abundante *terra sigillata*, cerâmica de construção (*tegulae*, *lateres*), fragmentos de fundos de ânforas, alfinetes de osso (*acus crinales*), armelas de sítula e moedas, na sua maioria datáveis do Baixo Império (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 568; VIANA, 1950, p. 307; AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 8).²¹⁵ Inúmeras destas peças terão ficado por identificar, tal como se comprova pela não identificação da peça metálica com apliques de prata (FABIÃO, 1998, I, p. 376; VIANA, 1950, p. 309), ou das diversas peças ilustradas nas publicações da autoria de Viana e/ou Viana & Deus que não nos foi possível localizar nas coleções em estudo – vejam-se, por exemplo, em VIANA, 1950, os números 1, 4, 10, e 15 da Fig. 2, o número 1 da Fig. 5, o fragmento identificado com a letra ‘a’ da Fig. 13, o número 12 da Fig. 14, os números 3 e 8 da Fig. 16, ou o fragmento identificado

²¹⁵ De registar ainda as informações relativas ao achado na Herdade do Carrão, em data anterior às intervenções de António Dias de Deus e por parte de trabalhadores rurais, de uma cabeça de estátua e de capitéis, que nunca chegaram a ser recuperados (VIANA, 1950, p. 296).

com a letra 'c' na Fig. 17; a peça ilustrada com a letra 'a' na Fig. 4 de VIANA & DEUS, 1950b; e em VIANA & DEUS, 1951, o número 8 da Fig. 3.

De um modo geral, qualquer tentativa de reconstituição de conjuntos funerários revelou-se inviável, tendo sido apenas possível identificar uma das peças que terá composto o espólio do enterramento alto imperial ilustrado em VIANA & DEUS, 1950 (p. 240) e VIANA & DEUS, 1958 (Fig. 5-d). A atribuição dos materiais aos diferentes núcleos de enterramentos da Chaminé assumida ao longo do presente trabalho (ver Anexo 2 – Quadro Chaminé) corresponde a um mero artifício metodológico, com base nas cronologias apuradas para as peças. Por esse motivo, e na ausência de informação sobre o contexto de achado do espólio, optou-se pelo agrupamento deste em três grandes conjuntos atribuídos ao campo de urnas, aos enterramentos de cronologia alto imperial, e aos núcleos de inumações tardo-antigos. No que respeita ao campo de urnas da Chaminé, os 'pesquisadores' afirmaram: *"supomos, (...), que as tumulações mais antigas, com elementos post-hallstatticos, podem ser colocadas no final do Séc. IV e no Séc. III a.C., sendo a época final desta necrópole marcada, pelo menos até agora, pela tumulação que forneceu a cerâmica e o bronze imperial do Séc. I da nossa Era"* (VIANA & DEUS, 1958, p. 5). Os dados conhecidos não nos permitem confirmar esta ideia de uma utilização ininterrupta do campo de urnas desde a Idade do ferro até ao Alto Império. Com exceção da possível fíbula anular romana de tipo Ponte B51.1b/ Mariné 21.1 b (Catál. CHA.mt.043), para a qual se sugere um *t.p.q.* de meados do séc. I a.C., o conjunto de espólio reunido atesta um âmbito cronológico de finais do séc. IV a inícios do séc. II a.C., conforme proposto por FABIÃO (1998, I, p. 383).²¹⁶ Nas palavras do autor citado, trata-se de um *"âmbito tardio e circunscrito no tempo de constituição/ utilização"* (id. ibidem), sendo que a alegada 'crise' do séc. III/ II a.C., na origem do abandono de povoados e respetivas necrópoles, poderá servir de explicação para o aparente abandono (temporário) do espaço funerário da Chaminé (idem, II, p. 181). A cronologia proposta é reforçada pela presença de peças como a espada de antenas, de tipo Quesada VI (Catál. CHA.mt.047), e a espada, de tipo Quesada 2 (Catál. CHA.mt.058), mas também pela significativa representatividade de fíbulas anulares hispânicas classificáveis como Cuadrado 4/ Ponte 13 (Catál. CHA.mt.023 a CHA.mt.027, CHA.mt.029, e CHA.mt.031 a CHA.mt.035), e de fíbulas La Tène I/ Ponte 24 (Catál. CHA.mt.036 a CHA.mt.040). De um modo geral, o material cerâmico também nos remete para as balizas cronológicas definidas, destacando-se, entre a cerâmica manual, os copos de tipo I Nolen (Catál. CHA.cc.001 a CHA.cc.005) e

²¹⁶ A peça CHA.mt.039, classificada como fíbula La Tène I/ Ponte 25 e, por conseguinte, associada a uma cronologia de meados do séc. VI – inícios do séc. IV a.C., também se apresenta como elemento dissonante entre o conjunto de espólio da Idade do Ferro. Contudo, o precário estado de conservação da peça implica que as respetivas classificação tipológica e cronologia sejam considerada com as devidas reservas.

os potes de tipo IV Nolen (Catál. CHA.cc.016, CHA.cc.017, CHA.cc.019 a CHA.cc.021), estes últimos igualmente representados na amostra de cerâmica torneada (Catál. CHA.m.014, CHA.mt.015, CHA.mt.018, CHA.mt.022 a CHA.mt.028, CHA.mt.031 a CHA.mt.035, e CHA.mt.038). Do conjunto da cerâmica a torno, sobressaem ainda as taças de tipo IV-f Nolen (CHA.mt.045 a CHA.mt.049) e os unguentários (Catál. CHA.cc.039 e CHA.mt.040), com paralelos nas formas 2 de Medellín (LORRIO, 1988-1989, p. 297, Fig. 7, E, n.º 2) e 13.A.I da cerâmica ibérica do Guadalquivir PEREIRA SIESO, 1988, pp. 164 e 167, Fig. 14, n.º 7).

Tal como já tivemos oportunidade de referir, o conjunto de 46 peças atribuíveis a época romana que compõem a nossa amostra de estudo da Chaminé, apontam para a existência de mais do que um enterramento alto-imperial naquele espaço funerário. A concentração de sepulturas de cronologias diversas numa mesma área, e as difíceis condições de escavação impostas pela natureza do solo, poderão explicar as dificuldades de interpretação das evidências arqueológicas por parte dos ‘pesquisadores’ e o facto de apenas se ter reconhecido um enterramento do Alto Império. De um modo geral, o espólio reunido afigura-se, em termos cronológicos, bastante uniforme. Os exemplares de *terra sigillata* (Catál. CHA.tss.001, CHA.tsh.001 a CHA.tsh.004) e de cerâmica de paredes finas (CHA.pf.001 a CHA.pf.005) reunidos permitem-nos definir um momento de utilização circunscrito à segunda metade do séc. I e inícios da centúria seguinte. As lucernas (Catál. CHA.lu.001 e CHA.lu.002), classificáveis como Dressel-Lamboglia 27 e Deneauve VII-D, enquadram-se no âmbito cronológico proposto. No que se refere ao conjunto funerário atribuído ao enterramento localizado nas proximidades dos *ustrina*, apenas nos foi possível identificar a “*garrafinha de vidro*” (VIANA & DEUS, 1958, pp. 5 e 16, Fig. 5, n.º 4) – Catál. CHA.vi.001, com paralelos formais aproximados entre o espólio vítreo de Santo André (VIEGAS, NOLEN & DIAS, 1981, p. 171, Est.s LXIII e LXXXVI-1, Dis.A.15) e Valdoca (ALARCÃO & ALARCÃO, 1966, pp. 18-19, Est. III, n.º 3). De assinalar que a peça CHA.lu.002 é atribuída pelos ‘pesquisadores’ ao “*túmulo más reciente del campo de urnas de Chaminé*” (VIANA E DEUS, 1951, Lam. XI, Fig. 16), sem que seja mencionada na descrição do conjunto funerário do enterramento em análise (VIANA & DEUS, 1950b, p. 235; VIANA & DEUS, 1958, p. 5). Não nos sendo possível identificar, entre as peças reunidas, o restante espólio descrito (VIANA & DEUS, 1958, p. 5), limitamo-nos a considerar a associação da jarra de vidro a cerâmica de paredes finas (VIANA & DEUS, 1950b, p. 235), para assumir um enquadramento cronológico coincidente com o definido pelos restantes materiais.

No que se refere aos dois núcleos de inumações identificados, impõe-se esclarecer que os dados disponíveis não possibilitaram a distinção do espólio associado a cada um e, por conseguinte, o

apuramento dos respetivos âmbitos cronológicos. Os materiais tardo-antigos analisados remetem-nos para cronologias genericamente compreendidas entre o séc. V e o séc. VII d.C.. O anel CHA.mt.002, as fivelas CHA.mt.003 e CHA.mt.005, e em particular os brincos com remate poliédrico (Catál. CHA.mt.009 a CHA.mt.012, e CHA.mt.015), enquadráveis no nível II definido por RIPOLL (1998, pp. 48-50), apontam um *t.p.q.* de finais do séc. V d.C.. Por sua vez, os brincos com remate cilíndrico ou prismático (CHA.mt.013, CHA.mt.014, e CHA.mt.016 a CHA.mt.020), assim como o anel CHA.mt.001, são datáveis do séc. VI – VII d.C..²¹⁷ Com base na informação publicada considerar-se-ia verosímil que os dois núcleos de sepulturas de inumação escavados no sítio da Chaminé documentassem diferentes fases de uso daquele espaço funerário. Contudo, da análise do espólio disponível não resulta evidente esta distinção. Ainda assim, mantemos a nossa proposta²¹⁸ de que o conjunto formado pelas 25/30 tumulações com orientação norte-sul possa ter estado associado a um momento mais antigo da prática da inumação no espaço funerário da Chaminé, eventualmente enquadrável entre os séc.s III e IV d.C. e coeva da ocupação da *villa*, com base na indicação do achado de moedas do Baixo Império (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 9; VIANA, 1950, p. 307) nas sepulturas exploradas e no material cerâmico atribuído ao Carrão (Catál. Carrão.tscl.001 e CHA.tscl.002). Para o núcleo das 50 inumações orientadas no sentido este-oeste sugere-se uma cronologia mais tardia, compreendida entre os séc.s V-VII d.C. (CAETANO, 2002, p. 331; CARNEIRO, 2015, p. 130).

Apesar de, nas palavras de Abel Viana e A. Dias de Deus, ter ficado por apurar a “*completa extensão cronológica*” da área funerária da Chaminé, e em particular do campo de urnas (VIANA & DEUS, 1958, p. 5), os ‘pesquisadores’ propuseram um âmbito cronológico geral compreendido entre os séc.s IV/III a.C. – séc. I d.C. e o período tardo-romano e visigodo (VIANA & DEUS, 1950a, p. 69; VIANA & DEUS, 1958, p. 5). Não obstante a documentada existência de tumulações desde finais do séc. IV a.C. até aos séc.s VI/VII d.C., não dispomos de dados suficientes que nos permitam falar de um uso continuado da necrópole da Chaminé, mas antes de sucessivos momentos de (re)ocupação daquele espaço funerário, com maior ou menor hiato temporal entre si, configurando diferentes núcleos de enterramentos cronológica e culturalmente diversos. A evidente acumulação e, nalguns casos, efetiva sobreposição, de enterramentos de cronologias distintas parece testemunhar a preservação da memória da função funerária daquele espaço, desde a Idade do Ferro até ao período tardo-antigo,

²¹⁷ Encontra-se atribuído ao núcleo de 50 inumações um anel de bronze, com decoração em SSS (VIANA, 1950, Fig. 2 - 10), não localizado nas coleções em estudo. Os paralelos com exemplares de Alcoitão (ALMEIDA, 1962, Est. LXI, n.º 337; MEIRA, 2015, AL.3, pp. 43, 123, Fig.s 22-24) e Mérida (BARRERO MARTÍN, 2013, pp. 84-86) permitem atribuir à peça em questão uma cronologia dos séc.s VI-VII d.C..

²¹⁸ ROLO, 2017.

com a instalação de novos enterramentos em antigas necrópoles (CARNEIRO, 2014, II, p. 213) e uma eventual necropolização de parte da antiga área residencial do Carrão.

IV.7. SERRONES (Barbacena e Vila Fernando, Elvas, Portalegre. CNS 5715. CMP 413. N 38° 54' 10.42" W 007° 21' 59.19")

IV.7.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

O Monte dos Serrones situa-se a sudoeste da povoação de Vila Fernando e a sul do troço da Estrada Nacional n.º 372, que liga esta localidade a Santo Aleixo. Insere-se numa paisagem de relevo bastante suave (estima-se que o espaço funerário de época romana tenha sido identificado a uma cota entre os 315 e os 325 metros de altitude), enquadrada por linhas de água subsidiárias da ribeira da Colónia – a oeste e a sul, pela ribeira do Tira-Calças e ribeiro da Misericórdia, e, a nordeste/este pelo ribeiro da Pegacha. Encontra-se implantado numa área de solos de capacidade de uso limitada (solos mediterrâneos pardos de xistos e grauvaques, de classes C e D), pelo que, não obstante os recursos hídricos disponíveis, corresponde, hoje em dia, a uma zona eminentemente ligada à criação de gado, sem terrenos agricultados. De acordo com a informação constante do Portal do Arqueólogo (DGPC), o espaço funerário intervencionado por Abel Viana e António Dias de Deus corresponderá ao denominado Monte dos Serrones (CNS 5715). Nas palavras dos ‘pesquisadores’, a necrópole explorada ocuparia *“una suave ladera orientada al Norte, a la izquierda del camino, para el que, de la parte de Vila Fernando, se dirige al “monte” de la finca, 300 metros antes de llegar a ésta”* (VIANA & DEUS, 1955c, p. 23). Tendo em conta esta descrição, a visita realizada ao local e as informações orais facultadas pelos atuais proprietários do Monte dos Serrones, reitera-se a localização proposta por CARNEIRO (2014, II, p. 186, 08.21), ainda que não nos tenha sido possível identificar quaisquer evidências arqueológicas no terreno. Segundo os ‘dados oficiais’, a identificação deste espaço funerário terá ocorrido em meados da década de 40 do séc. XX, com a descoberta fortuita (e posterior destruição) de uma sepultura por um trabalhador agrícola (VIANA & DEUS, 1955c, p. 23). Só em 1951, volvida cerca de uma década sobre o achado da primeira sepultura, A. Dias de Deus e Abel Viana terão iniciado os trabalhos de escavação da necrópole²¹⁹, explorando um total conhecido de 105 sepulturas (MRB: [s.a.], [s.d.]b; DEUS, [s.d.]e), e não apenas as 92 divulgadas em algumas das publicações dos autores citados e em relatórios oficiais (AFCB: VIANA, 31/12/1954, p. 4; VIANA, 1955C, p. 8; VIANA & DEUS, 1955c, p. 23). Desconhece-se ao certo a duração desta intervenção,

²¹⁹ Entre a documentação consultada consta a referência ao achado de *“uma sepultura na herdade dos Serrones”* (AFCB: DEUS, [s.d.]a, p. 2). Apesar do documento citado não apresentar indicação de data, supõe-se que remonte sensivelmente a 1950. A confirmar-se, estaria de acordo com a indicação do início dos trabalhos de exploração daquela necrópole somente a partir de 1951.

ainda que tenhamos a confirmação de que os trabalhos de escavação continuaram no decurso do ano de 1952, aparentemente em simultâneo com a exploração da necrópole de Padrãozinho²²⁰ – “*Partindo de Beja na manhã de vinte e um do corrente (Abril de 1952), consegui, ainda na tarde desse mesmo dia, graças ao transporte que a Fundação me proporcionou em Vila Viçosa, iniciar em Vila Fernando, com António Dias de Deus, o estudo e inventariação dos materiais colhidos em explorações por este realizadas desde Abril do ano passado./ (...) Em 23, ocupamo-nos [sic], durante a manhã, em escavações na Herdade dos Serrones, (...)*” (MRB: VIANA, 30/04/1952, p. 1). Seja como for, os dados conhecidos sobre esta necrópole reforçam a ideia de que A. Dias de Deus terá, de facto, contado com a colaboração e, acima de tudo, com a orientação, de Abel Viana nos trabalhos de campo e registos efetuados. A elaboração de registos de campo por parte de Dias de Deus, possibilitando a publicação da descrição individualizada das sepulturas exploradas e respetivo espólio, é disso sintomático exemplo (VIANA & DEUS, 1955c); apesar de, ainda assim, tais registos terem ficado aquém do rigor científico pretendido pelo arqueólogo minhoto – “O (estudo) dos Serrones ficou mais completo, mas ainda assim há pormenores insuficientemente aclarados” (AFCB: VIANA, 19/11/1953, p. 1); “O trabalho dos Serrones e do Padrãozinho ficou bom, mas devia e podia ter ficado melhor,(...)” (AFCB: 06/01/1954, p. 2). A este propósito note-se que na planta da necrópole de Serrones publicada (VIANA & DEUS, 1955c, p. 22 – Fig. 13) figuram apenas 72 das 105 sepulturas exploradas²²¹ e que, de igual modo, na mesma publicação, se enumeram somente 92 sepulturas, ficando por descrever as sepulturas 69 e 70, e da sepultura 93 à 105. Desconhece-se ao certo a razão para tal desfasamento entre os dados publicados e os dados presumivelmente facultados por A. Dias de Deus a Abel Viana, uma vez que seria de esperar que o arqueólogo tivesse acesso à totalidade dos registos elaborados pelo funcionário da Colónia Correcional aquando da preparação do opúsculo que veio a ser publicado em 1955 (VIANA & DEUS, 1955c).²²² Todavia, a existência de uma planta mais completa do que

²²⁰ Vide subcapítulo IV.14.1.

²²¹ Vide subcapítulo IV.14.1.

²²² Na verdade, nos diversos trabalhos publicados em 1955 (designadamente, DEUS, LOURO & VIANA, 1955; VIANA & DEUS, 1955c; e VIANA, 1955c), as informações divulgadas sobre Serrones nem sempre se revelam coincidentes, parecendo documentar diferentes fases dos trabalhos de escavação da necrópole e, concomitantemente, diferentes resultados. Em DEUS, LOURO & VIANA, 1955 (pp. 570-571), o espaço funerário de Serrones é descrito como uma necrópole de incineração e inumação da qual se encontrariam exploradas, até à data da publicação, 72 sepulturas. Trata-se do número total de enterramentos representado na planta divulgada em VIANA & DEUS, 1955c (p. 22 – Fig. 13), apesar dos autores darem conta da exploração de 92 sepulturas, reiterando assim a informação constante de VIANA, 1955c (p. 8). Facilmente se conceberia que a preparação dos diferentes trabalhos, apesar do mesmo ano de publicação, tivesse correspondido a diferentes etapas da exploração da necrópole, explicando assim as informações distintas. Não podemos, contudo, deixar de chamar a atenção para aquilo que interpretamos como uma referência à sepultura 103 de Serrones na primeira das publicações citadas (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 570). Poderá eventualmente tratar-se de lapso mas, a

aquela que foi publicada e de informações sobre outras sepulturas para além das referidas na obra citada levam-nos a colocar a hipótese de ter sido dada continuidade aos trabalhos de exploração do arqueossítio num momento posterior à elaboração do estudo publicado, e de eventualmente só após o falecimento de A. Dias de Deus terem chegado às mãos de Abel Viana os registos completos dos trabalhos realizados naquele arqueossítio.

Para além do núcleo de enterramentos intervencionado pelo preceptor-adjunto e pelo arqueólogo, impõe-se referir o achado de outras sepulturas no sítio de Serrones e área envolvente. Refira-se, por exemplo, a identificação de uma sepultura escavada na rocha, de cronologia presumivelmente medieval (identificada como Serrones 1 – CNS 24162). Em nosso entender, esta deverá corresponder à “*sepultura rupestre*” identificada no Monte dos Serronicos, a cerca de 500 m do Monte dos Serrones, no sentido E/SE, e cujo achado nos foi devidamente confirmado por um dos atuais proprietários de Serronicos²²³ (MACIEL, 2015, p. 197). Informações orais confirmam igualmente a identificação de, pelo menos, duas sepulturas de incineração, aquando da implantação de um dos postes de alta tensão que ladeia o caminho de acesso entre o Monte dos Serronicos e o Monte dos Serrones. De acordo com CARNEIRO (2014, II, p. 186, 08.21), uma outra sepultura, de estrutura em caixa formada por tijoleiras e sem espólio associado, terá sido encontrada, em finais do séc. XX, na sequência de trabalhos agrícolas. Por sua vez, e de acordo com a informação constante do Portal do Arqueólogo (DGPC), o arqueossítio identificado como Serrones 2 (CNS 24163) é descrito como uma necrópole de cronologia romana, aparentemente associada à prática da incineração, que teria sido parcialmente escavada pelo Grupo de Vila Fernando na década de 50 da passada centúria²²⁴, e da qual seria ainda visível, no decurso de trabalhos de prospecção realizados em 2001²²⁵, uma mancha de concentração de cerâmica de construção e fragmentos de lajes de xisto [Proc. DGPC 95/1(223)]. Dada a ausência de trabalhos de escavação que nos permitam esclarecer um pouco melhor a realidade arqueológica documentada nesta área, não nos é possível avaliar a existência de uma eventual relação entre os diversos enterramentos identificados e confirmar se estamos perante momentos e realidades arqueológicas distintas do conjunto de 105 sepulturas exploradas por A. Dias de Deus e Abel Viana ou

confirmar-se, como se explicaria, senão por outro lapso também, que na publicação em causa se aluda, simultaneamente, a um conjunto de apenas 72 sepulturas exploradas e a uma alegada sepultura n.º 103.

²²³ Agradecemos ao Sr. Manuel Castanho as informações prestadas sobre a localização de algumas das evidências arqueológicas funerárias identificadas nas propriedades de Serrones e Serronicos.

²²⁴ Esta indicação deve ser encarada com bastantes reservas, uma vez que o Grupo de Arqueologia de Vila Fernando (G.A.V.F.) só foi criado em 1983. A menos que o designado ‘Grupo de Vila Fernando’ deva ser entendido como uma alusão a A. Dias de Deus e parceiros de pesquisas, parece-nos tratar-se de um lapso.

²²⁵ Trabalhos de prospecção realizados no âmbito do Projeto de Investigação intitulado «As comunidades pré-históricas dos 4º e 3º milénios na região de Monforte» [Proc. DGPC 95/1(223)].

se, pelo contrário, (com exceção para a sepultura escavada na rocha, cuja tipologia sugere uma cronologia posterior) se tratam de evidências de um único espaço funerário utilizado durante a época romana. No caso particular de Serrones 2, e estranhando-se (conforme já foi referido) uma eventual intervenção do ‘Grupo de Arqueologia de Vila Fernando’ em meados dos anos 50, alvitra-se a hipótese do arqueossítio em causa poder corresponder a parte integrante do núcleo funerário de época romana explorado por A. Dias de Deus e Abel Viana, quer pela localização, quer pelas características dos enterramentos identificados.

Os arqueossítios de cronologia romana mais próximos de Serrones correspondem, para Sul, ao Monte de Alcobaça e à Herdade de Alcobaça, o primeiro associado ao achado de sete sepulturas de planta retangular, e de espólio cerâmico e um denário de Antonino (materiais sem contexto conhecido), e o segundo à identificação de um ponto de povoamento (achado de cerâmica de construção, elementos arquitectónicos, e uma epígrafe – IRCP 679) e da passagem de um troço da via XII (CARNEIRO, 2014, II, p. 187, 8.23 e 8.24.). Para Leste, localiza-se o Monte do Passo, associado a alegados vestígios de construções de época romana e ao achado de sepulturas, e Alcarapinha (subcapítulo IV.8), por onde também passaria o traçado da via XII (CARNEIRO, 2014, pp. 182-183, 8.17, e p. 187, 8.22). Sem que seja possível estabelecer qualquer relação entre o espaço funerário de Serrones e os sítios de *habitat* romano documentados no território envolvente, é de referir ainda o sítio de São Romão, presumível *villa*, situado a leste de Serrones, onde, para além de vestígios de cerâmica de construção e comum, se terá identificado um sarcófago em mármore (LOURO, 1966, *apud* CARNEIRO, 2014, II, p. 183, 8.18).

IV.7.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

Conforme anteriormente mencionado, a documentação consultada confirma a exploração de 105 sepulturas em Serrones. A estas deverá acrescentar-se a sepultura descoberta e destruída por um trabalhador agrícola em finais da década de 40 do séc. XX (VIANA & DEUS, 1955c, p. 23), perfazendo assim um total de, pelo menos, 106 enterramentos documentados para o espaço funerário em estudo. Paralelamente, e tendo em conta os achados de outras sepulturas nas proximidades do local explorado por A. Dias de Deus (CARNEIRO, 2014, II, p. 186, 08.21), considera-se bastante provável que o espaço funerário identificado em Serrones se estendesse para além da área identificada e escavada pelo preceptor-adjunto, incluindo assim um número de enterramentos superior ao conhecido. Uma das particularidades do arqueossítio de Serrones reside no facto de congregar sepulturas de morfologias diversas, associadas à prática dos dois ritos funerários. No que respeita ao número de

sepulturas associadas aos diferentes ritos, as informações publicadas pelos ‘pesquisadores’ divergem entre si. Em termos gerais, e assumindo como referência o conjunto de 92 sepulturas mencionado em várias das publicações (VIANA, 1955c, p. 8; VIANA & DEUS, 1955c, p. 23), os autores citados contabilizaram 31 sepulturas de incineração, 19 inumações, e 42 sepulturas de rito indeterminado.²²⁶ Contudo, a conjugação da informação publicada com as anotações de campo e a planta do espaço funerário explorado atribuídas a A. Dias de Deus obriga a uma revisão destes valores, passando então o número total de inumações identificadas a 41 e o número de sepulturas de rito indeterminado a 33, mantendo-se o total de 31 sepulturas de incineração (MRB: [s.a.], [s.d.]b; DEUS, [s.d.]e).²²⁷ Considerando a planta elaborada pelo funcionário da Colónia Correccional, verifica-se que as sepulturas de inumação exploradas tendem a concentrar-se na metade sul da área intervencionada, enquanto as de incineração se distribuem ao longo da área da necrópole sensivelmente no sentido nordeste-sudoeste, concentrando-se em particular no extremo nordeste e também na zona sul do espaço funerário (MRB: [s.a.], [s.d.]b). Esta corresponde, aliás, à zona de maior aglomeração de enterramentos, embora os dados conhecidos não nos permitam aferir qual o *ratio* de sepulturas por metro quadrado, ou sequer se esta maior concentração de enterramentos (e designadamente de inumações) poderia ser encarada como reflexo de um uso diferenciado do espaço funerário ou, pelo contrário, como mero resultado do curso dos trabalhos de escavação. As sepulturas classificadas como ‘de rito indeterminado’ distribuem-se pelo espaço funerário explorado, intercalando, de forma aparentemente aleatória, com os demais enterramentos. À semelhança das outras necrópoles romanas alto alentejanas, desconhece-se a extensão da área total escavada em Serrones, bem como a representatividade da mesma comparativamente à área total da necrópole.

A tipologia formal mais comum entre os enterramentos documentados, independentemente do rito associado, corresponderia ao covacho simples, de planta (sub)retangular, escavado no subsolo rochoso, com cobertura formada por um amontoado de pedras e/ou lajes de xisto (vejam-se, por exemplo, as sepulturas de incineração 8, 21 e 82, as sepulturas de inumação 36 a 38, 75 e 91, ou as

²²⁶ Em VIANA & DEUS, 1955c (p. 32), referem-se 25 sepulturas de incineração, 19 inumações e 20 sepulturas de rito indeterminado, perfazendo um total de 64 enterramentos, e não os 72 ilustrados na planta da necrópole (idem, p. 22 – Fig. 13), e muito menos as 92 sepulturas listadas (idem, pp. 23-32). De acordo com a planta publicada, contabilizaram-se-iam 24 sepulturas de incineração, 20 inumações e 29 sepulturas de rito indeterminado. Se apenas nos atívéssemos aos dados constantes da publicação citada, e contrariando FRADE & CAETANO (1993, p. 852), contabilizaríamos 31 sepulturas de incineração, 34 sepulturas de inumação, e 27 sepulturas de rito indeterminado.

²²⁷ Note-se que nos valores acima indicados não se encontra incluída a sepultura encontrada por um trabalhador rural, anos antes da intervenção de A. Dias de Deus e Abel Viana. Desconhece-se qual o rito associado ao enterramento em questão mas, tendo em conta a presença de espólio funerário – “*diversos vasos de barro*” (VIANA & DEUS, 1955c, p. 23) e as características gerais do conjunto de sepulturas exploradas – pondera-se a possibilidade de poder tratar-se de uma sepultura de incineração, com uma cronologia não posterior ao séc. III d.C..

sepulturas de rito indeterminado 58, 70 e 101). Nalguns casos os covachos apresentavam uma cobertura dupla, composta por uma camada de lajes de xisto e, sobreposta a esta, um amontoado de pedras soltas (por exemplo, as sepulturas 33, 36 a 38, 40 a 43, 54, 61, 101 e 104); noutros casos podiam não apresentar qualquer revestimento ou cobertura (por exemplo, as sepulturas 13, 16, 26, 72, 88, 89). As dimensões médias gerais das sepulturas variavam, no caso das sepulturas de incineração, entre os 38-120 cm de comprimento, 30-80 cm de largura, e 40-50 cm de profundidade da fossa (podendo chegar aos 140 cm de profundidade total em relação à cota da superfície do solo, como se verifica, por exemplo, para a sepultura 90). As sepulturas de inumação apresentavam dimensões variáveis entre os 60-200 cm de comprimento, 20-50 cm de largura, e 30-50 cm de profundidade da fossa, não ultrapassando uma profundidade total de 90 cm em relação à cota da superfície do solo. Nalguns casos, como por exemplo o das sepulturas 72 e 79, parece-nos de assinalar uma significativa desproporção entre as dimensões das caixa tumulares – 200 cm de comprimento por 40 cm de largura, e 190 cm de comprimento por 25 cm de largura, respetivamente. À partida, e atendendo apenas à largura das sepulturas, poderia pensar-se em eventuais inumações infantis; todavia, e assim sendo, não teríamos como justificar as dimensões do eixo maior das sepulturas. As informações dos ‘pesquisadores’ são parcas, limitando-se a indicar que cada uma das sepulturas “*continha um esqueleto*” (MRB, DEUS, A. D. (?), [s.d.]e, f. 52, p. 1 e f. 54, p. 1). Presume-se que esta indicação deva ser interpretada como um esqueleto em conexão anatómica, e não como ossários, outra das hipóteses que poderia equacionar-se para explicar a configuração das sepulturas. Por fim, as dimensões das sepulturas de rito indeterminado variavam entre os 50-140 cm de comprimento, 20-40 cm de largura e 30-60 cm de profundidade. De assinalar a identificação de sepulturas que se distinguiam das demais por se tratarem de covachos muito estreitos, sem “*cinzas nem ossos nem qualquer espólio*” e nos quais, nas palavras de A. Dias de Deus, mal cabia a pá da enxada (MRB, DEUS, A. D. (?), [s.d.]e, f. 51, p. 2). Estas sepulturas, nalguns casos com cobertura formada por lajes de xisto, tendiam a apresentar uma largura variável entre os 20 – 30 cm, contrastando com o comprimento, variável entre os 50 a 130 cm. Ilustrativas desta tipologia formal são, entre outras, as sepulturas 23, 24, 44, 47, 56, 58, 69, 93 e 94. Abel Viana colocou a hipótese de poderem tratar-se de sepulturas infantis, designadamente inumações, explicando a ausência de vestígios osteológicos pela fragilidade destes (VIANA, 1955c, p. 9; VIANA & DEUS, 1955c, p. 32). De facto, atendendo à ausência de espólio e de evidências de material antracológico ou osteológico nestes contextos sepulcrais, mas descartando *a priori* a possibilidade de poderem corresponder a sepulturas inacabadas ou a cenotáfios (FRADE & CAETANO, 1993, p. 870; VIANA & DEUS, 1955c, p. 32), não nos parece descabido equacionar a

hipótese de estarmos perante sepulturas (de inumação ou incineração) cujas evidências pudessem ter ficado irremediavelmente comprometidas por condicionalismos pós-deposicionais.

Num quadro geral de arquitetura tumular relativamente simples, distinguem-se alguns exemplos de construção mais elaborada, que passamos a elencar:

- uma sepultura com estrutura em caixa formada por régulas (sepultura 9, incineração);
- sepulturas com estrutura em caixa e cobertura formadas por lajes de xisto (sepulturas 3 e 4, inumação e incineração, respetivamente);
- sepulturas com estrutura em caixa e cobertura construídas com lajes de xisto, com as lajes da cabeceira colocadas à vertical, ficando sobrelevadas em relação à restante estrutura tumular (por exemplo, as sepulturas 12 e 66, ambas de inumação);
- uma sepultura em caixa, com uma das paredes laterais e um dos topos formados por muretes construídos com fiadas de pedras sobrepostas, e com cobertura (dupla) de lajes (sepultura 6, incineração);
- uma sepultura com estrutura em caixa e cobertura compostas por lajes, apresentando, junto à cabeceira, um compartimento anexo, de planta retangular e menores dimensões, destinado à colocação do espólio funerário (sepultura 79, inumação). Paralelamente, documentam-se também covachos simples, de planta retangular, com o contorno da caixa tumular delimitado por pedras (por exemplo, as sepulturas 7 e 52, ambas de incineração); covachos simples, de planta quadrangular, sem indicação de revestimento parietal ou cobertura (por exemplo, as sepulturas 26 e 70, de incineração e rito indeterminado, respetivamente); e ainda covachos simples, de planta (sub)retangular, sem indicação de revestimento parietal ou cobertura (por exemplo, as sepulturas 16 ou 29, de incineração; as sepulturas 72 ou 89, de inumação; e as sepulturas 10, 48 ou 94, de rito indeterminado). Do ponto de vista formal, não nos parece linear inferir uma eventual relação entre a morfologia dos enterramentos e o rito praticado.²²⁸ Verifica-se que o modelo construtivo do covacho simples, de planta sensivelmente retangular ou oblonga, com cobertura formada por lajes ou pedras, é comum às sepulturas de incineração e inumação (e, obviamente, às sepulturas de rito indeterminado). Da mesma forma, as sepulturas em caixa não se afiguram exclusivas das inumações, conforme atesta o exemplo da sepultura 9. O retrato traçado pelos ‘pesquisadores’ é ilustrativo desta diversidade – “*es curioso notar que junto a una sepultura de régulas y otras hechas con losas, aparecen las constituídas por una fosa muy estrecha, semejantes a las que encontramos en el campo de urnas de Chaminé*” (VIANA &

²²⁸ Por esta razão, e com base na análise formal dos 105 enterramentos explorados em Serrones, optou-se por não se seguir a sistematização dos diferentes tipos de sepulturas atribuídos à necrópole por Abel Viana (VIANA, 1955c, p. 11).

DEUS, 1955c, p. 23); porém, em nosso entender, tal diversidade, mais do que produto da prática de diferentes ritos, deverá ser interpretada como reflexo de diferentes momentos de utilização do espaço funerário, conforme explanaremos adiante.

De um modo geral, a orientação predominante documentada seria oeste-este. Abel Viana e A. Dias de Deus atribuem à maioria das sepulturas de Serrones uma orientação este-oeste (VIANA, 1955c, p. 12; VIANA & DEUS, 1955c, p. 36). Contudo, atendendo à indicação associada à sepultura 96 – “a orientação é Nascente x Poente, com a cabeceira a poente” (MRB: DEUS, [s.d.]e, f. 51, p. 1), e considerando a representação da dita sepultura na planta constante das fontes documentais, somos levados a inferir que, de um modo geral, as sepulturas de inumação apresentariam a cabeceira a poente e que, consequentemente, será mais rigoroso assumir que a orientação predominante seria oeste-este, e não este-oeste, conforme descrito pelos autores citados. No caso das sepulturas de inumação contabilizam-se apenas três enterramentos com orientação distinta, nomeadamente as sepulturas 59 e 64, que se encontravam orientadas no sentido norte-sul, e a sepultura 62, com orientação sudeste-noroeste. Esta orientação parece ter sido comum às sepulturas de incineração e às sepulturas ditas ‘de rito indeterminado’, ainda que para estas se constate uma maior variabilidade. De entre o conjunto das sepulturas de incineração, distinguem-se, com orientação norte-sul, as sepulturas 14, 21, 27, 29, 39 e 92; a sepultura 6, orientada no sentido nordeste-sudoeste; e, com orientação sudeste-noroeste, as sepulturas 7, 16 e 32. No conjunto de sepulturas de rito indeterminado, contam-se duas com orientação norte-sul (sepulturas 17 e 20), a sepultura 46 orientada no sentido sudeste-noroeste, e a sepultura 47, com orientação nordeste-sudoeste.

Do conjunto de 106 enterramentos documentados, contabiliza-se um total de 68 sepulturas (e não 63, conforme FRADE & CAETANO, 1993, p. 852) que não apresentariam espólio associado. Este total reporta-se, na sua quase totalidade, a sepulturas de inumação e de rito indeterminado, exceptuando-se uma sepultura de incineração (sepultura 15) e uma sepultura que, à data da exploração pelo funcionário da Colónia Correcional, já havia sido profanada e presumivelmente espoliada (sepultura 19). Das 43 inumações documentadas em Serrones, apenas as sepulturas 3 e 79 parecem ter fornecido espólio, ainda que escasso – a primeira terá fornecido um prego, e a segunda fragmentos de material cerâmico e/ou vítreo, de forma e em número indeterminados. Atendendo às características gerais dos enterramentos documentados e do espaço funerário em análise, a ideia de que as sepulturas sem espólio associado seriam, na sua maioria, sepulturas de incineração (VIANA & DEUS, 1955c, p. 32), afigura-se pouco verosímil. Na realidade, a percentagem maioritária das sepulturas que terão fornecido espólio corresponde a sepulturas de incineração, sendo que do total de 31 sepulturas

de incineração documentadas, apenas uma (a já mencionada sepultura 15) não apresentava espólio associado, contendo apenas carvões e material osteológico incinerado. A composição dos conjuntos funerários documentados variava entre um item (por exemplo, as sepulturas 74, 79 e 58, de incineração, inumação e rito indeterminado, respetivamente) e o valor máximo de 18 itens (as sepulturas 14 e 30, ambas de incineração). Assume-se que o número médio de peças por conjunto funerário rondaria os seis itens, uma vez que corresponde à quantidade de espólio apresentada por uma maior percentagem de enterramentos (sepulturas 5, 31, 39, 51, 87, 90). Atesta-se a presença de pregos em 18 dos enterramentos explorados, dos quais apenas um dos casos (sepultura 3) em presumível contexto de inumação.²²⁹ A presença deste tipo de material quase exclusivamente em sepulturas de incineração, em quantidade não superior a seis, e a distribuição irregular do mesmo (quer em termos numéricos, quer no que se refere à posição ocupada nos diversos contextos sepulcrais), leva-nos a equacionar duas hipóteses: a eventual utilização de caixas de madeira nalguns dos enterramentos, designadamente naqueles que terão fornecido maior quantidade de pregos (como por exemplo, as sepulturas 30 e 52), destinadas à colocação de espólio e/ou despojos da incineração (FRADE & CAETANO, 1993, p. 865); e/ou a deposição de pregos com uma função apotropaica e mágico-simbólica (VAQUERIZO GIL, 2009, p. 221, nota 55). A presença de pregos nas paredes laterais da sepultura 8, de incineração, não sendo passível de ser interpretada como evidência do uso de um eventual féretro para colocação dos despojos da cremação, foi interpretada pelos ‘pesquisadores’ como artifício destinado a manter na posição devida o espólio depositado como oferenda fúnebre (VIANA, 1955c, p. 15; VIANA & DEUS, 1955c, p. 24). A presença de cardas nos contextos das sepultura 21 e 27, ambas de incineração, também suscita dúvidas de interpretação, ainda que se coloque a hipótese de uma eventual associação a elementos de vestuário ou calçado (VIANA, 1955c, p. 15; VIANA & DEUS, 1955c, pp. 27-28).

Em relação ao tratamento dado ao espólio, as evidências conhecidas parecem retratar algum cuidado na deposição das oferendas fúnebres, nomeadamente na escolha da posição e local que ocupavam no contexto sepulcral. A maioria do espólio parece ter sido depositado inteiro e completo, com exceção para algumas bilhas de cerâmica comum que, tal como se verificou no contexto da sepultura 21, terão sido depositadas já incompletas – sem bordo e colo (ou, pelo menos, sem parte dele) (VIANA & DEUS, 1955c, p. 27). Tendo em conta que a maioria das oferendas fúnebres estaria associada às sepulturas

²²⁹ Na necrópole de Serrones, forneceram pregos as sepulturas 3, 5, 6, 8, 14, 18, 29, 30, 31, 51, 52, 71, 76, 82, 84, 87, 90, e 92. As fontes documentais contrariam assim os dados publicados por Abel Viana (VIANA, 1955c, pp. 14-15), de acordo com os quais apenas se teria constatado a presença de pregos em sete das sepulturas exploradas, correspondendo estas a incinerações.

de incineração, constata-se que, de um modo geral, o espólio era depositado nos covachos abertos no subsolo rochoso, juntamente com os despojos resultantes da cremação (material osteológico incinerado, carvões e cinzas), sem se verificar uma separação dos primeiros em relação aos segundos. Nas ilustrações constantes das fontes documentais, observa-se que as peças ora se encontravam distribuídas, de forma mais ou menos aleatória, ao longo da área da sepultura, ora se concentravam junto das paredes laterais e/ou dos topos. Nos casos das sepulturas 21 e 27 constata-se uma ‘arrumação’ diferenciada das oferendas, com a deposição do material cerâmico na metade superior das sepulturas e a deposição das peças metálicas na metade inferior destas. No que respeita ao arranjo do espólio em contexto sepulcral, destacamos alguns dos enterramentos:

- sepultura 4 (incineração): carvões e cinzas misturadas com oferendas (presumivelmente cerâmica comum), encontrando-se estas últimas depositadas junto a uma das paredes laterais da sepultura e cobertas por uma laje;
- sepultura 9 (incineração): espólio e cinzas depositadas no plano inferior da sepultura, correspondente a um covacho coberto por um tijolo; espólio igualmente depositado sob uma das tégulas que compunha a caixa de planta retangular que formava o plano superior da sepultura;
- sepultura 46 (rito indeterminado): as peças (*terra sigillata* e cerâmica de paredes finas) encontravam-se depositadas sobre as lajes de cobertura da sepultura, e não no interior desta;
- sepultura 71 (incineração): espólio depositado sobre a camada de cinzas e carvões que cobria o fundo da sepultura, encontrando-se os pregos concentrados junto à cabeceira da sepultura e a fíbula na metade inferior desta, junto a uma das paredes laterais;
- sepultura 79 (inumação): espólio depositado em covacho retangular anexo à cabeceira da sepultura. Note-se que esta sepultura se diferenciava das demais sepulturas de rito e configuração idênticos por apresentar espólio funerário associado;
- sepultura 81 (incineração): peças aparentemente misturadas com os carvões e o material osteológico incinerado, e distribuídas pela área da sepultura. Assinala-se o cuidado (e a intencionalidade) na deposição de uma taça de *terra sigillata*, voltada para baixo, cobrindo uma pulseira de cobre. Do mesmo modo, na sepultura 92 (incineração), com um dos maiores conjuntos funerários documentados na necrópole em análise, verifica-se algum cuidado na deposição do espólio, designadamente através do acondicionamento de duas das peças cerâmicas uma no interior da outra;
- sepultura 84 (incineração): espólio depositado num covacho, de pequenas dimensões (35 cm x 20 cm x 40 cm), aberto na base da cavidade escavada para o enterramento, sensivelmente ao centro

desta. A descrição conhecida²³⁰ não nos permite confirmar uma eventual separação do espólio em relação ao material antracológico encontrado na sepultura;

- sepultura 90 (incineração): oferendas depositadas em dois planos distintos da sepultura – numa camada superior, fragmentos de material cerâmico e/ou vítreo, e, numa camada inferior, correspondente ao fundo do covacho da sepultura, espólio metálico e cossoiros misturados com carvões e material osteológico incinerado.

De acordo com os dados publicados, *“nada indica que las sepulturas grandes de inhumación fuesen de época diferente de las de incineración. Si no fuesen de la misma época, alguna vez tendría que suceder que la más moderna interceptara la más antigua – puesto que estaban situadas unas junto a otras –, lo cual no se observo. Mayor estranheza causa, ciertamente, no aparecer en las de inhumación otra cosa que el esqueleto. Admitimos, pues, que los dos ritos coexistieron en esta necrópolis”* (VIANA & DEUS, 1955c, p. 36). A informação acima transcrita é, uma vez mais, contrariada pelas fontes documentais consultadas. Com base nas anotações de campo de A. Dias de Deus, ter-se-ão verificado, pelo menos, três sobreposições entre enterramentos – as sepulturas 83, 84 e 90 encontrar-se-iam cortadas pelas sepulturas 82, 88 e 89, respetivamente (MRB: DEUS, [s.d.]e, f. 54, p. 2, e f. 55, p. 1). Em qualquer dos três casos registou-se a sobreposição de sepulturas de incineração por sepulturas de inumação, todas elas com orientação este-oeste e correspondendo (aparentemente) a covachos simples, de planta retangular a oblonga, sem revestimento e, apenas nos casos das sepulturas de incineração, com cobertura de pedras. Para além disso, relativamente às sepulturas 96 a 100 e 102 a 105, todas inumações e sem espólio associado, o preceptor-adjunto dá conta de que *“algumas delas continham fragmentos de vasilhas e resíduos de carvões, restos, certamente das primitivas sepulturas de incineração”* (MRB: DEUS, [s.d.]e, f. 51. p. 1), depreendendo-se uma eventual sobreposição de enterramentos ou uma tal proximidade entre incinerações e inumações que justificasse a ‘contaminação’ das evidências arqueológicas das segundas pelas primeiras. A confirmação da ocorrência de sobreposições, a par da escassez ou total ausência de espólio constatada nas sepulturas de inumação, indicia uma cronologia tardia para estas. No caso de Serrones, dir-se-ia que a constatada prática dos dois ritos funerários no mesmo espaço (à semelhança do que se verifica para as necrópoles de Chaminé e Torre das Arcas), parece apontar não tanto para a

²³⁰ MRB: DEUS, [s.d.]e, f. 52, p. 2.

contemporaneidade entre ambos, mas antes para uma sucessão, com um maior ou menor hiato cronológico entre si.²³¹

Relativamente às sepulturas de incineração, os dados disponíveis não são suficientemente esclarecedores para nos permitirem avaliar qual a prática mais comumente executada – cremação com deposição primária ou secundária. Os ‘pesquisadores’ não fazem quaisquer referências à identificação de eventuais *ustrina*; porém, desconhece-se em que medida tal ausência reflete a efetiva ausência de evidências arqueológicas desta prática ritual ou, pelo contrário, é mero resultado das vicissitudes dos trabalhos de escavação e interpretação do arqueossítio. Atendendo às descrições conhecidas, bem como à arquitectura tumular de grande parte das sepulturas, a possibilidade de se tratar fundamentalmente de um conjunto de incinerações *in busta* não se nos afigura verosímil. Neste âmbito, o exemplo da sepultura 76 parece-nos relevante – composta por um simples covacho, de dimensões médias (45 cm de comprimento e 50 cm de largura), no qual se encontrava depositado o espólio funerário, apresentava uma camada de carvões sobre a cobertura de lajes de xisto. Este dado leva-nos a ponderar a hipótese daquele espaço ter sido utilizado como local de cremação, isto é, da utilização das lajes de cobertura da sepultura como *ustrinum* para a cremação dos restos mortais associados a outro enterramento. Se, por um lado, a confirmação de tal prática poderia explicar a não identificação de outras formas mais convencionais de *ustrina*, por outro, implicaria questionarmo-nos sobre o facto dessa mesma prática somente ser identificável em uma das 31 sepulturas de incineração escavadas. No que concerne às inumações, não temos indicação da eventual recolha do espólio osteológico, e somente no caso da sepultura 28 se encontra documentada a prática de ossário (MRB: DEUS, [s.d.]e, f. 49, p. 1; VIANA & DEUS, 1955c, p. 28). No que respeita às sepulturas designadas ‘de rito indeterminado’, em virtude da ausência de evidências que esclareçam sobre o rito praticado, designadamente a presença de cinzas, carvões ou material osteológico, não estamos certos de que “*en gran parte, si no todas, serían también de incineración*” (VIANA & DEUS, 1955c, p. 32). Ainda assim, confirma-se a ideia de que algumas destas sepulturas parecem, de facto, sugerir uma identificação com a prática deste rito. Referimo-nos, por exemplo, à sepultura 46, de rito indeterminado, cujo conjunto funerário incluiria cerâmica de paredes finas (MRB: DEUS, [s.d.]e, f. 51, p. 2; VIANA & DEUS, 1955c, p. 31), remetendo-nos para um *t.a.q.* não posterior a inícios do séc. II d.C., como veremos, coincidente com o enquadramento cronológico das incinerações documentadas naquele espaço funerário.

²³¹ Somos assim forçados a discordar da interpretação feita por Abel Viana em relação a Serrones – “*entendemos que neste cemitério se praticaram simultaneamente [sic] os dois ritos funerários*” (VIANA, 1955c, p. 9).

IV.7.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

Reunimos um conjunto de 125 peças identificadas como espólio atribuído ao espaço funerário de Serrones. Entre este conjunto incluem-se duas peças – Catál. SER.tsh.033 (MBCB Arq n.º 1388) e Catál. SER.cc.021 (MBCB Arq n.º 1548B) – para as quais, de acordo com o Inventário da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, J. Nolen propôs a respetiva correspondência com espólio recolhido em Serrones; todavia, em nosso entender, os dados disponíveis não permitem a confirmação de tal correspondência, pelo que a atribuição àquela necrópole deve ser encarada com as devidas reservas.²³² O total acima contabilizado é maioritariamente composto por espólio constante da referida coleção museológica, contando ainda com quatro peças pertencentes ao acervo do antigo Museu Municipal de Elvas.

Trata-se de um conjunto bastante representativo, uma vez que cerca de 82% (102 itens) desta amostra tem contexto de sepultura identificado, correspondendo a remanescente percentagem a espólio sem sepultura conhecida. Deste modo, foi possível proceder à reconstituição, pelo menos parcial, de alguns dos conjuntos funerários, ainda que seja de notar que em nenhum dos casos se verificou a identificação da totalidade das oferendas fúnebres associada a cada um dos enterramentos. Em relação aos contextos sepulcrais sem espólio identificado ou sem espólio associado (cerca de 77% do total de enterramentos documentados), limitámo-nos a atribuir-lhes cronologias genéricas de época romana ou Antiguidade Tardia.²³³ Também para as sepulturas de rito indeterminado e/ou morfologia tumular pouco distintiva, se optou por manter em aberto o respetivo enquadramento cronológico, assumindo-se apenas uma atribuição geral ao período romano – tardo-antigo.

Aos 14 conjuntos funerários reconstituídos por J. Nolen (1985, pp. 143-146; 1995-1997, pp. 352-358), acrescentou-se a identificação de espólio proveniente de outras oito sepulturas, designadamente as sepulturas 8, 31, 32, 39, 51, 71, 76, e 81. O conjunto destes materiais revelou-se bastante coerente, permitindo definir para os enterramentos em questão um âmbito cronológico compreendido entre a segunda metade do séc. I e os inícios do séc. II d.C..²³⁴ Nos casos das sepulturas 46 e 82, e apesar da não identificação/ localização do respetivo espólio, foi possível inferir esta mesma cronologia, com base na indicação da presença de cerâmica de paredes finas (MRB: DEUS, [s.d.]e, f. 51, p. 2, f. 54, p.

²³² Cfr. Catálogo (Anexo 3).

²³³ Vide Anexo 1 – Anexo ao Subcapítulo IV.7.

²³⁴ Entre o espólio atribuído a Serrones encontrar-se-ia um numisma, inclassificável (VIANA, 1955c, p. 15) e não localizado ao longo do nosso estudo, não podendo assim servir-nos de elemento datante.

2; VIANA & DEUS, 1955c, pp. 31-32). Entre os conjuntos funerários parcialmente reconstituídos destacamos os das sepulturas 27, 14 e 31. No primeiro caso, a presença de um exemplar de *terra sigillata* hispânica da forma Drag. 29 (SER.tsh.002_27) leva-nos a circunscrever a cronologia do enterramento aos anos 50 – 70 d.C., sem que entendamos poder confirmar tratar-se do enterramento de um militar, conforme sugerido por J. Nolen (1995-1997, p. 356). No segundo e terceiro casos, o espólio identificado, e em particular as peças SER.tss.001_14, SER.pf.009_14, e SER.tsh.003_31 sugerem uma cronologia do segundo quartel do séc. I d.C.. Por sua vez, os contextos das sepulturas 52 e 76 parecem não ultrapassar a segunda metade dessa mesma centúria (eventualmente a época Flávia), atendendo, no caso da sepultura 52, à presença de exemplares de *terra sigillata* hispânica atribuídos aos oleiros *Fulvius Paternus* e *Petronius Eros* (BUSTAMANTE, 2013, pp. 194 e 218), e, no caso da sepultura 76, ao exemplar de cerâmica de paredes finas da forma Mayet XLVI (SER.pf.001_76). Assume-se que a sepultura 18, datável do séc. II d.C. em função de um jarro de tipo Isings 88b (1957, pp. 105-106) – SER.vi.001_18, possa corresponder a uma das últimas tumulações do núcleo de incinerações escavado, tal como propôs J. Nolen (1995-1997, p. 355).

Refira-se que, de um modo geral, o espólio datante sem contexto de sepultura conhecido, atribuído a Serrones, corrobora este âmbito cronológico, nalguns casos restringindo-o à segunda metade da primeira centúria, como por exemplo as peças SER.tss.003, SER.tsh.004, e SER.tsh.012. Somente os exemplares SER.cc.023 e SER.cc.038 parecem destoar desta uniformidade temporal, remetendo-nos para fabricos de tradição indígena ou pré-romana e uma eventual cronologia da Idade do Ferro. A este respeito recorde-se a seguinte afirmação de Abel Viana: “*Passam de 400 os objectos extraídos das necrópoles do Padrãozinho e dos Serrones, onde, a par das tumulações características dos campos de urnas (do séc. II,[sic] a.C., talvez as dos Serrones), se encontram diversos tipos de sepulturas, pertencentes a várias épocas da dominação romana*” (MRB: VIANA, 30/04/1952, p. 1). À luz dos dados conhecidos, e tendo em conta as dúvidas que se colocam quanto a uma efetiva atribuição destas peças à necrópole de Serrones, entendemos não ser viável propor uma utilização daquele espaço funerário num momento anterior ao séc. I d.C., ainda que, e de acordo com as palavras do arqueólogo minhoto, esta possibilidade deva ser equacionada.

Em função do exposto reforça-se a ideia da existência de, pelo menos, dois momentos e núcleos distintos de enterramentos em Serrones: um mais antigo, de cronologia alto-imperial²³⁵, associado a sepulturas de incineração, em covacho simples com cobertura de pedras ou lajes (com exceção das

²³⁵ Corroboram-se as cronologias genericamente propostas para o espaço funerário de Serrones por J. Nolen (1985, pp. 143-146; 1995-1997, pp. 352-358) e H. Frade e J. C. Caetano (1993, pp. 852 e 860).

sepulturas 6 e 9) e orientações diversas; e um posterior, eventualmente tardo-antigo (séc.s VI-VII d.C.²³⁶), associado, de um modo geral, à prática da inumação e a sepulturas de morfologia diversa, predominantemente orientadas no sentido oeste-este. Este "*nexo de continuidade*" (CARNEIRO, 2014, I, p. 253) encontra-se atestado pelos já mencionados exemplos de sobreposições de enterramentos em Serrones. Referimo-nos às sepulturas 83, 88 e 89, todas elas de inumação, e cuja implantação se sobrepôs às sepulturas de incineração 82, 84 e 90, respetivamente, datáveis, grosso modo, do período alto-imperial. Na ausência de uma escavação integral do arqueossítio e de dados adicionais sobre as evidências ali observadas, permanece por clarificar o hiato compreendido entre as duas fases de uso funerário daquele espaço, bem como a respetiva articulação com o quadro de ocupação humana no território envolvente.

²³⁶ FRADE & CAETANO, 1993, p. 860.

IV.8. ALCARAPINHA (Barbacena e Vila Fernando, Elvas, Portalegre. CNS 5716. CMP 413. N 38° 53' 57.70"/ W 7° 18' 33.69")

IV.8.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

A sudeste da povoação de Vila Fernando, localiza-se o Monte da Alcarapinha. Em meados do séc. XIX já só existiria uma herdade assim designada, porém *“o nome comum d’Alcarapinha andou por muito tempo em diversas herdades próximas ao cabeço assim designado, distinguindo-se umas das outras apenas pelos nomes dos possuidores, (...)”* (ALMADA, 2013, I, p. 221). A referida propriedade encontra-se implantada a uma cota de cerca de 403 metros de altitude, tendo como referência visual, a pouco mais de um quilómetro para SE, a elevação de Atalaia dos Sapateiros (a uma cota de 469 metros). É delimitada a sul pelo Ribeiro de Alcarapinha e conta, de um modo geral, com bons recursos hídricos. Situa-se numa zona de transição entre a mancha de solos de classes C e D que contorna, pelos lados norte, sul e oeste, a povoação de Vila Fernando, e a mancha de solos de elevado potencial agrícola (classe B) que se estende sensivelmente entre Vila Boim e São Brás.

A descoberta de sepulturas romanas no sítio de Alcarapinha está diretamente relacionada com as intervenções realizadas, entre os anos 30 e 40 do século passado, por A. Dias de Deus e A. Luís Agostinho nos monumentos dolménicos ali identificados, e em particular no designado *“jazigo da Alcarapinha”* (VIANA, 1950, pp. 294-295; VIANA & DEUS, 1955, pp. 18-19 e 27; VIANA & DEUS, 1957, p. 98). A propósito destas intervenções e do achado das sepulturas romanas atribui-se ao preceptor-adjunto da Colónia Correccional a seguinte descrição: *“Numa digressão pelos montes conhecidos pelas “alcarapinhas” e ao cume mais elevado e que tem o nome de “Atalaia dos sapateiros” encontramos restos duma fortaleza com dois lanços de muralhas. Nas imediações destas (...), achamos pedaços de facas, machados, flechas, mós, precutores [sic], etc., (...). Nas imediações encontraram-se tambem [sic] e em grande quantidade, alicerces de casas, tegular [sic], tijolos, pesos, contas, cerâmica de terra sigilata [sic] e algumas moedas romanas etc. Todas as baixas que circundam os montes “alcarapinha” são ricas em água e o terreno é fértil e aí abundam tambem [sic] alicerces, cunhais de granito aparelhado, argamassa, telhas etc. Numa dessas baixas deparei com duas idas de pedra espetadas a prumo dando a impressão duma galeria de anta. Cavando entre elas verifiquei tratar-se duma sepultura. Continuando a escavação, descobri mais duas sepulturas paralelas a esta. Duas eram de forma trapezoidal e a outra era quadrada, com 80 centímetros [sic] de lado. As duas primeiras tinham somente os esqueletos enquanto que a [sic] terceira encontrei dois brinco em*

cobre, tendo um deles uma conta de vidro. Dispunha-me a dar por terminado este trabalho de exploração, quando pertodas [sic] sepulturas encontrei uma conta discoide [sic] em xisto preto, igual as [sic] que aparecem nas antas. Como a cerca de 80 metros e numa pequena ondulação do terreno existe uma anta em bom estado de conservação com esteios baixos e galeria completa, pensei a principio [sic] que a conta tivesse vindo dela, arrastada pelas lavouras, porem [sic] fazendo várias sondagens, verifiquei que junto ás [sic] sepulturas tinham sido incinerados corpos humanos. Teria sido uma anta cujos esteios foram arracados [sic] para construção das sepulturas? É de calcular que assim tivesse sucedido.” (AFCB: DEUS (?), [s.d.]c, pp. 2-3). Noutra ocasião, em documento igualmente atribuído a A. Dias de Deus, o funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando confirma a descoberta de “três (sepulturas) na herdade da Alcarapinha” (AFCB: DEUS (?), [s.d.]a, p. 2). Também o Pe. Henrique da Silva Louro dá conta, na sua *Monografia Histórica de Vila Fernando*, da descoberta de uma necrópole naquele local, bem como do achado de “*muitas tégulas*” e de um marco miliário conservando a inscrição CAES, “*que se encontra na esquina do monte de Alcarapinha*” (LOURO, 1995², pp. 8-9). De acordo com os dados conhecidos, a exploração dos três enterramentos de cronologia romana deverá remontar a 1940, altura das primeiras ‘pesquisas’ no jazido de Alcarapinha, a cargo dos dois funcionários da Colónia Correccional (VIANA, 1950, pp. 294-295).

Apesar das indicações relativas à localização geográfica do arqueossítio (VIANA, 1950, p. 294; VIANA & DEUS, 1955b, pp. 18 e 27), não nos foi possível identificar, no decurso da visita realizada ao terreno, a anta (n.º 1 de Alcarapinha), sita “*à beira do caminho que segue para a herdade de São Romão*” (VIANA & DEUS, 1955b, p. 18), que serve de ponto de referência para a localização da área do jazigo e das sepulturas romanas, nem tampouco o possível local de implantação destes enterramentos. Identificou-se somente, na propriedade do atual Monte da Alcarapinha, a presença de fragmentos de cerâmica de construção, bastante rolados e pouco representativos, e a existência de um monólito de granito, de função indeterminada, numa das esquinas da habitação do dito monte²³⁷, e de lajes de xisto servindo de soleira de porta mas que, pela sua configuração, poderiam ter sido originalmente utilizadas como tampas de sepulturas.²³⁸ Não obstante a ausência de outras evidências detectáveis no terreno, os dados disponíveis sobre os testemunhos de época romana documentados no local e território circundante, e em particular a confirmação da passagem de um troço da via XII, que de Alcarapinha seguiria em direção à zona do atual Monte de Alcobaça (ALMEIDA, 2000, pp. 163 e 165;

²³⁷ O atual estado de conservação do elemento pétreo em questão não possibilitou a confirmação de uma eventual correspondência com o marco miliário referido pelo Pe. Louro (1995², pp. 8-9), ou com o tambor de coluna mencionado por CARNEIRO (2014, II, p. 187, 08.22).

²³⁸ ALMEIDA, 2000, I, pp. 140-141; 2017, II, n.º 41.

CARNEIRO, 2008, p. 56; CARNEIRO, 2014, I, pp. 170-171; II, p. 187, 08.22), reforçam a verosimilhança da existência de uma área de necrópole numa das “*baixas*” (AFCB: DEUS (?), [s.d.]c, p. 3) de terreno que circundam Alcarapinha.

IV.8.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

As informações conhecidas acerca do espaço funerário de presumível cronologia romana identificado em Alcarapinha são escassas, assumindo especial importância neste contexto a descrição atribuída a A. Dias de Deus anteriormente transcrita (AFCB: DEUS (?), [s.d.]c, pp. 2-3). Para além dos três enterramentos identificados pelos funcionários da Colónia de Vila Fernando, desconhece-se a existência de outras sepulturas de morfologia e cronologia idêntica e, conseqüentemente, a extensão da área funerária que possa ter ficado por explorar. Desconhece-se igualmente se nas imediações do local de implantação das sepulturas seriam visíveis outro tipo de evidências de cronologia romana, designadamente estruturas e elementos arquitectónicos, cerâmica de construção ou cerâmica utilitária. Em relação ao espaço funerário em estudo, sabe-se apenas que as três sepulturas se encontravam dispostas paralelamente, com uma orientação presumivelmente oeste-este, ladeando uma área de cinzas e material osteológico incinerado, associados a espólio diverso, que viria a designar-se como ‘jazigo de Alcarapinha’ (VIANA, 1950, pp. 293-294; VIANA & DEUS, 1955b, p. 27). A referência de Dias de Deus à presença de “*esqueletos*” no interior das sepulturas escavadas (AFCB: DEUS (?), [s.d.]c, p. 3) sugere-nos que estas estariam associadas à prática da inumação. Os vestígios da prática da incineração documentados na área anexa à localização destes enterramentos, claramente associada a ritos funerários do período Neolítico/ Calcolítico, parecem apontar para uma certa continuidade e estabilidade da utilização daquele espaço como espaço funerário e, nessa qualidade, como *locus sacer* para as populações que, em diferentes épocas, habitaram aquele território. Outro exemplo desta continuidade é o aparente reaproveitamento dos esteios de um monumento dolménico que ali teria existido na construção das sepulturas presumivelmente romanas (AFCB: DEUS (?), [s.d.]c, p. 3; CARNEIRO, 2014, II, p. 187, 08.22; VIANA, 1950, p. 295). Ainda no que se refere à tipologia construtiva destas sepulturas, desconhecemos eventuais dados que nos permitam corroborar o emprego de tégulas na respetiva construção, tal como indicado por André Carneiro (2014, II, p. 187, 08.22). Conforme descrito por A. Dias de Deus e ilustrado em planta constante de VIANA & DEUS, 1955b (p. 39, Fig. 8-1), duas das sepulturas apresentariam planta retangular/ trapezoidal, enquanto uma terceira sepultura apresentaria uma planta sensivelmente quadrangular, com cerca de 80 cm de lado, e à qual supomos atribuir-se o escasso espólio encontrado.

IV.8.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

Nas diferentes coleções de espólio arqueológico a que pudemos ter acesso não se identificou a existência de espólio atribuído ao espaço funerário romano de Alcarapinha. A descrição do achado de dois brincos de bronze (um deles com uma conta vítrea de coloração azulada), fornecida pelos pesquisadores (AFCB: DEUS (?), [s.d.]c, p. 3; VIANA, 1950, p. 293), é parca em pormenores, impossibilitando uma eventual identificação da tipologia formal dos elementos de adorno que constituem o único espólio atribuído aos três enterramentos explorados. Desconhecendo-se o paradeiro destas peças, não podemos deixar de colocar a hipótese das mesmas terem integrado a coleção privada de A. Dias de Deus ou de A. Luís Agostinho, sem que tenham chegado a dar entrada em qualquer instituição museológica. Em virtude destas limitações, e da decorrente impossibilidade de caracterização e datação do espólio e da realidade funerária à qual estaria associado, quaisquer inferências de ordem cronológica sobre o arqueossítio carecem de sustentação. Ainda assim, e atendendo aos dados disponíveis, designadamente a aparente escassez de espólio associado aos enterramentos intervencionados e a prática da inumação, parece-nos verosímil a atribuição de uma cronologia tardo-antiga para os enterramentos identificados.

IV.9. HORTA DA SERRA (freguesia São Brás e São Lourenço, concelho Elvas, distrito Portalegre. CNS 5706. CMP 413. N 38° 51' 48.23"/ W 7° 14' 58.36")

IV.9.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

Sita “no termo de Villaboim” ou “*termo d’Elvas junto à igreja de S. Lourenço extramuros*”, as referências à designada Herdade e Horta da Serra parecem remontar ao séc. XV [AHCME: ALMADA, *Diccionario – S (Sap-Sesmo)*]. Dista cerca de 2 km para E/SE de Vila Boim, e menos de 1 km para sul da pequena localidade de São Lourenço. Ocupa uma extensão de terreno sensivelmente aplanada, de solos mediterrâneos de elevado potencial (classe B), enquadrada a Norte pelo Ribeiro do Garro, e atravessada, a sul, pelo itinerário da Estrada Nacional 4. Implantado a uma cota de aproximadamente 415 m de altitude, o sítio da Horta da Serra insere-se numa paisagem de relevo de ondulado suave, marcado, a norte, por extensões consideráveis de terrenos agricultados e, a sul, por áreas de coberto vegetal esparso.

As informações relativas às condições de descoberta de vestígios arqueológicos e data de intervenção no sítio em questão são escassas e circunscrevem-se à década de 50 do século XX. Em relatório remetido por Abel Viana ao então Presidente do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, no qual o arqueólogo relatava os trabalhos arqueológicos desenvolvidos (em colaboração com A. Dias de Deus) ao longo do ano de 1953, pode ler-se: “*Fomos igualmente prevenidos de que na Horta da serra estavam a ser destruídas sepulturas. Apenas chegamos a tempo de observar algumas [?] recolher os respectivos espólios.*” (AFCB: VIANA, 06/01/1954, p. 4). Importa salientar que não é seguro que a descoberta e exploração da necrópole tenha efetivamente ocorrido em 1953, ou até mesmo durante a fase de colaboração de Abel Viana com A. Dias de Deus. O relatório citado corresponde à ‘versão oficial’ dos factos, elencados pelo arqueólogo de forma a salvaguardar a posição de A. Dias de Deus e a sua própria como colaborador do funcionário da Colónia de Vila Fernando, e assim evitar eventuais problemas com as autoridades competentes. *A priori*, a ausência de dados publicados sobre as sepulturas exploradas e o respetivo espólio, conforme veio a ser feito para as necrópoles de Padrãozinho, Torre das Arcas ou Horta das Pinas, facilmente nos remeteria para a hipótese de se tratar de uma intervenção anterior a 1949. Todavia, a indicação constante de uma carta dirigida por Abel Viana ao preceptor-adjunto em Janeiro de 1954 – “*Mande-me todos os informes que tiver sobre a Horta da Serra. Desenhou as sepulturas? Tirou fotografias?/ [...] tudo o que tiver vá mandando.*” (AFCB: VIANA, 06/01/1954, p. 2) parece apontar noutro sentido, levando-nos a pensar que a

exploração deste espaço funerário poderá ter sido, a par da escavação de Torre das Arcas, uma das últimas ‘pesquisas’ levadas a cabo pela dupla, quiçá por isso não se tendo chegado a concluir os trabalhos de escavação e/ou não tendo sido possível a Abel Viana, por motivos que desconhecemos, passar para publicação os respetivos registos. Entre as fontes documentais consultadas, conta-se uma planta dos enterramentos explorados em Horta da Serra (sem data ou indicação de autoria, mas presumivelmente atribuível a A. Dias de Deus) (MRB: [s.a.], [s.d.]a), e a representação gráfica de uma das peças do espólio resultante desta intervenção (AFCB: [s.a.], [s.d.]a, desenho n.º 94). A data do desenho – 1953 – permite-nos comprovar que, nos inícios da década de 50 do século passado, já se teria, pelo menos, iniciado a exploração da necrópole.

Seja como for, no aparente contexto de “*salvamento*” (CARNEIRO, 2014, II, p. 175) acima descrito, ter-se-á explorado um conjunto de 15 sepulturas de incineração (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 574). Na visita realizada ao local, não nos foi possível localizar a área de implantação da necrópole explorada, pelo que a localização geográfica acima indicada deverá ser entendida como mera referência. Apesar das condições naturais se afigurarem favoráveis à implantação de uma área de necrópole em época romana – relevo suave e presença de linha de água, não nos parece provável que, dadas as características intrínsecas ao registo arqueológico de sepulturas de incineração e as alterações operadas na ocupação do espaço e uso dos solos no território em questão, desde sensivelmente a segunda metade do séc. XX, tenham chegado aos nossos dias vestígios do espaço funerário intervencionado por A. Dias de Deus (e eventualmente Abel Viana). Ainda assim, coloca-se a hipótese de que a necrópole pudesse situar-se, grosso modo, na área ocupada pelas atuais edificações do ‘Monte’ ali instalado, do lado noroeste da estrada nacional e a norte-nordeste da ponte que atravessa o ribeiro. A referência à identificação de “*alicerces de uma casa provavelmente romana*” (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 574), ainda que não localizados nos mais recentes trabalhos de prospeção realizados no local²³⁹, parece sugerir a existência de uma possível área habitacional, eventualmente contemporânea (ou não) da utilização do espaço funerário.

IV.9.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

As referências publicadas pelos ‘pesquisadores’ em relação ao arqueossítio da Horta da Serra são escassas, não facultando qualquer tipo de informação sobre o registo arqueológico das incinerações

²³⁹ DGPC - ROBERTO, S. & FRAZÃO, V., Prospeção (2010) - Conservação corrente por contrato 2010/2013 – Distrito de Portalegre.

exploradas e eventuais práticas rituais associadas. De acordo com a única planta conhecida do conjunto de sepulturas exploradas (MRB: [s.a.], [s.d.]a), é evidente uma orientação sul-norte para 11 do total de 15 enterramentos escavados. As restantes sepulturas, com orientações SE-NW e E-W, parecem ocupar espaço livre entre as demais e uma zona mais periférica do núcleo escavado. Sem informação relativa ao número de sepulturas destruídas no momento prévio à intervenção dos ‘pesquisadores’, revela-se impossível avaliar a totalidade do número de enterramentos, a real extensão da necrópole, e em que medida a área escavada poderá, ou não, ser representativa da realidade arqueológica da necrópole. Com base na mencionada planta questionamo-nos também sobre a morfologia tumular, isto é, se a representação gráfica das sepulturas pode ser interpretada como realista, e não meramente esquemática, e, nesse caso, se poderíamos assumir que as sepulturas de incineração escavadas apresentariam, de um modo geral, planta retangular.

IV.9.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

Relativamente ao espólio recolhido na exploração da necrópole de Horta da Serra, os ‘pesquisadores’ contabilizaram: “20 vasilhas de barro, um anel, algumas tégulas com várias marcas, três moedas de bronze, romanas, e alguns pregos”, para além de um fragmento de fíbula de bronze encontrado junto às presumíveis estruturas habitacionais identificadas nas proximidades (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 574). Entre a amostra de estudo do presente trabalho conta-se com um total, não de 20, mas sim de 24 peças cerâmicas atribuídas ao arqueossítio de Horta da Serra, constantes da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança. Trata-se, na íntegra, de material sem contexto de sepultura conhecido, pelo que não nos foi possível identificar e reconstituir os diferentes conjuntos funerários. Nos casos das peças HSE.cc.001, HSE.cc.005, HSE.cc.006, HSE.cc.008, HSE.cc.012, HSE.cc.013, HSE.cc.016, HSE.cc.018 e HSE.cc.020, a atribuição ao arqueossítio de Horta da Serra não é segura e deve ser encarada com as devidas reservas. Relativamente ao restante espólio descrito pelos autores citados, desconhece-se o respetivo paradeiro. No que se refere à cerâmica de construção e aos pregos, coloca-se a hipótese de poderem igualmente ter dado entrada no acervo da Secção Arqueológica da Casa de Bragança mas terem chegado aos nossos dias como material de proveniência desconhecida. No caso do anel e dos numismas, e tendo em conta as coleções analisadas ao longo do presente trabalho, alvitramos duas possibilidades para a não localização destes materiais: o eventual extravio das peças após a incorporação no acervo da instituição museológica de depósito, ou a possibilidade de tal espólio ter permanecido na posse dos seus

‘pesquisadores’, e em particular, de A. Dias de Deus, e de nunca ter chegado a ser entregue a qualquer museu.

Em função do espólio reunido propõe-se para o conjunto de sepulturas exploradas um âmbito cronológico genericamente compreendido entre época Flávia e meados do séc. III d.C.. A presença de um prato de *terra sigillata* hispânica da forma Drag. 18 remete-nos para uma cronologia centrada entre a segunda metade do séc. I e os inícios do séc. II d.C.. Contudo, parece-nos arriscado extrapolar a cronologia da produção e utilização desta forma cerâmica para além dos limites do conjunto sepulcral de origem da peça (ainda que este nos seja desconhecido), assumindo-a para a globalidade dos enterramentos identificados. Com base nas cronologias propostas para o conjunto da cerâmica comum estudado, e à falta de outro espólio datante, sugere-se que o *terminus post quem* dos enterramentos intervencionados recue efetivamente até à segunda metade do séc. I d.C., e que o *terminus ante quem* não ultrapasse os finais do séc. II/ inícios do séc. III d.C..

IV.10. TORRE DAS ARCAS (São Brás e São Lourenço, Elvas, Portalegre. CNS 4326. CMP 413. N 38° 51' 43.54"/ W 7° 13' 04.13")

IV.10.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

O sítio da necrópole romana de Torre das Arcas localiza-se na freguesia de São Brás e São Lourenço, atual concelho de Elvas, distando cerca de 3 km, para leste, do sítio de Horta da Serra. À semelhança deste último, insere-se numa paisagem de relevo ondulado, de cotas tendencialmente acima dos 350 metros, encontrando-se o arqueossítio implantado a 354 metros de altitude. Ocupa uma zona de solos mediterrâneos de natureza calcária, de potencial agrícola mediano (classe C), e dispõe de bons recursos hídricos. A norte e a leste é delimitado pelo curso do Ribeiro do Garro, e, a sudoeste, conta com a nascente da ribeira da Lage²⁴⁰ e respetivas linhas subsidiárias.

As referências mais antigas conhecidas sobre a realização de pesquisas arqueológicas na herdade de Torre das Arcas parecem remontar a 1881, aquando da visita de J. Possidónio da Silva a Elvas para estudar alguns dos monumentos dolménicos da região, incluindo as antas existentes nos terrenos daquela propriedade (ALMADA, 1889, p. 273). Remonta à mesma data a oferta, por Vitorino de Almada, ao antigo Museu Municipal de Elvas, de uma pedra com roseta quadrifoliada, presumivelmente encontrada “numa excavação a que se procedeu na fazenda denominada «Pomarinho da Torre das Arcas»” (CME/ BME: Registo de Entradas de Objectos no Museu Municipal de Elvas, Arqueologia Romana; PIRES, 1901, p. 11, n.º 30) e que serviria “d’esgoto a um pequeno tanque, contínuo á [sic] casa do pomareiro” (ALMADA, 1889, p. 274). Na mesma altura, o autor de *Elementos para um Dicionário de Geographia e Historia Portugueza* dava conta da existência de outros vestígios de época romana na herdade de Torre das Arcas. A abundância de tais vestígios revelava-se, quer à superfície do terreno, como por exemplo “os troços de parede muito sólida” de uma estrutura de armazenamento e condução de águas; quer a uma cota inferior a 1 metro de profundidade, como seria o caso de “algumas paredes soterradas, de 6 a 7 palmos d’altura, cujos materiais foram aproveitados para casas novas; e (...) uma grande porção de quadradinhos de diversas côres [sic], que sem dúvida, eram destinados a pavimentos de mosaico” (ALMADA, 1889, p. 274).²⁴¹ Para além disso, a indicação do achado, por ocasião de trabalhos agrícolas, de “um pote

²⁴⁰ Outrora também conhecida como Sete Fontes - ALMADA, 2013 (1889), II, p. 274.

²⁴¹ Na visita realizada ao sítio de Torre das Arcas, e apesar dos condicionalismos impostos pela atual utilização agrícola dos solos, foi-nos possível observar a abundante presença de materiais de superfície (fragmentos de *tegullae*, argamassa,

contendo uma moínha esbranquiçada” (ALMADA, 1889, p. 274) leva-nos a colocar a hipótese de se estar perante a descoberta de uma possível urna cinerária. Seja como for, a primeira notícia oficial do achado de enterramentos de cronologia romana no sítio de Torre das Arcas data de 1897 e resultou na aquisição, por parte da Câmara Municipal de Elvas a António Alves dos Santos, de espólio cerâmico²⁴² encontrado “no topo superior de duas sepulturas de tijolos unidas, (...); descobertas por ocasião de se proceder á [sic] surriba de uns terrenos da horta denominada da «Torre das Arcas» (...) para a plantação de laranjeiras” (CME/ BME: Registo de Entradas de Objectos no Museu Municipal de Elvas, Arqueologia Romana, Arqueologia Romana; PIRES, 1901, p. 12, n.º 37; PIRES, 1931, p. 114).

Aparentemente, e em função dos dados conhecidos, a necrópole só veio a ser intervencionada bastante mais tarde, em meados da década de 50 do séc. XX, por iniciativa de A. Dias de Deus e Abel Viana. Em relatório enviado pelo arqueólogo a Augusto Mendes Correia, em finais do ano de 1953, Abel Viana informava: “Tivemos também notícia de que na Herdade da Torre das Arcas iam iniciar o desbravamento de uma parcela de terreno onde já haviam aparecido em tempos algumas sepulturas./ Graças à boavontade [sic] do rendeiro, pudemos explorar 79 sepulturas de incineração.” (AFCB: VIANA, 31/12/1953, p. 4). Esta informação parece confirmar os dados publicados por VIANA & DEUS, de acordo com os quais o funcionário da Colónia Correcional de Vila Fernando teria tomado conhecimento do achado de sepulturas na herdade de Torre das Arcas em inícios de Junho de 1953 (1955a, p. 244). No documento intitulado *Descobertas Arqueológicas no Concelho de Elvas*, A. Dias de Deus incluiu a exploração de Torre das Arcas entre as suas ‘pesquisas’ futuras, o que nos permite inferir que tais trabalhos não deverão ter sido anteriores a 1949 (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 14). A este respeito, recorde-se que Dias de Deus terá igualmente explorado as cinco antas de Torre das Arcas, em data não especificada mas que, supõe-se, seja anterior a Abril de 1951 (VIANA & DEUS, 1955b, pp. 7 e 24-26). Assim sendo, presume-se que, pelo menos desde essa altura, estivesse a par da existência de vestígios de cronologia romana naquele local. A confirmar-se a versão oficial dos factos, há que assumir que entre Junho e Novembro de 1953 terão ficado concluídos os trabalhos

cerâmica comum, *terra sigillata*, e escória) em parte do terreno agricultado. Estes, porém, parecem, pelo menos à primeira vista, corresponder a indicadores de um sítio de *habitat* – a possível *villa* de Pomarinho da Torre das Arcas, conforme proposto por ALMEIDA (2000, p. 125, n.º 60) e CARNEIRO (2014, II, pp. 189-190, 08.29), e não tanto de um espaço funerário. Neste sentido, a hipótese deste arqueossítio poder corresponder ao núcleo de povoamento ao qual terá estado associado o espaço funerário de Torre das Arcas (ALMEIDA, 2000, p. 125, n.º 60) (se não ao longo de toda a diacronia de utilização, pelo menos durante parte dela) parece-nos bastante verosímil. Constatou-se igualmente que se conserva ainda parte da estrutura da pequena barragem (ALMEIDA, 2000, p. 125; CARNEIRO, 2014, II, p. 190; VIANA, 1955b, p. 244) e dois silhares de granito reutilizados à entrada da atual habitação do monte (CARNEIRO, 2014, II, p. 190).

²⁴² Presume-se que corresponda à peça TDA.cc.0031 (MME Arq n.º 2948).

arqueológicos realizados na necrópole, conforme nos dá a entender o conteúdo de uma carta, datada de 19 de Novembro de 1953, endereçada pelo arqueólogo ao funcionário da Colónia de Vila Fernando, (AFCEB: VIANA, 19/11/1953, p. 1). Atendendo ao teor desta missiva, e mais concretamente à preocupação manifestada por Abel Viana em fazer do estudo do espaço funerário romano de Torre das Arcas o mais exaustivo publicado até àquela data, “*de maneira que possa ser apontado como modelo*” (ibidem), somos levados a depreender que os trabalhos de escavação já estariam concluídos ou em fase de conclusão.²⁴³ Assumindo que a exploração deste espaço funerário tenha decorrido ao longo do ano de 1953, afigura-se provável que esta corresponda a um dos últimos espaços funerários explorados por A. Dias de Deus e Abel Viana.

As primeiras sepulturas identificadas em Torre das Arcas em Junho de 1953 corresponderiam a três sepulturas de inumação, com parco espólio, descobertas na sequência de trabalhos agrícolas e localizadas a cerca de 200m para sul da área posteriormente intervencionada (VIANA & DEUS, 1955a, p. 244). Dias de Deus terá sido chamado ao local, onde procedeu à exploração das mesmas, ainda que, tanto quanto nos é possível saber, não tenha dado continuidade a eventuais trabalhos com vista à identificação e delimitação do espaço funerário ao qual estariam associados estes enterramentos. Mais do que uma opção metodológica ou motivada por eventuais constrangimentos num contexto de ‘intervenção de emergência’, acreditamos que as informações relativas ao achado de outras sepulturas, desta feita com “*objetos varios de barro y de hierro*” (VIANA & DEUS, 1955, p. 244), possam ter-se revelado mais aliciantes e justificado que a atenção do(s) ‘pesquisador(es)’ tenha recaído sobre este segundo conjunto de enterramentos. A indicação da existência de evidências arqueológicas de natureza funerária visíveis à superfície até meados da primeira década do nosso século, reforça a ideia de que os espaços de enterramento documentados em Torre das Arcas não terão sido integralmente escavados e que, portanto, os trabalhos ali realizados terão cessado sem que se tivesse identificado a extensão total da(s) necrópole(s).

Na visita efetuada ao local, constatou-se que a presumível área de implantação da necrópole se encontra, hoje em dia, ocupada por uma plantação de vinha. Os enterramentos de época romana, ou pelo menos parte deles, encontrar-se-iam distribuídos ao longo de uma faixa de terreno aplanado que

²⁴³ Independentemente das questões que se possam prender com a data desta intervenção, o estudo publicado sobre a necrópole (VIANA & DEUS, 1955a), à semelhança do que tinha sido feito em *Nuevas necropolis celto-romanas de la region de Elvas (Portugal)* (VIANA & DEUS, 1955c), destaca-se pela particular atenção concedida à descrição e ilustração da morfologia dos enterramentos e pelo cuidado em descrever os diversos conjuntos funerários. Constitui neste sentido, e não obstante as limitações que se lhe possam imputar, expressivo reflexo do trabalho desenvolvido por A. Dias de Deus em parceria com Abel Viana, e representa, em nosso entender, de toda a obra publicada por esta dupla, o corolário da orientação facultada pelo arqueólogo vianense.

se estende paralelamente a um dos caminhos de acesso ao actual monte, a este-sudeste do sítio identificado como Pomarinho da Torre das Arcas (CARNEIRO, 2014, II, pp. 189-190, 08.29) e da anta de Torre das Arcas²⁴⁴. Nos inícios da atual centúria (anos 2007-2009), em fase anterior à limpeza do terreno para o plantio da vinha, seria ainda possível observar ali vestígios de cinzas e de recipientes cerâmicos fragmentados, indiciando o local de implantação de uma necrópole²⁴⁵, a qual, se calcula, tenha ficado totalmente destruída no decurso dos trabalhos agrícolas. Apesar da profunda transformação da paisagem e das decorrentes dificuldades no reconhecimento de alguns pontos de referência utilizados por Abel Viana e A. Dias de Deus na descrição da implantação do arqueossítio (1955b, p. 244), a localização proposta afigura-se-nos plausível para o núcleo de 79 sepulturas explorado – *“el terreno es sensiblemente llano y cubierto de piedras sueltas, aflorando algunas rocas pequenas aqui y allá, pues la capa de tierra vegetal es muy ligera, advirtiéndose en su limite septentrional los restos de un pequeno acueducto construído de mampostería y hormigón”* (ibidem).

IV.10.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

Nas palavras dos ‘pesquisadores’, Torre das Arcas trata-se de uma *“necrópole de inumação e incineração, muito complexa”* (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 574). Desconhece-se não só a extensão total da necrópole, ou melhor, dos diferentes núcleos funerários documentados no local, como também a área total escavada por Abel Viana e A. Dias de Deus. Os autores são omissos em relação a esta questão, dando-nos apenas a conhecer a identificação e escavação de um conjunto de 79 sepulturas, associadas a diferentes ritos e a um significativo polimorfismo formal (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 574; VIANA & DEUS, 1955a). Deveremos, contudo, e a fim de obter uma leitura integrada do arqueossítio, ter presente que a esta amostra de 79 enterramentos se somam as três primeiras sepulturas exploradas pelo funcionário da Colónia Correccional (VIANA & DEUS, 1955a, p. 244), e os dois enterramentos descobertos em finais do séc. XIX (PIRES, 1931, p. 114), perfazendo assim um total de 84 sepulturas identificadas em Torre das Arcas. Os escassos dados conhecidos sobre estas cinco sepulturas e o facto da respetiva localização não se encontrar indicada na única planta de que dispomos da necrópole (VIANA & DEUS, 1955a, Fig. 1) não nos permite perceber qual a posição que ocupariam em relação ao conjunto de enterramentos explorado, e em que medida poderiam ou não ter feito parte deste mesmo espaço funerário.

²⁴⁴ Referimo-nos à designada anta 1 de Torre das Arcas - CNS 7339 (DGPC; DIAS, 2000, pp. 32-33).

²⁴⁵ Devemos esta informação ao Professor Doutor André Carneiro, a quem agradecemos.

A orientação predominante dos enterramentos seria este-oeste, independentemente do rito associado, contabilizando-se cerca de 22 tumulações com orientação distinta.²⁴⁶ A não escavação integral e sistemática do arqueossítio compromete o entendimento da organização do espaço funerário. Não obstante, os dados disponíveis parecem sugerir uma relativa homogeneidade na orientação e distribuição das tumulações e, simultaneamente, a distinção de duas áreas no perímetro escavado: uma área central, correspondente à maioria dos enterramentos explorados, localizada junto ao troço de uma antiga estrada, e no seio do qual as tumulações de ritos diversos parecem distribuir-se de forma mais ou menos aleatória, preenchendo o espaço livre remanescente entre sepulturas; e uma segunda área, localizada a nordeste da primeira, formada por um grupo de sepulturas de inumação, regra geral uniformes e dispostas paralelamente entre si, no sentido este-oeste, que parecem configurar um momento mais tardio de uso do espaço como necrópole (FRADE & CAETANO, 1993, p. 862). Definindo o aro norte do núcleo central de enterramentos, sobressaem três sepulturas de incineração, de planta (sub)circular e configuração distinta das demais.

Do conjunto de sepulturas exploradas em inícios da década de 50 do século passado contabilizam-se 17 sepulturas de incineração, 44 inumações, e 18 sepulturas de rito indeterminado (tal como se verifica na necrópole de Serrones, assim designadas pela ausência de evidências de material osteológico e/ou antracológico que pudesse elucidar sobre o rito funerário praticado) (VIANA & DEUS, 1955a, pp. 244-257).²⁴⁷ Relativamente a estas últimas, coloca-se a hipótese (não passível de confirmação) de corresponderem a inumações, sem evidências de material osteológico devido à acidez dos solos (idem, p. 263). Há ainda que contabilizar, uma vez mais, as três inumações (com ossários²⁴⁸) exploradas, numa primeira fase, por A. Dias de Deus, bem as duas sepulturas identificadas em 1897, cujo rito, atendendo à arquitetura tumular e ao parco espólio associado, presumimos tratar-se igualmente de inumação. De destacar as sepulturas 67 e 68, ambas integradas no núcleo de

²⁴⁶ Com orientação N-S: sepulturas 5 e 53; com orientação NE-SW: sepulturas 41, 55, 60, 70, 71 e 72; com orientação NW-SE: sepulturas 12, 14, 20, 31, 32, 56, 61, 62, 63, 64, 65, 66 e 69.

Ressalve-se que, à exceção dos casos em que os 'pesquisadores' fazem menção expressa à orientação das sepulturas exploradas (VIANA & DEUS, 1955a), as indicações apresentadas ao longo do nosso trabalho baseiam-se exclusivamente na representação das tumulações na planta da necrópole (idem, Fig. 1) e, à falta de dados adicionais sobre esta questão, pretendem apenas servir de referência para o entendimento da organização do espaço funerário.

²⁴⁷ A diferença entre os valores acima apresentados e os valores constantes das publicações (FRADE & CAETANO, 1993, p. 856; VIANA, 1955c, p. 12; VIANA & DEUS, 1955a) prende-se com a classificação da sepultura 8 como sepultura de incineração, e não de inumação, conforme indicado por VIANA & DEUS (1955a, Fig.1 e p. 254). A nossa opção baseia-se na descrição do contexto sepulcral feita pelos 'pesquisadores', e em particular na alusão a uma "*pequeña urna (...), llena de fragmentos de huesos*" (VIANA & DEUS, 1955a, p. 246).

²⁴⁸ VIANA & DEUS, 1955a, p. 244.

enterramentos localizado no extremo nordeste da área intervencionada, e nas quais se verificou a existência de uma camada de cinzas, material antracológico, sedimento e ossos incinerados, que se sobrepunha às evidências da prática de inumação (no caso da sepultura 68, com ossário associado) (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 575; VIANA & DEUS, 1955a, pp. 256 e 263²⁴⁹). A possibilidade de estarmos perante reutilizações de sepulturas, usadas, num primeiro momento, para conterem incinerações e, num momento posterior, inumações, parece fazer todo o sentido (FRADE & CAETANO, 1993, p. 856; VIANA & DEUS, 1955a, p. 263). Este presumível reaproveitamento de tumulações remete-nos, por um lado, para a ideia de que o espaço funerário em análise teria sido densamente ocupado, justificando-se tais reutilizações por questões de falta de espaço e/ou por motivações de ordem simbólica (pondere-se o reaproveitamento da mesma tumulação por gerações diferentes de indivíduos da mesma família); e, por outro lado, para a noção de que a área abarcada pelos enterramentos associados à prática da incineração se estenderia para além do aro delimitado pelas sepulturas 59, 78 e 79, prolongando-se, pelo menos, até ao limite nordeste do perímetro explorado. A significativa concentração de enterramentos e a coexistência dos dois ritos funerários no mesmo espaço encontra outro exemplo na sepultura 69. Junto da extremidade inferior desta sepultura de inumação, ter-se-á identificado um covacho contendo uma densa camada de cinza, carvões e material osteológico incinerado, possivelmente correspondente a uma sepultura de incineração mais antiga. Neste âmbito refira-se ainda o exemplo da sepultura 7, na qual o achado de material osteológico parcialmente incinerado e de dois crânios sem sinais de exposição à ação do fogo terá levado os ‘pesquisadores’ a assumir tratar-se de uma incineração incompleta (FRADE & CAETANO, 1993, p. 856; VIANA & DEUS, 1955a, p. 246 e 264). Ainda que a hipótese proposta se afigure plausível, entendemos dever equacionar a possibilidade de se tratar de mais um caso de reaproveitamento de uma sepultura de incineração para posterior local de deposição de inumações. Note-se que da informação conhecida não consta a referência à identificação de eventuais áreas de *ustrina*. Apesar disso, o que conhecemos sobre as evidências arqueológicas das incinerações documentadas parece apontar para a prática de incinerações com deposição secundária (refiram-se, por exemplo, as urnas cinerárias que integrariam os contextos das sepulturas 7 e 21). Questionamo-nos sobre a eventual prática de incinerações *in busta*, e em que medida as sepulturas 59, 78 e 79 poderiam corresponder a testemunhos da mesma.

²⁴⁹ Em VIANA & DEUS, 1955a (p. 263), indicam-se as sepulturas 57 e 68 como aquelas que conteriam vestígios da prática dos dois ritos funerários. Contudo, atendendo à descrição das sepulturas ao longo da obra citada, parece tratar-se de um lapso dos autores, tendo-se grafado ‘57’ em vez de ‘67’. Repete-se a mesma indicação em FRADE & CAETANO, 1993 (p. 856).

A reutilização de sepulturas através do recurso a ossários encontra-se igualmente bem documentada em Torre das Arcas, conforme observado em 13 dos 79 enterramentos explorados. De um modo geral, o material osteológico de menores dimensões apresentava-se disperso pelo contexto sepulcral, e os crânios depositados preferencialmente junto aos topos das sepulturas. Atente-se, por exemplo, às sepulturas 57 e 68, contendo, para além de um esqueleto completo e/ou ossos dispersos, um crânio; sepulturas 11, 31, 46, 55, 64 e 65, contendo dois crânios; sepulturas 1, 2 e 27, com três crânios; e à sepultura 63, contendo cinco crânios (VIANA & DEUS, 1955a, pp. 245-257). As sepulturas 51 e 56 são também testemunhos do intenso aproveitamento do espaço funerário. No primeiro caso, constatou-se a existência de duas camadas de material osteológico, levando Abel Viana e A. Dias de Deus a colocar a hipótese de se tratar, não de uma, mas sim de duas inumações (VIANA & DEUS, 1955a, p. 252). Por sua vez, a sepultura 56 corresponderia também a um duplo enterramento (com ossário associado), encontrando-se as inumações devidamente separadas e individualizadas através da criação de dois planos distintos na própria estrutura tumular.

Uma das características distintivas do espaço funerário em análise reside na variedade de soluções construtivas documentada pelos diversos enterramentos explorados. Na sua maioria, as sepulturas escavadas apresentariam planta retangular, exceptuando-se seis tumulações com planta trapezoidal (sepulturas 67, 68, 71, 73, 74 e 75 – inumação), três com planta quadrangular (sepulturas 38, 39 e 44²⁵⁰ - incineração), três com planta sensivelmente (sub)circular (sepulturas 59, 78 e 79 - incineração), e duas com forma sensivelmente elipsoidal, isto é, com as paredes laterais arqueadas e os topos mais estreitos em relação à largura central e máxima da sepultura (sepulturas 31 e 76 – inumação) (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 575; VIANA, 1955c, p. 12). Em termos de dimensões, as sepulturas de planta retangular apresentaram valores bastante diversos – comprimento variável entre os 80 e os 200 cm, largura entre os 25 e os 100 cm, e profundidade²⁵¹ entre os 25 e os 80 cm. As tumulações de planta quadrangular não ultrapassariam os 80 cm de lado, e as (sub)circulares mediriam aproximadamente 120 cm de comprimento e 45 cm de largura. As sepulturas elipsoidais, por sua vez, apresentariam um comprimento máximo variável entre os 130 e os 170 cm, uma largura máxima não superior a 40 cm e uma largura mínima não inferior a 10 cm.²⁵² No que respeita à arquitetura tumular propriamente dita, e procurando ir um pouco além da tipologia delineada por Abel Viana e A. Dias de

²⁵⁰ Entre as tumulações de planta quadrangular deverá também incluir-se o covacho anexo à sepultura 69, conforme descrito ao longo do presente subcapítulo e Anexo 1.

²⁵¹ Na maior parte dos casos, os ‘pesquisadores’ parecem indicar a profundidade total do enterramento, isto é, a diferença de cota entre a base da sepultura e a superfície (VIANA & DEUS, 1955a).

²⁵² As dimensões indicadas baseiam-se exclusivamente em VIANA & DEUS, 1955a.

Deus (1955a, p. 264; VIANA, 1955c, pp. 11-12)²⁵³, distinguiríamos três modelos formais transversais aos distintos grupos de sepulturas documentados, ou seja, comuns às sepulturas de incineração, inumação e de rito indeterminado. Em primeiro lugar, referimo-nos a tumulações em covacho de planta retangular, escavado no subsolo rochoso, com cobertura de telhas, podendo esta apresentar diferentes configurações (em telhado de duas águas, camada horizontal simples ou camada dupla). Trata-se de uma das tipologias mais representativas do conjunto em análise. Vejam-se, entre outras, as sepulturas 3 e 7 (incineração); 13, 26, 51, 55 e 69 (inumação); ou ainda as sepulturas 4, 21 e 72 (rito indeterminado).²⁵⁴ Em segundo lugar, há que considerar as tumulações com estrutura em caixa, de planta retangular, formada por telhas, e com eventual cobertura igualmente composta por telhas. Constituem exemplos desta categoria formal as sepulturas 8 (incineração), 17 e 64 (inumação), e 19 e 66 (rito indeterminado). A propósito, note-se que algumas das sepulturas com maiores dimensões identificadas (comprimento igual ou superior a 180 cm) correspondiam a tumulações com revestimento parietal e /ou cobertura compostos por telhas. E, finalmente, em terceiro lugar, destacamos os enterramentos em covachos simples, sem indicação de revestimento ou cobertura conservados. Ilustram esta terceira tipologia as sepulturas 10 e 59 (incineração); 14, 37 ou 58 (inumação); e 32, 47 ou 71 (rito indeterminado). Nalguns casos, documentados entre as incinerações e inumações, verificou-se que estes enterramentos se encontravam a uma cota muito superficial, como por exemplo, as sepulturas 23 ou 48 (incineração), e 9, 40 ou 54 (inumação). Algumas destas tumulações, como são os casos das sepulturas 10 e 23, apresentavam as menores dimensões documentadas no espaço funerário explorado de Torre das Arcas, com um comprimento médio de 80 cm e uma largura não superior a 30-40 cm.

Em paralelo identificaram-se outros modelos de arquitetura tumular que atestam o polimorfismo formal das tumulações desta necrópole, ainda que, e de acordo com as evidências conhecidas, estes modelos se afigurem numericamente menos representativos e tendencialmente associados a um ou outro rito.²⁵⁵ Os covachos de planta circular, com revestimento de pedras colocadas à vertical e/ou cobertura formada por amontoados de pedras encontram-se documentados entre as incinerações, conforme ilustram as sepulturas 78 e 79 (e, possivelmente, a sepultura 59, mas cujo grau de

²⁵³ Em DEUS, LOURO & VIANA, 1955 (p. 575), os autores traçam um retrato da arquitectura tumular representada em Torre das Arcas; porém, o conjunto de sepulturas elencado perfaz um total de 63 de enterramentos, e não o total de 79 que terão sido efectivamente intervencionadas.

²⁵⁴ VIANA & DEUS, 1955a, Fig. 2.

²⁵⁵ Esta percepção é inevitavelmente falaciosa e redutora, em virtude de não se ter procedido à escavação integral do arqueossítio. Não pode, pois, ser encarada como reflexo da realidade arqueológica da necrópole de Torre das Arcas, mas somente como reflexo da parcela conhecida.

destruição à data da intervenção de A. Dias de Deus e Abel Viana dificultou a respetiva caracterização formal).²⁵⁶ Ainda entre as sepulturas de incineração, documentaram-se enterramentos em covachos de planta retangular, com cobertura de lajes ou pedras (sepulturas 5, 29 e 30); e em covachos de planta quadrangular, com cobertura de tégulas ou sem indicação de cobertura conservada, como nos casos das sepulturas 38 e 39, e 44 e 69, respetivamente. O conjunto das inumações escavadas revelou uma maior variedade formal, facto decerto explicável, pelo menos em parte, por se tratar da percentagem maioritária de sepulturas exploradas. Assumem particular relevância os enterramentos com estrutura em caixa, de planta trapezoidal, construída com lajes (sepulturas 67, 68, 73, 74, 75, 77), e as tumulações em caixa, de planta retangular, com revestimento parietal e cobertura do mesmo material (sepulturas 16, 18 e 49). Encontram-se igualmente representados enterramentos em covachos de planta retangular, sem revestimento parietal e com cobertura de tégulas e lajes (sepultura 52), bem como tumulações com estrutura em caixa (ou apenas uma das paredes laterais) construída com pedras de pequenas dimensões e com cobertura de lajes (sepulturas 1, 2 e 57). Esta última, aliás, trata-se de uma tipologia formal comum aos enterramentos de rito indeterminado, conforme ilustra o exemplo da sepultura 34. Um dos aspectos distintivos da arquitetura tumular documentada entre as inumações escavadas prende-se com a utilização de tijolos (*“ladrillos”*, conforme consta de VIANA & DEUS, 1955a), elemento de construção aparentemente ausente nas tumulações de rito indeterminado e incinerações. Destacam-se os enterramentos com estrutura em caixa, de planta sensivelmente elipsoidal, construída com fiadas de tijolos ou tijolos e argamassa, de que são exemplo as sepulturas 31 e 76.²⁵⁷ Também a sepultura 62, de planta rectangular, apresentaria uma morfologia construtiva análoga. Noutros casos, a caixa tumular poderia ser composta por tijolos e a cobertura por lajes (sepulturas 27 e 11)²⁵⁸, ou apresentar paredes laterais formadas por tijolos e cada um dos topos por uma laje, com cobertura de lajes e argamassa (sepultura 6). A sepultura 56 é o único exemplo documentado de uma tipologia formal mais elaborada, que consistiria numa estrutura tumular integralmente construída com tégulas (caixa e cobertura), com a particularidade de apresentar dois planos distintos (superior e inferior), destinados a diferentes enterramentos. Estes dois planos apresentavam-se separados por uma camada de tégulas dispostas horizontalmente, e a cobertura da sepultura seria em forma de telhado de duas águas (CAETANO, 2002, p. 330; VIANA & DEUS, 1955a, p. 254 e Fig. 2). A sepultura 56 corresponde ainda à sepultura de maiores dimensões documentada

²⁵⁶VIANA & DEUS, 1955a, Fig. 2.

²⁵⁷VIANA & DEUS, 1955a, Fig. 2.

²⁵⁸ VIANA & DEUS, 1955a, Fig. 2.

em Torre das Arcas – 200 cm de comprimento, 40 cm de largura, e uma profundidade (total, presume-se) de 80 cm (VIANA & DEUS, 1955a, p. 254). Com dimensões idênticas, contam-se as sepulturas 54, 63 e 69, correspondendo, no primeiro caso, a um covacho sem revestimento, aproveitando o afloramento rochoso como parede da tumulação, e, nos dois outros casos, a sepulturas com cobertura formada por dupla camada de tégulas. De assinalar que a construção integral com tégulas parece ter paralelos nas duas sepulturas descobertas em finais do séc. XIX, e descritas como “*de tijolos unidas, servindo a parede os tijolos do meio de divisão de ambas*” (PIRES, 1901, p. 12, n.º 37). Por fim, e entre os enterramentos de rito indeterminado, observou-se ainda a construção de sepulturas em caixa com tégulas e argamassa, como é o caso da sepultura 35, uma das maiores identificadas no espaço funerário em estudo (200 cm x 30 cm). Quanto aos primeiros três enterramentos de inumação identificados por A. Dias de Deus, sabe-se que apresentariam uma estrutura em caixa, formada por lajes, e planta retangular (VIANA & DEUS, 1955a, p. 244). As dimensões, aparentemente padronizadas, corresponderiam a cerca de 180 a 200 cm de comprimento, 40 cm largura e 60 cm altura (ibidem). Encontravam-se dispostas em paralelo entre si, desconhecendo-se a respetiva orientação.

Do total de 79 sepulturas escavadas, somente 19 não terão fornecido espólio.²⁵⁹ Os conjuntos funerários identificados apresentariam, em média, entre dois a quatro itens, podendo contudo verificar-se a ocorrência de sepulturas com apenas um item (por exemplo, as sepulturas 5 e 45, de incineração; 16 e 56, de inumação; ou 61, de rito indeterminado) ou com mais de dez, como por exemplo a sepultura 26 (inumação). Os conjuntos funerários revelaram-se, na maioria dos casos, compostos por espólio cerâmico e/ou metálico, distinguindo-se em relação a outras necrópoles alto alentejanas, por um lado, pelo elevado número de lucernas fornecido (21 exemplares, distribuídos por 20 sepulturas – VIANA, 1955c, p. 17; VIANA & DEUS, 1955a), e, por outro, pela escassez de material vítreo (documentado apenas em cinco enterramentos) e ausência de *terra sigillata* e cerâmica de paredes finas (VIANA & DEUS, 1955a, pp. 257-265). A presença de pregos, 18 no total, encontra-se documentada em cinco sepulturas – 5, 17, 18, 26 e 37, todas elas, com exceção da sepultura 5, inumações.²⁶⁰ O número de exemplares varia entre um (sepulturas 5 e 18) e nove (sepultura 26),

²⁵⁹ O número de enterramentos sem espólio contabilizado baseia-se em VIANA & DEUS, 1955a. Não é coincidente com os valores apresentados por Abel Viana – 15 (1955c, p. 12) e 22 (idem, p. 9), e fica muito aquém das 32 mencionadas por H. Frade e J. Carlos Caetano (1993, p. 856).

²⁶⁰ O número total de pregos acima indicado, e contabilizado a partir das descrições dos conjuntos funerários de Torre das Arcas (VIANA & DEUS, 1955a, p. 244-257), difere do número referido pelos autores na publicação citada (idem, p. 257) mas coincide com o valor mencionado em VIANA, 1955c (p. 14).

levando-nos, neste último caso, a ponderar a hipótese de poderem estar relacionados com a utilização de um possível esquife.²⁶¹ O conjunto de enterramentos com espólio associado correspondem, indiferenciadamente, a sepulturas de incineração, inumação e rito indeterminado, observando-se, por exemplo, nos casos das sepulturas 17 (inumação) e 38 (incineração), cada qual com um conjunto funerário composto por dez peças, que a opção por um ou outro rito não seria, *a priori*, critério determinante para uma maior ou menor quantidade de oferendas fúnebres. Tanto quanto é possível apurar a partir das descrições dos ‘pesquisadores’ (VIANA & DEUS, 1955a), as oferendas fúnebres tendiam a encontrar-se misturadas com os restos incinerados ou juntamente com as inumações, preferencialmente depositadas ao longo das paredes laterais e/ou junto aos topos das sepulturas (idem, Fig. 2). De registar a informação relativa aos dois enterramentos descobertos em 1897, de acordo com a qual o único espólio recolhido (uma peça cerâmica), fragmentado e incompleto, teria sido localizado na parte superior das estruturas tumulares – “(...) *no topo dessas sepulturas foi encontrado um vaso romano, (...) e com vestígios [sic] de haver tido asa, (...)*” (PIRES, 1931, p. 114). A deposição de espólio no exterior das sepulturas, e designadamente sobre a cobertura destas, não constitui prática incomum (tal como se verifica também na sepultura 46 da necrópole de Serrones) e encontra-se, por norma, associada a oferendas realizadas no decurso das diversas cerimónias evocativas da memória do defunto (FRADE & CAETANO, p. 867).

Vários dos enterramentos explorados apresentavam-se já revolidos ou parcialmente destruídos à data da intervenção levada a cabo por A. Dias de Deus e Abel Viana, o que explicaria o precário estado de conservação do espólio e terá conduzido à opção da não recolha do mesmo por parte dos ‘pesquisadores’ (vejam-se, por exemplo, as sepulturas 23, 30, 48, 63 e 71). Noutros casos, porém, foi possível constatar uma aparente intencionalidade na escolha das peças e o cuidado na respetiva deposição e arranjo no contexto sepulcral, mesmo quando estas corresponderiam a peças já fragmentadas e incompletas (por inutilização intencional para deposição em contexto funerário ou, simplesmente, pelo desgaste do uso corrente em contexto doméstico que assim antecederia a respetiva reconversão em oferenda fúnebre). As sepulturas 39 e 64 constituem ilustrativo exemplo da evidência acima descrita – no primeiro caso, observou-se a colocação de uma lucerna, incompleta, no interior de uma tigela de cerâmica comum; no segundo caso, registou-se não só a deposição de uma bilha incompleta (sem colo e bordo, conforme observado, de forma recorrente, em alguns dos espaços funerários estudados), como também a colocação de uma tigela a tapar a peça em questão (VIANA &

²⁶¹ Sublinhe-se que, ao contrário do referido por Abel Viana (1955c, p. 14), a presença de pregos na necrópole de Torre das Arcas ter-se-á verificado sobretudo em sepulturas de inumação.

DEUS, 1955a, pp. 252 e 256). Os conjuntos funerários das sepulturas 7, 9, 12 e 65 incluíam igualmente peças que se encontrariam incompletas aquando da respetiva colocação em contexto tumular; veja-se, por exemplo, a lucerna da sepultura 7 (Catál. TDA.lu.013_7), que terá sido depositada incompleta e com evidentes sinais de utilização.

No que concerne ao conjunto de enterramentos que não terão fornecido espólio, cabe-nos assinalar que, na sua maioria, correspondem a sepulturas de inumação (exceptuando os casos das sepulturas 10 e 78, de incineração, e 47, 60 e 72, de rito indeterminado). De entre conjunto, destacamos as sete inumações localizadas no extremo nordeste da área escavada – sepulturas 67, 68, 73 a 77 – e que parecem corresponder a um momento distinto de utilização do espaço funerário de Torre das Arcas (quicá coincidente com o momento documentado pelas três primeiras sepulturas identificadas no local), reforçando assim a ideia da existência, não de uma, mas de diversas fases de tumulações naquele local. Ao contrário do que já tivemos oportunidade de observar em relação às incinerações e inumações com conjuntos funerários avultados, no caso deste grupo de inumações a escassez ou total ausência de espólio parece ser reflexo de um momento mais tardio de ocupação do espaço funerário, marcado por novas concepções culturais e religiosas e, inevitavelmente, por novas atitudes perante a morte. As características genéricas comuns – morfologia idêntica (planta trapezoidal, com construção em lajes, à excepção da sepultura 76, de planta elipsoidal e construída com tijolos), orientação este-oeste, e a escassez de oferendas fúnebres (a sepultura 68 terá fornecido um jarro – VIANA & DEUS, 1955a, p. 251 – Fig. 4, n.º 14 e p. 256), parecem permitir o respetivo enquadramento no perfil das designadas “(sepulturas) *visigóticas*” (FRADE & CAETANO, 1993, p. 860; VIANA, 1960d, pp. 12-13). Por fim, é de assinalar a presença de escória de ferro em dois dos enterramentos – 69 e 79, de ritos distintos (inumação e incineração, respetivamente) mas ambos localizados na metade poente da área escavada, e não muito distantes entre si (VIANA & DEUS, 1955a, pp. 256-257, Fig. 2). Este dado pareceu-nos desde logo relevante na medida em que, entre o espólio atribuído a Torre das Arcas que compõe a nossa amostra de estudo, se incluem fragmentos de escória (Catál. TDA.mt.016), ainda que sem qualquer indicação do respetivo contexto de achado. Para além disso, por toda a extensão do vinhedo que atualmente ocupa o sítio de Torre das Arcas, e entre os abundantes materiais visíveis à superfície, conta-se com a presença deste tipo de evidência. A propósito parecem-nos dignos de nota os dados fornecidos por Vitorino de Almada que dão conta da atividade transformadora de minério no local: “(...) sobre os terrenos d’esta fazenda innúmeros [sic] pedaços d’escumalha escura, como d’asphalto, sem dúvida provenientes das oficinas que utilizavam a dita agua (da nascente da ribeira de Varche) (ALMADA, 1889, p. 274). O mesmo autor alude à existência de diversas minas – cobre,

enxofre, ferro e prata – nos terrenos desta propriedade, conhecidas e exploradas desde, pelo menos, meados do séc. XIX (ALMADA, 1889, pp. 275-276). Se, no caso da sepultura 69, a presença de escória poderia ser facilmente interpretada como material de superfície, descontextualizado e não necessariamente relacionado com o enterramento de época romana, mas antes como indício da prática da transformação do minério nas proximidades do arqueossítio, de modo a aproveitar os recursos hídricos disponíveis; no caso da sepultura 79, tal interpretação afigura-se menos crível. Neste último caso, e assumindo que até à data da exploração a cargo de A. Dias de Deus e Abel Viana a sepultura em causa mantinha a condição de contexto selado, como interpretar a identificação de uma camada de escória diretamente assente sobre a camada de cinzas, carvões, material osteológico incinerado e fragmentos cerâmicos (VIANA & DEUS, 1955a, p. 257, Fig. 2) que preenchia a metade inferior do covacho, sem a relacionar com a extração e transformação do minério nas proximidades daquele local durante a Antiguidade.

IV.10.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

O conjunto de espólio atribuído à necrópole de Torre das Arcas é composto por um total de 120 peças, das quais 109 pertencem à Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, sete ao acervo do Museu Nacional de Arqueologia e quatro à Coleção de Arqueologia do antigo Museu Municipal de Elvas. Foi possível identificar, com maior ou menor segurança, o contexto de sepultura de cerca de 78% (94 itens) das peças reunidas, correspondendo o restante espólio (26 itens) a material sem contexto sepulcral identificado ou de contexto desconhecido (funerário ou outro), e a recolhas de superfície.²⁶² Para além da identificação de espólio atribuído a 38 sepulturas (na sua maioria, inumações²⁶³), em 18 casos verificou-se a reconstituição integral dos conjuntos de oferendas fúnebres associados aos enterramentos (sepulturas 3, 4, 9, 13, 16, 20, 21, 27, 35, 38, 45, 49, 50, 52, 56, 61, 65 e 68).

O material exumado seria composto, nas palavras dos ‘pesquisadores’, por: “86 vasilhas de diversas qualidades de barro (vermelho, amarelado, branco e negro), (...); 3 vasilhas de vedro [sic]; dois brincos de tipo de alfinete dobrado (achados juntos), uma pulseira muito singela e uma colher de bronze; uma chapazita de bronze, com três orifícios, a qual se achava encostada a um crânio; uma grosa

²⁶² Neste último caso referimo-nos apenas a duas peças – TDA.cc.084 e TDA.li.002 – constantes das Reservas de Arqueologia da Câmara Municipal de Elvas e que são produto de recolhas levadas a cabo, em contexto de prospecção, entre finais do séc. XX e inícios do séc. XXI.

²⁶³ Das 38 tumulações referidas, 21 correspondem a inumações, 11 a sepulturas de rito indeterminado, e apenas sete a incinerações.

(*instrumento de ferroiro o [sic] cerralheiro [sic]*), *duas limas, um martelo, uma broca, um formão, um sacho, uma faca, uma cavilha, um espeto, uma [sic] asas em forma de arco, duas lanças, dois varões (talvez venábulo) e 19 pregos, tudo isto de ferro; duas moedas de bronze, romanas; uma concha de marisco (pecten); 21 lucernas, (...). Não apareceu terra sigillata*” (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 575).²⁶⁴ A amostra reunida fica aquém do total de espólio contabilizado, designadamente no que se refere ao espólio cerâmico e metálico. Desde logo, é de registar que das 21 lucernas atribuídas a 20 sepulturas do espaço funerário em análise (sepulturas 3, 7, 8, 11, 17, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 50, 51, 52, 56, 62, 66, 69) (VIANA & DEUS, 1955a), apenas pudemos identificar/ localizar 14.²⁶⁵ Não obstante esta discrepância, trata-se, sem dúvida, de um conjunto bastante representativo quando comparado com outras necrópoles romanas conhecidas na atual região alto alentejana (CAETANO, 2002, p. 209; CALDEIRA, 2004, pp. 63-64; ROLO, 2010, I, pp. 103-104; VIEGAS, NOLEN & DIAS, 1981, p. 55), com a presença de lucernas em cerca de 24% da totalidade dos enterramentos explorados. Paralelamente, constatou-se que a reiterada indicação da ausência de *terra sigillata* entre o espólio recolhido em Torre das Arcas (VIANA, 1955c, p. 17; VIANA & DEUS, 1955a, pp. 257 e 265) é contrariada pelas peças TDA.tsh.001_51a e TDA.tsc.001_17, ambas ilustradas em VIANA & DEUS, 1955a (Fig. 7, n.º 87, e Fig. 4, n.º 17, respetivamente). Apesar da impossibilidade de avaliar em que medida esta escassa presença reflete (ou não) de facto a realidade arqueológica do espaço funerário de Torre das Arcas, não deixa de ser tentador encará-la como “*indício do poder aquisitivo*” da(s) comunidade(s) que lhe deu uso (CAETANO, 2002, p. 209). No que se refere à cerâmica comum, contamos com um conjunto de 81 peças atribuídas às recolhas efectuadas por A. Dias de Deus e Abel Viana, aproximando-nos assim do valor total constante de VIANA, 1955c (p. 17). Das três peças de vidro encontradas em Torre das Arcas – “*nela se encontraram unicamente [sic] duas taças, uma delas com pé, bastante fragmentadas, e um pequeno copo aproximadamente cilíndrico*” (VIANA, 1955c, p. 17), somente se localizou esta última – TDA.vi.001_62. Quanto ao espólio metálico, reunimos 15 peças, sendo de salientar a não identificação/ localização do par de brincos associado à sepultura 1

²⁶⁴ Entre os materiais atribuídos aos arqueossítio de Torre das Arcas contam-se também dois afiadores – TDA.li.001 e TDA.li.002. Desconhecendo-se o respetivo contexto de achado, coloca-se a hipótese de se tratar de espólio alheio ao espaço funerário ali documentado mas que, à semelhança do afiador encontrado em Reguengo 2 (Vaíamonte, Monforte) (CARNEIRO, 2014, II, p. 334), pudesse estar associado a um ponto de *habitat* ou a uma área funcional de laboração.

²⁶⁵ A propósito recorde-se que “*los materiales de la Torre das Arcas, después de medidos, dibujados y fotografiados, se encuentran en el Museo Arqueológico de Vila Viçosa (Fundação da Casa de Bragança), donde pueden ser estudiados por quien lo desee. Falta solamente la lucerna de la sepultura núm. 69, ejemplar idéntico al que figuramos con el núm. 73 (supomos tratar-se de um lapso, devendo ler-se ‘37’ e não ‘73’, número que ilustra um púcaro – VIANA & DEUS, 1955a, Fig. 7), porque está en poder del propietario de aquella finca*” [VIANA & DEUS, 1955, p. 265, (11)].

(VIANA & DEUS, 1955a, p. 244), e que, pela descrição conhecida (ibidem), presumimos que pudesse encontrar paralelos nos exemplares anelares datáveis dos séc.s V-VII d.C. que integram a nossa amostra geral. Entre os materiais não localizados contam-se ainda os dois numismas atribuídos às sepulturas 17 e 45 (VIANA, 1955c, p. 15; VIANA & DEUS, 1955a, p. 261).²⁶⁶

Com base na nossa análise do espólio atribuído a Torre das Arcas e, em particular, na reconstituição dos conjuntos funerários, propõe-se a seguinte leitura diacrónica do espaço funerário:

- os enterramentos mais antigos, associados à prática da incineração, fazem-nos recuar até meados do **séc. I d.C.**. Vejam-se as sepulturas 3 e 39 – no primeiro caso, a presença de uma lucerna de tipo Dressel-Lamboglia 20 (TDA.lu.012_3) remete-nos para uma cronologia compreendida entre a segunda metade do séc. I e a primeira metade do séc. II d.C. (DENEAUVE, 1969, p. 165); e no segundo caso, a peça TDA.lu.014_39, tipologicamente classificável como Dressel-Lamboglia 11B, parece apontar para a cronologia mais alta entre o espólio identificado – séc. I d.C., eventualmente inícios da centúria seguinte (MORILLO CERDÁN, 2015, pp. 356-357).²⁶⁷ Assim sendo, e a confirmar-se a ausência de cerâmica de paredes finas entre os materiais identificados na escavação da necrópole, sugerir-se-ia que o *terminus post quem* deste momento de tumulação não fosse anterior a finais do séc. I/ inícios do séc. II d.C..²⁶⁸

- a maioria dos enterramentos parece documentar um segundo momento de utilização do espaço funerário, desta feita genericamente datável dos **séc.s II - III d.C.**. No núcleo de tumulações associadas a este arco cronológico contam-se incinerações, inumações e sepulturas de rito indeterminado. Em função dos dados apurados, e corroborando a interpretação de H. Frade e J. C. Caetano (1993, pp. 860 e 870), é possível, por um lado, constatar a simultaneidade da prática dos dois ritos funerários em Torre das Arcas, e, em segundo lugar, documentar a prática da inumação naquele espaço a partir de meados do séc. II d.C.. Neste sentido, atente-se aos exemplos das sepulturas 40, 43, 50, e 56, todas elas inumações, cujos conjuntos funerários incluíam lucernas do tipo Dressel-Lamboglia 28A (TDA.lu.005_50, TDA.lu.002_56b e duas lucernas não localizadas).²⁶⁹ Paralelamente,

²⁶⁶ Vide Anexo 1 – Anexo ao Subcapítulo IV.10.

²⁶⁷ Propõe-se, pois, um recuo do *terminus post quem* sugerido por J. Nolen para o uso do espaço funerário de Torre das Arcas (1985, p. 156).

²⁶⁸ As cronologias propostas para as sepultura 4 e 61, ambas de rito indeterminado, parecem enquadrá-las igualmente nesta primeira fase de tumulações. Porém, em virtude da ausência de espólio datante entre os conjuntos funerários, esta associação deve ser considerada com as devidas reservas.

²⁶⁹ Ao contrário de FRADE & CAETANO (1993, p. 869), não se considera viável assumir a sepultura 51 de Torre das Arcas como o exemplo mais antigo conhecido da prática de inumação nas necrópoles romanas do atual Nordeste Alentejano. A sepultura em causa, de acordo com a descrição dos ‘pesquisadores’ (VIANA & DEUS, 1955a, pp. 252-254), parece

as sepulturas 8 e 38, ambas incinerações, contavam também com lucernas de tipologia idêntica (TDA.lu.001_38 e uma lucerna não localizada), e, no caso da sepultura 45, a presença de um grande bronze de Cómodo (VIANA & DEUS, 1955a, p. 261, nota 9) como oferenda fúnebre parece documentar a prática deste rito durante o último quartel do séc. II d.C.. Na verdade, a incineração ter-se-á mantido como opção escolhida na necrópole de Torre das Arcas até, pelo menos, meados do séc. III/ IV d.C., conforme indicia a presença de uma lucerna classificável como Luzón 63 entre o conjunto funerário da sepultura 7 (TDA.lu.013_7).

Neste sentido, é de assinalar também a presença de um conjunto de tumulações aparentemente associadas a cronologias do **séc. III – IV d.C.**, aqui interpretadas como parte integrante deste segundo momento de tumulações. Para além da já mencionada sepultura 7, de incineração, e da sepultura 34, de rito indeterminado, as demais sepulturas correspondem a inumações. De um modo geral, o âmbito cronológico proposto prende-se com a presença recorrente de lucernas de tipo Dressel-Lamboglia 30B entre os conjuntos funerários (TDA.lu.010_11, TDA.lu.011_34, e uma lucerna não localizada). Igualmente datáveis do séc. III d.C., são as sepulturas 17 e 62, ambas inumações, a primeira das quais contando com uma taça de *terra sigillata* clara C da forma Hayes 44 (TDA.tscl.001_17), e a segunda com a presença de uma lucerna de tipo Dressel-Lamboglia 28A (não localizada) associada a um copo de vidro de tipo Isings 96b (TDA.vi.001_62). Neste âmbito, também se afigura representativa a sepultura 56 (inumação), que, estamos em crer, documenta a ocorrência de duas tumulações em momentos distintos ao longo de um período compreendido entre a segunda metade do séc. II e o séc. III/ IV d.C..

- por fim, distinguimos uma terceira fase de tumulações, que se caracteriza pela prática exclusiva do rito da inumação, associada a sepulturas de feição ‘visigótica’ (FRADE & CAETANO, 1993, p. 860). Referimo-nos, por exemplo, às sepulturas 14, 15, 24, 31, 53, 54, 57, 67, 68 e 72 a 77. A escassez e,

corresponder não a um, mas sim a dois momentos de tumulação, em ambos os casos inumações. Associado ao estrato inferior da sepultura estaria um exemplar de *terra sigillata* da forma Hispânica 12 (Catál. TDA.tsh.001_51a), o que, à falta de outro espólio datante, apenas nos permite sugerir um enquadramento cronológico genérico do séc. I ao séc. III d.C., ainda que se possa considerar provável que, dado o rito funerário praticado, o contexto não seja anterior ao séc. II d.C.. Por sua vez, entre as oferendas fúnebres identificadas no estrato superior, contar-se-ia uma lucerna de tipo Deneauve XIC (VIANA & DEUS, 1955a, pp. 252-253, n.º 36), levando-nos a inferir uma cronologia de finais do séc. III – séc. IV d.C.. Em suma, relativamente à sepultura 51 de Torre das Arcas limitamo-nos a associar a prática do rito da inumação a um período compreendido, em termos gerais, entre meados do séc. II e séc. IV d.C.. Parecem-nos, pois, mais representativos para documentar o início da adopção deste rito em Torre das Arcas os contextos das sepulturas 40, 43, 50 e 56, referidas anteriormente, ou das sepulturas 2, 13 e 65. De um modo geral, o espólio associado a estes enterramentos documenta a prática da inumação a partir da segunda metade do séc. II d.C. e, no caso da sepultura 13, eventualmente nos inícios dessa centúria (note-se, contudo, que o conjunto funerário em causa é composto apenas por cerâmica comum e espólio metálico, sem material datante que nos permita afinar a cronologia proposta).

na maioria dos casos, a ausência de espólio associado a estes enterramentos dificulta o apuramento do respectivo âmbito cronológico. Destacamos por isso as sepulturas 27 e 68, cada qual com um jarro como única oferenda fúnebre associada (TDA.cc.021_27 e TDA.cc.22_68), cujos paralelos formais com os tipos 10 e 9B de Flörchinger (1998, p. 14), respectivamente, nos levam a corroborar a atribuição de uma cronologia dos séc.s VI - VII d.C. a este núcleo de enterramentos, tal como proposto por FRADE & CAETANO (1993, p. 860). Este momento tardio de utilização do espaço funerário de Torre das Arcas parece encontrar-se igualmente documentado pelos materiais sem indicação de contexto de sepultura que integram a nossa amostra, e em particular por um conjunto de seis jarros (Catál. TDA.cc.023, TDA.cc.024, TDA.cc.027, TDA.cc.028, TDA.cc.030, e TDA.cc.031), enquadráveis no tipo 7 conforme definido por J. Nolen (1985, pp. 58-60) e com cronologias de fabrico/ utilização balizadas, grosso modo, entre o séc. III e os inícios do séc. VII d.C..²⁷⁰

Em suma, os dados apurados vão ao encontro da interpretação avançada por Abel Viana e A. Dias de Deus de que *“esta necrópolis de la Torre das Arcas debe haberse establecido principalmente algún tempo antes de los comienzos del siglo III, pero con innegables testimonios bastante anteriores (las pocas lucernas más antiguas), y otros posteriores (las sepulturas trapezoidales), cuya absoluta falta de ajuar nos impede precisar su fecha, siquiera aproximada”* (VIANA & DEUS, 1955a, p. 264). Ficam, no entanto, por esclarecer algumas questões relacionadas com a diacronia de utilização deste espaço funerário. Neste sentido, questionamo-nos se, ao invés de distinguirmos dois momentos mais antigos, associados a cronologias de finais séc. I e dos séc.s II-III e eventualmente IV d.C., deveríamos falar de uma única necrópole, utilizada de forma ininterrupta, por várias gerações (VIANA & DEUS, 1955a, p. 263), ao longo desta ampla diacronia. Para além disso, interrogamo-nos em que medida o aparente hiato que parece ter sucedido à fase de tumulações marcada pela coexistência da prática da incineração e inumação e precedido o núcleo funerário mais tardio, composto por inumações e associado a uma eventual cronologia alti-medieval, correspondeu a um efetivo abandono da necrópole. Questionamo-nos ainda, por exemplo, sobre a cronologia das sepulturas 59, 78 e 79, genericamente atribuídas a época romana, mas que não possibilitaram a respectiva caracterização formal, por se encontrarem *“demasiado desmanteladas”* (VIANA, 1955c, p. 12), nem a análise dos

²⁷⁰ Equaciona-se a possibilidade de algumas destas peças poderem ser provenientes de sepulturas desta terceira fase de tumulações; porém, há que ter em conta que, de acordo com a informação publicada, estas sepulturas, por norma, não apresentavam espólio associado ou, nos casos em que foram identificadas oferendas fúnebres, como por exemplo das sepulturas 25 e 58, estas encontrar-se-iam em mau estado de conservação (VIANA & DEUS, 1955a, pp. 250 e 254), o que não coincide com os exemplares em questão.

conjuntos funerários (não identificados); ou sobre a cronologia das três primeiras sepulturas de planta retangular escavadas por A. Dias de Deus, a sul do núcleo principal da necrópole – poderiam estas ser contemporâneas do momento mais tardio de utilização da necrópole ou, pelo contrário, corresponder a um momento de transição (FRADE & CAETANO, 1993, p. 860), anterior ao das chamadas sepulturas ‘visigóticas’ e com paralelos nas inumações das necrópoles de Pombais ou da Chaminé (núcleo II).

IV.11. HORTA DAS PINAS (São Vicente e Ventosa, Elvas, Portalegre. CNS 1686. CMP 414. N 38° 55' 43.87"/ W 7° '9' 53.76")

IV.11.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

Localizado na freguesia de São Vicente, atual concelho de Elvas, a 5 km da dita cidade (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 570), o sítio de Horta das Pinas corresponde a uma necrópole de incineração, da qual terão sido exploradas cerca de 61 sepulturas, entre Março e Agosto de 1950 (VIANA, 1955e, p. 552; VIANA & DEUS, 1958, p. 10). Na ausência de fontes documentais que nos forneçam dados adicionais sobre o período durante o qual decorreu a exploração do arqueossítio de Horta das Pinas, optámos por nos cingir à ‘versão oficial’ dos factos, conforme publicada (VIANA, 1955e, p. 552; VIANA & DEUS, 1958, p. 10). Na verdade, parece-nos plausível que a exploração desta necrópole tenha decorrido em 1950. Em primeiro lugar, há que tomar em linha de conta a referência a uma doação de espólio ao antigo Museu Municipal de Elvas, datada de 15 de Junho de 1950 e que se comporia de 66 peças encontradas “*numa necrópole (neste caso, trata-se de Horta das Pinas) descoberta pelo Sr. António Dias de Deus*” (CME/ BME: Registo de Entradas de Objectos no Museu Municipal de Elvas, Arqueologia Romana e Luso-Romana). Para além da oferta do funcionário da Colónia Correcional à antiga instituição museológica elvense, destacamos a seguinte indicação: “*Como é o que mais próximo nos fica, com exclusão da Chaminé, aonde, cumprindo um dever oficialmente imposto, não voltamos, é esta a necrópole (Horta das Pinas) que mais intensamente temos podido estudar*” (VIANA & DEUS, 1958, p. 10). Em nosso entender, este excerto reforça a verosimilhança de que os trabalhos de escavação nesta necrópole tenham sido, por um lado, posteriores a finais de 1949 (ou seja, posteriores à proibição oficial da realização de trabalhos, por Abel Viana e A. Dias de Deus, nos sítios da Chaminé e Carrão), e, por outro lado, anteriores aos anos de 1952/1953, altura em que terão sido identificadas e intervencionadas as necrópoles de Torre das Arcas e Serrones, ambas geograficamente mais próximas de Vila Fernando do que o sítio de Pinas. As condições da descoberta e da tomada de conhecimento deste espaço funerário são descritas por A. Dias de Deus: “*Como se fez o achado? Há pouco mais dum mês tendo procedido à descoberta e abertura duma sepultura na Herdade de Alcarapinha, fui informado pela mulher do guarda da Herdade que havia uns três ou quatro anos numa propriedade que um cunhado trazia à venda, apareceram três ou quatro sepulturas, cobertas com tijolos e que de dentro delas tinham retirado muitas tijelinhas [sic] e barris; que os seus filhos brincavam com essas vasilha pois pareciam brinquedos de crianças, sendo*

natural até que a irmã ainda tivesse algumas das tijelinhãs [sic]. Depois de telefonicamente pedir autorização ao dono da herdade, Snr. Pompeu Caldeira, e por este senhor me ter autorizado as escavações, resolvi visitar o local e informar-me do que havia” (MRB: DEUS, [s.d.], p. 1). À semelhança de outros arqueossítios estudados, não nos foi possível confirmar a localização do espaço funerário com base na eventual identificação de evidências arqueológicas de superfície aquando da visita ao local. Apesar disso, e da ausência do topónimo na Carta Militar de Portugal (1: 25 000, n.º 414)²⁷¹, confirma-se, desde logo, a localização genérica apresentada pelos seus ‘pesquisadores’ – “*a Horta das Pinas está situada na freguesia de Aventosa, cinco quilómetros a norte de Elvas, entre esta cidade e a aldeia de São Vicente*” (VIANA & DEUS, 1958, p. 10). Por sua vez, a informação adicional facultada pelos autores citados – “*o campo de urnas ocupa uma ladeira de fraca pendente, a qual descai desde o caminho de ferro (Linha de Leste), para sul e sueste, até a ribeira de Rio Torto*” (idem, p. 10), permite-nos supor a localização da área da necrópole no terreno que se estende, sensivelmente, desde a designada caseta (dos Caminhos de Ferro) das Pinas em direção à Ribeira das Espadas (na qual entronca a linha de água designada como Rio Torto), e mais propriamente em direção à charca que atualmente se localiza entre a Caseta da Provença (a sul) e a Caseta das Pinas (a norte). De acordo com os dados publicados, a necrópole ocuparia uma extensão de aproximadamente quatro hectares, apenas parcialmente explorada por A. Dias de Deus e Abel Viana – “*(...) até agora explorámos a oitava parte no extremo setentrional*” (VIANA & DEUS, 1958, p. 10); “*Em Agosto de 1950, a estação estava investigada sòmente [sic] em parte*” (VIANA, 1955e, p. 553). O arqueossítio insere-se numa paisagem de relevo suave, e encontrar-se-ia implantado a uma cota de cerca de 275 metros de altitude. Se, para oeste e sul, a paisagem atual se caracteriza pela presença de solos agricultados e com cobertura vegetal esparsa; para norte, coexistem áreas agricultadas com terrenos incultos e de escassa vegetação. Em termos geológicos, trata-se de uma zona de afloramentos lenticulares de granito alcalino, com composição semelhante à dos granitos do Caia, Assumar e Portalegre (GONÇALVES, 1970a, p. 31). A consistência arenosa dos solos terá facilitado os trabalhos de escavação realizados no local (VIANA & DEUS, 1958, p. 10). A Ribeira das Espadas, que corre a sul e sudeste do Monte das Pinas, e respetivas linhas de água subsidiárias correspondem aos recursos hídricos mais próximos. Presumimos que a reserva de água atualmente observável no local tenha causado a destruição de boa parte do espaço funerário identificado por A. Dias de Deus e Abel Viana.

²⁷¹ Apenas são mencionados os topónimos Pinas e Monte das Pinas.

IV.11.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

Conforme já mencionado, a necrópole de Horta das Pinas foi apenas parcialmente explorada, não tendo sido possível, por parte dos pesquisadores, *“averiguar até que ponto a necrópole se estende para a zona compreendida entre o caminho do «monte» das Pinas e a via férrea, nem na direcção do Norte”* (VIANA & DEUS, 1958, p. 21). Assim sendo, e de acordo com os dados conhecidos, *“até Agosto de 1950, haviam-se explorado 61 tumulações”* (VIANA, 1955e, p. 552), desconhecendo-se a real extensão da necrópole e o respetivo número total de enterramentos. Ao número de sepulturas contabilizado há que acrescentar as *“três ou quatro”* (MRB: DEUS, [s.d.], p. 1) identificadas num momento anterior à intervenção de A. Dias de Deus. A este respeito recorde-se ainda que o conjunto de sepulturas escavadas corresponderia ao denominado *“campo de urnas céltico-romano”* (VIANA, 1955e, p. 552), localizado na zona mais setentrional de uma área mais vasta onde terão sido identificados enterramentos. Na verdade, a documentação consultada dá conta da identificação de sepulturas de planta retangular e com cobertura de tégulas localizados mais a sul da área intensivamente explorada por A. Dias de Deus e Abel Viana, e que, presumivelmente, não terão chegado a ser intervencionados – *“Segundo mais tarde me informaram, as sepulturas encontradas na parte mais ao sul do local onde eu comecei a exploração, são rectangulares com cerca de 2 m de comprimento, cobertas por tegulas [sic]; que dentro não encontraram nada senão fragmentos de ossos misturados com terra preta, carvão e cinzas. Será mais antigo o local em que principiei a escavação? Futuras explorações desifrarão [sic] o enigma.”* (MRB: DEUS, [s.d.], pp. 1-2). Das palavras atribuídas ao preceptor-adjunto da Colónia Correcional de Vila Fernando depreende-se a existência de diferentes núcleos de enterramentos no sítio de Horta das Pinas, ainda que não seja possível precisar em que medida a diferenciação morfo-tipológica das sepulturas documentadas seria reflexo de uma diferenciação cronológica e ritual. Presumindo, em função da informação disponível, tratar-se igualmente de um conjunto de sepulturas de incineração, poderia equacionar-se a possibilidade de estarmos perante a evidência da distribuição e organização de diferentes núcleos de enterramentos num único espaço funerário, com base em eventuais critérios de distinção social ou de outra natureza. Contudo, a indicação da ausência de espólio associado a estas sepulturas, leva-nos a colocar em causa esta hipótese, e parece apontar para um momento distinto de utilização daquele espaço como *locus sepulcralis*.

Em relação ao conjunto de enterramentos explorados, as informações disponíveis afiguram-se bastante esclarecedoras, coincidindo na descrição de um conjunto de enterramentos em urna,

associados a espólio diverso e à prática da incineração, quer *in busta*, quer através de deposições secundárias. O processo de exploração das primeiras sepulturas no sítio de Hortas das Pinas é-nos assim relatado por A. Dias de Deus: “(...) *Indicou-me mais ou menos o local das sepulturas. Fiz várias sondagens, encontrei algumas tijelas [sic] mas tive que abandonar as escavações por virtude do terreno estar encharcado. Apareceu-me um garoto, pastor do rendeiro da herdade, que me indicou um outro local onde tinham encontrado uma sepultura. Dirigi-me [sic] ao sítio indicado e encontrei a sepultura a que o garoto aludiu. Escavei o terreno e encontrei ainda um boião que lhe deveria ter pertencido. Prosseguindo as escavações deparei com algumas sepulturas (três) das quais trouxe 18 vasilhas, (...). Parece-me que em vez da denominação de sepulturas, devemos antes chamar-lhes urnas cinerárias. A maioria destas são amontoados de pedras dispostas ao acaso, umas sobre as outras. Debaixo destas pedras dispostas indistintamente e assentes sobre as camadas de carvão e cinzas, encontravam-se as vasilhas.*” (MRB: DEUS, [s.d.], p. 2). Com base nos dados conhecidos, encontra-se devidamente atestada a prática da incineração *in situ* na necrópole de Horta das Pinas (VIANA & DEUS, 1958, p. 14). Não obstante, os autores fazem referência à identificação de dez *ustrina*, dispostos ao longo da área de necrópole explorada, e descritos como “*pequenos espaços rectangulares, lajeados e cobertos de lençóis de cinzas*” (VIANA & DEUS, 1958, p. 14).²⁷² Confirma-se assim também a prática da incineração com deposição secundária em Horta das Pinas, ainda que os dados disponíveis e as limitações impostas pela não escavação da totalidade do espaço funerário inviabilizem quaisquer inferências e análises comparativas sobre a incidência e representatividade das duas práticas.

No que se refere à organização espacial, as sepulturas exploradas dispunham-se de forma aparentemente aleatória mas contígua, com muito pouco espaço entre si, apresentando, na sua maioria, uma orientação E-W, ainda que nalguns casos se tenha verificado uma orientação S-N [VIANA, 1955e, p. 552; VIANA & DEUS, 1958, p. 10; MRB: DEUS, [s.d.], p. 2]. O conjunto de enterramentos escavado permitiu a distinção de cinco tipos de tumulações em urna (VIANA & DEUS, 1958, pp. 10-11). Numa primeira tipologia, as sepulturas, em covacho aberto no solo, encontrar-se-iam delimitadas por uma fileira de pedras (com cerca de 30 cm de comprimento médio) colocadas a esmo, e a urna e eventual espólio funerário associado seriam colocados, sem disposição definida aparente, no meio das cinzas. A cobertura deste tipo de estrutura tumular era composta por duas a quatro

²⁷² Ressalve-se que o número de *ustrina* identificados no arqueossítio de Horta das Pinas difere nas várias publicações da autoria de Abel Viana e/ou Abel Viana e A. Dias de Deus, contabilizando-se ora nove destas estruturas (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 570; VIANA, 1955e, p. 552), ora dez (VIANA & DEUS, 1958, p. 14, Fig. 2). No presente trabalho, assume-se este último valor, de acordo com a planta da área funerária escavada (idem, Fig. 2).

tégulas, formando um telhado de duas águas. A tumulação viria ainda a ser tapada e delimitada por terra e pequenas pedras [MRB: DEUS, [s.d.], p. 2; VIANA & DEUS, 1958, pp. 10-11, Fig. 3, 1-a, e Fig. 4-1 (?) e 7]. Uma segunda tipologia, e a menos estruturada e com paralelos nas tumulações da Chaminé, consistiria na simples deposição das cinzas e espólio funerário num covacho, posteriormente coberto por um amontoado de pedras e terra (MRB: DEUS, [s.d.], p. 2; VIANA & DEUS, 1958, p. 11, Fig. 3, 1-c, 3 e 4, Fig. 4-2). Um terceiro grupo de enterramentos apresentaria uma estrutura em caixa retangular (cujas dimensões não ultrapassariam os 60 cm de comprimento por 40 cm de largura), formada por lajes, na qual eram colocados os despojos funerários. De um modo geral, apresentar-se-iam delimitados e cobertos por pedras ou, nalguns casos, apresentariam uma dupla cobertura composta por uma ou duas tégulas, posteriormente tapadas com pedras e terra [MRB: DEUS, [s.d.], p. 2; VIANA & DEUS, 1958, p. 11, Fig.s 4-5 e 6 (?)]. Segundo os pesquisadores, a disposição das lajes e pedras utilizadas na construção deste tipo de tumulações parece ter obedecido ao cuidado de colocar invariavelmente a face mais lisa voltada para o interior da sepultura (MRB: DEUS, [s.d.], p. 2; VIANA & DEUS, 1958, p. 11). Outra tipologia de tumulação corresponderia à deposição das cinzas e espólio numa cavidade aberta no solo, com cobertura de lajes ou tégulas, posteriormente delimitada e tapada por pedras e terra (VIANA & DEUS, 1958, p. 11, Fig. 3-5, Fig. 4-3). Por fim, o quinto tipo documentado consistia em tumulações em caixa, formadas por tégulas dispostas verticalmente, e com cobertura de uma ou duas tégulas, posteriormente tapadas por pedras e terra (VIANA & DEUS, 1958, p. 11, Fig. 4-4).²⁷³ Para além das tipologias descritas, registe-se ainda a aparente existência de uma outra, desta feita com estrutura em caixa, composta por tégulas ou lajes, e coberta por lajes de pequenas dimensões (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 570; VIANA & DEUS, 1958, Fig. 4-8). De um modo geral, as tumulações documentadas parecem atestar algum cuidado na respetiva construção, revelado em detalhes como, por exemplo, a disposição intencional das lajes e pedras com a face mais lisa voltada para o interior das sepulturas, ou a uniformidade na cobertura e delimitação dos enterramentos, com pequenos amontoados de pedras e terra. Paralelamente, parecer ter-se dedicado igual cuidado e atenção à deposição e distribuição do espólio nos contextos sepulcrais – “Ao contrário do que acontecia no Padrão, em que as vasilhas davam a impressão que haviam sido

²⁷³ Note-se que nas anotações referentes à exploração do arqueossítio de Horta das Pinas atribuídas a A. Dias de Deus, o funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando apenas distingue três tipos de tumulações em urna, correspondentes aos três primeiros acima enunciados. A distinção de cinco morfologias construtivas consta de VIANA & DEUS, 1958 (pp. 10-11). Presume-se que este acrescento de duas novas tipologias em relação às descritas nas anotações citadas se prenda com a evolução dos trabalhos de escavação e/ou com a interpretação dos dados recolhidos feita, *a posteriori*, por Abel Viana.

atiradas, aqui parece que foram dispostas intencionalmente. Assim o prato quase sempre está colocado verticalmente num dos lados; as vasilhas mais grosseiras, estavam colocadas na parte mais inferior, assentes sobre o fundo; os barris postos a prumo, estão geralmente nas cabeceiras; os boiões e as tijelas [sic], taças e vasilhas de vidro, agrupados (?) em redor do barril ou encostados (?) às paredes laterais. Nos quatro dias de explorações, tenho encontrado a mesma semelhança (?)” (MRB: DEUS, [s.d.]: p. 2).

É de assinalar que 24 dos 61 enterramentos escavados terão fornecido pregos, em número variável entre quatro a oito exemplares (VIANA, 1955c, p. 14). De acordo com os pesquisadores, Horta das Pinas foi, das necrópoles exploradas, aquela que forneceu maior quantidade de pregos (VIANA, 1955c, p. 14; VIANA & DEUS, 1958, p. 15). A este respeito, e a par da possibilidade de estarmos perante itens de funcionalidade apotropaica, há que equacionar a hipótese de poderem corresponder a evidências do uso (pouco comum) de caixas de madeira para deposição dos restos incinerados (CAETANO, 2002b, p. 329). Abel Viana, em função das dimensões dos pregos identificados, coloca de parte esta possibilidade e sugere que pudessem ter sido utilizados na consolidação da pira funerária (VIANA, 1955c, p. 14).

A confirmar-se que as 61 sepulturas escavadas perfaziam somente uma oitava parte da área total do campo de urnas de Horta das Pinas (VIANA & DEUS, 1958, p. 10), estaríamos perante um considerável volume de enterramentos, apenas justificável pela existência de aglomerados populacionais na envolvente que ali se fizessem enterrar, pelo menos, desde época pré-romana até ao Alto Império. Na verdade, parece-nos provável que este espaço funerário possa ter estado associado a um núcleo de povoamento de maiores dimensões e/ou a um conjunto de pequenos aglomerados populacionais, distribuídos pelo território circundante mas ainda por identificar. Neste sentido, e no que se refere a um eventual núcleo habitacional ao qual pudesse ter estado associada a necrópole de Horta das Pinas, a hipótese apresentada por SEPÚLVEDA & CARVALHO (1998, p. 255), segundo a qual o espaço funerário em análise poderá ter sido utilizado pelos habitantes da *villa* de Quinta das Longas, não se nos afigura verosímil. Os autores citados justificam esta ideia pela proximidade geográfica entre os arqueossítios – “cerca de 2 km, em linha recta, por terreno plano sem qualquer tipo de acidentes de relevo” (ibidem); porém, entendemos carecer de dados que a permitam comprovar. Pelo contrário, a identificação do sítio de Longas 2/ Torre de Sequeira 1 como área de “*ocupação relacionada com o sítio da Quintas das Longas, podendo estar-se em presença da necrópole da villa*” (ALMEIDA, 2000, pp. 83-84) apresenta-se como uma hipótese mais viável.

IV.11.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

A nossa amostra de estudo integra 170 peças atribuídas ao arqueossítio de Horta das Pinas. Estes materiais encontram-se distribuídos pelos acervos do Museu de Arqueologia de Vila Viçosa (MBCB/FCB) – 129 itens, e antigo Museu Municipal de Elvas (CME) – 41 itens. Nenhuma das peças identificadas como espólio de Horta das Pinas apresenta indicação do contexto de sepultura, situação que não nos deve surpreender tendo em conta a informação publicada sobre o arqueossítio (VIANA & DEUS, 1950b, pp. 242-247; VIANA & DEUS, 1951, pp. 95-98; VIANA & DEUS, 1958).

Dos materiais exumados em Horta das Pinas, Abel Viana enumerou “269 vasilhas de barro, entre as quais 60 de *terra sigillata* e 16 do tipo de Aco; 27 vasilhas de vidro, das quais 10 são lacrimatórios; 12 objectos de bronze (5 fíbulas e fivelas, 3 pinças (...); um espelho circular e outro rectangular; um formão e um fragmento de serra, de ferro, e muitos pregos, também de ferro, de vários tamanhos” (VIANA, 1955c, p. 8).²⁷⁴ De um modo geral, é de notar que o conjunto de espólio atribuído a Horta das Pinas que compõe a nossa amostra de estudo fica aquém do total contabilizado pelo arqueólogo minhoto, sobretudo no que respeita ao material cerâmico. Identificaram-se 121 peças cerâmicas, das quais 65 exemplares de cerâmica comum, 40 de *terra sigillata* e 16 de cerâmica de paredes finas (neste último caso, assume-se a correspondência com o valor acima citado). Do espólio vítreo, foram reunidas 24 peças, incluindo os 10 unguentários referidos por Abel Viana (ibidem). De entre os arqueossítios analisados, é a Horta das Pinas que se encontra atribuída maior quantidade de vidros, confirmando-se assim a apreciação constante de VIANA, 1955c (p. 16). No que se refere aos metais, contamos com 25 itens, entre os quais se incluem as cinco fíbulas, as três pinças e os dois espelhos acima enumerados. Não nos foi possível identificar/ localizar os numerosos pregos que terão sido encontrados na necrópole, mas presume-se que possam corresponder a alguns dos exemplares sem indicação de proveniência conhecida que integram a Coleção de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança.

Em relação ao estado de conservação do espólio reunido, parece-nos pertinente registar que, de acordo com as observações dos pesquisadores, as peças, designadamente a *terra sigillata*, tendiam a apresentar evidentes sinais de desgaste pelo uso anterior à respetiva deposição em contexto funerário, deduzindo-se, nalguns casos, a deposição de peças já fragmentadas e incompletas (VIANA & DEUS, 1958, p. 15). Para além disso, alguns materiais (como, por exemplo, as peças HPI.pf.012,

²⁷⁴ Em VIANA & DEUS, 1958 (p. 26, nota 21) é feita referência a um “*volante de fuso*” encontrado em Horta das Pinas. Trata-se de mais uma peça não localizada no decurso do nosso estudo.

HPI.cc.036, HPI.cc.038, HPI.cc.052, HPI.cc.057) revelam sinais de uma prolongada exposição a elevadas temperaturas, a qual, supomos, possa ser resultado do contacto direto com as cinzas após a incineração do cadáver ou da própria inclusão do espólio na pira cinerária (VIANA & DEUS, 1958, p. 14). O mesmo se verifica com um conjunto de potes de cerâmica comum (Catál. HPI.cc.030, HPI.cc.032, HPI.cc.033, HPI.cc.035), para os quais se sugere que possam ter servido de urnas cinerárias.

Em termos de cronologias, pode dizer-se que o espólio datante de que dispomos se revela relativamente uniforme. O conjunto de *terra sigillata* documentado aponta para um âmbito cronológico genericamente enquadrável entre o séc. I e inícios do séc. II d.C.. Se atendermos à cronologia dos exemplares de *terra sigillata* sudgálica, e em particular da peça marmoreada HPI.tss.004, somos levados a definir um *t.p.q.* da segunda metade do séc. I d.C. para o espaço funerário. As formas menos comuns de *terra sigillata* hispânica constantes desta amostra, designadamente as formas Hispânica 54 (HPI.tsh.001) e Hispânica 1 (HPI.tsh.002), bem como a presença de exemplares morfológicamente enquadráveis na variante antiga da forma Drag. 24/25 produzida no centro oleiro de *Tritium Magallum* (HPI.tsh.003 e HPI.tsh.008), reforçam esta baliza cronológica. Por sua vez, o exemplar da forma Drag. 27 atribuído ao oleiro *Attius Paternus* leva-nos a propor um *t.a.q.* não posterior a inícios/ meados do séc. II d.C. (BUSTAMANTE, 2013, pp. 189-190). No mesmo sentido refira-se o conjunto de cerâmica de paredes finas, e em particular a presença das formas Mayet LI-A (HPI.pf.002), Mayet LII-B (HPI.pf.003), e de um possível exemplar da forma Mayet VI/VII ou XXXVII (HPI.pf.016), cujas cronologias se centram na segunda metade do séc. I d.C. (MAYET, 1975, pp. 72-73, 111, 113, RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a, pp. 141-142, 149, 151). Entre os vidros destacamos os dois unguentários de tipo Isings 6 (HPI.vi.019 e HPI.vi.020) por corresponderem aos exemplares com a cronologia mais alta (séc. I a.C. – finais do séc. I d.C. – ISINGS, 1957, pp. 22-23) entre o material vítreo que integra a nossa amostra geral de estudo. A jarrinha enquadrável no tipo Isings 39 (HPI.vi.011), datável do séc. I d.C. (ISINGS, 1957, pp. 55-56), reforça igualmente o âmbito cronológico proposto para a necrópole, a par das formas mais comuns entre o espólio vítreo de Horta das Pinas – os unguentários de tipo Isings 8 e as garrafas de tipo Isings 50 (ISINGS, 1957, pp. 26 e 42). É no conjunto dos metais que vamos encontrar elementos que apontam para outros momentos de utilização do espaço funerário. Referimo-nos, em primeiro lugar, a uma fíbula de tipo Alcores/ Ponte 8a/ Schüle 2f (HPI.mt.001), o exemplar mais antigo entre o espólio metálico atribuído às necrópoles alto alentejanas em análise, e a uma possível fíbula anular hispânica (HPI.mt.003). Assumindo que estas peças provêm de contextos selados, e não se tratam de elementos intrusivos aos enterramentos

escavados por A. Dias de Deus, será verosímil assumir que a necrópole teve um momento de utilização anterior ao momento alto imperial inferido a partir da maioria do espólio recolhido. A propósito é de registar, entre a cerâmica comum de Horta das Pinas, a presença de formas pouco usuais de clara tradição indígena, como por exemplo a púcara biansada com decoração brunida (HPI.cc.040), o copo canelado (HPI.cc.018), ou a taça de tipo 7-d Nolen (1985, pp. 102 e 105), reforçando a ideia de um substrato cultural pré-romano activo entre a(s) comunidade(s) que ali se fez sepulturar. Por sua vez, os exemplares HPI.mt.006 (fivela) e HPI.mt.008 (pulseira) parecem sugerir que o espaço funerário se poderá ter mantido em uso para além de meados do séc. II, num momento tardo-antigo (séc.s III-IV d.C.). A hipótese deste momento tardio de utilização da necrópole poder ser coincidente com o período de utilização da outra área funerária identificada a sul da zona escavada (MRB: DEUS, [s.d.], pp. 1-2) poderia fazer sentido, não fossem as diferenças registadas ao nível da morfologia das sepulturas.

Assim, em função dos materiais disponíveis, e considerando a impossibilidade de reconstituir os conjuntos funerários e precisar cronologicamente os diferentes contextos sepulcrais, considera-se que o núcleo de enterramentos escavados em Horta das Pinas corresponde a uma fase alto imperial de uso da necrópole, compreendida entre a segunda metade do séc. I e os inícios do séc. II d.C.. Tal não invalida, conforme parece sugerir algum do espólio, que a necrópole não possa ter tido uma diacronia de utilização mais alargada, estendendo-se, de forma ininterrupta ou não, até à Idade do Ferro e Antiguidade Tardia. Não estamos, porém, em condições de fazer recuar o *t.p.q.* até ao séc. I a.C., conforme proposto pelos pesquisadores (VIANA & DEUS, 1951, p. 101). À luz dos dados conhecidos, e na ausência de uma escavação integral da necrópole, limitamo-nos a colocar a hipótese de se tratar de mais um exemplo de continuidade de utilização do mesmo espaço funerário por diferentes comunidades, ao longo de um arco cronológico alargado.

IV.12. TERRUGEM (Terrugem e Vila Boim, Elvas, Portalegre. CNS 5700/ 4599²⁷⁵. CMP 427. N 38° 50' 48.40"/ W 7° 20' 32.00")

IV.12.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

O arqueossítio da Terrugem, onde A. Dias de Deus terá identificado numerosos vestígios de ocupação romana, incluindo sepulturas, estende-se por uma ladeira de suave inclinação, que se prolonga até ao designado Monte de Santo António, ocupando uma posição sensivelmente descentrada para nascente em relação à atual malha residencial da povoação da Terrugem, e paralela aos troços da E.N. 4 e da A6/ IP7.²⁷⁶ Encontra-se implantado a uma cota acima dos 300 metros (aproximadamente entre os 312 e os 332 metros) e insere-se numa paisagem de relevo suave e ondulado. A realidade pedológica local caracteriza-se por um predomínio de solos de classes E e D, designadamente litossolos e solos mediterrâneos pardos, de xistos ou grauvaques. Constitui exceção a este panorama uma pequena mancha de solos mediterrâneos de categoria C, que se estende para norte do Monte de Santo António e para norte/nordeste em relação à atual povoação da Terrugem. Os recursos hídricos são abundantes, conforme atesta a presença de numerosos poços e reservatórios de água, encontrando-se esta área delimitada a oeste pela Ribeira da Asseca e pela densa malha de linhas de água subsidiárias desta, e a leste e nordeste pela Ribeira de Mures e pelo ribeiro da Nora, respetivamente. Relativamente às descobertas e pesquisas arqueológicas realizadas na povoação da Terrugem, ou mais propriamente, na Herdade de Santo António, transcreve-se abaixo um excerto das anotações atribuídas a A. Dias de Deus. A descrição deixada pelo funcionário da Colónia de Vila Fernando parecer-nos bastante elucidativa, não só das condições do achado, como também das potencialidades do arqueossítio em questão: “Em 1947, por indicação do Senhor Lavadinho, fui a [sic] freguesia da

²⁷⁵ Da Base de Dados do Portal do Arqueólogo (DGPC) constam três sítios identificados pelo topónimo Terrugem e atribuídos ao concelho de Elvas. Não sendo nenhum deles classificado como necrópole, optou-se por assumir o CNS referente à *villa* da Terrugem (CNS 5700), à qual estaria presumivelmente associado o espaço funerário. Uma vez que a colher com inscrição paleocristã, proveniente de uma das sepulturas identificadas na Terrugem, também consta da nossa amostra de estudo, e apesar desta se encontrar classificada como achado(s) isolado(s) na referida Base de Dados (DGPC), optou-se igualmente por indicar o CNS correspondente (4599) ao longo do presente trabalho.

²⁷⁶ Em relação ao sítio de Santo António da Terrugem, o Pe. Henrique S. Louro informa-nos que “é a herdade em que está edificada a aldeia da Terrugem. Metade era situada no termo de Elvas e a outra metade no termo de Vila Viçosa. Pertenceu às freiras do Convento das Chagas de Vila Viçosa. Rendia dois moios de trigo, e vinte alqueires de cevada para o padre José Monteiro e cinquenta e cinco alqueires de trigo e dez de cevada para as freiras, no séc. XVII. Em 1876 foi aqui registada uma mina de ferro e outros metais e depósito de escumalhas do tempo dos romanos” (1964, p. 19).

*Terrugem onde constava ter aparecido uma sepultura quando abriam uma vala para a captação de águas. Descobri então **umcemitério** [sic] **com umas trinta sepulturas**. A maioria destas sepulturas eram de forma trapezoidal e estavam dispostas indistintamente com distâncias irregulares e com orientações diferentes. O material empregado era também [sic] diverso; assim havia sepulturas feitas com lages de xisto negro, postas a prumo com fundo e cobertura das mesmas lages; sepulturas com as cabeceiras de um só tijolo grande rectangular, e de paredes laterais de xisto; sepulturas feitas de tégula [sic] e sepulturas com os topos em marmore [sic] e ainda outras formadas por finas laminas [sic] de marmore [sic] branco, cuja tampa tinha uns ferros no sentido transversal para a suportar. Dentro desta sepultura achava-se uma grande bacia em cobre, mas muito deteriorada. Noutra sepultura mais pequena e rectangular, encontrei uma colher de prata, com uma inscrição Cristã (depositada no Museu de Elvas) e um vaso de vidro todo fragmentado. Em duas sepulturas encontrei moedas em cobre, sendo uma delas de Constantino. Numa outra sepultura encontrei dois brincos em cobre. Parece que nenhum dos corpos desta sepultura foram incinerados. Além [sic] do esqueleto continham os mesmos vários crânios, colocados geralmente á [sic] cabeceira e aos pés, havendo no entanto sepulturas sem que estes se encontrassem ao centro. Uma delas continha oito crânios. Umas sepulturas tinham á [sic] direita e pouco mais ou menos ao centro, e na parte exterior, um compartimento rectangular feito de lages ou tijolos que deviam servir de ossário pois que os referidos rectangulos [sic] se achavam cheios de ossos. O cemitério fica situado a meio duma pequena encosta e a poente dos vestígios de habitações. Ao centro do cemitério encontra-se um rectangulo [sic] formado por blocos de granito, dando a impressão de ter sido um templo. Levantei um desses blocos que media 65x50x40 e encontrei no fundo do seu assento, duas moedas em cobre, com um orifício, dando a impressão de que serviam para as medalhas.²⁷⁷ A nascente e a norte do cemitério, por toda a encosta, aparecem em grande quantidade, cunhais de casas, alicerces, blocos de granito, aparelhado, fragmentos de colunas de marmore [sic], de mosaico romano, tijolos, telhas, ferros e pedaços de louça e de vidro. Fiz umas quatro sondagens e em qualquer delas alicerces e restos de pavimentos. Descobri junto ao alicerce de um edificio [sic], duas canalizações que corriam paralelamente ao alicerce e distanciadas deste metro e*

²⁷⁷ As informações relativas aos numismas identificados na base de assentamento de um dos silhares da construção em causa não são coincidentes – em VIANA, 1950 (p. 301), menciona-se o achado de três (e não duas) moedas de bronze romanas, perfuradas, sob um dos silhares da construção identificada no local; em DEUS, LOURO & VIANA, 1955 (p. 572), repete-se a menção a três moedas perfuradas mas, desta feita, sem se indicar o contexto de achado. Atendendo aos materiais identificados optou-se por assumir a informação atribuída a A. Dias de Deus. No decurso do nosso estudo, identificaram-se apenas duas moedas perfuradas na Coleção de Numismática do antigo Museu Municipal de Elvas – Catál. TRG.num.001 e TRG.num.002. Presumimos que façam parte do conjunto de numismas que terá sido recolhido na Terrugem.

meio. Uma das canalizações [sic] era formada por manilhas de ferro semelhantes as [sic] garrafase [sic] e a outra era formada por grandes telhões sobrepostos. No começo dum desses canos, a servir de ralo, estava uma rosacea [sic] em marmore [sic], com 40 cm de lado. Pelos seus ornatos, parece que esta pedra e [sic] da epoca [sic] visigotica [sic]. Junto ao referido alicerce encontrei tambem [sic] uma coluna cilindrica [sic], em marmore [sic] branco com 1,60m x 25cm de diâmetro. Alem [sic] duma colecção de ferros [sic] semelhantes aos de cirurgia, tambem [sic] ail [sic – deve ler-se ‘ali’] encontrei pedaços de vasilhas de cobre, vidros, louça fina, chocalhos, um candelabro em ferro, um leão em bronze com 20 cm de comprimento e um amoleto [sic] em osso e um estilete terminado em pá, da mesma matéria. A cerca de cinco metros da escavação a que me refiro, e á [sic] profundidade de um metro, descobri uma secção de arcos formados por tijolos e separados por outros por um espaço de 80 centímetros [sic], parecendo tratar-se duma dependência destinada ao aquecimento. Em mais três locais que sondei, aparceram [sic] pedaços de fíbulas, ferros, chocalhos, foices, arcos de cobre, uma colher partida em cobre, uma campainha [sic] em bronze, machados; uma garrafa em cobre etc, um dolium com 80 cm de alto, e várias moedas. Todos estes objectos se encontram expostos no Museu de Elvas com a seguinte designação “Descobertas arqueologicas [sic] romano-visigóticas da Herdade de Santo António, Terrugem”/ Esta Herdade fica ligada á [sic] povoação da Terrugem e está situada a nascente. Em muitas das casas da povoação e nos quintais encontram-se cantarias em granito em marmore [sic] que certamente foram levadas da Herdade de Santo António. Num desses quintais encontrei, a servir de base a um vaso, uma rica coluna torsa em marmore [sic] com um metro e vinte de altura. Tambem [sic] esta coluna eu entreguei no Museu de Elvas. Fui informado de que há uns vinte anos, quando arracavam pedra para britar, foram encontradas duas colunas em marmore [sic] que foram levadas para Elvas e descobriram algumas **sepulturas** dentro das quais acharam alem [sic] doutros objectos, duas lucernas. Pela extensão [sic] da área onde os vestígios aparecem, deduz-se que naquele local deveria ter existidouma [sic] povoação. Uma exploração convenientemente, dirigida estou certo disso, forneceria elementos curiosissimos [sic] para o estudo da dominação romana. Embora eu tivesse pedido ao rendeiro da herdade de Santo António que não deixasse destruir o cemitério e os locais a explorar e que tinha a descoberto, pouco se importou com os meus rogos e o terreno foi lavrado e semeado como se nada ali existisse. Fiquei deveras aborrecido com tal procedimento e pus de parte as explorações da Terrugem, temporariamente.” (AFCB: DEUS, [s.d.],c, pp. 3-7).

Presume-se, pois, que a denominada “*estação romano-visigótica*” da Terrugem (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 571) terá sido explorada por A. Dias de Deus entre os anos de 1947²⁷⁸ e 1949, ainda que de forma não contínua ou sistemática. Reflexo destas pesquisas foram as inúmeras ofertas de espólio recolhido nas “*sepulturas (luso-romanas)*” e “*nas ruínas próximas das sepulturas luso-romanas da Terrugem*”, por parte do funcionário da Colónia Correccional, ao antigo Museu Municipal de Elvas (CME/ BME: Registo de Entradas de Objectos no Museu Municipal de Elvas, Arqueologia Romana e Luso-Romana e Arqueologia Visigótica e Árabe). Tais ofertas ter-se-ão iniciado em Setembro de 1947 e prolongado até Abril do ano seguinte, sendo que o volume de espólio doado atribuído ao arqueossítio da Herdade de Santo António da Terrugem foi especialmente significativo ao longo do segundo semestre do ano de 1947 (idem). De assinalar que as únicas referências conhecidas a Domingos Lavadinho enquanto colaborador (e não apenas mero incentivador) nas incursões arqueológicas realizadas por A. Dias de Deus se reportam à exploração da estação arqueológica da Terrugem, e, em concreto, a recolhas de espólio numismático ali realizadas (CME/ BME: Registo de Entradas de Objectos no Museu Municipal de Elvas, Numismática). A partir de Junho de 1949, como já tivemos oportunidade de esclarecer, o funcionário da Colónia de Vila Fernando passou a poder contar com o apoio de Abel Viana; porém, não estamos certos de que o arqueólogo minhoto tenha chegado a colaborar nos trabalhos de campo realizados em Santo António da Terrugem. Ainda assim, uma notícia publicada, a 27 de Agosto de 1949, pelo *Correio Elvense* dava conta da continuidade dos trabalhos: “*Continuam a dar que falar os preciosos achados na Herdade de Carrão, e numa propriedade próxima da Terrugem, assistindo-se ao alastramento dos conhecimentos sobre arqueologia [sic].*” A 28 de Outubro de 1949 Manuel Heleno visitou a estação arqueológica (MNA: APMH/2/18/1, p. 27)²⁷⁹, e a subsequente intervenção oficial do então Diretor do Museu Etnológico veio a ditar, ainda em finais desse mesmo ano, a proibição e interrupção definitiva das explorações levadas a cabo no arqueossítio da Terrugem (bem como na Chaminé e Carrão) por A. Dias de Deus e Abel Viana.²⁸⁰ Desconhece-se a realização de quaisquer outros trabalhos arqueológicos naquele local desde então.

²⁷⁸ As informações relativas ao início das ‘pesquisas’ na Terrugem são contraditórias. De acordo com as anotações de Manuel Heleno (MNA: APMH/2/18/1, p. 1) e a informação publicada por Abel Viana (1950a, p. 300), a realização dos primeiros trabalhos de escavação remontaria ao ano de 1946, contrariando a informação atribuída a A. Dias de Deus e acima transcrita (AFCB: DEUS (?), [s.d.], p. 3). Atendendo aos dados disponíveis, optou-se por privilegiar a indicação atribuída ao funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando.

²⁷⁹ “*O sítio do cemitério foi lavrado. Viam-se em grande area [sic] vestígios de materiais de construção romanos. Uns arcos de fornalha (hipocausto) foram destruídos./ Moedas de Constantino II no Museu de Elvas*” (MNA: APMH/2/18/1, p. 27).

²⁸⁰ Em 1948, numa breve nota dedicada por Manuel Heleno à colheita da Terrugem, este revelava assim o seu interesse pelo arqueossítio: “*Dada a importância da peça e a circunstância de no Cabeço de Santo António, onde se encontrou,*

Os dados conhecidos e publicados sobre os achados na Terrugem revelam a identificação de um núcleo habitacional de época romana, de significativa extensão e “*com elevados índices de conforto*” (CARNEIRO, 2014, II, p. 204), conforme parecem atestar a área de dispersão dos materiais de superfície e os elementos arquitectónicos e pavimentos musivos identificados (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 572; VIANA, 1950a, pp. 301-304). Assume-se a identificação de uma provável *villa* (ALARCÃO, 1988b, 6/217; ALMEIDA, 2000, pp. 115-116, n.º 51) e de um hipocausto, presumivelmente associado a um edifício termal de âmbito privado (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 572; CARNEIRO, 2014, pp. 203-204; REIS, 2004, p. 131, n.º 89; VIANA, 1950a, p. 302). A cerca de 50 metros de distância (VIANA, 1950a, p. 301), sensivelmente “*a meio duma pequena encosta e a poente dos vestígios de habitações*” (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 5), ocupando uma área que se supõe a sudoeste do Monte de Santo António e a norte do núcleo primitivo da atual povoação da Terrugem, sensivelmente entre duas linhas de água subsidiárias da Ribeira da Asseca, localizar-se-ia a necrópole de inumação identificada e explorada por A. Dias de Deus. As características dos enterramentos documentados e a referência ao achado de numismas do Baixo Império associados ao contexto funerário (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 572) parecem confirmar a ideia de que esta necrópole “*corresponderá a uma utilização posterior deste espaço quando a villa, ou parte dela, tivesse já perdido a sua função habitacional*” (ALMEIDA, 2000, p. 116). Neste sentido destaque-se, da amostra de espólio genericamente atribuído à estação arqueológica em análise, uma taça de cerâmica de paredes finas, possível forma Mayet LIII (Catál. TRG.pf.001) – sem informações sobre o respetivo contexto de achado da peça (contexto habitacional ou funerário), esta remete-nos, em termos gerais, para uma ocupação do arqueossítio durante a segunda metade do séc. I e eventualmente inícios do séc. II d.C. (MAYET, 1975, p. 114; RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a, p. 151), parecendo confirmar assim a existência de diferentes momentos de utilização daquele espaço. Na visita que efetuámos ao local foi possível comprovar uma vasta área de dispersão de cerâmica de construção e vestígios de prováveis estruturas de época romana, indo assim ao encontro das descrições feitas pelos ‘pesquisadores’, nas quais se alude à presença de abundante e variado espólio e elementos de construção (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 572), e das informações mais recentes sobre o atual estado de conservação do sítio e a visibilidade de evidências arqueológicas (CARNEIRO, 2014, II, p. 204). Todavia, e no que respeita

aparecerem em grande extensão tijolos, telhas, cerâmica, vasos de cobre, lousas sepulcrais com letras, colunas, rosáceas de granito, fragmento de mosaico, amuleto, etc., parece-me muito conveniente proceder ali a escavações. No caso do Sr. Pe. Louro as não poder fazer, o Museu Etnológico, que já trabalha na região, poderá encarregar-se disso” (HELENO, 1948, p. 495). A não referência a A. Dias de Deus leva-nos a pensar que, à data, Manuel Heleno apenas teria conhecimento destes achados a partir das notícias publicadas pelo pároco de Vila Fernando.

à área de necrópole, não foi possível identificar quaisquer vestígios que indiciassem o local de implantação das sepulturas documentadas ou da construção de planta retangular em torno da qual se encontravam dispostos os enterramentos explorados por A. Dias de Deus. Sem evidências da área de implantação do(s) espaço(s) funerário(s), a localização proposta ao longo do presente trabalho baseia-se exclusivamente nos dados publicados e fontes documentais disponíveis.

IV.12.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

Em relação ao espaço funerário da Terrugem, impõe-se, em primeiro lugar, recordar que, em meados das décadas de 20-30 do séc. XX, ter-se-á registado o achado de um primeiro conjunto de sepulturas no local (AFCB: DEUS, [s.d.]c, pp. 6-7). Os dados a respeito destas tumulações são escassos, desconhecendo-se, entre outros aspectos, qual o rito associado, a tipologia formal das sepulturas, e o respetivo local de implantação. Abel Viana descreve-as simplesmente como “*várias sepulturas isoladas, com cerâmica*” (1950a, p. 304). Deste modo, a possibilidade de inferir em que medida este primeiro conjunto de enterramentos identificados poderia fazer parte da necrópole de inumação posteriormente identificada por A. Dias de Deus ou, pelo contrário, constituir um núcleo de enterramentos distinto encontra-se inevitavelmente comprometida. Para além destas sepulturas, dispomos da indicação relativa ao achado de um enterramento em covacho, sem revestimento e aparentemente associado à prática da incineração, identificado na zona alta da encosta ao longo da qual se distribuíam as demais evidências arqueológicas documentadas na Terrugem por Abel Viana e A. Dias de Deus (VIANA, 1950a, p. 304). Este enterramento encontrar-se-ia, portanto, afastado do espaço funerário identificado e explorado nas faldas da dita elevação, isto é, na zona mais baixa do terreno e próxima da povoação atual. Neste caso, atendendo às características gerais da tumulação e à respetiva implantação topográfica, coloca-se a hipótese de estarmos perante um outro núcleo de enterramentos, quiçá associado a uma fase mais antiga da ocupação daquele espaço.

Do espaço funerário escavado pelo preceptor da Colónia de Vila Fernando em finais dos anos 40 desconhece-se, não só a extensão total, mas também qual a área correspondente ao número de sepulturas exploradas e a respetiva representatividade em relação à totalidade da dimensão e número de enterramentos da necrópole. No que se refere ao número de sepulturas escavadas, as informações disponíveis são contraditórias. Segundo os dados publicados pelos ‘pesquisadores’, contabilizar-se-iam 22 sepulturas exploradas, devidamente registadas na única planta conhecida do local (VIANA, 1950, Fig. 19; DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 571). Por sua vez, Manuel Heleno refere-se a 30 enterramentos ou “*(mais de 30) e não está esgotado*” (MNA: APMH/2/18/1, p. 2; HELENO, 1951, p.

94). Por fim, e conforme acima transcrito, A. Dias de Deus descreve “*umcemitério* [sic] *com umas trinta sepulturas*” (AFCB: DEUS, [s.d.].c, p. 4). Seja como for, parece-nos claro tratar-se de uma necrópole de inumação, composta maioritariamente por sepulturas de planta trapezoidal²⁸¹, com distintas orientações (SE-NW, NE-SW, N-S, E-W), sendo a predominante NE-SW (VIANA, 1950a, Fig. 19). Acerca da orientação dos enterramentos, Manuel Heleno descreveu: “*As sepulturas orientavam-se de S.-N – cabeça para N. – mas ha-as* [sic] *de N.-poente*” (MNA: APMH/2/18/1, p. 2). Em termos de tipologia construtiva e morfologia, todas as tumulações documentadas apresentavam em comum uma estrutura em caixa construída com lajes ou cerâmica de construção. Com base na variedade dos materiais utilizados, os ‘pesquisadores’ terão distinguido quatro tipologias fundamentais, que aqui passamos a elencar: sepulturas integralmente construídas com lajes de xisto, incluindo a cobertura; sepulturas com paredes laterais de xisto (colocadas a prumo) e cabeceiras formadas por um único tijolo, retangular e com dimensões consideráveis; sepulturas integralmente (fundo, paredes e cobertura) construídas com tégulas; sepulturas total ou parcialmente (apenas as cabeceiras) construídas com placas de mármore, incluindo a cobertura (AFCB: DEUS, [s.d.].c, pp. 4-5; DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 571; VIANA, 1950a, pp. 300-301). Entre esta última tipologia de tumulações, os autores referem a utilização de varas de ferro que, colocadas transversalmente, serviam para sustentar a(s) placa(s) de cobertura da sepultura (veja-se, por exemplo, Catál. TRG.mt.010). Esta prática encontra paralelos, por exemplo, no enterramento de Lameira Larga (Penamacor), apesar das diferenças tipológicas e rituais que o separam das sepulturas da Terrugem (CAETANO, 2002b, p. 328). Na sua maioria, os enterramentos explorados apresentavam ossários. Estes encontravam-se depositados em compartimentos laterais, construídos com lajes ou tijolos, anexos à parede exterior das sepulturas, ou misturados com a inumação mais recente (geralmente colocados à cabeceira ou aos pés da sepultura), podendo chegar a um número máximo de 8 indivíduos por sepultura (AFCB: DEUS, [s.d.].c, p. 5; MNA, APMH/2/18/1, p. 2; VIANA, 1950, p. 301, Fig. 2-8 e 9). No que respeita ao material antropológico identificado pelos ‘pesquisadores’, desconhece-se qual a percentagem que terá sido efetivamente recolhida e qual o destino dado a esse

²⁸¹ Também no que respeita à planta das sepulturas escavadas se verificam diferentes ‘versões’. A descrição atribuída a A. Dias de Deus refere um predomínio, mas não a exclusividade, de tumulações de planta trapezoidal (AFCB: DEUS, [s.d.].c, p. 4), indicação aparentemente corroborada por Manuel Heleno, quando este compara as características gerais das sepulturas da Terrugem com um dos núcleos de sepulturas da Chaminé (1951, p. 94). Contrariando o relato atribuído ao funcionário da Colónia Correccional, na informação publicada reforça-se a ideia de que todas as tumulações exploradas apresentavam planta trapezoidal (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 571; VIANA, 1960d, p. 13). Uma vez mais entendemos privilegiar a informação da presumível autoria de A. Dias de Deus e, acima de tudo, encarar os dados disponíveis com as devidas reservas.

material. A propósito do envio, para o Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, do material antropológico recolhido na intervenção realizada no dólmen de Odivelas por Abel Viana, G. Zby e O. Veiga Ferreira, o arqueólogo minhoto insistia assim com A. Dias de Deus: “(...), a ver se o meu Amigo se lembra de mandar os crânios da Terrugem. Mande lá isso, bem acondicionado, e sem mistura com os [?] de outras épocas, tudo metido em palha miuda [sic], papeis [sic] amarrotados, etc..” (MRB: VIANA, Abel, 31/05/1952, p. 2). Apesar de desconhecermos se o funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando chegou, de facto, a proceder ao mencionado envio, o excerto acima transcrito confirma que este tipo de material terá sido recolhido (se não na íntegra, pelo menos em parte).

As sepulturas escavadas distribuíam-se ao longo das faces sul, nascente e poente de uma construção de planta retangular, com aparelho de granito. Aparentemente não apresentariam uma organização espacial definida, mantendo distâncias irregulares entre si (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 4), sem traçarem uma malha de ‘arruamentos’ que facilitasse a circulação no espaço funerário, tal como comumente se regista em contextos funerários tardo-antigos (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 572; VIANA, 1950, p. 301 e Fig. 19). Referido por A. Dias de Deus como um possível “*templo*” (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 4), não dispomos de dados que esclareçam sobre a funcionalidade daquela construção, ainda que se afigure evidente que esta tenha servido como elemento “*polarizador do espaço sepulcral*” (CARNEIRO, 2014, II, p. 204). A proximidade dos enterramentos em relação ao edifício, bem como a identificação de uma presumível colher litúrgica (Catál. TRG.mt.012) numa inumação infantil²⁸², parecem sugerir uma eventual função cultural e simbólica para a construção em questão, assim convertida em polo centralizador do espaço funerário, quiçá num contexto de prática de enterramentos *ad sanctos*. Relativamente à colher de prata com inscrição cristã, o Pe. Henrique da Silva Louro escreveu no seu opúsculo dedicado à Terrugem: “*Em Março de 1948 António Dias de Deus, ao estudar as ruínas da primitiva povoação do Cabeço de Santo António encontrou uma ligula inscrita que se guarda no museu de Elvas. É uma colher de estanho de 186 milímetros de comprimento tendo a parte côncava 6,5 cm. por 2,5 na parte mais larga. Trata-se dum objecto litúrgico que servia para a comunhão dos fieis. Foi encontrada numa sepultura de criança. Na concha está exarada a inscrição AELIAS VIVAS IN XP – Élia, que tu vivas em Cristo. No cabo junto à parte côncava estão as letras alfa e ómega, símbolo de Cristo, princípio e fim de todas as coisas*” (1964, pp. 8-9). O achado da colher

²⁸² A sepultura onde terá sido recolhida a colher litúrgica teria planta retangular, cerca de 1,10 - 1,20 m de comprimento, e topos em tijolo (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 5; MNA: APMH/2/18/1, pp. 2 e 27; GARCIA Y BELLIDO, 1971, p. 93). Juntamente com a colher de prata encontrar-se-ia um recipiente de vidro fragmentado que, supomos, não deverá ter sido recolhido, em virtude do precário estado de conservação (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 5; VIANA, 1950, p. 301).

em Março de 1948 parece confirmado pela notícia publicada à época pelo *Correio Elvense* (n.º 902, 17.04.1948). De ressaltar que somente o Pe. Henrique da Silva Louro faz alusão a um enterramento infantil como contexto de achado da peça em questão (LOURO, 1948, p. 347; LOURO, 1964, pp. 8-9); A. Dias de Deus e Abel Viana são omissos em relação a esse aspecto, referindo-se apenas a uma sepultura de menores dimensões (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 5; VIANA, 1950, p. 301). Neste sentido, as questões levantadas por Manuel Heleno – condições do achado, tipologia do enterramento e conteúdo, a posição do esqueleto (HELENO, 1948, p. 494), parecem-nos bastante pertinentes. Relativamente à inscrição – *AELIAS VIVAS IN CHRISTO (chrismon)* – mais do que uma aclamação funerária, parece corresponder a uma “expressão aclamatória *inter-vivos*” (HELENO, 1948, p. 495), associada a uma provável função litúrgica e/ou profilática da peça (GARCIA Y BELLIDO, 1971, p. 96), ou de mero objecto evocativo da condição de neófita de *Aelia* (WOLFRAM, 2011, I, p. 32). Esta mesma inscrição constitui exemplo do constatado predomínio da onomástica de etimologia latina entre a onomástica feminina documentada na epigrafia peninsular dos séc.s V-VII d.C. (GALLEGO FRANCO, 2007, p. 211). Na óptica da autora citada, este item permite-nos incluir *Aelia* entre uma amostra de indivíduos do sexo feminino que, durante a Antiguidade Tardia, “*ofrecen de forma indirecta pruebas de disfrutar de un nivel socioeconómico de privilegio*” (GALLEGO FRANCO, 2005, pp. 220-221), neste caso particular por associação a um objecto votivo-litúrgico passível de ser encarado como item de prestígio e de diferenciação no seio de uma comunidade.

Os dois numismas convertidos em objectos de adorno (ou amuletos) identificados sob um dos silhares do edifício (Catál. TRG.nm.001 e TRG.nm.002) (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 5), e possivelmente ali depositados com uma função votiva e ritual, parecem indiciar um *terminus post quem* do séc. IV d.C. para a construção.²⁸³ Assim sendo, somos levados a colocar a hipótese de estarmos perante um edifício construído de raiz, com uma funcionalidade bem definida enquanto elemento estruturante do espaço funerário de cronologia tardo-antiga. Por oposição, e tendo em conta a proximidade relativa dos vestígios de estruturas habitacionais (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 572), não devemos deixar de equacionar a possibilidade de se tratar de um fenómeno de eventual reutilização e reconversão de estruturas outrora habitacionais em áreas de enterramento. A assumir um fenómeno de possível “*necropolização da habitação*” (CARNEIRO, 2014, II, p. 213), questionamo-nos em que medida o depósito das duas moedas sob um dos silhares nos remete para o momento da reconversão do

²⁸³ O acentuado desgaste das superfícies dos dois numismas sugere que se trataria de metal de má qualidade, o que nos remete para uma cronologia do séc. IV d.C. em diante.

Agradecemos ao Dr. Noé Conejo Delgado pelas indicações fornecidas em relação a estas peças.

espaço ou para uma última fase de utilização do mesmo, anterior à respetiva adaptação funcional. Seja como for, há que ter presente a ideia de que *“to celebrate the body of a martyr through the building of a shrine or the construction of a church was a powerful and tangible proof of the importance of a town within the Church community”* (SAMI, 2010, p. 219). A propósito, refira-se a rosácea em mármore igualmente recolhida na Terrugem (Catál. TRG.li.001). Apesar de aparentemente não estar associada a um contexto funerário, não podemos deixar de assinalar que não é certo que a funcionalidade original da peça correspondesse àquela que viria a ser única funcionalidade que lhe conhecemos – a de ralo de um tanque. Na verdade, parece-nos relevante que os paralelos conhecidos para a iconografia documentada sejam tendencialmente interpretados como possíveis elementos arquitectónicos de edifícios de culto, eventualmente igrejas rurais, como se verifica, por exemplo, em Los Morrones (MORENA LÓPEZ, 1999, pp. 99, 104-105, 108, Lám. I).²⁸⁴

O Pe. Henrique da Silva Louro dá-nos ainda conta do achado, no cabeço de Santo António da Terrugem, de *“um fragmento de lousa sepulcral com letras”* (1948, p. 347)²⁸⁵. Trata-se da única referência conhecida à existência de epigrafia funerária no arqueossítio em análise, uma vez que os dados publicados e as anotações atribuídas a A. Dias de Deus são totalmente omissas em relação a tal achado. Apesar da ausência de outros dados documentais ou espólio que nos permitam corroborar esta informação, parece-nos verosímil que a prática epigráfica estivesse documentada no(s) espaço(s) funerário(s) da Terrugem. Fica por saber o contexto de achado e o âmbito cronológico a que se reportaria o aludido testemunho epigráfico.

IV.12.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

A nossa amostra de estudo conta com 36 itens atribuídos, com maior ou menor segurança, ao arqueossítio da Terrugem e constantes da Col. de Arqueologia do antigo Museu Municipal de Elvas. Tendo em conta a descrição anteriormente transcrita das ‘pesquisas’ arqueológicas (AFCB: DEUS, [s.d.].c), ficou por identificar um conjunto significativo de materiais, os quais, deduzimos, correspondem ao resultado das várias sondagens realizadas, e não da exploração da área funerária propriamente dita. Na verdade, uma das limitações impostas pelo espólio artefactual reunido prende-se com o contexto de achado dos materiais, ou seja, com as dificuldades em identificar quais os materiais provenientes do espaço funerário e quais os materiais recolhidos em contexto habitacional. Sem a

²⁸⁴ Manuel Heleno, nas suas anotações sobre os achados no sítio da Terrugem, indica uma *“ara [...] de templo”* (MNA: APMH/2/18/1, p. 22). Desconhece-se a que peça o então diretor do Museu Etnológico se referia.

²⁸⁵ Informação repetida por M. Heleno (1948, p. 495).

possibilidade de reconstituição dos conjuntos funerários dos enterramentos explorados, as inferências de ordem cronológica ficam limitadas à distinção de dois momentos fundamentais de ocupação do espaço, em função dos materiais disponíveis. Assim, a presença de cerâmica de paredes finas (TRG.pf.001) e de um fragmento de fíbula de charneira triangular, de tipo Alésia/ Ponte 41.1a (TRG.mt.002) apontam para um momento alto imperial, centrado entre a segunda metade do séc. I e os inícios/ meados do séc. I d.C.. Questionamo-nos se a sepultura de incineração identificada por volta dos anos 1945-1946 poderia enquadrar-se neste lapso temporal e corresponder a um primeiro momento de ocupação e utilização funerária daquele espaço. Em paralelo, dispomos de um conjunto de peças que, independentemente do respetivo contexto de achado, nos remetem para um momento mais tardio compreendido, grosso modo, entre os séc.s IV e VI d.C.. A continuidade do uso funerário do espaço durante este período encontra-se atestada pelo brinco de remate poliédrico (TRG.mt.001), pela colher de *Aelia* (TRG.mt.012), e pela bacia metálica (TRG.mt.015) com paralelos em Sutton Courtenay (MILES, 1976) e Cubas de la Sagra (VIGIL-ESCALERA, 2015; MONTERO RUIZ, 2015). Para além deste espólio, recorde-se a referência ao achado de moedas de Constantino II (MNA: APMH/2/18/1, p. 27 e 33; AFCB: DEUS, [s.d.]c, pp. 5-6), reforçando a ideia da coexistência de uma área residencial e de uma área funerária em pleno séc. IV d.C..

A não localização do material cerâmico (em particular das duas lucernas) associado ao conjunto de sepulturas de inumação localizadas nas décadas de 20/ 30 do séc. passado (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 7), inviabiliza uma leitura cronológica dessas evidências funerárias. Tendo em conta o rito praticado, limitamo-nos a sugerir um *t.p.q.* não anterior ao séc. III d.C.. Neste sentido, interrogamo-nos se se poderá ter verificado uma sequência ininterrupta de utilização da mesma área funerária entre os séculos III e V-VI d.C. ou se, pelo contrário, o crescente impacto de um novo quadro ideológico e religioso se traduziu em alterações e rupturas na concepção e organização do(s) espaço(s) funerário(s) ao longo da Antiguidade Tardia. A área de enterramentos organizada em torno do edifício de planta retangular parece apontar para esta segunda hipótese, com a eventual necropolização de uma nova área associada a *tumulatio ad sanctos*.

IV.13. HERDADE DA CAMUGEM (Terrugem e Vila Boim, Elvas, Portalegre. CNS 5701. CMP 427. N 38° 50' 26.30"/ W 7° 16' 32.15")

IV.13.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

O Monte da Camugem localiza-se a este/ sudeste da povoação da Terrugem, próximo dos limites administrativos daquela freguesia com a de Ciladas no concelho de Vila Viçosa. Trata-se de uma área de relevo ondulado, mais acidentado do que o território da Terrugem, com cotas tendencialmente acima dos 300 metros (o Monte da Camugem ocupa uma cota de sensivelmente 362 metros), destacando-se na paisagem o sítio de Rego, com 475 metros de altitude. Em termos pedológicos, predominam solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos, de natureza calcária, com potencial agrícola moderado a fraco (classes C a E). A cobertura vegetal atual é, de um modo geral, esparsa, ainda que, para nascente da Camugem, se estenda uma faixa de terrenos agricultados. Entre os recursos hídricos disponíveis, destacamos a Ribeira do Monte Velho e a Ribeira do Padrãozinho, que percorrem o território a norte e a sul, respectivamente, do Monte da Camugem.²⁸⁶

A ausência de evidências arqueológicas à superfície, por um lado, e as poucas indicações sobre o local de identificação das sepulturas por parte dos seus 'pesquisadores', por outro, não nos permitem uma identificação segura da área de implantação do espaço funerário identificado em meados das décadas de 40-50 do século passado. Nas palavras de Abel Viana, o espaço funerário encontrava-se localizado *"em terreno levemente inclinado, no ponto em que este forma pequeníssima elevação, próximo de um hortejo. Por Nascente e Poente, o local é circundado de cerros relativamente altos (...)"* (VIANA, 1950, p. 315). Sem outras referências visuais, sugere-se que a área da necrópole ocupasse uma plataforma localizada sensivelmente a norte do Monte da Camugem, do lado oposto do caminho vicinal que contorna o referido monte. Esta localização parece coincidente com a da sepultura encontrada em meados dos anos 80 na Herdade da Camugem, a cerca de 300 metros para nordeste do casario do monte, no decurso de trabalhos agrícolas (Proc. DGPC/DRCA 4.07.003). Contudo, há que ressaltar que, na visita efectuada ao local, as más condições de visibilidade (motivadas pela presença de restolho abundante cobrindo o solo) não permitiram a identificação de quaisquer vestígios que indicassem e confirmassem a localização da área onde terão sido identificadas as sepulturas. Assim sendo, a localização acima proposta deve tomar-se apenas como referência.

²⁸⁶ Ainda no que respeita aos recursos disponíveis, Vitorino d'Almada dá conta do registo de uma mina de cobre e estanho no terreno da Herdade da Camugem em 1867 [ALMADA, (s.d.), *Diccionario – C* (Cal – Can), n.º 11402].

De acordo com os dados conhecidos, este espaço funerário terá sido explorado em inícios do mês de Agosto de 1949 (MRB: DEUS, 07/08/1949), ainda que o achado das primeiras evidências pareça remontar a 1906. Nos inícios do séc. XX, terão sido descobertas e oferecidas ao antigo Museu Municipal de Elvas, por Francisco Marques da Silveira Pinto, duas lápides funerárias encontradas na Herdade da Camugem – Catál. CMG.epi.3 e CMG.epi.4 (CME/ BME: Catálogo do Museu Archeologico de Elvas, II-Epoca historica, a) Objectos romanos, n.ºs 698 e 699; CME/ BME: Registo de Entradas de Objectos no Museu Municipal de Elvas, Arqueologia Romana; PIRES, 1931, p. 133; ENCARNAÇÃO, 1984, n.ºs 592 e 594, p. 656). Desconhece-se em que condições terá ocorrido esta descoberta e qual o contexto de achado das duas placas, sendo que Abel Viana viria a colocar, mais tarde, a hipótese de se tratar de material originalmente proveniente de uma das sepulturas exploradas em meados dos anos 40 do séc. XX (VIANA, 1950, p. 315). Em Junho de 1949, no decurso de trabalhos agrícolas, identificou-se uma sepultura de inumação, a qual terá estado na origem das ‘pesquisas’ levadas a cabo no local por A. Dias de Deus e o arqueólogo vianense. Relativamente às condições de descoberta do arqueossítio, o funcionário da Colónia Correcional de Vila Fernando descreveu: *“Em fins de Junho de 1949 o Médico da freguesia de Vila Boim, Senhor Dr. Baguinho, informou-me de que tinha aparecido **uma sepultura** na herdade da Camuge [sic], daquela freguesia. Só em sete de Agosto dispus de tempo para visitar aquele local e proceder a pesquisas. A sepultura que um trabalhador tinha encontrado, estava aberta e com os ossos dispersos pelas imediações. Esta sepultura tem a orientação nascente poente e mede 1,96 de comprimento 0,55 a cabeceira e 0,44 aos pés e 0,50 de alto. Era formada por lages postas a prumo e a cobertura era tambem [sic] de lages. Sondando o terreno que fica aos lados encontrei a uns oitenta centimentros [sic] de distância da sepultura, **uma outra** cujas dimensões são: 1,86 de comprido 0,45 de maior largura 0,33 de menor largura e 0,55 de altura. Era formada por lages como a primeira sepultura mas tinha a cobri-la alem [sic] de seis lages uma pedra em mármore com a seguinte inscrição:*

FALMA.AVITA.AN.XXX.H.S.E.S.T.T.L. L.T.RUFINUS MARITE.SUE FECITI CURA VITT

Esta lápide tem cinquenta e nove centímetros [sic] de comprimento, 0,43 de largura e 0,13 de espessura e a inscrição está metida num rectangulo emoldurado com dois frisos distanciados um do outro [sic], 0,05.

A pedra que servia de parede de cabeceira era tambem [sic] de marmore [sic] e com a seguinte inscrição: SEX – SOIO QUARTIONI – E. CATINIAE MAXSUMA ALBANUS – F – P – C

Esta inscrição estava igualmente gravada num rectangulo [sic] emoldurado e a pedra tem as mesmas dimensões da outra lápide./ A sepultura tinha um esqueleto completo e continha mais um crânio.”

(AFCEB: DEUS, [s.d.], p. 13). De acordo com a informação publicada, Abel Viana terá acompanhado A. Dias de Deus na visita realizada ao local em Agosto de 1949, na sequência do alerta dado pelo médico municipal (VIANA, 1950, pp. 313-314). Segundo a ‘versão oficial’ dos factos, nesta primeira deslocação os ‘pesquisadores’ somente terão tido a possibilidade de avaliar o estado da tumulação identificada pelos trabalhadores rurais, ficando reservada para a segunda visita ao terreno a identificação e exploração de outras duas sepulturas, desta feita a cargo de A. Dias de Deus (ibidem). Em Março de 1986, voltou a registar-se a descoberta (fortuita) de uma outra sepultura na Herdade da Camugem, a qual viria a ser dada a conhecer às autoridades oficiais somente em Novembro desse mesmo ano (Proc. DGPC/DRCA 4.07.003; ENCARNAÇÃO, 1988, FE 25: 116). A morfologia e o rito encontram paralelo nos demais enterramentos ali explorados, pelo que se presume tratar-se do mesmo espaço funerário.

IV.13.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

O conjunto de enterramentos identificado na Herdade da Camugem revela-se limitado e, em moldes gerais, bastante homogéneo. As três sepulturas identificadas durante a primeira metade do séc. XX, associadas à prática da inumação e ossário, apresentavam-se orientadas sensivelmente oeste-este²⁸⁷ e equidistantes cerca de 80 cm (VIANA, 1950, p. 314, Fig. 20). De planta trapezoidal, apresentavam estrutura em caixa, formada por lajes de mármore (ibidem; DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 571). No que se refere ao primeiro enterramento, identificado em Junho de 1949, parece ter-se tratado de uma inumação dupla, com dois esqueletos colocados a par (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 571, n.º 41; VIANA, 1950, p. 313). A estrutura, bastante danificada em virtude das vicissitudes da respectiva descoberta, era composta por lajes de mármore, formando uma caixa com as seguintes dimensões: 1,96m (comprimento) x 0,44m (largura na zona dos pés)/ 0,55m (largura da cabeceira) x 0,50m (profundidade) (MRB: DEUS, 07/08/1949, p. 2; VIANA, 1950, p. 313). À data da visita ao local por Abel Viana e A. Dias de Deus, apenas uma das lajes de mármore de cobertura da sepultura se conservaria ainda *in situ* (ibidem). O segundo enterramento, identificado por A. Dias de Deus, apresentaria igualmente uma estrutura em caixa (1,86m x 0,45m/ 0,33m x 0,55m), contendo apenas um esqueleto completo de um indivíduo adulto e um crânio, sem qualquer espólio associado (MRB: DEUS, 07/08/1949, p. 1; DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 571; VIANA, 1950, pp. 314-315). A estrutura tumular era constituída por lajes de mármore (paredes laterais e cobertura) e “pequenas lajes

²⁸⁷ De acordo com o desenho da primeira sepultura identificada na Herdade da Camugem, presumivelmente atribuído a A. Dias de Deus, a orientação dos enterramentos corresponderia a SE-NO (MRB: DEUS, 07/08/1949, p. 2).

de xisto verde” (fundo) (MRB: DEUS, 07/08/1949, p. 1; VIANA, 1950, p. 314). A principal característica distintiva deste enterramento residia na (re)utilização de duas lápides funerárias, uma colocada no topo da cabeceira (Catál. CMG.epi.001; ENCARNAÇÃO, 1984, n.º 585, p. 650), ao alto, e outra disposta como laje de cobertura (Catál. CMG.epi.002; ENCARNAÇÃO, 1984, n.º 597, pp. 660-661), também na zona da cabeceira, ambas com a face epigrafada voltada para o interior (MRB: DEUS, 07/08/1949, p. 1; VIANA, 1950, p. 314).²⁸⁸ Abel Viana propôs que as placas funerárias pertencessem aos indivíduos ali inumados (em dois momentos distintos), recusando a hipótese de um reaproveitamento das lápides como material de construção num contexto funerário que não estivesse diretamente relacionado com os indivíduos mencionados nas epígrafes (VIANA, 1950, pp. 314-315). A proposta do arqueólogo parece-nos, neste caso, pouco verosímil, atendendo a dois aspectos fundamentais: em primeiro lugar, o facto de o texto epigrafado se encontrar oculto, contrariando assim a função primordial da epigrafia funerária em época romana – a perpetuação do nome e da memória do(s) defunto(s); e, em segundo lugar, a cronologia atribuída às duas lápides, em função da respetiva tipologia formal e características paleográficas (ENCARNAÇÃO, 1984, n.ºs 585 e 597), dificilmente conciliável com a cronologia tardia proposta para o enterramento (e espaço funerário) em questão. Na verdade, os dados conhecidos reforçam a ideia do reaproveitamento destas placas funerárias numa sepultura tardia, sem que tal implicasse qualquer relação familiar (ou outra) entre os defuntos evocados. No entanto, e de acordo com Amílcar Guerra, algumas das características destas epígrafes (designadamente, a paleografia e a onomástica documentadas) justificam uma revisão das respetivas cronologias, apontando para o séc. III d.C..²⁸⁹ Este dado assume especial relevância, uma vez que nos remete para uma reutilização tardia de material construtivo de tumulações também elas atribuíveis a uma fase avançada de utilização da necrópole.

Ainda neste âmbito, é de destacar a lápide dedicada a Sexto Soio Quartião e a Catínia Máxima (Catál. CMG.epi.002; IRCP 597), reutilizada na cobertura do segundo enterramento tardo-antigo identificado, por sugerir a existência de um sepulcro de casal num momento anterior de utilização daquele espaço funerário (CAETANO, 2002, p. 319). A terceira sepultura identificada e explorada no sítio da Camugem

²⁸⁸ As diversas fontes disponíveis são contraditórias quanto ao posicionamento das lápides – segundo as notas atribuídas a A. Dias de Deus, e anteriormente transcritas (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 13), a pedra da cabeceira da sepultura corresponderia à epígrafe de Fálcia Avita (IRCP 585, p. 650), enquanto que a lápide dedicada a Sexto Soio Catião e a Catínia Máxima (IRCP 597, pp. 660-661) serviria de cobertura. Contudo, os dados publicados por Abel Viana (1950, p. 314) e outras anotações atribuídas ao funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando (MRB: DEUS, 07/08/1949) contrariam esta versão. No presente trabalho, optou-se por privilegiar a informação que nos pareceu mais fidedigna (*ibidem*).

²⁸⁹ Agradecemos ao Professor Doutor Amílcar Guerra por esta indicação, partilhada no decurso das Provas Académicas da autora da presente tese.

encontrava-se incompleta à data da sua descoberta por A. Dias de Deus, faltando-lhe o topo da cabeceira e mais de metade das lajes de cobertura (VIANA, 1950, p. 315, Fig. 20 – G e G¹). Não dispomos de dados relativos às dimensões desta tumulação mas, em função da planta conhecida (VIANA, 1950, p. 315, Fig. 20 – A3 e G), supõe-se que apresentaria uma morfologia genericamente idêntica às restantes duas, com exceção para a construção de uma das paredes laterais com pequenas lajes aparelhadas e sobrepostas, formando uma espécie de murete. Igualmente associada à prática da inumação, conteria material osteológico fragmentado, sem que os dados facultados pelos ‘pesquisadores’ nos elucidem sobre o número mínimo de indivíduos ali inumado ou sequer sobre a eventual recolha deste material. A hipótese deste enterramento poder corresponder ao contexto de proveniência das duas lápides encontradas no ano de 1906 e então doadas ao antigo Museu Municipal de Elvas (PIRES, 1931, p. 33; VIANA, 1950, p. 315) não se afigura descabida; porém, à luz dos dados atuais, não é passível de confirmação.

Em 1986 terá sido descoberta no arqueossítio da Camugem uma quarta sepultura de inumação, parcialmente destruída pelos trabalhos da lavoura – “(...) *a campa já lhe faltavam pesa [sic] de cobertura e a terra estava remexida, os ossos envoltos com a terra*” (Proc. DGPC/DRCA 4.07.003). À semelhança das anteriores, apresentaria uma estrutura em caixa, formada por 10 lajes de xisto e cobertura igualmente constituída por lajes e “*uma placa de mármore com um letreiro romano*” (idem), confirmando-se assim a indicação de José Carlos Caetano (2002, p. 317). Do material osteológico recolhido (à guarda da atual Direcção Regional de Cultura do Alentejo), pode inferir-se a prática de ossário²⁹⁰, sem que seja possível assegurar que algum dos indivíduos inumados correspondesse a *Galaetia Severa*, a quem se presta homenagem na lápide funerária que se encontrava a servir de cobertura da sepultura (ENCARNAÇÃO, 1988, FE 25: 116). A sepultura em questão, de planta trapezoidal, mediria 206 cm de comprimento e 21 cm de largura máxima (Proc. DGPC/DRCA 4.07.003), correspondendo assim, simultaneamente, ao enterramento com maior comprimento e menor largura entre os documentados na Camugem. Encontrava-se orientada no sentido noroeste-sudeste (idem). Desconhece-se ao certo a implantação desta sepultura em relação às demais encontradas no arqueossítio; contudo, e conforme já mencionado, as semelhanças ao nível da arquitetura tumular e rito funerário levam-nos a considerar verosímil estarmos perante evidências de um único espaço funerário. No que respeita à lápide funerária, de tipologia e características análogas

²⁹⁰ Na listagem do material osteológico proveniente desta sepultura e entregue à Direcção Regional de Cultura do Alentejo consta a referência a “3 cabeças de fémur”, pelo que se infere um número mínimo de dois indivíduos inumados (Proc. DGPC/DRCA 4.07.003).

às anteriormente referidas (ENCARNAÇÃO, 1988, FE 25: 116)²⁹¹, é-nos difícil avaliar, à luz dos dados disponíveis, se a lápide terá sido encontrada no contexto original de utilização ou se, pelo contrário, e à semelhança de dois dos casos anteriores, corresponderia a um reaproveitamento numa sepultura tardia.

Em função do acima exposto, ficam claras as limitações ao nosso conhecimento sobre o espaço funerário documentado na Herdade da Camugem. Desconhecendo a área escavada, assume-se, *a priori*, que o número de sepulturas identificadas deverá ficar muito aquém da real extensão da necrópole que, em época tardo-antiga, ali existiu. A considerar-se a reutilização de placas funerárias datáveis do séc. I d.C. em enterramentos tardios, tal reaproveitamento ilustraria bem a ideia de que, durante a Antiguidade Tardia, *“cemeteries were still being used for the same purpose, but that many of the monuments within had lost their original meaning. For this to happen, there must have been a significant shift in how people perceived their social relationships or obligations to the those buried there. (...) Rules concerning what could and could not be done in a cemetery were relaxed, and many of the individuals now inhabiting the suburban áreas of the towns were probably in no way related to those buried in the Roman cemeteries; (...)”* (WANNER & DE SENA, 2010, pp. 22-23). De notar que, até à data, não se conhecem evidências arqueológicas do(s) núcleo(s) populacional(ais) que possa(m) ter estado relacionado(s) com este espaço funerário, nos distintos momentos da respectiva utilização.

IV.13.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

O único espólio conhecido atribuído à necrópole da Camugem corresponde às cinco lápides funerárias epigrafadas já mencionadas ao longo do presente subcapítulo.²⁹² Para além das duas placas recolhidas no decurso das intervenções de A. Dias de Deus – Catál. CMG.epi.001 (IRCP 585) e Catál. CMG.epi.002 (IRCP 597), optou-se por incluir na nossa amostra de estudo as lápides descobertas em 1906 - Catál. CMG.epi.003 (IRCP 592) e Catál. CMG.epi.004 (IRCP 594), e em 1986 – Catál. CMG.epi.005 (FE 116). Esta opção justificou-se pela intenção de obter um entendimento tão completo quanto possível do(s) espaço(s) funerário(s) da Camugem. Todas estas peças integram a Coleção de Arqueologia do antigo Museu Municipal de Elvas, encontrando-se atualmente em depósito nas Reservas da autarquia elvense.

²⁹¹ Agradecemos ao Professor Doutor José d'Encarnação pelas informações gentilmente facultadas sobre o estudo da peça.

²⁹² Dadas as particularidades do conjunto de espólio disponível, entendeu-se que não se justificaria agrupar o material epigráfico por conjuntos funerários ou materiais sem contexto de sepultura conhecida, uma vez que, na maioria dos casos, parece estar-se perante reutilizações e, por conseguinte, material fora do respetivo contexto original.

Uma vez que todo este material epigráfico se encontra estudado por José d'Encarnação (1984; 1988), aludiremos apenas a alguns dos aspectos que nos parecem mais relevantes da análise do conjunto. Em primeiro lugar, há que salientar a importância fundamental do espólio epigráfico da Camugem para a identificação de uma outra fase de enterramentos no arqueossítio, para além daquela que as sepulturas exploradas por si só documentam, e, por conseguinte, para a interpretação diacrónica do espaço funerário em questão. Concomitantemente, o reaproveitamento das epígrafes funerárias romanas pode remeter-nos, não só para um enquadramento cronológico distinto, mas também, e em especial, para uma ruptura sociocultural e religiosa (FRADE & CAETANO, 1993, p. 861). Em segundo lugar, há que realçar a qualidade e a homogeneidade do material epigráfico proveniente da Camugem, quer a nível morfo-tipológico – placas funerárias, com moldura de gola, em mármore branco de Estremoz/ Vila Viçosa; quer a nível paleográfico e antroponímico – o uso de onomástica latina, fórmulas e modos de identificação à romana (veja-se, por exemplo, a onomástica documentada em CMG.epi.001/ IRCP 586 e CMG.epi.002/ IRCP 597, ou a identificação do defunto com *tria nomina* em CMG.epi.003/ IRCP 592), a par do uso de onomástica de origem indígena (como, por exemplo, o *nomen Calaeticus* em CMG.epi.005/ FE 25: 116) ou de onomástica latina à maneira indígena (atente-se na identificação dos indivíduos em CMG.epi.004/ IRCP 594, e da defunta e dedicante em CMG.epi.005, ou na ausência de indicação da filiação do defunto em CMG.epi.003) (ENCARNAÇÃO, 1988, FE 25: 116; CARNEIRO, 2014, I, p. 235). O conjunto epigráfico da Camugem deixa transparecer uma matriz cultural comum e um substrato social marcado pela presença de indígenas romanizados, orgulhosos da sua aculturação, e, nalguns casos, do seu estatuto, conforme se depreende pela escolha do monumento funerário e pelas evocações lapidares – repare-se na epígrafe dedicada ao casal Sexto Soio Quartião e Catínia Máxima, por Albano, seu filho, identificada como uma provável família de libertos (ENCARNAÇÃO, 1984, n.º 597, p. 661) – Catál. CMG.epi.002. Um dado curioso prende-se com a provável identificação de uma família local, segundo parece sugerir a identificação de membros da *gens Cominia* (ENCARNAÇÃO, 1984, p. 655; NAVARRO CABALLERO & RAMÍREZ SÁDABA, 2003, p. 150) numa das inscrições provenientes da necrópole em estudo (Catál. CMG.epi.003) e na epígrafe funerária, igualmente datável do séc. I d.C., atribuída à Herdade da Escrivã (ou Falcato) (IRCP 583²⁹³; ALMEIDA, 2000, n.º 65, p. 129), propriedade localizada a cerca de 10 km para nascente da Herdade da Camugem. Para a *gens Cornelia*, documentada em CMG.epi.005, para além dos numerosos exemplos registados na antiga *Augusta Emerita*, encontramos outros testemunhos em Vila Boim – IRCP 584, e em Bencatel (Vila Viçosa) – IRCP 452, atestando a presença

²⁹³ ENCARNAÇÃO, 1984, n.º 583, pp. 648-649.

comum deste gentílico entre as comunidades que, à época romana, habitavam este território (ENCARNAÇÃO, 1984, n.º 452, pp. 533-534, n.º 584, p. 649; ENCARNAÇÃO, 1988, FE 25: 116; NAVARRO CABALLERO & RAMÍREZ SÁBADA, 2003, pp. 152-154).

A aparente inexistência de qualquer outro tipo de espólio associado aos enterramentos identificados parece atestar a tendência de uma progressiva diminuição (e até total ausência) de itens funerários, comum aos enterramentos de cronologias mais tardias, designadamente tardo-antiga (FRADE & CAETANO, 1996, p. 870). No que respeita ao material osteológico observado pelos ‘pesquisadores’ nos enterramentos da Herdade da Camugem, os dados conhecidos são, à semelhança do que se verifica para as restantes necrópoles em estudo, bastante parcos, desconhecendo-se que quantidade de material terá chegado a ser recolhida, qual o respetivo paradeiro e destino dado a esse espólio. Sem informações que pudessem viabilizar qualquer apreciação no âmbito da Antropologia Biológica, os únicos dados de que dispomos (para além dos relativos ao enterramento descoberto em 1986) referem-se à recolha de “*alguns dentes muito bem conservados*” na primeira sepultura identificada em finais da década de 40 do séc. XX (VIANA, 1950, p. 313).

Em função das evidências conhecidas, somos levados a equacionar duas hipóteses. Por um lado, a manter-se uma atribuição do material epigráfico analisado ao período alto-imperial (conforme defendido por J. d’Encarnação), proporíamos a existência de dois momentos fundamentais de utilização do espaço funerário da Camugem: um primeiro momento, datável do séc. I d.C. e correspondente ao contexto original das placas funerárias recolhidas; e uma fase posterior, documentada pelos enterramentos escavados, para a qual se sugeriria, de forma genérica, um enquadramento cronológico dos séc.s III-V d.C..²⁹⁴ Por outro lado, indo ao encontro da proposta de Amílcar Guerra, ou seja, assumindo uma cronologia do séc. III d.C. para as placas funerárias da Camugem, dir-se-ia estar documentada uma única fase de utilização da necrópole, tardia e de amplitude diacrónica indeterminada, mas suficientemente dilatada no tempo para permitir o reaproveitamento de elementos de tumulações mais antigas na construção de novas sepulturas.

²⁹⁴ Dada a ausência de espólio datante associado aos enterramentos desta fase mais tardia, a cronologia proposta baseia-se na morfologia e orientação das sepulturas, aliadas à prática da inumação.

IV.14. PADRÃOZINHO (Ciladas, Vila Viçosa, Évora. CNS 1310. CMP 427. N 38°49' 12.05"/ O 7°17' 07.83")

IV.14.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

O arqueossítio de Padrãozinho localiza-se a cerca de cinco quilómetros a sudeste da povoação da Terrugem (Elvas), e a pouco mais de um quilómetro para norte/ nordeste da povoação de Ciladas (Vila Viçosa). Apesar da dupla repetição do topónimo 'Monte do Padrãozinho' na CMP n.º 427 (1: 25 000) e da ausência de evidências arqueológicas de superfície em ambos os locais, parece-nos ter sido possível identificar, com base nas informações publicadas e nas diversas incursões no terreno, a herdade onde A. Dias de Deus e Abel Viana terão explorado a(s) necrópole(s) de Padrãozinho²⁹⁵. Contrariamente à localização apresentada por outros autores (CARNEIRO, 2014, I, p. 401, 18.02; FRADE & CAETANO, 1993, Est. I; NOLEN, 1985), o sítio de Padrãozinho encontra-se implantado na metade superior do território administrativo da freguesia de Ciladas, confirmando-se assim a localização proposta por J. Alarcão (1988b, p. 157, n.º 6/246), e não nos limites da metade sul da referida freguesia, a sudoeste do sítio do Monte do Padrão. O arqueossítio em questão localiza-se “à *margem do caminho que segue para o “monte” do Padrãozinho*” (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 570), a aproximadamente cinco quilómetros a sul de Vila Boim (VIANA & DEUS, 1955c, p. 1), e corresponde à única necrópole romana explorada pela parceria Abel Viana e A. Dias de Deus no território do atual concelho de Vila Viçosa.

Implantado a uma cota de 292 metros de altitude, o Monte do Padrãozinho insere-se numa paisagem de relevo suave e ondulado, atualmente caracterizada por um coberto vegetal esparso, intercalado com pequenas manchas de terrenos agricultados. Ocupa uma área de solos de fraco potencial agrícola (litossolos e solos mediterrâneos pardos, de categorias D e E), delimitados a nordeste por uma estreita faixa de solos de classe C, coincidente com as margens do Ribeiro da Horta do Soares. Destaca-se a abundância de recursos hídricos disponíveis, quer pela presença da Ribeira do Padrãozinho e do Ribeiro da Horta do Soares (ambas linhas de água subsidiárias do Ribeiro do Seixo), delimitando o sítio do monte pelos lados oeste e sul, quer pela da Ribeira de Mures e do Ribeiro do Monte Velho, correndo a norte e a nascente da dita propriedade.

²⁹⁵ Optou-se por manter a grafia do topónimo conforme constante das publicações da autoria de Abel Viana e/ou Abel Viana e A. Dias de Deus, e seguindo o exemplo de autores como J. Alarcão (1988b, p. 157, n.º 6/246), A. Alarcão (1960-1961, *passim*), ou A. Carneiro (2014, II, pp. 426-427, n.º 18.02).

A data da intervenção na necrópole não é segura, mas, atendendo às fontes disponíveis, sabemos que, pelo menos, no decurso de 1951 e 1952 aí se terão procedido a escavações (MRB: DEUS, [s.d.]b; MRB: DEUS, [s.d.]f; MRB: VIANA, 30/04/1952, p. 1). Na verdade, os dados conhecidos parecem não só confirmar que as ‘pesquisas’ levadas a cabo em Padrãozinho contaram com a orientação e colaboração de Abel Viana, mas também que sensivelmente na mesma altura, ou seja, entre 1951 e 1952, se terão desenvolvido os trabalhos de escavação de outra necrópole, Serrones. A este propósito recorde-se a descrição (já parcialmente transcrita em anteriores subcapítulos) de um dia de ‘pesquisas’ alto alentejanas em Abril de 1952: “*Em 23, ocupamo-nos [sic], durante a manhã, em escavações na Herdade dos Serrones, e durante a tarde na necrópole da Herdade do Padrãozinho*”, e à qual se acrescenta a indicação de que, à data da carta, “*passam de 400 os objectos extraídos das necrópoles do Padrãozinho e dos Serrones, onde, a par das tumulações características dos campos de urnas (...), se encontram diversos tipos de sepulturas, pertencentes a várias épocas da dominação romana.*” (MRB: VIANA, 30/04/1952, p. 1) Num relatório enviado por Abel Viana ao então Presidente do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, Mendes Correia, e datado de 1954, pode ler-se: “(...), nos primeiros dias do ano (1953), fomos informados de que na Herdade do Padrãozinho, ao lavrarem uma das folhas, tinham aparecido sepulturas.

*Acurdindo imediatamente, conseguimos do proprietário da herdade a suspensão da lavoura, por alguns dias, com o que nos foi possível salvar o espólio de **128 sepulturas de incineração** e fazer as convenientes observações.*

*Dentro da mesma herdade verificamos a existência de **mais duas necrópoles**, mas nada pudemos apurar senão que em uma delas havia, pelo menos, **50 sepulturas de inumação**, umas rectangulares, outras trapezoidais, sendo mais numerosas as primeiras.*

Pelo que logramos averiguar, apenas cinco continham alguns objectos. As restantes conservavam somente os restos dos esqueletos, notando-se em muitas vários crânios.

*Fora, num largo caminho público, mesmo no leito deste, havia **um campo de urnas** idêntico ao da Chaminé.*

Apenas conseguimos explorar restos de sete covachos, porque os restantes tinham sido destruídos pelos enxurros e pelo trânsito.” (AFCB: VIANA, Abel, 31/12/1954 p. 3). Em relação ao excerto transcrito convirá esclarecer que, tendo em conta a recomendação de Abel Viana a A. Dias de Deus – “*O que é necessário é que o meu Amigo faça de conta que as coisas se passaram durante o ano findo tal qual como vai neste relatório*” (ibidem), e, à semelhança do que se verifica, de um modo geral, para as ‘pesquisas’ levadas a cabo e/ou divulgadas por esta dupla, também no caso dos trabalhos

realizados no sítio do Padrãozinho se torna difícil descortinar em que medida a informação publicada e ‘oficial’ corresponde à versão real dos factos. Assim, facilmente se compreende que a informação apresentada no relatório citado, e nomeadamente a atribuição da descoberta e escavação da necrópole a inícios do ano de 1953, contradiga os dados constantes da documentação consultada, que fazem recuar a dita descoberta e os primeiros trabalhos a, pelo menos, 1951 (MRB: DEUS, [s.d.]b; MRB: DEUS, [s.d.]f). A evidência deste tipo de discrepâncias entre os dados disponíveis torna-se particularmente evidente no caso de Padrãozinho, visto este tratar-se da estação alto alentejana para a qual se identificou maior quantidade de registos entre a documentação consultada. Tal facto não é necessariamente sintomático de um maior volume de informação produzido sobre aquela necrópole, mas é antes reflexo da consulta parcelar e condicionada da documentação do arquivo pessoal de Abel Viana.²⁹⁶ De entre as diversas fontes documentais referentes ao arqueossítio em estudo, e em particular ao núcleo de Padrãozinho 4, destaca-se um conjunto de anotações manuscritas, registos de campo presumivelmente atribuíveis a A. Dias de Deus, nas quais se ilustram e descrevem parte das tumulações exploradas (sepulturas n.ºs 50 a 58 e 67 a 113) e os respetivos conjuntos funerários (MRB: DEUS, [s.d.]b; MRB: DEUS, [s.d.]f). Identificou-se também uma listagem do espólio associado aos enterramentos 31 a 58, repetindo-se assim parte da informação já contida nos registos anteriormente mencionados (MRB: DEUS, [s.d.]a). De um modo geral, o conjunto de documentação em questão corresponde à informação publicada em *Nuevas necropolis celto-romanas de la region de Elvas (Portugal)* (VIANA & DEUS, 1955c), não possibilitando ir muito além da confirmação dos dados publicados. A indicação da composição dos conjuntos funerários e da posição do espólio no contexto sepulcral não permite uma identificação das peças correspondentes, a não ser nos casos em que estas apresentem características distintivas que as diferenciam das demais (veja-se, por exemplo, o exemplar de *terra sigillata* hispânica da forma Drag. 29/37 que integrava o conjunto funerário da sepultura 52 de Padrãozinho 4 – Catál. PDZ4.tsh.001_52, descrito nas anotações de campo como “uma tigela em terra sigilata [sic] com ornamentos e uma bica e 3 asas de cada lado” e ilustrado na metade direita da sepultura, depositado entre um prato cerâmica comum e um unguentário de vidro – MRB: DEUS, [s.d.]f, p. 1).

O arqueossítio de Padrãozinho já se encontraria parcialmente destruído aquando da respetiva identificação e exploração pelo funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando e o arqueólogo minhoto. De acordo com os ‘pesquisadores’, tratar-se-ia de um “conjunto de necrópoles” (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 577, nota 2), das quais, e contrariando a informação constante da

²⁹⁶ Museu Regional de Beja.

documentação acima transcrita, se terão explorado cerca de 189 sepulturas (CARNEIRO, 2014, II, pp. 426-247; FRADE & CAETANO, 1993, p. 853; VIANA & DEUS, 1955c, pp. 1-3)²⁹⁷, distribuídas por diferentes núcleos funerários, identificados como Padrãozinho 1, Padrãozinho 2, Padrãozinho 3 (núcleo referenciado mas não escavado), e Padrãozinho 4, e associados a diferentes cronologias, ritos e arquiteturas tumulares. Apesar das inevitáveis transformações sofridas pela paisagem ao longo das mais de seis décadas que passaram sobre estas intervenções, afigura-se-nos verosímil a localização do núcleo de enterramentos denominado de Padrãozinho 1 numa das margens do Ribeiro da Horta do Soares – entre este e o Ribeiro do Seixo ou o Ribeiro do Padrãozinho (isto é, na margem direita ou esquerda do primeiro, respetivamente), de acordo com a descrição conhecida – “*a 300 metros al Naciente de las casas de la Herdade, en el espacio comprendido entre dos pequeños arroyos*” (VIANA & DEUS, 1955c, p. 1). Não nos foi possível identificar no terreno o canal de drenagem aberto a cerca de 50 metros de distância do presumível local da necrópole, onde terá sido recolhido espólio cerâmico (idem, p. 2). Em relação às designadas necrópoles de Padrãozinho 2 e 3, as informações dos autores citados são muito lacunares, pelo que, à falta de outros dados, se torna bastante difícil precisar a respetiva localização. Ainda assim, coloca-se a hipótese da necrópole de Padrãozinho 2 poder ter sido identificada num troço de caminho de acesso ao Monte (a cerca de 280 m para sudeste do casario agrícola e, hoje em dia, junto a uma charca), com orientação SE-NO, sensivelmente paralelo ao caminho que atravessa o Ribeiro da Horta do Soares em direção ao Monte Velho, sito a norte do Monte do Padrãozinho. No que se refere ao local de implantação do terceiro núcleo de enterramentos identificado, e atendendo à indicação de que se encontraria “*a 400 metros das precedentes*” (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 577, nota 2) e aos resultados da prospecção levada a cabo no local, presume-se que este se situasse no alinhamento de Padrãozinho 1 e 2, para sudoeste, e a cerca de 400 metros para sudeste em relação às casas do Monte. No terreno foi possível identificar à superfície vestígios do que se assemelha a uma sepultura em caixa formada por lajes de xisto. A localização da designada necrópole de Padrãozinho 4 também não é segura. Os autores descrevem-na como “*enclavada a 200 metros de las casas de la Herdade, (...). Ocupa una pequeña colina, sobre la que se asienta el marco geodésico*” (VIANA & DEUS, 1955c, p. 3), “*a 300 metros ao Norte*” de Padrãozinho 3 (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 577, nota 2). Dada a ausência de outras indicações, sugere-se que o núcleo de enterramentos de Padrãozinho 4 se localizasse 200 metros a sudeste das habitações da herdade, entre dois caminhos vicinais de acesso ao monte (um

²⁹⁷ A informação constante da respetiva ficha de sítio no Portal do Arqueólogo (DGPC), segundo a qual a área funerária escavada de Padrãozinho corresponderia a um conjunto de 114 sepulturas (informação que presumimos basear-se em DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 570), carece de revisão.

dos caminhos partindo do Monte do Zambujo para norte, e o outro correspondente ao já mencionado caminho de acesso ao Monte Velho), implantado numa zona de suave declive, a uma cota de sensivelmente 284 metros de altitude. Ressalve-se, uma vez mais, que, não obstante a informação publicada, a escassez de evidências arqueológicas detectáveis no terreno não nos permitiu confirmar, com segurança, a localização dos diferentes núcleos de enterramentos documentados no Monte do Padrãozinho.²⁹⁸ Neste sentido, as localizações propostas deverão ser entendidas como meras hipóteses de trabalho, concebidas à luz da articulação entre os diferentes dados disponíveis, com o intuito de obter uma percepção, tão clara quanto possível, do arqueossítio.²⁹⁹

Desconhece-se a extensão total da área escavada, bem como a representatividade desta em relação ao número de enterramentos que terá ficado por identificar e explorar. Para além disso, note-se que, no caso de Padrãozinho e Serrones, apesar da orientação científica e do rigor que Abel Viana pretendeu incutir aos trabalhos de escavação, sobressaem algumas lacunas, que espelham as limitações inerentes ao trabalho de campo e de registo da autoria de A. Dias de Deus, bem como algumas das motivações subjacentes a estas ‘pesquisas’. Falamos, por exemplo, na *“deficiência de descrição, quanto às últimas sepulturas do Padrãozinho”*³⁰⁰ (notória em VIANA & DEUS, 1955c, pp. 20-23); no facto de *“que na planta dessas necrópoles estivessem figuradas menos sepulturas do que aquelas que se descrevem”*³⁰¹ (veja-se, por exemplo, que na planta de Padrãozinho 4 na Figura 3 de VIANA & DEUS, 1955c, estão representadas 127 sepulturas e não 128, estando omissa a sepultura 56); mas também naquela que Abel Viana apelidou de *“uma das maiores falhas dos Serrones e do Padrãozinho”* – a não classificação dos numismas encontrados, lacuna que se explica porque parte dos exemplares em boas condições de conservação e potencialmente classificáveis parecem não ter chegado às mãos do arqueólogo (AFCB: VIANA, 19/11/1953, p. 1).

Na zona envolvente de Padrãozinho 1, numa área com cerca de 500 m de raio em torno da dita necrópole, Abel Viana e Dias de Deus deram conta da identificação de elementos arquitectónicos (capitel em mármore), fragmentos de cerâmica comum, cerâmica de construção (*tegulae* e *lateres*), e,

²⁹⁸ No decurso do nosso estudo presumimos, erroneamente, que a referência dos ‘pesquisadores’ à existência de um marco geodésico (VIANA & DEUS, 1955c, p. 3 e Fig. 3), corresponderia ao marco implantado no sítio de Zambujo, o único identificado num raio de cerca de 1 km em relação ao sítio do Padrãozinho e localizado a cerca de 800 metros para sul da localização aqui proposta para Padrãozinho 4. Todavia, em recentes trabalhos de prospecção, realizados no âmbito da elaboração (em curso) da Carta Arqueológica de Vila Viçosa, ter-se-á identificado o designado “T.C. 59” (idem, Fig. 3), viabilizando assim uma clarificação mais precisa da localização dos diferentes núcleos funerários de Padrãozinho. Agradece-se a Rui Mataloto por esta informação.

²⁹⁹ Pelo mesmo motivo optou-se por indicar as coordenadas geográficas do núcleo habitacional do Monte do Padrãozinho, e não de cada um dos diferentes núcleos funerários documentados em particular.

³⁰⁰ AFCB: VIANA, 19/11/1953, p. 1.

³⁰¹ AFCB: VIANA, 19/11/1953, p. 2.

em cinco locais distintos, vestígios de construções romanas, nomeadamente, alicerces e blocos de granito aparelhados (VIANA & DEUS, 1955c, p. 2; CARNEIRO, 2014, II, p. 427). Da nossa parte, somente na envolvente nordeste e nudeste do monte pudemos observar, dispersos, um ou outro bloco de granito toscamente aparelhado, e fragmentos de argamassa. As indicações dos ‘pesquisadores’ sugerem-nos a identificação de uma provável área residencial que, atendendo à proximidade geográfica, facilmente se conceberia que tivesse servido as populações que se fizeram enterrar nos espaços funerários de Padrãozinho (se não ao longo de toda a diacronia de utilização destes, pelo menos num lapso temporal mais ou menos circunscrito). Na visita efectuada ao local constatou-se ainda uma área de dispersão de cerâmica de construção romana (*tegulae*) a noroeste das casas da herdade, bem como a existência de algumas lajes de xisto depositadas juntamente com material de construção devoluto das infraestruturas do monte. Em ambos os casos, as evidências observadas parecem-nos passíveis de nos remeterem para eventuais contextos funerários, e não tanto para os espaços de residência. A cerca de 50 m de distância de Padrãozinho 1, conforme já aludimos, ter-se-á verificado o achado de um peso (de tear, supomos) e de um recipiente de cerâmica negra (fragmentado) por ocasião da abertura de um canal de rega (VIANA & DEUS, 1955c, p. 2).³⁰² A confirmar-se a cronologia romana dos materiais referidos, questionamo-nos se estes estariam associados a um contexto funerário ou se, pelo contrário, se reportariam à área de *habitat* aparentemente identificada pelos ‘pesquisadores’. Por fim, atente-se ainda à proximidade do arqueossítio da Fonte da Horta do Soares (CARNEIRO, 2014, II, p. 427, n.º 18.03), localizado a cerca de 600 metros (sentido NE) de distância das habitações do Monte de Padrãozinho. Tendo em conta as (escassas) informações disponíveis sobre o conjunto de enterramentos identificado junto da dita fonte (designadamente o rito praticado e as características da tumulação conhecida) (*ibidem*), a mencionada proximidade geográfica entre os dois arqueossítios, e a implantação topográfica comum dos enterramentos (ocupando um baixio ao longo das margens da linha de água), não nos parece despidendo equacionar a hipótese de as necrópoles da Horta da Fonte do Soares e Padrãozinho 1 poderem fazer parte do mesmo espaço funerário. De assinalar que, apesar de não termos identificado evidências arqueológicas de enterramentos no sítio da Horta da Fonte do Soares, constatou-se a existência de alguma cerâmica de construção à superfície e de um bloco de aparelho pétreo argamassado, que facilmente nos remete para os “*vestigios de cimientos de edificios*” descritos por Abel Viana e A. Dias de Deus e atribuídos à área circundante de Padrãozinho 1 (VIANA & DEUS, 1955c, p. 2). A tratar-se, de facto, de um único espaço funerário, este apresentaria uma significativa

³⁰² Espólio não identificado/ localizado nas coleções museológicas estudadas.

extensão (recorde-se que a localização proposta para Padrãozinho 1 dista cerca de 300 metros do sítio da Horta da Fonte do Soares), reflexo de uma elevada densidade populacional naquele território e/ou de uma larga diacronia de uso da necrópole. Por sua vez, e sem evidências que atestem a hipótese acima formulada, há igualmente que ponderar a possibilidade de estarmos perante espaços funerários diferentes. A existência de duas áreas de necrópoles distintas, eventualmente contemporâneas e localizadas a curta distância, implica supor a existência de diferentes núcleos habitacionais e populações que, num mesmo lapso temporal ou em lapsos temporais mais ou menos desfasados entre si, coexistiram num território relativamente circunscrito, diferenciando-se pelos espaços de vida e pelos espaços de morte. Seja como for, à luz dos dados disponíveis, ficamos, uma vez mais, limitados à mera formulação de hipóteses.³⁰³

IV.14.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

IV.14.2.1. Padrãozinho 1

Da designada necrópole n.º 1 de Padrãozinho terão sido exploradas **54** sepulturas, associadas à prática da inumação, nalguns casos podendo apresentar mais do que um indivíduo e ossário(s), chegando algumas das sepulturas identificadas a conter entre dois a sete crânios (VIANA & DEUS, 1955c, pp. 1-2). Todas as sepulturas apresentavam orientação este-oeste, distribuindo-se, de forma regular e organizada, em alinhamentos paralelos entre si, no sentido norte-sul (ibidem). Os intervalos de distância entre enterramentos variavam, ao longo dos alinhamentos horizontais, entre 0,5m e 5m e, entre as diversas fiadas de enterramentos, entre 0,5m e 2m (MRB: [s.a.], [s.d.]h). Desconhece-se se a área funerária escavada corresponderia à área total da necrópole, ou em que medida seria representativa desta. As sepulturas exploradas revelaram uma construção cuidada, apresentando, de um modo geral, o aspecto de caixas, de planta retangular ou trapezoidal (predominando a primeira), formadas por lajes de xisto (VIANA & DEUS, 1955c, p. 1). De acordo com os autores citados, a morfologia formal das sepulturas intervencionadas permitiu agrupá-las em três tipologias distintas:

- sepulturas em caixa formada por lajes colocadas à vertical (paredes e fundo), e com cobertura de uma ou duas lajes;

³⁰³ Não dispomos de quaisquer dados que nos permitam afirmar que o sítio da Horta da Fonte do Soares seria conhecido por A. Dias de Deus e Abel Viana. No entanto, considerando que a referida fonte já seria, à época, tradicionalmente denominada de romana, parece-nos estranho que A. Dias de Deus, como agente local e conhecedor do território, pudesse desconhecer o sítio, escavando em Padrãozinho ali tão próximo. Paralelamente, afigura-se-nos pouco viável que Abel Viana e o preceptor-adjunto tivessem explorado a área anexa à fonte, já que, assim sendo, faria todo o sentido a alusão ao topónimo correspondente nos dados publicados ou nos registos de campo.

- sepulturas formadas por pequenas placas de xisto sobrepostas, formando pequenos muretes, e com cobertura de lajes, mais volumosas e menos afeiçoadas do que na tipologia anterior, revelando assim um menor cuidado na construção;
- sepulturas em caixa análogas ao primeiro grupo descrito, ou seja, compostas por lajes de xisto dispostas verticalmente, mas distinguindo-se das primeiras pelo facto de apresentarem as lajes dos topos elevadas cerca de 0,50 m em relação às lajes laterais, chegando mesmo algumas delas a estarem visíveis à superfície (FRADE & CAETANO, 1993, p. 853; VIANA & DEUS, 1955, pp. 1-2). Em algumas das sepulturas enquadráveis na primeira e terceira tipologias, verificou-se uma significativa discrepância entre a largura de cada um dos topos, traduzida num estreitamento da planta da caixa tumular em direção a uma das extremidades até terminar em ângulo agudo (VIANA & DEUS, 1955c, p. 2). Pelas suas características, coloca-se a hipótese de algumas das lajes de xisto ainda visíveis no local poderem corresponder a material de construção das sepulturas do núcleo de Padrãozinho 1, e em particular dos grupos formais 1 e 3.

Dos cerca de 54 enterramentos explorados somente cinco terão fornecido espólio, exclusivamente constituído por metais. A cerâmica, com exceção de um fragmento de *tegula* encontrado no fundo de uma sepultura, e os vidros estão ausentes do espólio de Padrãozinho 1 (VIANA & DEUS, 1955c, p. 2). Aliás, numa das versões da planta deste núcleo de enterramentos constante da documentação consultada (MRB: [s.a.], [s.d.]), encontram-se assinaladas cinco sepulturas com a indicação “sepulturas que continham objectos de cobre”, posteriormente adaptada na versão publicada para “*las únicas sepulturas que conteníam ajuar*” (VIANA & DEUS, 1955c, p. 1, Fig. 1).

IV.14.2.2. Padrãozinho 2

A área do denominado núcleo 2 de Padrãozinho encontrar-se-ia cortada por um caminho rústico e, por conseguinte, à data da respetiva identificação e escavação, parcial ou quase totalmente destruída “*pelos enxurros e pelo trânsito*” (AFCB: VIANA, 06/01/1954, p. 3). Abel Viana e A. Dias de Deus exploraram **sete** sepulturas, presumivelmente as únicas ainda que ainda se conservavam, apesar de localizadas sensivelmente no centro do referido caminho (MRB: [s.a.], [s.d.]; VIANA & DEUS, 1955c, p. 2, Fig. 2). O arqueólogo reconheceu que “*as pesquisas foram muito limitadas*” (VIANA, 1955c, p. 12), reforçando a ideia de que o conjunto de enterramentos escavados terá ficado muito aquém da dimensão real da necrópole. Ainda assim, a uniformidade revelada pelas tumulações parece-nos ilustrativa dos traços gerais desta necrópole de incineração, classificada pelos ‘pesquisadores’ como “*la más antigua de las necrópolis de O Padrãozinho*” (VIANA & DEUS, 1955c, p. 2). Os enterramentos

de Padrãozinho 2 correspondiam a simples covachos, de forma circular, abertos no solo, contendo uma ou mais urnas cerâmicas com os restos incinerados (incluindo eventual espólio), delimitados e cobertos por amontoados de pequenas pedras (FRADE & CAETANO, 1993, p. 853; VIANA, 1955, p. 10; VIANA & DEUS, 1955c, pp. 2, 9 – Fig. 6, n.ºs 2, 3, 4 e 6). O reduzido conjunto de enterramentos explorados permitiu aos seus ‘escavadores’ o reconhecimento de semelhanças com os enterramentos do campo de urnas da Chaminé e, à semelhança deste, a identificação com um horizonte cultural pré-romano (FABIÃO, 1998, I, pp. 369-392; VIANA & DEUS, 1955c, p. 9 – Fig. 6, n.ºs 2, 3, 4 e 6, e p. 23).

IV.14.2.3. Padrãozinho 3

Conforme aludimos anteriormente, a necrópole n.º 3 de Padrãozinho não terá chegado a ser intervencionada por Abel Viana e Dias de Deus, tendo-se estes limitado à respetiva identificação no terreno (VIANA & DEUS, 1955c, p. 3). As informações disponíveis no que respeita ao rito praticado e morfologia dos enterramentos são contraditórias. De acordo com a informação constante de VIANA, 1955c (p. 26, nota 5) e de VIANA & DEUS, 1955c (p. 3), o núcleo 3 de Padrãozinho corresponderia a um conjunto de sepulturas, de um modo geral, morfologicamente semelhantes às de Padrãozinho 1, isto é, sepulturas formadas por lajes de xisto, parcialmente reconhecíveis à superfície do solo (em vários pontos do terreno, apresentar-se-iam visíveis as lajes de topo das sepulturas, ainda que os autores não indiquem o número estimado de enterramentos identificáveis), e, presume-se, também associadas à prática da inumação. Por sua vez, em DEUS, LOURO & VIANA, 1955 (p. 577, nota 2) o mesmo núcleo é descrito como um conjunto de sepulturas de incineração, de pequenas dimensões e construção pouco cuidada, compostas por pedras e telhas. Não obstante a ausência de registos gráficos ou fotográficos conhecidos que nos permitissem esclarecer, de forma irrefutável, as características do núcleo funerário em questão, afigura-se verosímil que, por um lado e conforme assumido por FRADE & CAETANO (1993, p. 853), os enterramentos de Padrãozinho 3 apresentassem características análogas aos de Padrãozinho 1; e que, por outro lado, no opúsculo publicado por DEUS, LOURO & VIANA (1955, p. 577, nota 2) se tenha verificado um lapso, trocando-se a descrição do núcleo 2 pela descrição do núcleo 3 – “II.^a - Do mesmo tipo (de Padrãozinho 1), a 200 metros de distância da anterior; III.^a - A 400 metros das precedentes, de incineração, em sepulturas pequenas e rudimentares, de pedras e telhas”.³⁰⁴ A não escavação deste núcleo de enterramentos inviabiliza quaisquer outras considerações sobre as respetivas características.

³⁰⁴ A confirmar-se a hipótese de lapso proposta para a descrição apresentada em DEUS, LOURO & VIANA (1955, p. 577, nota 2), somos forçados a reconsiderar a informação relativa à localização geográfica dos núcleos 2 e 3 – qual o núcleo situado a cerca de 200 m de Padrãozinho 1? Situar-se-ia efetivamente Padrãozinho 3 a cerca de 400 m dos núcleos 1 e 2?

IV.14.2.4. Padrãozinho 4

O núcleo funerário identificado como Padrãozinho 4 corresponderia a um conjunto de sepulturas de incineração escavadas no subsolo xistoso (a cerca de 0,60<0,80cm de profundidade), de tipologia diversa e dispostas de forma aparentemente aleatória (VIANA & DEUS, 1955c, p. 4-7, Fig. 4). Terão sido exploradas **128** sepulturas (VIANA, 1955c, p. 17; VIANA & DEUS, 1955c, p. 4, Fig. 3), ainda que se desconheça a extensão da área escavada e não se possa estimar a percentagem de enterramentos que terá ficado por identificar. Na área intervencionada identificaram-se alguns pontos de maior concentração de sepulturas, particularmente evidentes na zona norte da necrópole, onde estas poderiam estar separadas entre si apenas por uma parede de afloramento, de espessura não superior a 0,2 m (VIANA & DEUS, 1955c, p. 3 e Fig. 3).

Para além de “*simples enterramentos de urnas em covachos, ao parecer pré-romanas*” (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 577, nota 2), como por exemplo as sepulturas 14 ou 45, as tumulações de Padrãozinho 4 apresentavam, na sua maioria, a forma de caixas de planta retangular (por vezes com paredes em rampa), escavadas no substrato rochoso e não raras vezes forradas por lajes de xisto ou tégulas (MRB: DEUS, [s.d.]; VIANA & DEUS, 1955c, pp. 3-4)³⁰⁵. De um modo geral, revelavam uma construção e um arranjo arquitectónico cuidados. No que respeita às dimensões médias das sepulturas documentadas, a largura, com valores compreendidos, grosso modo, entre os 20 e 50 cm, tendia a ser, na maior parte dos casos, igual ou superior a 40 cm (MRB: DEUS, [s.d.]; VIANA & DEUS, 1955c, p. 3). O comprimento, apesar de, nas palavras dos ‘pesquisadores’, raramente ultrapassar os 80 cm, apresentava valores bastante diversos, desde os 30 cm documentados, por exemplo, na sepultura 43, aos 190 cm registados na sepultura 125 (ibidem). A profundidade média das sepulturas variava entre os 30 cm e os 65 cm, podendo a profundidade total destas em relação à cota do solo chegar aos 150 cm, como se verificou no caso da sepultura 22 (MRB: DEUS, [s.d.]; VIANA & DEUS, 1955c, p. 11). A quase totalidade dos enterramentos em caixa retangular apresentaria uma

Conforme tivemos oportunidade de referir, a visita realizada ao local não foi conclusiva quanto à identificação da área intervencionada por A. Dias de Deus e Abel Viana, nem tampouco permitiu a identificação/ localização segura dos diversos núcleos de enterramentos atribuídos ao arqueossítio de Padrãozinho, de modo a possibilitar o esclarecimento das questões acima enunciadas. Ainda assim, estamos em crer que a localização de Padrãozinho 3 corresponderá, grosso modo, à proposta ao longo do presente trabalho.

Para além disso, e partindo do pressuposto de que a descrição dos enterramentos do núcleo 3 – “*de incineração, em sepulturas pequenas e rudimentares, de pedras e tégulas*” (ibidem) – corresponde, na verdade, à caracterização das tumulações do núcleo de Padrãozinho 2, regista-se um dado adicional: a cobertura dos covachos incluiria, para além de amontoados de pedras, material de construção romano.

³⁰⁵ Os dados disponíveis levam-nos a discordar da alegada condição de exceção das sepulturas formadas por lajes ou tégulas, conforme publicado em VIANA & DEUS, 1955c (p. 4).

orientação norte-sul (VIANA & DEUS, 1955c, p. 3), ainda que a este propósito Abel Viana (1955c, p. 12) considere que a orientação dos enterramentos de Padrãozinho 4 possa ser encarada, mais do que materialização de uma intencionalidade simbólica, como uma adaptação às características do terreno xistoso em que as sepulturas foram escavadas. Das 128 sepulturas exploradas, apenas 25 apresentariam uma orientação distinta – este-oeste – sem que nos pareça possível estabelecer uma eventual correlação entre esta e a morfologia tumular ou a cronologia dos enterramentos. A partir do conjunto de tumulações exploradas, os autores definiram nove tipos genéricos de sepulturas, cada qual comportando ligeiras variações morfológicas ao modelo padrão (VIANA & DEUS, 1955c, pp. 4 e 7; FRADE & CAETANO, 1993, pp. 853-854). A tipologia mais comum corresponderia aos já referidos enterramentos em caixa, escavados no afloramento xistoso, de formato retangular e apresentando uma moldura que, ladeando todo o contorno da caixa, se destinaria a servir de apoio à cobertura da sepultura. A cobertura, de configuração diversa, podia ser constituída por lajes ou pequenas placas de xisto, telhas (uma ou duas camadas), ou ainda tijolos, dispostos na horizontal. Acima da cobertura, a camada de sedimento apresentaria uma potência de 25 a 60 cm, tendo-se verificado a deposição de uma camada intermédia de pedra (xisto), com a face mais lisa voltada para baixo, em alguns dos enterramentos com cobertura de lajes ou telhas (VIANA & DEUS, 1955c, p. 4, Fig. 4 – I, X e XII). Apesar de não constar dos registos de campo consultados qualquer referência à moldura para assentamento da cobertura descrita como uma das particularidades distintivas deste conjunto de enterramentos, a morfologia tumular em análise – covacho de planta retangular, com cobertura de lajes, pedras, telhas ou tijolos – parece encontrar correspondência numa percentagem maioritária das sepulturas exploradas. Comporta todavia diversas variantes, ilustradas, por exemplo, pelas sepulturas 79, 98 e 105.³⁰⁶ Uma segunda tipologia, genericamente semelhante à anterior, distinguir-se-ia desta pela disposição das telhas de cobertura – em forma de telhado de duas águas e diretamente assentes no fundo da sepultura (e não na moldura circundante), conforme observado na sepultura 24 (MRB: DEUS, [s.d.]a; VIANA & DEUS, 1955c, p. 4 e Fig. 4 – II) . Sobre esta cobertura verificava-se ainda a deposição de duas camadas sobrepostas: uma primeira camada, composta por pedras de pequenas dimensões e, assente sobre esta, uma segunda camada formada por pequenas lajes (idem, p. 4) – veja-se, por exemplo, a sepultura 92.³⁰⁷ Registe-se que, na sua maioria, as sepulturas desta

³⁰⁶ De notar que as descrições das sepulturas de Padrãozinho 4 constantes dos registos de campo atribuídos a A. Dias de Deus não são, na maior parte dos casos, suficientemente esclarecedoras de modo a permitirem uma correspondência inequívoca com cada uma das nove tipologias formais definidas para ilustrar os enterramentos do núcleo em estudo.

³⁰⁷ Em relação a este aspecto, a descrição apresentada em VIANA & DEUS, 1955c (p. 4) não é coincidente com os dados constantes dos registos de campo de A. Dias de Deus (MRB: DEUS, [s.d.]b). O preceptor-adjunto descreve sempre a sobreposição de uma camada de lajes por uma camada de pedras de pequenas dimensões, e não o contrário tal como foi

tipologia não terão fornecido espólio (MRB: DEUS, [s.d.]a; VIANA & DEUS, 1955c, p. 4). Uma terceira morfologia de enterramentos correspondia a sepulturas em covacho, de configuração sensivelmente circular, mantendo uma moldura ao longo de todo o contorno (à semelhança do primeiro tipo formal), e apresentando uma cobertura formada por duas tégulas dispostas em telhado de duas águas, aparentemente assentes no limite inferior da moldura (VIANA & DEUS, 1955c, p. 4 e Fig. 4 - III). Por norma, de acordo com as indicações dos ‘pesquisadores’, o espólio apresentar-se-ia-se colocado do lado exterior da cobertura, reservando-se a área central do covacho para os restos incinerados (idem, p. 4), apesar do exemplo ilustrado na obra citada documentar um enterramento com o espólio depositado, juntamente com os restos incinerados, sob a cobertura de tégulas (idem, Fig. 4 – III). Tendo em conta os dados disponíveis, sugere-se uma possível correspondência da sepultura 20 com este terceiro grupo formal, encontrando-se, neste caso, o espólio depositado no interior do covacho (VIANA & DEUS, 1955c, p. 11, Fig. 5, XX). A quarta e a quinta tipologias corresponderiam a sepulturas em caixa estruturada. No caso do quarto tipo definido pelos autores, as sepulturas apresentavam-se como caixas formadas por tégulas (ocasionalmente substituídas por tijolos ou, num único caso documentado, por fragmentos de *dolia*³⁰⁸) – duas tégulas dispostas dos lados maiores e uma em cada topo, com cobertura de duas tégulas, e eventualmente outras duas tégulas compondo o revestimento da base (idem, p. 4 e Fig. 4 – IV). Constituem exemplos ilustrativos desta quarta categoria, entre outras, as sepulturas 16, 19, 23, 71 ou 117. A quinta tipologia refere-se a sepulturas em caixa compostas, dos lados maiores, por paredes duplas de tégulas, e uma laje em cada um dos topos, podendo a parte superior destas lajes encontrar-se mais ou menos visível à superfície do solo (idem, p. 4 e Fig. 4 – V), conforme se verificaria também no caso da terceira tipologia de sepulturas identificada no núcleo 1 de Padrãozinho (idem, p. 2). As sepulturas 6, 34 e 36, por exemplo, parecem ser representativas desta variante formal. Uma outra tipologia de arquitetura tumular documentada em Padrãozinho 4 corresponderia a enterramentos em fossas simples, escavadas no subsolo e sem revestimento, com cobertura formada por duas lajes, delimitadas por pedras de menores dimensões (idem, p. 4 e Fig. 4 – VI). Para além das sepulturas 37 e 90, cujas descrições conhecidas permitem um inequívoco enquadramento nesta morfologia, há que referir um significativo conjunto de enterramentos, igualmente em covacho simples, sem revestimento parietal, e com cobertura aparentemente formada somente por amontoados de pedras de pequenas dimensões (vejam-se, a

publicado. Desconhece-se, pois, ao certo a configuração deste tipo de cobertura mas parece-nos mais fiável e verosímil a informação facultada pelas fontes documentais.

³⁰⁸ Apesar desta indicação por parte dos autores citados, note-se que os restantes dados publicados, assim como as fontes documentais, não permitiram identificar qual a sepultura de Padrãozinho 4 com estrutura construída com fragmentos de *dolia*.

título de exemplo, as sepulturas 12, 14, 38, 45, 62, 78, 83, 95, 102 ou 119). Questionamo-nos se este conjunto de sepulturas integraria, na perspectiva dos autores citados, a sexta categoria formal definida ou se, pelo contrário, deverá considerar-se como uma eventual variante. Segundo os dados publicados, o tipo de tumulações em análise (covacho simples, com cobertura de lajes e pedras) encontrar-se-iam, de um modo geral, ocas e apresentariam no fundo uma camada (entre 10 a 15cm de espessura) de cinzas, carvões e ossos incinerados, sobre a qual seria direta e “*cuidadosamente*” colocado o espólio funerário (VIANA & DEUS, 1955c, p. 4). Os ‘pesquisadores’ associam ainda a este tipo de enterramentos a presença de pregos de ferro, colocados a meia altura da fossa (ibidem). A este propósito, convirá, em primeiro lugar, esclarecer que, em função dos dados disponíveis, apenas se documenta um enterramento – sepultura 33 – no qual se terá identificado a existência de pregos colocados nas paredes laterais da sepultura, a meia altura, ou mais precisamente a cerca de 10cm abaixo do limite superior do covacho (idem, p. 12). Esta prática encontra paralelos, por exemplo, na necrópole de Serrones, igualmente com um único caso descrito como tal – sepultura 8, também de incineração e de morfologia aparentemente similar à do enterramento de Padrãozinho 4 (MRB: DEUS, [s.d.]e, f. 48, p. 1; VIANA & DEUS, 1955c, p. 24).³⁰⁹ Em segundo lugar, a indicação referente à sepultura 33 de Padrãozinho 4 que dá conta de que esta “*fué una de las dos únicas que estaban llenas de tierra*” (VIANA & DEUS, 1955c, p. 12), parece confirmar, pela condição de quase exceção, que a maioria das sepulturas se encontraria, de facto, oca. Em terceiro lugar, não podemos deixar de nos questionar sobre o significado da presença de pregos colocados nas paredes das sepulturas desta tipologia: poderiam ser testemunho de uma função utilitária, associada à deposição dos restos incinerados em receptáculo de material perecível (como por exemplo, madeira), uma vez que as sepulturas em questão não apresentavam estrutura em caixa; ou estariam relacionados com uma eventual função apotropaica. Na opinião de Abel Viana, os pregos colocados a meia altura das paredes laterais das sepulturas serviriam “*para suspensão de quaisquer objectos, provavelmente [sic] das peças cerâmicas, vítreas ou metálicas que acompanharam os vasos portadores das cinzas*” (VIANA, 1955c, p. 15). A propósito, registe-se a presença de pregos em dez das 128 sepulturas de Padrãozinho 4, de tipologias formais diversas e, na maior parte dos enterramentos, depositados juntamente com o restante espólio funerário. Considerando que, para os poucos casos³¹⁰ em que dispomos da informação relativa à quantidade de pregos por sepultura, esta parece não ultrapassar os

³⁰⁹ Assim sendo, e ao contrário do que os autores citados parecem dar a entender, as evidências desta prática no espaço funerário de Padrãozinho 4 (bem como em Serrones) afiguram-se pontuais, e não recorrentes.

³¹⁰ Das nove sepulturas que incluiriam pregos, a sepultura 42 terá fornecido um, e as sepulturas 22, 23, e 33, cada qual terá fornecido dois. Não dispomos de informação acerca da quantidade deste tipo de espólio presente nas restantes seis sepulturas.

dois itens, a atribuição de uma eventual função mágico-simbólica parecer-nos-ia verosímil. A sétima tipologia construtiva definida para o conjunto de enterramentos de Padrãozinho 4 coloca-nos perante o que designaríamos como ‘sepulturas compósitas’, isto é, enterramentos que apresentavam dois planos diferenciados. De planta rectangular e escavadas no subsolo, estas sepulturas apresentariam, a uma cota inferior, um plano destinado a conter os restos incinerados, com cobertura de tégulas dispostas na horizontal; e, a uma cota sensivelmente superior e disposto paralelamente ao primeiro, um segundo plano reservado para a colocação do espólio funerário e com cobertura composta por uma tégula (VIANA & DEUS, 1955c, p. 4 e Fig. 4 - VII). Parecem-nos enquadráveis nesta categoria formal as sepulturas 28, 30 e 43, não obstante algumas variações em relação ao modelo descrito. Semelhante a este, um outro tipo de sepulturas corresponderia a enterramentos em fossas escavadas no subsolo com planta em L invertido, de modo a reservar-se um depósito lateral para a colocação do espólio funerário (idem, p. 7, Fig. 4 - VIII), conforme se verificou na sepultura 17. Por fim, a nona e última morfologia tumular definida por Abel Viana e A. Dias de Deus distinguir-se-ia das demais, em primeiro lugar, pela estrutura em caixa de planta quadrangular, singelamente composta por quatro tégulas mas bem construída, e, em segundo lugar, pela implantação específica em zonas do terreno onde o subsolo não era rochoso ou onde o afloramento se encontrava a uma cota muito profunda (idem, p. 7 e Fig. 4 - IX). Neste caso, sugere-se uma possível correspondência, por exemplo, com as sepulturas 74 e 75, ainda que, e uma vez mais, as descrições lacunares dos enterramentos explorados dificultem uma identificação segura de correspondências com os tipos formais elencados. Para além das tipologias construtivas genericamente definidas pelos autores citados, destacamos as sepulturas 86 e 125, pelas respetivas particularidades formais. A primeira, construída com tégulas e sem cobertura conservada, distingue-se pela planta sensivelmente poligonal – “*em forma de pipa*” (MRB: DEUS, [s.d.], f. 34, p. 2). A segunda, por sua vez, é descrita como “*única no género*” (MRB: DEUS, [s.d.], f. 40, p. 2) entre o conjunto de tumulações de Padrãozinho 4 e corresponderia à sepultura de maiores dimensões ali explorada (190cm x 40cm). Revelava uma construção cuidada, com cobertura de lajes e revestimento parietal formado por muretes de lajes sobrepostas horizontalmente (ibidem). A total ausência de espólio não possibilita inferências de ordem cronológica, pelo que a impressão registada por A. Dias de Deus em relação a este enterramento – “*parece ser doutra época*” (ibidem) – fica por confirmar. De assinalar ainda a existência de um conjunto de sepulturas que, não apresentando revestimento ou cobertura conservados, assumiam a forma de simples covachos escavados no subsolo rochoso. Vejam-se, por exemplo, as sepulturas 44, 107 e 108. Em moldes gerais, detectam-se semelhanças, ao nível da morfologia das tumulações e do espólio, com as necrópoles de Horta das

Pinas e Padrão; todavia, o núcleo 4 de Padrãozinho parece diferenciar-se por um maior cuidado posto na construção das sepulturas e por um conjunto de espólio mais vasto, maioritariamente composto por cerâmica comum (VIANA, 1955c, p. 17; VIANA & DEUS, 1955c, p. 3 e 7).

Nas proximidades da sepultura 17 de Padrãozinho 4 foi identificada uma área empedrada, com cerca de dois metros quadrados de superfície, e coberta por cinzas, identificada como local de cremação – *ustrinum* (MRB: [s.a.], [s.d.]g; VIANA & DEUS, 1955c, p. 6 – Fig. 5, XVII, p. 8; FRADE & CAETANO, 1993, p. 854).³¹¹ Esta informação, reforçada pela descrição genérica das sepulturas feita pelos seus ‘escavadores’ e pelo âmbito cronológico indiciado pelo espólio funerário, leva-nos a considerar estarmos perante a prática (senão exclusiva, pelo menos predominante) da deposição secundária dos restos incinerados, e não de cremações *in busta*, com a identificação de, pelo menos, dois possíveis *ustrina* na área de Padrãozinho 4.

De acordo com os ‘pesquisadores’, algumas das peças (designadamente cerâmica) encontradas nos enterramentos escavados teriam sido depositadas em contexto funerário já fragmentadas e incompletas (MRB: DEUS, [s.d.]f; VIANA & DEUS, p. 4), permitindo-nos inferir tratar-se de espólio que, tendo tido uma utilização primária, foi posteriormente reconvertido em oferendas fúnebres. Apesar da distinção entre espólio reutilizado como oferenda fúnebre e espólio fragmentado (e eventualmente incompleto) devido a fenómenos pós-deposicionais nem sempre ser linear, no caso de Padrãozinho 4 esta prática parece encontrar-se devidamente atestada nas sepulturas 20, 26, 31, 33, 51, 59, 60, 81, 86, 91 e 98. Verifica-se, por exemplo, a presença recorrente de bilhas ou jarros incompletos (geralmente sem colo e bordo) e, no caso particular da sepultura 91, a deposição de uma lucerna fragmentada mas com a parte do bico colada (MRB: DEUS, [s.d.]b, f. 38, p. 1).

Do total de 128 enterramentos de Padrãozinho 4 explorados, contabilizaram-se 29 sepulturas que não terão fornecido espólio. Entre as restantes, os conjuntos funerários documentados tendiam a ser compostos, em média, por um total de quatro a sete peças, ainda que este número pudesse variar entre uma peça até 13, conforme se regista para a sepultura 38, apresentando esta o maior conjunto

³¹¹ Do acervo documental do Museu Regional de Beja constam, pelo menos, quatro plantas do núcleo funerário de Padrãozinho 4. Duas delas correspondem, de forma mais ou menos aproximada, à versão da planta publicada em VIANA & DEUS, 1955c (p. 3 - Fig. 3) (MRB: [s.a.], [s.d.]i; [s.a.], [s.d.]m). A terceira e a quarta plantas consultadas (MRB: [s.a.], [s.d.]g; DEUS, [s.d.]a) revestem-se de maior interesse, visto parecer corresponderem a versões preliminares da planta dos enterramentos explorados (supomos tratarem-se de versões iniciais, uma vez que as plantas se encontram incompletas). De assinalar que nas duas plantas em causa se observa, entre as sepulturas 17 e 90, o desenho, não de uma tumulação, mas de uma forma reticulada que propomos que corresponda à área de *ustrinum* identificada junto da sepultura 17 (VIANA & DEUS, 1955c, p. 8), e que não surge representada na planta publicada. Numa das plantas (MRB: DEUS, [s.a.]a), o mesmo tipo de representação surge abaixo da sepultura 116, e próximo das sepulturas 111 e 112, sensivelmente paralelo ao *ustrinum* identificado entre as sepulturas 17 e 90, sugerindo assim a existência de uma segunda área de cremação.

funerário de Padrãozinho 4. De um modo geral, parece ter-se colocado algum cuidado na deposição dos materiais em contexto sepulcral. Para além das tumulações com compartimento anexo para colocação das oferendas fúnebres (como seria o caso das já mencionadas sepulturas 28, 30, e 43), vejam-se, por exemplo: as sepulturas 121 a 124, todas elas com uma urna colocada ao centro do covacho de enterramento³¹²; a sepultura 20, com um jarro de cerâmica comum, já fragmentado e incompleto à data da respetiva deposição em contexto funerário, mas intencionalmente tapado com um fragmento de tégula; as sepulturas 59 e 98, cada qual com uma bilha, incompleta, tapada com uma pequena lasca de xisto; a sepultura 58, com duas das peças que compunham o conjunto funerário (uma tigela e um prato, ambos de cerâmica comum) ‘arrumadas’ uma dentro da outra; ou a sepultura 91, na qual terá havido o cuidado de colocar um prato de cerâmica comum cobrindo a lucerna.

No que respeita aos enterramentos sem espólio associado, torna-se difícil destringir se tal ausência se deve à efetiva inexistência de materiais ou se, pelo contrário, decorre de uma opção dos ‘pesquisadores’ em não proceder à recolha das peças, sempre que, na sua perspectiva, o estado de conservação destas inviabilizava (ou, em rigor, não justificava) essa mesma recolha (VIANA, 1955b, p. 9; VIANA & DEUS, 1955c, p. 7). No que concerne a esta questão, parece-nos relevante relembrar que, à época da descoberta e exploração da necrópole por A. Dias de Deus e Abel Viana, o arqueossítio já se encontrava parcialmente destruído, quer pelas raízes da cobertura vegetal, quer (a partir, sensivelmente, de 1950) pela preparação do terreno para a implementação do cultivo intensivo de cereal, conforme nos informam os autores – “*o terreno desta necrópole estava coberto por velhas e frondosas azinheiras, há cinco anos arrancadas, para fabrico de carvão e melhor preparação do terreno para a cultura cerealífera. Os espólio cerâmicos sofreram então muito dano, e também considerável foi o devido à acção do poderoso raizame das árvores. Por tal motivo, numerosas vasilhas se achavam miudamente fragmentadas, praticamente impossíveis de reconstituição.*” [MRB: VIANA & DEUS, 1953, p. 4]³¹³. Assim sendo, facilmente se compreende o mau estado de conservação do espólio encontrado em Padrãozinho, facto que decerto terá ditado, no caso das peças muito fragmentadas e de difícil reconstituição, a não recolha de uma significativa parte dos materiais (VIANA

³¹² O facto das sepulturas 121 a 124 apresentarem as mesmas características formais e, aparentemente, o mesmo tipo de espólio e o mesmo arranjo deste no contexto sepulcral, leva-nos a colocar a hipótese de poderem tratar-se de enterramentos de indivíduos de alguma forma relacionados entre si, isto é, indivíduos que partilhassem eventuais relações de parentesco, bem como idênticas concepções culturais e rituais que explicassem assim a uniformidade do registo funerário.

³¹³ Documento correspondente à versão original, em português, do artigo *Nuevas Necropolis Celto-Romanas de la region de Elvas (Portugal)* - VIANA & DEUS, 1955c.

& DEUS, 1955c, p. 7), e conseqüentes limitações a uma leitura de conjunto do espaço funerário em questão.

IV.14.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

Relativamente ao espólio recolhido no arqueossítio do Padrãozinho, os ‘pesquisadores’ contabilizaram: “29 vasilhas de terra sigillata; 5 de barro branco, com barbotina; 243 de outras espécies de barro; 12 vasilhas de vidro; 9 lucernas; duas fivelas de bronze; uma pinça, uma pequena asa de balde conservando em uma das pontas [,] uma argolinha de ferro, e dois pequenos discos muito ténues (adornos de cabeçadas de cabalos [sic] ?), tudo de cobre; duas fivelas, uma argola, uma ponta de lança, 5 ganchos, uma cunha, uma tenaz, uma escápula, 5 facas, uma delas curva, algumas dezenas de pregos e 3 pequenos objectos indeterminados, tudo de ferro, e 5 moedas de cobre, muito destruídas. Um dos covachos tinha algumas escórias de ferro. E mais alguns fragmentos de cerâmica e de objectos de vidro” (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 570). Integram a nossa amostra de estudo 208 peças atribuídas ao arqueossítio de Padrãozinho. Destas, 205 correspondem a espólio da Coleção de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança e três pertencem ao acervo do antigo Museu Municipal de Elvas (atuais Reservas de Arqueologia da Câmara Municipal de Elvas). A correspondência entre o espólio identificado/ localizado e os materiais descritos pelos autores citados não é linear, e o conjunto de peças reunido fica, de um modo geral, bastante aquém do valor acima contabilizado.³¹⁴ Neste sentido, registe-se que apenas nos foi possível localizar 15 dos 25 (VIANA, 1955c, p. 17)/ 29 (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 570) exemplares de *terra sigillata* atribuídos a Padrãozinho, e três das cinco peças de cerâmica de paredes finas que ali terão sido recolhidas (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 570; VIANA, 1955c, p. 17). A amostra de cerâmica comum conta com 143 peças, correspondendo assim a cerca de 68% do total contabilizado pelos ‘pesquisadores’ (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 570; VIANA, 1955c, p. 17). Paradoxalmente, o número de exemplares de espólio vítreo ou lucernas identificados como sendo provenientes de Padrãozinho tende a aproximar-se, ou até mesmo a ultrapassar, os valores constantes das publicações: no caso dos vidros, dispomos de 10 exemplares, valor próximo dos 12 mencionados em DEUS, LOURO & VIANA, 1955 (p. 570), mas que ultrapassa os nove itens referidos por Abel Viana (1955c, p. 17); no

³¹⁴ São de assinalar as discrepâncias registadas entre diferentes publicações – DEUS, LOURO & VIANA, 1955 e VIANA, 1955c – no que respeita à representatividade das diversas (sub)categorias artefactuais documentadas entre o espólio atribuído a Padrãozinho. Coloca-se a hipótese de tais incongruências entre os valores apresentados poderem estar relacionadas com o momento da elaboração dos artigos, isto é, supomos que o opúsculo da autoria de Abel Viana (1955c) possa ter sido redigido numa fase mais adiantada das ‘pesquisas’ e da inventariação dos materiais, permitindo um apuramento e correção dos valores publicados anteriormente.

caso das lucernas, encontram-se identificadas 10, ainda que, segundo os dados publicados, fôssemos levados a assumir a recolha de apenas nove destas peças (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 570; VIANA, 1955c, p. 17). Na verdade, conciliando a informação publicada com fontes documentais (MRB: DEUS, [s.d.]a, p. 3; MRB: DEUS, [s.d.]b, f. 33, p. 2, f. 34, p. 1, f. 36, p. 1, f. 38, pp. 1-2; MRB: DEUS, [s.d.]f, f. 39, p. 1, f. 20, pp. 1-2), apurou-se um total de 13 lucernas exumadas em Padrãozinho, atribuídas às sepulturas 20, 27, 47, 50, 73, 81, 83, 91, 96, 98, 114, 118, e 120 do núcleo de Padrãozinho 4.³¹⁵

No que respeita aos metais, representados por 26 itens na nossa amostra, constata-se que foi possível identificar pelo menos parte dos materiais descritos pelos autores citados (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 570), embora nem sempre as designações utilizadas por estes sejam suficientemente claras para permitir uma identificação inequívoca de eventuais correspondências. De registar ainda que, à semelhança do que se verifica para outras necrópoles em estudo, conhecem-se referências ao achado de numismas em Padrãozinho mas ignora-se o atual paradeiro dos mesmos. Segundo Abel Viana, teriam sido recolhidas quatro moedas – *“um médio-bronze hispano-latino, de Augusto; um pequeno bronze de Livia, ou talvez de Sabina; um médio bronze e um bronze mínimo, ambos com as faces completamente corroídas”* (VIANA, 1955c, p. 15). Esta indicação é, todavia, contrariada por fontes documentais consultadas (MRB: DEUS, [s.d.]f) e pela informação constante de DEUS, LOURO & VIANA, 1955 (p. 570), de acordo com as quais foram descobertos cinco, e não quatro, numismas, atribuíveis aos contextos das sepulturas 16 (VIANA & DEUS, 1955c, p. 8), 19 (VIANA & DEUS, 1955c, pp. 8 e 11), 22 (VIANA & DEUS, 1955c, p. 11), 60 (MRB: DEUS, [s.d.]f, f. 35, p. 2) e 92 (MRB: DEUS, [s.d.]f, f. 38, p. 2; VIANA & DEUS, 1955c, p. 20) de Padrãozinho 4. De um modo geral, as moedas não são descritas ou são apresentadas como inclassificáveis devido ao mau estado de conservação, inviabilizando assim eventuais inferências de ordem cronológica.

Contamos com oito peças atribuídas, com maior ou menor segurança, a **Padrãozinho 1**, sem indicação do respetivo contexto de sepultura. Confirma-se a identificação do anel (PDZ1.mt.002) e de dois dos três brincos (PDZ1.mt.003 e PDZ1.mt.004) exumados (VIANA & DEUS, 1955c, p. 2, Fig. 11, n.ºs 178, 180 e 181), itens que parecem confirmar uma datação tardia para o núcleo funerário.³¹⁶ Os

³¹⁵A amostra reunida conta com oito lucernas com contexto de sepultura conhecido e duas lucernas genericamente atribuídas ao arqueossítio de Padrãozinho.

³¹⁶No caso dos brincos, a respetiva classificação tipológica e apuramento da cronologia encontram-se comprometidos pelo precário estado de conservação das peças. Note-se que, de acordo com VIANA & DEUS, 1955c (p. 2), encontra-se por identificar/ localizar um dos brincos recolhidos em Padrãozinho 1.

Com base na documentação consultada foi possível identificar qual a sepultura que terá fornecido a fivela (MRB: [s.a.], [s.d.]h). De notar, porém, que mesmo em relação a esta questão os dados disponíveis não são coincidentes – as duas

paralelos identificados para a peça PDZ1.mt.002 (ALARCÃO, A. *et al.*, 1979, n.ºs 152-154, Pl. XXXI; BARRERO MARTÍN, 2013, pp. 88-89) levam-nos a sugerir uma cronologia tardo-antiga para este conjunto de enterramentos, eventualmente compreendida entre os séc.s VI – VIII d.C.. Neste sentido, entende-se que a classificação da peça PDZ1.mt.001 (VIANA & DEUS, 1955c, p. 2, Fig. 11, n.º 179) como fíbula anular romana ou em ómega de tipo Ponte B51. 1e/ Mariné 21.2/ Fowler B1, mais do que um eventual elemento dissonante, poderá ser interpretada como um exemplo da atestada presença deste tipo de peças em contextos tardo-antigos, conforme se dá conta em MARINÉ ISIDRO, 2001 (pp. 270-271). No que se refere à peça PDZ1.mt.005, afigura-se inequívoca a correspondência com a peça retratada com o número 177 em VIANA & DEUS, 1955c (Fig. 11); porém, não nos parece assim tão linear uma eventual classificação como pulseira (*idem*, p. 2). As características formais do exemplar em questão não permitem ir além de uma atribuição genérica a época romana – Antiguidade Tardia. Para além do espólio metálico ilustrado em VIANA & DEUS, 1955c (p. 18 – Fig. 11, n.ºs 177-181), o conjunto de peças reunidas inclui ainda material cerâmico (PDZ1.cc.001, PDZ1.cc.002, e PDZ1.cc.003). Em relação a este, é de assinalar que, atendendo à descrição dos materiais fornecidos pelas sepulturas deste núcleo (VIANA & DEUS, 1955c, p. 2), temos algumas dúvidas quanto à efetiva recolha destas peças em Padrãozinho 1. Para além disso, a cronologia de fabrico/ utilização proposta para os respetivos morfotipos – meados do séc. I/ II – séc. III d.C. (NOLEN, 1985, pp. 120-121; 1995-1997, pp. 370-371), também não nos parece consentânea com as características conhecidas das tumulações exploradas. Assim, por um lado, mantemos as devidas reservas quanto ao contexto de achado destas peças e, por outro, a confirmar-se a sua atribuição a Padrãozinho 1, equacionamos a possibilidade de tratar-se de espólio alheio às sepulturas tardo-antigas documentadas, eventualmente associado a outro momento mais antigo de tumulações, não detectado como tal pelos ‘pesquisadores’.³¹⁷

No que se refere a **Padrãozinho 2**, a informação relativa ao espólio recolhido é escassa. Aparentemente, as sepulturas exploradas terão fornecido, em exclusivo, material cerâmico (VIANA, 1955c, p. 12). Sem outra informação adicional, e desconhecendo o tipo de peças cerâmicas que, para além das urnas cinerárias, comporiam os conjuntos funerários deste núcleo de enterramentos, não foi possível identificar espólio que lhe fosse atribuído. A confirmar-se o *terminus ante quem* proposto por J. Nolen para a peça PDZ.cc.004 (NOLEN, 1985, pp. 162-163 e 252), colocamos a hipótese desta poder ser proveniente de Padrãozinho 2.

plantas do núcleo de enterramentos constantes da documentação indicam diferentes sepulturas (MRB: : [s.a.], [s.d.]h; [s.a.], [s.d.]i).

³¹⁷ Esta hipótese afigura-se igualmente aplicável à fíbula PDZ1.mt.001.

Para **Padrãozinho 3** verifica-se a mesma ausência de espólio, neste caso resultante da não exploração do núcleo de enterramentos.

A maioria dos materiais reunidos (171 itens) encontra-se atribuída a **Padrãozinho 4**. Foi possível identificar o contexto de achado de cerca de 149 peças, associadas a 64 dos 128 enterramentos explorados neste núcleo, e proceder à reconstituição integral dos conjuntos funerários das sepulturas 27, 39, 105, 106, 115, e 128. No decurso do estudo destes materiais distinguimos 26 sepulturas que não terão fornecido espólio³¹⁸ e 35 sepulturas cujas oferendas associadas não nos foi possível identificar/ localizar; por conseguinte, em ambos os casos limitamo-nos a remeter, de forma genérica, para uma cronologia de época romana. Dos conjuntos funerários (total ou apenas parcialmente) reconstituídos, 44 não apresentam espólio datante, sendo compostos, na sua maioria, por cerâmica comum e/ou metais. Deste modo, tornam-se evidentes as limitações ao apuramento dos limites cronológicos de 82% das 128 sepulturas exploradas, sendo tais limites definidos, na melhor das situações, em função das cronologias dos morfotipos de cerâmica comum representados (NOLEN, 1985; 1995-1997). Vejam-se, por exemplo, os contextos das sepulturas 54, 72, 108 ou 123, cujas cronologias foram apuradas tendo em conta, respetivamente, as cronologias de fabrico/ utilização das bilhas de tipo 1-k, dos pratos de tipo 6-a, dos púcaros de tipo 3-b e dos potinhos de tipo 1-d, conforme propostas por J. Nolen (idem). Assim, de acordo com os dados apurados, somente 23 conjuntos funerários, ou seja, cerca de 18% dos enterramentos de Padrãozinho 4, forneceram espólio datante, como cerâmicas finas ou vidros. De um modo geral, estes conjuntos de oferendas fúnebres permitem-nos traçar uma diacronia de utilização funerária compreendida, grosso modo, entre meados do séc. I e meados do séc. III, eventualmente extensível a inícios do séc. IV d.C.. Entre os enterramentos mais antigos, destaca-se a sepultura 52, cujo espólio funerário, composto pela associação de uma taça de *terra sigillata* sudgálica da forma Ritt. 9 (PDZ4.tss.001_52), um *mortarium* de *terra sigillata* hispânica da forma Drag. 29/ 37 (PDZ4.tsh.001_52), e uma anforeta de possível tipo Isings 15 (PDZ4.vi.001_52), nos leva a inferir uma cronologia do terceiro quartel do séc. I d.C.. Também noutros casos, como por exemplo, as sepulturas 22, 40, e 60, se reforça a ideia de um *terminus post quem* de meados/ finais da primeira centúria: no caso da sepultura 22, o unguentário de tipo Isings 82 a2 (PDZ4.vi.005_22) permite datá-la de finais do séc. I – segunda metade do séc. II d.C.; no segundo caso, a presença de uma taça de *terra sigillata* hispânica da forma Drag. 27 (PDZ4.tsh.002_40) e de uma taça de cerâmica de paredes finas classificável como forma Mayet 633/ 634 (PDZ4.pf.003_40) apontam para uma

³¹⁸ E não 31, conforme referido em FRADE & CAETANO, 1993 (p. 853). O valor por nós contabilizado inclui a sepultura 10, já destruída (e possivelmente espoliada) à data da intervenção de A. Dias de Deus.

cronologia da segunda metade do séc. I a inícios da centúria seguinte; e, por fim, no caso da sepultura 60, o espólio vítreo, e em particular a taça da forma Isings 44 (PDZ4.vi.002_60), associado à eventual presença de exemplares de *terra sigillata* das formas Drag. 15/17 e 27 (VIANA & DEUS, 1955c, p. 16, Fig. 10, n.º 127)³¹⁹, parece permitir circunscrever o âmbito cronológico do enterramento à segunda metade do séc. I d.C.. De referir ainda o conjunto funerário da sepultura 98, que terá fornecido como elemento datante uma lucerna de tipo Dressel-Lamboglia 27/ Deneauve VIIIa (PDZ4.lu.009_98), associada a uma cronologia da segunda metade do séc. I - primeira metade do séc. II d.C. (DENEAUVE, 1969, pp. 193-206); e o conjunto funerário da sepultura 112, cuja única peça identificada – uma garrafa de vidro da forma Isings 51a (PDZ4.vi.003_112), sugere, à partida, um âmbito cronológico de meados do séc. I a meados do séc. II d.C.. A propósito, e independentemente dos condicionalismos inerentes à interpretação dos numismas encontrados em Padrãozinho 4, parece-nos digno de nota o presumível achado de três numismas alto-imperiais. Referimo-nos ao médio bronze de Augusto, datável do período de 27 a.C. a 14 d.C., e à moeda de Livia, eventualmente reportável ao mesmo período ou aos anos 22 – 29 d.C. (VIANA, 1955c, p. 15). Por seu turno, a presença de um numisma de Sabina (ibidem) coloca-nos perante duas hipóteses: por um lado, a tratar-se de Popeia Sabina, segunda esposa de Nero, corresponderia a uma emissão dos anos 62 a 65 d.C.; por outro, a possibilidade de corresponder a Vibia Sabina, esposa de Adriano, remete-nos para uma emissão dos inícios da centúria seguinte (117-134 d.C.).³²⁰ Outros contextos sepulcrais, de que constituem representativo exemplo os enterramentos 38 e 82, parecem reportar-se ao séc. II (eventualmente inícios do séc. III d.C.). Em ambos os enterramentos mencionados, tal enquadramento cronológico prende-se com a presença de exemplares da terceira fase de produção de *terra sigillata* do oleiro hispânico *Valerius Paternus* – PDZ4.tsh.009_38 e peça não identificada/ localizada (VIANA & DEUS, 1955c, p. 19, Fig. 10, n.ºs 100-105), atribuível ao período a partir de Adriano e até inícios do séc. III d.C. (BUSTAMANTE, 2013, pp. 202-203); no caso do conjunto funerário da sepultura 38, a provável associação a um exemplar de *terra sigillata* da forma Hispânica 1 (VIANA & DEUS, 1955c, p. 12, Fig. 8, n.º 14) vai ao encontro das balizas cronológicas propostas (MEZQUÍRIZ, 1985, p. 143). As sepulturas mais tardias identificadas em Padrãozinho 4 documentam a continuidade do uso funerário daquele espaço ao longo do séc. III, e quiçá inícios do séc. IV d.C.. Destacamos, entre outras, a sepultura 20, cujo conjunto funerário incluiria uma lucerna de tipo Luzón 62 (PDZ4.lu.007_20), as sepulturas 27, 50, 73 e 91, todas elas contando com uma lucerna Dressel-Lamboglia 30 (A/ B) entre o

³¹⁹ Peças não identificadas/ localizadas.

³²⁰ Agradecemos, uma vez mais, a Noé Conejo Delgado pelas informações relativas ao espólio numismático.

espólio associado (PDZ4.lu.008_27, PDZ4.lu.004_50, PDZ4.lu.003_73, PDZ4.lu.001_91), e ainda a sepultura 81, com uma lucerna de possível tipo Deneauve XIA (PDZ4.lu.005_81), apontando assim para uma cronologia dos séc.s III – IV d.C.. Parecem-nos igualmente tardias as sepulturas 58 e 88, as quais têm em comum, para além da arquitetura tumular (ambas seriam construídas com telhas) e da composição dos conjuntos funerários (formados por quatro peças cerâmicas), a presença de jarros de cerâmica comum de tipo 6 (PDZ4.cc.037_58, PDZ4.cc.036_88), conforme definido por J. Nolen (1985, pp. 56-58), genericamente atribuídos ao séc. III d.C. (NOLEN, 1995-1997, p. 369).

A nossa amostra inclui também 22 itens atribuídos a Padrãozinho 4 mas sem contexto de sepultura identificado. Em termos gerais, revelam-se consentâneos com os dados apurados a partir dos materiais com contexto de sepultura conhecido, reforçando assim a coerência do conjunto. A *terra sigillata* e a cerâmica de paredes finas atestam um momento de tumulações balizado, grosso modo, entre a segunda metade do séc. I e o séc. II d.C.. Vejam-se, por exemplo, os exemplares de cerâmica de paredes finas PDZ4.pf.001 e PDZ4.pf.002; ou as peças de *terra sigillata* PDZ4.tsh.008 e PDZ4.tsh.011, atribuídas, respetivamente, aos oleiros hispânicos *Sempronius* e *Flaccus Tritiensis*, cujos períodos de laboração, iniciados durante a segunda metade do séc. I d.C., não terão ido além dos finais dessa centúria/ inícios da centúria seguinte (BUSTAMANTE, 2013, p. 218). Em paralelo, a única lucerna sem contexto de sepultura conhecido – PDZ4.lu.002, corresponde à forma Dressel-Lamboglia 30B, já bem documentada entre a amostra em estudo e associada a um momento de tumulações decorrido ao longo do séc. III d.C.. De entre as formas de cerâmica comum representadas, chamamos a atenção para a peça PDZ4.cc.035, classificável como jarro de tipo 6-a (NOLEN, 1985, p. 56; 1995-1997, p. 369) e igualmente datável do séc. III d.C.

Se contabilizarmos os materiais provenientes de Padrãozinho 1 e Padrãozinho 4, constata-se que cerca de 86% da nossa amostra é referente a dois dos quatro núcleos de enterramentos identificados naquele local. Para os restantes 14% (29 itens) do conjunto de espólio disponível limitámo-nos a uma atribuição genérica ao arqueossítio de Padrãozinho, em virtude da impossibilidade de identificar o núcleo funerário de origem das peças e o respetivo contexto sepulcral. Da análise destes materiais, e assumindo a respetiva origem em contexto funerário, sobressaem três ideias fundamentais. Em primeiro lugar, confirma-se a representatividade dos materiais com cronologias de meados do séc. I a meados do séc. III/ IV d.C. (atente-se, por exemplo, às peças PDZ4.tss.001 e PDZ4.lu.001, um prato de *terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 15/17 e uma lucerna Dressel/ Lamboglia 30B, respetivamente). Em segundo lugar, sobressai a verosimilhança de um uso do espaço num momento anterior ao período alto imperial, conforme defendido pelos ‘pesquisadores’ (VIANA & DEUS, 1955c, p. 23). A

peça PDZ.cc.004, enquadrável nos potes de tipo II-b da cerâmica de tradição indígena das necrópoles alto alentejanas (NOLEN, 1985, p. 162), parece corresponder a um dos itens de cronologia mais antiga entre o conjunto de materiais atribuídos ao arqueossítio em estudo, pelo que não podemos deixar de reiterar a hipótese de poder tratar-se de espólio exumado no núcleo de Padrãozinho 2. Por último, e em terceiro lugar, ressalta a evidência de uma continuidade de ocupação/ utilização funerária durante a primeira metade do séc. IV d.C., atestada por um exemplar de *terra sigillata* clara C da forma Hayes 52A (HAYES, 1972, pp. 76-78; SERRANO RAMOS, 2005, p. 240) – PDZ.tscl.001; mas também numa fase mais avançada da Antiguidade Tardia, designadamente em pleno séc. VI d.C., como parecem sugerir as fivelas PDZ.mt.001 e PDZ.mt.002 (em relação a estas questionamo-nos se poderão ter a sua origem no núcleo de Padrãozinho 1).

Em suma, de acordo com FRADE & CAETANO (1993, pp. 853 e 860), os diferentes núcleos funerários identificados em Padrãozinho deverão ser entendidos, não como quatro necrópoles distintas, mas sim como diferentes núcleos de uma mesma necrópole, implantados em locais diferenciados mas próximos entre si, e retratando, no seu conjunto geral, uma longa continuidade de utilização funerária do sítio. Esta interpretação, ainda que crível, não é passível de confirmação a partir da nossa análise dos dados conhecidos e espólio. Em nosso entender, apenas é viável assumir que esta longa diacronia de utilização configura, mais do que como uma linha ininterrupta de continuidade, uma sucessão de momentos, mais ou menos longos, durante os quais o local foi escolhido como espaço de necrópole por diferentes comunidades (diferentes, quanto mais não fosse, a nível geracional). Neste caso, e tal como referem os autores citados (FRADE & CAETANO, 1993, p. 861), a prática documentada dos dois ritos funerários – incineração e inumação – parece estar associada à existência de distintos núcleos e momentos de utilização funerária daquele espaço, não se verificando a coexistência da prática de ambos num mesmo núcleo de enterramentos. Relativamente a Padrãozinho 1, as características da arquitetura tumular, assim como o espólio exumado – quer pela reduzida quantidade, quer pela natureza do mesmo – reforçam a atribuição de uma cronologia tardo-romana ou visigótica (FRADE & CAETANO, 1993, p. 860; VIANA & DEUS, 1955c, p. 2). A documentada prática de inumação com ossário(s) parece sugerir um uso intensivo do espaço, associado a uma diacronia de utilização mais ou menos longa (várias gerações de um mesmo núcleo familiar ou populacional) (VIANA & DEUS, 1955c, p. 2). Para Padrãozinho 2, e tendo em conta as características das tumulações e os presumíveis paralelos com o campo de urnas da Chaminé, “*sin los elementos que (...) aseguran la fecha del siglo III e comienzos del II a.C.*” (idem, p. 23), parece-nos verosímil um enquadramento cronológico anterior ao séc. I a.C. (FRADE & CAETANO, 1993, p. 859; VIANA & DEUS, 1955c, pp. 2 e 23). Contudo, a

ausência de materiais identificados como sendo provenientes deste segundo núcleo de enterramentos impossibilita uma datação precisa da respetiva diacronia de utilização. Por seu turno, assumindo a existência de semelhanças entre as tumulações de Padrãozinho 1 e Padrãozinho 3, coloca-se a hipótese deste núcleo de inumações poder estar igualmente associado a uma cronologia tardo-romana ou altimedieval. Naturalmente que o facto de não se terem procedido a trabalhos de escavação, e a decorrente ausência de espólio proveniente deste núcleo, condicionam, uma vez mais, quaisquer inferências de ordem cronológica. Por fim, no que respeita a Padrãozinho 4, o estudo preliminar dos materiais sugere um alargamento da cronologia sugerida por Abel Viana e A. Dias de Deus (1955c, p. 23) e parece confirmar a ideia de que as duas necrópoles de incineração identificadas em Padrãozinho são “*de épocas bastante distanciadas entre si*” (ibidem). Corrobora-se, pois, um enquadramento cronológico de meados do séc. I até ao séc. III d.C., conforme proposto por FRADE & CAETANO (1993, p. 854), mas, tendo em conta a peça PDZ.tscl.001, há que rever a ideia de um “*hiato cronológico no séc. IV*” (idem, p. 860). Neste sentido, e a confirmar-se uma cronologia distinta das demais para a sepultura 125 de Padrãozinho 4, colocamos a hipótese desta poder corresponder a um momento intermédio de tumulações entre os designados núcleos de Padrãozinho 4 e Padrãozinho 1 (e eventualmente 3).

IV.15. OLIVAL DA SILVEIRINHA (Terrugem e Vila Boim, Elvas, Portalegre. CMP 427. N 38° 48' 35.52"/ O 7° 22' 52.06")

IV.15.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

A única referência conhecida ao arqueossítio de Olival da Silveirinha, sito na área da Tapada Real de Vila Viçosa, corresponde a um conjunto de anotações manuscritas, da autoria de Abel Viana, nas quais o arqueólogo dá conta da exploração de uma sepultura romana a que terá procedido a 17 de Novembro de 1961 (AFCB: VIANA, 17/11/1961). Aparentemente ter-se-á tratado de um achado ocasional, no decurso de trabalhos agrícolas, uma vez que Abel Viana menciona a destruição accidental de duas das lajes de cobertura da dita sepultura pela charrua de um tractor (idem). O facto de o arqueossítio em questão integrar o território da Tapada Real e a ausência de referências e informações conhecidas sobre este levam-nos a crer que se trata de um sítio ainda inédito.³²¹

Conforme referido, o sítio de Olival da Silveirinha integra os terrenos da Tapada Real de Vila Viçosa, na área vulgarmente designada por Tapada de Baixo.³²² Corresponde a uma faixa de terreno com cerca de 13 hectares de área total, orientada no sentido S-N, na qual se conserva um antigo olival, atualmente sem rentabilização agrícola, e cujo plantio será provavelmente anterior à segunda metade do séc. XX.³²³ Encontra-se implantado na metade oriental da Tapada, na margem esquerda da designada ribeira da Tapada, já enquadrado nos limites administrativos da freguesia da Terrugem e Vila Boim do concelho de Elvas, e com o limite sul coincidente com o limite sul da propriedade ducal. Ocupa uma mancha de solos esqueléticos, de natureza xistosa, de classe E, marcada pela presença de afloramentos rochosos, realidade pedológica comum às margens da ribeira da Asseca,

³²¹ Não consta da base de dados da DGPC – Portal do Arqueólogo, qualquer referência ao arqueossítio de Olival da Silveirinha.

³²² Agradecemos ao Engenheiro Marcos Charrua (Fundação da Casa de Bragança) pela autorização concedida para visitar o local e por todas as informações gentilmente facultadas no decurso dessa mesma visita. Agradecemos igualmente à Dra. Maria de Jesus Monge, Diretora do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, pelo empenho e apoio na viabilização da nossa visita.

³²³ Em *Memórias de Vila Viçosa*, o Padre Joaquim José da Rocha Espanca inclui, na “*estatística exactíssima dos fogos e almas existentes na vila e seu termo durante a quaresma de 1882*” (1984, p. 69), a designada “*Porta de Ferro ou da Silveirinha*”, como parte integrante da Tapada Real e, à época, da freguesia Matriz, Nossa Senhora da Conceição. A área de olival em questão já consta da Carta Cadastral de 1952 referente à freguesia de Nossa Senhora da Conceição do concelho calipolense (1: 5000, Secção F), bem como a Herdade da Silveirinha, propriedade sita na margem direita da ribeira de Borba, contígua ao terreno da Tapada, e tendo como limite norte o muro de delimitação da propriedade ducal. Tomando em linha de conta esta informação, presume-se que o topónimo derive da proximidade da herdade homónima (que se supõe anterior à mancha de olival), e que esta possa ter sido o resultado de um aforamento daquela parcela de terreno da Tapada já no século XX.

sensivelmente a partir do sítio da Horta dos Machados e estendendo-se para lá da povoação de Ciladas (Vila Viçosa). A área ocupada pelo olival configura uma ligeira depressão em U, com cotas médias compreendidas entre os 294 m e os 306 m, e percorrida por pequenas linhas de água subsidiárias da ribeira da Asseca. Na visita efectuada ao local não nos foi possível identificar quaisquer evidências arqueológicas, designadamente de natureza funerária, que nos possibilitassem uma identificação do sítio da sepultura explorada por Abel Viana. Também não foi possível apurar eventuais informações orais que evocassem o achado em questão ou a eventual descoberta de outras sepulturas na propriedade. Para além da ausência de indicações por parte do arqueólogo minhoto que nos pudessem servir de referências espaciais mais precisas, o facto dos terrenos em questão serem arados anualmente e por isso terem sido bastante remexidos ao longo das últimas cinco décadas explica, em larga medida, as dificuldades na identificação do local de implantação do enterramento explorado. Atendendo ao já exposto, e tendo em conta o nosso desconhecimento sobre eventuais evidências que indiciem a existência de áreas de *habitat* de época romana na atual área da Tapada Ducal,³²⁴ resta-nos apenas considerar que o enquadramento paisagístico do sítio de Olival da Silveirinha – área sensivelmente aplanada, com proximidade de linhas de água – se adequa, grosso modo, ao perfil da localização comumente documentada para as necrópoles rurais romanas (FRADE & CAETANO, 2004, p. 146).

IV.15.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

De acordo com as anotações da autoria de Abel Viana, a única sepultura identificada e explorada no sítio de Olival da Silveirinha encontrar-se-ia a apenas cerca de 15 cm do nível do solo e apresentava uma estrutura em caixa, construída e coberta com lajes de xisto “*inteiriças*” (AFCB: VIANA, 17/11/1961). O registo exaustivo do arqueólogo dá-nos conta de uma sepultura de planta sensivelmente retangular a trapezoidal, com os lados maiores com um comprimento variável entre os 178 e os 186 cm, largura máxima de 105 cm, e altura média compreendida entre os 47 e os 56 cm. Da

³²⁴ A Tapada Real de Vila Viçosa corresponde atualmente a uma área de cerca de 1200 hectares, ocupada, na sua quase totalidade, por uma impressionante paisagem de montado de sobre e azinho. A orografia de ondulado suave, releva-se mais acidentada nas áreas sul/sudoeste e este/nordeste da propriedade. Os recursos hídricos são abundantes, com numerosas fontes e linhas de água, entre as quais se destacam, na metade sul/sudoeste (Tapada de Cima), o ribeiro das Águas Férreas e o ribeiro dos Pereiros, e, na metade norte (Tapada de Baixo), o ribeiro do Valongo e o ribeiro da Tapada. Parte do limite Este da propriedade é coincidente com o curso da ribeira da Asseca. É ao longo de algumas destas linhas de água que se concentram as escassas manchas de solos de classe A que pontuam uma realidade pedológica marcada por solos esqueléticos e solos mediterrâneos pardos de xisto, com fraca capacidade de uso (classes D e E). Ainda assim, estamos em crer que a realização de uma prospeção sistemática nesta vasta área poderia revelar-se uma ferramenta útil para uma melhor compreensão do quadro da ocupação humana em época romana (e não só) nos atuais concelhos de Vila Viçosa e Elvas.

cobertura, composta por três lajes de xisto dispostas transversalmente sobre a caixa tumular, apenas se terá conservado intacta uma (146 cm comprimento x 7 cm de largura x 6 cm de espessura), tendo as duas restantes sofrido danos causados pelo trator. Não obstante as dimensões da sepultura, tratar-se-ia de uma incineração, conforme indicia o achado no seu interior de “*uma tégula, bastante queimada, com cinza e carvões*” (AFCB: VIANA, 17/11/1961). Relativamente a outros aspectos, como por exemplo a orientação da sepultura, a posição do espólio no interior da estrutura tumular, ou a eventual existência de outros enterramentos no espaço circundante que configurassem uma área de necrópole, Abel Viana é omissos. Neste caso em que, ao contrário de outras necrópoles que compõem a nossa amostra de estudo, se confirma a intervenção direta do arqueólogo na exploração do sítio, afigura-se-nos bastante revelador que, não deixando de haver o cuidado de aludir ao espólio encontrado, a atenção se pareça ter centrado no registo e descrição da estrutura tumular (idem).

IV.15.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

A sepultura explorada forneceu, a par do material antracológico e antropológico anteriormente referido, cerâmica de construção romana e um numisma (AFCB: VIANA, 17/11/1961). Relativamente à cerâmica de construção, as informações de Abel Viana não são esclarecedoras – por um lado, refere o achado de uma tégula no interior da sepultura; e, por outro, atribui ao mesmo contexto funerário uma telha curva. Assim sendo, há que admitir duas possibilidades: a de lapso por parte do autor citado, mencionando uma tégula e um ímbrice quando apenas um deles terá sido encontrado no enterramento de Olival da Silveirinha; ou, a possibilidade de corresponderem ambos – tégula e ímbrice – a espólio proveniente da sepultura em questão. A primeira hipótese parece sair reforçada pela referência a um ímbrice, constante do Inventário Geral MBCB Arq (pp. 372-378), inventariado com o n.º 3234 e atribuído a “*Silveirinho*” [presume-se que se trate de um lapso de J. Nolen na grafia do topónimo]. Não se conhece nenhuma outra referência a espólio atribuído ao sítio de (Olival da) Silveirinha no Inventário Geral da Coleção de Arqueologia do MBCB, nem não nos foi possível identificar/ localizar a peça na Exposição Permanente ou Reservas daquela instituição museológica.

No que se refere ao numisma, único espólio potencialmente datante do conjunto funerário descrito, o arqueólogo afirma tratar-se de um bronze médio de Cláudio (AFCB: VIANA, 17/11/1961). De registar que não consta do Inventário Geral da Coleção de Arqueologia do MBCB qualquer referência a um numisma atribuído a Olival da Silveirinha, pelo que nos interrogamos sobre o atual paradeiro da moeda recolhida em Novembro de 1961. Dada a ausência de outras informações ou de uma eventual descrição da peça por parte de Abel Viana, sugere-se para a referida moeda um enquadramento

cronológico lato, compreendido entre os anos 41 e 52 d.C. e correspondente ao imperialato de Cláudio, ou eventualmente mais tardio, de finais do séc. II d.C., a tratar-se de Cláudio II, da dinastia Severa. No que respeita aos limites cronológicos propostos para a sepultura explorada no sítio de Olival da Silveirinha, há que considerar que, tal como assinala RUIVO (2015, p. 144), não é seguro que um numisma depositado em contexto funerário se encontrasse ainda em circulação à data da respectiva utilização como item funerário. O facto de se poder tratar de um exemplar já desmonetizado aquando da deposição em contexto sepulcral condiciona quaisquer inferências de ordem cronológica. Assim sendo, a presença de um médio bronze de Cláudio, sem outros dados conhecidos ou espólio datante associado, apenas possibilita o estabelecimento de um hipotético *terminus post quem* de meados/ inícios da segunda metade do séc. I d.C. (41-54 d.C.) para o enterramento identificado no atual território da Tapada Real de Vila Viçosa. O rito funerário praticado leva-nos a sugerir um *t.a.q.* não posterior a inícios/ meados do séc. III d.C..

IV.16. MONTE DO CARVÃO (Ciladas, Vila Viçosa, Évora. CNS 1311. CMP 427. N 38° 48' 30.6", W 7°15'31.3")

IV.16.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

O sítio da anta do Monte do Carvão localiza-se na freguesia de Ciladas, concelho de Vila Viçosa. Encontra-se implantado numa extensão aplanada a sudeste do Monte do Padrãozinho e do Monte do Carvão, distando (em linha recta) cerca de 3km em relação ao primeiro e cerca de 500 m em relação ao segundo, e sensivelmente a esta mesma distância do antigo caminho que seguia em direção a Juromenha (VIANA & DEUS, 1952, p. 192; VIANA & DEUS, 1955b, p. 22; LEISNER & LEISNER, 1959, pp. 164-165, Karte M - nº 49).³²⁵ Insere-se numa paisagem de relevo ondulado, pontuado especialmente para norte e nascente por elevações do terreno que ultrapassam os 300 metros de altitude, e ocupa uma mancha de solos mediterrâneos pardos, de natureza xistosa, e com potencial agrícola reduzido a moderado (classes C, D e E). Os recursos hídricos disponíveis são relativamente abundantes, destacando-se o Ribeiro das Pegas, a leste do Monte do Carvão, e, a sul, outras linhas de água subsidiárias da Ribeira de Mures, designadamente o ribeiro da Serra das Correias e o ribeiro das Fontainhas.

O monumento em questão terá sido explorado por António Dias de Deus e o Pe. Henrique da Silva Louro em meados de Março de 1949 (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 10).³²⁶ Aquando da respetiva identificação e exploração pelo funcionário da Colónia Penal de Vila Fernando, o arqueossítio teria já sido devassado e espoliado, conforme informação da população local – *“uma mulherzinha que por ali passou e qu[e] habitava no monte, disse-nos que nos não cansássemos em procurar os ossos porque havia uns quatro anos, quando ali lavrava[m] uns trabalhadores, tinham levantado uma pedra e que cavando debaixo dela, encontraram um esqueleto”* (ibidem). De assinalar o cuidado de Abel Viana em fazer-se associar aos trabalhos de intervenção no arqueossítio, na tentativa de assim revesti-los de maior credibilidade científica perante as autoridades vigentes, ainda que, de acordo com fontes

³²⁵ No que respeita à localização do arqueossítio as informações veiculadas por Abel Viana e A. Dias de Deus são contraditórias – em VIANA, 1950, pp. 311-312, o sítio da anta do Carvão é atribuído ao concelho de Vila Viçosa; enquanto em VIANA & DEUS, 1955c, p. 22, o mesmo sítio é referido como sito na freguesia de Vila Boim, concelho de Elvas. No presente trabalho assume-se a localização apresentada na ficha de sítio do Portal do Arqueólogo (DGPC), devidamente confirmada no terreno e na CMP n.º 427 (1:25 000).

³²⁶ Abel Viana (1950, pp. 311-312; 1955d, p. 551) faz remontar a exploração da anta da Herdade do Carvão por A. Dias de Deus ao ano de 1948. Atendendo à informação constante do documento intitulado *Descobertas arqueológicas no concelho de Elvas* (AFCB: DEUS, [s.d.]c, pp. 9-10), atribuído ao funcionário da Colónia Correcional de Vila Fernando, optou-se por considerar mais fidedigna a indicação da exploração do arqueossítio em causa em meados de 1949.

anteriormente citadas, estes tenham ocorrido em data anterior à sua colaboração com A. Dias de Deus (ibidem).

À data da exploração por Dias de Deus e o pároco de Vila Fernando, a anta encontrar-se-ia bem preservada, com todos os esteios conservados, quer da câmara quer do corredor, apesar de já não apresentar a cobertura – *“tinha seis esteios e duas pedras [sic] sòmente [sic] na galeria”* (ibidem). A este respeito chamamos a atenção para o facto de na representação gráfica disponível da anta do Carvão (AFCB: [s.a.], [s.d.]a; VIANA & DEUS, 1955b, Fig. 5 – n.º 1), a câmara ser retratada com sete esteios, e não seis de acordo com a descrição acima transcrita, atribuída ao funcionário da Colónia Penal. Em visita ao local pudemos não só confirmar a implantação da anta do Carvão conforme indicada por VIANA & DEUS (1955b, p. 22), mas também verificar o precário estado de conservação em que atualmente esta se encontra, em virtude da respetiva utilização como moroiço, com a câmara do monumento servindo de depósito para o ‘produto’ resultante da despedrega dos terrenos envolventes. O monumento conserva ainda sensivelmente *in situ* três esteios da galeria e três esteios do corredor. Ladeando a zona do corredor, encontram-se duas lajes que, pela posição que ocupam, deverão ter pertencido à cobertura (já desmantelada aquando da identificação do monumento por A. Dias de Deus e o Pe. Henrique Louro). Assim, volvidas cerca de seis décadas desde a exploração da anta do Carvão, a visita ao local revelou-se infrutífera, não nos tendo sido possível identificar a estrutura da presumível sepultura romana que terá ocupado o interior da galeria da anta.

IV.16.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

As informações disponíveis revelam-se muito escassas e lacunares quanto ao espaço funerário de presumível cronologia romana e as práticas rituais associadas. No interior da câmara da anta ter-se-ão identificado *“duas pedras (lages) postas a prumo e que nos deram a impressão de uma sepultura”* (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 10). Na opinião dos autores citados, deveria tratar-se de uma reutilização daquele espaço em época romana, com a implantação de um enterramento na área da galeria do monumento dolménico (VIANA, 1950, p. 312). A sepultura em questão, de planta retangular e conservando (à data da respetiva exploração) duas lajes dispostas paralelamente à vertical, estaria associada à prática da inumação – *“fora descoberta uma sepultura entre aquelas pedras, e (...) da mesma tinham retirado muitos ossos”* (ibidem) e orientada no sentido este-oeste. Dada a ausência de qualquer referência a eventual espólio proveniente deste enterramento, somos levados a colocar duas hipóteses: por um lado, a hipótese desta sepultura não ter efetivamente fornecido qualquer espólio artefactual, dado que, *a priori*, nos remeteria para uma cronologia mais tardia do enterramento em

questão, eventualmente tardo-antigo; ou, por outro lado, a possibilidade de eventuais materiais que pudessem ter composto um conjunto funerário associado à dita sepultura terem sido espoliados num momento anterior à intervenção de Dias de Deus e do Pe. Henrique da Silva Louro.

Desconhece-se a eventual identificação de outros enterramentos, coetâneos da reutilização da anta, no território envolvente. Sem dados que atestem ou refutem um possível reconhecimento da área circundante, por parte dos ‘pesquisadores’, para a identificação de outras evidências funerárias, há que considerar também a hipótese de estarmos perante uma sepultura isolada, ali colocada pela existência de um ‘marco’ mais antigo na paisagem, eventualmente próximo de uma via e, consequentemente, reunindo as condições favoráveis à implantação de um enterramento em época romana ou tardo-antiga.

IV.16.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

Conforme já referido, não se conhece espólio atribuído ao enterramento de presumível cronologia romana identificado no interior da anta do Carvão. Os testemunhos dos ‘pesquisadores’ e a informação publicada são omissos quanto à eventual existência de espólio associado a esta reutilização do monumento dolménico. Para além disso, nas coleções museológicas a que pudemos ter acesso, e neste caso em particular na Coleção de Arqueologia do MCB, não se identificou, entre os materiais atribuídos à anta do Carvão, qualquer espólio passível de provir do enterramento tardio em estudo.³²⁷

A. Dias de Deus dá conta do achado de cerâmica e sílex em níveis superficiais, resultado de prováveis remeximentos: *“Nas camadas mais superficiais encontraram-se restos de cerâmica grosseira e pedaços de facas de sílex [sic]. Parece assim ser verdadeira a afirmação da mulher não só pelas duas pedras que existiam dentro da anta, formando uma sepultura mas também pelos fragmentos que apareceram e que denotam pertencer a objectos que se partiram quando fizeram a sepultura ou quando os trabalhadores a abriram”* (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 10). A referência específica a *“restos de cerâmica grosseira”* leva-nos a pensar não em cerâmica comum de eventual cronologia romana, mas sim em cerâmica manual, contemporânea da construção da anta e do material lítico igualmente

³²⁷ Apenas nos foi possível identificar e localizar parte dos materiais, de cronologia pré-histórica (Neolítico Final – Calcolítico), exumados no decurso da exploração da anta. De acordo com VIANA & DEUS (1955b, p. 22), contabilizou-se um total de 6 placas de xisto decoradas e fragmentos de outras três, corroborando assim a informação constante da listagem de artefactos destinados à Secção Arqueológica, enviada por Abel Viana, em 1953, ao então Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança (AFCB: VIANA, 12/03/1953, p. 3; LEISNER & LEISNER, 1959, p. 165, Taf. 34 - Grab. 6). Na zona adjacente à laje da cabeceira da câmara, área não remexida pelos primeiros ‘escavadores’ do sítio, terão sido recolhidos uma placa de xisto decorada e fragmentos de outras. Na restante área da câmara, e a uma profundidade superior a 80 cm, recolheram-se mais cinco placas de xisto decoradas e fragmentos de outras, para além de material osteológico (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 10; VIANA, 1950, p. 312).

encontrado nos níveis de revolvimento. Do espólio atribuído pelos ‘pesquisadores’ à anta do Carvão incluem a Coleção de Arqueologia do MBCB três placas de xisto e alguns fragmentos de outras, materiais que, muito naturalmente, não integram o âmbito do presente estudo.³²⁸

No que se refere ao material osteológico mencionado nas fontes disponíveis, e assumindo que parte dele pudesse de facto pertencer à tumulação que reutilizou o espaço da anta, não se conhecem dados que esclareçam sobre a eventual recolha desse material e sobre o número mínimo de indivíduos documentado pela amostra identificada. Registe-se que não se localizou qualquer material osteológico atribuído à anta do Carvão no conjunto das coleções de Arqueologia a que pudemos ter acesso.

Sem dados adicionais sobre o enterramento em análise, eventuais inferências de ordem cronológica encontram-se irremediavelmente condicionadas. Ainda assim, e atendendo às escassas informações disponíveis, propõe-se que se possa tratar de uma sepultura datável da Antiguidade Tardia, quer pela morfologia formal e rito associado, quer pela presumível ausência de espólio associado.

³²⁸ Números de Inventário Geral da Coleção de Arqueologia do MBCB: 684, 715, 716, 718, 903-904, e 908.

IV.17. HERDADE DO(S) QUEIMADO(S) (Ciladas, Vila Viçosa, Évora. CNS 5308. CMP 427. N 38° 47' 57.30" O 7° 14' 02.05")

IV.17.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

A localização da Herdade do(s) Queimado(s) não se afigura linear.³²⁹ A única referência conhecida da realização de intervenções naquele local pelos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando deve-se ao próprio A. Dias de Deus, num conjunto de notas que não chegaram a ser publicadas e divulgadas (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 9) e nas quais os dados facultados pelo autor em relação a esta intervenção se revelam escassos. A propósito do arqueossítio da Herdade do(s) Queimado(s), A. Dias de Deus referiu: *“Por um trabalhador que se entrega ao arranco de arvoredos para fabrico de carvão fui informado de que encontrara um bloco de mármore aparelhado, na Herdade do Queimado e perto dele havia restos dumassepulturas [sic] que lhe constava terem sido profanadas há mais de 50 anos. Convidei para me acompanhar àquele local o Snr. Padre Louro e no mês de Março de 1949 lá fomos em busca de uma e outra coisa. O bloco de mármore é a parte superior de um cipo, mas sem qualquer legenda. Cerca de uns duzentos metros encontramos um grande cemitério com **mais de 20 sepulturas** be[m] vizíveis [sic]. De três que abrimos, duas já [sic] não tinham cobertura e a terceira tinha a tapá-la quatro lages. Os esqueletos estavam completos mas muito decompostos. O cemitério estava situado em duas pequenas ondulações de terreno, num vale, e tinha a disposição nascente poente. As sepulturas que abri eram trapezoidais e formadas por (?) ardósias [sic] colocadas verticalmente. Nos montes que pelo lado nascente circundam o cemitério, há bastantes vestígios de habitações. Disseram-me que perto do cemitério e há mais de quarenta anos encontraram uma sepultura feita com régulas e que a mesma continha algumas vasilhas.”* (idem, pp. 9-10). Uma vez mais, e à semelhança do que se regista para o arqueossítio do Carvão, as informações disponíveis são contraditórias quanto à data da exploração das sepulturas por A. Dias de Deus e o pároco de Vila Fernando – se, por um lado, nas notas atribuídas ao funcionário da Colónia Penal as pesquisas na

³²⁹ Desde logo porque o topónimo registado na CMP (n.º 427, 1: 25 0000) corresponde a ‘Monte da Queimada’, e não a Herdade do(s) Queimado(s), ainda que ao longo do presente trabalho se tenha assumido a correspondência entre os topónimos e se tenha optado por manter a designação utilizada pelos ‘pesquisadores’. Para além disso, importa também referir que, apesar da referência constante da obra *Roman Portugal* (ALARCÃO, 1988b, p. 157, n.º 6/241), a consulta da CMP n.º 427 (1:25 000) levou-nos a localizar o arqueossítio em questão no território do atual concelho de Vila Viçosa (freguesia de Ciladas), e não de Borba (freguesia de S. Bartolomeu).

Por fim, ressalve-se que as coordenadas geográficas apresentadas correspondem sensivelmente à localização do atual ‘Monte’ da Queimada, uma vez que na visita efectuada ao local não nos foi possível identificar o sítio da necrópole.

Herdade do(s) Queimado(s) são datadas de Março de 1949; por outro, Abel Viana faz recuar tais intervenções até Fevereiro de 1948 – “*Em Fevereiro de 1948, António Dias e o Padre Henrique Louro foram pesquisar um cemitério romano (?) na Herdade do Queimado, subúrbios de Jeromenha*” (VIANA, 1950, pp. 311-312). Seja como for, há que assumir que os trabalhos no arqueossítio em questão terão ocorrido durante o período em que A. Dias de Deus contava apenas com a ajuda ocasional do Pe. Henrique Louro para a realização das suas pesquisas, isto é, num momento posterior ao falecimento de A. Luís Agostinho e anterior à colaboração com o arqueólogo minhoto.

Na visita realizada ao local da Herdade do(s) Queimado(s) não foi possível identificar vestígios de superfície que pudessem sugerir o local onde terá sido identificada a necrópole ou os demais achados mencionados. Implantado numa área de terrenos argilosos e substrato xistoso, o sítio da Herdade do(s) Queimado(s) conserva uma área residencial (‘monte’), estando a atual utilização dos solos da propriedade reservada à criação e aparcamento de gado, facto que, não só dificultou a nossa tarefa de prospecção, como também é responsável por uma acelerada erosão dos solos, e decorrentes dificuldades na conservação de eventuais evidências arqueológicas. Apesar da não localização de vestígios de superfície, a implantação geográfica do local – zona de baixio entre elevações, marcada pela presença de mais do que uma linha de água – parece encaixar-se no perfil de implantação das necrópoles romanas alto alentejanas e ir ao encontro da descrição feita por António Dias de Deus do espaço funerário ali identificado (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 9).

Importa chamar a atenção para o facto da identificação de sepulturas romanas no sítio da Herdade dos Queimados ser anterior às descobertas de António Dias de Deus. Em função dos dados conhecidos, recorde-se que os primeiros achados parecem remontar a finais do séc. XIX – inícios do séc. XX (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 10; CME/ BME: Catálogo do Museu Archeologico de Elvas, II-Epoca historica, a) Objectos romanos, n.º 674; PIRES, 1901, p. 13, n.º 39). Em 1898, numa exploração da iniciativa de A. José Torres de Carvalho³³⁰, ter-se-á identificado no local uma primeira sepultura, construída com tégulas e cujo único espólio conhecido corresponde a um jarro de cerâmica comum (PIRES, 1901, p. 13, n.º 39). Desconhece-se qual a implantação topográfica deste enterramento e o respetivo posicionamento em relação às sepulturas que viriam a ser encontradas em meados da década de 40 da centúria seguinte. Em 1905, uma nova aquisição, por parte da Câmara Municipal de Elvas, de espólio proveniente da Herdade do(s) Queimado(s) parece documentar a descoberta de uma segunda sepultura no local – “*um pequeno cordão (partido) de ouro./ Encontrado numa sepultura, na herdade*

³³⁰ António José Torres de Carvalho (1865-1940), erudito elvense, bibliófilo e editor do periódico *Correio Elvense*. Foi diretor da Biblioteca Municipal de Elvas entre 1913 e 1940.

dos Queimados, freguesia das Cilladas, concelho de Villa Viçosa. Adquirido pela Camara Municipal em 4 d'Abril 1905." [CME/ BME: Catálogo do Museu Archeologico de Elvas, II-Epoca historica, a) Objectos romanos, n.º 674]. Supõe-se que estes dois enterramentos identificados possam corresponder aos "*restos dumassepulturas [sic] (...) profanadas há mais de 50 anos*", aos quais A. Dias de Deus alude nas suas anotações (AFCB: DEUS, [s.d.]c, p. 10). Quanto ao presumível fragmento de cipo e aos vestígios de estruturas habitacionais que, à data das pesquisas do funcionário da Colónia Correccional, seriam ainda visíveis no local e imediações (ibidem), somente uma prospecção sistemática daquele território poderia permitir confirmar estes aparentes indícios da existência de um espaço residencial ou de um pequeno núcleo de povoamento. Naturalmente que, a confirmar-se esta possibilidade e uma eventual contemporaneidade com o espaço funerário documentado, faria todo o sentido que este pudesse ter servido a comunidade ali instalada.

IV.17.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

De acordo com os dados conhecidos, A. Dias de Deus terá identificado um conjunto de mais de 20 sepulturas de inumação no sítio da Herdade do(s) Queimado(s). Desconhece-se qual a extensão correspondente ao número de enterramentos identificados, e em que medida estes seriam (ou não) representativos da totalidade do espaço funerário. Das cerca de duas dezenas de sepulturas identificadas, somente terão sido escavadas três, duas das quais já sem cobertura e a outra conservando ainda uma cobertura formada por quatro lajes (AFCB: DEUS, [s.d.]c, pp. 9-10).³³¹ O conjunto de tumulações identificado afigura-se homogéneo, sendo composto por sepulturas de planta trapezoidal, com estruturas em caixa, formadas por lajes de xisto colocadas a prumo. A necrópole apresentaria uma orientação este-oeste, a qual, considerando a descrição atribuída a Dias de Deus, se presume que seria comum a todos os enterramentos (ibidem). A ausência de dados sobre aspectos tão diversos como a organização interna do espaço funerário, a eventual prática de ossários ou a existência de espólio, condiciona a caracterização da necrópole.

Paralelamente, há ainda que considerar as duas primeiras sepulturas identificadas nos terrenos da referida herdade. A escassez de informação sobre as mesmas dificulta a respetiva contextualização cronológica e, por conseguinte, a interpretação e leitura diacrónica do espaço funerário. Acerca do

³³¹ Tendo em conta as características genéricas deste espaço funerário, e conhecendo o '*modus operandi*' de A. Dias de Deus, ou seja, a tendência para optar pela escavação de arqueossítios/ contextos que, *a priori*, revelassem maiores potencialidades de fornecer abundante espólio, não nos surpreende que o conjunto da Herdade do(s) Queimado(s) não tenha (pelo menos aparentemente) suscitado o interesse dos seus 'pesquisadores', de forma a justificar a escavação de todas as tumulações visíveis ou, pelo menos, de um número mais significativo destas.

enterramento identificado em 1898, sabe-se apenas que a sepultura seria construída com tégulas (PIRES, 1901, p. 13, n.º 39), desconhecendo-se a respetiva estrutura, implantação e orientação, e o rito praticado. Atendendo exclusivamente à tipologia construtiva da tumulação, distinta do conjunto aparentemente uniforme de sepulturas documentado em meados dos anos 40 do séc. XX, seríamos levados a considerar a possibilidade de estarmos perante um momento mais antigo de utilização daquele local como espaço de enterramentos. No caso da sepultura descoberta em 1905, os dados conhecidos resumem-se à descrição do cordão de ouro que terá sido recolhido [CME/ BME: Catálogo do Museu Archeologico de Elvas, II-Epoca historica, a) Objectos romanos, n.ºs 674], mas do qual se desconhece o paradeiro atual, impossibilitando quaisquer inferências relativas ao rito praticado, morfologia tumular ou cronologia do enterramento. Não obstante todas as limitações, a indicação de *“que perto do cemitério e há mais de quarenta anos encontraram uma sepultura feita com tégulas e que a mesma continha algumas vasilhas.”* (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 10) parece, em primeiro lugar, sugerir que as diferentes sepulturas se encontrariam relativamente próximas entre si; e, em segundo lugar, reforçar a ideia, da existência de dois núcleos distintos de enterramentos ou de, pelo menos, diferentes fases de sepultamentos numa mesma necrópole tardo-antiga.

IV.17.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

Nas diferentes coleções museológicas a que pudemos ter acesso não se identificou a existência de materiais atribuídos ao arqueossítio de Herdade do(s) Queimado(s). Numa fase preliminar do nosso estudo equacionou-se a eventual correspondência da peça inventariada com o número MME Arq 3006 e constante da Coleção de Arqueologia do antigo Museu Municipal de Elvas com o exemplar cerâmico recolhido na sepultura identificada em finais do séc. XIX, e ilustrado por A. Tomás Pires (1901, p. 13, n.º 39).³³² Contudo, e apesar das evidentes semelhanças formais com a peça ilustrada na citada publicação, as diferenças registadas ao nível das dimensões e pasta (a peça MME Arq 3006 está longe de poder ser descrita como sendo *“de barro alvadio”* – PIRES, 1901, p. 13) levaram-nos a refutar a correspondência proposta e a ter optado pela não inclusão da peça na nossa amostra de estudo. Em relação ao cordão de ouro, adquirido pela Câmara Municipal de Elvas em 1905, não nos foi possível localizá-lo, sabendo-se somente que, em finais da década de 30 do séc. XX, integrava o acervo do antigo Museu Municipal – *“pezado [sic] em 1939, 1,3 gr. de 18 quilates”* (CME/ BME: Catálogo do

³³² A peça em questão não apresenta indicação de proveniência na respetiva Ficha de Inventário (MME Arq). Trata-se de um jarro de cerâmica comum, incompleto e fragmentado, e já devidamente estudado por J. Nolen (1985, n.º 125, pp. 185 e 234, Est. XIX). Com bordo trilobado e enquadável nos jarros de tipo 7-d, conforme definido pela autoria citada (1985, pp. 58-60), propõe-se para a peça em causa uma cronologia do séc. III d.C. ou posterior (NOLEN, 1995-1997, p. 370).

Museu Archeologico de Elvas, II-Epoca historica, a) Objectos romanos, n.º 674). No que se refere ao conjunto de sepulturas exploradas por A. Dias de Deus e o Pe. Henrique da Silva Louro, fica-se com a ideia de que estas não terão fornecido espólio (AFCB: DEUS, [s.d.]c, pp. 9-10), realidade facilmente explicável pelo enquadramento sócio-cultural e cronológico a que se presume estarem associadas. Por sua vez, o mau estado de conservação do material osteológico identificado (idem, p. 9) deverá ter determinado a não recolha do mesmo, comprometendo irremediavelmente a possibilidade de eventuais estudos bio-antropológicos.

Atendendo à não identificação/ localização de espólio atribuído aos enterramentos documentados na Herdade do(s) Queimado(s), torna-se difícil definir, com acuidade, o respetivo âmbito cronológico. Tomando como indicadores a disposição e tipologia formal dos enterramentos, bem como a suposta ausência de materiais associados, sugere-se para o conjunto de mais de 20 sepulturas documentado por A. Dias de Deus uma cronologia tardo-antiga, eventualmente centrada nos séc.s III-V d.C. Sem conhecermos o espólio atribuído às duas sepulturas inicialmente identificadas no local, não nos é possível confirmar a existência de uma fase mais antiga de enterramentos.

IV.18. PADRÃO (Assunção, Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso, Elvas, Portalegre. CNS 1472. CMP 427. N 38° 46' 34.27" O 7° 13' 15.72")

IV.18.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

O Monte do Padrão situa-se cerca de 7 km, em linha recta e para nascente, da povoação de Ciladas (São Romão), e a menos de 3 km, para noroeste e sudeste respetivamente, dos sítios de São Rafael e Monte da Queimada/ Herdade do(s) Queimado(s). Ocupa uma posição paralela em relação ao troço da atual Estrada Nacional 373, no limite do concelho de Vila Viçosa com o de Elvas³³³, pelo que facilmente se deduz a identificação da necrópole romana no decurso das obras de construção ou prolongamento da via entre Elvas e Juromenha, de acordo com as descrições de Abel Viana e A. Dias de Deus (1950b, p. 236; 1958, p. 6). Sem a identificação de vestígios de superfície na visita realizada ao local, e colocando a hipótese de, senão a totalidade, pelo menos parte do espaço funerário ter sido destruído na sequência da construção da via, resta-nos sugerir que a necrópole possa ter ocupado a vertente de suave declive que se estende para sudeste das atuais casas do Monte, hoje em dia ocupada por um olival, em direção à estrada. O sítio do Monte do Padrão encontra-se implantado a uma cota de sensivelmente 224 metros, numa paisagem de relevo de ondulado suave, marcada, pelo lado norte, pelo traçado do Ribeiro das Cuvetas e pelos ribeiros do Sobral e da Horta do Sobral. Ocupa uma mancha de solos de reduzido potencial agrícola (solos mediterrâneos pardos, de natureza xistosa, de classe D), rodeada a norte e sudeste por áreas de solos de classes A e A/B.

Os dados conhecidos sobre a descoberta e exploração desta necrópole limitam-se fundamentalmente à informação publicada pelos seus pesquisadores, ao longo da década de 50 do século passado. As referências à necrópole do Padrão e/ou respectivo espólio constantes do espólio documental consultado são escassas e pouco acrescentam aos dados publicados. Assim, de acordo com a informação disponível, a descoberta desta necrópole terá ocorrido em Setembro de 1948 (VIANA & DEUS, 1950a, p. 70; VIANA & DEUS, 1950b, p. 236; VIANA, 1955d, p. 551; VIANA & DEUS, 1951, p. 92; VIANA & DEUS, 1958, p. 6). À data ter-se-á identificado uma primeira sepultura, logo destruída

³³³ No “caminho para Juromenha, a duas leguas d’Elvas e onde o seu termo limitava com o d’essa villa, está uma coluna cylindrica de pedra a que chamam o Padrão, que dá o nome à herdade, e foi alli colocada para perpetuar uma acção ganha pelos portugueses aos castelhanos na guerra da aclamação” (MATTA, 1859, parte 1ª, § 134, *apud* PIRES, 1931, p. 79; vide também ALMADA, *Diccionario*, letra P). Ao contrário da indicação constante das publicações da autoria de Abel Viana e/ou Abel Viana e A. Dias de Deus (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 569; VIANA, 1955c, p. 7; VIANA & DEUS, 1950a, p. 70; VIANA & DEUS, 1958, p. 5-6) a dita herdade situa-se, não no limite do concelho de Elvas com o do Alandroal, mas sim com o de Vila Viçosa.

pelos trabalhadores que laboravam na ampliação da rede viária, sem que A. Dias de Deus tenha tido oportunidade de observá-la, e ainda outras quatro, nas quais o preceptor-adjunto da Colónia Correccional de Vila Fernando haveria de recolher algum espólio (VIANA & DEUS, 1950b, p. 236; VIANA & DEUS, 1951, p. 92). De acordo com a ‘versão oficial’, só volvido mais de um ano sobre a descoberta do sítio, em Novembro de 1949, se terão iniciado os trabalhos de escavação, a cargo de A. Dias de Deus, e no decurso dos quais se terão descoberto e escavado cerca de mais 10 sepulturas para além das inicialmente identificadas (VIANA & DEUS, 1950b, pp. 236-241; VIANA & DEUS, 1951, p. 92; VIANA & DEUS, 1958, pp. 6-8). Desconhece-se a duração destes mesmos trabalhos e em que medida terão contado com a participação efetiva de Abel Viana. Tendo em atenção a existência de um considerável volume de espólio atribuído ao Padrão recolhido “antes de Outubro de 1949 e entregue ao Museu Municipal de Elvas” (VIANA & DEUS, 1958, p. 60)³³⁴, para além dos restantes materiais presumivelmente exumados entre Outubro de 1949 e Abril de 1950 (idem, pp. 58-59), torna-se evidente que Dias de Deus terá procedido a trabalhos de exploração da necrópole em data anterior à ‘oficialmente’ veiculada nas publicações citadas, e em nome individual, isto é, ainda sem contar com a colaboração de Abel Viana. Assim sendo, a indicação de que “hasta noviembre de 1949 no pudo procederse a excavaciones metódicas y cuidadosas” (VIANA & DEUS, 1950b, p. 236) parece encerrar em si a ideia de que, não obstante as recolhas previamente realizadas, só a partir dessa altura estiveram reunidas as condições para legitimar, perante as autoridades de tutela, os trabalhos desenvolvidos no arqueossítio. Tais condições passariam, por um lado, pela colaboração e orientação facultada pelo arqueólogo vianense e, por outro, por este último estar a par de toda a informação relativa às ‘pesquisas’ desenvolvidas pelo funcionário da Colónia Correccional e, neste caso em particular, à exploração do sítio do Padrão. Questionamo-nos se os desenhos das plantas de algumas das sepulturas elaborados por Abel Viana (VIANA & DEUS, 1950a, p. 243 – Fig.s 11 e 12; VIANA & DEUS, 1951, Fig. 1; VIANA & DEUS, 1958, Fig. 3, 6-a a 8, Fig. 5) podem ser interpretados como testemunho da presença do arqueólogo no terreno, durante os trabalhos de escavação da necrópole. Sabe-se que em Dezembro de 1950 se encontravam contabilizados cerca de 20 enterramentos (VIANA, 1955d, pp. 551-552), e que, na tarde de 25 de Abril de 1952, o arqueólogo e o preceptor realizaram uma visita ao arqueossítio de Padrão (MRB: VIANA, 30/04/1952, p. 1). Em função do exposto e dos dados publicados somos levados a pensar que o grosso dos trabalhos de exploração da

³³⁴ Do Registo de Entrada de espólio no antigo Museu Municipal de Elvas consta a referência a 16 peças provenientes da Herdade do Padrão, recolhidas por A. Dias de Deus e oferecidas pelo próprio àquela instituição museológica a 12 de Março de 1950 (CME/ BME: Registo de Entradas de Objectos ou Peças no Museu Municipal de Elvas, Arqueologia Romana e Luso-Romana).

necrópole poderá ter sido levado a cabo entre finais de 1948/ meados de 1949 até finais do ano seguinte. O facto de no opúsculo *Necropolis celtico-romanas del concejo de Elvas (Portugal)* (VIANA & DEUS, 1950b) serem descritas somente 17 sepulturas da necrópole do Padrão, e não as 20 que viriam a constar de publicações mais tardias (VIANA, 1955d; VIANA & DEUS, 1951; VIANA & DEUS, 1958), parece indiciar que, à data, ainda se encontravam por concluir os trabalhos de escavação levados a cabo no arqueossítio. Contudo, a possibilidade de ter havido uma continuidade dos trabalhos, de forma mais ou menos sistemática, até 1952 não nos parece verosímil. A ter-se verificado tal continuidade, seria expectável que o volume de dados recolhidos fosse bastante superior ao conhecido. Considera-se, portanto, que a visita realizada ao local em 1952 pela dupla de ‘pesquisadores’ pode sugerir que, apesar dos 20 enterramentos identificados e explorados, o espaço funerário não estaria escavado na sua totalidade, justificando a perspectiva de futuras intervenções.

IV.18.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

A necrópole do Padrão, conforme nos foi dada a conhecer por Abel Viana e A. Dias de Deus, corresponderia a uma necrópole de incineração, composta por 20 sepulturas de morfologia diversa.³³⁵ Ressalve-se que não dispomos de dados que nos permitam perceber em que medida o número de enterramentos explorados é, ou não, representativo do número total de sepulturas que constituiria originalmente aquele espaço funerário, e do número total de indivíduos que ali terão tido a sua última morada. Desconhece-se qual a área total escavada e é-nos impossível avaliar qual a extensão de dispersão da necrópole. Aparentemente esta encontrar-se-ia orientada no sentido norte-sul, com as sepulturas dispostas paralelamente entre si, configurando uma distribuição cuidada e racional do espaço (VIANA & DEUS, 1950b, p. 236). No que concerne ao rito, e apesar das fontes disponíveis se referirem em exclusivo a prática da incineração (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 569; VIANA, 1955c, p. 8; VIANA & DEUS, 1951, pp. 92 e 95), verifica-se em algumas sepulturas (sepulturas 1, 14, 15, 16, e eventualmente 18, 19 e 20), a ausência de evidências de material antracológico e/ou osteológico, ou melhor, a ausência de referência a este tipo de material por parte dos ‘pesquisadores’.

³³⁵ O número de sepulturas acima apresentado baseia-se no cruzamento dos diversos dados constantes das publicações da autoria de Abel Viana e/ou Abel Viana e A. Dias de Deus (VIANA, 1955d, pp. 551-552; VIANA & DEUS, 1950b, pp. 237-241; VIANA & DEUS, 1958, pp. 6-8). Não corroboramos pois o número total de enterramentos atribuído à necrópole de Padrão por CARNEIRO (2014, II, p. 205) e FRADE & CAETANO (1993, p. 850). De notar, contudo, que nem sempre as informações dos autores citados se revelaram coerentes, dando azo a dúvidas sobre esta questão – veja-se, por exemplo, que Deus, Louro e Viana (1955, p. 569) contabilizam para a necrópole de Padrão um total de 22 tumulações; e que, em *Notas de Arqueologia Alto Alentejana* (VIANA, 1955c), o autor atribuiu à referida necrópole um número total ora de 18 sepulturas (idem, p. 8), ora de 20 (idem, p. 17).

Ainda assim, e ao contrário do proposto por A. Carneiro (2014, II, p. 205), entendemos que os dados dos ‘pesquisadores’ não nos permitem inferir eventuais evidências da prática da inumação no espaço funerário de Padrão.³³⁶ A configuração de grande parte das tumulações e aparente ausência de estruturas passíveis de serem identificadas como *ustrina* parecem sugerir a prática de incineração *in busta*. Apesar das descrições das sepulturas não serem suficientemente esclarecedoras quanto à representatividade do espólio com evidência de exposição à ação do fogo, o estado de conservação dos materiais atribuídos à necrópole de Padrão que compõem a nossa amostra de estudo sugere que, na sua maioria, as oferendas terão sido depositado no momento pós-cremação, e não colocadas na pira funerária.

Um dos aspectos distintivos do espaço funerário de Padrão prende-se com a diversidade formal das várias tumulações identificadas, agrupáveis, em nosso entender, em duas tipologias formais fundamentais. A maioria dos enterramentos apresentava-se como simples covachos abertos no substrato xistoso (amiúde evidenciando reduzida potência estratigráfica), de configuração irregular (circular a elipsoidal), com um diâmetro máximo variável entre os 80 e os 150 cm, e com cobertura de tégulas, lajes ou amontoados de pedras de pequenas dimensões. A outra tipologia formal documentada corresponde, grosso modo, a tumulações estruturadas em caixa, de planta regular, com um comprimento máximo de 140cm e uma largura máxima de 55cm, com as paredes, topos e cobertura integralmente compostos por tégulas ou lajes, ou por lajes (paredes e cobertura) e pedras (topos). Tal é o caso, por exemplo, das sepulturas 13, 18, 19 e 20. Em duas das sepulturas exploradas (sepulturas 10 e 18), de configuração distinta (uma em cova e outra em caixa estruturada, respectivamente), verificou-se a existência de um pequeno compartimento, de planta quadrangular, num dos topos das tumulações, aparentemente destinado a servir para depósito do espólio funerário. Passamos de seguida a elencar as diversas sepulturas exploradas na necrópole de Padrão, com a descrição individualizada da respectiva configuração (VIANA & DEUS, 1950b, pp. 236-241; VIANA & DEUS, 1951, pp. 92-95; VIANA & DEUS, 1958, pp. 6-8):

- Sepultura 1: construída com *lateres* (a primeira sepultura a ser descoberta, tendo sido posteriormente destruída);
- Sepulturas 2 e 3: covachos abertos no subsolo xistoso, com cobertura de tégulas;

³³⁶ A indicação de que o rito da incineração era comum a todas as sepulturas exploradas (VIANA & DEUS, 1951, pp. 92 e 95), bem como a tipologia formal dos enterramentos, e neste caso particular daqueles para os quais não dispomos de indicação da presença de cinzas e ossos incinerados, consentânea com essa prática ritual, leva-nos a assumir a prática da incineração como único rito documentado no espaço funerário conhecido da Herdade do Padrão.

- Sepulturas 4 e 5: covachos abertos no subsolo xistoso, com cobertura de amontoados de pedras, semelhantes às tumulações da necrópole da Chaminé e Horta das Pinas;
- Sepultura 6: covacho aberto no subsolo xistoso, de configuração retangular, com cobertura de lajes de xisto (presença de espólio cerâmico – oito peças) (VIANA & DEUS, 1950b, Fig. 12 – c; VIANA & DEUS, 1958, Fig. 5 -f);
- Sepultura 7: covacho aberto no subsolo rochoso, bastante superficial, com cobertura de pequenas pedras, à semelhança das tumulações da Chaminé e Horta das Pinas (presença de espólio cerâmico, incluindo uma lucerna, e metais);
- Sepultura 8: covacho aberto no subsolo rochoso, bastante superficial (a 20 cm de profundidade) (sem espólio funerário);
- Sepultura 9: covacho aberto no subsolo rochoso, superficial (presença de espólio cerâmico – fragmentos de dois recipientes);
- Sepultura 10: cova elipsoidal, aberta no substrato rochoso, apresentando um dos topos uma caixa rectangular anexa, formada e coberta por tégulas (quatro tégulas compondo a caixa e uma tégulas servindo de tampa). O espólio funerário (diverso, incluindo cerâmicas finas, vidros e metais) encontrava-se depositado sobre a tégula de cobertura e entre esta e a terra que enchia a caixa (contexto de achado de anel e de um unguentário tubular de vidro) (VIANA & DEUS, 1950b, Fig.s 11 – 1 e 1-a; Fig. 12 - a; VIANA & DEUS, 1951, Fig. 1, 6-a e 6-b; VIANA & DEUS, 1958, Fig. 5 – b; VIANA & DEUS, 1958, Fig. 3 – 6-a e 6-b);
- Sepultura 11: simples covacho aberto no subsolo xistoso (presença de espólio cerâmico – seis peças);
- Sepultura 12: covacho aberto no subsolo xistoso, mais comprida e de configuração mais elipsoidal do que a anterior, com cobertura de quatro tégulas (presença de espólio cerâmico e vítreo – sete peças cerâmicas e fragmentos de dois recipientes de vidro) (VIANA & DEUS, 1950b, Fig.s 11 e 12 – 2; VIANA & DEUS, 1951, Fig. 1 - 7; VIANA & DEUS, 1958, Fig. 3 - 7);
- Sepultura 13: tumulação em caixa, de planta rectangular, 95 cm de profundidade, com paredes e topos formados por lajes (a única sepultura desta tipologia formal), e coberta por uma laje de grandes dimensões (abundante espólio cerâmico, fragmentos de vidro – 14 peças cerâmicas e fragmentos de um recipiente de vidro) (VIANA & DEUS, 1950b, Fig.s 12 - d; VIANA & DEUS, 1958, Fig. 5 - e);
- Sepulturas 14, 15 e 16: sem descrição e sem espólio associado;
- Sepultura 17: sepultura não estruturada, correspondendo a um amontoado de pedras (130cm x 60cm), diretamente assentes sobre os restos de cremação e servindo de delimitação e proteção para o

espólio (abundante espólio cerâmico, disposto em duas camadas sobrepostas – 16 peças cerâmicas, incluindo a lucerna com a figuração de Isis e Serapis) (VIANA & DEUS, 1950b, Fig.s 12 – b; VIANA & DEUS, 1958, Fig. 5 - c);

- Sepultura 18: tumulação em caixa, de planta retangular, com 120cm x 40cm, constituída por duas fiadas de três tégulas nas paredes laterais e num dos topos. O outro topo faz ligação a um compartimento quadrangular, também construído com tégulas, no qual se encontrava depositado o espólio (presença de espólio cerâmico – quatro peças cerâmicas) (VIANA & DEUS, 1950b, Fig.s 11 e 12 – 3; VIANA & DEUS, 1951, Fig. 1 - 8; VIANA & DEUS, 1958, Fig. 3 - 8);

- Sepultura 19: tumulação em caixa, com 140cm x 55cm, com paredes laterais compostas por duas lajes e topos formados por pedras (sem espólio) [VIANA & DEUS, 1958, Fig. 6 – 1 (?)];

- Sepultura 20: tumulação em caixa, de planta retangular, formada por tégulas. O espólio encontrava-se depositado no interior e no exterior da sepultura (presença de espólio cerâmico – quatro peças).³³⁷

Naturalmente que as limitações dos dados conhecidos, às quais acresce a inviabilidade de realização de estudos bio-antropológicos sobre a população sepultada no espaço funerário do Padrão, inviabilizam qualquer tentativa de interpretar a diferenciação da arquitetura tumular documentada como eventual reflexo de diferenciação social (género, idade, estatuto sócio-económico), bem como a simples leitura da organização e distribuição dos diferentes tipos de tumulações na área da necrópole. Ainda assim, revela-se evidente a preocupação de A. Dias de Deus e Abel Viana em retratar e caracterizar, tanto quanto possível, a arquitetura tumular observada, introduzindo um novo dado, até então aparentemente ausente nos registos de outras necrópoles alto alentejanas exploradas – a indicação da posição ocupada pelo espólio no contexto da sepultura (vejam-se, por exemplo, VIANA & DEUS, 1950b, Fig.s 11 e 12 – A a D, ou VIANA & DEUS, 1958, p. 148 – Fig. 5 – b, c, e, f). Não obstante este cuidado, a impossibilidade de identificação das peças (pela ausência de eventuais registos nos quais os autores esclareçam qual o espólio que corresponde a cada sepultura e que peças designa a numeração apresentada) compromete os esforços de reconstituição dos conjuntos de oferendas.³³⁸

³³⁷ De registar os lapsos na numeração dos enterramentos da necrópole do Padrão nas publicações da autoria de VIANA & DEUS, designadamente: em VIANA & DEUS, 1950b, onde se lê, na página 236 “*una quinta sepultura*” deveria ler-se sexta sepultura, implicando assim que a numeração subsequente esteja incorreta; em VIANA & DEUS, 1958, na página 7, refere-se a “*10ª sepultura*” em lugar da 11ª, de acordo com a restante numeração dos enterramentos.

³³⁸ Do Acervo Doc. MRB ([s.a.], [s.d.])f) consta um documento intitulado *Sepultura 15 - Padrão*, composto por desenhos esquemáticos de peças cerâmicas (incluindo cerâmica de paredes finas e *terra sigillata*), alguns dos quais com a indicação de numeração. Contudo, de acordo com os dados publicados, a sepultura 15 da necrópole do Padrão não apresentaria espólio, pelo que se supõe tratar-se de um lapso na identificação da proveniência do espólio ilustrado (contexto de sepultura e/ou necrópole). De qualquer modo, parece confirmar-se a existência de registos de campo cuja consulta nos

Contrariamente ao defendido por Frade & Caetano (1993, p. 851), não nos parece que se registe, de forma generalizada, uma deposição aleatória e desordenada do espólio nas sepulturas. Ainda que o registo arqueológico documentado, por exemplo, nas sepulturas 7 ou 9, pareça indiciar essa prática, observa-se noutros casos um certo cuidado na deposição e distribuição do espólio funerário no contexto das sepulturas, sem que, contudo, não nos seja possível destringir as motivações subjacentes ao gesto. Entendemos como exemplos desta ‘arrumação’ intencional do espólio, mais ou menos elaborada e racionalizável, a deposição das oferendas funerárias no contexto das sepulturas 6 (dois conjuntos de peças agrupadas junto a cada um dos topos da sepultura), 13 (o espólio depositado sobre a camada de “*terra, cinza e ossos calcinados*”³³⁹, 17 (o espólio depositado em duas camadas sobrepostas), e em especial das sepulturas 10 e 18, ambas com uma pequena estrutura anexa à tumulação propriamente dita, no interior da qual ou sobre a qual se depositou o espólio (VIANA & DEUS, 1950b, pp. 236-241; VIANA & DEUS, 1951, pp. 92-95; VIANA & DEUS, 1958, pp. 6-8). No caso, por exemplo, da sepultura 20, verifica-se a deposição de espólio no interior e exterior da sepultura (VIANA & DEUS, 1958, p. 8), quiçá documentando dois momentos distintos de deposição das oferendas.

IV.18.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

Da nossa amostra de estudo constam 51 peças atribuídas à necrópole do Padrão, pertencentes às Coleções de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (33 itens) e do antigo Museu Municipal de Elvas (18 itens). Acerca do espólio atribuído ao espaço funerário do Padrão, chamamos a atenção para dois aspectos. Em primeiro lugar, assinala-se a discrepância entre a amostra de espólio estudada no presente trabalho e o volume de materiais alegadamente recolhidos pelos ‘pesquisadores’ na necrópole em questão. De facto, o conjunto de espólio estudado fica aquém do total de cerca de 87 peças (excluindo fragmentos de cerâmica e vidro) contabilizado em DEUS, LOURO & VIANA (1955, pp. 569-570)³⁴⁰. Deste valor total, 74 itens corresponderiam a material cerâmico (cerâmica comum, *terra sigillata*, paredes finas e lucernas), contrastando assim com os 39 exemplares cerâmicos que

permitiria estabelecer a correspondência entre a ilustração gráfica das sepulturas e da posição do respectivo espólio funerário, conforme elaborada para algumas das necrópoles exploradas por A. Dias de Deus e Abel Viana, e as peças propriamente ditas.

³³⁹ VIANA & DEUS, 1958, p. 7.

³⁴⁰ Diversas publicações da autoria de Viana e/ou Viana & Deus apresentam descrições, mais ou menos sumárias, do espólio recolhido na exploração da necrópole do Padrão – DEUS, LOURO & VIANA, 1955, pp. 569-570; VIANA, 1955c, p. 17; VIANA & DEUS, 1950a, pp. 70-71; VIANA & DEUS, 1958, pp. 58-60. A primeira obra citada corresponde àquela que em que se refere uma maior quantidade de peças e que, por isso mesmo, supomos tratar-se da relação mais atualizada do espólio exumado no arqueossítio.

compõem a nossa amostra. Das mais de quatro dezenas de peças de cerâmica comum recolhidas no Padrão, dispomos de 31, e o mesmo desequilíbrio se verifica para a *terra sigillata* (dos 13 itens contabilizados pelos ‘pesquisadores’, contamos com dois) e para a cerâmica de paredes finas (de um valor total de 11 itens, localizaram-se somente quatro peças) (VIANA, 1955c, p. 17). Ainda no que respeita ao espólio cerâmico, note-se que apenas nos foi possível localizar e identificar duas das quatro lucernas que terão sido recolhidas no Padrão, uma das quais atribuível, com relativa segurança, ao contexto da sepultura 7 (Catál. PAD.lu.001) e outra de proveniência duvidosa (Catál. PAD.lu.002). A “*lucerna de barro branco cujo disco mostra os bustos de Isis e Serápis*” atribuída à sepultura 17 do Padrão e reiteradamente mencionada nas publicações (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 569; VIANA, 1955c, pp. 8, 22 e 26, nota 15; VIANA, 1955d, p. 552; VIANA & DEUS, 1950a, p. 70; VIANA & DEUS, 1950b, Fig. 14, Fig. 28, n.º 129; VIANA & DEUS, 1951, Lâm. XI, Fig. 17; VIANA & DEUS, 1956, p. 170 - Fig. 22; VIANA & DEUS, 1958, pp. 8 e 59, Est. XXII, n.º 216) ficou por localizar. O espólio vítreo revela-se ainda mais problemático, considerando que não se identificou nenhuma das quatro peças atribuídas à necrópole (VIANA, 1955c, p. 17; VIANA, 1960-1961, p. 33).³⁴¹ No que respeita aos metais, a nossa amostra de estudo inclui 13 itens, correspondentes a um mínimo de nove peças. Nalguns casos, como por exemplo, do brinco PAD.mt.010 ou da asa de sítula PAD.mt.007, subsistem dúvidas quanto a tratar-se de espólio efetivamente proveniente da necrópole do Padrão. Por sua vez, peças como o anel de sinete e o fragmento de espelho encontrados na sepultura 10 (DEUS, LOURO & VIANA, p. 570; VIANA & DEUS, 1958, p. 7), a “*pulseira de prata, muito singela*” (DEUS, LOURO & VIANA, p. 570)³⁴², ou o conjunto de pregos recolhidos na sepultura 7 (VIANA & DEUS, 1958, p. 6), ficaram também por identificar/localizar. Este desequilíbrio entre o total de espólio enumerado e descrito pelos ‘pesquisadores’ e a amostra de materiais que nos foi possível reunir prende-se com as dificuldades registadas, quer na localização de peças nos acervos museológicos, quer na identificação da proveniência dos materiais que, estando localizáveis, não apresentam qualquer indicação relativa à respectiva proveniência e contexto de achado. Neste âmbito, recorde-se ainda que não nos foi possível localizar o espólio recolhido por A. Dias de Deus no primeiro núcleo de sepulturas do Padrão, identificadas em 1948, e entregue ao Museu da Casa do Povo da Terrugem. Este conjunto de material

³⁴¹ O valor total de espólio vítreo recolhido na necrópole do Padrão levanta-nos algumas dúvidas, atendendo à diferentes informações veiculadas por Abel Viana. Em VIANA, 1955c (p. 17) o autor atribui ao sítio do Padrão o achado de quatro peças de vidro, uma das quais correspondente a um unguentário. Em VIANA, 1960-1961, o arqueólogo minhoto ora atribui três peças de vidro – dois unguentários e uma taça – à dita necrópole (p. 33, Est.s I, III e VI, n.ºs 22, 45 e 105), ora ilustra quatro unguentários como sendo provenientes desta mesma necrópole (p. 23 – Fig. 16 e p. 27 – Fig. 20).

³⁴² A alusão ao achado de uma pulseira de prata no Padrão apenas se verifica em DEUS, LOURO & VIANA, 1955 (p. 570) e em VIANA, 1955d (p. 551).

compor-se-ia de quatro recipientes cerâmicos (a designação genérica de “*vasijas*” não nos permite identificar a tipologia formal das peças), uma lucerna e um fragmento de alfinete de osso (VIANA & DEUS, 1950b, p. 236; VIANA & DEUS, 1951, p. 92). Em relação a este último, registe-se que, ao contrário do que seria expectável (atendendo à versão oficial dos factos), pensamos ter identificado a peça em causa, designada ao longo do presente trabalho como PAD.osso.1. A tratar-se da mesma peça recolhida em 1948 pelo funcionário da Colónia Penal, questionamo-nos como e quando terá incorporado a Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, e se alguma vez o restante conjunto de materiais proveniente dos primeiros enterramentos identificados no Padrão terá, de facto, chegado a ser entregue ao Museu da Casa do Povo da Terrugem.

Em segundo lugar, note-se que, de um modo geral, a amostra estudada chegou até nós sem informação referente à sepultura de origem. Nalguns casos, como por exemplo os das peças PAD.lu.001 e PAD.tsh.002, revelou-se possível a respectiva associação aos contextos de origem, com base na identificação de correspondências com o espólio descrito nos trabalhos publicados por VIANA & DEUS (1950b; 1958). Noutros, como é o caso da cerâmica de paredes finas, não tendo sido viável identificar os contextos de sepultura, foi possível, através dos dados publicados, restringir a provável origem das peças ao conjunto de enterramentos que forneceram aquele tipo de espólio (VIANA & DEUS, 1950b; 1958). Ainda assim, somente uma percentagem minoritária da nossa amostra apresenta contexto de sepultura conhecido – cerca de 14% (7 itens), correspondendo o material remanescente a espólio genericamente atribuído à necrópole do Padrão. Em função do exposto, eventuais considerações sobre o número médio de peças por conjunto funerário, padrões de associação entre espólio, ou relações entre a quantidade de oferendas fúnebres e o tipo de sepultura, afiguram-se-iam abusivas da nossa parte, contribuindo apenas para uma leitura distorcida do espaço funerário em estudo.

A propósito dos materiais exumados Abel Viana declarou – “*nos espólios havia perfeita uniformidade*” (VIANA, 1955d, p. 551) e “*apesar de alguns covachos serem idênticos aos da época pré-romana, os espólios eram todos de época romana*” (VIANA, 1955c, p. 11). Esta alegada uniformidade encontra confirmação no conjunto de cerâmicas finas atribuído ao Padrão que integra a nossa amostra de estudo. Os exemplares de *terra sigillata* hispânica das formas Drag. 27 (PAD.tsh.001) e Drag. 36 (PAD.tsh.002), e as lucernas enquadráveis nos tipos Dressel-Lamboglia 5 (PAD.lu.001_7) e Dressel-Lamboglia 28/ Deneauve VIIIC (PAD.lu.002) remetem-nos para um âmbito cronológico genericamente compreendido entre a segunda metade do séc. I e o séc. III d.C.. Se tivermos em conta a presença de a cerâmica de paredes finas, representada pelas formas Mayet XLIII e XLIII-A (PAD.pf.001,

PAD.pf.002, PAD.pf.003 e PAD.pf.004), vemo-nos forçados a recuar o *t.a.q.* proposto até inícios do séc. II d.C., reforçando-se a ideia de uma utilização do espaço funerário em plena época alto imperial, conforme sugerido por FRADE & CAETANO (1993, p. 851). Entre o espólio não localizado, e por conseguinte não constante da nossa amostra, encontramos outros exemplos que parecem reiterar esta cronologia – referimo-nos aos unguentários tubulares de tipo Isings 8 (ISINGS, 1957, p. 26), retratados por Abel Viana (1960-1961, p. 33, n.ºs 22 e 45, Est.s I e III), e à lucerna atribuída à sepultura 15 de Padrão (VIANA & DEUS, 1950b, pp. 241-242, Fig. 14, Fig. 28, n.º 129; VIANA & DEUS, 1951, Lam. XI – Fig. 17), aparentemente classificável como tipo Dressel-Lamboglia 27/ Deneauve VIII A e datável da segunda metade do séc. I – primeira metade do séc. II d.C. (DENEAUVE, 1969, p. 193). Os exemplares de cerâmica comum (31 itens) apresentam também, de um modo geral, cronologias de fabrico/ utilização balizáveis entre a segunda metade do séc. I e meados do séc. II/ III d.C.. Nalguns casos, como por exemplo das peças PAD.cc.012, PAD.cc.013, PAD.cc.014 ou PAD.cc.025, as cronologias sugeridas por J. Nolen (1985) para os morfotipos em questão afiguram-se-nos demasiado restritas, atendendo ao enquadramento cronológico do espólio datante disponível.

Em paralelo, há que registar que, entre o espólio atribuído à necrópole do Padrão, as peças PAD.cc.027, PAD.mt.005_10 e PAD.mt.010, pelas respectivas características formais e cronologias, se revelam dissonantes do restante conjunto. Tendo em conta a relativa uniformidade, a nível cronológico, da amostra de materiais analisada, e a origem não confirmada das três peças, não nos parece que estas constituam indicadores seguros de uma ocupação e/ou utilização funerária do arqueossítio durante a Idade do Ferro (no caso da taça de tipo Nolen IV-f – Catál. PAD.cc.027, e da fibula La Tène I – Catál. PAD.mt.005_10) ou Antiguidade Tardia (no caso do brinco de remate em botão circular – Catál. PAD.mt.010), ainda que esta possibilidade não possa ser ignorada. Neste sentido, recorde-se que Abel Viana classificou a necrópole do Padrão como “*céltico-romana*” (VIANA, 1955d, p. 551), comparando-a à Chaminé, com base nas características das tumulações e, quiçá, de algum do espólio recolhido.³⁴³

³⁴³ Relativamente ao espólio, os ‘pesquisadores’ ressaltaram a ausência de cerâmica manual entre os materiais do Padrão, ao contrário do que se verifica na Chaminé (VIANA & DEUS, 1951, p. 101).

IV.19. MONTE DA OVELHEIRA (Assunção, Ajuda, São Salvador e Santo Ildefonso, Elvas, Portalegre. CNS 5697. CMP 428. N 38° 51' 06.51" O 7° 08' 09.36")

IV.19.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

O sítio do Monte da Ovelheira localiza-se a aproximadamente 4 km de distância, para sudeste, da cidade de Elvas. Implantado a uma cota de 209 metros de altitude, ocupa uma plataforma de relevo suave na margem direita do Rio Guadiana, com privilegiado domínio visual sobre a envolvente. Trata-se de uma paisagem marcada pela presença de solos de elevado potencial agrícola (solos calcários pardos, de classes A e B) e abundância de recursos hídricos, designadamente o Ribeiro do Can-Cão, que circunda pelo lado oeste o dito Monte, e respectivas linhas de água subsidiárias.

As informações relativas às pesquisas arqueológicas realizadas no local são escassas. As referências mais antigas conhecidas a espólio atribuído ao arqueossítio do Monte da Ovelheira remontam a 1905 e constam do inventário do antigo Museu Municipal de Elvas, revelando que o potencial arqueológico do local já seria conhecido desde, pelo menos, os inícios do séc. XX. Tais referências dão conta de “*um fragmento de ara*³⁴⁴./ *Um ladrilho./ Encontrados, avulsos, na herdade da Ovelheira, concelho d’Elvas. Oferecidos ao Museu pelo sr. Jose [sic] Vicente d’ Abreu em Janeiro de 1905*” (CME/ BME: Catálogo do *Museu Archeologico de Elvas*, II.a) Objectos Romanos, entradas n.ºs 672-673; CME/ BME: Biblioteca - Registo de Entradas de Objectos no Museu Municipal de Elvas, Arqueologia Romana). Do Registo de Entradas na antiga instituição museológica elvense consta também uma outra referência a espólio recolhido no sítio da Ovelheira. Desta feita trata-se de “*uma ânfora para vinho, de barro cinzento*”, encontrada “*por meio de escavações*” na dita herdade e que terá dado entrada no acervo do museu em Novembro de 1912, por oferta de José Mendes (CME/ BME: Registo de Entradas de Objectos no Museu Municipal de Elvas, Arqueologia Romana).³⁴⁵ Ainda que não disponhamos de outras informações relativas a estas “*escavações*”, confirma-se deste modo a realização de trabalhos de exploração no arqueossítio do Monte da Ovelheira nos inícios da passada centúria, precedendo assim as ‘pesquisas’ de A. Dias de Deus.

A documentação da autoria de Abel Viana e A. Dias de Deus a que pudemos ter acesso revelou-se omissa quanto ao sítio em questão, sendo por isso a referência constante de *Apointamentos de estações romanas e visigóticas da região de Elvas (Portugal)*³⁴⁶ a única que conhecemos dos autores

³⁴⁴ Catálogo MOV.II.001.

³⁴⁵ Não nos foi possível identificar/ localizar a ânfora e o designado “*ladrilho*” nas Reservas de Arqueologia da Câmara Municipal de Elvas.

³⁴⁶ DEUS, LOURO & VIANA, 1955, pp. 572-571.

citados sobre os vestígios e as recolhas realizadas naquele local. Ignoramos a data das pesquisas e quais os agentes das mesmas; porém, presume-se que tenham ficado a dever-se à iniciativa de A. Dias de Deus e/ou do Pe. Henrique da Silva Louro, e ocorrido sensivelmente entre 1940 e 1949, antes do início da colaboração do funcionário da Colónia Correcional de Vila Fernando com Abel Viana.³⁴⁷ Desconhece-se qual a extensão da área escavada e, conforme teremos oportunidade de referir mais adiante (IV.19.2.), qual o paradeiro dos materiais ali identificados e recolhidos nos trabalhos levados a cabo na década de 40.

Na visita efectuada ao local pudemos constatar a existência de numerosos vestígios de construções de época romana, que, apesar de não atingirem 1 km de extensão, conforme descrito pelos ‘pesquisadores’ (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 572; CARNEIRO, 2014, II, p. 205), permitem a identificação de diversas estruturas/ áreas funcionais que parecem configurar uma *villa* de grandes dimensões. A implantação em terraços artificiais, vencendo assim o declive da pequena elevação ocupada, sugere uma clara preocupação cenográfica (e/ou estratégica) na sua concepção, comum a outras *villae* do actual território alto alentejano (CARNEIRO, 2014, II, p. 233). Supõe-se que a área escavada nos anos 40 do século passado possa corresponder à faixa de terreno que circunda o atual monte pelo lado oeste (CARNEIRO, 2014, II, p. 206), uma vez que aí se concentram em maior número os compartimentos à vista. De um modo geral, num raio não superior a 100 metros, identificaram-se, para além de fragmentos de cerâmica de construção e cerâmica utilitária, numerosos silhares de granito aparelhado, avulsos ou reaproveitados nas construções do monte agrícola atualmente devoluto³⁴⁸, um fragmento de coluna (granito) na área a sudeste do dito monte, e vestígios de construções romanas relativamente bem preservadas, e entre as quais destacamos um compartimento de planta rectangular, voltado a oeste (possível lagar ?)³⁴⁹, e dois tanques identificados como parte de uma estrutura termal – um de pequenas dimensões, revestido a *opus signinum* e com escadaria de acesso, na vertente norte; e, a cerca de 15m de distância para sudoeste, uma *natatio* de maiores

³⁴⁷ Na base de dados do Portal do Arqueólogo (DGPC) atribui-se a escavação do Monte da Ovelheira a Abel Viana. Contudo, tal informação afigura-se-nos pouco crível, tendo em conta aquilo que, à data, conhecemos das ‘pesquisas’ levadas a cabo na região alto alentejana nas décadas de 40 e 50 do séc. XX, e do método de trabalho do arqueólogo minhoto.

³⁴⁸ Por todo o terreno são visíveis silhares de granito aparelhados, de grandes dimensões, nalguns casos reaproveitados como material de construção para as habitações do Monte, noutros servindo de assentamento para essas mesmas construções. A utilização desta matéria-prima facilmente se explica por nos encontrarmos numa zona de granito alcalino porfiróide (de grão grosseiro a médio), comum na zona a leste de Elvas (GONÇALVES, 1970a, p. 21), não implicando assim o transporte “*de muito longe*” conforme aludido por Deus, Louro & Viana (1955, p. 573).

³⁴⁹ CARNEIRO, 2014, II, p. 206.

dimensões³⁵⁰. Os aparelhos construtivos conservados refletem a robustez das estruturas romanas e o cuidado colocado na sua construção. No âmbito do presente trabalho, interessa-nos, em particular, a descoberta de “*uma sepultura coberta por três lâminas de mármore pulido [sic]*”, “*num dos ângulos do alicerce de uma sala com um dos lados em semicírculo*” (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 573). Todavia, não nos foi possível identificar no terreno evidências do compartimento absidado descrito pelos autores, pelo que se desconhece o local de implantação do enterramento documentado. Tampouco nos foi possível identificar eventuais evidências de outras sepulturas na área do Monte da Ovelheira, ainda que, estamos cientes disso, a nossa leitura do terreno tenha sido bastante condicionada por condições de visibilidade pouco favoráveis.

IV.19.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

Tal como mencionado anteriormente, assumimos o desconhecimento do local da sepultura identificada no Monte da Ovelheira em meados dos anos 40 do séc. XX, por A. Dias de Deus e colaboradores. Assim sendo, os únicos dados de que dispomos para caracterizar este enterramento resumem-se à sumária descrição publicada pelos seus exploradores (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 573), e já transcrita ao longo do presente subcapítulo.

Tendo em conta a referida descrição, somos levados a inferir tratar-se de uma sepultura de inumação, de planta regular, eventualmente de fossa simples em covacho escavado no subsolo e sem revestimento parietal, mas com cobertura de lajes de “*mármore pulido [sic]*” (ibidem). Desconhece-se a orientação do enterramento e a eventual associação a outras sepulturas, que pudessem configurar assim uma área de necrópole. Sem outros dados adicionais, questionamo-nos se se trataria de uma deposição primária, de um único indivíduo, ou se, pelo contrário, estaríamos perante um eventual reaproveitamento da estrutura tumular para a deposição dos restos mortais de mais do que um indivíduo, documentando a prática de ossário. Interpretando a ausência de menção a espólio associado ao enterramento como sinónimo da efetiva ausência de materiais, reforçar-se-ia a ideia de se tratar de uma sepultura provavelmente tardo-antiga. Os dados disponíveis não permitem, no entanto, identificar a crença religiosa do defunto. Para além disso, e considerando a omissão dos autores em relação a eventuais epitáfios, pressupõe-se que as lajes de mármore seriam anepígrafas; porém, interrogamo-nos se corresponderiam a material propositadamente concebido para servirem de cobertura ao enterramento, o que denotaria um acabamento cuidado e um certo investimento no tratamento da sepultura, ou a possível material reutilizado numa função secundária (quiçá material de

³⁵⁰ REIS, 2004, pp. 130-131, n.º 88.

construção/ revestimento proveniente da *villa*, entretanto parcialmente amortizada). A implantação do enterramento “*num dos ângulos do alicerce de uma sala com um dos lados em semicírculo*” (ibidem) remete-nos para um reaproveitamento de prováveis estruturas habitacionais da *villa*, entretanto desativadas, e, em paralelo, para uma fase tardia de ocupação da mesma. A menção específica ao “*alicerce de uma sala*” (ibidem) leva-nos a crer que o compartimento em questão já não se encontraria em funções e que, portanto, a área correspondente estaria disponível para uma reutilização para fins funerários. Para além disso, o facto de se tratar de um compartimento com ábside não deixa de nos parecer sugestivo, equacionando-se a hipótese de um possível local de culto religioso. Em relação a este aspecto, e à falta de novos dados referentes ao arqueossítio da Ovelheira e, em particular, à sepultura em questão, subsiste a dúvida – “*poderão estas estruturas integrar o espaço da necrópole, e estar relacionadas com o mundo dos mortos, sendo a sua funcionalidade de cariz religioso; ou representam vestígios da ocupação residencial daquela área, que em época tardo-romana conviveu com o espaço de necrópole?*” (DIAS, 2013, p. 73).

Ainda a propósito da sepultura identificada no Monte da Ovelheira, recordem-se o sarcófago e uma pretensa *cupa* (ambos em granito), de proveniência desconhecida, que se encontram na Herdade do Monte da Calada, localizada a pouco mais de um quilómetro para sudeste do Monte da Ovelheira (CARNEIRO, 2014, II, p. 206). A hipótese de se tratar de material oriundo da Ovelheira (ibidem) parece-nos verosímil. A confirmar-se tal hipótese, bem como a função funerária da peça identificada como *cupa*, veríamos atestada a existência de um espaço funerário, mais ou menos extenso e organizado, com arquitetura tumular diversa e associado à prática da inumação e incineração, sem que fosse seja possível, à luz da informação disponível, avaliar em que medida a opção por um rito em detrimento do outro traduziu (ou não) distintos momentos de utilização daquele espaço.

IV.19.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

A amostra de materiais atribuídos ao arqueossítio do Monte da Ovelheira é composta por 14 itens, pertencentes à Coleção de Arqueologia do antigo Museu Municipal de Elvas. É fundamental esclarecer que neste caso, e tanto quanto nos foi possível apurar, se trata de espólio exclusivamente resultante de recolhas de superfície, sem que se possa estabelecer qualquer associação às ‘pesquisas’ efectuadas em meados da década de 40 do século passado e, em particular, ao contexto funerário então identificado. Com exceção da peça identificada como MOV.li.001, doada à antiga instituição museológica elvensa em 1905 (conforme indicado em IV.19.1.), todo o restante material da Ovelheira se encontra atribuído a prospecções realizadas em finais do séc. XX. O facto de não ter sido possível

identificar o paradeiro dos materiais recolhidos nos anos 40³⁵¹ levou-nos a optar por incluir este conjunto no presente trabalho, com o intuito de documentar um pouco melhor a realidade arqueológica do Monte da Ovelheira e procurar estabelecer a articulação entre os dados fornecidos pelos materiais e as restantes evidências conhecidas, incluindo a sepultura. Assim sendo, assumiu-se desde logo que os materiais em questão somente seriam passíveis de fornecer potenciais dados genéricos sobre a cronologia de ocupação do arqueossítio.

A amostra apresentada é, na sua maioria (85%), constituída por material cerâmico. Deste cerca de 57% corresponde a cerâmica comum (oito itens). Trata-se, contudo, de um conjunto pouco representativo, uma vez que os fragmentos identificáveis nos remetem para fabricos e tipologias formais pouco distintivos, do ponto de vista morfo-tipológico e cronológico, no panorama da cerâmica comum produzida em época romana no território atualmente alto alentejano. A amostra de material cerâmico inclui ainda fragmentos de cerâmicas finas, designadamente *terra sigillata* e paredes finas. Em relação à primeira, encontram-se representados um exemplar de *terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 27 (Catálogo MOV.tss.001), e dois exemplares de produção africana tardia, correspondentes às formas Hayes 9-B e Hayes 61 (Catálogo MOV.tscl.001 e MOV.tscl.002, respectivamente). O único fragmento de cerâmica de paredes finas que integra esta amostra (Catálogo MOV.pf.001) permite-nos, apesar das reservas em relação à identificação da respectiva tipologia formal, corroborar um horizonte cronológico de ocupação do arqueossítio da Ovelheira recuável até, pelo menos, à primeira metade do séc. I d.C.. Por sua vez, os fragmentos de *terra sigillata* clara A e D documentados remetem-nos para cronologias de meados do séc. II d.C. e dos séc.s IV-V d.C., indo assim ao encontro da ideia de diferentes fases de ocupação do local, desde o Alto Império até ao Baixo Império (ALMEIDA, 2000a, p. 126). À luz dos dados disponíveis, não é possível avaliar se houve ou não continuidade nesta vivência do espaço ao longo da extensa diacronia que os materiais nos sugerem, e se a cronologia da área funerária identificada terá sido igualmente abrangente ou não.

Da amostra de espólio atribuído ao Monte da Ovelheira destacamos um fragmento de mármore branco (de tipo Estremoz-Vila Viçosa) trabalhado, recolhido nos inícios do séc. XX por José Vicente d'Abreu, e identificado ao longo do presente estudo como MOV.li.001. Desconhece-se em que contexto terá sido encontrada a peça, bem como a funcionalidade da mesma. A este respeito, colocam-se duas

³⁵¹ Os 'pesquisadores' referem-se à recolha de "uma base de coluna, em mármore" e ao achado de "fragmentos de vasilhas de vidro e de variada cerâmica, inclusive sigillata e barbotina" (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 573). Desconhece-se ao certo qual o volume das recolhas efetuadas na exploração do Monte da Ovelheira mas tendo em conta a abundante quantidade de material ainda atualmente visível à superfície em toda a extensão da elevação, presume-se que a realização de trabalhos de escavação possa ter certamente possibilitado a recolha de significativo espólio, para além da aludida base de coluna.

hipóteses: a de poder tratar-se de um fragmento de elemento arquitectónico decorativo, do tipo cornija; e a hipótese de corresponder a um fragmento de ara (eventual *pulvinus* de árula).³⁵² A peça parece ter sido retalhada para uma possível reutilização, ou eventualmente não terminada, uma vez que a face posterior e parte das faces laterais não se encontram afeixoadas. A tratar-se de um elemento arquitectónico teríamos um novo dado a acrescentar aos indícios da monumentalidade da *villa* da Ovelheira (ALMEIDA, 2000, p. 158). Por seu turno, a possibilidade de corresponder a um fragmento de árula, funerária ou votiva, assumiria particular relevância – no primeiro caso, por atestar a presença deste tipo de monumentos no espaço funerário ali identificado, possibilitando elucidar-nos um pouco melhor sobre o substrato sociocultural da população, e levando-nos a questionar sobre a eventual existência de diferentes fases de utilização funerária do local; e, no segundo caso, pelas novas e aliantes questões que suscitaria, nomeadamente que divindade seria ali cultuada, em que local, em que momento da ocupação do arqueossítio (ou, se preferirmos, em que fase do tempo útil da *villa*), e em que moldes se plasmava a articulação entre o espaço residencial e o espaço votivo.

À semelhança de outros espaços funerários estudados no presente trabalho, a escassez de dados sobre o enterramento identificado no Monte da Ovelheira condiciona, de forma incontornável, eventuais inferências de ordem cronológica. Ainda assim, e tomando em linha de conta as poucas informações disponíveis – morfologia formal da sepultura, ausência de espólio associado, e presumível prática de inumação – propõe-se uma cronologia tardo-antiga, eventualmente enquadrável entre os séc.s III e V d.C..

³⁵² No inventário da Coleção de Arqueologia do antigo Museu Municipal de Elvas a peça em questão é designada ora como fragmento de ara (Ficha de Inventário MME Arq), ora como fragmento de elemento decorativo (listagem de conteúdo do respectivo contentor de armazenamento).

IV.20. SÃO RAFAEL (Assunção, Ajuda, Salvador e Santo Ildefonso, Elvas, Portalegre. CNS 5691 (?)³⁵³. CMP 428. N 38° 46' 22.49"/ W 7° 11' 39.97")

IV.20.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

Enquadrado entre o ribeiro de São Rafael (a Norte) e a Ribeira das Cuvetas (a Sul-Sudoeste), e delimitado a leste pela albufeira do rio Guadiana, o Monte de São Rafael ocupa uma pequena elevação no terreno, com bom domínio visual sobre a paisagem envolvente. O sítio da antiga capela de São Rafael (atualmente em ruínas) localiza-se a pouco mais de 200 metros, no sentido noroeste, das dependências do monte atual. Insere-se numa paisagem de relevo suave na margem direita do Guadiana, ou, mais propriamente, da Albufeira do Alqueva, com cotas que tendencialmente não ultrapassam os 200 metros, e ocupa uma mancha de litossolos de natureza xistosa, de reduzido potencial agrícola (classe E). A paisagem atual caracteriza-se por um coberto vegetal esparso, apesar da abundância de recursos hídricos – para além da Albufeira do Alqueva, destacam-se o Ribeiro de S. Rafael e o Ribeiro das Cuvetas, que correm a nascente e a poente, respetivamente, do local da antiga capela e do atual monte.

Para além dos monumentos megalíticos, Abel Viana e A. Dias de Deus fazem referência aos “*abundantíssimos vestígios da ocupação romana*” identificados, quer no outeiro de São Rafael, quer nos montes circundantes, chegando mesmo a afirmar que “*todas as «malhadas» e currais, assim como os numerosos montes de pedras que por ali há assentam em [sic] alicerces de casas, talvez habitações da época romana ou dos séculos a seguir*” (VIANA & DEUS, 1957, pp. 96-97). Este reaproveitamento de elementos de construção de época romana confirma-se na própria estrutura da capela de São Rafael.³⁵⁴ Num raio de aproximadamente 30 metros em torno do local do antigo edifício religioso é possível identificar evidências de sepulturas, com orientações diversas mas com estrutura tumular idêntica. Presume-se que o conjunto de tumulações ainda bem visíveis corresponda à necrópole de inumação, presumivelmente de época romana e composta por mais de 20 enterramentos, mencionada por DEUS, LOURO & VIANA (1955, p. 573). A descrição publicada é sucinta e pouco esclarecedora quanto à efetiva realização de ‘pesquisas’ arqueológicas no local por

³⁵³ O Código Nacional de Sítio 5691 designa uma *villa*, aparentemente associada a uma necrópole de inumação (DGPC: Portal do Arqueólogo).

³⁵⁴ Não nos foi possível apurar a data de construção do antigo edifício religioso, ainda que esta apareça já citada em 1429. Sem culto desde, pelo menos, os inícios do séc. XVIII (CARNEIRO, 2014, II, p. 207), a antiga ermida encontra-se, hoje em dia, em muito mau estado de conservação, conservando-se de pé apenas parte das paredes.

parte de A. Dias de Deus (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 573). Por sua vez, a documentação consultada é totalmente omissa quanto a eventuais trabalhos em São Rafael. Por estes motivos, estamos em crer que a área de necrópole não deverá ter chegado a ser intervencionada pelos autores citados, tendo-se estes limitado a constatar tais evidências arqueológicas no decurso do levantamento dos monumentos megalíticos ali existentes (VIANA & DEUS, 1957, pp. 96-97). A ausência de referências conhecidas a eventual espólio funerário ou ao material osteológico associado ao enterramentos em causa parece indiciar que aquele espaço funerário poderá ter sido espoliado em época anterior às incursões arqueológicas de A. Dias de Deus.

De registar que, no decurso de trabalhos de prospecção realizados em 1995 no âmbito do Levantamento Arqueológico e Patrimonial do Alqueva, foi identificado no sítio de São Rafael um conjunto de quatro sepulturas em caixa, formadas por placas de xisto e com planta rectangular, ocupando uma área de sensivelmente 100 m².³⁵⁵ O referido achado encontra-se classificado como necrópole medieval – São Rafael 6 (CNS 21158). A confirmar-se uma eventual proximidade com o local de implantação da necrópole de inumação referenciada pelos ‘pesquisadores’ de Vila Fernando (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 573), coloca-se a hipótese deste conjunto de quatro enterramentos poder corresponder a parte integrante do mesmo espaço funerário dado a conhecer na década de 50 do século XX, com uma provável utilização tardo-antiga.

A abundante presença de cerâmica de construção romana documentada na área envolvente do arqueossítio em análise (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 573) e a identificação, à superfície, de troços de possíveis muros de edificações (VIANA & DEUS, 1957, pp. 96-97), quer do lado sul da fachada da antiga igreja, quer na proximidade da anta 2 de São Rafael (CNS 5072), atestam uma ocupação daquele espaço em época romana. Neste sentido coloca-se a possibilidade de a capela atualmente devoluta ter sido erigida sobre vestígios de construções anteriores, de possível cronologia romana ou tardo-antiga, eventualmente associadas a um espaço funerário ou a antigas estruturas habitacionais, conforme sugerem a classificação do arqueossítio de São Rafael como *villa* e a identificação de um *habitat* romano – S. Rafael 4 (CNS 21159; ALMEIDA, 2000, pp. 32, 134 e 145, n.º 71; CARNEIRO, 2014, II, p. 208).

IV.20.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

Na visita efectuada ao Monte de São Rafael foi possível confirmar alguns dos dados publicados por DEUS, LOURO & VIANA (1955, p. 573). A necrópole de inumação é, conforme mencionámos

³⁵⁵ Processo DGPC 7.16.3/14-10(1).

anteriormente, bem visível no terreno (se não na sua totalidade, pelo menos em parte), identificando-se um conjunto de cerca de duas dezenas de sepulturas, morfologicamente idênticas – de planta retangular/ trapezoidal, com estrutura em caixa, formada por lajes de xisto dispostas a prumo – e com orientações norte-sul e este-oeste, tendencialmente dispostas paralelamente entre si. De um modo geral, os enterramentos concentram-se na plataforma aplanada que se estende diante da fachada da antiga capela. Identificaram-se igualmente pelo menos duas sepulturas, com orientação norte-sul mas de tipologia formal análoga às restantes, no lado norte do edifício religioso, próximo da parede lateral. Não dispondo da planta do “*cemitério de inumação*” referenciado por Abel Viana e companheiros (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 573), torna-se difícil apurar se estes dois enterramentos estariam, ou não, contabilizados e incluídos no conjunto de tumulações sumariamente descrito em meados dos anos 50 da passada centúria. De igual modo, interrogamo-nos em relação às quatro sepulturas identificadas nos anos 90 e que se encontram classificadas como necrópole medieval. Atendendo às aparentes semelhanças formais e rituais entre as diversas tumulações identificadas – prática de inumação, e sepulturas de planta retangular com estrutura em caixa composta por lajes de xisto, parece-nos provável que todos estes enterramentos façam parte de uma única necrópole. A não uniformidade na orientação dos enterramentos identificados pode, em nosso entender, ser interpretado como reflexo do particular enquadramento cultural e cronológico da utilização daquele espaço, remetendo-nos para um período anterior à rigidez ritual imposta pelo cânone cristão, no qual os preceitos da nova ordem religiosa emergente coexistem ainda com crenças e práticas anteriores.

IV.20.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

Sem quaisquer informações sobre o espólio eventualmente associado aos enterramentos documentados, não se afigura segura a atribuição de uma cronologia romana ao espaço funerário em estudo. Na verdade, e de acordo com a informação publicada, o único espólio conhecido atribuído à necrópole de inumação de São Rafael corresponde a uma ara anepígrafe (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 573), cujo paradeiro desconhecemos³⁵⁶. Apesar da não localização da peça, a referência dos autores supra-citados ao motivo decorativo representado na mesma – uma rosácea ladeada por duas palmas (ibidem), remete-nos para a iconografia paleocristã e, decorrentemente, para um âmbito cronológico mais tardio do que o inicialmente sugerido pelos ‘pesquisadores’ (ibidem).

Em suma, a escassez de dados conhecidos sobre o arqueossítio romano de São Rafael não viabiliza considerações de ordem cronológica que possam ir além de uma proposta genérica de uma cronologia

³⁵⁶ Peça não identificada/ localizada nas coleções museológicas estudadas.

tardo-romana a alti-medieval (CARNEIRO, 2014, II, pp. 207-208) para o espaço funerário identificado. Tendo em conta as características das tumulações e o rito associado, sugerir-se-ia um âmbito cronológico compreendido, grosso modo, entre os séc.s V – VI/VII d.C.. Presume-se, portanto, que o uso daquele espaço como área funerária preceda a edificação da ermida medieval, mas coloca-se a possibilidade do mesmo poder ter sido coetâneo de um eventual edifício mais antigo, de função cultural ou outra, existente no mesmo local.

IV.21. CARDEIRA [União das freguesias de Alandroal (N. Sra. da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (N. Sra. Loreto), Alandroal, Évora. CNS 1473. CMP 441. N 38° 45' 43.22" O 7° 15' 16.83"]

IV.21.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

O sítio do Monte da Cardeira ocupa uma pequena elevação no terreno (a uma cota de cerca de 172 metros) na margem esquerda da Ribeira de Mures, a noroeste da povoação de Juromenha. Insere-se numa paisagem de relevo suave e ocupa uma mancha de solos mediterrâneos (de «rañas» ou depósitos afins) de elevado potencial agrícola (classes A e B), irrigáveis pelas diversas linhas de água subsidiárias da referida ribeira. De acordo com a descrição feita por Abel Viana e A. Dias de Deus, a necrópole de incineração, identificada em 1950, ocuparia “*uma breve planura da margem esquerda da ribeira de Mures cerca de três quilómetros antes da sua confluência no Guadiana*” (VIANA & DEUS, 1958, p. 8). A não identificação de evidências arqueológicas de superfície na visita efectuada ao local não nos surpreende, tendo em conta a constatada utilização agrícola dos solos e a fragilidade do registo arqueológico em questão. Ainda assim, e considerando a descrição acima citada e as características do terreno, afigura-se-nos verosímil que a necrópole se localizasse na faixa de terreno aplanado que contorna o sopé da pequena elevação do Monte da Cardeira e se estende ao longo da margem esquerda da dita ribeira. A indicação “*cerca de três quilómetros antes da sua confluência no Guadiana*” remete-nos para o achado de sepulturas a sensivelmente 250m para nordeste dos edifícios do monte (hoje em dia, ao que parece, devolutos).

A descoberta de sepulturas no sítio do Monte da Cardeira terá ocorrido na Primavera de 1950, no decurso da realização de trabalhos agrícolas (VIANA & DEUS, 1950a, p. 69; VIANA & DEUS, 1958, p. 8).³⁵⁷ As três sepulturas identificadas no local terão sido destruídas e espoliadas pelos trabalhadores rurais, tendo-se recuperado unicamente uma falcata e uma ponta de lança (VIANA & DEUS, 1958, p. 8-9) – Catál. CRD.mt.001 e CRD.mt.002 (MME Arq n.ºs inv. 2724 e 6764, respetivamente). A doação destas peças ao antigo Museu Municipal de Elvas pelo então proprietário da herdade, José Vicente de Abreu, em finais de Maio de 1950 (CME/ BME: Registo de Entradas de Objectos no Museu Municipal de Elvas, Arqueologia Pré e Proto-Histórica), contradiz a informação publicada, de acordo com a qual o achado das sepulturas teria ocorrido em Junho de 1950 (VIANA & DEUS, 1950a, p. 69; VIANA &

³⁵⁷ Na verdade, Abel Viana e A. Dias de Deus referem-se a uma tumulação destruída “*há alguns anos atrás*” (VIANA & DEUS, 1958, p. 9), o que sugere que a existência de sepulturas no sítio da Cardeira já seria conhecida antes de 1950.

DEUS, 1958, p. 8).³⁵⁸ Seja como for, não se afigura clara a realização (ou não) de trabalhos de escavação ou recolhas no local por parte de A. Dias de Deus e Abel Viana. Na documentação consultada não se identificaram quaisquer referências à realização de ‘pesquisas’ no sítio da Cardeira e, de acordo com os próprios, estes terão procedido a um reconhecimento da área poucos dias após a ocorrência do achado da tumulação que fornecera a falcata, limitando-se a observar a morfologia dos três enterramentos identificados (VIANA & DEUS, 1958, pp. 9-10). Porém, e conforme assinalado por FABIÃO (1998, I, p. 392), esta suposta ausência de intervenção por parte do funcionário da Colónia Penal de Vila Fernando e do arqueólogo minhoto revela-se, à luz dos dados conhecidos, pouco verosímil. Tendo em conta a informação de que “os trabalhadores destroçaram os espólio funerários” e de que apenas se teriam conservado as duas peças metálicas anteriormente mencionadas (VIANA & DEUS, 1950a, p. 70), como se explica o conjunto de vidros atribuídos à necrópole da Herdade da Cardeira publicados por Abel Viana (1960-1961, p. 32, n.ºs 7, 51, 52 e 73, Fig.s 9, 12, 15 e 18, Est.s I, III e V), senão pela realização de recolhas por parte desta dupla (ou somente de A. Dias de Deus) no arqueossítio em questão. Neste sentido parecem apontar, por um lado, a indicação, facultada pelo próprio Abel Viana, de que, à data da publicação citada, se encontrava em preparação um estudo sobre as “necrópoles de Jerumenha (Escola e Cardeira)” (VIANA, 1960-1961, p. 42), o qual nunca terá chegado a publicar-se; e, por outro lado, a indicação constante da *Carta Arqueológica do Alandroal* que dá conta de informações orais relativas a uma escavação levada a cabo no Monte da Cardeira (CALADO, 1993, p. 29, n.º 7).³⁵⁹ Poderemos supor a realização de ‘pesquisas’ a título pontual, quiçá por ocasião dos trabalhos levados a cabo na necrópole identificada em Juromenha, aproveitando a proximidade geográfica entre os arqueossítios. Todavia, e à falta de dados conhecidos que o confirmem, continua a tratar-se de uma questão em aberto.

A ocorrência de outras evidências arqueológicas, de presumível cronologia romana, no sítio do Monte da Cardeira (CALADO, 1993, p. 29, n.º 6; CALADO & ROQUE, 2013, p. 39, n.ºs 4 e 5) parecem indiciar a ocupação daquele espaço num momento distinto daquele para o qual nos remete o espólio

³⁵⁸ Na edição de 24 de Fevereiro de 1951 do periódico *Linhas de Elvas* dá-se conta de “Outra oferta valiosíssima, do sr. José Vicente de Abreu: a de uma falcata, instrumento da idade do ferro, encontrado na herdade do Cardeira, freguesia de Juromenha, por alguns trabalhadores, junto de uma urna cinerária, que partiram na mira de ali encontrarem moedas de ouro”.

³⁵⁹ O facto de Abel Viana publicar em conjunto o espólio vítreo atribuído às necrópoles de Juromenha e Cardeira, sem fazer distinção entre as peças (1960-61, pp. 32-33), dificulta a identificação segura da respetiva proveniência. Por este motivo, e não obstante a falibilidade do método adoptado, optou-se por assumir como vidros provenientes do Monte da Cardeira apenas aqueles que surgem ilustrados e identificados como tal na obra citada. Ainda assim, o bom estado de conservação dos vidros atribuídos à Cardeira que integram a nossa amostra de estudo leva-nos a questionar a proveniência atribuída e, a tratar-se efetivamente de espólio proveniente daquele arqueossítio, a ponderar a hipótese da existência de um outro núcleo de enterramentos para além da necrópole de incineração datável da Idade do Ferro.

metálico recolhido. A confirmar-se a proveniência do espólio cerâmico e vítreo atribuído à necrópole da Cardeira, faria todo o sentido a ideia de que Abel Viana e/ou A. Dias de Deus tivessem realizado escavações noutro contexto funerário identificado no local. Nesta perspectiva não seria despidendo equacionar, quer uma eventual “*sobreposição de estruturas de diferentes épocas*” (FABIÃO, 1998, I, p. 392), quer a possibilidade da existência de um ponto de *habitat* de época alto imperial, relacionado com as evidências funerárias coevas.

IV.21.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

No que respeita ao espaço funerário da Cardeira, Abel Viana refere apenas a identificação de “*três covachos*” (1955c, p. 8), associados à prática da incineração e sem orientação determinável (VIANA, 1955c, p. 12). Desconhece-se qualquer planta do espaço funerário, sabendo-se apenas que as sepulturas identificadas distavam entre si entre 20 a 50 cm (VIANA & DEUS, 1958, p. 9). Dada a fraca representatividade numérica da amostra, não é possível estimar a área total ocupada por este tipo de sepulturas e o número mínimo das mesmas, ou identificar eventuais padrões de organização espacial. Uma das tumulações encontradas pelos trabalhadores rurais conteria “*uma urna cheia de cinzas e fragmentos de ossos queimados*”, aparentemente depositada em caixa tumular (VIANA & DEUS, 1958, p. 8). Assim sendo, confirma-se, por um lado, estarmos perante uma cremação parcial, e não total; e, por outro, a prática de incineração, eventualmente realizada no próprio covacho, com a posterior recolha e deposição secundária dos restos incinerados em urna e caixa tumular. Estas práticas afiguram-se comuns a outras necrópoles alto alentejanas ditas “*célticas*” ou pré-romanas, onde, tal como no caso da Cardeira, se verificou que “*as cinzas e fragmentos, e bem assim os vários objectos do mobiliário fúnebre, estando os metálicos torcidos e partidos, e também com mostras de terem sido submetidos à acção do fogo, foram colocados em vasilhas de barro (...), e estas, (...), metidas em pequenas covas rodeadas e cobertas por pequenas pedras dispostas de modo a constituírem uma protecção muito rudimentar*” (VIANA, 1955c, p. 10). A informação disponível não é suficientemente elucidativa quanto à prática de incineração *in busta* ou à identificação de eventuais áreas de *ustrina*.

As três sepulturas documentadas correspondem a tumulações em caixas de planta retangular (sensivelmente 0,80 m x 0,60 m – VIANA & DEUS, 1950a, p. 69), formadas por paredes de lajes de grauvaque, dispostas a prumo ou ligeiramente inclinadas para fora, e reforçadas de modo a compor paredes duplas ou triplas (VIANA & DEUS, 1950a, p. 69). A cobertura das tumulações era igualmente composta por lajes (duas a três), assentando a laje inferior diretamente sobre a abertura da urna cinerária (VIANA & DEUS, 1958, p. 9). Os enterramentos eram delimitados e assinalados por pedras

dispostas em cunha, consolidadas com terra misturada com pedras de menores dimensões (ibidem; VIANA & DEUS, 1950a, p. 69). De um modo geral, as sepulturas da Cardeira apresentariam uma tipologia formal idêntica às das necrópoles da Chaminé e Horta das Pinas, revelando contudo um maior cuidado na construção (ibidem).³⁶⁰ A escassez de informações sobre os enterramentos documentados, designadamente sobre o espólio e a posição ocupada por este no contexto sepulcral, ou sobre o material antropológico passível de recolha, inviabilizam uma caracterização mais precisa e completa do espaço funerário identificado na Cardeira. De realçar, porém, a *“leitura de natureza social”* proposta para o enterramento cujo conjunto funerário seria composto por uma falcata, uma lança de ponta longa e um recipiente cerâmico – a associação das duas armas e as respetivas características formais parecem sugerir tratar-se de uma *“sepultura de elite”*, de *“alguém que se fez sepultar revestido dos atributos que caracterizam as elites do mundo meridional da época”* (FABIÃO, 1998, I, p. 392). Desconhecem-se quaisquer dados referentes a outras eventuais sepulturas que possam ter sido identificadas no local por Abel Viana e A. Dias de Deus, e que possam ter fornecido o espólio vítreo publicado pelo primeiro (VIANA, 1960-1961). A confirmar-se o achado e a exploração de tais sepulturas, e atendendo à cronologia alto imperial sugerida pelo espólio associado, seria fundamental conhecer as características do registo funerário em questão e perceber de que forma os dois momentos de utilização funerária do sítio do Monte da Cardeira se articularam entre si.

IV.21.3. Espólio funerário e os limites cronológicos propostos

Da amostra em estudo fazem parte 9 peças genericamente atribuídas à necrópole do Monte da Cardeira. Deste conjunto de peças apenas quatro apresentam proveniência devidamente identificada e podem, com segurança, ser atribuídas à necrópole da Cardeira – uma falcata (Catál. CRD.mt.001 - MME Arq n.º 2724) e uma lança de ferro (Catál. CRD.mt.002 - MME Arq n.º 6764), constantes do acervo do antigo Museu Municipal de Elvas, e dois unguentários de vidro (Catál. CRD.vi.001 - MBCB Arq n.º 2090 e Catál. CRD.vi.002 – MBCB Arq n.º 2163), pertença do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança. As restantes seis peças correspondem a espólio cerâmico que integra a Coleção de Arqueologia do MBCB e cuja proveniência se afigura incerta, uma vez que as peças em questão se encontram, de um modo geral, atribuídas indistintamente aos sítios da Cardeira/ Juromenha.³⁶¹ Em relação aos materiais atribuídos à necrópole da Cardeira, relembremos que a falcata e a lança de ferro

³⁶⁰ A propósito da caracterização do espaço funerário da Cardeira, C. Fabião assinala a dificuldade em destriçar se a necrópole de urnas seria composta por enterramentos em covachos (de tipo I, conforme definido por BERROCAL RANGEL, 1992, p. 240) ou por estruturas tumulares mais elaboradas (FABIÃO, 1998, I, p. 387).

³⁶¹ Vide subcapítulo IV.22.3, p. 335, nota 374.

terão sido encontrados “*dentro de uma sepultura, junto de uma urna que foi destruída pelos achadores*” (VIANA & DEUS, 1958, p. 61). O estado de conservação destes dois itens parece refletir, mais do que uma eventual inutilização intencional e ritual, uma “*deformação das peças em contexto fúnebre*” (FABIÃO, 1998, I, p. 387). Seja como for, trata-se de espólio conotado com o mundo ‘ibérico’, testemunhando uma clara influência meridional num quadro regional amplamente marcado por uma matriz cultural de tipo ‘céltico’ (idem, pp. 388-391).

No que respeita ao material vítreo, de acordo com os dados publicados por Abel Viana (1960-1961, p. 14 – Fig. 9, Est. V, n.º 73; p. 18 – Fig. 12, Est. I, n.º 7; p. 21 – Fig. 15, Est. III, n.º 51; p. 25 – Fig. 18, Est. III, n.º 52), o arqueossítio em questão deverá ter fornecido um total de, pelo menos, quatro peças, o que significa que terão ficado por identificar/ localizar duas delas (1960-1961, p. 14 – Fig. 9, Est. V, n.º 73; p. 25 – Fig. 18, Est. III, n.º 52). Por fim, é em relação à proveniência do material cerâmico que subsistem as maiores dúvidas. Segundo a informação publicada, o espólio cerâmico das sepulturas terá sido destruído durante os trabalhos de escavação “*pelos achadores*” (VIANA, 1955c, p. 8), e até mesmo a urna da primeira tumulação encontrada terá sido destruída por estes, “*aborrecidos por não se lhes ter deparado recheio de moedas de ouro*” (VIANA & DEUS, 1958, p. 8). Não se conhecem referências a exemplares de cerâmica comum ou *terra sigillata* exumados no decurso das pesquisas da Cardeira, com exceção da recolha, por parte de Abel Viana e A. Dias de Deus, de “*fragmentos da urna destruída pelos rurais*”, de tipologia formal comum às urnas documentadas na Chaminé e Horta das Pinas (VIANA & DEUS, 1958, p. 9), e portanto sem qualquer semelhança com o espólio cerâmico que compõe a amostra atribuída à necrópole em estudo.³⁶² Desconhece-se o paradeiro deste conjunto de fragmentos e se poderão eventualmente integrar o espólio cerâmico sem indicação de proveniência constante da Coleção de Arqueologia da Casa de Bragança. Paralelamente, e em virtude das limitações das fontes disponíveis, não foi possível aclarar qual o espólio cerâmico recolhido nas ‘pesquisas’ levadas a cabo no sítio da Cardeira entre o conjunto de materiais genericamente atribuídos à necrópole de Cardeira/Juromenha. Por mero artifício metodológico e funcional na gestão da nossa amostra de estudo, assume-se, com as devidas reservas, a opção de incluir entre os materiais atribuídos ao sítio da Cardeira um conjunto de seis peças cerâmicas da Coleção de Arqueologia do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, identificadas como provenientes da Cardeira/Juromenha. A opção em causa teve em conta o âmbito cronológico de parte do espólio atribuído ao espaço funerário da Cardeira (referimo-nos naturalmente aos vidros) e o facto de a documentação referente às recolhas realizadas em Juromenha não nos ter permitido a identificação/ confirmação da proveniência do

³⁶² Vide subcapítulo IV.22.3, p. 335, nota 374.

espólio em questão. Quanto à eventual recolha de material osteológico ou antracológico identificados nos enterramentos da Cardeira (VIANA & DEUS, 1958, p. 8), não dispomos de qualquer informação nesse sentido, pelo que se assume, uma vez mais, a inviabilidade de uma abordagem bio-antropológica.

No que se refere ao âmbito cronológico da necrópole, Abel Viana (1955, p. 8) considera a Cardeira e Chaminé como sendo “*possivelmente, coevas*” e faz recuar a sua cronologia até finais do séc. IV a.C. (cronologia também comum à proposta para a necrópole n.º 2 de Padrãozinho). A tipologia dos exemplares de armamento atribuídos à necrópole da Cardeira (Catál. CRD.mt.001 e CRD.mt.002) obrigam-nos, de facto, a fazer recuar o *t.p.q.* daquele espaço funerário até à Idade do Ferro. Contudo, o restante espólio conhecido define um enquadramento cronológico distinto – vejam-se os exemplares de *terra sigillata* sudgálica e hispânica das formas Drag. 24/25 e 27 (Catál. CRD.tss.002, CRD.tsh.001, CRD.tss.001) e os unguentários de vidro de tipo Isings 16 e Isings 18 (Catál. CRD.vi.001 e CRD.vi.002) que parecem apontar para um contexto circunscrito ao séc. I d.C.. Assim, a confirmar-se a atribuição dos materiais estudados ao conjunto de sepulturas exploradas no sítio da Cardeira, somos levados a considerar estarmos perante diferentes momentos de utilização funerária daquele espaço: um primeiro momento que recuaria até à II Idade do Ferro, mais propriamente aos séc.s IV-III a.C.; e um eventual segundo momento que abarcaria, genericamente, o período compreendido entre a segunda metade do séc. I d.C. e inícios da centúria seguinte.

IV.22. JUROMENHA [União das freguesias de Alandroal (N. Sra. da Conceição), São Brás dos Matos (Mina do Bugalho) e Juromenha (N. Sra. Loreto), Alandroal, Évora. CMP 441. N 38° 44' 28.66" O 7° 14' 24.46"]³⁶³

IV.22.1. O sítio, as intervenções arqueológicas e os dados conhecidos

A povoação de Juromenha ocupa uma posição topográfica privilegiada, na margem esquerda da Ribeira de Mures e na margem direita do rio Guadiana, ou melhor, da atual Albufeira do Alqueva. De um modo geral, trata-se de uma paisagem de relevo suave, com cotas tendencialmente abaixo dos 200 metros, destacando-se a elevação onde se encontra implantada a antiga fortaleza (a uma cota de 212 metros). Os solos são, na sua maioria, de fraco potencial agrícola (classes C/D e E), sendo por isso de assinalar uma mancha de solos de categoria A/B que se estende ao longo da Ribeira de Mures, abarcando parte do atual território de Juromenha. Este enquadramento natural, aliando a abundância de recursos disponíveis³⁶⁴ à relevância estratégica de Juromenha enquanto porto de rio e ponto de controlo da paisagem, terá decerto favorecido a instalação de comunidades humanas no local ao longo de uma extensa diacronia, conforme o atestam as inúmeras evidências arqueológicas documentadas. Apesar de não ser possível traçar o retrato do povoamento romano no atual território de Juromenha, parece-nos pertinente salientar que os dados conhecidos testemunham a presença de uma população perfeitamente enquadrada na estrutura político-administrativa e no *modus vivendi* romanos desde, pelo menos, inícios do séc. I d.C., possível reflexo da importância geo-estratégica do local e, a par disso, da fixação de colonos de origem itálica.³⁶⁵

No âmbito do presente trabalho, centrar-nos-emos no conjunto de enterramentos de época romana explorados por A. Dias de Deus e Abel Viana em meados do século passado.³⁶⁶ Em relação a estes

³⁶³ Sem CNS identificado no Portal do Arqueólogo (DGPC).

³⁶⁴ “*As margens do Guadiana e do Mures, fazem muito amenos os suburbios da villa, e seu territorio é abundante de cereais, fructas e extensas pastagens, onde se cria muito gado de varias especies*” (LEAL, 1874, III, p. 430).

³⁶⁵ Vejam-se, por exemplo, a atestada presença de *terra sigillata* sudgálica, quer entre o espólio recolhido por A. Dias de Deus e Abel Viana em meados dos anos 40-50 do séc. XX, quer na intervenção recentemente levada a cabo na Rua do Miradouro em Juromenha (Processo DGPC S-36135); a onomástica documentada na lápide funerária proveniente de Santo António (IRCP 458, pp. 539-540); a epígrafe votiva dedicada a Júpiter por um soldado da Legião Gémea Félix (IRCP 439, p. 521); ou a bem conhecida *tabula patronatus* de Juromenha (IRCP n.º 479, pp. 554-555), datada do ano 31 d.C., na qual se celebra a integração na clientela do legado imperial Lúcio Fulcínio Trião de três elementos da *gens* Estertínia, “*partie de l’aristocratie d’un vicus local dont nous ignorons le nom, ou plutôt étaiient-ils les seigneurs d’un domaine, d’une grande villa de l’endroit*” (LAMBRINO, 1951, p. 156).

³⁶⁶ Tema igualmente abordado pela autora em artigo dedicado ao designado ‘tesouro de Juromenha’ - CONEJO DELGADO & ROLO, 2018.

achados, a informação publicada é escassa, tendo-nos socorrido da documentação consultada para conhecer um pouco mais das ‘pesquisas’ levadas a cabo nesta vila alandroalense. Em relatório oficial datado de 31 de Dezembro de 1953, o arqueólogo minhoto dava conta a Mendes Correia: *“Ao abrirem os alicerces para o novo edifício das Escolas Primárias de Jerumenha acharam-se várias sepulturas romanas que, segundo nos informaram, continham cerâmica abundante e variada, assim como vasilhas de vidro./ Uma parte dos objectos foi destruída pelos cabouqueiros, e outra parte (?) levada para Lisboa pelo engenheiro que lá foi vistoriar a obra.”* (AFCB: VIANA, 06/01/1954, p. 4). Noutra referência, igualmente alusiva ao arqueossítio em análise, dá-se conta: *“Assim aconteceu em Jerumenha que ao ser rasgada a estrada para aquela localidade, nos preveniram dos achados do Padrão e Monte Branco e ao serem abertos os alicerces para a construção de uma escola, nos preveniram igualmente do aparecimento de sepulturas.”* (MRB: VIANA, 21/01/1955, p. 75/ II de Relatório dactilografado). Finalmente, em carta dirigida por Abel Viana a A. Dias de Deus, a 29 de Dezembro de 1949, pode ler-se: *“P.S. Ouvi há dias uma notícia pela rádio, de sepulturas romanas na estrada para Jerumenha. É coisa com o meu Amigo?! [Oxa]lá não seja. Cá estou à espera das suas relações a respeito das tais sepulturas romanas, e do tal vasilhame. Não mostre as coisas a ninguém”* (AFCB: VIANA, 29/12/1949, p. 2). Para além das referências constantes da documentação, recorde-se que, na publicação dedicada por Abel Viana ao estudo de espólio vítreo diverso (VIANA, 1960-1961), o autor esclarece que os materiais genericamente atribuídos a Juromenha corresponderiam a espólio recolhido, não só na necrópole identificada na Herdade da Cardeira, mas também *“na vila (de Juromenha), sítio da Escola”* (idem, p. 32). Exceptuando esta referência e a menção a material lítico atribuído a Juromenha, aparentemente resultante das recolhas na anta de Monte Branco (VIANA & DEUS, 1957, pp. 92-93, Est.s III e IV, n.ºs 37-39 e 55), desconhecem-se outras alusões, nas publicações da lavra do arqueólogo e do preceptor-adjunto, a pesquisas realizadas naquela localidade. Assim, e de acordo com os dados reunidos, o conjunto de enterramentos romanos explorados por A. Dias de Deus terá sido identificado na área atualmente ocupada pelo edifício da antiga escola primária, construída nos inícios da década de 50 do século passado. De registar que, apesar da coerência da informação disponível quanto ao local de descoberta das sepulturas, não nos foi possível, na visita efectuada ao terreno, identificar quaisquer evidências arqueológicas que permitissem localizar a área de implantação da dita necrópole. Não obstante, assume-se a localização indicada pelos ‘pesquisadores’ e considera-se a possibilidade de o espaço funerário documentado poder estender-se para além da área de construção propriamente dita do edifício escolar, provavelmente para norte e nascente, terrenos que hoje em dia marginam o troço da estrada de acesso à povoação de

Juromenha. O local da necrópole ocuparia, pois, uma área aplanada, a uma cota de cerca de 202 metros de altitude, hoje em dia enquadrada a oeste, norte e leste por manchas de terrenos agricultados, e, a sul, pela atual povoação e pela antiga estrutura defensiva. Esta proposta parece ir ao encontro das informações orais³⁶⁷ que davam conta do *“achado de restos ósseos, cerâmica e vidros descobertos há poucos anos (nos inícios da década de 80, presume-se), aquando da abertura de valas para os alicerces do novo edifício da Junta de Freguesia, a cerca de 20 metros da necrópole atrás referida* (necrópole identificada e explorada por A. Dias de Deus)” (Processo DGPC/ DRCA 2.01.001, vol. 1, pp. 10-11). Uma vez que as referências conhecidas se revelam bastante explícitas, refuta-se a hipótese de uma eventual correspondência com a pretensa área de necrópole romana identificada, décadas mais tarde, na encosta norte da elevação onde se encontra implantada a fortaleza de Juromenha [CNS 21126 – Juromenha 3, Processo DGPC 7.16.3/ 14.10(1); CALADO, 1993, p. 32, n.º 35; CALADO & ROQUE, 2013, p. 42, n.º 36], ainda que o rito e a cronologia do espólio identificado pareçam coincidir com as sepulturas descobertas por ocasião da construção da escola primária.³⁶⁸

A data da descoberta e das pesquisas realizadas em Juromenha não é segura. Presume-se que a descoberta deva remontar a finais de 1949 e os trabalhos ali levados a cabo a essa mesma época e/ou aos inícios do ano seguinte, mais propriamente a Janeiro de 1950 (AFCEB: VIANA, 29/12/1949, p. 2; MRB: DEUS, 04/01/1950). Os trabalhos de campo parecem ter ficado a cargo de A. Dias de Deus, não sendo possível confirmar se Abel Viana terá ou não tido colaboração ativa nos mesmos.

IV.22.2. Caracterização do espaço e práticas funerárias

As informações disponíveis sobre as sepulturas romanas identificadas no sítio da antiga escola de Juromenha são bastante lacunares, no que respeita à caracterização do espaço funerário e práticas rituais associadas. Desconhece-se o número total de enterramentos identificados e escavados – a documentação disponível, para além de se encontrar incompleta, não é suficientemente esclarecedora, levando-nos a depreender um número total mínimo de nove sepulturas intervencionadas³⁶⁹, associadas (se não na sua totalidade, pelo menos numa percentagem maioritária

³⁶⁷ Recolhidas em 1988, por ocasião da campanha de trabalhos arqueológicos a cargo da equipa luso-francesa chefiada por Fernando Branco Correia.

³⁶⁸ Para além das evidências funerárias referidas, encontram-se documentadas em Juromenha sepulturas de cronologia medieval, identificadas na atual Rua do Miradouro (CNS 36135; DGPC Proc. S-36135).

³⁶⁹ Não é claro se o espólio encontrado junto às sepulturas números 4 e 9 configurava (ou não) o local de outros dois enterramentos (MRB: DEUS, 04/01/1950, p. 3). A confirmar-se tal correspondência, o número mínimo de sepulturas escavadas seria de 11, e não de nove.

dos casos) à prática da incineração (MRB: DEUS, 04/01/1950). Uma vez mais fica por apurar a extensão da área escavada e a extensão total aproximada da necrópole identificada. A morfologia padrão das sepulturas corresponderia, de acordo com as notas de A. Dias de Deus, a simples cavidades³⁷⁰ abertas no subsolo rochoso, sem paredes laterais ou pedras delimitando os topos, e com cobertura de telhas e lajes, nalguns casos as primeiras sobrepondo-se às segundas, conforme se verificaria na “*sepultura mais bem construída*” daquele espaço funerário (idem, pp. 1-2). Esta morfologia de enterramentos foi apelidada pelo funcionário da Colónia Correccional de Vila Fernando de “*urnas-sepulturas*” (idem, p. 3). Os dados conhecidos parecem apontar para a prática da incineração com deposição secundária, e não *in busta* (idem, p. 2), sendo cada covacho destinado a conter os despojos do processo de cremação e o espólio funerário. A orientação dominante parece ter sido O-E (idem, p. 2) e a descrição de ‘filas’ de enterramentos (idem, p. 3) leva-nos a pensar numa concepção organizada do espaço funerário. Ainda assim não dispomos de qualquer informação sobre a existência de áreas diferenciadas de enterramentos ou a eventual identificação de áreas de *ustrina*.

Considerando a localização da sepultura de incineração, de cronologia alto imperial, identificada em meados da década de 90 do séc. XX [CNS 21126/ Juromenha 3, Processo DGPC 7.16.3/ 14.10(1)], afigura-se-nos pouco verosímil que esta pudesse tratar-se de parte integrante da necrópole documentada por A. Dias de Deus e Abel Viana, ainda que o espólio da primeira (*terra sigillata*, paredes finas e cerâmica comum) nos pareça remeter para uma cronologia idêntica à desta última. Com base nas evidências de época romana atribuídas a Juromenha, designadamente os diversos exemplares epigráficos ali recolhidos (IRCP 439, 479, 458) e os vestígios de material de construção, elementos arquitectónicos e espólio cerâmico documentados (CNS 2123 e 21128; CALADO, 1993, p. 31, n.º 34), considera-se plausível a existência de diferentes espaços funerários que, coetâneos ou não, estivessem ao serviço das diferentes comunidades que habitavam aquele território.

IV.22.3. Espólio funerário e limites cronológicos propostos

Da documentação consultada consta a referência a 14 peças encontradas nas sepulturas exploradas em Juromenha (MRB: DEUS, 04/01/1950). Não se encontram incluídas neste total as telhas que terão sido encontradas servindo de cobertura a alguns dos enterramentos, e uma moeda – um bronze de Maxêncio (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 578, nota 3), igualmente atribuída a Juromenha, mas sem indicações sobre o respectivo contexto de achado e cujo paradeiro atual se desconhece.

³⁷⁰ Cavidades de forma não especificada e de dimensões variáveis, pelo que se depreende que algumas seriam meros covachos, enquanto outras poderiam ter uma configuração mais regular.

Desconhece-se também qual a quantidade e tipo de espólio que terá ficado em poder do engenheiro responsável pela construção da escola primária, conforme consta da documentação anteriormente transcrita. Assumindo que as fontes documentais a que pudemos ter acesso, por se encontrarem notoriamente incompletas, dificilmente poderão corresponder à totalidade dos registos de campo elaborados sobre estas ‘pesquisas’, presume-se que o valor mencionado fique bastante aquém do total de espólio efetivamente identificado.³⁷¹ Neste sentido, para além da destruição e do desaparecimento de parte dos materiais logo aquando das primeiras descobertas no local (AFCEB: VIANA, 06/01/1954, p. 4), deve ponderar-se a eventual existência de espólio recolhido em Juromenha (escola) por A. Dias de Deus mas atualmente não localizável ou identificável como tal no seio das coleções museológicas analisadas. Quanto ao eventual material antracológico e osteológico identificado nos enterramentos explorados presume-se que não tenha sido recolhido, à semelhança do que se verificou na generalidade das ‘pesquisas’ a cargo da ‘equipa’ de Vila Fernando.

Recorde-se que do acervo do Museu Nacional de Arqueologia consta uma placa funerária epigrafada encontrada em Juromenha e pertencente ao sepulcro de um casal (MNA n.º E 6304; IRCP 458). Terá sido descoberta, na Primavera de 1895, a Norte do arrabalde de Santo António daquela povoação (ESPANCA, 1895, pp. 136-141) e doada, no ano seguinte, por José da Silveira Velladas Bello ao então Museu Etnológico. Trata-se, portanto, de um achado totalmente alheio e muito anterior às recolhas realizadas por A. Dias de Deus e Abel Viana e que, por isso, entendemos não incluir na nossa amostra de estudo. Todavia, atendendo à cronologia da peça (ENCARNAÇÃO, 1985, p. 540), e uma vez que aquando da sua descoberta esta já não se encontraria *in situ* (ESPANCA, 1895, p. 136), coloca-se a hipótese desta poder estar relacionada com um dos espaços de cronologia alto-imperial identificados em Juromenha. No caso da necrópole localizada no sítio da antiga escola de Juromenha, os dados conhecidos documentam uma arquitetura tumular simples e bastante homogénea (MRB: DEUS, 04/01/1950), quiçá não consonante com as características do túmulo escolhido por Lúcio Licínio Avito para última morada de seus pais (IRCP 458, pp. 539-540). Não obstante, o facto do espaço funerário em causa não ter sido escavado na totalidade, deixa em aberto a essa possibilidade.

Em Juromenha, para além do bronze de Maxêncio (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 578, nota 3), terá sido igualmente encontrado, em contexto e data desconhecidos, um conjunto de 20 moedas, datáveis do séc. III e IV d.C., genericamente apelidadas como “*o tesouro de Juromenha*” (NOLEN,

³⁷¹ As repetidas comparações, feitas pelo autor citado, entre os materiais descritos nas anotações de campo e “*outros já encontrados*” no mesmo espaço funerário (MRB: DEUS, 04/01/1950, pp. 1-2), constituem disso um bom indicador.

2004, p. 26; 2008-2009, p. 301). A ausência de informação documental sobre este conjunto³⁷² e o desconhecimento do respectivo contexto de achado, levou-nos a não associar as peças em questão à nossa amostra, ainda que possa colocar-se a hipótese de poderem ter estado associadas a um contexto funerário (CONEJO DELGADO & ROLO, 2018). De qualquer modo, tendo em conta a informação conhecida sobre o dito “tesouro”, ressalta, por um lado, o desfasamento cronológico do material numismático em relação ao conjunto de peças estudadas e, por outro, a aparente confirmação de que o sítio continuaria a ser habitado no Baixo Império.³⁷³ Assim sendo, não podemos deixar de nos questionar sobre a localização dos espaços funerários que serviram estas populações ao longo dos séc.s III e IV d.C..

Note-se que o número de peças descritas na documentação não coincide com o conjunto de espólio identificado como proveniente de Juromenha reunido na nossa amostra de estudo. De acordo com os registos de Inventário da Coleção de Arqueologia do MCB e com o caderno de ilustrações intitulado *Elvas* (AFCB), identificou-se um conjunto de sete peças (cerâmicas finas, cerâmica comum, vidro e metal) atribuídas ao arqueossítio em questão, e sem indicação de contexto de sepultura. Ficaram assim por localizar outras sete peças (*terra sigillata*, paredes finas e cerâmica comum), cujo atual paradeiro desconhecemos, apesar de constarem do referido caderno.³⁷⁴ O espólio reunido remete-nos, grosso modo, para um horizonte cronológico comum da segunda metade do séc. I – inícios do séc. II d.C.. Apesar de algumas das formas documentadas, designadamente a taça de vidro da forma Isings 42-d (ALARCÃO & ALARCÃO, 1967, n.º 2, pp. 4 e 5, Est.s 1 e 12), revelarem diacronias de fabrico e utilização mais abrangentes (ISINGS, 1957, pp. 58-59) do que o enquadramento cronológico proposto, a presença de um exemplar de *terra sigillata* sudgálica da forma Drag. 15/17 (Catál. JUR.tss.001, atribuído à necrópole de Juromenha – escola) confere à amostra disponível um *t.p.q.* não anterior a inícios/meados do séc. I d.C. (MORAIS, 2015, p. 132; ROCA ROUMENS, 2005, p. 124), enquanto o

³⁷² As publicações da autoria de Abel Viana e A. Dias de Deus são totalmente omissas em relação a este achado, bem como a documentação consultada, desconhecendo-se se se trata ou não de uma descoberta da responsabilidade desta dupla.

³⁷³ Cronologia igualmente documentada pelo achado de *terra sigillata* clara nas intervenções arqueológicas realizadas na área da antiga fortaleza, nas décadas de 80-90 do séc. XX – Proc. DGPC/DRCA 2.01.001, vol. 1.

³⁷⁴ Do caderno de ilustrações intitulado *Elvas* (AFCB) constam desenhos de peças identificadas como sendo provenientes de “Juromenha Escola”, “Juromenha Cardeira” e “Juromenha”. A distinção das diversas proveniências sugere-nos que se trataria de espólio com diferentes contextos de achado. Neste sentido, e com vista a uma gestão criteriosa da amostra de estudo, optou-se, por um lado, por tratar em conjunto os materiais atribuídos aos sítios de Juromenha e Juromenha-escola, ainda que assumindo as dúvidas acerca do contexto de achado do espólio genericamente atribuído a Juromenha; e, por outro, por incluir o espólio atribuído a Juromenha/ Cardeira na amostra referente ao espaço funerário da Cardeira (*vide* subcapítulo IV.21.3). Ao longo do presente trabalho e do Catálogo anexo, optou-se por manter a distinção entre as diversas ‘Juromenhas’, de modo a favorecer, tanto quanto possível, a clarificação do contexto de achado das peças.

exemplar de *terra sigillata* hispânica da forma Drag. 15/17 com marca do oleiro *Valerius Paternus* (MAYET, 1970, p. 21; SAÉNZ PRECIADO & SAÉNZ PRECIADO, 1999, pp. 130-132) ou ainda o unguentário de vidro (Catál. JUR.vi.001, atribuído genericamente ao sítio de Juromenha), com paralelos formais aproximados na forma Isings 26-a (ISINGS, 1957, p. 40), reforçam a ideia de um *t.a.q.* que não se prolongaria para além dos inícios/ primeiro quartel do séc. II d.C..

V. O MUNDO FUNERÁRIO ROMANO NO NORDESTE ALENTEJANO – UMA LEITURA DE CONJUNTO SOBRE AS NECRÓPOLES INTERVENÇIONADAS POR ABEL VIANA E ANTÓNIO DIAS DE DEUS

Chegados a esta fase do presente trabalho, impõe-se apresentar uma visão de conjunto dos resultados obtidos através da nossa investigação. Assume-se, porém, a inviabilidade de comparar realidades que, em nosso entender, não são comparáveis, em virtude dos desequilíbrios em termos de volume de informação que cada um dos arqueossítios analisados aporta ao conjunto. Comparar o Monte da Ovelheira ou Nossa Senhora do Carmo, para os quais se conhecem escassas recolhas (incluindo de superfície) ou mesmo nenhum espólio, com os sítios de Padrãozinho ou Chaminé, alvos de uma exploração mais ou menos intensiva e com materiais bastante representativos, resultará inevitavelmente falacioso e apenas nos facultará uma imagem distorcida da realidade arqueológica em estudo. Por este motivo, em trabalhos futuros e no seguimento da linha condutora do nosso projeto de investigação, é nossa intenção proceder ao estudo monográfico de cada um dos espaços funerários, com a análise exaustiva do respetivo espólio.

São inúmeros os condicionalismos que explicam a ausência de resposta para todas as questões passíveis de serem formuladas sobre as designadas «necrópoles céltico-romanas elvenses». Ficou para nós evidente que a impossibilidade de reconstituição dos conjuntos funerários destes espaços funerários resulta, desde logo e a montante, da ausência dessa intenção por parte dos seus ‘escavadores’. Em nosso entender, parece ficar claro que, a par de alguma ‘arqueologia de salvamento/ emergência’ levada a cabo pelos funcionários da Colónia Correcional de Vila Fernando (e em particular por A. Dias de Deus), entre meados da década de 30 e meados da década de 50 do séc. XX, estes pretenderam, em primeiro lugar e acima de tudo, dar azo a uma atividade concebida como recreativa, que visava a recolha de objetos (os chamados “*tesouros*”) para as respetivas coleções particulares, ocasionalmente convertidos em fontes de rendimento (recorde-se, por exemplo, o caso das moedas exumadas nas necrópoles, cujo destino e atual paradeiro se desconhece). A preocupação com o contexto parece só ter sido incutida por Abel Viana, em finais dos anos 40 e na derradeira fase de pesquisas, pelo que as limitações dos métodos de registo e escavação colocados em prática haveriam de ditar inevitáveis lacunas no entendimento e estudo dos arqueossítios intervencionados e, em especial, dos contextos sepulcrais. Neste sentido, não podemos deixar de nos rever nas palavras de quem nos precedeu no estudo do espólio das necrópoles exploradas por A. Dias de Deus e Abel

Viana – “A falta de referências exactas e a dispersão dos materiais tornou impossível, a despeito de repetidas e pacientes buscas, reconstituir o espólio de cada sepultura dentro das várias necrópoles escavadas por A. Viana” (ALARCÃO & PONTE, 1976, p. 74, nota 2). Sem o reconhecimento da importância do ‘contexto selado’ que podia representar cada enterramento identificado e escavado, os ‘pesquisadores’ de antanho reduziram exponencialmente (ainda que, acreditamos, sem consciência disso) as potencialidades do estudo das realidades arqueológicas que ‘salvaram’. Assim, para além da inviabilidade de reconstituição da maioria dos conjuntos funerários, debatemo-nos com a impossibilidade de associar o espólio a uma leitura estratigráfica dos arqueossítios e com a dificuldade de perceber quais os materiais que poderão corresponder a intrusões assíncronas e, consequentemente, a elementos perturbadores da leitura e interpretação da amostra reunida (ZARZALEJOS PRIETO & JARAMILLO FERNÁNDEZ, 2015, p. 513). Não estamos, pois, em condições de corroborar a ideia de que alguma das necrópoles estudadas tenha sido escavada de forma sistemática (FRADE & CAETANO, 1993, p. 849).

À parte de todos os condicionalismos já conhecidos, a nossa abordagem partiu da basilar premissa (óbvia, mas muito relevante) de que “*the dead do not bury themselves*” (PEARSON, 1993, p. 203) e da ideia de que “*mortuary evidence (...) represents the direct and purposeful culmination of conscious behaviour, rather than its incidental residue*” (O’SHEA, 1981, p. 39). Com base nos dados publicados e fontes documentais consultadas, apurou-se um total de cerca de 821 enterramentos identificados e (parte deles) explorados ao longo da primeira metade do séc. XX e inícios dos anos 50 na área do atual Nordeste Alentejano. Deste total, foi possível individualizar 317 contextos sepulcrais, referentes aos espaços funerários de A-do-Rico, Fontalva, Torre das Arcas, Padrãozinho 4, Padrão, Cardeira e Serrones. Para os demais arqueossítios analisados, os dados conhecidos apenas possibilitaram o apuramento do número global de enterramentos e a associação de espólio ao contexto geral das necrópoles. Neste sentido, recorde-se que somente 35% dos materiais que constituem a nossa amostra de estudo, isto é, aproximadamente 381 itens num universo de 1078, se encontram atribuídos a um contexto de sepultura. No que concerne aos contextos sepulcrais individualizáveis, observou-se que apenas uma percentagem minoritária - 36%, ou seja, 114 enterramentos - não terão fornecido espólio. Para os restantes 64%, foi possível identificar e reconstituir (de forma integral ou parcial) aproximadamente 117 conjuntos funerários, acrescendo assim 51 conjuntos aos já referenciados por outros autores em estudos anteriores (NOLEN, 1985; 1995-1997). Os espaços funerários com maior número de conjuntos de oferendas identificados correspondem ao núcleo de Padrãozinho 4, com

cerca de 149 peças associadas a 64 das 128 sepulturas ali exploradas, e Torre das Arcas, com 94 peças atribuídas a 38 dos 79 contextos sepulcrais documentados. Esta identificação dos conjuntos funerários foi fundamental para a definição, com maior ou menor acuidade, das balizas cronológicas para cada enterramento em particular, e para a utilização diacrónica dos distintos espaços funerários em geral, nalguns casos implicando a confirmação ou revisão de limites anteriormente propostos (*idem*).

No que respeita às práticas funerárias documentadas, as evidências em estudo revelaram um claro predomínio da prática do rito da incineração entre o conjunto dos enterramentos estudados, correspondendo a cerca de 55% (449 casos estimados) da globalidade da amostra. Este valor contrasta com os 37% associados à inumação (304 ocorrências) e 8% de enterramentos de rito indeterminado/ não identificado (68 ocorrências). Ressalve-se que estes valores correspondem aos valores gerais da amostra, isto é, sem tomar em linha de conta os diferentes períodos cronológicos a que se reportam os diversos núcleos funerários. Se restringirmos a amostra aos enterramentos de cronologia romana e tardo-antiga, excluindo assim as evidências funerárias da II Idade do Ferro, as diferenças de representatividade entre ritos esbatem-se, perfazendo as incinerações e inumações a mesma percentagem – cerca de 45%. Seja como for, quaisquer dos valores apresentados devem ser entendidos apenas como valores de referência, e não como valores absolutos, quer pelo facto de nenhum dos arqueossítios em questão ter sido integralmente escavado (limitando-nos a uma visão truncada da realidade arqueológica daqueles espaços funerários), quer pelas imprecisões dos dados conhecidos. Veja-se, por exemplo, o caso da Chaminé – conforme tivemos oportunidade de mencionar no respetivo subcapítulo, não nos parece verosímil que as cerca de 180/ 150 urnas exumadas no núcleo datável da Idade do Ferro correspondessem a igual número de enterramentos (FABIÃO, 1998, I, p. 373), pelo que o valor assumido serve apenas como hipótese de trabalho.

Do conjunto de 22 arqueossítios estudados, a maioria (13) encontram-se associados à prática exclusiva de um dos ritos ou a rito indeterminado (sempre que as evidências arqueológicas não tenham possibilitado aos ‘escavadores’ a identificação do rito associado às sepulturas). Em seis das necrópoles, designadamente Eira do Peral, Chaminé, Serrones, Torre de Arcas, Terrugem e Padrãozinho documenta-se a prática da incineração e inumação, em paralelo com algumas sepulturas de rito indeterminado. Vejam-se, por exemplo, em Torre das Arcas, as sepulturas 7 e 11, de incineração e inumação, respetivamente, e ambas genericamente datáveis do séc. III – IV d.C.. Por sua vez, as sepulturas 40, 43, 50 e 56 parecem confirmar a proposta de um *t.p.q.* da segunda metade

do séc. II d.C. para a prática do rito de inumação naquela necrópole elvense.³⁷⁵ Contrastando com as evidências documentadas em Torre das Arcas, em Padrãozinho 4 observa-se a prática exclusiva da incineração, mesmo em contextos sepulcrais datáveis de meados do séc. III d.C.. À luz dos dados disponíveis, reitera-se, pois, a ideia de que “os dois rituais funerários (...), coexistiram, no Nordeste Alentejano, no espaço e no tempo” (FRADE & CAETANO, 1993, pp. 859 e 870; ver também FRADE & CAETANO, 2004, p. 332) e que, nos casos documentados, as eventuais vicissitudes e/ou concepções mentais que justificaram a opção por um ou outro rito não se refletiram numa diferenciação da cultura material associada aos enterramentos.³⁷⁶ Esta evidência encontra paralelo nas necrópoles rurais da Bética e Tarraconense, onde se observa a coexistência dos dois ritos em plena época alto-imperial, à semelhança do que se verificaria na própria capital do Império (GONZÁLEZ-VILLAESCUSA, 2001, p. 78; RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, 2006, p. 345; VAQUERIZO GIL, 2010, pp. 27-28). Quanto a uma aparente preferência pela inumação (TEICHNER, 2016, pp. 563 e 570), no caso das necrópoles romanas alto alentejanas em análise, e comparando com outras congéneres como Herdade do Reguengo (CALDEIRA, 2004), Santo André (VIEGAS, NOLEN & DIAS, 1981), ou Lage do Ouro (FRADE & CAETANO, 1987), esta não se confirma. Por conseguinte, não é viável inferir uma alegada relação direta com uma matriz mais conservadora das comunidades rurais, que justificasse a opção por tradições funerárias pré-romanas e/ou por uma solução pretensamente mais económica e simples (TEICHNER, 2016, p. 564). Para as demais necrópoles da nossa amostra nas quais se constatou o uso dos dois ritos, as evidências conhecidas parecem apontar para a existência de diferentes fases de utilização funerária daqueles lugares, associadas à preferência por um ou outro dos ritos; preferência esta que, estando ou não relacionada com âmbitos cronológicos díspares, nos remete necessariamente para diferentes concepções simbólico-rituais e /ou motivações de ordem pessoal, familiar ou cultural (VAQUERIZO GIL, 2010, p. 27). A aparente reutilização e reconversão de sepulturas de incineração em sepulturas de inumação, conforme se verificou nos enterramentos 67 e 68 de Torre das Arcas, sugere esta sucessão na utilização dos diferentes ritos no mesmo espaço. Na Chaminé, Serrones, Padrãozinho e Eira do Peral, a existência de diferentes núcleos funerários, associados a diferentes ritos, testemunha a permanência do estatuto daqueles espaços físicos como ‘espaços dos mortos’ e, nessa medida, como espaços revestidos de sacralidade para os vivos – *locus*

³⁷⁵ A este respeito é de assinalar que os estudos de necrópoles romanas em meio urbano na *Hispania* têm vindo a revelar a precocidade da adopção do rito da inumação, documentado durante o séc. I d.C. e mesmo em época republicana (TEICHNER, 2016, p. 565).

³⁷⁶ A propósito, recorde-se o exposto no subcapítulo IV.10.3.

religiosus, ao longo de um âmbito cronológico mais ou menos lato, e independentemente das diferentes circunstâncias conjunturais que possam ter justificado a opção por um dos ritos em detrimento do outro.

Em relação aos núcleos funerários associados à prática da incineração, encontram-se documentados vários prováveis *ustrina* – três na Chaminé, um em Serrones, dois em Padrãozinho 4, e dez em Horta das Pinas, atestando como prática corrente a incineração com deposição secundária. A incineração *in busta* parece encontrar-se representada num dos enterramentos alto imperiais da Chaminé, em Horta das Pinas e aparentemente também na Herdade do Padrão (por exemplo, na sepultura 17). Há que notar, porém, que a não localização de estruturas identificáveis como *ustrina* não é sinónimo da ausência de incinerações com deposição secundária, podendo apenas tratar-se do resultado de eventuais reutilizações e/ou destruições daqueles espaços (PEREIRA SIESO, 2001, p. 18). Ressalve-se que, no caso do conjunto das necrópoles em análise, não é possível reconstituir, de forma minimamente fidedigna, os enterramentos que conteriam urna(s) funerária(s). Tal impossibilidade prende-se, por um lado, com a escassez de informação sobre os contextos de sepultura e, por outro lado, com a utilização pouco criteriosa do termo «urna» pelos ‘pesquisadores’ para designar diferentes tipos de recipientes cerâmicos que integravam os conjuntos funerários. Assim sendo, entendemos não ter condições de confirmar a média proposta por J. Nolen – 10 a 15% de enterramentos em urnas (NOLEN, 1985, pp. 129-130). Na verdade, tendo em conta as características das tumulações da Chaminé, Horta das Pinas, Padrãozinho 4 e Torre das Arcas, não nos pareceria improvável uma percentagem superior. Seja como for, a prática da incineração com deposição secundária dos despojos cremados (*ossilegia*) e espólio em urna ou caixa, colocadas em covachos, tal como se observa nas necrópoles alto alentejanas, pode ser entendida como uma evidência de continuidade das práticas funerárias pré-romanas, de que constitui representativo exemplo o uso de urnas de tradição ibérica até época alto imperial nos enterramentos no sul peninsular (JIMÉNEZ DÍEZ, 2006, pp. 74-76). Nos espaços funerários de *Augusta Emerita* encontra-se bem documentada, associada a comunidades cronologicamente próximas da fundação da cidade (MARQUÉZ PÉREZ, 1998, p. 534).

No âmbito das necrópoles de inumação, e ressaltando as lacunas da informação disponível, parece ter sido regra a deposição do corpo em decúbito dorsal. Com exceção dos presumíveis enterramentos em decúbito lateral identificados na Chaminé de acordo com M. Heleno³⁷⁷, não são conhecidas

³⁷⁷ Cfr. subcapítulo IV.6.2.

referências a enterramentos com características anómalas (VAQUERIZO GIL, 2015, pp. 22-25). De assinalar a prática de tumulações duplas ou reutilizações, conforme depreendemos das evidências das sepulturas 51 e 56 de Torre das Arcas. À luz dos dados disponíveis, encaramo-la como possível reflexo de uma densa ocupação do espaço e/ou da tumulação de indivíduos com relações de parentesco entre si. As mesmas razões podem ser evocadas para justificar a prática de ossários. Esta encontra-se documentada na Terrugem, Padrãozinho 1, Torre das Arcas e Serrones, sendo que nestes dois últimos espaços funerários os ossários correspondem a 14% (15 ossários) e 2% (um ossário) das inumações documentadas, respetivamente. Neste âmbito afigura-se igualmente relevante o sarcófago da Eira do Peral (EPE.li.001) como testemunho, a par de outros³⁷⁸, de uma nova tendência que acompanhou o *“triunfo de la inhumación como rito funerario”* (VAQUERIZO GIL, 2010, p. 28). Tendo em conta os dados conhecidos sobre o arqueossítio da Eira do Peral, não devemos deixar de colocar a hipótese de poder corresponder a um exemplo da bem documentada prática de *“construcción de mausoléos, con enterramentos en sarcófagos de los propietarios de la casa, en las inmediaciones de los edificios residenciales y comerciales”* (TEICHNER, 2016, p. 556).

Relativamente à **caracterização dos espaços funerários**, pouco ou nada nos é possível inferir sobre a sua organização. Para além da já mencionada identificação de distintos núcleos de sepulturas, associados a diferentes momentos de uso funerário do mesmo arqueossítio, as limitações dos dados disponíveis não nos permitem reconhecer eventuais estratégias ou critérios na organização do espaço e distribuição dos enterramentos. Parecem constituir exceção a esta regra as necrópoles de Padrão, Juromenha e Terrugem: nos dois primeiros casos, a disposição sensivelmente paralela de fiadas de enterramentos indicia-nos um arranjo pensado e relativamente organizado do espaço funerário; no terceiro caso, as evidências sugerem a existência de um elemento polarizador e estruturador desse mesmo espaço, ou seja, a localização e distribuição das sepulturas ter-se-á processado em função de um edifício de natureza religiosa e/ou martirial. No núcleo de inumações mais tardias da Chaminé, observar-se-ia uma disposição simétrica dos enterramentos, e no espaço funerário de Serrones, ainda que não seja possível identificar uma distribuição organizada das tumulações, parece-nos relevante assinalar uma maior concentração de enterramento na metade sul da área explorada. Em relação à

³⁷⁸ Refiram-se, por exemplo, o sarcófago da Herdade do Botafogo (PIRES, 1901, p. 6) e os três sarcófagos da Herdade de S. Pedro (idem, p. 29), ambos no território do atual concelho de Elvas; ou os sarcófagos da Herdade da Vigária (Vila Viçosa), Glória (Estremoz) (LOPES *et al.*, 2000, Fig. 7, Qd. 2), Silveirona (Estremoz) (CUNHA, 2008), e São Pedro dos Pastores (Campo Maior) (CARNEIRO, 2014, I, p. 252).

orientação predominante, verifica-se que a maioria das sepulturas documentadas apresentaria uma orientação oeste-este/ este-oeste, independentemente dos respetivos rito e âmbito cronológico. Tendo em conta as limitações dos dados disponíveis, entendemos que a informação facultada pelos ‘pesquisadores’ em relação à orientação das sepulturas exploradas, longe de ser rigorosa, é meramente indicativa. Assim, os únicos espaços funerários/ enterramentos documentados para os quais os dados conhecidos referem especificamente uma orientação oeste-este correspondem a Serrones, Juromenha, Alcarapinha e Camugem, sendo que somente nestes dois últimos arqueossítios nos parece viável colocar a hipótese de uma eventual relação com o preceito canónico cristão. Na Camugem encontra-se igualmente documentada a orientação noroeste-sudeste, enquanto os enterramentos explorados na Terrugem dispor-se-iam no sentido nordeste-sudoeste. A orientação norte-sul encontra-se atestada, por exemplo, em Padrão, Padrãozinho 4, Horta da Serra e São Rafael. É de realçar o polimorfismo construtivo das tumulações documentadas. Excluindo os arqueossítios de Herdade das Carninhas, Nossa Senhora do Carmo, A-do-Rico, Fontalva e Horta da Serra, para os quais não dispomos de informação relativa à arquitetura tumular, as restantes necrópoles/ sepulturas analisadas facultaram-nos um retrato abrangente e diversificado das soluções adoptadas. Neste sentido, e no que diz respeito às sepulturas de incineração, elencamos de seguida as nove tipologias de arquitetura tumular que consideramos mais representativas:

- enterramentos em urna em covachos simples, com ou sem cobertura de lajes e/ou pedras de pequenas dimensões – Chaminé, Serrones, Torre das Arcas, Horta das Pinas, Padrãozinho 2 e 4, Padrão e Cardeira;
- sepulturas em covachos simples, de planta (sub)circular ou quadrangular, com cobertura de telhas (em telhado de duas águas, em camada horizontal simples ou em camada dupla) – Padrãozinho 4, Padrão, Juromenha e Torre das Arcas (neste último caso, esta tipologia é comum a sepulturas de incineração, inumação e rito indeterminado);
- enterramentos em urna depositados em caixas formadas por lajes, com eventual cobertura de telhas ou pedras – Chaminé, Serrones, Horta das Pinas e Olival da Silveirinha;
- sepulturas com estrutura em caixa formada por lajes – Eira do Peral, Padrãozinho 4 e Padrão;
- sepulturas com estrutura em caixa formada por lajes e pedras – Padrão;
- sepulturas com estrutura em caixa formada por telhas – Serrones, Horta das Pinas, Padrãozinho 4, Herdade dos Queimados, Padrão e Torre das Arcas (neste último espaço funerário, e à semelhança

do observado para outra das tipologias anteriormente descritas, trata-se de uma morfologia comum a sepulturas de incineração, inumação e rito indeterminado);

- sepulturas com estrutura em caixa composta por tijolos – Padrãozinho 4;
- sepulturas com estrutura em caixa formada por muretes de pedras – Serrones;
- e sepulturas com estrutura em caixa constituída por paredes duplas de tégulas e uma laje em cada topo – Padrãozinho 4.

Em relação às sepulturas de inumação, a variabilidade formal das soluções arquitetónicas representadas é igualmente assinalável:

- enterramentos em covacho simples, sem indicação de revestimento parietal ou cobertura – Serrones, e Torre das Arcas;
- sepulturas com estrutura em caixa, de planta retangular ou trapezoidal, formada por lajes – Chaminé, Terrugem, Camugem, Padrãozinho 1, Padrãozinho 3, Anta do Carvão (?), Herdade dos Queimados e São Rafael;
- sepulturas com estrutura em caixa, de planta retangular ou trapezoidal, formada por tégulas – Chaminé, Torre das Arcas e Terrugem;
- sepulturas com estrutura em caixa, de planta retangular ou trapezoidal, formada por pedras de pequenas dimensões – Chaminé;
- sepulturas com estrutura em caixa, de planta elipsoidal, compostas por tijolos ou tijolos e argamassa – Torre das Arcas³⁷⁹;
- sepulturas com estrutura em caixa, construída com tijolos ou tijolos e lajes, e com cobertura de lajes – Torre das Arcas;
- sepulturas com estrutura em caixa, formada por placas de mármore (paredes e/ou cobertura) – Terrugem, Camugem e Herdade da Ovelheira;
- sepulturas com estrutura em caixa, sendo uma das paredes construída com pedras de pequenas dimensões e cobertura de lajes – Torre das Arcas;
- e, por fim, tumulações em sarcófagos – Eira do Peral. Este último constitui uma das poucas evidências de monumentalidade nas práticas funerárias documentadas nestas necrópoles alto alentejanas, a par das placas funerárias da Camugem e Fontalva, eventualmente associadas a estruturas tumulares do tipo mausoléu. Note-se que a existência deste tipo de monumentos funerários

³⁷⁹ As sepulturas 31 e 76 desta necrópole, ambas de inumação, ilustram esta tipologia, configurando assim uma variante formal pouco comum no panorama das necrópoles analisadas.

parece encontrar-se igualmente atestada pelas epígrafes de Herdade de Mateus e S. Pedro de Almuro (Monforte) (FRADE & CAETANO, 2004, p. 338; IRCP 578 e 595a), pelo que se assume tratar-se de uma prática bem conhecida das populações que habitavam o território do atual Nordeste Alentejano. No que se refere às inumações em caixa composta por lajes, é possível ainda distinguir as tumulações com as lajes da cabeceira colocadas à vertical ou sobreelevadas em relação às lajes das paredes laterais – Serrones e Padrãozinho 1; e as sepulturas com paredes formadas por lajes e com cabeceira em tijolo – Terrugem. É de notar, conforme assinalado por Abel Viana, que *“relativamente às sepulturas, o que em regra se passa no Alentejo é surgirem na mesma necrópole sepulturas romanas, rectangulares, de inumação, e outras visigóticas, trapezoidais. Raríssimas com espólio, estas últimas. Como também é frequente aparecerem sepulturas rectangulares sem mais nada que o esqueleto, ficamos na dúvida sobre se estas seriam ou não também visigóticas. É o que observamos principalmente na região de Elvas, nas necrópoles n.º 2 da Chaminé (...), necrópole n.º 1 do Padrãozinho (...) e na da Torre das Arcas (...)”* (VIANA, 1960d, pp. 12-13). Destacamos ainda as sepulturas compósitas, comuns à prática dos dois ritos, e que podemos dividir em dois tipos: as sepulturas com compartimentos anexos à estrutura tumular propriamente dita, para colocação das oferendas fúnebres – Serrones, Terrugem, Padrão e Padrãozinho 4; e as sepulturas com dois planos distintos, destinados a diferentes enterramentos, como ilustra, por exemplo, a sepultura 56 da necrópole de Torre das Arcas. A maioria das sepulturas documentadas apresentava, no caso das incinerações, planta (sub-)circular ou elipsoidal, e, no caso das inumações, planta retangular ou trapezoidal. De assinalar também a existência de tumulações de planta quadrangular, associadas a qualquer dos dois ritos praticados e representadas, por exemplo, em Alcarapinha, Serrones e Torre das Arcas.

Quanto ao **funus** propriamente dito (VAQUERIZO GIL, 2010, p. 20), os escassos dados conhecidos sobre as necrópoles estudadas não permitem uma reconstituição dos rituais que terão servido para *“domesticar a morte”* (DINIZ, 2000, p. 114) e garantir uma transição o menos traumática possível para o ‘outro mundo’ (VAQUERIZO GIL, 2010, p. 15). Há, no entanto, um conjunto de aspectos que se nos afiguram relevantes enquanto potenciais evidências de práticas rituais e que nos remetem para a intencionalidade do gesto cristalizado no registo funerário, ao qual, em última instância, se procura aceder. Referimo-nos, por exemplo, à presença de pregos e moedas em algumas das sepulturas das necrópoles em análise. Em relação aos primeiros, e apesar de desconhecermos o contexto de sepultura dos 32 pregos que integram a nossa amostra de estudo, os dados conhecidos dão conta da

presença comum deste tipo de item nos enterramentos explorados. No caso das sepulturas 17, 26 e 37 de Torre das Arcas, todas elas de inumação, colocamos a hipótese de os pregos encontrados poderem reportar-se ao eventual uso de esquifes ou padiolas. Por seu turno, a presença frequente de pregos, em número variável, nas sepulturas de incineração de Serrones e Padrãozinho 4 levam-nos a pensar numa eventual função apotropaica, usados como elemento mágico-profilático destinado, simultaneamente, a proteger o defunto na vida além-túmulo e a 'fixá-lo' ao mundo dos mortos, impedindo-o de regressar para perturbar os vivos (ALFAYÉ VILLA, 2010, pp. 444-448; VAQUERIZO GIL, 2010, p. 41; VAQUERIZO GIL, 2015, p. 18). Para a colocação de pregos nas paredes laterais das fossas tumulares, conforme se verificou na sepultura 8 de Serrones e na sepultura 33 de Padrãozinho 4, ambas de incineração, não identificámos paralelos. Relativamente aos 29 pregos atribuídos ao arqueossítio de Fontalva também nada podemos adiantar, uma vez que se desconhece quantos destes exemplares serão oriundos de contexto funerário. Por sua vez, a presença de numismas está documentada na sepultura 8 de Serrones, sepulturas 17 e 45 de Torre das Arcas, e sepulturas 16, 19, 22, 60 e 92 de Padrãozinho 4.³⁸⁰ Interpretamo-la como possível evidência da prática ritual de deposição do óbolo para Caronte (*naulum*), destinado a assegurar o pagamento da passagem do Lago Estígia e a pacífica viagem para o mundo dos mortos (GONZÁLEZ-VILLAESCUSA, 2001, p. 74). A presença de lucernas, especialmente bem documentada nos enterramentos de Torre das Arcas, pode também ser entendida numa perspetiva simbólica, como a luz que ilumina o defunto na sua derradeira viagem (FRADE & CAETANO, 2004, p. 337) ou, se preferirmos, como “*a luz que da vida en el sentido más abstracto y carente de significación religiosa concreta*” (GONZÁLEZ-VILLAESCUSA, 2001, p. 83). Entre o espólio da sepultura 35 da necrópole de Torre das Arcas incluir-se-ia uma concha (TDA.eco.001_35), associada a três peças de cerâmica comum e a uma lucerna da forma Dressel-Lamboglia 28A. A presença de fauna malacológica em âmbito funerário encontra-se igualmente documentada, por exemplo, na sepultura 2 da Herdade do Reguengo (CALDEIRA, 2004, p. 128), e tem sido alvo de múltiplas interpretações, geralmente associadas ao universo infantil e/ou feminino – “*to date, sea shells in child burials have been interpreted as toys, or as payment for the ferryman Charon. (...) as symbol of afterlife, as remedy, as symbol of fertility, rebirth or immortality, other emphasised the decorative character, or stressed an importance as food dedication*” (STROSZECK, 2012, p. 67). Seja como for, é evidente a natureza simbólica deste tipo de elementos. Refira-se ainda a

³⁸⁰ Não é seguro que os numismas identificados em Juromenha e na Terrugem tenham tido origem em contextos funerários (AFCB: DEUS, [s.d.], p. 3.; MNA, APMH/2/18/1, pp. 27 e 33; DEUS, LOURO & VIANA, 1955, pp. 572 e 578, nota 3).

presença de colheres entre as oferendas fúnebres, designadamente na sepultura 17 de Torre das Arcas (Catál. TDA.mt.015_17) e num dos enterramentos explorados na Terrugem (Catál. TRG.mt.012). Parece-nos verosímil que a presença deste tipo de espólio possa estar associada à celebração da Eucaristia e à administração da comunhão antes do falecimento, prática denominada como *viaticum eucharistiae* e comum entre as primeiras comunidades cristãs (GONZÁLEZ-VILLAESCUSA, 2001, p. 74). No caso da peça em prata da Terrugem, a inscrição *Aelias vivas in Christo* remete-nos claramente para um contexto cultural paleocristão, podendo o exemplar em questão ser encarado numa dupla vertente – como símbolo de uma nova fé, mas também como reflexo do estatuto sócio-económico do indivíduo inumado.³⁸¹

Outro dos aspectos de natureza ritual analisado prende-se com as **oferendas fúnebres** (*munera*). Tendo em conta os conjuntos funerários reconstituídos, verifica-se, por um lado, uma relativa estabilidade no tipo de espólio depositado em contexto funerário e, por outro, uma significativa variabilidade na quantidade de itens ofertados, no estado de conservação destes e no maior ou menor cuidado colocado na respetiva deposição nas sepulturas. Tomando como amostra o conjunto de 317 contextos sepulcrais individualizados, constatou-se que:

- 36% dos enterramentos não apresentaria espólio associado ou, pelo menos, identificado como tal;
- a maioria dos conjuntos funerários seria composto por um número mínimo de duas a três peças, correspondendo, respetivamente, a 15% e 10% dos contextos sepulcrais;
- cerca de 9% dos contextos sepulcrais terá fornecido apenas uma peça;
- em 8% dos casos os conjuntos funerários seriam compostos por um número mínimo de quatro itens, e em 6% dos casos por um número mínimo de cinco peças.
- os conjuntos formados por um mínimo de seis e sete itens não ultrapassam, respetivamente os 3% e 4% dos contextos sepulcrais. A soma dos restantes conjuntos funerários documentados, com um número de peças variável entre os oito e os 18 itens, não ultrapassa 9% da totalidade dos contextos sepulcrais.

Entre as necrópoles com conjuntos funerários identificados e reconstituídos, a de Serrones foi aquela que apresentou conjuntos com maior número de peças. As sepulturas que terão fornecido maior quantidade de espólio correspondem aos enterramentos 14 (18 itens), 30 (18 itens), 52 (16 itens) e 92

³⁸¹ São de assinalar as semelhanças, em termos gerais, identificadas entre a estrutura de planta retangular identificada na Terrugem (AFCB: DEUS, [s.d.]c, pp. 4-5) e a planta do edifício religioso-funerário identificado em San Jerónimo (Córdova) (RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, 2006, pp. 336-337), bem como a coincidência de num dos tijolos deste último se ter identificado a inscrição *Vivas en Deo* (CIL II²/ 7, 727a), datada do séc. IV d.C. (idem, p. 337).

(15 itens) desta necrópole, todos eles associados à prática da incineração e a cronologias alto-imperiais. Neste âmbito há que ter em linha de conta que *“el recuento del número de objecto en un ajuar, independientemente de otras consideraciones como el tipo de objeto, su materia prima o su valor simbólico, es sólo una aproximación grosera a la tarea de determinar la riqueza de un ajuar en comparación con outro, y más grosera aún si lo que se trata es precisar el «valor» global y no sólo la «riqueza» de un ajuar en términos aceptables para la sociedad antigua que estudiamos arqueológicamente, entre otras cosas porque difícilmente podemos saber cual era la «valoración antigua» de un conjunto de materiales en términos de «estatus»*” (QUESADA SANZ, 1994, p. 451).

Em Torre das Arcas, por sua vez, a escassez ou efetiva ausência de espólio em algumas das inumações documentadas (por exemplo, as sepulturas 1, 2, 15 ou 27) leva-nos a colocar a hipótese de poderem tratar-se de enterramentos mais tardios, eventualmente datáveis do período tardo-antigo. Note-se, porém, que a tendência para *“atribuir casi automáticamente las inhumaciones en ager – especialmente si no hay ofrendas asociadas – a la Tardo-Antigüedad”* (idem, p. 566) não é consensual, podendo ser mero reflexo de um conhecimento deficitário das práticas funerárias em meio rural (ibidem).³⁸² De um modo geral, confirma-se a ideia de uma progressiva diminuição do número de oferendas fúnebres, particularmente evidente nas sepulturas dos séc.s V – VII d.C. (FRADE & CAETANO, 2004, p. 337). Parece reproduzir-se o panorama funerário documentado noutras regiões da *Hispania*, designadamente na Bética, com a presença comum, nas inumações tardias, de espólio vítreo, objectos de adorno pessoal, jarras rituais e alfinetes de cabelo (*acus crinales*)³⁸³, e a tendência para uma total ausência de espólio nos enterramentos visigóticos propriamente ditos (VAQUERIZO GIL & VARGAS, 2001, p. 161).

Em Padrãozinho 4 documenta-se a deposição de peças inutilizadas, isto é, fragmentadas e incompletas, nos contextos das sepulturas 18, 20, 33, 51, 59 e 98. Todos os casos documentados tinham em comum o facto de corresponderem a peças de cerâmica comum (bilhas ou jarros), depositadas sem colo ou bordo e, por norma, tapadas com um pequeno fragmento de xisto ou de tégula. Não nos é possível inferir em que medida o estado de conservação das peças é consequência da respetiva utilização como oferenda funerária ou, pelo contrário, tal reaproveitamento em contexto

³⁸² A propósito sublinhe-se a necessidade de adoptar uma *“posición de flexibilidad mental que evite apriorismos innecesarios como los que hasta hace poco rebajaban de forma automática la cronología para cualquier enterramiento de inhumación con independencia de otros criterios materiales o incluso estratigráficos”* (VAQUERIZO GIL, 2012, p. 174).

³⁸³ A propósito, recorde-se a referência ao achado de vários alfinetes de osso no arqueossítio da Chaminé, sem que nos tenha sido possível localizá-los nas coleções museológicas estudadas (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 568; VIANA, 1950, p. 307; AFCB: DEUS, [s.d.], p. 8), e desconhecendo-se qual o respetivo contexto de achado (funerário ou outro).

sepulcral decorreu do facto das peças se encontrarem já fragmentadas e, em virtude disso mesmo, sem serventia noutro contexto. Contudo, há que ter em mente a possibilidade deste espólio poder ter sido utilizado nas cerimónias rituais que precederiam o enterramento, eventualmente na *circumpotatio* (GONZÁLEZ-VILLAESCUSA, 2001, pp. 82-83). A mesma hipótese se coloca em relação às peças TDA.cc.052_51b e PDZ4.cc.016_46; ambas cuidadosamente perfuradas no bojo, sugerindo um eventual uso em libações rituais. No caso da peça de Torre das Arcas (proveniente de uma sepultura de inumação datada de finais do séc. III – séc. IV d.C.), a presença de um extenso grafito, ilegível mas com a repetição do motivo em espinha, leva-nos a sugerir uma eventual função religioso-litúrgica. É neste sentido que se pondera a possibilidade de o motivo em espinha, aqui repetido e conhecido noutros contextos funerários (designadamente de cronologia tardo-antiga, como Cerro Salido, Jaén, e Santa Maria de Hito, Cantábria), poder revestir-se de um significado simbólico, que vá para além da mera marca de posse.³⁸⁴ Ainda neste âmbito, impõe-se aludir à espada de antenas da Chaminé (Catál. CHA.mt.047). Esta constitui um bom exemplo de inutilização intencional e ritual, aliada a uma prática – deposição de armas em contexto funerário, que tenderá a diminuir a partir de meados do séc. II a.C. (JIMÉNEZ DÍEZ, 2006, p. 75). Em paralelo, não nos foi possível apurar “a utilização, como oferendas fúnebres, de peças novas especialmente fabricadas para esse fim” (FRADE & CAETANO, 2004, p. 336) ou identificar espólio que pudesse remeter-nos para as preferências pessoais do defunto (idem), à exceção dos itens associados a atividades profissionais, incluindo algum equipamento militar, e de objetos de adorno. Entendemos não dispor de dados que nos permitam confirmar este estatuto para as peças TDA.cc.032_11 ou PDZ4.cc.039_33³⁸⁵, conforme proposto pelos autores citados (idem, p. 870).

Da amostra analisada, cerca de 14% das peças (146 itens, das categorias de material cerâmico e metais) evidenciaram marcas de exposição à ação do fogo, que se supõe deverem-se à respetiva deposição em contexto funerário, e eventual contacto com material incinerado. De notar que, conforme assinalado por FRADE & CAETANO (2004, p. 336), nem sempre é clara a distinção entre as peças colocadas diretamente nas piras funerárias e aquelas que terão sido apenas depositadas na sepultura,

³⁸⁴ Trata-se de um motivo semelhante ao documentado, por exemplo, nas peças TP.XXIII.1 e TP.XXVII.7, atribuídas, respetivamente, às sepulturas 23 e 27 de Torre de Palma (WOLFRAM, 2011, II, p. 313, Fig. 24, p. 315, Fig. 29). Coloca-se a hipótese deste motivo, ora descrito como espinha de peixe ora como árvore da Vida, poder ter tido, para além de uma simbologia funerária (FRADE & CAETANO, 2004, p. 339), uma conotação religiosa, eventualmente associada à fé cristã.

³⁸⁵ NOLEN, 1985, pp. 61 e 186, n.º 134, pp. 137-138, 222, n.º 514.

misturadas com material incinerado e cinzas.³⁸⁶ Nalguns casos, como por exemplo, o das peças PAD.cc.031, HSE.cc.023, TDA.lu.003_35, e PDZ4.lu.001_91, consideramos que tais evidências possam ter resultado da utilização primária da peça, eventualmente em contexto doméstico. Noutras situações, a coloração das peças, designadamente da superfície interna, sugere uma eventual utilização das mesmas como urnas cinerárias (vejam-se, por exemplo, as peças HPI.cc.032, CHA.cc.029, SER.cc.018_52, PDZ4.cc.052_27 ou PDZ4.cc.050_73). Refira-se ainda, a propósito da usual presença de jarros nos enterramentos mais tardios, o exemplo da peça TDA.cc.021_27 – com evidências de exposição à ação do fogo, característica comum a outros exemplares documentados em necrópoles tardo-antigas, como Silveirona e Murches. Questionamo-nos se poderá tratar-se de uma prática ritual associada à deposição deste tipo de peças em contexto funerário.

Quanto à **disposição das oferendas funerárias** nos contextos sepulcrais, o panorama documentado revela-se diverso, ora cuidado e denunciando uma distribuição organizada do espólio pela sepultura, ora desordenado e disposto de forma aparentemente aleatória, sem que nos seja possível detetar eventuais padrões reportáveis aos diferentes ritos. Nas sepulturas de incineração analisadas, e à semelhança do documentado, por exemplo, na necrópole de Lage do Ouro (FRADE & CAETANO, 1987, p. 136), verificou-se, de um modo geral, a tendência para a colocação das oferendas fúnebres misturadas com o material antracológico e osteológico incinerado. Para além desta prática associada à utilização de urnas cinerárias, característica da tradição dos *urnenfelder* e bem representada na Chaminé, Horta das Pinas e Padrão, vejam-se, por exemplo, as sepulturas 79 de Torre das Arcas, 13 de Padrão, 71 de Serrones, ou as sepulturas 22 e 33 de Padrãozinho 4. No campo de urnas da Chaminé, o espólio poderia encontrar-se depositado no interior das urnas cinerárias ou no exterior, junto destas, mas, por norma, sempre misturado com as cinzas. Na maioria das sepulturas, independentemente do rito funerário a que estivessem associadas, o espólio tenderia a apresentar-se concentrado junto aos topos e/ou paredes laterais (por exemplo, as sepulturas 11 e 43 de Torre das Arcas, sepulturas 51 e 92 de Serrones, ou sepulturas 3, 5, 27, 45 ou 98 de Padrãozinho 4), concentrado na área central da tumulação (enterramento 68 de Torre das Arcas, enterramento 26 de Serrones, enterramentos 16, 86, 87, 88, 102 ou 123 e 124 de Padrãozinho 4), ou distribuído por toda a área da sepultura, sem um critério de organização aparentemente destrinchável (por exemplo, a sepultura 71 de Serrones, e as sepulturas 73, 100 ou 106 de Padrãozinho 4). Nalguns casos,

³⁸⁶ Distinção entre *Primärbeigebenen* e *Sekundärbeigebenen*, conforme assinalado em GONZÁLEZ-VILLAESCUSA, 2001, p. 82.

documentou-se a existência de uma área destinada à deposição das oferendas fúnebres, através da abertura de cavidades anexas à tumulação propriamente dita, nas quais se colocaria o espólio. Ilustrativas deste cuidado são, por exemplo, as sepulturas 79 e 84 de Serrones, 10 e 18 de Padrão, e 17 de Padrãozinho 4. As sepulturas 28 e 30 desta última necrópole documentam outra uma solução alternativa às já mencionadas e que consistiria na construção daquilo a que denominamos ao longo do presente estudo como ‘sepultura compósita’, isto é, uma tumulação com dois planos distintos, ficando o superior reservado para a deposição do espólio funerário. Noutros casos, de que constituem exemplo os enterramentos 10 e 20 da necrópole de Padrão, 46 de Serrones, e 15 de Padrãozinho 4, as oferendas poderiam encontrar-se colocadas no exterior das sepulturas, eventualmente colocadas sobre as lajes de cobertura. Parece-nos verosímil a hipótese sugerida por FRADE & CAETANO (1993, p. 867; 2004, p. 336), de que estas peças pudessem estar relacionadas com *exsequiarum* em homenagem ao defunto.

Nalguns dos enterramentos documentados, torna-se possível vislumbrar a intencionalidade do gesto, quer na organização das oferendas no espaço sepulcral, quer no arranjo das peças entre si. Atente-se, por exemplo, à sepultura 39 de Torre das Arcas, sepultura 81 de Serrones, ou às sepulturas 49 e 59 de Padrãozinho 4 – em qualquer destes enterramentos, verificou-se o cuidado em ‘arrumar’ as oferendas funerárias, colocando o item alegadamente mais frágil no interior de outro que lhe pudesse servir de proteção, respetivamente, uma lucerna dentro de uma tigela de cerâmica comum, uma pulseira no interior de uma taça de *terra sigillata*, uma taça de *terra sigillata* colocada dentro de um prato de *terra sigillata*, e um púcaro e espólio metálico indeterminado depositados no interior de uma tigela. Em alguns dos enterramentos explorados parece ter-se identificado uma organização do espólio no interior da sepultura em função das diferentes categorias e/ou morfologias dos itens depositados como oferendas. Referimo-nos, por exemplo, à sepultura 92 de Padrãozinho 4, na qual o espólio metálico e o numisma se encontrariam junto a uma das paredes laterais, enquanto a peça cerâmica ocupava um dos topos da estrutura tumular; ou aos enterramentos 21 e 27 de Serrones, nos quais os metais e o material cerâmico ocupariam diferentes metades das sepulturas. Na necrópole de Horta das Pinas ter-se-á observado um padrão na disposição das oferendas em contexto sepulcral – no fundo das sepulturas colocavam-se as peças de cerâmica comum mais grosseira, amiúde contendo recipientes de vidro, de *terra sigillata*, de cerâmica de paredes finas, ou mesmo outras peças de cerâmica comum, de menores dimensões; os topos das sepulturas estariam reservados às formas mais altas e fechadas, como por exemplo, bilhas e jarros; e, encostados às paredes laterais,

encontravam-se um prato, disposto em cutelo, as urnas cinerárias, e outros eventuais itens que compusessem os conjuntos funerários (VIANA & DEUS, 1958, pp. 14-15).

Nos conjuntos funerários passíveis de reconstituição, foi possível constatar a associação recorrente de alguns itens, sobretudo de cerâmica comum. Assim, por exemplo, nos enterramentos explorados em Juromenha verificou-se que, frequentemente, os conjuntos de oferendas eram compostos por púcaros biansados, acompanhados por uma tigela ou uma bilha, podendo ou não apresentar outros materiais associados, e, em geral, não ultrapassando as cinco peças (MRB: DEUS, 04/01/1950). Esta associação – bilha e púcaro – corresponde à mais frequente entre o espólio atribuído às sepulturas de Torre das Arcas, ilustrada, por exemplo, pelos conjuntos das sepulturas 8, 51b, 52, 64, ou 69. Nos conjuntos funerários de Padrãozinho 4, e independentemente da existência (ou não) de outro tipo de oferendas, regista-se a recorrente presença de potes/ urnas, bilhas e/ou jarros, púcaros, e pratos e/ou tigelas, tal como exemplificam os conjuntos funerários das sepulturas 9, 38, 71 ou 96. Noutros casos, regista-se a associação de apenas duas a três destas formas, como por exemplo, nos conjuntos de oferendas das sepulturas 59, 114 e 118 (bilha, púcaro e tigela), sepulturas 43 e 53 (pote/ urna, tigela e prato), sepulturas 72, 87 e 91 (bilha, urna/ pote e prato), ou das sepulturas 104 (urna/ pote e prato) e 128 (bilha e púcaro). Em Serrones repetem-se as associações bilha e tigela (por exemplo, na sepultura 29), e bilha e urna/ pote (sepultura 9), frequentemente conjugadas entre si (sepulturas 21 e 27) e/ou com outras formas de cerâmica comum, como púcaros e pratos (vejam-se, por exemplo, as sepulturas 18, 84, e 92).

Passando à análise da **cultura material** atribuída às necrópoles alto alentejanas, importa, antes de mais, relembrar três aspetos fundamentais, já mencionados ao longo do Capítulo III. Em primeiro lugar, note-se que a nossa amostra de estudo corresponde, em exclusivo, a espólio com proveniência conhecida. Ficaram por incluir no Catálogo, por uma questão de coerência metodológica, os restantes materiais que não apresentam indicação de origem/ contexto de achado, apesar de se considerar que, com bastante probabilidade, resultaram das recolhas de A. Dias de Deus e colaboradores. Não obstante a assumida opção metodológica, estamos convictos de que “(...) *pequenos artefactos (...) ou provenientes de contextos desconhecidos, (...), nada perdem em ser publicados, quanto mais não seja para servirem de referência ou comparação para trabalhos posteriores que os iluminem de outra luz*” (GONÇALVES, 2006, p. 186). Por esse motivo, é nossa intenção, em futuras publicações, dar a conhecer também este espólio, quer pela relevância do conjunto, quer pela imperiosa necessidade de

completar o estudo dos materiais resultantes das pesquisas realizadas na região elvense e concelhos limítrofes em meados da passada centúria. Em segundo lugar, sublinhe-se que, apesar de a maioria da nossa amostra (63%) ser composta por peças estudadas e publicadas por outros investigadores em trabalhos anteriores, os restantes 37% (401 itens) correspondem a material inédito. Por último, ressalve-se que não tivemos a pretensão de que este projeto de investigação correspondesse, nesta sua primeira etapa, ao estudo exaustivo do espólio disponível. Entendemos que, uma vez concluídas as tarefas a que nos propusemos – compilação de todos os dados disponíveis sobre as necrópoles exploradas pelos funcionários da Colónia Penal e Abel Viana, contextualização dos trabalhos arqueológicos e localização e identificação do espólio, e uma vez isentos dos condicionalismos impostos pelos prazos de um trabalho académico, estariam reunidas as condições para nos dedicarmos, de forma aprofundada, aos estudos dos materiais, com vista à obtenção de uma leitura integrada (intra-necrópole) e integradora (inter-necrópoles) dos mesmos.

No que diz respeito às cerâmicas finas, começamos por fazer um balanço da amostra de ***terra sigillata*** atribuída às necrópoles romanas alto alentejanas. Trata-se de um conjunto composto por 123 itens (cerca de 15% da amostra de material cerâmico), provenientes de 11 espaços funerários e do arqueossítio do Carrão. Deste total, 14 exemplares correspondem a *terra sigillata* sudgálica, 103 a *terra sigillata* hispânica e 6 a produções africanas. A aparente ausência de *terra sigillata* itálica ou tardo-itálica, passível de ser interpretada como potencial indicador cronológico ou como mero resultado de trabalhos de escavação invariavelmente parcelares e não sistemáticos, não destoa do panorama arqueológico conhecido para o território em análise. O nosso conjunto de *terra sigillata* sudgálica inclui peças provenientes de sete necrópoles, das quais é Horta das Pinas aquela que apresenta um maior número de exemplares (4 itens). Note-se que da totalidade desta nossa amostra apenas quatro peças apresentam indicação de contexto de sepultura. Contamos com oito formas, todas lisas, sendo as mais frequentes a forma Drag. 15/17 e a forma Drag. 27, cada qual com três exemplares. Destacamos as peças SER.tss.001_14 e PDZ4.tss.001_52, correspondentes, respetivamente, às formas Rit. 8 e Rit. 9, e por conseguinte a dois dos exemplares de cronologia mais alta do conjunto. Em termos de fabrico, sugere-se para a totalidade da amostra uma origem no centro oleiro de La Graufesenque. As pastas, de textura compacta e relativamente dura, apresentam uma coloração variável entre o vermelho (*Munsell*, 2.5YR/ 10R, 5/6 – 5/8) e o vermelho claro (*Munsell*, 2.5YR/ 10R, 6/6). Os engobes, por norma espessos e relativamente brilhantes, apresentam coloração vermelha (*Munsell*, 2.5YR/ 10R, 4/6 - 4/8) e, no caso da única peça marmoreada da amostra

(HPI.tss.003), amarelada com laivos avermelhados (*Munsell*, 10YR, 7/6 – 6/8 e 2.5YR, 5/8). Identificou-se a presença de marca de oleiro em nove dos exemplares selecionados, ou seja, em 64% do conjunto de *terra sigillata* sudgálica, sendo que em quatro destes exemplares a marca não se encontra legível, em virtude do acentuado desgaste das superfícies das peças. Assim, das marcas identificáveis, salienta-se a presença de produtos dos oleiros *Vitalis* (OSWALD, 1964, pp. 340-342), presumivelmente atestada pela marca *OF · V[.]* (CRD.tss.001), e *Murranus* (OSWALD, 1964, pp. 213-214; POLAK, 2000, pp. 276-278), com as marcas *OF MVRRAN* (CHA.tss.001) e *MV [...]* (HPI.tss.002). De um modo geral, esta nossa amostra reproduz o padrão de consumo de *terra sigillata* sudgálica conhecido para *Augusta Emerita*, ao evidenciar a supremacia das produções de La Graufesenque e, em paralelo, ao refletir a representatividade da importação destes produtos no período Cláudio-Nero (BUSTAMANTE, 2011, pp. 49-50). No que respeita à *terra sigillata* hispânica, contamos com 103 itens atribuídos a 11 necrópoles alto alentejanas. Serrones e Horta das Pinas apresentam os conjuntos numericamente mais expressivos, com 41 e 36 peças, respetivamente, perfazendo assim 75% do conjunto. Importa registar que, uma vez mais, a maioria dos exemplares selecionados (56 itens) corresponde a espólio sem contexto de sepultura conhecido. Em relação aos fabricos, atribuímos cerca de 88% (91 itens) da amostra ao centro produtor de Trício, indo ao encontro das proporções documentadas em sítios como Tourega e Represas (VIEGAS, 2003, pp. 162-163) e reforçando a ideia de *Augusta Emerita* como “*una sucursal de Tricio cuyo objetivo fundamental era su redistribución*” (BUSTAMANTE, 2011, p. 51). De um modo geral, as pastas caracterizam-se por uma textura fina e compacta, de fratura regular, com abundantes partículas calcíticas e presença de vácuolos, e coloração variável entre o vermelho claro (*Munsell*, 2.5YR/ 10R, 6/6-6/8) e o vermelho (*Munsell*, 2.5YR/ 10R, 5/6-5/8). Os engobes apresentam-se, em geral, espessos, aderentes e mais ou menos brilhantes, de coloração vermelha (*Munsell*, 2.5YR/ 10R, 4/6-4/8) a vermelha escura (*Munsell*, 2.5YR, 3/6). Os restantes 12% (12 itens) do conjunto encontram-se classificados como produtos das oficinas da Bética. As pastas, de coloração vermelha clara (*Munsell*, 2.5YR, 6/6-7/6) a vermelha (*Munsell*, 2.5YR/ 10R, 5/6), são compactas e moderadamente duras, com presença abundante de grãos calcíticos de coloração amarelada e vácuolos. Os engobes mantêm-se espessos e mais ou menos brilhantes, de coloração vermelha (*Munsell*, 2.5YR/ 10R, 4/6-4/8-5/8). Apuraram-se cerca de 13 formas lisas, entre as quais se destacam pela representatividade numérica as formas Drag. 27 (32 itens, ou seja, 31% da amostra), Drag. 15/17 (22 itens), Drag. 35 (14 itens) e Drag. 36 (13 itens). Sobressaem também as formas Hispânica 12 (TDA.tsh.001_51a) e 54 (HPI.tsh.001), desta feita pelos escassos exemplares

conhecidos (MEZQUÍRIZ, 1985, II, pp. 147 e 159). Somente entre o espólio da necrópole de Serrones foi possível identificar eventuais «serviços», observando-se nos conjuntos funerários das sepulturas 6 e 14 a associação taça Drag. 35/ prato Drag. 36 (SER.tsh.007_6, SER.tsh.011_14/ SER.tsh.040_6, SER.tsh.039_14), e da sepultura 52 a associação taça Drag. 27/ prato Drag. 15/17 (SER.tsh.017_52/ SER.tsh.027_52). As peças HPI.tsh.002 (Hisp. 1), SER.tsh.002_27 (Drag. 29) e PDZ4.tsh.001_52 (Drag. 29/37) documentam as três formas decoradas da nossa amostra. Contabilizaram-se 40 peças com marca de oleiro (38% da amostra). De notar, porém, que o estado de conservação da amostra condicionou a leitura e reconstituição da maioria das marcas, permitindo apenas a respetiva identificação e reconstituição em 16 peças. De entre os oleiros representados na nossa amostra, destacam-se os três exemplares da forma Drag. 15/17 atribuídos ao oleiro *Valerius Paternus* (SER.tsh.038_14, HPI.tsh.006 e HPI.tsh.030), cujos produtos foram largamente difundidos em *Augusta Emerita* de finais do séc. I a meados do séc. III d.C. (BUSTAMANTE, 2013, pp. 201-204; MAYET, 1970, pp. 5-25). De assinalar também a presença de exemplares atribuídos aos oleiros *Flaccus Tritiensis* (PDZ4.tsh.011 e SER.tsh.018_14), *Petronius Eros* (SER.tsh.027_52), e *Sempronius* (PDZ4.tsh.008), bem documentados no atual território alto alentejano, designadamente em Herdade do Reguengo e Torre de Palma (CAEIRO, 1974-1977, pp. 228-230; CAEIRO, 1979, p. 116; CALDEIRA, 2004, p. 104, n.º 87, Est. XXVII, pp. 109-110, n.ºs 101 e 102; MAYET, 1984, I, pp. 135, 163 e 171-173). De um modo geral, pode dizer-se que o conjunto da *terra sigillata* hispânica selecionado traduz um consumo das formas mais comuns e difundidas do repertório formal dos centros de fabrico e reflete as primeiras três primeiras grandes fases do consumo da produção hispânica na capital da antiga Lusitânia (BUSTAMANTE, 2013, p. 214).

O conjunto de *terra sigillata* africana atribuída às necrópoles alto alentejanas é composto por dois exemplares oriundos de Padrãozinho e Torre das Arcas. Os restantes quatro itens que integram a nossa amostra correspondem a dois fragmentos resultantes de recolhas de superfície no Monte da Ovelheira e a duas peças recolhidas por A. Dias de Deus e Abel Viana no arqueossítio do Carrão, as mais bem conservadas do conjunto. Apesar de representados os fabricos de *sigillata* clara A (Al/2) (MOV.tscl.001) e D (Dl) (MOV.tscl.002 e Carrão.tscl.002), sobressaem os exemplares de *sigillata* clara C (Cl/C2 e C3) (TDA.tscl.001_17, PDZ.tscl.001 e Carrão.tscl.001), associados a formas datáveis de meados do séc. III – primeira metade do séc. IV d.C.. As cinco formas identificadas encontram-se entre as mais difundidas das produções africanas em *Augusta Emerita* (VÁZQUEZ DE LA CUEVA, 1985). Destacamos a forma Hayes 61, representada por dois exemplares, provenientes do Monte da

Ovelheira (MOV.tscl.002) e Carrão (Carrão.tscl.002). Este último encontra o seu melhor paralelo para a decoração estampilhada de estilo A (ii) que apresenta no fundo interno num exemplar procedente de Mérida (idem, pp. 58, 64, n.º 87, Fig. 20; VIEGAS, 2003, p. 166). Não dispomos de dados que confirmem a condição de “*prato litúrgico*” (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 569), contudo, não deixa de ser curioso notar o cuidado colocado na reparação da peça (conserva um ‘gato’ de chumbo e orifícios para aplicação de outros) por aqueles que dela fizeram uso, deixando antever, se não uma função ritual e religiosa, pelo menos uma valorização da mesma. De registar que da amostra de *terra sigillata* analisada consta um outro exemplar – HPI.tsh.035 (Drag. 36), que também conserva vestígios de uma reparação de que terá sido alvo. Questionamo-nos se estas evidências poderão refletir a imagem de comunidades com um poder aquisitivo estrito e, portanto, com a preocupação de prolongar o tempo útil dos seus bens (sobretudo em fases tardias, quando os abastecimentos começam a falhar) ou se, pelo contrário, constituem casos pontuais, cujas motivações não nos é possível inferir.

Cerca de 31% (38 itens) do conjunto de *terra sigillata* apresenta grafitos (vide Tabela 5 – Anexo 2). Este dado afigura-se bastante relevante se comparado com as percentagens de cerâmica comum e de paredes finas esgrafitadas, evidenciando uma clara preferência pela *sigillata* como suporte. Interpretados como possíveis marcas de posse, predominam os motivos alfabetiformes e cruciformes. Chamamos a atenção para um grupo de três peças – HPI.tsh.005, HPI.tsh.008 e HPI.tsh.023, correspondentes a formas Drag. 27 e 15/17 de *terra sigillata* hispânica, que apresentam o mesmo motivo esgrafitado (linha horizontal com extremidades ramificadas em feixes de três pequenas linhas) no fundo interno e/ou superfície interna da copa. Sem contexto de sepultura conhecido, coloca-se a hipótese de se tratar de peças que integrariam o mesmo conjunto funerário ou que, sendo provenientes de diferentes sepulturas, identificassem indivíduos com alguma relação de parentesco entre si.

A nossa amostra inclui também 53 exemplares de **cerâmica de paredes finas**, atribuídos a oito dos espaços funerários estudados e, na sua maioria (28 itens), com contexto de sepultura conhecido. As necrópoles de Serrones e Horta das Pinas terão fornecido os conjuntos mais representativos, com 22 e 16 itens, respetivamente. No conjunto em análise encontram-se documentadas 15 tipos formais, com um claro predomínio das formas Mayet XLIII e Mayet XLIII-A (33 itens, ou seja, 63% do conjunto), à semelhança do que se verifica para as necrópoles romanas da Herdade do Reguengo (CALDEIRA, 2004, pp. 93-96) e da Rouca (ROLO, 2010, I, p. 101). A forma Mayet XLIV, igualmente associada a uma cronologia da segunda metade do séc. I d.C. (MAYET, 1975, p. 99) ou do segundo quartel do séc.

I aos inícios da centúria seguinte (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a, p. 143), corresponde à segunda forma mais representada (7 itens). Entre os restantes exemplares, destacamos a presença de algumas tipologias menos comuns, como por exemplo, o copo classificável como Mayet XLVI (SER.pf.001_76), a bilha-coador da forma Mayet LII-B (HPI.pf.003), os jarros das formas Mayet LI-A (HPI.pf.001 e HPI.pf.002) e LI-B (SER.pf.022_52), ou ainda a taça de tipo Rodríguez Martín XXIII (PDZ4.pf.002). De todos estes exemplares, apenas a peça SER.pf.022_52 nos sugere um âmbito cronológico eventualmente extensível aos inícios do séc. II d.C. (RODRÍGUEZ MARTÍN, 1996a, p. 149), restringindo-se a cronologia das restantes à segunda metade do séc. I d.C.. No que se refere a origens de fabricos, a nossa análise não nos permitiu ir além da distinção de três grupos de pastas, com características petrográficas e de acabamento diferenciáveis entre si. Tomando como referência, uma vez mais, a análise ao espólio cerâmico da Rouca (ROLO, 2010, I, pp. 100-101), verificou-se que cerca de 89% (47 itens – Pasta I) da amostra de paredes finas estudada encontra paralelo nas pastas do designado grupo 1 da cerâmica de paredes finas da Rouca (ibidem), bem como no grupo 2 de Santo André (VIEGAS, NOLEN & DIAS, 1981, pp. 60-63), para os quais se sugere uma possível origem emeritense. Apenas cerca de 10% da amostra (cinco itens – Pasta II) parece aproximar-se das características do grupo 2 da cerâmica de paredes finas da Rouca (ROLO, 2010, I, p. 101) e do grupo 1 de Santo André (VIEGAS, NOLEN & DIAS, 1981, pp. 57-60), ilustrando a prevalência dos produtos da antiga capital da Lusitânia em relação à cerâmica de paredes finas da Bética. As características da pasta da peça SER.pf.002_9 (Pasta III), apesar de não serem coincidentes com nenhum dos grupos identificados para a cerâmica de paredes finas da Rouca, sugerem uma possível origem nos centros oleiros do sudeste peninsular. Em relação aos motivos decorativos documentados na nossa amostra, constata-se um claro predomínio das decorações típicas dos oleiros emeritenses. A decoração de guilhoché encontra-se representada em cerca de 30% do conjunto, a par da decoração com lúnulas e mamilos/ pérolas de barbotina, documentada, respetivamente, em sete e quatro exemplares. À luz dos dados disponíveis, e conforme proposto para a cerâmica de paredes finas da Rouca (ROLO, 2010, I, p. 102), também o conjunto proveniente das necrópoles alto alentejanas parece apontar para um âmbito cronológico não anterior Cláudio-Nero. Somente dois exemplares – HPI.of.002 e HPI.pf.015 – apresentam grafitos e, em ambos os casos, tratam-se de motivos cruciformes esgrafitados na superfície externa das peças.

O conjunto das **lucernas** conta com 29 itens atribuídos a cinco das necrópoles alto alentejanas e perfaz assim apenas 3% da amostra de espólio cerâmico. A necrópole de Torre das Arcas forneceu a

quantidade mais expressiva de lucernas – 14 exemplares, seguida da necrópole de Padrãozinho 4, com 10 exemplares, assumindo-se, neste último caso, como o principal elemento datante em função dos conjuntos funerários reconstituídos. Note-se que do conjunto resultante da soma dos exemplares atribuídos a este dois arqueossítios, somente três peças não apresentam contexto de sepultura conhecido. De um modo geral, as lucernas analisadas apontam para um horizonte cronológico dos séc.s II-III d.C., ilustrado por um predomínio das lucernas de disco, e em particular das formas Dressel-Lamboglia 28 e Dressel-Lamboglia 30, representadas, respetivamente, por nove e sete itens. Incluem também a nossa amostra três exemplares derivados de disco – as peças PDZ4.lu.007_20 e TDA.lu.013_7, com paralelos nas formas Luzón 62 e 63, e a peça PDZ4.lu.005_81, classificável como de tipo Deneave XI A. Entre os exemplares tardios contamos ainda com uma lucerna *bilychnis* (FNT.lu.001_2), sem tipologia definida mas cujos paralelos formais mais aproximados (LUZÓN, 1967, pp. 147-150, n.ºs 49 e 61; OLEIRO, 1952, p. 27, Est. VII, n.º 12; WALTERS, 1914, pp. 69 e 77, n.ºs 469 e 938) nos remetem igualmente para cronologias não anteriores aos séc.s III-IV d.C.. O exemplar mais antigo do nosso conjunto parece corresponder à lucerna de volutas TDA.lu.014_39, classificada como Dressel 11B/ Loeschke IV e datável do séc. I, eventualmente inícios do séc. II d.C. (MORILLO CERDÁN, 2015, pp. 356-357). A análise macroscópica das pastas possibilitou a identificação de diferentes fabricos e, numa abordagem preliminar, a distinção entre possíveis produções de âmbito local/ regional, por norma de qualidade inferior, e importações. No quadro geral, predominam os fabricos de provável origem hispânica, compondo cerca de 62% da amostra (18 itens), de entre os quais destacamos os produtos de possível origem emeritense, identificada para cinco itens (17% desta amostra). Igualmente representados por cinco exemplares, contamos com produtos de aparente origem norte africana e para a peça TDA.lu.014_39 sugere-se uma possível origem itálica. Em três dos exemplares em estudo observou-se a presença de marca de oleiro, destacando-se a peça TDA.lu.002_56 como um produto do oleiro *Caius Oppius Restitutus*, largamente difundida em território peninsular (RODRÍGUEZ MARTÍN, 2002, p. 154; 2005, pp. 80-85). Em termos iconográficos, sobressaem as representações de figuras mitológicas, como a de Vitória alada sobre *orbis*, envergando coroa e palma (TDA.lu.004_4 e TDA.lu.008_59), a de Marte envergando lança e escudo (TDA.lu.005_50) e a de Diana caçadora (TDA.lu.006_17), a par das representações de *symplegmata* eróticos (TDA.lu.001_38 e TDA.lu.003_35).

A propósito das cerâmicas finas atribuídas aos espaços funerários em análise, “*es curioso notar que entre tanta cantidad y variedad de cerâmica de las necrópolis de la region de Elvas, todavia no haya*

surgido el menor vestígio de cerâmica de tipo campaniense” (VIANA & DEUS, 1955a, p. 265). Tal como afirmámos para a ausência de *terra sigillata* itálica, não é possível destringir em que medida esta ausência traduz a realidade arqueológica dos arqueossítios, servindo-nos de indicador cultural e cronológico, ou é mero resultado das vicissitudes dos trabalhos de campo realizados e da recolha seletiva de espólio. Para além disso, há que ter em conta que “*se para períodos mais avançados da época romana, sobretudo a partir dos meados do séc. I, podem aproveitar-se as informações de sítios rurais próximos de centros urbanos para obter uma aproximação ao perfil das importações que essas cidades conheceram, parece difícil conseguir os mesmos objectivos para o período de importação da sigillata itálica*” (VIEGAS, 2003, pp. 99-100). De qualquer modo, a ausência de cerâmica campaniense no espólio atribuído às ditas «necrópoles céltico-romanas elvenses» não deixa de nos suscitar alguma estranheza, atendendo à documentada presença desta cerâmica no termo sul e oriental da região alto alentejana, designadamente nos arqueossítios de Segóvia (Elvas), Vaiamonte (Monforte), Castelo Velho de Veiros (Estremoz), e Vidais (Marvão) (ARNAUD & GAMITO, 1974-1977; DIAS, 2010, I, Tabela I). Assim, o conjunto de cerâmicas finas reunido parece traçar um quadro cronológico que se estende desde meados do séc. I (40/60 d.C.) até meados do séc. IV/ V d.C., ficando por aclarar a primeira fase da presença romana no território e os “*primeiros impactes romanizadores*” (FABIÃO, 1998, II, p. 66).

Sobre a **cerâmica comum** atribuída aos espaços funerários romanos intervencionados por A. Dias de Deus e Abel Viana não nos alongaremos nas nossas considerações, visto tratar-se, na sua maioria, de espólio estudado e publicado por J. Nolen (1985; 1995-1997). Esta subcategoria de material cerâmico corresponde à percentagem maioritária do espólio identificado, tendo os espaços funerários de Padrãozinho (144 itens), Chaminé (117 itens) e Torre das Arcas (84 itens) fornecido cerca de 62% da amostra de cerâmica comum selecionada. Nesta amostra estão representadas as 17 pastas e respetivas variantes identificadas por J. Nolen para a cerâmica romana das necrópoles alto alentejanas (NOLEN, 1985, pp. 21-27). É de assinalar o predomínio da pasta A (NOLEN, 1985, pp. 21 e 23), em especial das variantes A-1 (63 itens) e A-2 (70 itens), abarcando cerca de 24% do conjunto de cerâmica comum, e com correspondência genérica com a pasta I de Santo André (VIEGAS, NOLEN & DIAS, 1981, p. 65) e a pasta C da Rouca (ROLO, 2010, I, p. 54). A representatividade das pastas C (NOLEN, 1985, p. 24) e D (idem, pp. 24-25), também derivadas de argilas residuais, é expressiva, contando com 46 e 55 itens, respetivamente. Nestes dois casos, recorde-se que a designada pasta C das necrópoles alto alentejanas é identificável com a pasta A da necrópole da

Rouca (ROLO, 2010, I, p. 53) e tem uma expressão meramente residual em Santo André, com a peça J.I.4. (VIEGAS, NOLEN & DIAS, 1981, p. 66). A pasta D, por sua vez, caracterizada pela abundância de elementos quartzíticos e *grog* (NOLEN, 1985, p. 24) equipara-se, grosso modo, à pasta VI de Santo André (VIEGAS, NOLEN & DIAS, 1981, p. 66) e não se encontra representada entre a cerâmica comum da Rouca (ROLO, 2010, I, pp. 52-55). De um modo geral, são assim colocados em evidência os fabricos 2 e 4 propostos para a cerâmica comum romana das necrópoles alto alentejanas (NOLEN, 1985, p. 32), com provável origem neste território. Paralelamente, é de realçar a expressividade das produções emeritenses, representadas por 45 exemplares da pasta H – variantes 1 e 2/ fabrico 6 (NOLEN, 1985, pp. 25-26 e 32), abarcando assim cerca de 8% do conjunto. Cerca de 9% (50 itens) da amostra de cerâmica comum correspondem a peças cujas pastas, de características não enquadráveis nos grupos pré-definidos por J. Nolen, são designadas como ‘pasta única’. Nesta categoria diferenciamos as pastas da cerâmica datável de época romana e as pastas empregues nos exemplares atribuídos à II Idade do Ferro. No que respeita às primeiras, destacamos as pastas cauliniticas das peças FNT.cc.015 e HPI.cc.009, para as quais se sugere uma possível origem na Bética; a pasta cinzenta fina das peças PAD.cc.013 e PAD.cc.014, com semelhanças com a pasta cinzenta identificada entre a cerâmica comum da Rouca (ROLO, 2010, I, p. 55), distinguindo-se desta pela abundância de moscovite que a primeira apresenta; e a pasta da peça HPI.cc.011, de textura fina e branda, comparável à pasta da cerâmica de paredes finas e que nos sugere um possível fabrico emeritense. Quanto às pastas da cerâmica pré-romana ou de tradição indígena, chamamos a atenção para a pasta das peças CHA.cc.024 e CHA.cc.025 – trata-se de uma pasta bem depurada e compacta, de coloração cinzenta (*Munsell*, 5Y, 6/1 – Gley1, 5/N) e aparentemente derivada de barros transportados, com abundância de minerais máficos, quartzo e micas. J. Nolen, referindo-se exclusivamente à peça CHA.cc.025, classifica-a de “cerâmica «ibérica» importada” (1985, p. 167). Por seu turno, a peça CHA.cc.046 ilustra um tipo de pasta distinto, de textura média-grosseira, cuja principal característica reside na abundante de cerâmica comum moída empregue como desengordurante. Entre a cerâmica manual, igualmente associada a contextos pré-romanos, destacamos a pasta F-1 da cerâmica comum das necrópoles alto alentejanas (NOLEN, 1985, p. 25). Representada por 7 itens, a pasta F-1, derivada de barros transportados, apresenta características semelhantes à pasta III de Santo André (VIEGAS, NOLEN & DIAS, 1981, p. 65) mas não encontra paralelos nas pastas da necrópole da Rouca. Parece-nos pouco verosímil que a origem desta pasta se circunscreva à área envolvente de Santo André (NOLEN, 1985, p. 32), pelo menos no que se refere à

cerâmica manual selecionada. Estamos em crer na existência de diversos barreiros a nível regional, com características geológicas genericamente comuns entre si, que permitissem às diferentes comunidades que habitavam o atual território alto alentejano um fácil acesso à matéria-prima necessária para o fabrico de cerâmica de uso corrente. Os restantes exemplares de cerâmica não torneada correspondem a pastas equiparáveis às pastas A e C (NOLEN, 1985, pp. 23-24), o que parece sugerir uma continuidade nos barreiros escolhidos para extração das argilas ao longo da Idade do Ferro e época romana. Em termos gerais, e tendo em conta os principais paralelos de que nos socorremos para a nossa análise da cerâmica comum datável de época romana (os conjuntos das necrópoles da Rouca e Santo André, e da cidade de *Ammaia*), verifica-se que a distinção fundamental entre um grupo de pastas caracterizadas pelo predomínio de minerais ferromagnesianos e um grupo de pastas cuja matriz petrográfica é maioritariamente composta por minerais félsicos, conforme se constata para a cerâmica comum da *Ammaia* (DIAS, 2014, I, p. 126), encontra paralelo no panorama da cerâmica comum das necrópoles alto alentejanas. Atendendo ao padrão de distribuição dos diferentes grupos de pastas – o predomínio do primeiro grupo nos conjuntos de Santo André e necrópoles alto alentejanas, por oposição ao predomínio do segundo grupo nos conjuntos da Rouca e *Ammaia* – somos levados a colocar a hipótese de estarmos perante pastas/ fabricos que, não obstante uma origem comum no Alto Alentejo, terão sido utilizadas por diferentes oleiros a nível local, com repertórios formais genericamente comuns mas unidades de produção e mercados de escoamento e consumo diferenciados, de espectro mais ou menos alargado. Os 558 itens analisados saldaram-se num conjunto de 27 formas classificáveis e, na sua maioria, com correspondência nos tipos e subtipos definidos por J. Nolen (1985; 1995-1997). Neste âmbito entendeu-se que a descrição das tipologias formais e da distribuição das pastas pelas diversas formas seria redundante, uma vez que a nossa amostra reitera os dados já apresentados por J. Nolen (1985). As bilhas são a forma mais abundante entre o conjunto analisado, com 91 exemplares, ou seja, 16% da amostra de cerâmica comum. As outras formas com maior representatividade correspondem aos púcaros (73 itens) e tigelas (64 itens), sendo que se considerarmos os potes e potes/ urna como uma única forma, esta converte-se na segunda mais frequente na nossa amostra (84 itens). Os tipos formais representados coincidem, de um modo geral, com as tipologias da cerâmica comum romana de outras necrópoles alto alentejanas como Santo André (VIEGAS, NOLEN & DIAS, 1981), Lage do Ouro (FRADE & CAETANO, 1987; 1991), Herdade do Reguengo (CALDEIRA, 2004), ou Pocilgais (CARNEIRO, 2005). Na cerâmica comum de *Ammaia* (DIAS, 2015a) e da capital provincial, *Augusta Emerita* (BUSTAMANTE, 2012;

SÁNCHEZ SÁNCHEZ, 1992), encontramos o mesmo repertório formal (incluindo processos de acabamento e decoração), reproduzido à escala local/ regional.

Em relação aos processos de acabamento e tratamento das superfícies representados na nossa amostra de cerâmica comum, a generalidade das peças parece ter sido sujeita a alisamento para regularização das respetivas superfícies, com cerca de 8% (42 itens) do conjunto apresentando polimento. Numa significativa percentagem de 45% (255 itens) da amostra verifica-se a aplicação de aguada ou engobe, sendo o engobe vermelho utilizado em aproximadamente 39% (101 itens) dos casos. Os engobes cinzento e negro encontram-se também representados em 32 das peças analisadas. O conjunto de cerâmica com aplicação de pintura é residual, compondo somente 0,8% da amostra, ou seja, um total de cinco peças, das quais três correspondem a cerâmica da Idade do Ferro ou de tradição indígena. No que respeita a processos decorativos, a decoração brunida e a decoração com carretilha são as mais frequentes, documentadas em 35 peças, com especial incidência nas categorias formais dos púcaros biansados (tipos Nolen 1 e 2 – NOLEN, 1985, pp. 68-73) e dos designados potinhos «alentejanos» (tipo Nolen 1-a – NOLEN, 1985, pp. 114-117). A decoração plástica e a decoração incisa perfazem uma percentagem pouco expressiva do conjunto – cerca de 2% (11 itens) – na sua quase totalidade associada a exemplares de cerâmica pré-romana.

No âmbito da cerâmica torneada de tradição indígena, chamamos a atenção para a peça HPI.cc.040 – classificada como púcara por J. Nolen (1985, n.º 214, p. 194, Est. XXVIII, Fig. 16), tem os seus paralelos mais aproximados na cerâmica indígena de *Lucus Augusti* (ALCORTA IRASTORZA, 1995, pp. 206-207, Fig. 4, n.º 3), atribuída ao séc. I d.C. (Tibério-Cláudio – Flávios). Para além das semelhanças formais, as características da pasta e o tipo de acabamento da peça coincidem com o perfil da cerâmica indígena lucense (ibidem), pelo que sugerimos poder tratar-se de um produto exógeno, alheio à tradição oleira local. Seja como for, estamos perante um exemplar que nos remete claramente para uma fase marcada pela “*convivência de las últimas perduraciones de cerámica indígena y de una serie de importaciones romanas, tanto comunes como de vajilla fina*” (idem, p. 200).

O conjunto de cerâmica datável da Idade do Ferro ou pré-romana, atribuído na íntegra ao arqueossítio da Chaminé, é composto por 102 itens, perfazendo 18% da amostra de cerâmica comum. No grupo da cerâmica a torno (83 itens) as formas mais frequentes são os potes/ urnas e as malgas/ tigelas, com 21 e 15 exemplares, respetivamente. Os primeiros são, na sua totalidade, enquadráveis nos tipos II e IV definidos por J. Nolen para a designada cerâmica de tipo «ibérico» (1985, pp. 160-163 e 164-116), podendo distinguir-se três grandes variantes morfológicas. Em primeiro lugar, e assumindo maior

representatividade numérica, os exemplares com base de assentamento em aresta, bojo com perfil ovóide ou sobre o hemisférico, colo curto e divergente, e bordo espessado, voltado para o exterior (tipo IV-d Nolen), de que constituem exemplo as peças CHA.cc.024 ou CHA.cc.033. Em segundo lugar, os potes enquadráveis no tipo IV-a conforme definido por J. Nolen (1985, pp. 165-166), cujas principais características formais distintivas residem no perfil ovóide e alongado do bojo e no bordo em forma de pequena aba, voltada para o exterior, com paralelos nas urnas ovóides com pintura de bandas de El Mercadillo (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ & GALÁN DOMINGO, 1996, pp. 50, 68 e 85, Fig.s 40 e 48). A variante não torneada desta morfologia apresenta um pé desenvolvido e bordo engrossado, tal como ilustram as peças CHA.cc.016 e CHA.cc.017. Em terceiro lugar, os exemplares com assentamento discoidal, bojo com perfil ovóide, colo alto, paralelo ou relativamente divergente, e bordo em aba (tipo IV-e Nolen), com semelhanças formais na cerâmica de Garvão (BEIRÃO *et al.*, 1985, pp. 66, 67, 69-70, Fig.s 19 e 21), no grupo 5-A-III da cerâmica ibérica da Bacia do Guadalquivir (PEREIRA SIESO, 1988, p. 154, Fig. 7), ou ainda nas necrópoles de Carratiermes (SÁNCHEZ CLIMENT, 2016, p. 162) e El Peñascón (RODRÍGUEZ DÍAZ, 1991b, p. 297, Fig. 8). As tigelas, utilizadas como cobertura/ tampa para as urnas funerárias da Chaminé, apresentam, na maioria dos casos, o pé anelar típico dos exemplares documentados no atual território alto alentejano e de Cáceres (FABIÃO, 1998, II, p. 17). Predominam os exemplares de perfil troncocónico, de paredes muito esvasadas e abertas, com dois orifícios circulares paralelos junto ao bordo, presumivelmente destinados à suspensão ou “arrumação” das peças (idem, p. 38). Ainda entre a cerâmica torneada, destacamos os unguentários, representados pelas peças CHA.cc.039 e CHA.cc.40 – o primeiro de cerâmica de engobe vermelho, enquadrável nas formas VI.1.A. da Azougada (ANTUNES, 2009, p. 284, Fig. 163) e 13.A.I da Bacia do Guadalquivir (PEREIRA SIESO, 1988, pp. 164 e 167, Fig. 14), e o segundo modelado numa cerâmica cinzenta fina, com paralelos (a nível de pasta e forma) nos unguentários de tipo 2 de Medellín (LORRIO, 1988-1989, p. 297, Fig. 7). As taças de tipo IV-F (NOLEN, 1985, pp. 169-170), representadas por seis itens, incluem-se entre as formas bem documentadas e amplamente reproduzidas a nível local/ regional. Caracterizadas pelo perfil tronco-cónico invertido, colo relativamente alto e bordo contracurvado, apresentam semelhanças formais com exemplares da Cabeça de Vaiamonte (FABIÃO, 1998, III, Fig. 43), Garvão (BEIRÃO *et al.*, 1985, pp. 66-67, Fig. 19), Azougada (ANTUNES, 2009, pp. 244 e 278, Fig. 154), El Mercadillo e El Romazal (HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ & GALÁN DOMINGO, 1996, pp. 34-35, 85, 124, Fig.s 13, 48, 57-b), Hornachuelos (RODRÍGUEZ DÍAZ, 1991b, p. 239, Fig. 6), e Ermita de Belén (RODRÍGUEZ DÍAZ, 1991a, pp. 225 e 229, Fig. 12), entre outros. Integram ainda a nossa

amostra alguns exemplares de cerâmica de cozedura oxidante com decoração pintada, de tradição ibero-turdetana (CHA.cc.023, CHA.cc.034, CHA.cc.014), com paralelos em Vaiamonte (FABIÃO, III, Fig. 82, n.ºs 1 e 2) e El Mercadillo (HERNÁNDEZ & GALÁN DOMINGO, 1996, pp. 50 e 85, Fig.s 25 e 48).

No conjunto da cerâmica manual pré-romana ou de tradição indígena (19 itens³⁸⁷) sobressaem os potes e as taças. No que se refere aos primeiros, contamos com duas variantes formais fundamentais, enquadráveis na dita “cerâmica *“tosca” montada sem roda*” (BEIRÃO *et al.*, 1985, p. 61): os potes de perfil ovóide e bordo voltado para o interior, com decoração de cordões plásticos com motivos incisos, bem documentados em Garvão (*idem*, pp. 61-62, Fig. 16), Vaiamonte (FABIÃO, 1998, III, Fig. 37) e Segóvia (SANTOS, 2017, III, Est. 40, n.º 32); e os potes com perfil sobre o hemisférico, pé desenvolvido e bem demarcado do bojo, colo curto e bordo espessado e voltado para o exterior (tipo IV-b Nolen), com paralelos nas “urnas” de bojo globular de Garvão (BEIRÃO *et al.*, 1985, pp. 63-64; Fig. 17) e em El Mercadillo (HERNÁNDEZ & GALÁN DOMINGO, 1996, pp. 56-57). As taças, em calote esférica e com asas mamiladas, têm os seus paralelos mais aproximados nas formas da cerâmica do Bronze Final – I Idade do Ferro (CERDEÑO & CHORDÁ, 2017, p. 56). De acordo com C. Fabião (1998, II, pp. 77-79), esta simplicidade técnica e arcaísmo formal traduz uma continuidade na tradição oleira à escala local, comum ao Sudoeste e Noroeste Peninsular, com um enquadramento cronológico que se estende ao longo de todo o I milénio a.C., prolongando-se mesmo até ao séc. I a.C., conforme documentado em Mesas do Castelinho (Almodôvar) (FABIÃO, 1998, II, pp. 12 e 26). Parecem ausentes do nosso conjunto de cerâmica manual as designadas “cerâmicas estampilhadas do Sudoeste”, associadas “às regiões interiores lusitano/ vetónico/ célticas” (FABIÃO, 1998, I, p. 382; II, pp. 79-80 e 83). Neste caso, e tal como já referido a propósito de outras categorias cerâmicas, não nos é possível avaliar em que medida tal presumível ausência decorre das vicissitudes de exploração dos arqueossítios em estudo ou, pelo contrário, é passível de ser interpretada como eventual referente cultural e/ou cronológico. Com base na nossa observação dos fragmentos identificados como CHA.cc.037, propõe-se estarmos perante um exemplar com decoração reticulada incisa e não “estampilhada”, conforme sugerido por C. Fabião (1998, II, p. 91) a partir das ilustrações publicadas

³⁸⁷ A nossa amostra de estudo integra um total de 28 peças de cerâmica manual. O valor acima indicado não inclui os materiais atribuídos a época romana ou Antiguidade Tardia, nomeadamente pesos de tear (FNT.cc.025, FNT.cc.026, FNT.cc.027, FNT.cc.028, FNT.cc.029, e SER.cc.047), um pote de tipo II-a (PDZ4.cc.064_31), um púcaro de tipo 2-j (TDA.cc.059_49), e uma anforeta (TDA.cc.032_11).

por Abel Viana e A. Dias de Deus (VIANA, 1950, Fig. 13.b; VIANA & DEUS, 1950b, Fig. 3-b), com paralelos na cerâmica da Cabeça de Vaiamonte (FABIÃO, 1998, II, p. 47; III, Fig. 37, 3 e 3-a) e Ermita de Belén (RODRÍGUEZ DÍAZ, 1991a, pp. 219-220, Fig. 7). A propósito, recorde-se a presença destas cerâmicas “estampilhadas” no atual território alto alentejano, em sítios como Cabeça de Vaiamonte (Monforte), Segóvia (Elvas), Castelo Velho de Veiros (Estremoz), ou Safara e Baldio (Arronches) (ARNAUD & GAMITO, 1974-1977; SANTOS, 2017, III, Est.s 96-100; FABIÃO, 1998, II, pp. 81-86). A propósito do fragmento de cerâmica com decoração reticulada (CHA.cc.037) e dos fragmentos de cerâmica pintada (CHA.cc.023), assim como do contexto funerário a que se encontrariam associados, afigura-se-nos relevante a ideia de se tratar “*mais de uma presença residual junto às deposições do que uma utilização como artefacto fúnebre*” (FABIÃO, 1998, II, p. 91).

Encontram-se atribuídos ao arqueossítio da Chaminé 40 cossoiros, dos quais 38 em material cerâmico e, por conseguinte, correspondentes a 6% da amostra de cerâmica comum, e 36% do conjunto de cerâmica da Idade do Ferro. Atribuímos um provável fabrico manual a 12 dos exemplares, tendo em conta a respetiva configuração mais irregular e assimétrica. Encontram-se documentados cinco tipos formais e 16 subtipos e variantes, de acordo com a proposta tipológica constante de PEREIRA (2013b, p. 688). Os subtipos C-a, de perfil cónico, e E-a, de perfil bitruncocónico assimétrico, são os mais comuns entre a nossa amostra, com 17 e nove exemplares, respetivamente, diferenciando-se assim do claro predomínio do tipo E no conjunto de Cabeça de Vaiamonte (idem, pp. 682 e 688). Cerca de 25% dos cossoiros apresentam decoração, por norma, nas faces superior e/ou lateral, predominando os motivos puncionados e incisos. No fabrico dos cossoiros de cerâmica da Chaminé verificou-se a utilização de pastas com composição mineralógicas genericamente coincidentes às das pastas utilizadas no fabrico da cerâmica comum alto alentejana. Este dado leva-nos a assumir uma continuidade na exploração dos barreiros de extração das argilas ao longo de, pelo menos, o período compreendido entre a segunda metade do I milénio a.C. e a Antiguidade Tardia. Neste sentido, registre-se que 14 dos 15 dos jarros de cerâmica comum da nossa amostra associados a cronologias do séc. III d.C. ou posteriores correspondem a exemplares da pasta A/ fabrico 2 (NOLEN, 1985, pp. 23 e 32).

O conjunto de exemplares de cerâmica comum com grafitos não ultrapassa os cerca de 6% da nossa amostra, com um total de 32 itens, distribuídos por cinco categorias formais genéricas (*vide* Tabela 5 – Anexo 2). É nos pratos/ frigideiras que se observou maior número de grafitos (10 itens), seguidos dos púcaros, com nove exemplares esgrafitados, e das malgas/ tigelas com sete exemplares. No que

respeita à proveniência deste espólio, os espaços funerários que terão fornecido maior quantidade de peças com grafitos correspondem a Padrãozinho (12 itens), Torre de Arcas (seis itens) e Chaminé (seis itens). De um modo geral, predominam os motivos cruciformes, presentes em 17 peças (53%), em seis dos casos associados a outros motivos, designadamente alfabéticos, nominais ou linhas simples. Os motivos alfabéticos verificam-se em cinco exemplares e os motivos nominais, quase sempre de difícil leitura e interpretação, em quatro. Para a totalidade dos grafitos identificados, e à semelhança do que ficou dito para os grafitos na nossa amostra de *terra sigillata*, sugere-se que tenham servido de marca de propriedade, ainda durante o tempo útil de uso doméstico da peça ou aquando da respetiva amortização em contexto funerário. De destacar os grafitos dos púcaros TDA.cc.052_51b e TDA.cc.054_22 – no primeiro caso, trata-se de um grafito traçado horizontalmente ao longo do bojo da peça e composto por letras (sem leitura possível), motivos em espinha e cruciformes; no segundo caso, voltamos a encontrar o mesmo motivo em espinha, desta feita isolado no fundo externo da peça.

Por fim, e no que se refere à **cerâmica de construção**, o conjunto selecionado (26 itens) é exclusivamente composto por *tegulae* e *lateres*, fabricados em pastas de textura média a média-grosseira, com características petrográficas aproximadas à pasta B da cerâmica comum das necrópoles romanas alto alentejanas (NOLEN, 1985, pp. 21, 23-24), reforçando a ideia de um fabrico local para este tipo de material cerâmico. Oito dos nossos exemplares apresentam marca digitada, e a tégula TRG.cco.005 apresenta uma marca de pé (aparentemente infantil) impressa, *ante coctionem*, na superfície superior.

A nossa amostra de estudo integrou **material vítreo** atribuído a nove das necrópoles alto alentejanas em análise. Da totalidade dos 49 itens identificados, importa registar que 24 correspondem a espólio da necrópole de Horta das Pinas, perfazendo assim 59% do conjunto, e que somente 15 peças, ou seja 31%, apresentam contexto de sepultura conhecido. De um modo geral, trata-se de vidro de qualidade boa a mediana (qualidade 2/3, segundo os critérios definidos em NOLEN, 1988, p. 4; 1994, p. 170) e em bom estado de conservação, na sua maioria fabricado por sopro livre (apenas 14 dos exemplares deverão ter sido produzidas por sopro em molde). Os unguentários e as garrafas correspondem às formas mais representadas, compondo, respetivamente, 35% (17 itens) e 24% (12 itens) do conjunto total. Entre os unguentários, a forma Isings 8 apresenta-se como a mais frequente; datável dos séc. s I – II d.C. (ISINGS, 1957, p. 26), esta forma encontra-se documentada por oito exemplares atribuídos a Horta das Pinas e Serrones. Contamos também três exemplares do tipo Isings

82, um dos quais com a marca *CN.A.ING.V.A.V.M.* (PDZ4.vi.005_22), com provável origem no sudeste peninsular e documentada em Mérida, Marrocos e Braga (CRUZ, 2009b, I, p. 273). Os tipos Isings 28 e Isings 6 encontram-se igualmente representados, apresentando os dois exemplares desta última tipologia (HPI.vi.018 e HPI.vi.019) a cronologia mais alta da nossa amostra de espólio vítreo. Da Cardeira dispomos de um unguentário da forma Isings 16 (CRD.vi.001), e de Juromenha de um exemplar enquadrável no tipo Isings 26a (JUR.vi.001). No que respeita às garrafas, predominam os modelos de secção prismática, de tipo Isings 50, representados por oito exemplares e associados a uma cronologia de fabrico e utilização bastante lata, compreendida entre meados do séc. I e o séc. III, e eventualmente o séc. IV d.C. (ISINGS, 1957, pp. 63-67). Contamos também com garrafas de secção cilíndrica, de tipo Isings 51 (HPI.vi.007, HPI.vi.008 e PDZ4.vi.003_112), datáveis de meados do séc. I – meados do séc. II d.C. e, no caso da variante Isings 51b, primeira metade do séc. III d.C. (ISINGS, 1957, pp. 67-68). Os copos, igualmente presentes na nossa amostra, correspondem a 12% desta e configuram um grupo formal e cronologicamente diverso. Para além da peça HPI.vi.022, classificada como tipo Isings 35 e atribuída ao séc. I – II d.C. (ISINGS, 1957, pp. 49-50), refiram-se as peças HPI.vi.023, SER.vi.006_18 e TDA.vi.001_62, com formas datáveis do séc. I ao séc. III/ IV d.C.. O copo identificado como SER.vi.005_14, sem tipologia definida, parece encontrar os seus paralelos formais mais aproximados em exemplares do Noroeste Peninsular, atribuídos aos séc.s II e III d.C. (CRUZ, 2009b, II, p. 331). Dos quatro exemplares de taças (três provenientes de Padrãozinho 4 e com contexto de sepultura conhecido, e um proveniente de Juromenha, sem contexto de sepultura), chamamos a atenção para a peça PDZ4.vi.007_60, eventualmente classificável como tipo Isings 44a (ISINGS, 1957, pp. 59-60) mas com paralelos em exemplares tardios (COOL & PRICE, 1995, p. 221; CRUZ, 2009b, II, p. 181), e para a peça PDZ4.vi.008_35, de tipo Isings 97a, com paralelos noutros contextos alto alentejanos, designadamente em Santo André (VIEGAS, NOLEN & DIAS, 1981, pp. 168-169, Est. LIX) e *Ammaia* (CRUZ, 2015, pp. 188-191, n.ºs 5-8). Dispomos ainda de um conjunto de 6 peças classificadas como jarras/ jarros, entre as quais se incluem um provável exemplar do tipo Isings 39 (HPI.vi.011), dois exemplares classificáveis como Isings 92 (SER.vi.009 e CHA.vi.001), e ainda um jarro da forma Isings 88b (SER.vi.001_18), com paralelos documentados em *Ammaia* (CRUZ, 2015, p. 205, n.º 22) e Herdade do Reguengo (ALARCÃO, 1984, n.º 1), levando-nos a colocar a hipótese de se tratar de um produto de fabrico local/ regional, com origem no território da antiga Lusitânia. Entre as formas escassamente representadas (um item, ou seja, 2% do conjunto), distingue-se a peça PDZ4.vi.002_52, uma anforeta identificada como tipo Isings 15 e atribuída ao séc. I d.C..

Os **metais** constituem a segunda categoria de espólio numericamente mais representativa no conjunto dos materiais atribuídos às necrópoles alto alentejanas, com um total de 216 itens distribuídos por quatro subcategorias genéricas e por 11 dos espaços funerários estudados, sendo à Chaminé que se encontra atribuída maior quantidade de metais – 70 itens. Os objetos de adorno e vestuário (74 itens) constituem a subcategoria mais representada, correspondendo a 34% do espólio metálico analisado. De entre estes, são as fíbulas, representadas por 34 exemplares, que perfazem a percentagem mais relevante (16%) do conjunto. O exemplar com cronologia mais antiga corresponde à peça HPI.mt.001, uma fíbula de tipo Alcores/ Ponte 8a, datável de inícios séc. VII – finais do séc. VI a.C.. Contamos também com 14 fíbulas anulares hispânicas, encontrando-se documentadas as tipologias Cuadrado 4a/ Ponte 13a, Cuadrado 4f/ Ponte 13d e Cuadrado 10c/ Ponte 15b-1; todas elas, à excepção da peça HPI.mt.003, são provenientes da Chaminé. Entre os exemplares da II Idade do Ferro, incluem-se igualmente seis fíbulas de tipo La Tène I/ Ponte 24 ou Ponte 25, atribuídas aos arqueossítios da Chaminé e do Padrão, e uma fíbula de tipo Schüle 4a/ Ponte 32b (CHA.mt.042). Dispomos de uma fíbula de tipo Alésia/ pré-Aucissa, equivalente ao tipo Ponte 41.1a (CHA.mt.041), e de uma fíbula de tipo Nauheim/ Ponte B40a.2b (TRG.mt.002), remetendo-nos, ambos os exemplares, para cronologias enquadráveis, grosso modo, entre o séc. I a.C. e o séc. II/ inícios do séc. III d.C.. Deste conjunto destacamos também dez fíbulas anulares romanas, incluídas entre o espólio das necrópoles de Serrones, Padrãozinho (1), Chaminé e Horta das Pinas.

No âmbito da subcategoria dos objetos de adorno contabilizam-se ainda 19 brincos, dois anéis e duas pulseiras. Quer os primeiros, quer a maioria dos segundos (enquadráveis na tipologia de brincos anelares com remate polidédrico ou em disco), reportam-se a um horizonte cronológico genericamente compreendido entre os séc.s V e VII d.C. Também algumas das fivelas analisadas (como por exemplo, CHA.mt.003 e CHA.mt.005, PDZ.mt.001, FNT.mt.002 e Carrão.mt.001), bem como a placa de cinturão de Fontalva, reforçam estas cronologias tardias, que, no caso da peça FNT.mt.001, podem estender-se pelo séc. VII e até inícios do séc. VIII d.C.. Corrobora-se assim a ideia de uma ocupação e/ou utilização tardia dos espaços funerários da Chaminé, Padrãozinho (1), Terrugem e Fontalva. Chamamos a atenção para o facto de terem ficado por identificar/ localizar a pulseira (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 570; VIANA, 1955d, p. 551) e o anel de sinete em prata atribuídos à necrópole de Padrão (DEUS, LOURO & VIANA, 1955, p. 570, Fig. 1; VIANA, 1955c, p. 7 - Fig. 1, p. 13; VIANA & DEUS, 1950a, p. 70; VIANA & DEUS, 1950b, Fig. 23, n.º 90, Fig. 27, 127; VIANA & DEUS, 1951, Fig. 23, Lam. XVI, n.º 6; VIANA & DEUS, 1958, p. 7 e 61, Est. V - 6, Est. XII - 2, n.º 255), e o cordão de

ouro encontrado em Herdade dos Queimados no ano de 1905 e adquirido pela autarquia elvense (CME/ BME: Catálogo do *Museu Archeologico de Elvas*).

No que se refere às subcategorias de utensilagem ligada aos ofícios e construção (58 itens) e de armamento (16 itens), estas perfazem, respetivamente, cerca de 27% e 7% do nosso espólio metálico. O conjunto de utensílios relacionados com atividades sócio-económicas traduzem a importância da agricultura para a subsistência destas comunidades (vejam-se, por exemplo, as peças PDZ4.mt.006_106, PDZ4.mt.007, TDA.mt.011_51b, TDA.mt.012_12, TRG.mt.006 e TRG.mt.007), a par do exercício de ofícios como a tanoaria ou a marcenaria, conforme parecem ilustrar peças como FNT.mt.007, FNT.mt.008, HPI.mt.011, TDA.mt.007_26, TDA.mt.010_26, TDA.mt.006_51b, ou TRG.mt.005.³⁸⁸ Por sua vez, de entre o armamento, destacam-se a espada e as pontas de lança da Chaminé (CHA.mt.047, CHA.mt.048, CHA.mt.049), assim como a falcata e a ponta de lança da Cardeira (CRD.mt.001, CRD.mt.002), atribuíveis à II Idade do Ferro. A presença de tais itens parece relacionável com a evidência de que *“a partir de princípios del s. IV a.C., y tanto en território ibérico como en ambas Mesetas, el cambio en la composición de las necrópolis – que ahora crecen mucho en tamaño – viene acompañado por una generalización de los depósitos de armas en los ajuares funerarios que coincide con su amplia dispersión en las casa de los poblados”* (QUESADA SANZ, 2010, p. 37). A presença de armamento, desta feita datável de época romana, encontra-se igualmente atestada em Padrãozinho, Fontalva, Torre das Arcas e Terrugem.

Uma quarta e última categoria, designada por ‘Vária’, abarca um significativo conjunto de espólio (67 peças, ou seja, 31% do conjunto), com configurações e funcionalidades bastante diversas. Não obstante a expressividade numérica do conjunto, as dificuldades na identificação dos materiais (resultantes, amiúde, do precário estado de conservação) condicionaram, em larga medida, o respetivo potencial informativo. Nalguns casos, como por exemplo, das peças CHA.mt.068, CHA.mt.070, ou PAD.mt.002_7, não nos foi possível identificar a forma e função das peças de origem dos fragmentos disponíveis. Ainda assim, entre esta subcategoria, sobressai algum do espólio metálico proveniente da Terrugem, em particular a colher com inscrição paleocristã (TRG.mt.012), já anteriormente mencionada, e o vasilhame em bronze (TRG.mt.013, TRG.mt.014 e TRG.mt.015). Em relação à primeira, estamos, sem dúvida, perante um exemplo paradigmático de um novo referencial religioso e,

³⁸⁸ O espólio metálico atribuído à sepultura 106 de Padrãozinho 4 é descrito como possível utensilagem de trabalho de um tanoeiro (VIANA & DEUS, 1955c, p. 20). Não dispomos de dados que nos permitam confirmar, de forma segura, esta interpretação.

decorrentemente, de uma nova atitude perante a morte, quer numa dimensão ritual, quer numa dimensão cenográfica. Tal como mencionado no subcapítulo IV.12, não nos parece descabido pensar que o edifício de planta retangular identificado na área funerária da Terrugem correspondesse a um fenómeno de “(...) *erection of a memoria martyrium, formed a direct religious experience for the faithful and pilgrimages. Processions and religious functions were daily activities performed at these shrines that involved the local community and spread the new faith from the periphery to the urban space*” (SAMI, 2010, p. 219). Relativamente ao conjunto de peças em bronze igualmente procedentes da Terrugem, para além de desconhecermos o respetivo contexto de achado, é evidente que configuram um conjunto muito pouco comum para o panorama funerário romano a tardo-antigo conhecido no território atualmente português, com paralelos aproximados no espólio metálico identificado no contexto de ocultamento do sítio de Camino de Santa Juana, em Cubas de la Sagra (Madrid) (VIGIL-ESCALERA GUIRADO, 2015, p. 46; MONTERO RUIZ, 2015, pp. 75-81). Por isso mesmo não podemos deixar de ter em conta que “*on the borders of the empire was a long custom of placing Roman bronze vessels in graves so there have been many finds both with cremations, and inhumations, as well as some in hoards, at forts and settlements; however within the provinces of the empire they are not generally found in burials*” (WIELOWIEJSKI, 1977, *apud* TUCKER, 2012, p. 201). De entre a nossa amostra de estudo, destacamos ainda o **material epigráfico**. Parece-nos pertinente chamar a atenção para três aspetos fundamentais. Em primeiro lugar, recorde-se o já aludido reaproveitamento das epígrafes funerárias da Camugem (CMG.epi.001 e CMG.epi.002), datáveis do séc. I d.C., em inumações tardo-antigas, documentando uma prática recorrente noutras áreas do Império (VAQUERIZO GIL, 2001b, p. 151). Em segundo lugar, estes monumentos funerários refletem a adopção do hábito epigráfico e das concepções culturais de tradição romana pelas comunidades autóctones, evidenciando a sua permeabilidade a influências forâneas. Diretamente relacionado com este aspeto, atente-se, em terceiro lugar, para o retrato passível de ser traçado a partir do material epigráfico em estudo – estamos perante comunidades que fazem uso da estética, da onomástica e dos formulários latinos, não deixando, no entanto, de revelar a sua recente ou incipiente romanização através, por exemplo, do uso de onomástica de origem indígena (veja-se o gentílico *Calaeticus*, documentado em CMG.epi.005), ou da ausência de indicação de filiação na identificação dos defuntos e/ou dedicantes (CMG.epi.003, CMG.epi.004, e CMG.epi.005).³⁸⁹ Por outro lado, a invulgaridade da identificação de um indivíduo do sexo feminino com (aparente) *tria nomina* e da presença do

³⁸⁹ IRCP, n.ºs 592 e 594.

cognomen Servatus, atribuído à Gália Narbonense, na placa funerária de Fontalva (FNT.epi.001)³⁹⁰, leva-nos a pensar num tecido social diverso, composto por distintos substratos culturais e graus de aproximação ao *modus vivendi* à romana.

No que se refere ao **material lítico** que compõe a nossa amostra de estudo, destacamos as peças EPE.li.001, FNT.li.001 e TRG.li.001. Ainda que não possamos estar seguros de que esta última peça provenha de contexto funerário, o sumidouro da Terrugem compõe, conjuntamente com o sarcófago de Eira do Peral e da aqui designada estela de Fontalva, um conjunto de elementos de cantaria associados a um presumível horizonte cronológico tardo-antigo e, quiçá, a um novo ambiente cultural e religioso. No caso da peça FNT.li.001, estamos em crer, pela respetiva configuração formal, tratar-se de um elemento de sinalização de uma sepultura, numa evocação metafórica desta como *aeterna domus* (VAQUERIZO GIL, 2015, p. 14). Por seu turno, elementos como o sarcófago de mármore de Eira do Peral ou a colher de prata da Terrugem (Catál. TRG.mt.012) podem ser interpretados como testemunho, não só de uma alteração nas crenças religiosas e na concepção da morte, mas também da presença de uma elite local, resquício ou prenúncio de um dinamismo económico que parece ter marcado o final do período antigo (BALMELE, 2001, p. 81).³⁹¹

Na sequência do exposto, cabe-nos finalizar o presente capítulo com uma visão geral dos arqueossítios em análise. Trata-se de um conjunto de necrópoles em meio rural, presumivelmente associadas a *villae* e/ou a estabelecimentos rurais (CALDEIRA, 2004, p. 30; FRADE & CAETANO, 1993, p. 849), de dimensão variável e, na quase totalidade dos casos, ainda não localizados. Em termos de implantação topográfica, parece confirmar-se a tendência para uma relação entre a organização dos espaços funerários *in agro* e a rede hidrográfica e viária, decorrente da própria implantação das construções habitacionais junto a cursos de água e caminhos (TEICHNER, 2016, p. 557; ver também GALEANO CUENCA, 1996, pp. 538-539). Se atentarmos para a distribuição dos arqueossítios, ressalta a respetiva concentração entre o curso do Guadiana e o traçado das vias XII e XIV (CARNEIRO, 2014, I, pp. 167-182), quase sempre implantados em terrenos de pendente suave, com boa visibilidade ou, pelo menos, assegurando o contacto visual com os espaços de *habitat*, e na proximidade de linhas de água (TEICHNER, 2016, p. 557). Neste extremo nordeste da antiga

³⁹⁰ ENCARNAÇÃO & ROLO, 2017.

³⁹¹ A propósito da vitalidade da exploração dos mármore no eixo Estremoz-Vila Viçosa, J. Maciel fala de “*um novo incremento numa primeira Antiguidade Tardia, nos séc.s III e IV*” (1998, p. 240).

Lusitânia, assume-se que a maior parte dos espaços funerários estudados integrasse o *ager* emeritense, ainda que, como sabemos, os limites administrativos das antigas circunscrições provinciais romanas nesta região permaneçam por clarificar (ALMEIDA, 2000, p. 167; ALARCÃO, 1988a, pp. 48-49; ÁLVAREZ MARTÍNEZ, 1988, *apud* SÁNCHEZ BARRERO, 2000, p. 206; CARNEIRO, 2014, I, pp. 37-41). A proximidade geográfica com a capital da província, *Augusta Emerita*, e a cultura material analisada devolvem-nos a imagem de um território não periférico, onde a circulação de bens e pessoas estaria certamente facilitada pelas vias de comunicação e onde a variedade de recursos naturais disponíveis tornaria apelativa a fixação de grandes proprietários e comunidades. Facilmente se concebe a imagem “*de uma sociedade complexa, heterogénea e em rápida mudança, incorporando novos ritos e crenças com assinalável velocidade*” (CARNEIRO, 2014, II, p. 212), ou, nas palavras dos próprios ‘pesquisadores’, “*llegamos a la sospecha (a propósito das necrópoles de Padrão, Horta das Pinas, Padrãozinho 4 e Torre das Arcas) de que, desde el siglo I a.C. hasta mediados o fines del siglo III de nuestra Era, hubo, si no cierta heterogeneidad en las poblaciones rurales de la region alvense [sic], al menos mucha variedad de comercio y costumbres*” (VIANA & DEUS, 1955a, p. 264).

As cronologias apuradas com base na análise do espólio colocam em evidência a ideia da existência de “*nexos de continuidade no mundo funerário*” (CARNEIRO, 2014, I, p. 253). Dos 22 arqueossítios analisados, nove deles (Eira do Peral, Fontalva, Chaminé, Serrones, Torre das Arcas, Terrugem, Camugem, Padrãozinho e Cardeira) revelaram várias fases de tumulações, que se traduziram em longas diacronias gerais de utilização, extensíveis, grosso modo, desde a II Idade do Ferro ou Alto Império até à Antiguidade Tardia/ Alta Idade Média. A necrópole da Chaminé revelou-se aquela com um enquadramento cronológico mais amplo, com uma atestada continuidade de uso desde meados do séc. III/ II a.C. até aos séc.s V-VII d.C., continuidade esta entrecortada por hiatos ou, pelo menos, vazios de informação relativa à ocupação do espaço. Também nos sítios da Eira do Peral e Cardeira as evidências de natureza funerária parecem remontar à Idade do Ferro, sendo que a este momento mais antigo de tumulações se sucederam outros – no caso da Eira do Peral, uma fase aparentemente datável dos séc.s III-IV d.C., e, no caso da Cardeira, uma fase circunscrita à segunda metade do séc. I – inícios do séc.- II d.C.. Em Padrãozinho, os diversos núcleos de enterramentos identificados apontam para um uso funerário do espaço desde a Idade do Ferro até aos séc.s VI-VIII d.C., ainda que com lapsos temporais entre os diferentes conjuntos de tumulações. Neste caso, os hiatos não se afiguram problemáticos, levando-nos a pensar, mais do que no abandono provisório da necrópole, numa

deslocalização do espaço funerário (MARQUÉZ PÉREZ, 1998, p. 539). O arqueossítio de Fontalva, com aparentes evidências funerárias documentadas para meados do séc. I – séc. II d.C., séc.s III – IV d.C., e para época alti-medieval (séc.s VII-VIII d.C.), constitui outro exemplo desta estabilidade do espaço funerário e da respetiva *memoria* para as comunidades locais. Nas necrópoles de Serrones e Torre das Arcas, para além dos enterramentos de cronologia alto imperial, contou-se com uma fase tardo-antiga de tumulações (séc.s V-VII d.C.), e ainda, no caso de Torre das Arcas, com um momento intermédio de uso funerário do espaço, compreendido entre a segunda metade do séc. II e os séc.s III/IV d.C..

Em paralelo com estes espaços funerários de ampla diacronia, registam-se outros de cronologia bastante circunscrita. Para quatro das necrópoles estudadas (A-do-Rico, Horta das Pinas, Padrão e Juromenha) foi apurado um enquadramento cronológico compreendido, sensivelmente, entre a segunda metade do séc. I d.C. e os inícios/ meados da centúria seguinte. Nos casos de Horta da Serra e Olival da Silveirinha, o *terminus ante quem* proposto para a utilização funerária daqueles espaços prolonga-se até ao séc. III d.C.. A este nível importa registar que o sítio de Horta das Pinas corresponde ao espaço funerário ao qual se encontram atribuídas algumas das peças com cronologia mais alta de toda a amostra de estudo (HPI.mt.001, HPI.vi.019 e HPI.vi.020). Para além disso, e não obstante a homogeneidade do conjunto de espólio atribuído a esta necrópole, Horta das Pinas forneceu algumas das formas de cerâmicas finas e cerâmica comum menos habituais entre o espólio documentado no território em análise (recorde-se, por exemplo, a peça HPI.cc.040). Contamos ainda com três arqueossítios (Alcarapinha, anta do Carvão, e São Rafael) para os quais, em virtude das limitações da informação conhecida, nos limitamos a propor, de forma genérica, uma datação da Antiguidade Tardia. Do mesmo modo, para os espaços funerários de Herdade das Carninhas e Nossa Senhora do Carmo, a escassez dos dados disponíveis não nos permite ir além de uma atribuição, em termos gerais, ao período romano e/ou tardo-antigo.

Confirma-se assim, de acordo com H. Frade e J. C. Caetano (1993, p. 859), que o período de maior utilização destas necrópoles alto alentejanas correspondeu aos séc.s I e II d.C. (em 13 dos 22 arqueossítios analisados, ou seja, para 59% da amostra, encontram-se documentadas tumulações alto imperiais). À semelhança do defendido pelos autores citados, esta evidência não deve ser interpretada como resultado de um período de maior densidade populacional e maior mortalidade, mas antes como reflexo do estado dos conhecimentos sobre a paisagem funerária no território em estudo (*ibidem*). Em relação aos espaços funerários com evidência da Idade do Ferro, fica clara a reocupação dos sítios

em época romana, “ao que tudo indica com instalações de vocação eminentemente agrária” (FABIÃO, 1998, I, p. 392), sem que, contudo, nos seja possível ter uma leitura do momento que antecedeu tal reocupação. Tal como refere A. Jiménez Díez, “*en el caso de las tumbas tardorrepurbanas, cuando falta la cerámica campaniense y únicamente se cuenta con la urna cineraria y otras piezas de ‘tradición ibérica’, como un plato-tapadera, la adscripción temporal se hace a veces prácticamente imposible si no existen datos complementarios ofrecidos por las relaciones estratigráficas dentro del yacimiento*” (2006, p. 69). Em relação a esta questão, e ressaltando todas as lacunas de informação associadas a estas necrópoles, justifica-se colocar a hipótese de o registo funerário refletir os efeitos da “colonização agrícola” e expansão do povoamento rural registadas a partir do séc. I d.C. (RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, 2006, pp. 331-332). As reocupações durante a Antiguidade Tardia, acompanhadas de uma nova geografia funerária, afiguram-se igualmente nebulosas. Desde logo, pela ausência de uma interpretação estratigráfica dos sítios (recordem-se as sobreposições de enterramentos, de diferentes épocas, documentados na Chaminé), mas também pelos problemas que se colocam à interpretação de um registo ‘híbrido’, resultante de um momento marcado pela permeabilidade entre crenças e práticas religiosas (SAMI, 2010, pp. 214-216).³⁹²

Quando nos interrogamos sobre as comunidades que se terão feito enterrar nestas necrópoles, convirá ter em conta que os dados conhecidos, parciais e lacunares, não são passíveis de fornecer uma “percepção representativa” das mesmas (TEICHNER, 2016, p. 558). Ainda assim, não estamos certos de que os espaços funerários estudados possam ser ilustrativos da ideia de que “*en las necrópolis rurales sólo se identifica con médios arqueológicos una pequeña parte de la población rural, seguramente la familia del propietario (dominus) y del administrador (villicus), excluyéndose, por lo tanto, tanto trabajadores como esclavos. Deberíamos suponer que existiría una evidente diferenciación social entre el dominus y su familia, el villicus vel libertus y su familia y, finalmente, el resto de trabajadores y servii, que, a su vez, se expresaría en una evidente diferenciación entre la calidad de las tumbas y los ritos funerarios*” (TEICHNER, 2016, p. 558). De acordo com o autor citado, as características e a maior ou menor visibilidade/ fragilidade do registo arqueológico funerário poderão traduzir-se naquilo a que designa como “*selección social de los datos arqueológicos*” (ibidem). Nesta perspetiva, a ‘invisibilidade’ das evidências funerárias parece ser contrastante com a monumentalidade

³⁹² A propósito dos séc.s VI e VII, A. Arezes refere “a igreja, (...), ocupada em conter ou limitar os costumes ditos pagãos, tardou a interferir nas dinâmicas mais «pessoais» da morte, mesmo que estas resultassem em «desvios» à doutrina. Talvez por isso se ve bem que condenando explícita e reiteradamente os banquetes funerários ou as canções fúnebres, não tenha chegado a proibir a inclusão de adornos nos túmulos ou a deposição de oferendas votivas” (2017, p. 203).

dos espaços de vida. O panorama é, por isso, algo paradoxal, sendo de notar também que a densidade de locais de tumulação é muito inferior aos espaços de vida. A título de exemplo, compare-se o território do atual concelho de Elvas, onde se concentrou a maior parte das ‘pesquisas’ de A. Dias de Deus e Abel Viana: do inventário recolhido em 2014³⁹³, verifica-se que existem 52 sítios de época romana, dos quais 14 correspondem a sepulturas/necrópoles (apenas mais dois detetados desde os trabalhos das décadas de 40 e 50 da passada centúria³⁹⁴), e 38 são assinalados como sítios de habitação de variadas tipologias. Ou seja, o volume informativo de que dispomos para o mundo dos vivos é incomparavelmente superior, quer em termos qualitativos, quer quantitativos, ao existente para o mundo funerário. Para o restante território, a proporção é ainda maior, cabendo em média uma ocorrência sepulcral para dez sítios de habitação. Assim, com exceção da necrópole da Chaminé e da presumível *villa* do Carrão, não estamos em condições de estabelecer uma associação clara entre os núcleos funerários e os pontos de povoamento conhecidos. Veja-se, por exemplo, o arqueossítio da Camugem – inserido numa paisagem com inúmeras evidências de ocupação romana e tardo-antiga, que nos levam a crer estarmos perante um território densamente povoado à época, desconhecem-se pontos de povoamento que possam ter correspondido à(s) comunidade(s) que ali se fez enterrar. Localizado sensivelmente a menos de 4 km dos sítios de Padrãozinho, Monte do Carvão, para sul, ou Horta da Serra, para nordeste, e a cerca de 5 km da Terrugem e do Monte da Nora, para oeste/noroeste, a Camugem é um exemplo de um espaço funerário que, a confirmar-se a existência de distintos momentos de utilização, atestaria a continuidade da condição de *locus sacer* para as populações desde, pelo menos, época alto-imperial até à Antiguidade Tardia. Neste sentido, e à semelhança de outras necrópoles, terá certamente cumprido uma função estruturante na malha de povoamento local, sem que tenha sido possível, até à data, identificar o(s) núcleo(s) populacional(ais) que lhe deu uso. Recorde-se ainda o papel desempenhado pelas sepulturas em meio rural como elementos de demarcação do território, em virtude da sua frequente implantação nos limites dos *fundi* (RODRÍGUEZ SÁNCHEZ, 2006, p. 333). Os resultados do nosso estudo vão ao encontro, por um lado, da ideia de que um núcleo de povoamento rural poderia ter várias necrópoles associadas, e não apenas uma, e, por outro, da existência de necrópoles coletivas ao serviço das comunidades de diferentes estabelecimentos rurais (CARNEIRO, 2015, pp. 132-133; TEICHNER, 2016, pp. 559-560, 570). Sem que seja possível destringir a qual destes fenómenos se reportam as várias necrópoles

³⁹³ CARNEIRO, 2014, vol. II, pp. 171-214.

³⁹⁴ Dos arqueossítios aqui contabilizados está ausente o enterramento de Olival da Silveirinha, não constante dos trabalhos publicados por Abel Viana e/ou Abel Viana e A. Dias de Deus.

estudadas, não podemos deixar de pensar espaços funerários como a Chaminé, Padrãozinho, Terrugem, Cardeira, e eventualmente Eira do Peral, Monte da Ovelheira e Fontalva, como “*sítios-satélite*” (CARNEIRO, 2015, p. 133) ou, pelo menos, elementos estruturantes da paisagem, geográfica e humana. Neste sentido, e a par com as potencialidades de futuros trabalhos de campo que se venham a realizar na área em estudo, não será despiciendo considerar as inúmeras referências a outros arqueossítios, sobretudo de natureza habitacional e de cronologia romana, que chegaram até nós a partir das pesquisas dos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando e pela mão de Abel Viana, conforme mencionado no subcapítulo II.2.1.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em mente o desafio a que se procurou dar resposta – *“A necessidade de se proceder a uma reavaliação da informação legada, sobretudo, por Deus e Viana (...). Rer os dados à luz da investigação actual, sistematizá-los e ordená-los, alocando-os aos diversos pontos de proveniência”* (CARNEIRO, 2014, II, p. 212), é incontornável refletir sobre o trajeto de investigação que nos conduziu até aqui, fazendo o balanço sobre aquilo que foi feito e os objetivos alcançados, os dados revistos e os dados inéditos. É imperativo pensar também sobre aquilo que não nos foi possível fazer, as inúmeras questões que permanecem em aberto, e as potencialidades que se abrem à continuidade de novos e mais aturados estudos.

Da nossa investigação, saiu reforçada a imagem de Abel Viana como *“um dos mais consequentes, produtivos e empenhados obreiros da nossa Arqueologia”* (CARDOSO, 2015, p. 476). Este estatuto parece-nos intrinsecamente ligado à postura com que encarou o ofício de arqueólogo – *“se esta opção por publicar notas esparsas, muitas vezes insuficientemente documentadas, pode chocar hoje, num mundo de publicações formatadas, foi precisamente esse procedimento pragmático que permitiu assegurar a salvaguarda pelo registo de muitas ocorrências e espólio cuja existência, de outra forma, se perderia definitivamente”* (idem, p. 489). Esta afirmação aplica-se na íntegra à relação do arqueólogo minhoto com as explorações e recolhas na região alto alentejana. Num contexto de acelerada mecanização do trabalho agrícola, propício à descoberta de ocorrências arqueológicas, a atividade recreativa de um pequeno grupo funcionários da Colónia Penal de Vila Fernando encontrou terreno fértil para mais de duas décadas de ‘pesquisas’. É nossa convicção, com base nos dados analisados, de que o *“passo salvador”* (VIANA, 1955b, p. 24) que permitiu resgatar alguma informação sobre os arqueossítios explorados e respetivo espólio, se ficou a dever a Abel Viana. A intervenção norteadora do arqueólogo, alavancada no reconhecimento da importância das descobertas levadas a cabo, possibilitou que um conjunto de recolhas por uns *“doidos das pedras”* (AFCB: DEUS, [s.d.]c), p. 1) se convertesse numa etapa fundamental da investigação arqueológica regional, e num caso de estudo singular à escala nacional. Para nenhuma outra região do atual território português dispomos de um tão expressivo volume de informação sobre um conjunto de arqueossítios ligados entre si, não só pelo contexto histórico das pesquisas, mas sobretudo pela natureza das evidências arqueológicas e por integrarem, grosso modo, o mesmo aro geográfico e cronológico. Olhando para trás, e considerando a história da investigação arqueológica nacional, não deixa de ser paradoxal que, seja graças às polémicas ‘pesquisas’ dos funcionários da Colónia Correccional de Vila Fernando e à

intervenção de Abel Viana, que a atual região alto alentejana constitui um caso de referência para o estudo do mundo funerário em época romana e em meio rural, no território da antiga província da Lusitânia.

Estamos perante um conjunto de espaços funerários rurais, cujo espólio conhecido permite traçar um arco cronológico desde finais do séc. IV – inícios do séc. II a.C. até aos séc.s VI-VIII d.C.. Esta longa diacronia coloca em perspetiva os fenómenos de aculturação, continuidade/ estabilidade e transformação/ ruptura, que marcaram a vida das comunidades que habitaram este território desde a Idade do Ferro até ao período alti-medieval, e que, inevitavelmente, se plasmaram na concepção e tratamento da morte. A par da continuidade da prática da incineração e dos enterramentos em urna até época alto imperial (JIMÉNEZ DÍEZ, 2006, pp. 72-75), assiste-se a uma paralela e progressiva assimilação dos hábitos romanos, com a adopção, entre outros, de um novo tipo de cultura material e da epigrafia funerária, esta última como garante da perenidade da memória. Por sua vez, o Cristianismo e a introdução da nova mundividência associada haveriam de ditar a transformação da estrutura sociocultural das comunidades e, na sequência de um novo olhar sobre o mundo dos vivos, um renovado entendimento do mundo dos mortos. Mais do que a evocação da memória de quem parte, num *tumulus* que se pretendia símbolo de auto-representação, passaria a importar a afirmação do indivíduo como crente, premissa fundamental para alcançar a ‘salvação eterna’. A prática da *tumulatio ad sanctos*, tal como parece documentar-se no espaço funerário da Terrugem, converter-se-ia assim num privilégio para os devotos da nova religião (VAQUERIZO GIL, 2010, p. 18), ditando novas formas de apropriação do espaço.

Da análise destas necrópoles, e não obstante as diferenças que as possam separar entre si, sobressaem três ideias primordiais. Em primeiro lugar, a ideia de um certo “*ar de família comum*” (CARNEIRO, 2015, p. 132), que as aglutina e que nos devolve a imagem de “*una sociedade de carácter híbrido, que nos permite superar la visión de carácter esencialista de las culturas*” (JIMÉNEZ DÍEZ, 2006, p. 91). Em segundo lugar, a noção de que “*la regla uniformadora, (...), es, precisamente la enorme variabilidad exhibida, tras la cual se ocultan regularidades aprehensibles de forma indirecta*” (IZQUIERDO, 1996-1997, p. 107), seja através da topografia funerária, dos ritos praticados, ou da composição dos conjuntos de oferendas. Em terceiro lugar, a ideia da “*tenaz persistência da história estrutural, particularmente lenta em transformar-se na vida do campo*” (RIBEIRO, O., 1991, p. 330), onde as práticas e ideários antigos tendem a perdurar por mais tempo, convivendo com o novo. Assim, a par de uma evidente diversidade de manifestações funerárias em meio rural e da aparente ausência de normas padronizadoras, constata-se uma estabilidade nos gestos e na memória – nos gestos, pela

relativa uniformidade da cultura material documentada e pelas evidências de um substrato conceptual comum às diversas comunidades; na memória, pela longa duração cronológica de várias necrópoles, convertidas em referentes simbólicos e geográficos (CARNEIRO, 2015, p. 132).

Chegados à conclusão desta etapa, e por isso mesmo com a clarividência do tanto que fica ainda por fazer e dizer, não nos arreigamos à pretensão de considerar o nosso projeto de investigação terminado. Pelo contrário, encaramo-lo como um caminho em construção, que se almeja continuar a trilhar através da elaboração e publicação de novos estudos sobre os arqueossítios e espólio, da identificação e análise de outros materiais e documentação eventualmente desconhecidos (ou inacessíveis) até à data, e, claro está, do inesgotável escrutínio de novas correspondências nas publicações da autoria de Abel Viana e A. Dias de Deus. Assumimos que, à semelhança do que se verificou com a amostra de espólio analisada, a visão apresentada sobre os espaços funerários corresponde a uma abordagem preliminar do tema, que não se esgota na conclusão do presente trabalho, sendo nosso objetivo o de dedicarmos, num futuro próximo, novos e mais aprofundados estudos, de natureza monográfica, a algumas das necrópoles com maior potencial informativo, nomeadamente Padrãozinho, Serrones, Torre das Arcas, Horta das Pinas e Chaminé.

Não obstante as limitações inerentes à informação que serviu de ponto de partida ao nosso projeto, esperamos que o resultado final se possa saldar num contributo válido não só para o conhecimento sobre a realidade funerária romana documentada no atual território alto-alentejano, mas também sobre o retrato da ocupação desse mesmo território entre finais da Idade do Ferro e a Antiguidade Tardia, e sobre um período marcante da Arqueologia regional e nacional. Por fim, resta-nos esperar ter sabido estar à altura dos ensinamentos e contributos de todos os investigadores que nos precederam no estudo da temática escolhida, e poder ter sido bem-sucedidos no cumprimento dos objetivos a que nos propusemos nesta abordagem de um dos mais profícuos (e, simultaneamente, dúbios) momentos da Arqueologia portuguesa.